UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MÁRCIO ROBERTO ALVES DOS SANTOS

Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750

(Texto revisado em julho de 2010 a partir de observações da banca examinadora)

Para a impressão deste texto, deve-se observar que as páginas 84, 190, 208, 280, 283 e 301 foram formatadas em papel tamanho A3 (42 x 29,7 cm), em razão dos conteúdos nelas apresentados.

São Paulo
2010

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750

Márcio Roberto Alves dos Santos

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Orientadora: Profa. Dra. Laura de Mello e Souza

São Paulo

2010

FOLHA DE APROVAÇÃO

Márcio Roberto Alves dos Santos

Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750

Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em: 30/04/2010

Banca Examinadora

Profa. Dra. Laura de Mello e Souza – Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Erivaldo Fagundes Neves – Universidade Estadual de Feira de Santana

Profa. Dra. Júnia Ferreira Furtado – Universidade Federal de Minas Gerais

Prof. Dr. Pedro Luís Puntoni – Universidade de São Paulo

Profa. Dra. Silvia Hunold Lara – Universidade Estadual de Campinas

AGRADECIMENTOS

No curso da meia década de trabalho que envolveu a elaboração deste estudo, algumas contribuições foram decisivas. Laura de Mello e Souza, pelo aceite do projeto, pela orientação e apoio e, sobretudo, pela inteligência e perspicácia com que criticou os meus textos. Sônia Caldas Pessoa e Pedro Pessoa Santos, minha esposa e meu segundo filho, cujo estímulo, solidariedade e carinho praticamente decidiram tudo. Alaôr Messias Marques Júnior, cuja sensibilidade profissional abriu caminho para a licença de trabalho que me permitiu realizar as disciplinas em São Paulo e boa parte da pesquisa documental. Tiago dos Reis Miranda, que me brindou em Lisboa com um surpreendente conjunto de informações e dicas de pesquisa, entre as quais aquela que foi talvez a mais importante naquele inverno europeu de 2008, quando me dirigiu para a Coleção Conde dos Arcos, no Arquivo da Universidade de Coimbra. Marlene da Silva Oliveira, que, desde 2003, quando acessei pela primeira vez o Arquivo Público da Bahia, tem generosamente me ajudado a resolver as inúmeras demandas da pesquisa documental naquele acervo.

Não menos importantes foram as contribuições daquelas pessoas que, nas mais diversas posições e contextos, se envolveram no projeto. Assumindo o grave risco de omitir alguém, lembro-me especialmente de Ana Pessoa Santos; Caio Boschi, pelas sugestões de pesquisa em Portugal; a Condessa Teresa Schonborn, pela liberação do acesso ao arquivo privado da Casa de Cadaval; Consuelo Novais Sampaio; Eduardo França Paiva e Regina Horta Duarte, pela autorização de acesso ao sistema de bibliotecas da UFMG; a equipe da Biblioteca da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; a equipe da Biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, na pessoa de Vilma Carvalho de Souza; Fernanda Olival; Filipe Hanssen; Horacio Gutiérrez; Iris Kantor; Leonardo Henrique de Noronha e Luiz Fernandes de Assis, pela interlocução despojada e amiga; Marcelo Renato Alves dos Santos, Maurício Reginaldo Alves dos Santos e Matheus Lima Alves, meus irmãos e meu primeiro filho; Márcia Moisés Ribeiro e Aldair Carlos Rodrigues; Marco Antonio Silveira, pela interlocução e apoio; Maria Fátima de Melo Toledo; Maria Ruth Alves, minha mãe, fonte da qual tudo começou; Nuno Gonçalo Monteiro; Pedro Cardim; Roberto Albino dos Passos e Rita de Cássia Caldas Pessoa, com uma lembrança para a generosa acolhida que sempre me proporcionaram em São Paulo; Ruth Schmitz de Castro; Silvia Hunold Lara; Urano Andrade;

Vera Ferlini, que, na coordenação da Cátedra Jaime Cortesão, foi compreensiva e solidária durante os duros momentos pessoais por que passei em 2006 e 2007.

A Cátedra Jaime Cortesão e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior proveram os recursos financeiros que possibilitaram a minha estada em Portugal para a pesquisa nos arquivos históricos daquele país.

Com um registro especial do apoio recebido da equipe do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, agradeço aos funcionários das instituições arquivísticas, centros de documentação histórica e bibliotecas que percorri no Brasil e em Portugal.

À banca examinadora do trabalho, composta, além da orientadora, pelos professores doutores Erivaldo Fagundes Neves, Júnia Ferreira Furtado, Pedro Luís Puntoni e Silvia Hunold Lara, agradeço a leitura cuidadosa do texto e as diversas sugestões de aprimoramento dela resultantes.

RESUMO

SANTOS, M. R. A. dos. **Fronteiras do sertão baiano : 1640-1750**. 2010. 433 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

A análise histórica da formação territorial dos sertões brasileiros mostra que, diferentemente do que sugerem os estudos da primeira metade do século XX e mesmo perspectivas historiográficas mais recentes, o processo foi marcado por reversões, lacunas e descontinuidades que põem em xeque o modelo do território contínuo, da expansão geográfica e da dilatação das fronteiras. O principal objetivo deste trabalho foi superar esse modelo a partir da abordagem de situações de reversão da ocupação luso-brasileira do sertão baiano, assim entendido o conjunto espacial constituído, no período de 1640 a 1750, pelo interior da capitania da Bahia, Piauí, norte do atual estado de Minas Gerais e margem esquerda do médio São Francisco. Na problematização proposta foram utilizadas as categorias de descontinuidade e reversibilidade espaço-temporal da ocupação luso-brasileira. Para desenvolvê-la foi necessário rastrear a trajetória histórica das zonas de fronteira desse espaço interior, de modo a realçar o processo de formação do território luso-brasileiro como conquista e ocupação de antigos espaços *tapuias*. As zonas fronteiriças foram tratadas como áreas de fricção entre o instável território luso-brasileiro e os espaços nativos, sujeitas, portanto, à constante ameaça de retomada indígena ou de esvaziamento pelas pressões do meio. A mobilização da categoria de fronteira resultou em análises comparativas do espaço estudado com outras regiões fronteiriças e iluminou as possibilidades analíticas abertas pela aplicação dessa ferramenta teórica à compreensão da colonização luso-brasileira do interior da América portuguesa. Os fecundos resultados providos pela análise da ocorrência de expressões como *fronteira*, *limite* e *última povoação* na documentação consultada forneceram a garantia de que a fronteira foi um elemento histórico constitutivo da ocupação colonial dos sertões brasileiros. A utilização de metodologia de análise quantitativa de dados permitiu, por sua vez, o tratamento histórico das cinco principais estruturas de ocupação encontráveis nas zonas de fronteira do sertão baiano no período estudado: o caminho, a sesmaria, a povoação, o posto militar e a missão religiosa. A principal conclusão do estudo refere-se à abordagem da ocupação territorial dos sertões não como o avanço gradualmente positivado da civilização luso-brasileira, mas como uma trajetória multidirecional, descontínua e irregular.

Palavras-chaves: sertão baiano, ocupação luso-brasileira, descontinuidade, reversibilidade, índios *tapuias*.

ABSTRACT

SANTOS, M. R. A. dos. **Frontiers of the Bahia sertão : 1640-1750**. 2010. 433 f. Thesis (Doctoral) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

The historical analysis of territorial formation of the Brazilian hinterlands shows that, unlike from what suggest the studies of the first half of the twentieth century and even more recent historiographical perspective, the process was marked by reversals, gaps and discontinuities that put into question the model of continuous territory, geographic expansion and expansion of the borders. The main objective of this work was to overcome this model through the approach of cases of reversal of the Luso-Brazilian occupation of Bahia sertão, understood as the whole space constituted, in the period from 1640 to 1750, of the interior of the captaincy of Bahia, Piauí, north of the current state of Minas Gerais and the left bank of the middle part of São Francisco. In the problem proposed have been used the categories of discontinuity and spatial-temporal reversibility of Luso-Brazilian occupation. To develop the problem, it has been necessary to trace the historical path of the frontier zones of that interior space in order to enhance the formation process of the Luso-Brazilian territory as conquest and occupation of former *tapuias* spaces. The frontier zones have been treated as friction areas between the unstable Luso-Brazilian territory and indigenous spaces, subject therefore to the constant threat of indigenous resumption or unsettlement because of the pressures of the environment. The mobilization of the category of frontier resulted in comparative analysis of the space studied with other frontier regions, and highlighted the analytical possibilities opened up by the application of this theoretical tool to understand the Luso-Brazilian colonization of the interior of Portuguese America. The fruitful results provided by the analysis of the occurrence of terms such as *frontier*, *boundary* and *final settlement* in the documents reviewed provided the guarantee that the frontier was a constitutive historic element of the colonial occupation of the Brazilian hinterlands. The use of methodology of quantitative analysis of the data allowed, in turn, the historical treatment of the five main structures of occupation findable in the frontier zones of Bahia sertão in the period studied: the way, the allotment, the village, the military outpost and the religious mission. The main conclusion of the study refers to the approach of territorial occupation of the hinterlands not like the gradually constituted advance of Luso-Brazilian civilization, but as a multidirectional, discontinuous and irregular path.

Keywords: Bahia sertão, Luso-Brazilian occupation, discontinuity, reversibility, *tapuia* indians.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAPEB	*Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia* (ou *Annaes do Arquivo Publico e Inspetoria dos Monumentos* ou *Annaes do Archivo Publico e Museu do Estado da Bahia*)
ABN	*Anais da Biblioteca Nacional*
ACC	Arquivo da Casa de Cadaval
AHE	Arquivo Histórico do Exército
AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
AMP	*Anais do Museu Paulista*
AN	Arquivo Nacional
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APB	Arquivo Público do Estado da Bahia
AUC	Arquivo da Universidade de Coimbra
BA	Biblioteca da Ajuda
BNRJ	Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro
DA	*Documentos Avulsos de Interesse para a História e Costumes de São Paulo*
DH	*Documentos Históricos*
DI	*Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo* (ou *Publicação Oficial de Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*)
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
PAN	*Publicações do Arquivo Nacional*
RAPM	*Revista do Arquivo Público Mineiro*
RIGHB	*Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*
RIHGB	*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* (ou *Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Em 1915 saiu à luz o estudo "Expansão geográfica do Brasil até fins do século XVII", de autoria do pesquisador mineiro Basílio de Magalhães. Dois anos depois, a monografia foi premiada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e, em 1935, incluída pela Companhia Editora Nacional na coleção Brasiliana, com acréscimos substanciais em relação à primeira versão.[1] Já a partir da publicação de 1915, o texto de Magalhães se tornou referencial. Na realidade, seguia-se aos estudos da colonização do interior brasileiro, lançados entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do seguinte por autores como Teodoro Sampaio, Pandiá Calógeras, João Ribeiro e Orville Derby e, o mais destacado entre eles, Capistrano de Abreu. Mas a extensa pesquisa documental e bibliográfica, sempre referenciada, o desenho sistemático da obra, a periodização segura, a organização cronológica minuciosa dos eventos e o debate com historiadores antigos e contemporâneos fizeram de "Expansão geográfica..." uma das grandes obras historiográficas do Brasil das primeiras décadas do século XX.

Duas ideias força mobilizam o texto de Basílio de Magalhães. A primeira está expressa no próprio título: é a *expansão* como dilatação do território brasileiro, penetração do interior e rompimento da linha traçada pelo Tratado de Tordesilhas. Em Magalhães a expansão é fundamentalmente uma ação paulista do século XVII, completada pelo gênio diplomático de Alexandre de Gusmão, que, em 1750, arrancou da Espanha e dos jesuítas o Tratado de Madri. O Brasil surge, assim, já no meado do século XVIII, por meio do reconhecimento do princípio do *uti possidetis*, com a configuração geográfica que tem hoje, praticamente inalterada desde então.

A segunda ideia força, tomada de empréstimo a João Ribeiro, é o *território contínuo*. A colonização da periferia brasileira dependeu da agregação geograficamente contínua de novos espaços. É o território vizinho que possibilita e impulsiona a ocupação de novas áreas. Desta forma, a colonização do Rio de Janeiro só foi possível depois de São Vicente e Espírito Santo; de Sergipe e Alagoas, depois da Bahia e Pernambuco; do trecho de Laguna ao Rio Grande do Sul, depois da posse da colônia do Sacramento, no rio da Prata. A colonização portuguesa na

---

[1] Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. (Aproveito esta primeira nota para advertir que um erro comum do programa *Word* levou a que algumas notas de rodapé fossem desviadas para páginas subsequentes àquelas nas quais deveriam aparecer.)

América é, portanto, uma expansão geograficamente contínua; não conhece a retração e tampouco a descontinuidade.

De certa forma o tema da formação territorial brasileira é tributário dessa matriz de análise. A colonização como dilatação das fronteiras, a expansão geográfica como processo que define o contorno ideal do Brasil e a noção do território contínuo são os eixos em torno dos quais gravitou, na primeira metade do século XX, a concepção histórica que fez da territorialidade um atributo da nacionalidade. Para essa historiografia, a agregação de novos espaços, realizada pelo esforço heróico dos bandeirantes paulistas, tinha um sentido que se revela em 1750 e se confirma com a Independência e a manutenção da integridade territorial brasileira. E mesmo com o Estado Novo: como demonstrou Kátia Maria Abud, a obra histórica de Cassiano Ricardo, produzida no contexto da ditadura varguista, realiza a remitificação do bandeirante, fazendo dele um símbolo não mais somente paulista, mas nacional.[2] O oeste, que os bandeirantes do século XVII tinham conquistado para o território brasileiro, deveria ser, no século XX, objeto de novas bandeiras de reocupação das suas vastas e férteis terras, de modo a ampliar a base territorial da civilização nacional.

Em 1991 o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes defendeu na Universidade de São Paulo a tese de doutoramento intitulada "Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI".[3] O trabalho de Moraes retoma a discussão da formação territorial brasileira, mas o faz sob novas bases teóricas e históricas. Não se trata mais da construção da nacionalidade, mas da inserção do território colonial brasileiro nos amplos enquadramentos da economia-mundo europeia, da expansão ultramarina e da formação do império colonial lusitano. Num jogo de sucessivas aproximações, somos levados a um longo passeio pela formação do capitalismo na Europa, pelo lugar de Portugal nesse processo e pelo lugar dos territórios coloniais americanos na expansão lusitana e espanhola, para, já na quarta parte do texto, chegarmos ao tema central, que dá título ao livro. O que o autor pretende, em suma, é clarear a dimensão espacial como elemento determinante na formação histórica brasileira: "o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial: trata-se da

---

[2] Abud, Katia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições* (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. 242 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

[3] Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000.

construção de uma sociedade e de um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade sociais".[4]

O objetivo é suprir uma lacuna nas grandes obras da historiografia brasileira, nas quais, para o autor, a questão territorial é episódica. Segundo Moraes, a abordagem do território pela historiografia é envolta numa concepção juridicista, que só o apreende no plano formal da definição legal das fronteiras. Para essa concepção, os marcos da história territorial brasileira estariam na assinatura dos tratados de Madri (1750) e de Santo Idelfonso (1777), que redelimitaram as áreas portuguesa e espanhola na América do Sul. Desta forma, "reduz-se a conformação do território à conformação legal de seus limites, tornando a história territorial um estudo do estabelecimento das fronteiras", conclui o autor.[5]

Na abordagem de Moraes o Estado metropolitano e a sua expansão imperial ocupam lugar central. A colonização lusitana na América e a consequente formação do território colonial são resultados, em última análise, das motivações geopolíticas metropolitanas. O território colonial nada mais é do que um anexo no espaço imperial da metrópole, sendo o Estado português, mobilizado pela necessidade histórica de expansão, o agente impelidor da colonização dos espaços lusitanos na América.

Para compreender o longo processo colonizador, Moraes estabelece uma periodização, que justifica como um mecanismo analítico que "flui de uma leitura geográfica da história colonial do Brasil, com maior embasamento para o período que foi objeto de análise do presente estudo [1580-1640], e com certa ênfase nas determinações da geografia política".[6] Seis períodos são definidos e caracterizados: a descoberta e exploração das bordas litorâneas (1500-1530); a instalação efetiva (1530-1580); o período do Brasil hispânico (1580-1640); a consolidação do domínio territorial e a integração da América portuguesa (segunda metade do século XVII); o apogeu da exploração econômica (1700-1750); e a crise do Antigo Sistema Colonial (segunda metade do século XVIII).

Os períodos decisivos na perspectiva com que trabalha Moraes são o terceiro e quarto. No período filipino completam-se as etapas do descobrimento, instalação e consolidação da

---

[4] Ibidem, p. 415.
[5] Ibidem, p. 25.
[6] Ibidem, p. 412.

colonização lusitana. No momento da união das duas coroas já estão estabelecidas as bases do domínio lusitano na América do Sul. Os centros de irradiação da colonização estão definidos e uma "formidável rede de povoamentos costeiros distribuía-se numa vasta porção da fachada ocidental do Atlântico". Essas condições favoráveis permitiram um fluxo povoador metropolitano "contínuo" e "ascendente", ao qual se soma a formação de linhagens luso-americanas. "Uma obra geopolítica de conquista havia sido realizada". "O povoamento colonial avançava nos espaços contíguos, gerando zonas contínuas de ocupação e jogando para diante as fronteiras do território ocupado".[7] Essa entusiástica análise do período, curiosamente, segue-se a uma citação de Capistrano de Abreu, no sentido oposto, que Moraes incorpora com certa relutância.[8]

O período da união das duas coroas traz uma nova situação, na qual sobressaem duas consequências geopolíticas básicas: o início da significativa expansão espacial ocorrida no século XVII, processo responsável pela configuração do território brasileiro contemporâneo, definindo-lhe eixos de ocupação e atingindo limites que virão a constituir muitas das suas atuais fronteiras; e a fragmentação da soberania sobre o território brasileiro, processo pelo qual o espaço colonial desintegra-se em diferentes dominações, apresentando-se sem unidade política em meados do século XVII. Entre esses elementos de fragmentação, Moraes cita o projeto missionário da Igreja Católica, que ocupa as bordas meridionais da colônia, a organização autônoma do Estado do Maranhão e o enclave soberano de Palmares. Mas identifica na longa invasão holandesa da costa nordeste a principal evidência da fragmentação apontada, caracterizando-a como a maior ameaça geopolítica experimentada pela colônia portuguesa na América do Sul.

O período seguinte (segunda metade do século XVII) é o da retomada da soberania lusitana sobre esses espaços de extraterritorialidade, o que se processa em consonância com a restauração política do reino português. A consolidação do domínio territorial e a definitiva integração da América portuguesa se dão a partir do desalojamento dos holandeses, dos ataques paulistas às missões jesuíticas meridionais, da destruição de Palmares, da guerra ao gentio e consequente devassamento de novas terras e, finalmente, da articulação terrestre com

---

[7] Ibidem, p. 327-328. Grifos meus.

[8] Para Capistrano, "a história do Brasil no século XVI elaborou-se em trechos exíguos de Itamaracá, Pernambuco, Bahia, Santo Amaro e São Vicente". Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 68. Apud Moraes, op. cit., p. 326. Ou Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 52.

o Maranhão. A descoberta das minas, já no final do período, "vem fornecer a esse conjunto territorial já consolidado um setor econômico dominante, que polarizará as economias regionais já assentadas, animando-as com seu dinamismo e compelindo-as à expansão".[9] Todos os elementos conspiram para a instalação do período seguinte, de apogeu da exploração econômica do Brasil.

Numa nota de rodapé, já aproximando-se do final do texto, Moraes revela a sua fonte inspiradora:

> Eduardo d'Oliveira França, depois de assinalar ser este "um século mal estudado" e de considerar que "para o Brasil não foi negativa a época filipina", salienta ter sido este o período em que a conquista se converteu em efetiva ocupação. Em suas palavras: "O século XVII é o século da colonização. Não mais conquista e depredação. Organizar um mundo para a produção sistemática"; e adiciona: "Então perdido o exclusivo do mundo líquido, rompidas em mil pontos as malhas da rede monopolista, as feitorias que vigiavam as águas deviam mudar-se em trampolins para os saltos pelos sertões adentro. Essa inversão do mundo colonial...". F. Novais aponta "o esforço metropolitano no sentido de expandir o território de dominação colonial para além das possibilidades da exploração econômica".[10]

No final desse decisivo e "curto" século XVII – pois a trajetória de recuperação da soberania lusitana e de integração do território dura efetivamente apenas 60 anos, de 1640 a 1700 – estão dadas as bases da formação territorial brasileira. Ou seja, "a soberania lusitana estava reafirmada sobre uma vasta porção do oriente sul-americano, abarcando conjuntos regionais extensos, núcleos de colonização, enclaves, e uma vasta zona de trânsito e visitação na hinterlândia englobada na designação de 'sertão'".[11] O autor ressalva: se a conformação básica do território brasileiro estava posta, isso não significa que estivesse consolidado o domínio de todo o espaço que o compunha:

> O que se consolidava no final do Seiscentos era o controle pleno de uma superfície já considerável, composta de núcleos de ocupação, alguns (como a Bahia, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro) já podendo ser considerados na escala de regiões, visto agruparem uma rede de povoações inter-relacionadas, objetivando um espaço de povoamento contínuo. Tais núcleos atuaram como centros de difusão constante dos movimentos que acabam por conformar o território em foco.[12]

---

[9] Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000. p. 415.
[10] Ibidem, p. 405.
[11] Ibidem, p. 401.
[12] Ibidem, p. 402.

Com o olhar voltado exclusivamente para os interesses geopolíticos do Estado português, Moraes acaba por cair em armadilhas semelhantes às que aponta na historiografia brasileira. Somos apresentados a um avanço contínuo e integrador da colonização lusitana, que incorpora irreversivelmente à esfera da soberania portuguesa extensos espaços interiores da América. Tudo conflui, a partir do período filipino, para a situação ultimada em 1750, quando o tratado de Madri dá a forma legal para o contorno geográfico definitivo do Brasil. Fortemente lastreada na trajetória do Estado português, a periodização proposta pelo autor revira a cronologia da ocupação lusitana da América e nos exibe um quadro precoce da formação territorial brasileira. 1580, que Moraes vê como o início de um fluxo povoador contínuo e ascendente, que avança nos espaços contíguos e gera zonas contínuas de ocupação, é na verdade um momento em que a colonização ainda bordeja a costa e se restringe a duas áreas litorâneas no nordeste da colônia e alguns núcleos incipientes no centro-sul. 1640, por seu turno, que para o autor teria inaugurado a consolidação do domínio territorial lusitano no continente e a integração da América portuguesa, representa na realidade o marco inicial do processo de interiorização da colonização, que começa tibiamente no meado do Seiscentos e só se afirma como tendência histórica a partir da década de 70. Apenas 13 anos antes desse marco inicial, Frei Vicente do Salvador, que conhecia boa parte do Brasil, lançava o seu famoso anátema contra a negligência dos portugueses, que não se animavam a deixar a costa e adentrar o sertão. Como falar em "consolidação do domínio lusitano" num período em que se assiste aos mais vigorosos ataques *tapuias* contra a soberania lusitana, chegando ao coração da América portuguesa no Recôncavo Baiano; à tenaz resistência de Palmares, que duraria até os últimos anos do século; à derrota dos paulistas na província missioneira do sul, em 1641, batidos pelos índios aldeados armados pelos jesuítas espanhóis? Na realidade, a consolidação e integração que Moraes vê em 1640 só se tornará realidade 110 anos depois.

No final do Seiscentos a esfera de soberania lusitana incluía as regiões coloniais consolidadas no litoral, mas em definitivo não chegava aos sertões da América portuguesa. Aí, fora das regiões coloniais mineradoras, mantinha-se um estado de clara indefinição do controle sobre o território – ou melhor, uma definição particularizada do controle sobre o território. Duvido mesmo que a categoria de *soberania*, normalmente utilizada como afirmação do poder político e da autoridade de um Estado, que se exercem uniformemente sobre um mesmo território, possa ser aplicada aos ritmos irregulares e à diversidade de grupos envolvidos na ocupação luso-brasileira dos sertões.

Em 1999 o número 40 da revista *Oceanos* foi dedicado ao tema da formação territorial do Brasil. Nove dos 11 artigos da edição abordam casos empíricos da formação territorial brasileira. Em apenas um desses artigos, de autoria de Luciano Figueiredo, temos um vislumbre, não explicitado no texto, de uma situação histórica ligada ao que provisoriamente chamaremos *fronteira interna*. O autor recupera eventos dos chamados *motins do sertão*, ocorridos no sertão do São Francisco em 1736, bem como elementos da cultura política das autoridades e do povo amotinado, para entender a questão do território a partir da dominação política e da sublevação. Afora esse único caso, cujo tema central está ligado mais à história política do que à história territorial, os espaços abordados nos demais artigos empíricos são *fronteiras externas* nos períodos analisados: norte do Brasil em meados do século XVIII, missões religiosas do Brasil meridional nos séculos XVI e XVII, Mato Grosso no Setecentos.[13] Ou as fronteiras externas são indiretamente tratadas a partir da cartografia dos limites, da cartografia dos "padres matemáticos", diretamente ligada às discussões territoriais com a Espanha, e dos tratados internacionais de demarcação de limites de 1750 e 1777.

As fronteiras internas estão relacionadas às resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Não estão ligadas, portanto, à disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente *tapuias*. Trata-se de limites não institucionais, temporários e colidentes, que se estabelecem entre territórios de ocupação luso-brasileira e espaços habitados por *tapuias*. É nesse sentido que o termo *fronteira* aparece em vários dos documentos históricos coletados para este estudo, que serão objeto de análise ao longo do texto.

A existência de fronteiras internas nega a ideia do território contínuo. O conjunto das áreas de ocupação luso-brasileira é vazado por espaços onde os exploradores, conquistadores e ocupadores não podem entrar. A trajetória desse limite engendrado pela dinâmica da conquista e da reação indígena é dificilmente captada na documentação, mas, para os grupos luso-brasileiros que habitavam ou circulavam pelos sertões, expressões como "fronteira do gentio bárbaro" tinham um sentido bem preciso.

---

[13] Para a distinção entre fronteiras externas e internas, cf. Lattimore, Owen. The frontier in history. In: Lattimore, Owen. *Studies in frontier history* : collected papers : 1928-1958. Paris: Mouton, 1962. p. 469-491; e Lamouroux, Christian. Frontières de France, vues de Chine. *Annales* : Histoire, Sciences sociales. n. 5, p. 1029-1040, septembre-octobre 2003.

A descontinuidade da ocupação luso-brasileira dos sertões manteve os núcleos pioneiros sob constante pressão das áreas vizinhas não conquistadas. Além da ameaça da retomada indígena, esses enclaves tinham de conviver com as duras condições do meio: longas distâncias, estiagens, enchentes, doenças provocadas por águas malsãs, animais selvagens. O núcleo luso-brasileiro tentava resistir a essas ameaças por diversos meios. A intensificação do povoamento ajudava a preencher as áreas de ocupação, estabelecendo, no seu interior, uma relativa contiguidade entre as unidades luso-brasileiras. Fora dessas áreas, contudo, mais uma vez nos defrontamos com a descontinuidade da ocupação. O *sertão despovoado* – expressão coeva – parece ser, do ponto de vista dos primeiros ocupadores, uma condição inelutável que preenchia os largos espaços intermédios entre os núcleos pioneiros. É claro que, do ponto de vista dos antigos habitantes indígenas, era o núcleo luso-brasileiro a quebra da continuidade e, à medida que ele ganhava força, tornava-se evidente que a ameaça era mais grave do que os conflitos intertribais com os quais estavam acostumados.

A descontinuidade e a irregularidade da ocupação permitem supor que a expansão da colonização portuguesa não seja um dado indiscutível. A ocupação luso-brasileira não é irreversível e pode recuar. Lidas por um ângulo inverso, as fontes documentais podem ser levadas a exprimir não mais somente a dinâmica manifesta da uma colonização que se expande, mas o movimento sutil de uma ocupação que perde terreno.

Essa condição de reversibilidade da colonização não resultou somente da descontinuidade territorial da ocupação. Do lado luso-brasileiro da fronteira movimentavam-se grupos e indivíduos com interesses e perspectivas particulares, e muitas vezes conflitantes entre si, do processo colonizador. Esses agentes sociais partiam de modelos civilizatórios distintos, tendo-se instalado, em alguns casos, uma situação de conflito aberto pelo controle dos territórios conquistados. Em outros casos preferiu-se uma estratégia de alianças e acordos. Essas constatações podem parecer truístas, já que, em princípio, qualquer processo colonizador de longa duração envolve interesses distintos e por vezes divergentes. Mas é importante destacar que a débil presença do Estado português nos sertões contribuiu para extremar essas diferenças e garantir aos grupos e potentados individuais uma condição de autonomia relativa que não desfrutavam nas regiões coloniais centrais. A colonização do sertão nordeste constituiu, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte, um conjunto disforme de ações de grupos semi-autônomos, carente de um "sentido" único e, portanto,

destituído de qualquer conteúdo de "projeto".[14] O processo colonizador se deu de forma multidirecional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões. A definição particularizada do processo lastreou-se na polifonia de sentidos que marcou a territorialização luso-brasileira desses antigos espaços *tapuias*. Entender essas diferenças entre os grupos colonizadores é decisivo para a compreensão do processo de ocupação luso-brasileira dos sertões do nordeste da América portuguesa.[15]

Essas hipóteses serão testadas para o espaço conhecido no período colonial como *sertão da Bahia*. Caio Prado Júnior, partindo dos fluxos de povoamento do interior, assim delimitou histórica e geograficamente esse espaço:

> A penetração começou, já o vimos, desde o início da colonização e a partir de dois focos principais: Bahia e Pernambuco. A expansão, que neles respectivamente se origina, acaba confluindo e se confunde. Pode no entanto ser traçada à parte. A baiana, que por maior e mais característica foi abordada acima, ocupa desde princípios do século XVIII toda a área que compreende o atual território do Estado, inclusive a margem ocidental do São Francisco, então ainda parte da capitania de Pernambuco; mais o Piauí; e penetrando mesmo, num último arranco, pioneiro ainda no momento que abordamos nossa história, o Maranhão, ocupa uma faixa de território que envolve o alto Itapicuru, rio das Balsas, e alcança o Tocantins na foz do seu afluente Manuel Alves Grande – o chamado *território dos Pastos Bons*. Tudo isto, que se pode considerar sertão baiano porque é dali, em última instância, que partem os povoadores e suas fazendas de gado, e se estabelecem as comunicações, constitui o que Capistrano denominou com muita propriedade o "sertão interior", para distingui-lo do outro, o pernambucano, que seria o "externo". Este último é mais próximo do litoral: daí a designação.[16]

Do ponto de vista do tema deste estudo, são as seguintes as principais características naturais e históricas desse espaço: configuração natural mais ou menos homogênea, com topografia plana e vegetação de caatinga e cerrado, salientando-se traços distintivos em zonas específicas como a Chapada Diamantina e o vale do São Francisco; ocupação indígena predominantemente não túpica; ocupação colonial dispersiva, sem pólos de atração significativos no interior do espaço; presença de duas áreas mineradoras com baixa representatividade no contexto colonial; relação de interdependência com regiões coloniais

---

[14] Evito deliberadamente a expressão "sertão nordestino", de vez que se refere a uma entidade sociocultural – o Nordeste – que só ganha sentido a partir do século XX. As expressões que aqui aparecem acrescidas do qualificativo "nordeste" dizem respeito tão-somente à localização geográfica dos espaços considerados.

[15] O mesmo notou o historiador norte-americano Jack D. Forbes para os Estados Unidos: "in most cases one simply cannot understand a particular European-Indian frontier unless the relevant Indian-Indian and European-European frontiers are also understood". Forbes, Jack D. Frontiers in american history and the role of the frontier historian. *Ethnohistory*, New York, v. 15, n. 2, p. 203-235, Spring, 1968, p. 213.

[16] Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 62-63.

centrais, como o Recôncavo Baiano e as Minas Gerais; povoamento luso-brasileiro relativamente rarefeito; trocas materiais e culturais entre índios e colonizadores menos expressivas do que na faixa litorânea; importância decisiva do eixo de ocupação representado pelo rio São Francisco.

No recorte geográfico da pesquisa a delimitação proposta por Prado Júnior passou por algumas modificações importantes. Considerando-se que, tanto histórica quanto administrativamente, o sertão baiano chegou a abranger regiões ao sul do limite meridional do atual estado da Bahia, foram acrescidas ao espaço estudado as áreas entre esse limite e a barra do rio das Velhas, hoje em território mineiro. Por outro lado, foi excluído o território dos Pastos Bons, que, por ter sido parte do Estado do Maranhão, administrativamente separado do Estado do Brasil, teve uma trajetória histórica diferenciada em relação às áreas estudadas. Foram excluídas ainda a zona costeira, que convencionei, a partir de um alvará de 1701, constituir uma faixa de 10 léguas de largura ao longo do litoral;[17] e os espaços a oeste do São Francisco, considerando-se, nesse caso, apenas as áreas ribeirinhas da margem esquerda do rio. Com algumas exceções, a conquista e a ocupação luso-brasileira não foram especialmente significativas nesses espaços ocidentais, administrativamente pernambucanos. (Por interior da Bahia, portanto, entenda-se o interior da capitania, e não do atual estado, que se estende a oeste do vale são-franciscano).

Foi mantida, em relação à delimitação de Prado Júnior, a margem ocidental do rio São Francisco, pois a documentação confirma que, ainda que se tratasse de espaço sob a jurisdição da capitania de Pernambuco, sofreu forte influxo de povoamento a partir do sul e do Recôncavo Baiano.

As duas áreas mineradoras baianas – Jacobina e Rio das Contas – foram consideradas no estudo somente na medida da sua relação com as áreas pecuárias do sertão baiano. Por definição, ambas estão fora do espaço geoeconômico considerado, cuja atividade econômica majoritária é a criação do gado bovino.

---

[17] "Alvará régio suscitando a observância da lei de 15 de fevereiro de 1688 obrigando os habitantes da Capitania da Bahia à plantação de mandioca", 27/02/1701. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 90-91, 1909. Esse alvará estendia a área de abrangência de uma lei régia de 1688, proibindo que, numa faixa de 10 léguas a partir da linha costeira, se tivesse gado de criar. A proibição visava garantir a existência de terras para o plantio de mandioca, tendo em vista a carência de farinha no Recôncavo. De certa forma, essa norma legal delimitava a área de expansão da pecuária e separava, portanto, o sertão baiano da costa marítima.

No mapeamento realizado nos capítulos 6, 7, 8 e 9 (segunda parte do estudo), o espaço considerado foi reduzido para o interior da capitania da Bahia *stricto sensu*, delimitado a leste pela faixa costeira, ao norte e a oeste pelo rio São Francisco e ao sul pelo rio Pardo.[18] Não foram considerados, portanto, o Piauí e o atual norte de Minas, mas manteve-se a faixa ribeirinha da margem esquerda do São Francisco. Essa redução foi necessária para possibilitar um enfoque mais uniforme e preciso sobre as regiões sertanejas do interior da capitania, permitindo, inclusive, a análise quantitativa de dados realizada nos capítulos 6 e 8.

Em resumo, convencionei, neste estudo, denominar *sertão baiano* ao interior da capitania da Bahia, acrescido do Piauí, do norte das Minas Gerais e das áreas ribeirinhas da banda esquerda do São Francisco. Essa delimitação inspira-se nas conclusões de Caio Prado Júnior, acima transcritas, com as exceções já anotadas do território maranhense dos Pastos Bons e dos espaços a oeste do vale do São Francisco. Por outro lado, as expressões *interior da Bahia* e correlatas indicam tão-somente o espaço interior da capitania, sem as áreas vizinhas piauiense e mineira (*vide* Mapa 1).

[18] Segundo Marcos Paraguassu, no século XVIII a capitania da Bahia estendia-se, ao longo da costa atlântica, de Sergipe del-Rei à foz do rio Pardo; a leste, até o rio São Francisco; ao sul, até uma área disputada administrativamente com as Minas Gerais, formada pelos vales dos rios Mucuri, Jequitinhonha, Pardo e Verde Grande. Paraguassu, Marcos. Roteiros de viagem para os sertões da Bahia no século XVIII. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 201-237. p. 201.

Maranhão
Pernambuco
Pernambuco
Bahia
Ilhéus
Porto Seguro
Piauí
Cabrobró
(Nossa Senhora da Vitória)
Olinda
Recife
Juazeiro
Sento Sé
Pilão Arcado
Jacobina
Morro do Chapéu
Cachoeira
Cidade da Bahia
Santo Antonio da Conquista
Lapa do Bom Jesus
Rio das Contas
Arraial de Matias Cardoso
São Romão
Tocambira
Barra do Rio das Velhas
Porto Seguro
Cachoeira de Paulo Afonso
10 léguas = 66 Km
(1701)
São Francisco
Parnaíba
Poti
Piranhas
Piancó
Pajeú
Canindé
Gurguéia
Piauí
Pancarua
Salitre
Jacaré
Jacurici
Vaza-Barris
Real
Itapicuru
Jacuípe
Inhambupe
do Peixe
Paratigi
Capivari
Paraguaçu
Sincorá
Una
Jequiriçá
Paramirim
das Contas
das Rãs
Preto
Grande
Corrente
Carinhanha
Japoré
Verde Pequeno
Verde Grande
Gorutuba
Maravilha
Pardo
Jequitinhonha
Vacaria
Urucuia
Paracatu
Araçuaí
Fanado
Capivari
Setúbal
das Velhas
Doce
MAPA 1 – ESPAÇO DE ESTUDO
Sertão baiano – Parte I do estudo
Interior da Bahia – Parte II do estudo
Rio
Povoação
Bahia Capitania

Na construção do estudo concentrei-me na abordagem, a partir do recorte geográfico definido, das zonas de fronteira. Não considerei, portanto, “todo” o sertão baiano num sentido trivial, mas antes busquei identificar, no interior desse espaço, aquelas áreas que, em algum momento do período estudado, assumiram uma condição de fronteira. A trajetória histórica dessas zonas fronteiriças, enquanto tais, constitui o objeto deste estudo.

Duas alternativas se colocavam, no início do desenvolvimento do projeto, para o tratamento das questões históricas a que me propus. A primeira delas implicaria numa verticalização espacial do trabalho, concentrando a pesquisa numa área geográfica específica, na qual seriam testadas as hipóteses. Esse caminho, ainda que parecesse a princípio mais atrativo, excluiria a possibilidade de identificar tendências e ritmos num plano geral e de estabelecer comparações e distinções na trajetória histórica de diversas regiões de um mesmo sertão. Também o mapeamento de concessões de sesmarias e nomeações para postos militares, em relação aos quais disponho de dados para o conjunto do sertão baiano, seria prejudicado. Sendo assim, optei pela segunda alternativa de uma abordagem geral das diversas zonas de fronteira do sertão baiano.

De um ponto de vista empírico, a identificação dessas zonas partiu de dois critérios: (1) sob o enfoque territorial, a existência de uma situação de vulnerabilidade do domínio luso-brasileiro, com frequentes ameaças indígenas de retomada do território ou de esvaziamento da sua ocupação; (2) sob o enfoque econômico, a presença de atividades produtivas não ligadas diretamente ao mercado externo, de pequena escala e nível técnico incipiente. Esse critério abrange as áreas criatórias de pequena escala, com emprego de baixo número de trabalhadores, bem como cultivos agrícolas modestos, voltados para mercados locais ou regionais, roças de subsistência, salinas e atividades extrativistas. E exclui, como é óbvio, as áreas mineradoras e as áreas de criação de gado de larga escala, com utilização intensiva de mão de obra.

As zonas de fronteira do sertão baiano são estudadas no período de 1640 a 1750. O marco cronológico inicial explica-se pelos acontecimentos que, nas décadas de 40 e 50 do Seiscentos, direta ou indiretamente, relacionam-se ao avanço luso-brasileiro pelo interior da América portuguesa. Entre esses acontecimentos, cito, em caráter ainda introdutório, a Restauração portuguesa (1640), a expulsão dos holandeses do nordeste da colônia (1645 a 1654), a retomada de Angola aos holandeses (1648), a vitória dos exércitos indígenas armados

pelos jesuítas contra as tentativas de invasão das missões do Brasil meridional por paulistas caçadores de índios (1641) e a bandeira de Antonio Raposo Tavares (1648-1651). Esses eventos externos e internos atuam como fatores decisivos ou relevantes para o início da instalação luso-brasileira no sertão baiano. Cada um deles será explorado detidamente no primeiro capítulo deste estudo.

A partir da quarta década do século seguinte defrontamo-nos mais uma vez com sinais de novas tendências históricas na formação territorial da América portuguesa. Relatos de reconhecimento como os de Joaquim Quaresma Delgado, que percorreu boa parte do sertão baiano e mineiro na primeira metade da década de 30 do XVIII, revelam que essas regiões já estavam então parcialmente ocupadas por populações luso-brasileiras, dedicadas majoritariamente à pecuária bovina.

A ocupação portuguesa de amplas áreas interiores da porção centro-oriental do continente mostra-se um fato irrefutável no meado do século, levando a Espanha a reconhecer, por meio do Tratado de Madri (1750), os limites territoriais já estabelecidos de fato por grupos luso-brasileiros. Seria esse – e não, como coloca Antonio Carlos Robert Moraes, a segunda metade do século XVII[19] – o período de consolidação do domínio territorial lusitano no continente e de integração da América portuguesa.

O início do governo pombalino (1750) marca igualmente novas tendências, que Moraes define como a formulação de "uma geopolítica explícita e densa para as terras brasileiras".[20] É possível que se inicie nesse período a efetiva apropriação dos espaços interiores da América portuguesa pelo governo metropolitano. À medida que se aproxima o meado do século, diminui a ação autônoma ou semi-autônoma de grupos exploradores e conquistadores e ganha força a ação do Estado português no sertão nordeste. A conquista dos sertões se torna, a partir de então, uma ação progressivamente mais oficial, referida aos interesses uniformes do Império português e não aos objetivos particulares de grupos e indivíduos luso-brasileiros.

O texto que se segue foi dividido em duas partes. Na primeira reconstituo a trajetória histórica da conquista do sertão baiano. Para isso parto, no capítulo inicial, da situação do povoamento

---

[19] Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000. p. 415.
[20] Ibidem, p. 415-416.

do nordeste da América portuguesa no meado do século XVII, abordando as territorialidades luso-brasileiras e as territorialidades indígenas nesse momento que se pode denominar *marco zero* da análise. Partindo desse marco, analiso os desdobramentos históricos que se seguiram, buscando captar as razões conjunturais da intensificação da exploração do interior na segunda metade do século XVII. A conquista territorial do sertão baiano, por meio das guerras de extermínio e de expulsão movidas por forças luso-brasileiras, é o tema do capítulo seguinte. Ao conjunto desses desdobramentos denomino *dinâmica da conquista*. Os fluxos regionais da conquista são analisados a partir de quatro casos de apossamento violento de terras por luso-brasileiros. No terceiro capítulo essa dinâmica é materializada, abordando-se as *práticas de conquista e de reação indígena*. Nele analiso os recursos materiais e as técnicas de que se valiam conquistadores luso-brasileiros e povos indígenas nas guerras de conquista e de reação à invasão. Alguns dos personagens luso-brasileiros dessa trama, aos quais denomino *homens fronteiros*, formam o tema do último capítulo da primeira parte. Trata-se dos indivíduos que lideraram a conquista, que são abordados nas variadas formas com que se inseriram no processo. Nesse passo tem especial interesse a categoria de circulação colonial, desenvolvida para caracterizar a ação multidirecional e os diversos papéis assumidos pelos potentados regionais e coloniais que se envolveram nas ações de conquista dos sertões.

Na segunda parte do trabalho o foco é direcionado para os modos e ritmos da ocupação luso-brasileira do interior da capitania da Bahia. A pergunta fundamental é: realizada a conquista, como se estruturou a ocupação? Para desenvolver esse problema, assumo a existência de cinco estruturas materiais principais de ocupação: *o caminho*, *a sesmaria*, *a povoação*, *o posto militar* e *a missão religiosa*. Nos capítulos 5 a 9 construo um mapeamento da distribuição espacial e temporal de cada uma dessas estruturas, buscando caracterizar a partir daí as tendências históricas em cada caso. No décimo capítulo coloco em discussão a *ocupação e colonização* do sertão baiano a partir do cruzamento dos resultados quantitativos e da análise das tendências históricas verificadas, consolidando as hipóteses principais do trabalho. No capítulo seguinte deixo o plano material para abordar *as representações espaciais da ocupação* construídas por sertanistas, povoadores e autoridades coloniais. A suposição que lastreia essa abordagem é que também as formas de representação são estruturantes da ocupação. Nesse passo empreendo uma análise lexicográfica e geográfica da ocorrência de termos, expressões e descrições que denotam as formas de representação mental da ocupação do sertão da Bahia. No último capítulo *o problema da fronteira* é abordado de um ângulo teórico, aproveitando-se parte da extensa produção historiográfica e geográfica sobre essa

categoria. O trabalho é finalizado com algumas distinções e definições categoriais que considero decisivas para a utilização da fronteira como ferramenta explicativa da ocupação do interior da América portuguesa.

Uma generalização terminológica foi assumida neste estudo. Longe de reproduzir um estigma comum tanto nas fontes documentais dos séculos XVI e XVII quanto nas interpretações historiográficas do século XIX, o uso frequente, neste estudo, do termo *tapuia* denota a incômoda impossibilidade contemporânea de, como definiu Marcos Galindo Lima, se desmontar essa designação genérica e reconstruir identidades étnicas reconhecíveis no contexto histórico.[21] Esse impasse, reconhecido por tantos quantos têm se debruçado sobre a história das relações entre luso-brasileiros e índios no interior da América portuguesa, coloca-nos diante da óbvia constatação de que estamos sempre lidando com fontes produzidas pelo conquistador, ocupador ou intérprete luso-brasileiro – ou euro-brasileiro, se pensarmos nos missionários não portugueses que atuaram nos sertões brasileiros. O olhar de que partem as fontes, portanto, dificilmente é outro que não o de uma territorialidade luso-brasileira que avança sobre espaços indígenas – e aqui penso tanto na territorialização material quanto na territorialização simbólica dos sertões. Esse olhar amalgamou identidades e obscureceu distinções étnicas que teriam sido decisivas para a nossa compreensão das sociedades indígenas antes e depois da conquista luso-brasileira do interior. A discussão das territorialidades indígenas, realizada no primeiro capítulo deste estudo, passará inevitavelmente pelo enfrentamento dessas questões, o que será feito a partir das contribuições da história indígena e da antropologia contemporâneas.

[21] Deve-se registrar a lúcida e corajosa declaração do autor, que assume ter voltado atrás, no seu trabalho de pesquisa histórica, na intenção inicial de "desmontar o genérico tapuia e ajudar na reconstrução de identidades étnicas", tendo em vista a impraticabilidade da tarefa. Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 19.

PARTE I   A CONQUISTA

1 NO MARCO ZERO

1.1 Territorialidades luso-brasileiras

Em 1650, com a costa pernambucana sob o domínio holandês, o senhor de engenho Manoel Fernandes da Cruz, que se identifica como um antigo morador de Pernambuco, envia à Corte portuguesa um interessante documento.[22] Tratava-se de um plano de criação de rendas para o enfrentamento da ocupação holandesa, que permitissem quer o resgate de Pernambuco por dinheiro, quer a sua libertação por meio das armas, que requereria a construção de fortalezas e a organização de armadas. A essência do plano de Cruz estava no estanco do comércio dos escravos negros de Angola para a costa brasileira, que seria assumido pela Real Fazenda pelo prazo de cinco anos. No final do documento, o autor revela o seu interesse pessoal no plano: dada a larga experiência que tinha das coisas do Brasil e de Angola, poderia assumir a administração do esquema comercial sugerido.

O que nos interessa no texto de Cruz não é exatamente o seu plano comercial e as formas que projetou para realizá-lo. No início da sua exposição, o autor entende ser necessário demonstrar as grandezas do Brasil, que tinham atraído a cobiça holandesa e justificavam, pela renda gerada para os cofres lusitanos, a sua retomada por Portugal. A costa brasileira se estendia por mais de 700 léguas do Maranhão e Grão-Pará até o rio da Prata e Buenos Aires, encontrando-se, ao longo dela, bons portos, que permitiam trazer do Reino as coisas necessárias ao Brasil e para lá levar o açúcar e as demais drogas que a terra dava. Essa extensa linha litorânea tinha permitido o povoamento das terras costeiras das capitanias do Brasil, ocupação essa que, todavia, se limitava a algumas poucas léguas a partir do oceano, tanto por comodidade dos habitadores, quanto por não haver então população suficiente para povoar as terras que se iniciavam depois da faixa costeira.

O sertão do Brasil corria para o ocidente por um largo espaço, de extensão quase igual, em linha reta, ao comprimento da linha costeira. Esse espaço se encontrava desabitado, mas

---

[22] Cruz, Manoel Fernandes da. "Arbítrio em benefício comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça, em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro, ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte, e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores, para levantarem seus engenhos e os fabricarem sem dispêndio da fazenda Real. Ao qual precede uma breve notícia das propriedades, cômodos e das cópia de açúcar do estado do Brasil, em ordem ao conhecimento de sua importância e aceitação do arbítrio", 20/08/1650. ACC. Cód. 1091 (K VIII 1b), fls. 1-5v. O autor do arbítrio não se identifica como senhor de engenho, sendo essa informação sobre ele fornecida por Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada* : guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 217.

sabia-se, pelo pouco que dele se tinha descoberto, consistir de terras férteis, nas quais se poderiam instalar lavouras e criação de gados e fundar vilas e cidades. Podia ainda abrigar minas de metais, salitre e pedras preciosas. Esse dilatado espaço chegava até os confins do Peru, de Cusco e das demais terras da costa do Mar Pacífico, razão pela qual seria o estado do Brasil capaz de se fundar nele não só um reino, mas um grande império.

A oposição entre uma costa habitada e um sertão despovoado, que abrigaria terras férteis e reservas de minerais preciosos, vinha sendo repetida desde os primeiros cronistas quinhentistas e encontrara eco, poucos anos antes do documento de Manoel Fernandes da Cruz, nos comentários de Frei Vicente do Salvador. Mas a representação de Cruz era quase geométrica e, ao relacionar a extensão da linha costeira e a profundidade das terras interiores, aproximava-se curiosamente da realidade geográfica do continente. Extensão da costa e profundidade do interior, atributos opostos e complementares da territorialidade brasileira, foram frequentemente destacados nas descrições textuais e cartográficas coloniais. No seu texto, o hábil senhor de engenho reverberava uma percepção de costa extensa/sertão profundo que, analisada séculos depois, mostra ser parte de uma estrutura de representação comum a tantos quantos se propuseram a descrever a ocupação luso-brasileira da América.

O documento de Cruz, do qual destaquei esse par de opostos, é posterior em dez anos à Restauração lusitana e contemporâneo das guerras de retomada da costa brasileira aos holandeses. Durante a União Ibérica (1580-1640) partes importantes da costa nordeste e da costa sul haviam sido ocupadas, mas em definitivo a caracterização do período filipino como de "penetração e conquista", como se fez num texto já antigo e parcialmente ultrapassado, não encontra eco na análise histórica.[23] A ocupação luso-brasileira se manteve litorânea, mais expressiva na faixa nordeste, entre o Rio Grande do Norte e o sul da Bahia, e menos intensa na faixa sul, entre o Rio de Janeiro e os últimos núcleos meridionais paulistas (Iguape, Cananeia e Paranaguá).

No nordeste da colônia, que nos interessa mais de perto, a ocupação holandesa interrompera as tímidas iniciativas de avanço interior que pudessem ter surgido no período. Capistrano de Abreu lembra, especificamente a propósito da penetração ao longo do rio São Francisco, que

[23] Wright, Antônia Fernanda P. de Almeida; Holanda, Sérgio Buarque de. O Brasil no período dos Felipes. In: Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1976. t. I, 1º. v, p. 181.

o avanço luso-brasileiro chegara até Penedo, elevada à categoria de vila em 1630, mas fora sustado pela invasão holandesa.[24] A ocupação holandesa, presa ao objetivo comercial de controle das praças açucareiras e escravagistas do Atlântico Sul, foi inevitavelmente costeira, não tendo gerado movimentos significativos de adentramento do interior. E pode ter sido mesmo despovoadora em relação à hinterlândia mais próxima. Como mostrou Evaldo Cabral de Mello, uma das medidas tomadas pelos holandeses para conter a resistência luso-brasileira foi ordenar a evacuação de uma faixa sertaneja situada entre 50 e 60 quilômetros da costa, obrigando seus habitantes a se deslocarem para a marinha com bens móveis e animais.[25] Ainda que não tenha sido de todo bem sucedida, a iniciativa holandesa é representativa da oposição entre as duas forças europeias em conflito no Brasil holandês: um poder naval batavo, concentrado na marinha, e uma resistência luso-brasileira que se valia das rotas terrestres que chegavam ao litoral a partir do interior. Essa resistência, quando, na década de 40, tomou as proporções de uma guerra contra a ocupação, foi também um fator a dificultar o avanço rumo ao sertão profundo, pois concentrou as forças luso-brasileiras nas ações militares em Pernambuco e nas demais capitanias do norte. Isso adiou, por exemplo, a solução militar contra os grupos indígenas hostis que acometiam as vilas baianas, ação que foi protocolarmente deliberada em 1643 mas não pôde ocorrer por falta de efetivos.[26]

Do outro lado do Atlântico, os ataques holandeses às zonas africanas reprodutoras de escravos, controladas pelos portugueses, geraram efeitos importantes na dinâmica de ocupação territorial do Brasil. Luís Felipe de Alencastro mostrou que os ataques contra o segmento africano do sistema escravista, formado pelas praças de São Jorge da Mina, Benguela, Luanda, Fernando Pó, São Tomé e Cabo Verde, desorganizaram o tráfico atlântico de escravos negros a partir da África, até então controlado pelos portugueses. Para o autor, os reides marítimos inimigos, as dificuldades no transporte das peças e a preferência dos assentistas instalados nos portos africanos pelo abastecimento da América espanhola provocaram, a partir da década de 20, uma penúria de braços escravos no Brasil. A esses fatores deve-se acrescentar a concorrência antilhana na demanda pela mão de obra africana. O

[24] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 257-310. p. 259.
[25] Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada* : guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 290-291.
[26] "Assento tomado na relação da Bahia sobre a guerra aos índios selvagens, extraído do livro 4º. de ordens régias ao governador e capitão-general do Brasil, no ano de 1694 a 1695", 04/03/1669. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 391-398, 1865. p. 393. Ou [Assento], 04/03/1669. In: Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2. p. 30-33. p. 30-31.

número de escravos africanos desembarcados no Brasil, que fora de 150 mil entre 1601 e 1625, cai para um terço dessa cifra no período seguinte, entre 1626 e 1650.[27]

A consequência, sempre segundo Alencastro, é o recrudescimento do tráfico de escravos índios na América portuguesa. Da cidade da Bahia são enviadas expedições de apresamento de *tapuias* ao médio Paraguaçu. Em Pernambuco é deflagrada, em 1625, guerra justa contra os potiguares da serra da Raiz. Mas é de São Paulo que partem as maiores expedições de preação indígena, concentrando-se o primeiro alvo paulista nas grandes reservas de potenciais escravos índios existentes nas reduções jesuíticas do Guairá, em território do atual estado do Paraná.[28] Para aí partem as bandeiras preadoras de Antonio Raposo Tavares (1628-1630), de Manuel Preto (1629) e de outros bandeirantes, que se associaram aos castelhanos do Guairá e devastaram a província jesuítica em 1631. Na sequência, os ataques apresadores voltam-se para as missões do Itatim, localizadas no atual Mato Grosso do Sul, saqueadas em 1632-1633, e dos tapes, no sul do território gaúcho.[29]

John Manuel Monteiro colocou em questão duas interpretações correntes na historiografia sobre esse movimento.[30] A primeira revisão do autor é parte do núcleo da hipótese defendida na sua tese de doutoramento: os assaltos paulistas às missões jesuíticas meridionais tiveram por objetivo suprir de escravos não os engenhos e canaviais da Bahia e de Pernambuco, mas os empreendimentos agrícolas dos próprios paulistas no Planalto Meridional. Essa explicação esvazia parte da dinâmica intercontinental do movimento, voltando-se para uma razão endógena do apresamento – a necessidade de mão de obra na própria capitania de São Paulo – e tirando o foco da conjuntura militar e econômica na América e na África como base explicativa da ação paulista no interior do continente americano. Em Monteiro a explicação do movimento é mais estrutural e menos conjuntural (termos que o autor não utiliza): a

---

[27] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 191.
[28] Para uma delimitação geográfica clara do Guairá, *vide* Ramón I. Cardozo. *La antigua provincia de Guayrá y la Villa Rica del Espirítu Santo* (Buenos Aires, 1938). Apud Boxer, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 41. (Com o objetivo de dar a maior precisão possível às referências bibliográficas e documentais incluídas neste texto, optei, como recomendam os manuais de normalização, por citar de forma completa as fontes utilizadas por outros autores e não consultadas diretamente, sempre seguidas do termo "apud". Nesses casos a citação segue exatamente a referência fornecida pelos autores consultados, cabendo-lhes a responsabilidade pelas informações aqui registradas.)
[29] Alencastro, op. cit., p. 191-192 e 69. Na exposição feita nos dois últimos parágrafos segui, *pari passu*, a narrativa desse autor.
[30] Monteiro, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

constituição de uma força de trabalho indígena é uma característica específica e permanente da economia paulista seiscentista, o que permitiu aos plantadores da capitania darem as costas para o circuito comercial do Atlântico. O que mudou ao longo do século foram as condições de apresamento, mas essas mudanças se inseriram no contexto interno da capitania de São Paulo e não na dinâmica das relações e conflitos intercontinentais entre América e África.

Alencastro divide o problema em duas teses, ambas difundidas pela historiografia paulista. A tese principal afirma que a demanda por escravos índios respondia à ruptura do tráfico negreiro atlântico. A tese secundária sustenta que a maior parte dos índios apresados pelos paulistas nas missões meridionais se destinava aos engenhos e canaviais do nordeste da colônia. O autor refuta a segunda tese, confirmando a revisão proposta por Monteiro, no sentido de que não há traços documentais comprovando a transferência regular de escravos índios de São Paulo para a zona açucareira. Mas Alencastro corrobora a tese principal, sustentando que de fato haveria "uma relação de causalidade entre o desacerto conjuntural do fluxo negreiro e as bandeiras ao Guairá-Tapes". A demanda por escravos índios teria crescido em São Paulo exatamente porque a capitania passara a se colocar como a alternativa econômica de abastecimento de alimentos para o resto da colônia, suprindo a carência criada pelo rompimento dos circuitos comerciais intercontinentais. Com isso, salva-se o argumento principal do autor, de que a trajetória histórica da América portuguesa estava presa, no período, às flutuações conjunturais do tráfico negreiro do Atlântico Sul. Mesmo a economia paulista, marginal no sistema atlântico, estaria sujeita a essa determinação.[31]

A segunda revisão proposta por Monteiro diz respeito à "escolha" paulista dos alvos guarani nas reduções jesuíticas meridionais. Para a maior parte dos historiadores, pelo menos desde Capistrano de Abreu, os ataques teriam se concentrado nessa região de missões jesuíticas porque ali se encontravam as presas mais tentadoras para caçadores de escravos: "Por que aventurar-se a terras desvairadas, entre gente boçal e rara, falando línguas travadas e incompreensíveis, se perto demoravam aldeamentos numerosos, iniciados na arte da paz, afeitos ao jugo da autoridade, doutrinados no *abanheem*?".[32] Para Monteiro, essa noção subestima, por um lado, a importância da horticultura guarani, que teria atraído o interesse dos portugueses desde o século XVI, e superestima, por outro, a eficácia do projeto aculturativo

[31] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 194-195.
[32] Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 111. *Abanheem*, como se sabe, é o nome tupi para a língua geral.

dos jesuítas. "As missões do Guairá em sua maioria eram comunidades recém-formadas, precárias e isoladas, debatendo-se em busca de uma base econômica viável para sua sobrevivência".[33] Para o autor, os ataques paulistas se concentraram nessa região pela única e simples razão de que ali se encontravam números consideráveis de populações guarani.

Do ponto de vista deste trabalho, interessa especificamente o fato de que, desde o início do século e até as vésperas do marco zero aqui proposto, o foco da ação sertanista paulista tenha se concentrado nas províncias jesuíticas meridionais da América portuguesa.[34] Ainda que se conheçam incursões esporádicas de bandeirantes paulistas em outras regiões da colônia, sabemos que, até o meado do século, esses espaços ficaram mais ou menos preservados de uma ação mais direta e incisiva dos sertanistas de São Paulo. Entre esses espaços está o sertão baiano, que, como veremos, só se tornará foco da ação vicentina com a participação paulista nos eventos conhecidos como "Guerra dos Bárbaros", já na segunda metade do Seiscentos.

Além da conjuntura internacional, também a dinâmica ecológica e econômica da instalação lusitana na América contribuiu para reter na costa, até o meado do século XVII, o movimento ocupador luso-brasileiro. Uma pujante economia de exportação estava instalada no litoral e para lá se voltavam as energias luso-brasileiras. Capistrano de Abreu inicia o terceiro capítulo de "Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil" com a vívida descrição de uma paisagem costeira rica e povoada, na qual se destaca o Recôncavo Baiano e, em especial, a cidade do Salvador, onde se congregaram significativos estímulos governamentais ao desenvolvimento econômico. O mar desse pequeno mediterrâneo garantia o serviço dos engenhos, a exportação do açúcar, a importação dos artigos necessários ao funcionamento da economia e à vida da população e a alimentação da gente pobre e dos escravos. A proximidade do litoral era condição de sobrevivência econômica para os engenhos, que, ainda que instalados na mata, em razão da fertilidade dos terrenos e da abundância de lenha, não podiam se afastar muito do mar, para não sobrecarregarem os custos do transporte. A conclusão é inevitável: "[...] esta gente não trocaria de boa vontade as vantagens da marinha pelas asperezas e descômodos das brenhas do interior".[35]

---

[33] Monteiro, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 70.

[34] Para John Manuel Monteiro, do ponto de vista da história de São Paulo, o período 1610-1640 é caracterizado pelos assaltos de maior envergadura contra os guarani. Monteiro, op. cit., p. 62.

[35] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 270.

A resistência do meio terá sido outro condicionante ecológico do não avanço pelo interior. O cortejo de perigos e dificuldades a que se expunham os exploradores e primeiros ocupadores do sertão era quase interminável: serras empinadas e fragosas; campos homogêneos e expostos ao sol, onde era possível se perder; travessias de terrenos estéreis e sem água; rios caudalosos ou de águas pestilentas; animais perigosos, como a onça, a cobra, o porco-do-mato, a piranha; pragas e insetos daninhos, como o morcego, o bicho-de-pé, o mosquito, a formiga, a barata, o cupim, o carrapato, a pulga, o gafanhoto; doenças e males do corpo, como a malária, a desinteria, as verminoses. E, principalmente, de distribuição generalizada pelo espaço interior da colônia, os grupos indígenas hostis, de língua travada, que cronistas e autores de documentos oficiais distinguem invariavelmente pela coragem e tenacidade com que se defendiam dos invasores luso-brasileiros.

Sérgio Buarque de Holanda desfiou e caracterizou a maior parte desses tormentos das frentes pioneiras num dos capítulos do seminal *Caminhos e fronteiras*.[36] Muito do que reportou Holanda para São Paulo e as suas áreas de influência direta se aplica a outros espaços da América portuguesa e a outros agentes de ocupação. As mesmas dificuldades de adentramento e ocupação do interior se manifestaram de forma diferenciada em distintos espaços e períodos da formação territorial da América portuguesa. Doenças, animais selvagens e a ubíqua ameaça indigena parecem ter sido uma constante no longo e variegado processo de territorialização luso-brasileira do interior americano.

1.2 Territorialidades indígenas

Nesta seção optei por abordar o tema das territorialidades indígenas no marco zero da conquista do sertão nordeste (1640) por um método de sucessivas aproximações espaço-temporais do objeto. A América pré-conquista é o plano macroscópico e o ponto de partida, de onde passaremos à análise da ocupação indígena das terras baixas do continente, onde está o Brasil, para chegar aos povos do interior e, especificamente, às populações que habitavam o sertão nordeste quando se iniciou a sua conquista por grupos luso-brasileiros.

---

[36] Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. cap. “Frechas, feras, febres”. p. 90-124.

Os estudos contemporâneos de história indigena, antropologia e etnologia têm posto à prova muitas das certezas de que se cercou a abordagem convencional da América pré-conquista. Uma primeira e surpreendente constatação é a de que em 1492 o continente seria mais populoso do que a Europa, assim considerado o espaço compreendido entre o Atlântico Norte e os Urais. Pesquisas recentes indicam que a população das três Américas seria, no final do século XV, de 60 a 100 milhões, dos quais 8,5 milhões estariam nas terras baixas da América do Sul.[37] No mesmo momento, a população europeia estaria entre 60 e 80 milhões de pessoas. Áreas como a várzea amazônica teriam a altíssima densidade demográfica de 14,6 habitantes/km^2, próxima da estimativa para a Península Ibérica, que é de 17 habitantes/km^2.[38] Como salientam os estudiosos, esses números estimados põem-nos de frente à conclusão incontornável de que a América não foi descoberta, mas invadida.

O nadir demográfico da população ameríndia se encontraria, de acordo com os estudos contemporâneos, por volta de 1650, o que, do ponto de vista deste trabalho, nos informa que a depopulação provocada pela invasão luso-brasileira do sertão nordeste, iniciada exatamente nesse momento, foi quantitativamente menos impactante sobre a população americana total do que as guerras de conquista de outras áreas do continente. A explicação é estatística. Nas estimativas da população ameríndia na época do contato as planícies da América do Sul, que incluem o Brasil, ocupam um modesto terceiro lugar, com 8,5 milhões de indivíduos, abaixo do México (21,4 milhões) e dos Andes (11,5 milhões).[39] A dizimação sofrida pela população das terras baixas foi, portanto, em razão da sua relativamente reduzida representação proporcional no conjunto das Américas – apenas 14,8% – menos impactante sobre a população ameríndia total. Esse efeito estatístico provocou o sugestivo fato de que o ponto mínimo da população ameríndia total recaia exatamente no marco inicial da conquista do sertão nordeste. Nas décadas seguintes ao meado do século XVII, enquanto a população indígena do sertão nordeste sofria os drásticos efeitos da invasão luso-brasileira, a população indígena total das Américas voltava a crescer.

---

[37] Viveiros de Castro, Eduardo. Histórias ameríndias (resenha de *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha, org.). *Novos Estudos Cebrap*, 36, p. 22-33, 1993. p. 27.

[38] Cunha, Manuela Carneiro da. Introdução. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 9-24. p. 14.

[39] Denevan, William M. Tabela Estimativa da população indígena da América na época do contato europeu. In: Denevan, William M. *The Native Population of the Americas in 1492* (Madison, Wis., 1976), p. 291. Apud Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 57.

A invasão europeia atingiu espaços habitados por povos que há milênios vinham estabelecendo contato entre si e, nesse processo, produzindo uma história rica e complexa. Nas palavras de Eduardo Viveiros de Castro, num excelente texto sobre o tema,

> [...] o mundo ameríndio pré-colombiano era um tecido mais ou menos denso, mas sem falhas, em estado de fluxo constante, composto de gigantescos sistemas regionais que articulavam regiões tão distantes como a montaña peruana e a bacia do Orinoco, os Andes e o litoral de São Paulo. Fragmentos destes vastos complexos de troca comercial e cultural, matrimonial e guerreira, podem-se ver ainda hoje no rio Negro, no Alto Xingu, na Amazônia sub-andina ou no escudo da Guiana.[40]

Essa perspectiva evidentemente supera as noções, ideologicamente construídas, de povos "sem história", "na infância da história" ou "à margem da história", vivendo em estado de isolamento e segregados uns dos outros. Os estudos de história indígena têm apontado o fato de que a atomização das unidades sociais ameríndias é um fenômeno do período pós-conquista, provocado pelo efeito desagregador das sociedades coloniais e nacionais. No período pré-conquista as populações indígenas se espalhavam pelo espaço americano, provavelmente cobrindo-o como um todo e mantendo um fluxo constante entre si.

A trama das ações e relações das populações indígenas no território continental produziu, ao longo de milênios, alterações significativas no meio, especialmente na cobertura vegetal dos terrenos ocupados. O que hoje chamamos "natureza" seria o resultado histórico da longa ação cultural desses povos sobre a configuração natural das terras americanas. A imagem de uma natureza edênica, e portanto intocada, habitada por seres em estado da mais pura inocência ou da mais bruta barbárie, é desfeita pelos estudos históricos e antropológicos que mostram que o meio foi um produto milenar da intervenção humana no continente americano. E que a história das relações dessas populações entre si, e com o meio, é tão complexa quanto a história paralela dos povos europeus.

A invasão da América por grupos humanos tecnológica e militarmente mais equipados interceptou a trajetória histórica das populações ameríndias contatadas, impondo drásticas mudanças nos modos americanos de produção da vida. Como demonstraram Schwartz e Lockhart, as estratégias de conquista e ocupação seguidas pelos europeus dependeram em grande medida da organização social dos diferentes povos conquistados ao longo do continente. Nas terras baixas da América do Sul os ibéricos defrontaram-se com povos

[40] Viveiros de Castro, Eduardo. Histórias ameríndias (resenha de *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha, org.). *Novos Estudos Cebrap*, 36, p. 22-33, 1993. p. 32.

semissedentários ou não sedentários e as soluções da conquista foram adaptadas a essa realidade. A dizimação pura e simples, também utilizada nas áreas dos povos sedentários, foi uma das formas encontradas para o avanço sobre as novas terras. Onde e quando a dinâmica econômica o exigiu, optou-se pela escravização integral ou parcial dos índios. No Brasil, desde o primeiro século da invasão, foi implantada a política dos *descimentos*, que consistiam nos deslocamentos de povos inteiros para novas aldeias próximas aos estabelecimentos portugueses. A legislação régia prescrevia que os descimentos não envolvessem nenhum tipo de violência, devendo partir da persuasão dos grupos indígenas e ser sempre supervisionados por um missionário.[41] Mas a realidade concreta foi outra: muitos descimentos implicaram no uso da força ou representaram uma forma simulada de arrebanhamento de mão de obra escrava.

Schwartz e Lockhart criaram uma tipologia dos povos ameríndios que se revela extremamente útil para o estudo das territorialidades indígenas do continente. Os índios americanos se distribuiriam em três categorias: povos totalmente sedentários, ou povos centrais, de agricultura intensiva permanente, cidades e aldeias estáveis, mecanismos rígidos de tributação e população densa; povos semissedentários, de agricultura e aldeias sujeitas a mudanças sazonais, caça ainda importante como forma de subsistência, pagamento de tributos a superiores pouco importante e não institucionalizado e população menos densa do que nos grupos centrais; e povos não sedentários, de migrações frequentes num ciclo sazonal de caça e coleta, sem agricultura, com moradias em acampamentos em vez de aldeias, unidades sociais constituídas por pequenos bandos, tributos simbólicos ou inexistentes e densidade populacional extremamente baixa. Os povos centrais ocuparam principalmente a Mesoamérica e o centro dos Andes, em áreas hoje pertencentes ao México central, países da América Central, Peru e Bolívia. Os povos semissedentários eram encontrados na periferia dos territórios dos povos totalmente sedentários, em regiões dos atuais Chile, Colômbia e norte do México, e numa grande extensão espacial que ia do nordeste do atual Paraguai à costa brasileira, incluindo ainda boa parte do Caribe e o leste da América do Norte. Os povos não sedentários existiam em partes de todas as grandes regiões, ocupando preferencialmente as áreas impróprias para a vida sedentária, caracterizadas por clima muito seco ou muito úmido, planícies ou florestas fechadas. Os autores destacam, entre as áreas habitadas pelos

---

[41] Perrone-Moisés, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 115-132. p. 118.

não sedentários, as partes secas do norte do México, os pampas argentinos e boa parte do interior da Amazônia.[42] Cabe acrescentar uma grande área interior do centro-norte da banda oriental da América do Sul, que é o palco onde se desenrolará a trama estudada neste trabalho.

Nessas últimas áreas de populações não sedentárias os invasores se defrontaram com características situações de fronteira, na qual a resistência indígena valeu-se exatamente da dispersão populacional e da dureza do meio. Como sintetizou um historiador norte-americano, na periferia de povoamento da América Latina povos caçadores e coletores, nômades e guerreiros, não só bloqueavam o caminho da expansão ibérica, como também promoviam incursões em áreas povoadas, compelindo as autoridades a alocar homens e dinheiro para defendê-las.[43]

No espaço que nos interessa encontraremos uma dessas típicas fronteiras indígenas. As eventuais estratégias nativas de alianças e negociações com os invasores luso-brasileiros, destacadas em pelo menos um dos trabalhos recentes sobre o tema,[44] não devem obscurecer a principal tendência no longo processo de conquista dessa área: os grupos não sedentários, situados na periferia do instável povoamento luso-brasileiro, recusaram-se a se submeter e reagiram com violência onde, quando e como puderam. No momento em que ganharam suficiente poder de ataque, adotaram uma estratégia comum de contra-invasão, investindo contra os enclaves luso-brasileiros de fronteira e mesmo contra núcleos urbanos litorâneos já consolidados.

Desde o primeiro século da invasão os europeus que chegaram ao Brasil adotaram o vocábulo tupi *tapuia* e passaram a assim designar o conjunto dos povos habitantes do sertão nordeste. Esse termo, que no vocabulário tupi significava "o bárbaro" ou "o contrário", foi exaustivamente tratado pelos estudiosos contemporâneos, que enfatizaram o seu caráter de designação negativa ou por oposição: para o tupi e, principalmente, para o colonizador europeu, era *tapuia* o que não era tupi.[45] Esse ponto de vista etnocêntrico foi responsável pela

---

[42] Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 57-58.
[43] Hennessy, Alistair. *The frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press., 1978. p. 60-61.
[44] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004.
[45] A aplicação de um epíteto carregado de valoração negativa, por um povo sedentário ou semi-sedentário a povos não-sedentários, não ocorreu somente no Brasil. Schwartz e Lockhart informam que os povos do centro do México designavam os habitantes menos sedentários dos planaltos e montanhas áridas do norte como

descaracterização e menosprezo em relação aos *tapuias*, atitudes que nasceram da percepção colonial e se transmitiram para a historiografia. "Barbaria" foi um termo comum nos estudos históricos da primeira metade do século XX, com o qual os historiadores simplificavam a complexidade dos modos de vida *tapuias* sob uma designação que nada mais era do que uma repetição do padrão ignominioso dos documentos coloniais.

Num dos textos da emblemática *História dos índios do Brasil*, Beatriz G. Dantas, José Augusto L. Sampaio e Maria Rosário G. de Carvalho propõem, como mecanismo para a compreensão da dualidade tupi/*tapuia*, os pares de opostos que sistematizei no Quadro 1. Essa sistematização permite uma aproximação das especificidades *tapuias* e do seu papel nas formas de contato entre os europeus e os índios do sertão nordeste.

Quadro 1 – Distinções entre os povos tupi e os povos *tapuias* do Brasil

Tupi	***Tapuias***
Litoral	Interior
Mata tropical	Caatinga [e cerrado]
Homogeneidade cultural e linguística	Diversidade
Imposição de contato direto e sistemático com o europeu	Quase ausência inicial de contato e de informações seguras
Alvo da curiosidade do europeu	Presença fugaz e diversidade idiomática desestimuladoras da curiosidade europeia

Fonte: Elaborado a partir de Dantas, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto L.; Carvalho, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 431-456. p. 432.

Por meio do quadro características geográficas e mesológicas das áreas de povoamento indígena podem ser relacionadas ao tipo de contato estabelecido pelos europeus com os povos

---

chichimecas, ou bárbaros. Numa passagem estimulante, os autores ressaltam a semelhança de atitude entre os nahua, povo sedentário do vale do México, e os europeus, igualmente sedentários, em relação aos chichimecas. Ou seja, a tradicional oposição europeu/ameríndio cede lugar a uma oposição mais profunda, entre povos sedentários, americanos ou europeus, e povos não-sedentários. Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 78.

tupi e com os povos *tapuias*. A mata tropical que recobria a faixa litorânea abrigava populações indígenas relativamente densas e homogêneas, inclusive do ponto de vista linguístico, o que abriu a possibilidade de um contato direto e sistemático com o europeu. Esse contato foi certamente estimulado pela implantação de uma base econômica sólida no litoral, que demandou, ao longo do século XVI, a utilização em larga escala da mão de obra indígena. O trabalho indígena, como demonstrou Stuart Schwartz em obra clássica sobre a economia e a sociedade do açúcar, foi bem mais do que um simples preâmbulo do trabalho negro, tendo tido grande significado no funcionamento dos engenhos e canaviais ao longo do primeiro século da colonização.[46] De toda forma, foi a faixa litorânea o primeiro e mais expressivo espaço de ocupação europeia e a densidade populacional e organização social dos semissedentários tupi que os invasores ali encontraram teve papel determinante nesse movimento.

O interior do nordeste do Brasil, por outro lado, era habitado por povos heterogêneos, falantes de línguas diversas, de populações menos densas e muito menos concentradas do que os tupi da costa. Ao longo de milênios esses grupos vinham desenvolvendo modos de subsistência num meio árido e semiárido, cuja cobertura vegetal era majoritariamente de caatinga, abrigando também áreas de cerrado. O contato com o europeu, antes da conquista e ocupação luso-brasileira do sertão nordeste, limitou-se às expedições de apresamento que percorreram esses espaços desde o século XVI. A ausência de implantação de uma região econômica ampla e estável como a do litoral manteve os habitantes indígenas desses espaços, pelo menos até o meado do Seiscentos, relativamente distantes das formas de contato mais estreitas que se desenvolviam na faixa litorânea.

O longo período decorrido entre o início da conquista europeia do litoral e o início da conquista luso-brasileira do interior – um século e meio – foi outro fator determinante nas marcantes diferenças entre as formas de contato na área tupi e na área *tapuia*. O europeu que chegara à costa brasileira no início do século XVI trazia, a par do interesse econômico e militar, uma curiosidade típica do homem renascentista em relação aos naturais da terra. Textos quinhentistas como o de Gabriel Soares de Sousa são exemplares do esforço etnográfico de registrar os modos de vida das populações que se enxameavam na costa brasileira. No sertão nordeste, por seu turno, processou-se, a partir do meado do século XVII,

---

[46] Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

a limpeza étnica dos espaços indígenas para o avanço das fronteiras de ocupação luso-brasileiras, e muito pouca curiosidade deve ter marcado esse contato. A este respeito é significativo que nenhum cronista colonial tenha se dedicado a registrar os modos de vida dos povos *tapuias* do interior, como o fizera Soares de Sousa para os povos da costa baiana.

Do ponto de vista do espaço que nos interessa, a área de distribuição dos povos *tapuias* coincidiria, *grosso modo*, com o interior da atual Região Nordeste, isto é, a região que se estende da bacia do Paraguaçu, na Bahia, à do Parnaíba, no leste maranhense, incluindo o trecho médio-baixo da bacia são-franciscana e excluindo a faixa de mata tropical, de largura variável ao longo da linha litorânea que vai da Bahia ao Maranhão. Não obstante, um acréscimo territorial importante deve ser feito a essa delimitação geográfica, normalmente considerada como o espaço vital das populações *tapuias*. A área *tapuia*, antes da conquista e em boa parte do período colonial, avançava bem ao sul da bacia do Paraguaçu, podendo chegar ao médio Jequitinhonha e mesmo ao vale do rio Doce.

A presença *tapuia*, por seu turno, foi decisiva na integração das áreas que se estendem ao norte do rio Doce aos modos e ritmos de ocupação típicos da ação luso-brasileira no sertão nordeste. A dinâmica de apropriação luso-brasileira desses espaços hoje mineiros relaciona-se muito mais às características específicas de ocupação dos sertões ao norte do que às formas de colonização desenvolvidas nas regiões mineradoras ao sul. O atual norte de Minas Gerais, sob todos os aspectos, inclusive da história indígena, incorporou-se à trajetória histórica do sertão nordeste.

No interior da área de distribuição *tapuia* viviam povos majoritariamente não túpicos e não sedentários, caracterizados sobretudo pela economia extrativista (caça, pesca e coleta) e portanto dependentes da oferta espontânea do meio ambiente e de estratégias de abastecimento que incluíam migrações sazonais. Ainda que ocupado predominantemente por essas populações não sedentárias extrativistas, o semiárido podia, não obstante, incluir também grupos semissedentários e mesmo agricultores túpicos sedentários. Pesquisas arqueológicas e históricas têm revelado a existência de largas faixas de ocupação sedentária no vale do São Francisco. Já na década de 60 W. D. Hohenthal Júnior concluía que as populações indígenas que ocuparam os trechos interiores do vale são-franciscano não podiam ser enquadradas exclusivamente numa ou noutra das duas categorias de classificação

etnográfica da época – tupi e jê –, mas, antes, teriam sido resultantes de uma *mélange* de traços característicos de ambas.[47]

As conclusões quanto à presença de povos sedentários, formados por agricultores túpicos, no sertão nordeste partem das pesquisas contemporâneas realizadas na região. Na documentação histórica a designação *tapuia* é generalizada para os mais diversos povos encontrados pelas frentes de conquista luso-brasileira no vasto espaço que ia do atual norte de Minas Gerais ao interior do Maranhão. Desfazer essa generalização, estabelecer modos de vida específicos de grupos étnicos claramente identificados e situar espaços de movimentação associados a cada um desses grupos são tarefas que têm esbarrado, para voltar à forte expressão de Marcos Galindo Lima, na impossibilidade de se desmontar o genérico *tapuia* dos documentos coloniais. A corrosão a que as populações indígenas reunidas sob essa denominação foram submetidas não se limitou às fontes históricas dos séculos XVI, XVII e XVIII. No século XIX boa parte da historiografia nacional, capitaneada por Varnhagen, encarregou-se de reforçar o estigma contra os *tapuias*, dessa vez tratando como obstáculos à civilização os grupos indígenas que remanesciam no interior do país: botocudos no leste, kaingang no sul e povos jê no Brasil central.[48] O século XX, na sua primeira metade, como vimos, manteve essa tendência.

***

Grupos extrativistas, semiextrativistas e agricultores moviam-se por espaços cobertos predominantemente por vegetação xerófila. Capistrano de Abreu assim caracterizou essas áreas:

> Caatinga, carrasco, cerrado, agreste designam todos várias formas de vegetação xerófila, caracterizada pelas raízes às vezes muito profundas, munidas muitas de bulbo que prende a água, pelo tronco áspero, gretado, exíguo, esgalhado, como se

---

[47] Hohenthal Junior, W. D. The General Characteristics of Indian Cultures in the Rio São Francisco Valley. *RMP*, São Paulo, v. XII, p. 73-84, 1960. Para trabalhos mais recentes sobre essa questão, *vide* (1) Martin, Gabriela. O Homem do Vale do São Francisco. In: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. *O Rio São Francisco*: a Natureza e o Homem. Recife, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1998. s. p. (2) Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 78-79.

[48] Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 30. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>. Acesso em: 28 abr 2008.

> procurasse para os lados o desenvolvimento que lhe foge na vertical, pelas folhas mais ou menos miúdas, que caem numa parte do ano para melhor resistir à seca, limitando a evaporação.[49]

Essa é a caracterização geral da cobertura vegetal dos terrenos do sertão nordeste. Donald Pierson, em estudo voltado especificamente para o vale do São Francisco, definiu e caracterizou as principais formas de vegetação ali encontradas. Os tipos citados pelo pesquisador norte-americano podem ser utilizados, numa perspectiva ampliada, como uma tipologia das formas de vegetação características do conjunto do sertão nordeste.[50] A caatinga, que predomina, abrange uma ampla variedade de cactáceas, de árvores, moitas e arbustos ressequidos, retorcidos e raquíticos, muitos deles providos de espinhos e de meios para evitar a transpiração rápida no clima seco do meio. A imagem de uma vegetação de árvores sem folhas e galhos retorcidos e secos foi imortalizada por Euclides da Cunha, mas quem percorre as reservas de caatinga "nativa" depois das chuvas pode constatar que a paisagem retratada pelo autor é transitória. Como lembra Pierson, a partir de Sternberg, a característica mais fascinante dessa vegetação é a espantosa exuberância com que reage às primeiras chuvas. É quando o cinzento transforma-se em verde.[51]

O cerrado compreende uma vegetação de árvores e arbustos esparsos, baixos e raquíticos. As árvores são bem distanciadas umas das outras, atrofiadas, com troncos e galhos retorcidos e casca semelhante à cortiça. A folhagem é seca, dura, áspera e quebradiça. Um dos elementos mais importantes do cerrado são as veredas, verdadeiros oásis onde água e alimentos frescos para os animais são permanentemente armazenados, permitindo a manutenção da fauna durante a estação seca e a defesa contra os incêndios que ocasionalmente inflamam a vegetação. As veredas e as nascentes dos cursos de água são alimentadas pela água retida nos lençóis subterrâneos durante a estação chuvosa.

---

[49] Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 20.

[50] Pierson, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro, Ministério do Interior. Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. t. I, p. 169-174. Não incluí, nos tipos tratados a seguir, as florestas virgens, que ocorrem nas zonas montanhosas do trecho alto e na faixa litorânea do trecho baixo do São Francisco. Esses dois grandes segmentos do rio não se incluem no sertão nordeste.

[51] Sternberg, Hilgard O'Reilly. The physical basis of brazilian society. In: Smith, T. Lynn e Marchant, Alexander. *Brazil*: portrait of half a continent. New York, 1951. p. 63. Apud Pierson, op. cit., p. 169-170. A paisagem descrita por Euclides da Cunha é mais uma metáfora sociológica e menos uma caracterização rigorosa das áreas de caatinga do sertão nordeste. Como metáfora, tornou-se o enquadramento ecológico ideal para uma profunda análise dos dilemas da civilização brasileira.

Os campos correspondem a áreas onde predomina o capim e ocorrem especialmente nas meias encostas, nos altos de morros e nas colinas sujeitas à erosão. São menos férteis do que o cerrado.

Nas zonas campestres do Planalto Brasileiro pode ser encontrado um tipo de floresta comum a quase todas as margens de cursos de água. Trata-se da mata ciliar, cujo crescimento é favorecido pela maior umidade e fertilidade do solo nas proximidades dos cursos de água. Pierson ressalta o flagrante contraste dessas matas com a caatinga que a circunda. Roy Nash, citado pelo autor, afirmou "descido trechos do São Francisco e do seu tributário Paracatu, no norte de Minas, onde, a julgar pela floresta que acompanha as margens, alguém pode imaginar-se no coração da selva amazônica. Entretanto, a uns 800 metros da margem, penetra-se nas caatingas que atestam a aridez da região".[52]

As áreas preferidas para a instalação indígena nesses espaços do sertão nordeste foram as margens dos cursos fluviais, os abrigos e grutas nas serras, as ilhas do médio e baixo São Francisco e os brejos. Esses últimos, formados pelo recuo de inundações fluviais ou pela concentração da água da chuva em terrenos baixos, constituem setores úmidos no domínio predominantemente seco do semiárido.

Os estudiosos contemporâneos da história indígena são unânimes em recuperar, a despeito das percepções da barbárie correntes até a primeira metade do século XX, a complexidade das relações estabelecidas entre os predominantes povos extrativistas e as formações naturais do semiárido. Na fecunda síntese de Marcos Lima,

> Estas posições refletem um pensamento baseado na premissa equivocada de que culturas nativas seriam, em uma escala linear, menos "importantes" que as ditas "altas culturas". A falha desta lógica reside na inabilidade dos analistas em perceber as sociedades de caçadores coletores como sistemas em equilíbrio com as demandas do seu meio ambiente, e resultantes de variados processos adaptativos e complexas soluções de abastecimento, sedimentadas ao longo de milênios, e como tais absolutamente coerentes com as exigências do semi-árido.[53]

---

[52] Nash, Roy. *The conquest of Brazil*. New York: Harcourt, Brace & Co., 1926. p. 69. Apud Pierson, op. cit., p. 175. O pesquisador norte-americano Roy Nash escreveu em 1926. A passagem citada, confrontada com a situação atual das matas ciliares do São Francisco, dá uma ideia da devastação ambiental sofrida pela região.

[53] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 39.

Entre esses processos adaptativos figurou a transumância, representada pelo conjunto dos deslocamentos sazonais dos povos não sedentários. Os estudos contemporâneos têm se afastado da perspectiva convencional do "nomadismo" como um vagar sem rumo desses grupos por espaços possíveis de serem atingidos. Uma lógica mais precisa, baseada no ciclo anual das estações, na oferta sazonal de alimentos e nos itinerários tradicionais de circulação, parece ter orientado os deslocamentos de povos extrativistas pelo semiárido.

Uma certa noção de espaços definidos de circulação, ligados ao abastecimento alimentar e à guerra, pode ter se estabelecido entre os distintos grupos étnicos abrigados sob a classificação de não sedentários. Esses espaços de circulação, todavia, não se configuravam no sentido de "território", tal como o entendemos hoje. Aplicar a ideia contemporânea de território aos espaços ameríndios, e em especial aos espaços habitados por povos não sedentários, resulta numa espécie de anacronismo antropológico. É possível que etnias e territorialidades tivessem, para o conjunto dos povos ameríndios, um sentido filosófico e político completamente distinto da conotação substantiva e nacional que têm hoje para nós. Essa distinção seria ainda mais pronunciada no caso de povos que, como os não sedentários do sertão nordeste, não construíam grandes aldeias, não se dedicavam a práticas agrícolas e circulavam sazonalmente pelos seus *habitats*.

Para garantir as migrações sazonais em busca de alimento e os movimentos ligados à guerra, os povos não sedentários desenvolveram formas de adaptação às condições do meio e à necessidade de rápido deslocamento: equipamentos reduzidos e resistentes, moradias simples e subsistência baseada na caça, pesca e coleta. A "simplicidade" dessas soluções esconde, como já foi lembrado, complexas formas culturais de coexistência com o semiárido.

Gabriel Soares de Sousa propagou a ideia de uma grande migração *tapuia*, por meio da qual esses povos, originalmente habitantes da costa baiana, teriam sido obrigados a deixá-la pela pressão de um outro gentio, que o cronista denomina *tupinaés*. Essa teria sido a razão de, antes da chegada dos portugueses, os *tapuias* já habitarem o sertão. Esse relato pode ser colocado em dúvida a partir de pelo menos duas ordens de argumentação. A primeira e mais específica é ressaltada por Marcos Galindo Lima e reside no fato de que não foram descobertos vestígios arqueológicos de uma suposta ocupação massiva do litoral nordestino

por povos extrativistas.[54] O segundo e mais geral argumento consiste em que, como lembrou John Monteiro para o caso da descrição dos tupinambá por Soares de Sousa, tratava-se de índios que, quando escrevia o cronista, já há muito haviam experimentado o contato com os europeus.[55] Ou seja, é possível que o relato de Soares de Sousa, não só no caso dos tupinambá, mas também no dos *tapuias* do sertão, se referisse, na realidade, a índios coloniais,[56] em franco processo de adaptação à nova realidade imposta pela invasão europeia, tal como se apresentava no final do século XVI.

A pressão das frentes de expansão luso-brasileira no sertão nordeste foi suficientemente forte para provocar movimentos migratórios mais intensos, duradouros e decisivos do que as migrações sazonais dos povos não sedentários. A fuga para o "mais interior do sertão" – expressão empregada em documentos seiscentistas – pode ter figurado como a alternativa possível ao descimento e à escravização. Do ponto de vista desses povos, uma dramática coincidência se impôs entre o meio que habitavam e a necessidade de expansão econômica luso-brasileira: os terrenos de caatinga e cerrado eram, em razão da topografia relativamente plana, da vegetação arbustiva e da ausência de matas fechadas, os mais propícios às pastagens que formariam a "zona da criação".[57] Essas terras seriam o motivo e o palco de uma trama histórica que, com especial intensidade a partir do meado do século XVII, passa a envolver, no sertão nordeste, os povos ameríndios e as frentes de conquista e ocupação luso-brasileira.

1.3 Reorientações

As décadas de 40 e 50 do Seiscentos assistem a desdobramentos históricos que, direta ou indiretamente, determinarão novas tendências na ocupação luso-brasileira da América. Quase simultaneamente, os holandeses são expulsos das zonas açucareiras da América e das áreas escravagistas da África: em 1648 Salvador Correia de Sá e Benevides, atuando a partir do Rio de Janeiro, retoma Angola; e entre 1645 e 1654 os flamengos são vencidos na costa nordeste brasileira, que volta ao controle da Coroa portuguesa. Num plano geral, a reconquista da

[54] Ibidem, p. 42-43.
[55] Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 23. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf. Acesso em: 28 abr 2008.
[56] A expressão *índios coloniais*, evidentemente associada às populações nativas levadas a entrar no processo colonial luso-brasileiro, tem sido utilizada com alguma frequência nos estudos de história indígena.
[57] A expressão é de Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 180-181.

soberania lusitana sobre a primeira grande área econômica da América portuguesa garante, na faixa litorânea, a estabilidade necessária para que se possa pensar no avanço rumo aos sertões.

Mas os efeitos internos da dupla reconquista lusitana são mais profundos. Na síntese de Alencastro, reabre-se o caminho para que o tráfico negreiro retome a sua centralidade no Atlântico Sul, esvaziando a importância econômica do cativeiro indígena. Para o autor, "o fluxo regular do tráfico negreiro diminuiu a importância dos índios como reserva potencial de mão de obra cativa, transformando-os apenas num embaraço à expansão da fronteira agropastoril: abria-se a via à sua exterminação".[58]

A esse efeito econômico externo se somará a resistência crescente oposta por espanhóis e jesuítas ao avanço paulista no Brasil meridional: em 1641 os índios das reduções jesuíticas, armados pelos padres, derrotam os invasores vicentinos no rio Mbororé (afluente do alto Uruguai). Os dois movimentos, externo e interno, contribuem para o paulatino abandono do interesse paulista pelas áreas meridionais da América portuguesa e o gradual ascenso da sua movimentação rumo ao norte de São Paulo. A expansão paulista volta-se, a partir do meado do século, para as áreas centrais e setentrionais da América portuguesa, inclusive o sertão baiano. Novos espaços passam a ser alvo da ação vicentina: a futura região das jazidas auríferas mineiras, o norte mineiro, o interior da Bahia, o Piauí. Recompensas materiais pela participação em tropas mercenárias de combate a índios hostis, conquista de terras para o avanço das frentes de expansão e busca de riquezas minerais assumirão posições centrais entre os objetivos concretos que mobilizam os sertanistas de São Paulo rumo a esses espaços, diminuindo a ênfase no apresamento indígena.

No mesmo ano em que Salvador de Sá lançava a ofensiva militar de retomada de Angola aos holandeses, a bandeira de apresamento indígena de Antonio Raposo Tavares deixava São Paulo rumo ao oeste da América. Como se sabe, os expedicionários vagaram durante três anos pelo interior da América do Sul, indo dar em Belém em 1651. Também esse episódio representará um marco na ação paulista no continente: não se tendo encontrado grandes concentrações indígenas, similares às que haviam sido pilhadas pelos bandeirantes nas missões jesuíticas meridionais, será esse mais um fator a desviar os paulistas do sul e do oeste do território colonial e fazê-los voltar os olhos para o centro e o norte da América portuguesa.

---

[58] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 337.

Para Alencastro, "a longa jornada inútil de Raposo Tavares marca um limite histórico às grandes expedições bandeirantes".[59]

Alencastro chama ainda a atenção para o significado da simultaneidade cronológica e do contraste histórico entre os dois eventos, sublinhando a distinção entre a "expedição brugreira do autonomismo paulista" de Raposo Tavares e a "expedição negreira do expansionismo comercial fluminense, propulsada para reinserir a América portuguesa na zona sul-atlântica da economia-mundo", de Salvador de Sá.[60]

O paralelo traçado por Alencastro é engenhoso, mas a sua conclusão final é discutível. Para o autor, estaríamos diante de "duas políticas diferentes de exploração colonial que serão unificadas pelo mercado atlântico nas últimas décadas do século XVII, no movimento de longa duração do tráfico negreiro".[61] Por construir a sua análise exclusivamente a partir do mercado externo e do tráfico negreiro, Alencastro precisa encontrar mesmo em ações interiores e desvinculadas da economia exportadora, como a bandeira de Raposo Tavares, sinais de tendências que mais tarde se resolveriam no mercado atlântico. Mas o trato atlântico de escravos negros, que constitui a chave analítica principal do autor, não explica a totalidade das tendências históricas que se apresentaram na segunda metade do século XVII, entre elas a interiorização da ocupação luso-brasileira da América portuguesa. A bandeira de Raposo Tavares, ainda que possa parecer inútil, aponta muito mais para o avanço continental e a territorialização do interior da América do que para o mercado externo e o espaço econômico do Atlântico Sul.

Seria possível, a partir dessa perspectiva, perceber dois movimentos distintos e, até certo ponto, independentes. A faixa litorânea teria permanecido presa à dinâmica do mercado externo, quer seja a partir da relação triangular Europa – África – América portuguesa, que constituiu o cerne da explicação convencional do processo, quer seja a partir do espaço bipolar do Atlântico Sul, que forma o núcleo de explicações renovadas como a de Alencastro. Como é sabido, a economia brasileira do açúcar está no cerne dessas relações intercontinentais.

---

[59] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 238.
[60] Ibidem, p. 266.
[61] Ibidem, p. 266.

Mas no interior da América portuguesa a dinâmica era radicalmente diferente. As opções econômicas desprendiam-se do vínculo quase exclusivo com o mercado externo, o que possibilitava a ação de pequenos e médios empreendedores, que não teriam lugar no espaço econômico concentrador representado pela área canavieira. A descoberta de riquezas minerais e o estabelecimento de fazendas de gado nos sertões passam a figurar, especialmente a partir do início da segunda metade do século, como possibilidades econômicas que tornam o avanço rumo ao interior uma ação cada vez mais colocada no horizonte de expectativas dos empreendedores coloniais.

Não resta dúvida quanto aos vínculos, em ambos os sentidos, entre as áreas econômicas litorâneas e as áreas econômicas interiores. Pensar o interior a partir de si mesmo, sem conexão com o litoral, seria atrofiar a explicação. Mas é possível distinguir modos e ritmos distintos, em alguns casos independentes, na ocupação luso-brasileira dos dois espaços, o que afasta perspectivas de “unificação” como a suposta por Luiz Felipe de Alencastro.

A exploração dos espaços interiores da América portuguesa, a partir de São Paulo e, em menor grau, da Bahia e do Maranhão, já é registrada no meado do século XVI e é, portanto, muito anterior ao marco zero aqui definido. Uma profusa historiografia, ligada principalmente aos estudos do bandeirismo da primeira metade do século passado, encarregou-se de identificar e caracterizar essas expedições, inventariando participantes, roteiros prováveis e espaços explorados. Historiadores contemporâneos têm isolado essas ações expedicionárias pioneiras, enfatizando o fato de que não produziram resultados concretos de instalação luso-brasileira nos espaços percorridos e, portanto, não teriam interesse no processo de colonização da América portuguesa.[62]

É importante situar, contudo, que essas expedições exploratórias contribuíram para a formação do *mapa mental* dos espaços percorridos, que mais tarde seriam conquistados e ocupados por luso-brasileiros. Dessas entradas exclusivamente de exploração resultava a primeira forma de apropriação do espaço, que era o registro e a transmissão de informações vitais para os próximos exploradores e mesmo para futuros ocupadores. A transmissão de

---

[62] Para Cláudia Damasceno Fonseca, por exemplo, “a maior parte dessas expedições tem pouca relevância para as questões abordadas neste estudo, pois não deixaram marcas duráveis sobre o solo que percorreram”. Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 48.

informações, especialmente na capitania de São Paulo, onde o sertanismo era parte da cultura e das referências identitárias da população, deve ter sido expressiva entre os sucessivos grupos de exploradores. A tradição oral encarregou-se de armazenar a maior parte dessas informações, muitas vezes fornecidas por homens iletrados, mas alguma coisa restou registrada por escrito em roteiros, relações, notícias e esboços cartográficos. O processo de conquista e ocupação do sertão nordeste por grupos e indivíduos partidos de São Paulo e, em menor grau, da cidade da Bahia e de São Luís, é parcialmente tributário dessas primeiras incursões sertanistas.[63]

A partir do meado do século XVII o interior nordeste é percorrido e ocupado por sertanistas paulistas, baianos e reinóis, que estabelecem núcleos avançados de povoamento luso-brasileiro nos sertões da Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Paraíba, Rio Grande, Ceará, Piauí e Maranhão. A movimentação dos sertanistas por esses espaços interiores, que é muito mais antiga do que a segunda metade do Seiscentos, parece ter se voltado, a partir de então, também para a ocupação, fixação e valorização econômica dos sertões centrais e setentrionais. Por razões distintas, antigos caçadores de índios, combatentes mercenários de tribos *tapuias* e aventureiros exploradores de riquezas minerais deixam, em alguns casos, o ritmo itinerante dessas atividades e assentam núcleos pioneiros de ocupação do interior, dando início à territorialização dos sertões. Algumas das razões para essa nova tendência são óbvias: a descoberta das reservas minerais do que mais tarde seria a capitania das Minas Gerais provoca a súbita fixação de sertanistas e aventureiros no "sertão dos cataguás". Outras razões são menos evidentes. É possível que o malogro na participação na chamada "Guerra dos Bárbaros" tenha decidido ex-mercenários paulistas como Matias Cardoso de Almeida e os seus comandados a voltarem os olhos para a perspectiva econômica mais lenta, porém mais segura, que representava a criação de gado bovino no sertão do São Francisco.

[63] Alguns dos poucos registros documentais de incursões itinerantes pelo interior da América portuguesa, tais como os relatos escritos pelo jesuíta Antonio de Araújo na primeira metade do século XVII e as cartas geográficas sertanistas, serão estudados nos capítulos seguintes deste trabalho.

2 A DINÂMICA DA CONQUISTA

2.1 As formas de conquista

Sem que seja esse um marco absoluto e inamovível, suponho que nas décadas de 40 e 50 do Seiscentos tenham se apresentado, como foi discutido no capítulo anterior, as condições estruturais e conjunturais para que se iniciasse a conquista e ocupação luso-brasileira de terras do interior da capitania da Bahia e das áreas sertanejas vizinhas. A tomada desses espaços interiores aos grupos indígenas que o habitavam e a sua descontínua e irregular incorporação aos domínios lusitanos na América permite-nos mesmo colocar em questão a assertiva, algo comum entre os historiadores mineiros, de que as Minas Gerais constituíram o primeiro movimento de interiorização da colonização da América portuguesa. De fato, a ocupação luso-brasileira de terras no interior da Bahia, no Piauí e no norte mineiro é anterior à emergência da região colonial formada pelos núcleos de extração aurífera que dariam origem à mais importante capitania mineradora da América portuguesa.

Na década de 70 do século XVII, enquanto a bandeira reveladora de Fernão Dias ainda percorria os espaços que somente dois decênios depois passariam a ser ocupados por mineradores luso-brasileiros, no interior da Bahia já se distribuíam sesmarias e fundavam arraiais em áreas conquistadas aos índios. Da mesma forma no Piauí. No atual norte mineiro o movimento parece ter sido ligeiramente posterior, remontando à década de 80 as primeiras notícias de ocupação luso-brasileira efetiva de espaços específicos da região, como o médio superior São Francisco. De qualquer forma, ainda anterior às Minas Gerais *stricto sensu*, isto é, à região das jazidas auríferas encontradas nos vales dos rios Doce, das Velhas e das Mortes. Em todos esses casos, os sertões antecederam as minas.

Partindo da cronologia de distribuição e da localização das sesmarias concedidas na Bahia, Felisbello Freire afirmou, em obra cuja primeira publicação é de 1906, que o movimento colonizador se acentuara, a partir de 1654, na área ocidental da capitania.[64] O fluxo da colonização teria deixado, a partir da expulsão holandesa, a faixa litorânea e as áreas próximas, atingindo terras ocidentais das margens dos rios Paraguaçu, Itapicuru, Jacuípe, Inhambupe, Subaúma e chegando mesmo, no extremo oeste, ao São Francisco. O autor, num

[64] Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. p. 31.

considerável trabalho de pesquisa documental, arrolou sesmarias concedidas nessas áreas, na década de 50, como demonstração da sua tese.

O problema dessa abordagem exclusivamente "sesmarial" é que a existência da carta de sesmaria não nos garante que as terras concedidas tenham sido efetiva e integralmente ocupadas pelo concessionário. Esse paradoxo, que já ocupou outros autores e será discutido na segunda parte deste trabalho, obriga-nos a relativizar e tratar com cautela o papel das concessões de sesmarias como indicadores do estabelecimento luso-brasileiro em terras sertanejas. Buscando uma abordagem mais dinâmica e orgânica, é possível iniciar a reconstituição da instalação luso-brasileira no sertão baiano a partir não do retrato cronológico e geográfico da distribuição de sesmarias, mas sim de uma perspectiva que integre a conquista luso-brasileira dessas terras como a base histórica de todo o processo. A concessão da sesmaria se torna um resultado, que está entre os mais importantes na estruturação da ocupação luso-brasileira do espaço em estudo, cuja validade como índice de efetivo povoamento é dada pelo movimento que lhe é anterior, o da conquista das terras.

A relação profunda entre conquista e colonização foi proposta por Lockhart e Schwartz como uma das chaves explicativas para a compreensão da expansão ibérica na América. Para os autores, ainda que a conquista fosse um episódio espetacular, não se tratava de um ato isolado. Ela estava articulada ao capitalismo comercial europeu e aos esforços de colonização permanente da América, de forma que cada nova área conquistada era efetivamente ocupada a partir da experiência adquirida nas áreas anteriores. Ações realizadas pelos grupos conquistadores no curso normal das suas atividades revelaram-se partes transcendentes e permanentes do processo colonizador. "Assim", concluem, "a conquista não foi um hiato antes da colonização, mas parte integrante e vital da colonização".[65] Essa perspectiva possibilita, sempre de acordo com os autores, pensar a conquista como um verdadeiro divisor de águas, de modo que, no nível mais profundo, haveria apenas dois grandes períodos na história do Hemisfério Ocidental: pré-conquista e pós-conquista. Em muitos aspectos o período decorrido desde a chegada dos europeus formaria um todo contínuo e ininterrupto, superando, na história do continente, a divisão mais superficial entre período colonial e

---

[65] Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 105-106.

período nacional.[66] Essa linha de análise traz os processos de conquista para o centro da discussão da colonização ibérica da América.

Para o objeto em estudo neste trabalho, interessa uma primeira e fundamental distinção. Sob o termo *conquista* a documentação colonial abriga tanto situações de enfrentamento de populações indígenas quanto de aquisição de espaços para a implantação de unidades de ocupação luso-brasileiras. No primeiro caso o termo inclui, curiosamente, também as situações em que não há captura de contingentes indígenas para a escravização, mas tão-somente repressão a grupos hostis que ameaçam a ocupação luso-brasileira. Ou seja, a "conquista" pode se referir apenas a uma situação de enfrentamento e repulsão da ameaça indígena, sem implicar necessariamente no arrebanhamento de escravos índios ou na tomada de novos espaços.

O segundo caso, que nos interessa mais de perto, diz respeito à *conquista territorial*. É claro que essa situação envolve, na grande maioria dos casos, o enfrentamento armado dos ocupadores indígenas das áreas conquistadas, mas encontraremos também algumas poucas situações em que os espaços estão originalmente vazios de ocupação humana. O destino das populações indígenas que habitavam o espaço tomado dependerá dos objetivos da empresa de conquista. Luiz Mott sugeriu e não chegou a desenvolver uma tipologia das formas de contato entre brancos e índios no Piauí, que me parece útil para a análise dessas relações no conjunto do sertão nordeste: guerra de extermínio, guerra de expulsão, guerra de preação e guerra de redução.[67] As duas primeiras formas implicam um interesse menor dos conquistadores nos grupos indígenas subjugados e estão diretamente ligadas à conquista territorial. A guerra de preação tornou-se, como demonstrou John Manuel Monteiro, praticamente uma especialidade paulista no século XVII. O quarto tipo refere-se a uma última forma de conquista, que, pelo menos desde a obra de Ruiz de Montoya, tomou o nome de *conquista espiritual*. Implica o deslocamento e a reorganização de grupos indígenas em aldeamentos e reduções, sob o controle missionário.

Pedro Puntoni e Luís Felipe Alencastro abordaram o extermínio de populações indígenas nas regiões centrais e setentrionais da América portuguesa como forma de abrir caminho para as fazendas de gado. Para o primeiro autor, a chamada "Guerra dos Bárbaros" constituiu um

---

[66] Ibidem, p. 487-488.
[67] Mott, Luís. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 128.

processo de “limpeza do território” e uma resposta à demanda de espaço para a expansão pecuária no sertão nordeste. A pecuária, tendo se baseado no trabalho livre, pôde abrir mão da escravização indígena; as populações indígenas passaram, assim, a ser vistas simplesmente como um empecilho a ser varrido do horizonte de expansão das fazendas de gado.[68]

Alencastro, por seu turno, afirma que, na conjuntura específica do sertão nordeste da segunda metade do Seiscentos, a preação passa a ser subsidiária e os índios sobreviventes às guerras de conquista são vendidos ao acaso, “sem responder a uma determinada demanda regional, como a formada pelos produtores de trigo e de outros alimentos na capitania vicentina na primeira metade do século XVII”. A “Guerra dos Bárbaros”, que desencadeou essa reorientação de objetivos, teria constituído uma “ruptura na história da América portuguesa”.[69]

A “Guerra dos Bárbaros” foi descrita e problematizada por diversos autores e constitui o objeto da tese de doutoramento de Pedro Puntoni, uma contribuição definitiva ao estudo do tema.[70] Outros autores, como Cristina Pompa, Antonio Carlos Robert Moraes e Beatriz G. Dantas, José Augusto L. Sampaio e Maria Rosário G. de Carvalho incluíram úteis resumos dos eventos reunidos sob a expressão em textos sobre temas correlatos.[71] No passado, Afonso Taunay fez uma minuciosa reconstituição da guerra, atendo-se ao seu aspecto episódico e aos personagens envolvidos, sem uma visão de conjunto do tema e sem uma percepção do seu lugar na história da América portuguesa seiscentista.[72]

Considero inteiramente dispensável, portanto, abordar mais uma vez a série de eventos. Basta-nos relembrar a identificação e datação dos principais confrontos reunidos sob a denominação “Guerra dos Bárbaros”, trabalho realizado por Puntoni: as jornadas do sertão, empreendidas entre 1651 e 1656, contra os *tapuias* rebelados que ameaçavam o Recôncavo Baiano, atacando as freguesias de Paraguaçu, Jaguaripe e Cachoeira; a Guerra do Orobó, ocorrida

---

[68] Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 43-47.
[69] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 337.
[70] Puntoni, op. cit.
[71] (1) Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 269-293; (2) Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000. p. 383-386; (3) Dantas, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto L.; Carvalho, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. 431-456. p. 442-443.
[72] Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1936. v. VII. p. 1-135.

entre 1657 e 1659, contra os mesmos *tapuias*, dessa vez confrontando-os no médio Paraguaçu; a Guerra do Aporá,[73] entre 1669 e 1673, realizada no mesmo contexto; as guerras no São Francisco, entre 1674 e 1679; a Guerra do Açu, entre 1687 e 1704, no Rio Grande (do Norte), convencionalmente considerada, como aponta Pompa, como o início da "Guerra dos Bárbaros";[74] e o massacre no Jaguaribe, entre o Rio Grande e o Ceará, em 1699.

Uma distinção foi estabelecida por Moraes entre a tônica defensiva que marca as expedições punitivas nas áreas costeiras ou relativamente próximas da costa e o caráter expansivo que parece nuançar a guerra contra os povos indígenas das áreas interiorizadas do "sertão de dentro".[75] De fato, os confrontos travados no médio Paraguaçu e, ao norte, no Rio Grande e Ceará, parecem atender à necessidade de proteção dos moradores contra os sucessivos ataques *tapuias*. Já as guerras de conquista travadas no médio São Francisco e no Piauí mostram-se mais claramente ligadas à necessidade de expansão das terras pecuárias. A utilidade dessa distinção não deve, todavia, esconder o fato de que, entre os resultados das guerras movidas, na década de 70, na área central do sertão baiano – parte, portanto, das expedições "defensivas" – está a distribuição de sesmarias entre os combatentes, que a seguir fariam da região uma frente pioneira de ocupação luso-brasileira.[76]

Defesa contra ataques indígenas, liberação de terras para a pecuária e apresamento de contingentes indígenas para a escravização nas unidades econômicas estão entre os objetivos da ação repressiva e expansiva de exércitos luso-brasileiros, principalmente paulistas, associada aos eventos da "Guerra dos Bárbaros". As ações luso-brasileiras mobilizadas por esses objetivos, não obstante, ultrapassam em muito, nos dois sentidos temporais, os períodos atribuídos à guerra (1651-1720, para Pedro Puntoni, ou, de um ponto de vista mais convencional, 1687-1720). John Monteiro analisou a preação indígena praticada por paulistas no longo período entre 1550 e 1720, sendo o marco temporal final evidentemente vinculado ao encerramento da "Guerra dos Bárbaros" e da participação mercenária de vicentinos nesses confrontos. No presente trabalho a expansão das frentes de ocupação luso-brasileira no sertão baiano, que teve na pecuária a principal força motriz, é estudada entre 1640 e 1750, com

---

[73] Segundo Aires de Casal, a Serra do Aporá fica a 5 léguas a oeste de Muritiba [baixo Paraguaçu]. Casal, Manuel Aires de. *Corografia luso-brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 240.
[74] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 277.
[75] Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000. p. 385.
[76] Esse assunto será tratado no capítulo 6.

efeitos especialmente notáveis entre 1670 e 1730. Os ataques indígenas e a reação a eles, por seu turno, acompanham todos os movimentos de instalação de enclaves luso-brasileiros no sertão nordeste, tornando a repressão à ameaça do *gentio bárbaro* contra os *moradores* – termos preferencialmente utilizados na documentação a respeito – uma crônica necessidade das frentes de povoamento desde que se iniciou a ocupação luso-brasileira.

Fora do âmbito exclusivo da "Guerra dos Bárbaros", às terras e aos índios deve-se acrescentar um terceiro objetivo das entradas ao sertão – os metais e pedras preciosas. Expedições organizadas com o objetivo exclusivo de pesquisa mineral ou expedições apresadoras que incluíam também a possibilidade de virem a encontrar minerais preciosos foram comuns desde o primeiro século da ação lusitana na América.

A historiografia da primeira metade do século XX abordou esquematicamente o problema dos tipos e objetivos dessas várias expedições ao interior. Basílio de Magalhães é o primeiro historiador a propor um esquema geral, pelo qual as expedições se dividiriam em "entradas", características de um pequeno ciclo de expansão oficial, oriundo do litoral e realizado, entre 1504 e 1696, dentro da Linha de Tordesilhas; e "bandeiras", correspondentes a um grande ciclo espontâneo de expansão geográfica, ocorrido entre 1526 e 1700 e subdividido em ciclo do ouro de lavagem, ciclo da caça ao índio e grande ciclo do ouro. A criação de gado constituiria o terceiro grande movimento de interiorização, realizado também espontaneamente dentro da Linha de Tordesilhas, entre 1590 e 1690. Os missionários católicos teriam sido os responsáveis pela ocupação do vale do Amazonas, realizada fora da Linha de Tordesilhas, ao longo do século XVII. A "expansão geográfica do Brasil no século XVIII", capítulo que não constava da primeira versão da obra de Magalhães, teria concluído o processo de colonização das terras brasileiras.

As dificuldades de esquemas e interpretações como esses se mostraram quando o tema do "bandeirismo" perdeu as amarras regionalistas e ganhou uma roupagem mais crítica. A necessidade de classificação das expedições em "entradas" e "bandeiras" e em ações "oficiais" e "espontâneas"; o vínculo da análise à Linha de Tordesilhas; a periodização calcada nos episódios espetaculares protagonizados pelas expedições, majoritariamente paulistas; e a idealização do movimento bandeirante revelaram-se obstáculos à compreensão histórica do real significado dessas expedições na formação territorial do Brasil.

Contemporaneamente, o problema dos objetivos foi abandonado em prol de uma constatação simples e direta: a de que o arrebanhamento de braços indígenas para o trabalho nas unidades econômicas foi a real meta das expedições ao interior. A forma mais acabada dessa conclusão, que já se encontra prefigurada nas obras de Sérgio Buarque de Holanda, é o trabalho de John Manuel Monteiro, para quem "a penetração dos sertões sempre girou em torno do mesmo motivo básico: a necessidade crônica de mão de obra indígena para tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas".[77] A maior inovação da abordagem proposta por Monteiro está, como foi discutido, em que o destino dessa mão de obra escravizada fossem as unidades agrícolas dos próprios paulistas, e não, como é corrente na historiografia, os engenhos e canaviais da Bahia e de Pernambuco. Esse ponto de vista é engenhosamente lapidado, num texto posterior a *Negros da terra*, no qual o autor mostra que a historiografia regional paulista produziu a explicação da transferência, diretamente para o nordeste da colônia, dos contingentes indígenas apresados pelos paulistas para evitar o reconhecimento de que a "raça de gigantes" proviesse da mestiçagem com cativos e que tão elevado número de escravos índios fossem necessários aos "democráticos" e "auto-suficientes" policultores paulistas.[78] Essa conclusão completa, a partir da análise dos condicionantes ideológicos da historiografia paulista, a demonstração econômica realizada em *Negros da terra*.

Do ponto de vista deste trabalho, interessa marcar algumas distinções importantes. Como já indiretamente apontou Alencastro, o problema das expedições ao interior ganha outros contornos quando se deixa a primeira metade do Seiscentos e o Planalto Meridional. Uma das transições decisivas caracterizadas pelo autor foi a redução da importância da mão de obra escrava nativa, decorrente da reativação do mercado atlântico de escravos africanos, o que fez com que o apresamento indígena perdesse parte da força que tivera como motor das entradas ao sertão.

Para Monteiro o apresamento continua, de uma forma ou de outra, a explicar a dinâmica histórica. A busca de minerais preciosos e o engajamento em serviços militares no nordeste da

---

[77] Monteiro, John Manuel. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 57.

[78] Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 203. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf. Acesso em: 28 abr 2008. As referências à raça de gigantes e aos democráticos e auto-suficientes policultores paulistas parodiam a obra de Alfredo Ellis Júnior, que constitui um dos objetos de Monteiro nesse texto. A expressão "raça de gigantes" foi originalmente cunhada por Saint-Hilaire, no início do século XIX e intitula uma das obras de Ellis Júnior, publicada em 1926.

América portuguesa são estratégias encontradas pelos paulistas para manter o fluxo de cativos indígenas. Até mesmo o estabelecimento de vicentinos no sertão nordeste é explicado por um efeito reverso do apresamento: não tendo podido levar cativos indígenas para as suas propriedades no sul, os soldados de São Paulo, terminadas as campanhas da "Guerra dos Bárbaros", acabam se assentando em diversas áreas das capitanias setentrionais, passando a dedicar-se à expansão da pecuária.

O apresamento, no entanto, não explica tudo. Na segunda metade do Seiscentos, pelas razões já discutidas – o recrudescimento do tráfico negreiro e as derrotas vicentinas nas províncias jesuíticas meridionais –, outros objetivos são claramente colocados pelas entradas paulistas e não paulistas ao sertão. Terras e minerais preciosos podiam figurar como metas mais genuínas do que supõe a explicação de Monteiro. A escassez de terras em São Paulo e nas regiões coloniais litorâneas, as características naturais favoráveis dos terrenos do sertão nordeste e, a partir da última década do Seiscentos, a demanda das minas gerais por carne bovina podem ter estimulado a instalação de sertanistas como criadores de gado nas áreas centrais e setentrionais da América portuguesa, o que no mínimo retira dos impasses do apresamento a condição de explicação única desses novos movimentos. O mesmo vale para o objetivo mineral, que podia ser bem mais do que uma mera estratégia de reorganização da preação indígena.[79]

É com esses novos enquadramentos históricos que o sertão nordeste, percorrido e explorado deste o primeiro século da colonização, passa a ser efetivamente conquistado e ocupado a partir da segunda metade do Seiscentos. Num processo diversificado, desigual e marcado por recuos e desvios, espaços distintos das capitanias centrais e setentrionais são tomados aos povos indígenas e territorializados. A conquista, a partir do decisivo meado do século XVII, deixa de ser apenas o arrebanhamento de contingentes indígenas para a escravização e se

[79] Em textos posteriores a *Negros da terra*, a ênfase quase exclusiva de John Monteiro no apresamento parece se atenuar. Cf. Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 16 e 62-63. A esse respeito, a documentação histórica é esclarecedora. Não era incomum que as entradas de adentramento dos sertões fossem apresentadas como empresas de duplo objetivo. Em 1721 os capitães paulistas Bartolomeu Bueno da Silva, João Leite da Silva Ortiz e Domingos Rodrigues do Prado ofereciam-se, em troca de mercês, para organizarem empresa de conquista de gentios bárbaros e de descobrimentos de haveres em prata e pedras preciosas nos "sertões dessa América". Para os peticionários, primeiro havia que conquistar os índios, para depois se descobrirem os haveres. "Registro de uma provisão real passada a Bartolomeu Bueno da Silva e outros", 14/02/1721. APESP. C00230, Pasta 10. O espaço pretendido é indeterminado no documento, mas sabe-se que logo depois os dois primeiros peticionários atingiram as paragens que se tornariam Goiás.

torna conquista territorial, envolvendo a formação de enclaves e franjas pioneiras nas paragens sertanejas do nordeste da América portuguesa.

2.2 Fluxos regionais

Índios, terras e minerais preciosos foram os alvos principais das *entradas* e *jornadas* ao sertão. Os dois termos são de longe os mais comumente empregados na documentação histórica para designar as expedições ao interior da América portuguesa, sendo o primeiro mais frequente do que o segundo. *Entrada* tem tanto o sentido de uma penetração em terras do inimigo, quanto o do próprio caminho por onde se dá essa ação, ocorrendo, entre outras, nessas duas acepções no dicionário de Raphael Bluteau.[80] A relação do termo com a interiorização da conquista é evidente, o que justifica a frequência da sua utilização na América portuguesa. *Bandeira*, termo preferido pela historiografia da primeira metade do século XX, e *expedição* são, em comparação, muito menos utilizados.

Entre os quatro principais centros emissores de entradas ao interior – São Paulo, Salvador, São Luís e Belém –, interessam-nos os três primeiros, de onde partiram as expedições ao sertão baiano. Há registros de que potentados do nordeste da América portuguesa viessem se movimentando, pelo menos desde o meado do Seiscentos, rumo ao interior da capitania da Bahia. Felisbello Freire indica concessões de sesmarias na hinterlândia, realizadas na década de 50, para Garcia de Ávila (Casa da Torre), Matias Cardoso (possivelmente o pai do bandeirante paulista), Antonio de Brito Correia e seu filho Antonio Guedes de Brito, João Peixoto Viegas, Antonio de Souza de Andrade, Bernardo Vieira Ravasco, Nicolau Aranha Pacheco, Damião da Rocha e o padre Antonio Pereira.[81] As terras concedidas se localizavam entre a faixa litorânea baiana e o médio São Francisco. Sempre com base nos registros sesmariais, o autor afirma que, meio século antes, a colonização já se estendera, no sentido da costa, do rio Jaguaripe ao rio Real e, no sentido do sertão, até 30 léguas de profundidade.[82] Como foi discutido acima, não sabemos até que ponto essas concessões de sesmarias podem servir como índices de efetiva conquista e ocupação das terras. Ou melhor, na linha de análise

---

[80] Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 146. O vocábulo *empresa*, nesse caso referido mais à organização do empreendimento sertanista do que à expedição em si, é utilizado em alguns documentos coevos. Cf. "Registro de uma provisão real passada a Bartolomeu Bueno da Silva e outros", 14/02/1721. APESP. C00230, Pasta 10.

[81] Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil* [1906]. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. p. 31-33.

[82] Ibidem, p. 19.

aqui seguida, de uma relação estreita entre a conquista territorial e a colonização, não sabemos em que medida esses movimentos foram precedidos por expedições de conquista ou, por outro lado, como dizia Capistrano de Abreu, gastaram-se apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias.[83]

Mas em pelo menos um desses casos temos o registro documental de que a concessão foi antecedida por entradas exploratórias e gerou algum tipo de apropriação territorial. Segundo declaração dada por Antonio Guedes de Brito em 1676, o conhecido potentado e sertanista baiano abrira, antes de 1655, duas estradas entre a costa e a Jacobina, como resultado de uma concessão de terras feita pelo Conde de Vila-Pouca (de Aguiar).[84] Encontrara, no entanto, terrenos secos e inférteis, razão pela qual requerera nova concessão, feita em 1655, entre os rios Jacuípe e Itapicuru, até as suas nascentes.[85] Na petição que gerara essa segunda concessão, Guedes de Brito e seu pai informam que as terras pedidas nunca tinham sido penetradas por gente branca e estavam devolutas por terem matos, caatingas e serras infrutíferas e serem vizinhas do gentio bravo. As condições adversas das primeiras terras concedidas não impediram que, segundo o declarante, as fazendas que nelas estabeleceu tivessem sido úteis como socorro para as tropas que se fizeram ao sertão contra os bárbaros rebeldes. Essa última informação nos leva, como veremos a seguir, à "Guerra dos Bárbaros" e ao período em que se intensificam os registros documentais de movimentos de conquista territorial de espaços do sertão baiano.

O primeiro movimento documentalmente significativo de conquista do interior da Bahia aos *tapuias* se dá como um dos resultados dos confrontos que Pedro Puntoni reuniu sob a denominação de Guerra do Aporá, ocorridos entre 1669 e 1673, que se iniciaram como uma série de ações repressivas contra o gentio bárbaro que há décadas vinha ameaçando as vilas litorâneas e o interior mais próximo do Recôncavo Baiano. Os conflitos entre as tropas paulistas contratadas pelo governo-geral e os povos indígenas que habitavam o vale do Paraguaçu foram pormenorizadamente narrados pelo autor, que detalhou, a partir de farta base documental, as circunstâncias que envolveram a chegada à Bahia do exército vicentino

---

[83] Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 133.

[84] [Declaração], [1676]. Publ. parcialmente em (1) A. C. As terras de Guedes de Brito. *RIGHB*, Bahia, vol. XI, n. 42, p. 69-74, ano XXIII, 1916; e (2) Costa, Afonso. Guedes de Brito, o povoador (História de Jacobina). *AAPEB*, Bahia, vol. XXXII, p. 318-331, 1952. Nessa segunda fonte o ano da declaração de Antonio Guedes de Brito é erroneamente citado como 1767. As terras concedidas estavam no lugar denominado, pelo declarante, "Tocós", podendo se tratar da região habitada pelos xocó, o que nos levaria ao médio Paraguaçu.

[85] *DH*, Rio de Janeiro, v. XVIII, p. 339-341, 1930.

comandado por Brás Rodrigues Arzão e Estevão Ribeiro Baião Parente e os sucessos que se seguiram. A conquista do médio Paraguaçu aos seus ocupadores indígenas e a distribuição das terras conquistadas entre os participantes da jornada, que Puntoni ressalta como uma novidade no contexto das guerras contra os índios na região, foram os resultados mais relevantes dessa ação militar. Como veremos na segunda parte deste trabalho, aí será estabelecido o núcleo povoador de Santo Antonio da Conquista, cuja trajetória errática nos permitirá verificar a parcial reversão da conquista luso-brasileira dessas terras. De toda forma, ainda que o processo da conquista e ocupação das terras do médio Paraguaçu não tenha sido contínuo, no meado da década de 70 do Seiscentos a região está parcialmente ocupada por luso-brasileiros, que nela instalam os primeiros enclaves.

Sabemos, graças à reconstituição das ações de D. Afonso Furtado como governador-geral (1671-1675), realizada por Juan Lopes Sierra em 1676, que essa ação militar na realidade se desdobrou em quatro campanhas distintas, ocorridas entre 1671 e 1674.[86] O circuito dessas expedições não se restringiu ao vale do Paraguaçu, tendo incluído, além do Aporá e do Orobó, terras do rio Utinga (atual município de Utinga/BA), o rio das Contas e o rio São Francisco. Mas as bases avançadas que de alguma maneira se mantiveram não ultrapassaram o médio Paraguaçu (Santo Antonio da Conquista).

Sierra elucida ainda o significado econômico da guerra. Lugares como Cairu, Camamu, Ilhéus, Jaguaripe e Cachoeira eram indispensáveis no abastecimento alimentar e no provimento de materiais, tais como lenha, formas, tijolos, telhas e caixões, para o funcionamento dos engenhos. Segundo o autor, os ataques indígenas tinham tido o "efeito que pôs a contingência de pararem os engenhos e, parados eles, cessava o comércio e com eles, os pagamentos, crescendo a fome em público e geral dano".[87] As investidas indígenas, portanto, não só provocavam danos civis à população afetada, aspecto que é comumente mais ressaltado nos documentos oficiais, mas tinham também forte impacto econômico sobre o núcleo do sistema produtivo colonial.[88]

---

[86] Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93 passim. Note-se a impressionante narrativa, constante desse manuscrito, da chegada da tropa paulista com centenas de prisioneiros índios à sede da América portuguesa. Para um quadro das quatro expedições de Estevão Ribeiro Baião Parente, *vide* o ANEXO A.

[87] Ibidem, p. 94.

[88] Registre-se que o assento tomado em 1669, que deliberou pela guerra contra o gentio bárbaro, também menciona as graves consequências do despovoamento de fazendas e lavouras, das quais dependiam o sustento da praça da cidade da Bahia e a conservação dos engenhos. "Assento tomado na relação da Bahia sobre a guerra aos

A ação bélica luso-brasileira envolveu a conquista do médio Paraguaçu a pelo menos dois povos indígenas que o habitavam. Até maio de 1672, segundo documentos coligidos por Puntoni, as ações militares paulistas se concentraram nos topins, que o autor caracteriza como falantes do tupi e, portanto, não *tapuias*. Ainda assim, seriam tidos por bárbaros e inimigos a serem combatidos.[89]

O movimento seguinte se deu contra os maracá, que começam a aparecer como alvo da conquista em novembro do mesmo ano.[90] Segundo Gabriel Soares de Sousa, esse seria o povo *tapuia* mais chegado aos povoadores da Bahia,[91] isto é, mais próximo da faixa costeira, o que se coaduna com a localização das suas aldeias no médio Paraguaçu, onde os foram confrontar os paulistas.

Em 20 de abril de 1673 é firmado na cidade da Bahia um assento pelo qual se autorizava a guerra contra os maracá, que, segundo o documento, teriam acompanhado os topins nas hostilidades contra os luso-brasileiros.[92] Esses topins já estariam então submetidos, tendo participado alguns dos seus principais como testemunhas na reunião da qual resultou o assento estudado. Parece que a derrota dos topins na guerra recente tornara os dois povos indígenas inimigos, tendo como consequência o depoimento desfavorável aos maracá dos principais topins, que fora decisivo na decretação desse segundo confronto.

Segundo o relato de Juan Lopes Sierra, a última entrada contra os maracá findou em 1674, mas desde julho de 1673, de acordo com uma carta oficial citada por Puntoni, o Recôncavo

---

índios selvagens, extraído do livro 4º. de ordens régias ao governador e capitão-general do Brasil, no ano de 1694 a 1695", 04/03/1669. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 391-398, 1865. p. 393. Ou [Assento], 04/03/1669. In: Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2. p. 30-33. p. 32. Mas Sierra é bem mais enfático nessa questão.

[89] Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 110.

[90] A conquista dos maracá é referida numa carta do governador-geral a Estevão Ribeiro Baião Parente, de novembro de 1672. "Carta que se escreveu ao Governador da Conquista Estevão Ribeiro Baião Parente", 04/11/1672. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 306-308, 1929. O etnônimo *maracá* deve ter surgido do nome tupi atribuído a esse povo *tapuia*.

[91] Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1987. p. 338.

[92] "Sobre a guerra que se fez aos maracazes", 20/04/1673. ACC. Cód. 883 (M V 9). Esse documento não é citado por Pedro Puntoni.

era declarado “limpo de gentio”.[93] Apesar de rápido, o confronto seria lembrado por anos e décadas depois disso, sendo frequentes, na documentação, as referências às terras conquistadas aos maracá e ao território administrativo e militar nelas formado. Em alguns documentos o enclave luso-brasileiro instalado na região é denominado “Santo Antonio da Conquista dos Maracazes”, pertencente à freguesia de mesmo nome.[94] Os topins, por outro lado, desaparecem da documentação consultada depois da sua derrota. Há ainda referências esparsas aos índios xocó, ou cochos, que habitariam a mesma região e teriam sido também alvo de ações de conquista luso-brasileira.

Na mesma altura em que se dá a conquista do médio Paraguaçu, conquistadores luso-brasileiros avançam sobre o extenso espaço a noroeste do médio São Francisco, que se tornaria o Piauí. Pedro Puntoni aborda a nomeação, em 1674, de Francisco Dias de Ávila, senhor da Casa da Torre, Domingos Rodrigues de Carvalho e Domingos Afonso Sertão para combaterem *tapuias* anaios da região são-franciscana da barra do rio Salitre, conflitos a que deu o nome de “guerras no rio São Francisco”. Possivelmente em razão do tema do seu estudo, o autor não se estende sobre a principal consequência histórica dessas ações, representada pela conquista do Piauí.

Para Pereira da Costa, esses atos de nomeação, envolvendo a organização de uma entrada oficial às aldeias dos gurguaes, gurguas ou guruguéa, hoje gurgueia, provariam que o território do Piauí já era conhecido em 1674.[95] Segundo o autor, o português Domingos Afonso, que então já tinha o apelido de *Sertão*, fora designado para integrar a empresa em razão da sua atuação na ocupação dos extremos de Pernambuco. Nesse ano o sertanista já instalara fazendas de gado nas margens do São Francisco, sendo a principal delas a denominada *Sobrado*, onde residia. De fato, essa fazenda é destacada na documentação textual e cartográfica como o ponto pioneiro de acesso do vale do São Francisco aos primeiros

---

[93] Carta do visconde de Barbacena ao capitão-mor, 10/07/1673. *DH*, 6:247-9. Apud Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 115.

[94] Em 1700 é emitida uma patente militar de capitão-mor das entradas da Freguesia de Santo Antonio dos Maracás, Povoação do Rio das Rãs. “Carta patente do posto de Capitão-mor das entradas da Freguesia de S. Antonio dos Maracás, Povoação do Rio das Rãs, provida em Miguel Monteiro de Sá”, 03.??.1700. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 336. Note-se que essa freguesia não aparece no levantamento das freguesias criadas na Bahia nos séculos XVII e XVIII, efetuado por Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil* [1906]. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

[95] Entre 1884 e 1885, Pereira da Costa reuniu vasta documentação sobre a história do Piauí, que deu origem a obra que, publicada pela primeira vez em 1909, se tornaria referência obrigatória para o tema. Na segunda edição, de 1974, destaca-se o trabalho do anotador e comentador A. Tito Filho. Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

núcleos de povoamento luso-brasileiro do Piauí. Para Pedro Calmon o ato de nomeação de Domingos Afonso Sertão, quatro dias posterior ao de Francisco Dias de Ávila, "é o primeiro documento que atesta a aliança dos dois conquistadores e que nos permite situar no tempo a conquista oficial do Piauí".[96]

A melhor síntese sobre o movimento de conquista que levou do médio São Francisco ao Piauí é de autoria de Odilon Nunes.[97] Segundo o historiador, Francisco Dias de Ávila, tendo como imediato Domingos Rodrigues de Carvalho, combate o gentio rebelde em várias escaramuças que se dão São Francisco acima, a partir da foz do rio Salitre. A expedição passa por Sento Sé, vadeia o rio Verde e chega a transpor o rio Grande (Parnaíba). Nunes coloca a possibilidade de que nessa ocasião um dos corpos de combatentes, comandado por Domingos Afonso Sertão, tenha penetrado os sertões de Parnaguá, no extremo sul do atual Piauí, chegando ao rio que viria a receber o nome dos índios gurgueia.

O autor refere-se a uma segunda ação militar contra os mesmos gurgueia, que resultou, em 1º. de junho de 1676, na degola de 400 homens e redução à escravidão de mulheres e crianças. O local desse morticínio ficaria a seis ou sete dias de viagem da foz do rio Salitre, ainda longe do rio Gurgueia, mas já próximo dos afluentes do Canindé, especialmente o Piauí. Para Nunes, é provável que, como da primeira vez, tenham os expedicionários ultrapassado o divisor de águas entre o São Francisco e o Parnaíba. Quatro meses depois, conclui Nunes, Francisco Dias de Ávila, seu irmão Bernardo Pereira Gago e os irmãos Domingos Afonso Sertão e Julião Afonso Serra recebem as primeiras sesmarias na região, localizadas nas margens do rio Gurgueia.

Informa Pereira da Costa que a primeira fazenda de gado estabelecida por Domingos Afonso Sertão nas terras recém conquistadas foi a denominada Poções de Baixo, no rio Canindé. A fazenda mais importante seria, todavia, a da Aldeia do Cabrobó, que em 1697 foi escolhida pelos moradores pioneiros do Piauí para abrigar a igreja de Nossa Senhora da Vitória.[98]

---

[96] Calmon, Pedro. *A conquista* : história das bandeiras baianas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929. p. 90.
[97] Nunes, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. 1º. vol., p. 71. Apud Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 46.
[98] Em 1712 a povoação é elevada à condição de vila, com o nome de Mocha. A instalação efetiva só ocorre, porém, em 1717. Costa, op. cit., p. 82. A vila da Mocha se tornaria a atual cidade de Oeiras, que constitui, portanto, o núcleo urbano pioneiro do Piauí.

É possível que o lugar escolhido para a instalação do núcleo urbano pioneiro do novo território luso-brasileiro tenha atingido os interesses de Domingos Afonso Sertão na região. Em agosto de 1697, seis meses após o ato fundador, o potentado reinol, então residente na cidade da Bahia, manda derrubar a igreja e as casas construídas pelo padre Miguel do Couto Carvalho na povoação.[99] A agressão, apesar de notificada à Corte pelo vigário, é repetida pelo menos mais uma vez nos dois anos seguintes. A instalação luso-brasileira nos espaços de fronteira enfrentava, portanto, não só a reação indígena, mas também as divergências e conflitos entre os diferentes grupos ocupadores.

O instável movimento conquistador dessa região, deve-se destacar, constitui uma das mais importantes ações de conquista do sertão nordeste e representa o processo por meio do qual a ocupação luso-brasileira deixou as zonas estritas do interior da capitania da Bahia e ganhou as áreas que viriam a se tornar o Piauí. Capistrano de Abreu conjeturava fosse esse espaço o "nó de nossa história".[100] As suas pesquisas sobre a questão não parecem ter avançado além do que já está reunido nas suas obras consagradas, mas não é difícil especular quais teriam sido as razões do historiador para atribuir tal importância à área terrestre de contato entre as bacias do São Francisco e do Parnaíba. Nesse espaço o eixo são-franciscano perde a orientação sul-norte e se inclina para leste, tomando a direção da costa. O rio deixa, a partir daí, de ser um canal para a interiorização da ocupação luso-brasileira, que é obrigada a abandonar o vale e se aprofundar em direção à bacia do Parnaíba. Os afluentes orientais desse último rio constituirão os eixos orientadores pioneiros do povoamento luso-brasileiro do Piauí. Essa interpretação pode ser matizada, lembrando-se que afinal também o baixo São Francisco, isto é, o seu segmento oeste-leste, serviu ao povoamento do interior, que desta feita subiu o rio. Mas na escala macroscópica das bacias, o ponto de inflexão do curso do São Francisco, não por coincidência de onde partiram os conquistadores luso-brasileiros em direção ao Piauí, é também um ponto de inflexão na história da ocupação. Essa parece ser uma explicação

---

[99] (1) [Carta régia], [1699?]. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 6, fls. 529v-530v; (2) "Consulta do Conselho Ultramarino ao rei [D. Pedro II], sobre carta do governador-geral do Brasil, D. João de Lencastre, informando acerca de algumas ações escandalosas praticadas por Domingos Afonso Sertão, homem poderoso, dono de muitas terras, que chegou, segundo testemunhas, a mandar derrubar a igreja do Sertão do Piauí", 27/11/1699. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 33, doc. 4242-4244.

[100] Numa carta a João Lúcio Azevedo, escrita em 1918, Capistrano confessava: "A ideia de nova edição dos *Capítulos* ora me atrai, ora me repele. Precisaria, para que atraísse, encontrar documentos relativos à região entre o S. Francisco e o Parnaíba, aonde acho que está o nó de nossa história". Carta a João Lúcio Azevedo [08/03/1918]. Rodrigues, J. H. (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1977. 3 v. v. 2, p. 82. Apud Oliveira, Maria da Glória de. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. 2006. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 159-160.

geograficamente razoável do processo. Por meio dele a expansão luso-brasileira ultrapassou a hinterlândia baiana propriamente dita, estendendo-se para as vastas terras a noroeste, rumo ao Maranhão. É possível que tenha sido esse um dos movimentos decisivos para romper a solução de continuidade entre as áreas interiores do Brasil e do Maranhão, garantindo territorialmente a ligação e a posterior união dos dois estados. Sem dúvida, o que justificaria a suposição intuitiva de Capistrano, essa foi uma inflexão histórica decisiva na formação territorial brasileira.

Na primeira metade do século XX a historiografia sobre o Piauí envolveu-se numa polêmica sobre a precedência na conquista e ocupação luso-brasileira da região: teria sido o reinol Domingos Afonso Sertão ou o paulista Domingos Jorge Velho o pioneiro desse movimento? A defesa da segunda hipótese baseava-se em referências constantes de requerimentos de Jorge Velho ao governo-geral, relativos à sua participação na destruição de Palmares, e, principalmente, numa explícita menção incluída em petição de sesmaria encaminhada pela viúva do sertanista.[101]. Para os defensores da hipótese paulista, Domingos Jorge Velho chegara ao Piauí, com uma tropa de sertanistas, em 1662 ou 1663. Os paulistas estabeleceram fazendas de gado ao longo dos rios Parnaíba e Poti, iniciando o povoamento desse espaço. Em 1687, Jorge Velho deixara todos os seus bens na região e se engajara no combate a Palmares.

A hipótese reinol, todavia, sempre pareceu mais sólida. A documentação histórica que liga Domingos Afonso Sertão à conquista e ao início do povoamento luso-brasileiro do Piauí é mais numerosa e densa. Entre esses documentos consta o próprio testamento do sertanista e a "Descrição do sertão do Piauí",[102] elaborada pelo jesuíta Miguel do Couto Carvalho no final do Seiscentos, onde se afirma explicitamente que o "riacho" Piauí foi o primeiro curso fluvial povoado do sertão do Piauí, o que se deu em 1682. Segundo o autor, todas as terras desse

[101] (1) "Carta autógrafa de Domingos Jorge Velho escrita do Outeiro da Barriga, Campanha dos Palmares de 15 de julho de 1694 em que narra os trabalhos e sacrifícios que passou e acompanha a exposição de Bento Sorrel Camiglio procurados dos paulistas", 15/07/1694. Publ. em Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v, p. 206; (2) "Requerimento que aos pés de V. Majestade humildemente prostrado faz em seu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria São Paulista de que é Mestre-de-campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a V. Majestade na guerra dos Palmares, contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco", [~1699]. Publ. em Ennes, op. cit., p. 317-344; (3) "Sesmaria conferida pelo governador de Pernambuco a dona Jerônima Cardim Fróis, viúva do mestre-de-campo Domingos Jorge Velho, ao sargento-mor Cristóvão de Mendonça Arrais e mais oficiais do terço da guarnição dos Palmares, de uma grande data de terras às margens do rio Poti, ou dos Camarões, no Piauí", 03/01/1705. Publ. em Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 68.

[102] Couto, Padre Miguel do. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco", 02/03/1697. Publ. em Ennes, op. cit., p. 370-389.

território eram propriedade de Domingos Afonso Sertão e de Leonor Pereira Marinho, viúva de Francisco Dias de Ávila. Ademais, o fato de Jorge Velho afirmar que tinha largado todos os seus bens no Piauí para aderir à campanha de Palmares tornava difícil comprovar a hipótese paulista e, em mais esse caso, possibilitava associar os paulistas a uma certa itinerância que não teria permitido a construção de bases permanentes de povoamento.

A controvérsia perdurou enquanto o manto ideológico do regionalismo recobriu a pesquisa histórica da formação territorial do Brasil. Polêmica semelhante, que em outra oportunidade denominei *problema da precedência nas entradas*, envolveu a disputa entre historiadores paulistas, de um lado, e baianos e mineiros, de outro, a propósito do pioneirismo na ocupação do sertão dos rios São Francisco e das Velhas.[103] No caso do Piauí, houve mesmo quem visse na hipótese paulista uma "campanha contra a civilização luso-brasileira", que seria organizada pelos "inimigos da cultura portuguesa na América".[104] Na década de 70 a polêmica tinha arrefecido, o que se pode notar nos primeiros trabalhos de síntese de Luiz Mott, que de certa forma inauguram a abordagem crítica da história do Piauí. Para os fins deste estudo, interessa remarcar que, seja quem for que tenha chegado em primeiro lugar às paragens do Piauí, deveu-se a Domingos Afonso Sertão, a seus associados e a seus sucessores o movimento de "definitiva" ocupação luso-brasileira desses sertões, continuando a verificar-se, quase um século depois da entrada de que participou em 1674, as menções documentais à sua atuação nesse território.

Em 1712, quando Domingos Afonso Sertão já havia morrido, deixando aos padres jesuítas do colégio da cidade da Bahia a administração das suas várias fazendas no Piauí, eclode uma sublevação indígena na região. A revolta originaria uma série de intensos confrontos entre tropas luso-brasileiras e *tapuias*, normalmente não incluídos nos relatos da "Guerra dos Bárbaros".

Na realidade, segundo uma carta enviada à Corte por Bernardo de Carvalho e Aguiar, que se tornaria mestre-de-campo da conquista das capitanias do Piauí e Maranhão, as áreas de povoamento luso-brasileiro da região vinham se mantendo instáveis desde a sua instalação,

---

[103] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.
[104] Mendes, M. Gandara. Domingos Afonso Mafrense : o aspecto social da penetração no Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XLII, p. 249-256, 1943.

sempre sujeitas aos assaltos do gentio de corso. Até 1712, não obstante, os moradores, ajudados pelos índios mansos, tinham conseguido repelir esses ataques.[105]

A guerra iniciou-se nesse ano com o que Pereira da Costa denominou "levantamento geral dos tapuias do norte".[106] Capitaneados por um chefe indígena chamado Mandu Ladino, fugido de Pernambuco, os índios atacavam as fazendas de gado estabelecidas nas margens do Parnaíba. Segundo Bernardo de Carvalho e Aguiar, a revolta ocasionara o despovoamento de mais de cem fazendas, contíguas às áreas de ação dos índios. Cem léguas do sertão, que já haviam sido povoadas com grossas fazendas, foram perdidas para o gentio.[107] Os ataques não se limitaram ao sertão, chegando à povoação litorânea da Parnaíba, que foi sitiada pelos índios. O cerco só foi levantado por ação de Carvalho e Aguiar, que conseguiu debelar as forças sitiantes.[108]

Uma expedição repressiva é enviada do Maranhão, sob o comando de Antonio da Cunha Souto Maior, nomeado mestre-de-campo da conquista dos índios. Souto Maior estabelece um arraial, chamado de Nossa Senhora da Conceição, junto às aldeias do gentio manso do distrito da Parnaíba. Em 1713, no entanto, esses índios, supostamente aliados das forças luso-brasileiras, também se rebelam e, unindo-se aos *tapuias* já levantados, matam o mestre-de-campo, capitães, soldados e outras pessoas do arraial, roubam armas de fogo, munições e suprimentos e, convocando outros grupos indígenas, passam a assolar os núcleos de povoamento da região. O objetivo dos índios era marchar para o rio São Francisco, para levantar o gentio manso lá aldeado e unidos matarem os moradores daqueles sertões.[109] É interessante observar a inversão do movimento que, nas décadas passadas, levara luso-brasileiros do vale do São Francisco à conquista dos espaços indígenas do Piauí. Nessa segunda década do Setecentos são os índios do Piauí que pretendem destruir os núcleos de povoamento luso-brasileiro do São Francisco.

---

[105] [Carta de Bernardo de Carvalho e Aguiar à Corte], [entre 1716 e 03/10/1718]. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 30-32.
[106] Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 78.
[107] [Carta de Bernardo de Carvalho e Aguiar à Corte], [entre 1716 e 03/10/1718]. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 30-32.
[108] [Carta de mercê], 20.01.1719. ANTT. Registro Geral de Mercês, Dom João V, livro 8, fls. 524v-525.
[109] "Ordem para o Coronel Garcia de Ávila Pereira poder fazer guerra ao gentio bárbaro de corso no sertão desta Capitania", 08/05/1713. *DH*, Rio de Janeiro, v. LIII, p. 236-238, 1941.

No Maranhão organizam-se as forças repressivas. São convocados índios aldeados de missões franciscanas e capuchinhas.[110] A tentativa de incorporar também índios aldeados na serra de Ibiapaba, limite entre o Ceará e o Piauí, esbarra numa nova revolta. Em 1715 o gentio da capitania do Ceará levanta-se e mata 160 pessoas.[111] Nesse período Bernardo de Carvalho e Aguiar já é o mestre-de-campo da conquista dos índios, posto para o qual fora escolhido pelos moradores do Piauí.[112] Dois anos antes o governo-geral autorizara o envolvimento no conflito de forças privadas organizadas pelo Coronel Garcia de Ávila Pereira, aceitando a sua justificativa de que era o mais prejudicado com os ataques indígenas, por ter terras e fazendas nos distritos do rio São Francisco. As presas que as suas tropas fizessem seriam remetidas para a cidade da Bahia e aí vendidas, ressarcindo-se ao coronel as despesas realizadas.[113]

Em 1716 os índios atacam um considerável comboio que ia para o Maranhão, no qual eram transportadas mercadorias avaliadas num total de 50 cruzados, a maior parte pertencentes à Real Fazenda. Todas as pessoas que o levavam, seculares e eclesiásticas, foram mortas e as armas foram levadas. Em outra ocasião, o padre Amaro Barbosa foi morto e o seu coração retirado do corpo. As imagens de uma igreja invadida tiveram as pernas e braços quebrados e os narizes cortados.[114]

A desorganização do sistema produtivo se dava por meio da invasão e destruição de fazendas, morte e roubo de rebanhos e assassinatos de vaqueiros. Um extenso relatório, escrito em ano indeterminado, entre 1730 e 1759, por um jesuíta que esteve no Piauí em 1717, com o objetivo de continuar o inventário e posse dos bens legados por Domingos Afonso Sertão para a Companhia de Jesus, dá conta da ação indígena contra as bases pecuárias da região.[115] A fazenda Salinas fora assaltada várias vezes entre 1712 e 1720. No último ataque citado, os índios pracati queimaram as casas e mataram um branco e dois negros, bem como os bezerros. Um total de 12 pessoas foram mortas nas fazendas administradas pela Companhia de Jesus nos anos em que o autor do relatório assistiu no Piauí, fazendo com que essas propriedades se

[110] [Carta do governador-geral a Francisco Mataroá], [05/05/1713]. Apud Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 78-79.
[111] [Provisão do Conselho Ultramarino ao governador de Pernambuco], [18/06/1715]. Apud Costa, op. cit., p. 80.
[112] [Carta de Bernardo de Carvalho e Aguiar à Corte], [entre 1716 e 03/10/1718]. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 30-32.
[113] "Ordem para o Coronel Garcia de Ávila Pereira poder fazer guerra ao gentio bárbaro de corso no sertão desta Capitania", 08/05/1713. *DH*, Rio de Janeiro, v. LIII, p. 236-238, 1941.
[114] [Carta de Bernardo de Carvalho e Aguiar à Corte], [entre 1716 e 03/10/1718]. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 30-32.
[115] "Notícias do Piauí", [entre 1730 e 1759]. ANTT. Papéis do Brasil, Avulsos 5, n. 3.

tornassem "meio bravas" ou "bravas de todo", isto é, fossem abandonadas e voltassem ao estado natural. O jesuíta, cioso dos interesses da Companhia, não hesitara em comprar armas de fogo, armar os escravos negros e "alimpar a chumbo" essas fazendas.

Os ataques indígenas respondiam à virulência das forças luso-brasileiras. Um missionário testemunhara no arraial estabelecido por Souto Maior na margem do rio Parnaíba o "bárbaro folguedo" promovido pelo mestre-de-campo, que consistia em soltar prisioneiros *tapuias* e, cavalgando atrás deles, cortar-lhes a cabeça. O levante dos índios do Ceará iniciara-se, segundo o depoimento do mesmo missionário, com a traiçoeira morte de 200 guanacés, inclusive mulheres e crianças, que eram fiéis aos brancos.[116] São rotineiros, no período, os relatos de missionários sobre a violência contra grupos indígenas do sertão nordeste, que envolvia o assassinato a sangue frio, a escravização, inclusive sexual, de mulheres e crianças, a utilização de mulheres e crianças como reféns e as traições cometidas durante reuniões para acordos de paz.

A guerra no Piauí se prolongou, segundo a documentação recolhida por Pereira da Costa, até 1722. Uma carta geográfica sertanista, não consultada pelo autor, desenhada nesse mesmo ano, ainda menciona o despovoamento, por causa da ação indígena, de 15 fazendas de gado na borda do rio Parnaíba.[117] Segundo a nota histórica inserida no mapa, o distrito do Piauí incluía 250 fazendas, tendo cada uma delas entre quatro e cinco léguas de extensão. A baixa proporção de fazendas abandonadas pela ação dos índios nesse universo significativo de unidades econômicas é mais um dado a mostrar o arrefecimento da guerra na década de 20.

O envolvimento da Casa da Torre nos confrontos chegara à criação de um arraial na margem do rio Gurgueia, conhecido, entre 1710 e 1740, como Arraial de Garcia de Ávila.[118] Bernardo de Carvalho e Aguiar continuou em ação no Piauí até 1721, tendo sido, entre outras ações, o autor de um projeto, acatado pela Coroa, de extinção do gentio bárbaro por um exército

[116] [Parecer do padre João Guedes], s.d. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 34-37v.
[117] [Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo], [1722]. BNRJ. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia, ARC.030,02,014.
[118] É hoje a cidade de Jerumenha. Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 88-89.

composto de índios aldeados do Ceará e rio São Francisco.[119] No ano seguinte regressa para o Maranhão.[120]

A inexistência de marcos temporais precisos para o início e o término da guerra contra os *tapuias* do Piauí mostra a indefinição em que esteve o domínio territorial luso-brasileiro na região desde os tempos de Domingos Afonso Sertão. As áreas conquistadas viviam sob constante pressão indígena e não foram poucos os casos em que ao povoamento luso-brasileiro se seguiu o despovoamento das terras pela ação dos índios. A contiguidade entre as áreas indígenas e as fazendas de gado, lembrada num documento coevo, manteve as unidades econômicas de fronteira em situação de contínua vulnerabilidade frente à tenaz resistência indígena.

Um dos efeitos diretos das guerras contra os índios da região central da Bahia e do Piauí foi a migração de grupos indígenas para outras áreas do sertão nordeste. Entre essas áreas estava o espaço entre as minas do Rio das Contas, os rios Pardo e Verde (Grande) e as cabeceiras do São Mateus, que, segundo informa o governador-geral à Corte, em 1728, formava então um continente habitado por um número formidável de várias nações que lá tinham buscado asilo.[121] Mas esse continente, continua o conde de Sabugosa, era também alvo das ambições paulistas, que o tinham como a jóia mais preciosa do Brasil, não só pela capacidade do país para a lavoura e a criação de gado, como também pela certeza da existência de reservas abundantes de ouro e pedras preciosas. Exploradores paulistas tinham percorrido a zona e deixado registros do que viram para seus parentes, que não haviam cuidado do projeto em razão da presença indígena.

O governador-geral mandara organizar uma entrada a esse espaço desconhecido, comandada pelo coronel André da Rocha Pinto, que fora juiz ordinário em Rio das Contas, participara da guerra de Palmares e combatera índios tupinambá entre Rio das Contas e a costa, sob o comando de seu cunhado, Damaso Coelho de Pinha.[122] O extenso regimento da expedição foi

[119] (1) [Carta de Bernardo de Carvalho e Aguiar à Corte], [entre 1716 e 03/10/1718]. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 30-32; (2) [Carta régia para o governador de Pernambuco], 20/10/1718. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 3, fls. 107v-109v.
[120] Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 90.
[121] [Carta do governador-geral ao rei], 15/03/1728. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 434-436.
[122] Cf. Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 300. Carvalho Franco informa que André da Rocha Pinto era baiano, o que deve ter retirado de Taunay, que consta entre as suas fontes

passado em 1727, na Vila do Rio das Contas, pelo Coronel Pedro Leolino Mariz, então encarregado da conquista e guerra ao gentio bárbaro da região.[123] Porém Mariz é mais do que tão-somente a autoridade que organiza a entrada: numa passagem do regimento, é chamado "armador da conquista", cabendo-lhe a quarta parte das terras e gentio conquistados.[124]

Conquista de novas terras, apresamento de contingentes indígenas e descoberta de reservas de minerais preciosos eram os objetivos expressamente declarados da empresa, mostrando que, afinal, metas distintas podiam ser compatibilizadas e justificar uma mesma expedição. A repartição das terras e índios conquistados é detalhadamente abordada, estabelecendo-se as regras de distribuição e as partes que caberiam ao cabo-mor, a Damaso Coelho de Pinha, que também integraria a expedição, ao armador, ao Coronel Pedro Barbosa Leal, que participara da organização da empresa, ao sargento-mor do batalhão da conquista, ao capelão, aos capitães ajudantes, aos alferes e, por fim, aos soldados.

É quase certo, pelos termos do regimento, que a entrada tenha partido de Rio das Contas. Saída da vila mineradora baiana e comandada por um sertanista supostamente baiano, a expedição parece ter incorporado, não obstante, elementos humanos e logísticos paulistas. Mariz orienta, no regimento, a que se seguissem, nas marchas e acampamentos, o "estilo praticado dos Paulistas nas suas campanhas", segundo ele já comum. Damaso Coelho de Pinha, que Carvalho Franco também dá como baiano, é identificado no documento como "Coronel dos Paulistas".[125]

Uma das atribuições dos expedicionários era a de abrir uma estrada com três braços a partir do espaço explorado, sendo um para as Minas Gerais, outro para as Minas do Rio das Contas

---

para o verbete e trata o coronel como "figura de relevo do sertanismo da Bahia". Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1936. v. VII, p. 243. Acrescente-se às informações sumarizadas por Carvalho Franco a de que André da Rocha Pinto fora também coronel do regimento das Minas do Rio das Contas. [Patente], 11/10/1722. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 47 doc. 4231.

[123] "Forma do regimento que o Coronel Pedro Leolino Maris, a cujo cargo está a incumbência da conquista, e guerra, que Sua Majestade que Deus guarde mandou fazer ao gentio bravo, que insulta os sertões povoados, e impede o povoar as excelentes terras que habita, dá ao Cabo da dita conquista, e guerra, o qual observará a dita forma do regimento, enquanto o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei deste Estado não mandar o contrário", [1727]. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 6.

[124] Para uma discussão do papel dos armadores nas entradas ao sertão, *vide* Monteiro, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 85-89.

[125] Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 299. É provável que Carvalho Franco não conhecesse uma carta do governador-geral, em que o autor se refere a "Damasio Coelho Pina" como sobrinho do sertanista paulista João Amaro Maciel Parente. "Carta para o Capitão-mor João Amaro Maciel Parente sobre as tomadias dos comboios, e ouro quintado, e por quintar", ??/02/1706. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLI, p. 157-159, 1938.

e o terceiro para as novas povoações do rio Pardo. Essa estrada sairia em Ilhéus, conectando, portanto, esses núcleos interiores de povoamento à costa através do espaço que se queria conquistar. Um arraial provisório seria assentado em paragem conveniente, devendo-se bater o sertão intermédio entre esse lugar e a Vila do Rio das Contas. Posteriormente esse arraial seria mudado para um lugar próximo do rio Jequitinhonha, a 30 léguas do sítio original, plantando-se nessa nova base uma grande roça.

No seu informe à Corte, de 1728, anteriormente referido, o governador-geral relata os principais eventos ocorridos na entrada. Num sítio de localização indeterminada os expedicionários se juntaram e plantaram roças. Um capitão-mor e nove comandados foram destacados para examinar uma mata muito grossa, em meio à qual corria o rio das Contas. Para facilitar o exame, construíram canoas e nelas desceram o rio. A força da correnteza, aumentada por uma enchente, provocou o naufrágio de uma dessas embarcações numa das cachoeiras, já nas proximidades da costa. Dois homens morreram e o capitão-mor e os demais se valeram de uma ilhota do rio, que, todavia, estava então inundada, o que obrigou os homens a se refugiarem no alto das árvores. Aí passaram cinco dias sem comer, esperando a baixa das águas. No quinto dia foram vistos por jesuítas que administravam uma fazenda próxima, que os salvaram e os restabeleceram com alimentos e roupas. Convalescidos, os expedicionários foram à presença do Conde de Sabugosa, mas tinham passado por tantas agruras que nada se lembravam do que tinham visto. O governador-geral mandou então que o capitão-mor e seus companheiros, mais alguns índios que lhes destinou, entrassem rio acima e se reincorporassem ao corpo principal da expedição.

Enquanto isso se passava com o grupo avançado de exploradores, André da Rocha Pinto voltara à Vila do Rio das Contas e juntara a sua família e pertences, com o propósito de levar tudo para o arraial que estabelecera no sertão explorado. O governador-geral mandara que o cabo-mor se apressasse no retorno ao arraial, a tempo de lá estar quando chegasse a bandeira do capitão-mor, e que continuasse a diligência de “desinfestar” as matas (de gentio) e examinar rios, ribeiras e serras em busca de ouro.

Oito anos depois, apesar dos informes otimistas do governo-geral à Corte, não se tinha ainda conquistado integralmente o espaço que tantas expectativas provocara na Bahia. Em 1736 André da Rocha Pinto já tinha falecido, o que se dera num confronto com índios na região, e o

comando da conquista passara a Damaso Coelho de Pinha.[126] Em 1743 Pedro Leolino Mariz recebia uma sesmaria na povoação de Boavista, entre os rios das Contas e São Mateus, tendo como baliza as terras do mestre-de-campo Damaso Coelho de Pinha.[127] Outros lugares na região já tinham recebido nomes portugueses, indicando a conquista parcial das terras: Arraial, São Pedro da Conquista, caatinga de São Domingos. A conquista definitiva desse espaço só se daria, no entanto, um século depois, quando, na primeira metade do século XIX, os chamados *botocudos* (aimoré) foram dizimados e escravizados por forças militares do império brasileiro.

O quarto caso de conquista luso-brasileira de espaços do sertão baiano, que aqui abordarei, se deu no médio superior São Francisco, constituído pelo trecho do rio entre a foz do rio das Velhas e a foz do Carinhanha, espaço hoje pertencente ao norte de Minas Gerais. A conquista foi uma ação de grupos paulistas chefiados pelo sertanista Matias Cardoso de Almeida. Esse movimento conquistador e ocupador foi o tema da minha dissertação de Mestrado, razão pela qual dispenso-me de abordá-lo pormenorizadamente neste trabalho, remetendo àquele texto para um estudo circunstanciado.[128] Cabe, não obstante, a proposição de uma nova questão, desenvolvida a partir dos objetivos específicos do presente estudo.

Um paradoxo marca esse caso. Trata-se, por um lado, de um claro movimento de conquista territorial, empreendido por sertanistas autônomos, que supostamente agiam sem o conhecimento das autoridades coloniais. Difere, portanto, dos demais casos estudados, em que a ocupação de novas terras conquistadas aos índios se dá com algum grau de conhecimento e coordenação do governo-geral, o que, como discuti acima, é especialmente evidente no médio Paraguaçu e muito menos claro no Piauí. De toda forma, mesmo nesse último caso, a conquista se dá como um desdobramento privado de ações inicialmente organizadas pelo governo-geral com o objetivo de atender aos interesses régios.

Nada disso parece ter ocorrido no médio superior São Francisco. A conquista territorial pode ter sido um desdobramento da atividade apresadora de paulistas nessa região e, pelo menos no

---

[126] "Sobre a conquista e descobrimentos entre o Rio das Contas e Minas Novas", 12/07/1736. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 13, fls. 3v-4.

[127] [Carta de sesmaria], 12/10/1743. Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 168, 1931. Tb. publ. em *AAPEB*, Bahia, v. XXIV, p. 34-35, 1936.

[128] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

estágio atual das pesquisas sobre esse movimento, não parece ter se vinculado a nenhuma ação de governo. Por outro lado, ainda que a conquista territorial tenha sido efetiva e levado à formação de expressivas franjas pecuárias ao longo dos rios da região e de povoações de porte médio representativas como enclaves luso-brasileiros entre a Bahia e as minas do ouro, poucos registros documentais restaram desse processo. Sem dúvida contamos com evidências documentais relevantes sobre o período de ocupação luso-brasileira dessa região, mas não conseguimos ainda flagrar o momento da sua conquista aos *tapuias* que a habitavam antes da chegada dos paulistas. Uma pergunta permanece irrespondida pela documentação histórica: quando ocorreram e como se deram as guerras de conquista luso-brasileira desse espaço aos índios?[129]

A única menção documental direta à guerra contra os índios do médio superior São Francisco por Matias Cardoso de Almeida, encontrada durante as minhas pesquisas, é uma referência feita por seu filho, Januário Cardoso de Almeida.[130] Segundo ele, fora o seu pai que "destruiu e extinguiu os bárbaros [?] que impediam o povoar-se este rio de São Francisco". O etnônimo que se segue à palavra "bárbaros" apresenta difícil legibilidade no manuscrito, podendo tratar-se dos anaios. Essa ação de conquista teria ocorrido pelo menos a partir de 1684, pois, ainda segundo a carta de Januário Cardoso, desde então a região do arraial de Matias Cardoso (denominado "Arraial e Rio de São Francisco" no original) estaria sob a jurisdição da capitania da Bahia.

Os fluxos de povoamento paulista do sertão do São Francisco foram reportados num texto anônimo, sem data, que Capistrano de Abreu anotou ter sido escrito pouco depois de 1705, incluído num conjunto de documentos conhecido genericamente como "Informação sobre as

---

[129] A esse respeito, pelo menos dois memorialistas, o primeiro de meados do Oitocentos e o segundo do início do século XX, escreveram relatos baseados na tradição oral, que certamente não suprem a carência de documentos escritos. Anônimo. Memórias Históricas da Província de Minas Gerais [entre 1838 e 1851]. *RAPM*, Belo Horizonte, XIII, pp. 523-639, 1909; Anônimo. Esboço Histórico do Município de Januária [entre 1900 e 1906]. *RAPM*, Belo Horizonte, XI, pp. 373-397, 1906. Estudei esses textos na dissertação de Mestrado. Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

[130] [Carta de Januário Cardoso de Almeida], 06/06/1721. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 14, doc. 66b. A carta de Januário Cardoso foi suscitada por uma demanda régia no sentido de que o governo-geral do Brasil tomasse informações sobre a jurisdição das capitanias "nos confins das Minas Gerais com esse governo [Bahia], Pernambuco e Rio de Janeiro". [Carta régia], 21/02/1720. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 14, docs. 66 e 66a. A expressão utilizada na ordem régia e a indefinição político-administrativa em que permaneciam esses confins são mais uma mostra do caráter fronteiriço dos espaços tratados neste estudo.

minas do Brasil".[131] Esse texto, utilizado com alguma frequência pela historiografia, é composto por uma parte de cunho descritivo, na qual o autor expõe os caminhos que conectavam as minas do ouro aos sertões do norte, a São Paulo e ao Rio de Janeiro, e por uma parte de cunho argumentativo, em que busca demonstrar a impraticabilidade da vedação do caminho do São Francisco para as minas. Numa das passagens mais significativas do documento, o autor anônimo descreve as ligações históricas entre o sertanismo paulista e o povoamento luso-brasileiro do (médio) São Francisco:

> Das Vilas de São Paulo para o Rio de São Fran.co descobriram os paulistas antigamente um caminho a que chamavam Caminho Geral do Sertão, pelo qual entravam e cortando os vastos desertos que medeiam entre as ditas Vilas, e o dito Rio nele fizeram várias conquistas de Tapuias, e passaram a outras para os sertões, de diversas Jurisdições, como foram Maranhão, Pernambuco, e Bahia sendo para todas geral o dito caminho até aquele termo fixo que faziam nesta, ou naquela parte do Rio de São Fran.co, em o qual mudavam de rumo conforme a Jurisdição, ou Capitania a que se encaminhavam, ou conveniência que se lhe oferecia; e com tão continuada frequência facilitaram o trânsito daquele caminho que muitos deles transportando por ele suas mulheres e famílias mudaram totalmente os seus domicílios de São Paulo para as beiras do dito rio de São Fran.co, nos quais hoje se acham mais de cem casais todos Paulistas, e alguns deles com cabedais muito grossos.[132]

***

Os quatro casos analisados, envolvendo ações de conquista do médio Paraguaçu, do Piauí, do sertão entre as minas do Rio das Contas, os rios Pardo e Verde Grande e as cabeceiras do São Mateus e do médio superior São Francisco, ajudam-nos a compreender os fluxos que seguiu a conquista luso-brasileira do espaço estudado e articulá-los à formação territorial do sertão baiano. Foram propositalmente escolhidas, no espaço em estudo, quatro áreas bastante distintas, situadas em zonas distantes entre si e marcadas por dinâmicas históricas dissimilares. Essa estratégia nos permite comparar uma área central do sertão baiano, próxima da mais antiga e mais importante região colonial litorânea, um espaço situado além das bordas setentrionais de ocupação do interior da Bahia, uma zona meridional definida por quatro rios

---

[131] "Informação sobre as minas do Brasil", [c.1705]. *ABN*, Rio de Janeiro, v. LVII, p. 172-186, 1935. Abreu, Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 140. Não é difícil inferir que a aproximação de datação feita por Capistrano partiu da seguinte passagem do texto: "Em primeiro lugar é necessário considerar-se que este caminho se acha vedado ou proibido com graves penas e nestes anos próximos passados trabalhou para impedir a comunicação por ele D. Rodrigo da Costa governador-geral que foi do Estado do Brasil [...]". Dom Rodrigo da Costa foi governador-geral de 03/07/1702 a 08/09/1705.

[132] "Informação sobre as Minas do Brasil", [c. 1705]. *ABN*, v. LVII, p. 172, 1935.

baianos e um espaço do médio São Francisco. No quadro abaixo são sintetizadas as principais características que marcaram cada um desses vetores da conquista.

Quadro 2 – Esquema para quatro casos de conquista luso-brasileira de espaços do sertão baiano – segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII

Espaço	Localização	Período das principais ações de conquista	Objetivos	Organização	Resultados
Médio Paraguaçu	Área central do sertão baiano	Década de 70 do século XVII	Repressão a índios maracá, topins e xocó, com o objetivo inicial de defesa contra ataques ao Recôncavo Baiano	Governo-geral, com utilização de tropas paulistas mercenárias	. Contenção parcial da ameaça indígena. Mantêm-se, não obstante, ataques esporádicos e pontuais contra o Recôncavo . Conquista territorial e ocupação luso-brasileira parcial do médio Paraguaçu. Mantêm-se, não obstante, ameaças indígenas sobre a região . Formação do núcleo avançado de Santo Antonio da Conquista
Piauí	A noroeste da capitania da Bahia	. Década de 70 do século XVII . 1712-1722	1º. período: repressão a índios anaios do São Francisco. Desdobra-se no avanço sobre o espaço a noroeste, que viria a constituir o Piauí 2º. período: contenção da rebelião indígena e reconquista da região	1º. período: governo-geral, com ação privada da Casa da Torre e Domingos Afonso Sertão na fase propriamente "piauiense" da conquista 2º. período: governo do Maranhão	. 1º. período: repressão aos anaios . Conquista territorial e ocupação luso-brasileira parcial do novo território: formação do Piauí. Mantém-se, não obstante, a pressão indígena sobre as terras conquistadas . Formação do núcleo avançado de Cabrobó (Vila da Mocha) . 2º. período: reconquista da região aos índios
Sertão entre as minas do Rio das Contas, os rios Pardo e Verde Grande e as cabeceiras do São Mateus	Extremo sul da capitania da Bahia	1728-...	. Conquista e povoamento de novas terras . Descoberta de reservas de minerais preciosos . Do ponto de vista estrito dos participantes diretos: apresamento de contingentes indígenas	Governo-geral, com ação direta de Pedro Leolino Mariz como armador da conquista	Indefinidos (a conquista efetiva dessa área só ocorreria no século XIX)
Médio superior São Francisco	Trecho do São Francisco entre a foz do rio das Velhas e a foz do Carinhanha	Indeterminado. Anterior a 1688.	Indeterminado. É bastante provável que tenha se dado como desdobramento de entradas privadas de apresamento de indígenas	Sertanistas paulistas autônomos	. Conquista territorial e ocupação luso-brasileira do novo território . Formação do núcleo avançado do Arraial de Matias Cardoso

Fonte: Referências documentais e bibliográficas citadas ao longo do texto.

Do ponto de vista da organização das empresas, perde sentido a distinção, proposta pelos historiadores da primeira metade do século XX, entre expedições oficiais e espontâneas, que alguns autores tentaram sofisticar, chamando as primeiras de "entradas" e as segundas de "bandeiras". Em três dos quatro casos temos uma associação entre o interesse régio, configurado pela ação inicial do governo-geral de garantir ou expandir a esfera de soberania lusitana na colônia, e o interesse privado, representado pelo envolvimento de sertanistas com o objetivo pessoal de ocupar terras, apresar contingentes indígenas ou chegar a reservas de minerais preciosos. A dinâmica da conquista, com nítidas variações de grau entre esses três casos, seguiu um certo padrão, sendo originalmente uma iniciativa do governo-geral, que paulatinamente passa ao controle privado de chefes sertanistas. Em algum momento a iniciativa de conquista deixa de ter uma conotação estritamente governamental e passa às mãos de pessoas com larga experiência dos sertões da América portuguesa. A análise da documentação demonstra que essa deve ter sido uma transição motivada principalmente pela relativa debilidade do controle da Coroa e das autoridades coloniais sobre os espaços sertanejos. A distância entre esses espaços e os centros oficiais de decisão ocasionava, do ponto de vista do governo-geral, desconhecimento geográfico e dificuldade de mobilização de forças. O comando da ação conquistadora e o controle sobre os seus resultados passava, assim, quase insensivelmente, às mãos dos chefes sertanistas e dos exércitos privados que lideravam.

Esse efeito é bastante claro no caso do Piauí, onde Domingos Afonso Sertão entrou e se instalou por uma decisão quase pessoal. Uma ação originalmente voltada para a repressão de índios do São Francisco desdobrou-se na aquisição de um espaço novo, localizado a cerca de 300 quilômetros e a pelo menos oito dias de viagem do alvo inicial das expedições.[133] Note-se que a primeira vila da região só chega a essa categoria quatro décadas depois da conquista, o que mostra que a ocupação luso-brasileira, baseada principalmente nas fazendas de gado, pôde prescindir por um largo tempo dos mecanismos de ação institucional do império português. Essa condição de relativa autonomia do novo território foi intensificada pelo fato de o Piauí constituir uma fronteira também no sentido administrativo, cravado que estava entre a capitania da Bahia e o Estado do Maranhão. Conquistado originalmente a partir da

[133] Uma carta geográfica sertanista menciona oito dias de viagem entre o rio São Francisco e o Piauí. [Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo], [1722]. BNRJ. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia, ARC.030,02,014. Note-se o mapa é de um período em que já estavam abertos caminhos, regularmente trafegados, entre o Piauí e o rio. A duração da jornada nos primórdios da conquista deve ter sido muito maior.

Bahia, no segundo período de enfrentamento contra os índios as forças luso-brasileiras saíram do Maranhão. Os núcleos pioneiros de povoamento luso-brasileiro estavam longe tanto de São Luís (cerca de 500 quilômetros) quanto da cidade da Bahia (cerca de 750 quilômetros), o que deve ter contribuído para reter nas mãos dos primeiros conquistadores e dos seus sucessores, por um longo tempo, o controle sobre o Piauí.

Esse efeito de autonomia relativa, cujo principal condicionante seria a distância dos centros de decisão, foi certamente muito menos intenso no caso do médio Paraguaçu. Sem dúvida a proximidade da sede do governo-geral foi decisiva nessa tendência, o que possibilitou que, mesmo quando a conquista deixou a esfera estrita da guerra contra os índios, o processo continuasse a ser acompanhado e controlado pelas autoridades coloniais. Não se deve esquecer, todavia, que nesse caso a ligação entre a repressão aos índios e a conquista territorial é muito mais direta e inequívoca do que no Piauí. O acesso às terras conquistadas é uma condição do acordo com as forças mercenárias paulistas para o encaminhamento da guerra. No Piauí, por outro lado, a conquista territorial parece ter sido um desdobramento não previsto originalmente, mesmo porque o objetivo inicial das entradas de Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Sertão era a repressão à ameaça indígena numa região já parcialmente ocupada por luso-brasileiros e relativamente distante da segunda área de expansão.

A diversidade de objetivos envolvida numa única frente de expansão é ainda mais clara no caso do terceiro espaço estudado. Esse caso, que não é o único quanto à diversidade de objetivos, permite relativizar as conclusões esquemáticas da historiografia da primeira metade do século XX. O "ciclo da caça ao índio" se atenuou, mas certamente não se extinguiu a partir da virada do século XVII para o seguinte. Entradas que incluem interesses apresadores continuam a ocorrer ao longo da primeira metade do Setecentos e não são exclusivamente paulistas. Ainda que tenha aparentemente contado com a participação de paulistas, a entrada organizada por Pedro Leolino Mariz ao sertão entre as minas do Rio das Contas, os rios Pardo e Verde Grande e as cabeceiras do São Mateus é planejada e executada num âmbito caracteristicamente baiano.

Diferentemente das expedições paulistas apresadoras *stricto sensu* da primeira metade do Seiscentos, nesse caso o arrebanhamento de contingentes indígenas é muito mais uma forma de pagar a participação do exército mobilizado do que qualquer outra coisa. A distribuição das

terras conquistadas, por seu turno, cumpre a dupla função de recompensar os participantes da empresa e de ampliar a esfera de soberania lusitana no sertão baiano. Esse segundo objetivo teria sido cabalmente cumprido se se tivessem realizado as expectativas do governo-geral, influenciado pelo otimismo de sertanistas como Damaso Coelho de Pinha, de que o espaço explorado poderia vir a constituir um novo território minerador. Ao contrário, não se encontraram minerais preciosos, a conquista se manteve indefinida e minguou a rala ocupação luso-brasileira tentada nas décadas de 20 e 30.

A entrada de André da Rocha Pinto foi também um movimento da geopolítica baiana. Mais uma vez se tentava fortalecer, desta feita por meio da conquista e povoamento do espaço intermédio, a ligação entre as Minas Gerais e a Bahia.[134] Num momento em que as Minas Gerais rumavam para o ápice da extração aurífera e a sua conexão viária com o Rio de Janeiro tendia a preponderar sobre qualquer outra, estabelecer um novo caminho para o litoral baiano poderia ser decisivo para os interesses concentrados na capitania da Bahia.

O quarto caso analisado representa uma tendência extrema em vários sentidos. O espaço do médio superior São Francisco foi ocupado, se as minhas inferências a partir da documentação estiverem corretas, sem nenhum tipo de intervenção governamental. A ação de conquista foi realizada por paulistas autônomos, possivelmente no curso de entradas de apresamento de índios, tendo-se aberto uma frente pioneira de ocupação no sertão do São Francisco. A escassez de documentos sobre esse movimento conquistador e ocupador pode ser um reflexo do caráter exclusivamente privado do processo.

O problema dos objetivos mostra-se, portanto, muito mais complexo do que pensaram os historiadores da primeira metade do século XX. Múltiplos interesses se conjugavam na organização de uma entrada ao sertão e, mesmo nos casos em que a empresa nascera de uma iniciativa oficial das autoridades coloniais, nem sempre predominavam os objetivos originais do governo-geral. O próprio qualificativo "oficial" pode ser relativizado, de vez que dificilmente se pode separar o que é oficial do que é privado em empreendimentos concebidos pelo governo-geral e executados, em muitos casos com significativa reorientação das metas iniciais, por sertanistas autônomos.

---

[134] Essa ligação tivera um forte estímulo no início do século, por iniciativa de Dom João de Lencastro, o que será analisado no capítulo 5 deste trabalho.

A conquista luso-brasileira do sertão baiano não fluiu numa única direção – do litoral para o interior –, não se prendeu exclusivamente ao interesse régio de ampliação da esfera de soberania lusitana na América, não envolveu grupos organizados sob o objetivo comum de "colonização" desses espaços e não se deu por meio da agregação contínua e concatenada de novos espaços ao território colonial. E não foi sempre bem-sucedida, podendo ser revertida pela retomada indígena do espaço ocupado ou mesmo não resultar em ocupação luso-brasileira efetiva. Despir-se de noções como a de expansão geográfica, território contínuo, marcha para o oeste e fluxo povoador contínuo e ascendente é fundamental para a compreensão da complexa dinâmica da conquista dos sertões da América portuguesa.

2.3 A não internação da expansão pernambucana

O último problema a nos ocupar neste capítulo refere-se a uma antiga conclusão da historiografia, colocada pela primeira vez por Capistrano de Abreu, que designarei como *não internação da expansão pernambucana*. O autor inicia o debate do problema lembrando a perda territorial sofrida por Pernambuco em 1824 e 1827, quando os seus limites recuaram do rio Carinhanha, que hoje divide os estados de Bahia e Minas Gerais, para Pau de Arara, 154 léguas São Francisco abaixo, enquanto a Bahia se estendeu até as fronteiras de Goiás.[135] Na perspectiva sempre profunda de Capistrano, esses dois atos governamentais refletiriam tendências seculares muito anteriores à terceira década do século XIX. De fato, para o historiador, a expansão de Pernambuco no período colonial se deu em direção a Itamaracá, à

---

[135] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 257-310. p. 259-261. Para a indicação da distância, Capistrano baseia-se no relatório da viagem de Henrique Halfeld pelo rio São Francisco, realizada entre 1852 e 1854. O lugar denominado Pau de Arara por Capistrano é identificado como Pau da História no relatório do pesquisador alemão. Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco :* desde a Cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. 2. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. Edição fac-similada. p. 33. Esse lugar estaria em território hoje pertencente ao município baiano de Sobradinho, a algumas léguas a montante da foz do rio Salitre. O pernambucano Barbosa Lima Sobrinho assim explica o que chama a "mutilação do território pernambucano": "Para evitar a irradiação do movimento da Confederação do Equador na direção de Minas Gerais, o imperador Pedro I desanexou de Pernambuco a comarca do Sertão, que seguia pelo curso do rio até a confluência do Carinhanha, incorporando-a provisoriamente à província de Minas Gerais e, três anos depois, à da Bahia, sempre *provisoriamente*, até que se fizesse a reorganização geral do território brasileiro, plano que, então, parecia indispensável ao progresso nacional. Mas vingaram, afinal, as reivindicações da Confederação do Equador, traduzidas no advento da República e na conquista da Federação, o que não impediu que a mutilação do território pernambucano se prolongasse pelo tempo afora, não obstante, o 'provisoriamente' dos decretos de desanexação da comarca do Sertão". Lima Sobrinho, Barbosa. Introdução. In: Nantes, Martinho de, Pe. *Relação de uma missão no rio São Francisco* : Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. XI-XII. A análise de Capistrano, como se verá a seguir, distancia-se dessa perspectiva regionalista, baseada apenas nos atos governamentais do período imperial, e aprofunda a explicação a partir da longa duração dos fluxos povoadores.

Paraíba, ao Rio Grande do Norte, ao Ceará, ao Maranhão, ao Pará e ao Amazonas, tendo passado, portanto, longe do médio São Francisco. E, mesmo nessas áreas setentrionais de expansão, o influxo pernambucano foi efêmero além do Parnaíba, e mesmo aquém, no Piauí. A explicação estaria tanto na falta de bons portos e rios navegáveis nessa porção do Nordeste quanto na proibição, que vigera por mais de um século, de comércio direto entre as capitanias sob a influência pernambucana e o Reino. Em suma, Pernambuco não se expandira para o interior e, mesmo no litoral, marcara posições efêmeras nas áreas setentrionais mais distantes. Nas palavras de Capistrano,

> Pernambuco, a primeira capitania no século XVI, adormece sobre os louros colhidos na guerra holandesa. No São Francisco vê apenas uma margem, nesta margem vê apenas o trecho desimpedido, a cachoeira de Paulo Afonso amedronta-o. Por isso Alagoas diferencia-se, e é simbólico o limite pelo Moxotó, bem junto ao sumidouro. Além do sumidouro abandonou-se tudo aos baianos, e o limite atual pelo Pau da Arara ou Pau da História relembra a pungente história perpétua da justiça imanente das coisas.[136]

Caio Prado Júnior retoma o problema num dos capítulos mais densos de *Formação do Brasil contemporâneo*, intitulado "Povoamento interior":

> A expansão pernambucana não se interna. Começou subindo para o norte, acompanhando a linha costeira; ocupou assim a Paraíba e o Rio Grande do Norte: a orla marítima e aos poucos o interior. No Ceará confluem os dois movimentos: o da Bahia, que de retorno do Piauí, se desvia para leste, atravessa o cordão de serras que separa esta capitania da do Ceará (serras de Ibiapaba, Grande), e se estabelece na região limítrofe, bacia do alto rio Poti, onde hoje está Crateús, e que por isso pertenceu de início ao Piauí, só sendo anexado ao Ceará em época muito recente, 1880. Além disto, o gado do Piauí serviu sempre para recompor os rebanhos cearenses dizimados periodicamente pelas secas. O movimento baiano também se infiltra no Ceará pelo sul, nos Cariris Novos. E enquanto isto, o pernambucano alcança o Ceará pelo oriente e vai ocupar a bacia do rio Jaguaribe.[137]

---

[136] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 294. Uma interessante citação incluída por Capistrano, de autoria de Aníbal Falcão, aborda a questão numa perspectiva que parece anteceder posições históricas contemporâneas. Segundo escreveu esse segundo pesquisador, em carta a Capistrano, "os pernambucanos não *escudrinharam* o país em cuja orla marítima elegeram sua habitação, por muitos motivos dos quais descobriste um: a inavegabilidade dos rios (salvo – e ainda assim! – o S. Francisco) pelos quais deveriam subir ao sertão. Os outros motivos – muito mais importantes – podem resumir-se no seguinte: eles tinham coisa mais importante a fazer, que era, após se terem estabelecido em pontos que lhes pareceram favoráveis, e depois de haverem perlustrado o litoral vizinho, defender as suas posições". Falcão, Aníbal. [Carta pessoal], Paris, 15/10/1899. Apud Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 260-261.

[137] Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 63.

Como se vê, para Prado Júnior os fluxos de povoamento dessa porção do nordeste do Brasil teriam sido três: de Pernambuco, pela costa, até o Ceará, incorporando a Paraíba e o Rio Grande do Norte; da Bahia, de retorno do Piauí, atravessando as divisas naturais deste último com o Ceará e se estabelecendo nessa região limítrofe; da Bahia, pelo sul, infiltrando-se no Ceará pelos Cariris Novos.

Mais ou menos na época dos estudos de Capistrano, Felisbello Freire já notara, a partir do estudo da distribuição de sesmarias, uma parte do problema.[138] Para o autor, o movimento de colonização da margem pernambucana do rio São Francisco viera da Bahia e era o resultado de entradas pelo sertão definidas pelo governo como parte da *guerra justa* contra os índios que ameaçavam o litoral baiano.[139] Como vimos nas seções anteriores deste capítulo, essa perspectiva, apenas apontada por Freire, ajuda a compreender os fluxos da conquista partidos do Recôncavo Baiano em direção ao São Francisco.

A documentação histórica confirma a procedência baiana dos fluxos povoadores de áreas interiores que administrativamente pertenceriam à capitania de Pernambuco. A tendência, mesmo nas concessões de sesmarias feitas pelo governo de Pernambuco, parece ter sido a ocupação por concessionários majoritariamente partidos da Bahia. É esse o caso de sesmaria, concedida em 1695, no sertão do São Francisco, em direção à banda ocidental do rio – em território pernambucano, portanto.[140] Os concessionários incluíam moradores do próprio rio São Francisco, dos campos do Curado, na Freguesia de Santo Antonio, da Freguesia de Santo Amaro, dos Campos da Cachoeira e de Embacay [Imbassaí]. Desta forma, afora o morador do São Francisco, todos os outros concessionários provinham do Recôncavo Baiano ou das suas vizinhanças. No mesmo ano de 1695, o governador de Pernambuco faz a concessão de terras no Piauí, território oficialmente pernambucano, para nove peticionários, parte deles moradores na cidade da Bahia e parte na cidade da Paraíba do Norte.[141] Pereira d'Alencastre

---

[138] Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. p. 37. O estudo de Capistrano, aqui utilizado, teve uma primeira versão publicada em 1899 e foi ampliado em 1924. Felisbello Freire escreveu em 1906.

[139] Lima Sobrinho lembra que a jurisdição pernambucana sobre a margem esquerda do rio São Francisco já é estabelecida na carta de doação de Duarte Coelho (1534). Lima Sobrinho, Barbosa. Introdução. In: Nantes, Martinho de, Pe. *Relação de uma missão no rio São Francisco* : Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. XI. Como vimos, o rio, a partir do seu afluente Carinhanha, serviria como divisa entre a Bahia (a leste) e Pernambuco (a oeste) até 1824.

[140] Brasil. Secretaria da Educação Superior. *Documentação histórica pernambucana* : sesmarias. Recife: [s.n.], 1954. p. 46-48.

[141] Ibidem, p. 37-39.

reporta o processo inicial de doação de terras no Piauí para moradores da Bahia: "Correndo pela Bahia a nova da descoberta de Domingos Afonso, não houve quem não quisesse possuir terras próprias, ou para cultivar, ou para criar, e por isso já em 1684 era crescidíssimo o número das sesmarias, dadas por diversos governadores de Pernambuco [...]".[142] A ocupação baiana da margem esquerda do São Francisco corrobora a sua inclusão no sertão baiano, validando, portanto, uma das decisões de espacialização tomadas neste estudo.

[142] Pereira d'Alencastre, José Martins. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. XX, p. 140-150, 1857. p. 150.

3 PRÁTICAS DE CONQUISTA E DE REAÇÃO INDÍGENA

3.1 Ataque e defesa

Em *Olinda restaurada*, Evaldo Cabral de Mello mostrou que a guerra holandesa foi marcada pela oposição entre dois tipos de prática militar: as concepções bélicas europeias, das quais o mais sofisticado modelo foi a guerra de Flandres, caracterizada pela guerra de sítio pelo controle de posições fortificadas (guerra de posições), e a "guerra brasílica", "guerra volante" ou "guerra do mato", desenvolvida a partir da assimilação, pelos portugueses e colonos luso-brasileiros, de técnicas militares indígenas (guerra de guerrilha).[143] Essa segunda técnica de combate militar era marcada pela inexistência de confrontações decisivas, tais como batalhas campais e sítios, pela inutilidade das praças-fortes e das posições fortificadas, pela mobilidade e pelos ataques inesperados que desgastavam a resistência inimiga.

Terminada a guerra holandesa, o conhecimento da guerra volante, que mostrara toda a sua importância no combate aos batavos, desapareceria das áreas centrais, Pernambuco e Bahia, com a geração de capitães que a empregara contra o invasor. Explica o autor:

> Quando os índios descerem sobre o Recôncavo baiano, o governador-geral Alexandre de Sousa Freire já não disporá de cabos e soldados práticos no modo de guerra local, disciplina que se perdera devido à distância em que se achava agora o gentio, escorraçado para o sertão, dizimado ou pacificado. Quando no governo de João da Cunha Souto Maior cogitou-se em organizar uma das várias expedições contra os Palmares (1685), já não havia capitães com experiência para a empresa. Os raros veteranos da guerra holandesa estavam já velhos e estropiados, relíquias gloriosas e inúteis [...]. Enquanto isto, nas áreas periféricas da América portuguesa, com forte densidade de população indígena, a guerra volante ainda era uma realidade, como ocorria no Maranhão, cujas guerras eram "muito diferentes das da Europa, porque se não briga com formatura, e só cada um o faz como lhe parece, detrás das árvores [deslocando-se] de umas em outras".[144]

A guerra volante se arcaizara, tornando-se um conjunto de práticas militares típico das áreas periféricas do nordeste da colônia:

> No último quartel do século XVII, [a guerra volante] já estava reduzida a "guerra do mato", vale dizer, técnica apenas de áreas atrasadas, afastadas da marinha e das praças-fortes, boas apenas para sertanistas de São Paulo e bugres e negros aquilombados.[145]

---

[143] Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada* : guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 318 et seq.
[144] Ibidem, p. 378.
[145] Ibidem, p. 377.

Mello aponta o fato irônico de que os empecilhos enfrentados pelas tropas mandadas contra os Palmares tenham sido os mesmos de que, cinquenta anos antes, se queixavam os holandeses frente ao exército luso-brasileiro. A posição luso-brasileira havia se invertido, e nessa segunda metade do século eram os luso-brasileiros que convencionalmente reclamavam das condições agrestes do meio em que se lutava e das dificuldades em se conquistar populações indígenas ou quilombolas que tinham nele o seu refúgio e faziam a guerra à sua maneira, isto é, sem domicílio certo, em constante mobilidade, com ataques de surpresa e sem massivos confrontos diretos.[146]

Daí, como vimos no capítulo anterior, em muitos casos, o recurso aos paulistas ou a técnicas inspiradas nas suas práticas de guerra. Para enfrentar grupos irredentos os sertanistas de São Paulo possuíam um conhecimento já secular, resultante da experiência acumulada nas diversas expedições que, desde o Quinhentos, deixavam as vilas vicentinas em direção aos espaços remotos do interior da América portuguesa. Foi, portanto, tendo como referência as práticas paulistas de guerra nos sertões que se empreenderam as ações militares de conquista do sertão baiano.

As expedições paulistas ao sertão foram o objeto de diversos autores ao longo da primeira metade do século XX, entre os quais Capistrano de Abreu e Alcântara Machado, que, afastando-se da historiografia acrítica que criou o mito do herói bandeirante, forneceram contribuições duradouras para o tema. O segundo autor definiu historiograficamente o que podemos chamar uma *cultura paulista do sertanismo*, abordando os elementos econômicos, sociais e culturais que fizeram das expedições sertanistas uma necessidade e uma especialidade nas vilas paulistas seiscentistas. Da pena de Capistrano de Abreu saiu elaborada descrição no inventário da cultura material e das práticas dos sertanistas de São Paulo, que, apesar de longa como citação, opto, em razão da sua importância, por reproduzir abaixo:

> Bandeiras eram partidas de homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena. O nome provém talvez do costume tupiniquim, referido por Anchieta, de levantar-se uma bandeira em sinal de guerra. Dirigia a expedição um chefe supremo, com os mais amplos poderes, senhor da vida e morte de seus subordinados. Abaixo dele, com certa graduação, marchavam pessoas que concorriam para as despesas ou davam gente.

---

[146] É talvez desnecessário lembrar a longa duração dessa oposição entre a "guerra científica" e a "guerra do mato", que terá chegado pelo menos até Canudos.

Figura obrigada era o capelão. "Meu capelão saiu para fora estando eu para sair para a campanha", escrevia Domingos Jorge Velho em novembro de 692, "mandei-o buscar; não quis vir; de necessidade busquei o inimigo; sem ele morreram-me três homens brancos sem confissão, cousa que mais tenho sentido nesta vida; peço-lhe pelo amor de Deus me mande um clérigo em falta de um frade, pois se não pode andar na campanha e sendo com tanto risco de vida sem capelão". Montoya fala nestes "*lobos vestidos de pieles de ovejas, unos hipocritones, los cuales tienen por oficio mientras los demás andan robando y despojando las iglesias y atando indios, matando y despedazando niños, ellos, mostrando largos rosarios que traen al cuello, lléganse á los padres [jesuítas espanhóis] pidenles confesion... y mientras están hablando de estas cosas van pasando las cuentas del Rosario muy aprisa*".

Escravos serviam de carregadores. Compunha-se a carga de pólvora, bala, machados e outras ferramentas, cordas para amarrar os cativos, às vezes sementes, às vezes sal e mantimentos. Poucos mantimentos. Costumavam partir de madrugada, pousavam antes de entardecer, o resto do dia passavam caçando, pescando, procurando mel silvestre, extraindo palmito, colhendo frutos; as pobres roças dos índios forneciam-lhes os suprimentos necessários, e destruí-las era um dos meios mais próprios para sujeitar os donos.

Se encontravam algum rio e prestava para a navegação, improvisavam canoas ligeiras, fáceis de varar nos saltos, aliviar nos baixios ou conduzir à sirga. Por terra aproveitavam as trilhas dos índios; em falta delas seguiam córregos e riachos, passando de uma para outra banda conforme lhes convinha, e ainda hoje lembram as denominações de Passa-Dois, Passa-Dez, Passa-Vinte, Passa-Trinta; balizavam-se pelas alturas, em busca de gargantas, evitavam naturalmente as matas, e de preferência caminhavam pelos espigões. Alguns ficaram tanto tempo no sertão que "*volviendo a sus casas hallaron hijos nueveos, de los que teniendolos ya a ellos por muertos, se habian casado con sus mujeres, llevando tambien ellos los hijos que habian engendrado em los montes*", informa-nos Montoya. Os jesuítas chamam à gente de São Paulo mamalucos, isto é, filhos de cunhãs índias, denominação evidentemente exata, pois mulheres brancas não chegavam para aquelas brenhas.

Faltam documentos para escrever a história das bandeiras, aliás sempre a mesma: homens munidos de armas de fogo atacam selvagens que se defendem com arco e flecha; à primeira investida morrem muitos dos assaltados e logo desmaia-lhes a coragem; os restantes, amarrados, são conduzidos ao povoado e distribuídos segundo as condições em que se organizou a bandeira. Nesta monotonia trágica os caiapós introduziram mais tarde uma novidade: "a de nos cercar de fogo quando nos acham nos campos, a fim de que impedida a fuga nos abrasemos: este risco evitam já alguns lançando-lhe contrafogo, ou arrancando o capim para que não se lhe comuniquem as suas chamas; outros se untam com mel de pau, embrulhados em folhas ou cobertos de carvão, por troncos verdes ou paus queimados".[147]

---

[147] Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 108-109. A posição crítica de Capistrano, que aqui se apóia nos juízos contundentes de Montoya em relação aos bandeirantes de São Paulo, é uma exceção num momento em que está em curso o que John Monteiro chamou a "construção de uma mitografia paulista". Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 10. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf> Acesso em: 28 abr 2008. Os *Capítulos*, como se sabe, foram escritos em 1907. Três décadas antes, em 1878, a posição do autor era outra. Escrevendo o necrológio de Varnhagen, um dos mais aguerridos apoiadores das ações dos bandeirantes paulistas, Capistrano defende o historiador das críticas que recebera e resgata as suas polêmicas posições, entre as quais a de que as bandeiras paulistas lançadas contra as missões jesuíticas paraguaias tinham significado o conflito entre patriotas que queriam incorporar os índios às forças vivas do progresso e jesuítas que queriam isolá-los para convertê-los em instrumento de manejos políticos. "Quem comparar o estado de São Paulo com a calma podre daquele cemitério de um povo que se chama Paraguai; quem não esquecer que nesses dois lugares funcionaram o sistema que ele [Varnhagen] defende e o que combate, hesitará certamente antes de condenar o

A vívida descrição de Capistrano omite, não obstante a riqueza de detalhes, um elemento fundamental nas expedições sertanistas, paulistas e não paulistas: a participação decisiva de combatentes indígenas ao lado dos luso-brasileiros. Seja como escravos, seja, o que foi certamente menos comum, como aliados ocasionais dos invasores, grandes grupos de índios, de centenas ou milhares de indivíduos, foram quase sempre incorporados aos exércitos da conquista. Os exemplos, de um e de outro caso, são vários. Na conquista do médio Paraguaçu o exército mercenário vicentino incluiu tropas indígenas, em número indeterminado, recrutadas nos plantéis mantidos por potentados da Bahia, em aldeamentos baianos ou, ainda, levadas de São Paulo. Na mesma guerra, como vimos no capítulo anterior, parece ter sido estabelecida uma aliança ocasional com índios topins vencidos pelas tropas paulistas, que podem ter sido arregimentados para o combate subsequente aos maracás. Além da participação direta nos combates, índios escravos ou "aliados" eram utilizados nas expedições como guias, remadores, caçadores, operários na construção de casas-fortes e, como mencionou Capistrano de Abreu na citação anterior, carregadores.

A dependência dessas tropas indígenas escravas ou "aliadas" é enfatizada, talvez como em nenhum outro documento, numa carta oficial de 1669, a respeito da organização de uma entrada repressiva contra índios que ameaçavam o Recôncavo Baiano.[148] Os oficiais da câmara de Salvador haviam escrito ao governador-geral sobre a necessidade urgente de que fossem passadas patentes para os cabos que liderariam a jornada. O governador responde, num tom nitidamente irritado, que o problema não estava nas patentes, mas em duas demandas principais: *tapuias* e dinheiro. Sem índios aliados e recursos financeiros, a empreitada não se realizaria. Para conseguir os *tapuias*, havia despachado Domingos Rodrigues (de Carvalho) ao rio São Francisco, cabendo-lhe entrar em contato com os rodelas, tamaquins e outras nações valentes da região e conseguir os índios "mui importantes para a jornada". Nesse caso, a arregimentação de índios envolvia efetivas alianças com povos contatáveis, figurando o *resgate* como o meio de barganha com esses grupos. O *resgate*, ou a troca de objetos por índios escravos, podia envolver a oferta de anzóis, facas, machados,

---

historiador", conclui Capistrano. Abreu, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e estudos (crítica e história)*. [s.l.]: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 127-141. p. 137. Como se vê, em três décadas o autor deixou de lado as posições reverentes que tinha na juventude e tornou-se uma das poucas vozes lúcidas a destoar da mitografia paulista. Essa significativa inflexão tem escapado aos analistas contemporâneos da obra de um dos nossos mais importantes historiadores.

[148] "Carta que se escreveu ao Senado da Câmara desta cidade sobre a jornada do sertão", 29/11/1669. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVI, p. 172-173, 1949.

foices, fumo, miçangas e outros artigos. Numa só entrada, enviada à Jacobina em 1664, foram disponibilizados, para os índios "amigos", seis mil anzóis e seis dúzias de facas.[149]

Estratégias menos "amigáveis" foram utilizadas em outros contextos. Alguns documentos mencionam o aprisionamento de mulheres e crianças como forma de obrigar os homens de determinado grupo indígena a se engajarem nas guerras de conquista. Enquanto durassem os combates, a "bagagem", termo utilizado para designar as mulheres e crianças indígenas que acompanhavam as marchas, seria mantida como refém pelo exército luso-brasileiro. Portanto, os qualificativos genéricos "aliados" ou "amigos" podiam abrigar situações as mais diversas, que envolviam desde a participação voluntária, em troca de objetos de baixo custo para os luso-brasileiros, até a coação, exercida por meio do aprisionamento de reféns. A essas tropas aliadas, formadas por índios livres, se somavam os contingentes de índios cativos recrutados nos aldeamentos.

À medida que o sertanismo ganha um tom menos espontâneo, envolvendo, além do mero apresamento de índios para a escravização, a repressão a grupos *tapuias* hostis e a conquista territorial, as expedições se tornam mais organizadas e equipadas do que as bandeiras descritas por Capistrano de Abreu. Numa expedição repressiva organizada na Bahia em 1657, os participantes são claramente divididos entre a "infantaria", responsável pelos combates, e os operários que garantiriam a infraestrutura da empreitada, aos quais caberia construir fortificações e abrir uma estrada de carro para a condução de mantimentos.[150] Seriam provisionadas 800 rações para os 300 infantes e 200 índios que integrariam o exército luso-brasileiro. Trinta e seis alqueires de farinha seriam providos, devendo bastar para seis meses. Essa farinha deveria estar bem torrada, para evitar que se deteriorasse.[151] Trinta ou 40 carros (de boi) garantiriam o transporte dessas provisões e do restante dos recursos necessários. Um documento do ano seguinte discrimina a ração que caberia aos soldados – carne de moquém e farinha – e aos índios "aliados" – carne bovina e farinha.[152]

---

[149] "Portaria para se darem anzóis e facas para o resgate do sertão", 19/09/1664. *DH*, Rio de Janeiro, v. VII, p. 193, 1929.

[150] "Carta para os oficiais da câmara desta cidade acerca das casas-fortes que se intentam por razão do gentio bárbaro", 13/09/1657. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVI, p. 139-142, 1949.

[151] Ceres Rodrigues Mello comenta que a farinha de guerra foi "alimento essencial na conquista do sertão". Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 176.

[152] "Regimento que levou o Capitão Bartolomeu Aires, que foi por cabo de quatro companhias fazer guerra ao gentio do sertão", 31/01/1658. *DH*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 64-75, 1928. Suponho que o aprovisionamento de

A requisição de mantimentos nos currais e fazendas existentes no itinerário da tropa era também comum. Como mostrou Pedro Puntoni, tratava-se de uma adaptação das práticas correntes na Europa moderna, onde o uso dos recursos locais "era conhecido pelo nome de *Brandschatzung* (dinheiro de incêndio), isto é, o exército ameaçava incendiar ou saquear uma região se não lhe fosse concedido um tributo em espécie ou em mantimentos, como 'taxa de proteção'".[153] Numa jornada ao sertão, realizada na Bahia em 1664 e comandada pelo capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno, os proprietários dos currais e fazendas por onde passaria a expedição receberam a ordem de prover a tropa dos mantimentos necessários.[154] As provisões seriam entregues mediante recibo, devendo os oficiais da câmara de Salvador reembolsar posteriormente os contribuintes. Caso os moradores se recusassem, estava o capitão-mor autorizado a tomar da mesma forma o que fosse necessário.

Além dos víveres, as expedições carregavam armas, pólvora, munições e ferramentas. Hemming enumera, entre as armas de fogo, espingardas, escopetas e pistolas; entre os petrechos, soquetes (varetas de espingarda) e mechas para as armas mais antigas, sem pederneira; e, entre as armas brancas, espadas, punhais, facões, arcos e flechas.[155] Especificamente sobre as armas de fogo, Luiz Felipe de Alencastro incluiu um exaustivo apêndice à sua obra aqui utilizada, no qual descreve e comenta os diferentes tipos de armas de fogo manuais usados no Atlântico português em meados do Seiscentos.[156] Na documentação coletada para este trabalho a espingarda, com as suas variações (carabina e clavina), constitui a arma de fogo mais ocorrente. Nas expedições de apresamento de índios eram carregados os petrechos específicos para a atividade: correntes, cadeados, colares de ferro, grilhões e cordas. Ferramentas e petrechos adicionais podiam incluir machados, talhadeiras, enxós, anzóis, linhas e redes. As ferramentas eram utilizadas para limpar a mata, derrubar árvores e construir pirogas por meio da escavação de troncos de madeira.[157]

---

carne moqueada para os soldados visasse protegê-los do risco de ingestão de carne apodrecida. A mesma preocupação não se aplicaria às tropas indígenas.

[153] Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 212.

[154] "Portaria para se darem pelas paragens por onde passar o Capitão-mor Gaspar Roiz Adorno os mantimentos necessários", 19/09/1664. *DH*, Rio de Janeiro, v. VII, p. 192, 1929.

[155] Hemming, John. *Red gold* : the conquest of the brazilian indians. London: Macmillan, 1978. p. 247.

[156] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 371-374.

[157] Hemming, op. cit., p. 247.

É digna de nota a ressalva colocada por Alencastro à conhecida conclusão de Sérgio Buarque de Holanda quanto ao fraco impacto das armas de fogo nas guerras contra os índios da América portuguesa. Holanda, numa obra em que é evidente o objetivo de iluminar as forças seletivas desenvolvidas pelos ameríndios no contato com os adventícios, defende a aparente vantagem das armas indígenas em relação às armas de fogo europeias, destacando as limitações técnicas dessas últimas e os engenhosos ardis empregados pelos índios para reagir a elas.[158] Essa interpretação pode ser matizada. De fato, como afirma Alencastro, "numa clareira ou em campo aberto na América e na África, mesmo fazendo tão poucas baixas, cargas de espingardaria rompiam as linhas de ataque inimigas".[159] Além disso, deve-se lembrar que o pânico dos índios diante do estampido e do efeito letal de uma arma de fogo em funcionamento podia também contar decisivamente ao lado dos luso-brasileiros.[160] Feitas as contas, é possível que o "terror" infundido nos índios pelas armas europeias tivesse menos de "superstição", como conjeturou Holanda, e mais de uma objetiva avaliação da sua desvantagem em relação ao poder de fogo do invasor.[161]

Essa questão, aparentemente técnica, suscita uma reflexão de ordem mais geral sobre o enfoque interpretativo adotado em *Caminhos e fronteiras*. Como vimos anteriormente em Capistrano de Abreu e como se pode notar também em Alcântara Machado, uma das consequências desse enfoque é a ideia de que o convívio forçado e constante dos mamelucos paulistas com a vida no sertão tornara a sua arte de guerrear um conjunto de práticas quase espontâneas, que se forjavam diretamente no enfrentamento do meio rústico. Para Holanda,

> nenhum preparo, nenhum excesso de rigor, nenhuma disciplina especial, além da que se forma no hábito hereditário e persistente de enfrentar um meio rústico, poderia fazê-los mais aptos a semelhantes pelejas. Sua ordem é a da natureza, sem artifícios aparentes e sem planos prévios.[162]

Teriam mais sucesso contra os índios, portanto, as práticas espontaneamente ditadas pelo hábito hereditário e pela ordem da natureza do que as práticas que envolviam planejamento e

---

[158] Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
[159] Alencastro, op. cit., p. 374.
[160] A esse respeito, o autor do panegírico fúnebre a D. Afonso Furtado, texto de 1676, descreve o estratagema paulista de, numa espécie de demonstração do seu poder de fogo, amedrontar os índios atirando e matando alguns animais, "coisa com que eles muito se assombram". Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.). *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo : Companhia das Letras, 2002. p. 147.
[161] Para Holanda, "ao estampido causado pelo deflagrar da pólvora e ao terror supersticioso que o acompanhava, devem os europeus, mais talvez do que a outros motivos, o bom êxito alcançado na América pelas suas armas". Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 65.
[162] Holanda, op. cit., p. 123.

organização. E, em se tratando de paulistas, falar em hereditariedade e convívio com a natureza é voltar à metade indígena da sua formação mestiça, com o que retornamos ao esquema interpretativo central de *Caminhos e fronteiras*, baseado na eficácia ameríndia em selecionar e transformar o patrimônio trazido pelos europeus e, no sentido inverso, em transmitir para os adventícios os seus próprios elementos materiais e culturais.

No entanto, se práticas espontâneas orientaram as entradas de apresamento, o que deve de fato ter ocorrido, especialmente naquelas de menor porte, o mesmo não se pode afirmar das expedições militares de repressão a índios hostis e de conquista territorial. Nesses casos, que, como temos visto, foram mais frequentes no sertão baiano e a partir da segunda metade do Seiscentos, é possível se perguntar se um total espontaneísmo na condução das tropas paulistas teria sido suficiente para o enfrentamento dos numerosos grupos *tapuias* em guerra contra o invasor. A documentação histórica mostra, em resposta a essa questão, que o plano prévio, a disciplina e o rigor europeus não estiveram de todo excluídos das grandes expedições paulistas e não paulistas realizadas no sertão baiano. Numa das campanhas contra os índios do médio Paraguaçu, realizada em 1672, um dos preparativos foi prover de roupas o exército mobilizado.[163] Além do fardamento destinado a cabos e soldados, previu-se, para a tropa índia, a distribuição de gibões, calções, varas de pano branco (para a confecção de camisas), machados e facas. Ao entrar em combate, corpos indígenas como esse podiam portar armas de fogo escambadas ou roubadas dos moradores locais.[164] Um combatente índio vestido com camisa e calções, protegido por um gibão e armado com uma espingarda pode ter sido, portanto, uma figura relativamente comum nas entradas paulistas ao sertão baiano. Vê-se que a imagem que nos sugere a documentação está muito distante da ordem exclusivamente natural em que pensou Holanda.

Era comum que a organização de uma entrada sertanista envolvesse diretamente o governador-geral. Ele podia participar do planejamento de itens como o número de soldados a serem recrutados, o abastecimento de alimentos e o provimento de armas, pólvora, munição e ferramentas. Essa função de organização de um plano prévio foi, em algumas situações, dividida com os oficiais da câmara da cidade da Bahia. Em 1657 Francisco Barreto de Meneses delega aos oficiais a tarefa de calcular a quantia necessária para a organização de

[163] "Portaria para o Provedor-mor mandar fardar os índios que vão à jornada do sertão", 11/02/1672. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 78-79, 1929.
[164] Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 374.

uma entrada ao sertão.[165] O objetivo era a construção de casas-fortes nas paragens convenientes, que abrigariam os 300 infantes que o governador planejava despachar para reduzir ou desbaratar os grupos indígenas inimigos da região.

Em muitos casos o custeio da expedição era requisitado dos proprietários que seriam beneficiados com a expulsão dos grupos indígenas. Num documento já citado em outro contexto, de 1669, o governador informa aos oficiais da câmara de Salvador que, para a organização de uma entrada, expedira cartas a todos os senhores de engenho e lavradores do Recôncavo, solicitando contribuição em dinheiro ou em açúcar.[166] Seriam esses proprietários os principais beneficiados com a entrada, que se destinava a reprimir grupos indígenas que desciam do sertão para atacar as propriedades estabelecidas na faixa litorânea.

Na distante capitania de São Vicente a atuação direta do governador-geral não era evidentemente possível, o que levava a situações curiosas, como o empréstimo em dinheiro que Estevão Ribeiro Baião Parente e Braz Rodrigues Arzão tiveram de pedir a Fernão Dias Pais antes da partida dos dois primeiros para a campanha militar contra os índios do sertão baiano.[167] Como é sabido, foi essa campanha a ação paulista mais duradoura na "Guerra dos Bárbaros" e a que teve maiores consequências na conquista do sertão baiano. O conhecido chefe paulista emprestou um total de 170 mil réis aos dois conterrâneos, mas, por volta de 1672, solicitava ao governador-geral que o reembolsasse, pois a quantia era necessária para a jornada de descobrimento de prata e esmeraldas, de que fora encarregado. O governador-geral ordenou então às autoridades responsáveis que providenciassem o reembolso solicitado. Dois anos depois, como se sabe, Fernão Dias partiria para a longa jornada pelas terras que se tornariam as Minas Gerais, empreitada na qual devem ter sido úteis os recursos reembolsados pelo governo-geral. Esse singular episódio põe em conexão, no plano corriqueiro do custeio das expedições, dois importantes movimentos paulistas de conquista do interior: a campanha repressiva e ocupadora do sertão baiano e a reveladora jornada de Fernão Dias.

O que levavam essas expedições? É claro que os equipamentos, materiais e suprimentos requeridos variavam muito, em função do objetivo inicial do empreendimento, do número de

---

[165] "Carta para os oficiais da câmara desta cidade acerca das casas-fortes que se hão de fazer no sertão", 10/09/1657. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVI, p. 138-139, 1949.
[166] "Carta que se escreveu ao Senado da Câmara desta cidade sobre a jornada do sertão", 29/11/1669. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVI, p. 172-173, 1949.
[167] "Portaria que se passou ao Provedor-mor da Fazenda Real para pagar por o Governador da Conquista Sargento-maior 170$000", 29/10/1672. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 121-122, 1929.

componentes, do espaço ou do grupo indígena a ser conquistado, da distância da jornada e da própria disponibilidade financeira de armadores e do governo-geral. Em 1732 o governador-geral emite quatro portarias voltadas para as providências de socorro a uma ação militar no sertão.[168] Tratava-se da conquista do espaço entre as minas do Rio das Contas, os rios Pardo e Verde (Grande) e as cabeceiras do São Mateus, liderada pelo coronel André da Rocha Pinto a partir de 1727, já tratada no capítulo anterior deste trabalho. Pinto passava por um período difícil na campanha, que já durava cinco anos e se adiantara pouco devido à reação indígena. O governo-geral organizou então um conjunto de ações de apoio ao coronel, que seriam executadas pelo capitão-mor Domingos Carneiro Baracho. A primeira das quatro portarias emitidas para esse fim incluía uma ilustrativa relação de itens:

> Memória do que se há de entregar ao capitão-mor Domingos Carneiro Baracho para o socorro do Coronel André da Rocha Pinto na conquista do rio das Contas de que se acha encarregado.
>
> Oito arrobas de pólvora
> Doze arrobas de munição grossa do comum B
> Quatro arrobas de balas
> Duzentas pedras de fogo
> Doze machados
> Seis foices de roçado
> Vinte e quatro armas de fogo por empréstimo para meio de ferro direitas
> Uma alavanca de quatro palmos e meio
> Três almocafres
> Duas enxadas
> Vinte e quatro armas de fogo por empréstimo para tornar a entregar acabada a diligência
>
> Resgate para o gentio que se há de meter de paz e para os mansos que vão
>
> Seis arrobas de fumo ordinário
> Uma pataca de anzóis brancos
> Quatro dúzias de facas flamengas
> Quatro maços de miçanga dois pretos e dois da branca

Domingos Carneiro Baracho, encarregado de providenciar o socorro à expedição, recebeu 32 mil réis para a aquisição dos itens relacionados na memória. Ser-lhe-iam ainda entregues, para compor essa tropa de apoio, 10 homens forros com experiência do mato, que seriam armados, e 20 índios do aldeamento do rio das Contas. Por fim, Baracho levaria também 100 sírios (sacos ou fardos de palha de forma cilíndrica) de farinha de mandioca.

---

[168] (1) "Portaria para o Desembargador Provedor-mor", 05/11/1732. *AAPEB*, Bahia, ano VII, vol. XI, p. 452-454, 1923; (2) "Portaria para o Desembargador Provedor-mor", 05/11/1732. op. cit.; (3) "Portaria para o Sargento-mor Domingos de Frias", 05/11/1732. op. cit.; (4) "Portaria para o Coronel Pascoal de Figueiredo", 05/11/1732. op. cit.

Os diversos itens disponibilizados pelo governo-geral para o apoio a André da Rocha Pinto podem ser divididos em seis classes: homens de guerra, armamentos e munições, ferramentas agrícolas, ferramentas de mineração, objetos para o *resgate* do gentio e farinha de mandioca. Uma empresa como a que fora organizada, voltada para a conquista de um vasto espaço sertanejo habitado por numerosos e resistentes povos indígenas, requeria, além da capacidade bélica, o plantio de roças e o provisionamento de farinha para uma longa estada no sertão. Além disso, como venho salientando, expedições de conquista territorial como essa podiam contemplar também outros objetivos, entre eles a prospecção mineral e o arrebanhamento de índios para a escravização.

Organizada o que poderíamos chamar a administração da entrada sertanista, cabia então passar à definição da estratégia militar. Esta podia incluir a abertura de caminhos, a construção de casas-fortes e de arraiais e a organização de sistemas de sinalização para orientar a circulação das tropas. As casas-fortes sertanejas são pouco citadas pela historiografia, mas aparecem com alguma frequência na documentação histórica. O seu objetivo principal era o abrigo das tropas e o armazenamento de mantimentos e munições. No acervo documental e bibliográfico coletado para este trabalho, essas fortificações militares são mencionadas em diferentes regiões do sertão nordeste e em distintos momentos da conquista desse espaço. Houve ou foram planejadas casas-fortes no médio Paraguaçu, no sopé da Serra do Orobó, na serra do Guairiru, na barra do rio Capivari, no rio das Piranhas, nas imediações do rio Jequiriçá, no rio Itapicuru maranhense e no rio Pandeiros.

A existência dessas fortificações do sertão, presumivelmente construídas com madeira e por isso mais rústicas e menos duradouras do que as fortalezas de pedra do litoral, permite atenuar a oposição proposta por Evaldo Cabral de Mello, entre uma "guerra europeia" e uma "guerra volante", sendo nesta última, como vimos com o autor, inúteis as posições fortificadas características da guerra convencional. Se a conquista luso-brasileira do sertão nordeste aos *tapuias* e aos quilombolas foi um dos teatros da guerra volante, como afirma Mello, vemos que ainda assim incorporou elementos militares convencionais, como as casas-fortes. Por outro lado, deve-se ressaltar, em apoio ao autor, que essas fortificações sertanejas foram sem dúvida menos importantes na estratégia militar luso-brasileira do que as suas congêneres litorâneas. Na costa podia ser imperativo, como de fato o foi durante a guerra holandesa, tomar e manter permanentemente uma fortaleza. No sertão as casas-fortes parecem ter sido estruturas temporárias de apoio ao avanço de tropas e à consolidação de posições; cumprida a

sua função, é possível que muitas delas tenham sido simplesmente abandonadas. Há relatos históricos que aludem à perene existência de uma casa-forte onde se desenvolveu a povoação de Santo Antonio da Conquista, no médio Paraguaçu, mas a grande maioria dessas fortificações desapareceu sem deixar vestígios depois das guerras de conquista.

Do ponto de vista da conquista, os arraiais mantinham, na colônia, a função militar que tinham primordialmente na metrópole. Como ressalta Cláudia Damasceno Fonseca, pelo menos duas conotações distintas envolviam a utilização do termo na América portuguesa, a primeira referida à sua acepção europeia original, de alojamento de um exército em campanha, e a segunda relacionada aos pousos e roças criados por sertanistas ao longo das trilhas, que em alguns casos tornavam-se povoações, também conhecidas como "arraiais".[169] Se, como veremos na segunda parte este trabalho, estruturas urbanas de ocupação do território podiam receber o nome de arraiais, no processo da conquista a denominação ficou reservada aos acampamentos militares. Evidentemente, algumas bases militares como essas evoluíram para assentamentos luso-brasileiros permanentes, tornando-se povoações. Isso, todavia, não parece ter ocorrido com a grande maioria dos acampamentos militares, que, cumprida a sua função no processo da conquista, foram desfeitos.

Os arraiais militares eram cercados por estacadas ou paliçadas e incluíam alojamentos para os soldados e depósitos para os mantimentos e munições. Numa carta de 1725, dirigida ao governador-geral, que atribuo ao sertanista baiano Pedro Barbosa Leal, o autor sugere a instalação de dois arraiais para a conquista do espaço entre a costa atlântica e o continente aurífero formado pelas minas do Rio das Contas, da Tocambira (Itacambira), do Serro do Frio e das Minas Gerais.[170] O primeiro arraial seria aberto no sertão entre os rios das Contas e dos Ilhéus e o segundo no sertão entre os rios Jequitinhonha e Doce. Seriam fortificados com estacadas, "segundo a máxima da Guerra Brasílica", de modo a permitir o sustento das tropas no país inimigo. Cada um dos arraiais seria composto por 300 homens, entre soldados pagos, soldados paisanos e índios mansos trazidos das aldeias paulistas. Os soldados deveriam ser

---

[169] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 50. Para Bluteau, o termo, com a sua variante *real*, ocorre somente na acepção militar. Bluteau, Raphael. *Vocabulario portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico… Coimbra, 1712-1728. p. 544. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: 18 dez 2008.

[170] [Carta], 11/07/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 194-199. Cópia manuscrita em BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 4. Discuto a atribuição de autoria da carta no capítulo seguinte deste estudo.

homens capazes de andar descalços e de sertanejar sem mais mantimentos do que plantas silvestres e caças.

Essa carta constitui, até onde sei, o primeiro projeto de conquista do espaço entre a costa sul da Bahia e as zonas auríferas mineiras e baianas. Essas áreas seriam definitivamente incorporadas ao território brasileiro somente depois de intensa campanha militar contra os seus ocupadores indígenas, movida na primeira metade do século XIX. O projeto de Pedro Barbosa Leal antecipa, portanto, em um século um movimento que só se tornaria realidade histórica no Brasil oitocentista.[171]

Em campanha as táticas militares luso-brasileiras adaptavam-se às condições de confrontos que, como observou Evaldo Cabral de Mello, distanciavam-se do padrão convencional da guerra europeia. O gentio podia ser surpreendido por um contingente de atacantes que, de rastros e em silêncio, formara um arco em torno do inimigo nas horas anteriores à refrega. O choque, em alguns documentos denominado abalroada, era violento e rápido. Uma preocupação, que hoje nos pareceria bizarra, mas que fazia sentido numa guerra em que se lidava diretamente com a capacidade de percepção característica do inimigo índio, era de que fossem escolhidos soldados não sujeitos a tosse e espirros.[172] Esses confrontos podiam ser antecedidos por dias, semanas ou até mesmo meses de perseguição dos índios. Por volta de 1726 o capitão-mor paulista Antonio Veloso da Silva campeara durante meses o sertão baiano, em busca do gentio bárbaro que ameaçava as povoações do Cairu e Jequiriçá.[173] Quando as tropas deram com a trilha e encontraram a aldeia, os índios fugiram, tendo sido aprisionados sete deles, entre mulheres e crianças. Os atacantes, então, arrancaram as mandiocas e demais roças plantadas pelos índios, tomaram ferramentas, arcos e três mil flechas que esses haviam deixado para trás e destruíram os seus ranchos. Tentou-se

---

[171] Para uma detalhada e inovadora reconstituição histórica da ocupação luso-brasileira desse espaço, a partir de 1750, *vide* Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006. O autor não cita a carta de Pedro Barbosa Leal, escrita 25 anos antes do marco inicial da sua análise.

[172] "Forma do regimento que o Coronel Pedro Leolino Maris, a cujo cargo está a incumbência da conquista, e guerra, que Sua Majestade que Deus guarde mandou fazer ao gentio bravo, que insulta os sertões povoados, e impede o povoar as excelentes terras que habita, dá ao Cabo da dita conquista, e guerra, o qual observará a dita forma do regimento, enquanto o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei deste Estado não mandar o contrário", [1727]. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 6.

[173] "Carta sobre o encontro que teve o Capitão-mor Antonio Veloso com o gentio bárbaro", 23/07/1726. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI-3ª-I-1-11, fl. 278v. Ou APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 20, doc. 63.

estabelecer um arraial no rio Una, mas a falta de água e de mantimentos obrigou a mudá-lo para o sítio chamado da Palma.

O mesmo capitão-mor liderou, pouco depois, uma expedição punitiva contra índios que haviam matado um escravo na vila de João Amaro.[174] A entrada partiu do arraial da Palma e compôs-se de 40 homens. A perseguição durou trinta dias, ao fim dos quais o inimigo foi encontrado num rancho, tendo se aprisionado 26 índios, entre mulheres e crianças. Uma das mulheres foi deixada no lugar, com a incumbência de informar aos homens que o objetivo do capitão-mor era fazer as pazes com o grupo. Essa tentativa de nada valeu, pois, após três dias de jornada, foi a tropa atacada pelos guerreiros. Os luso-brasileiros foram surpreendidos pelo ataque numa hora inusual (meia-noite), sendo que comumente os índios combatiam somente a partir do nascer do sol. Dois soldados foram mortos e diversos ficaram feridos, entre eles o capitão-mor. Uma forte descarga das armas da tropa, já quase à queima-roupa, no entanto, reverteu a situação. Os índios foram batidos e puseram-se em fuga. As presas foram levadas para o arraial, onde se recolheu a tropa.

Expedições repressivas contra grupos indígenas hostis foram frequentes em todo o período da conquista. Meio século antes das investidas de Antonio Veloso na região central do sertão baiano, o padre capuchinho Martinho de Nantes integrou uma tropa de 120 homens a cavalo, comandada pelo coronel Francisco Dias de Ávila, encarregada de reprimir índios inimigos no médio São Francisco. A batalha decisiva foi travada na barra do rio Salitre e o impressionante relato que dela deixou o religioso constitui um dos pontos mais altos da conhecida obra de Martinho de Nantes.[175] No final dos combates, 500 homens já rendidos foram mortos a sangue frio, tendo sido escravizadas as mulheres e crianças. Na realidade, essa guerra, para a qual se emitiram patentes militares em 1674, se prolongaria na conquista luso-brasileira do Piauí, empreendida por Domingos Afonso Sertão e tratada no capítulo anterior deste estudo.

A degola de inimigos já rendidos parece ter sido comum nas guerras luso-brasileiras no sertão nordeste. Uma das instruções passadas ao capitão Bartolomeu Aires, encarregado, em 1658,

---

[174] "Sobre o encontro que teve o capitão-mor Antonio Veloso com o gentio bárbaro", 24/03/1727. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 377-377v.

[175] "Relação de uma guerra em que tive que ir, por ordem do governador da Bahia, com os índios de nossas aldeias, para reprimir o furor dos selvagens que, numa noite, mataram, no rio de S. Francisco, oitenta e cinto pessoas, tanto portugueses como negros, nas suas próprias casas". In: Martinho de Nantes, padre. *Relação de uma missão no Rio São Francisco :* relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 49-53.

da guerra ao gentio do médio Paraguaçu, foi a “degolar [os índios] por todos os meios e indústrias que no ardil militar forem possíveis”, excetuando-se apenas mulheres e crianças, que seriam escravizadas.[176] A morte de índios por arma branca visava principalmente poupar pólvora e munição, mas podia ser também uma estratégia de evitar o ruído de tiros, que denunciariam a presença das tropas. No mesmo regimento, passado pelo governador-geral, o líder da entrada é instruído a descobrir, inclusive por meio da tortura de prisioneiros, onde os índios inimigos tinham escondido as suas mulheres e crianças. Essas seriam então tomadas como reféns e utilizadas para coagir os homens à rendição. Na década seguinte, em 1669, o primeiro paulista contatado para a participação na Guerra do Aporá, Pedro Vás de Barros, foi instruído, pelo governador-geral, a degolar e cativar todos os bárbaros que encontrasse, de tal maneira que ficassem totalmente extintas as suas aldeias.[177] Em 1677 o sertanista Manuel Homem de Almeida foi nomeado capitão de uma companhia na cidade da Bahia, justificando-se a patente, entre outras razões, pela participação decisiva que o militar tivera na campanha de Francisco Dias de Ávila contra os índios do rio São Francisco.[178] Entre os feitos do nomeado, constava ter sido dos primeiros que investiram contra o inimigo, combate no qual foram degolados mais de 400 índios. Uma outra patente, passada na década de 30 do século XVIII, mostra que carregar orelhas de inimigos mortos para comprovar, junto às autoridades, a vitória alcançada em campanha não foi uma prática utilizada somente nas guerras contra os quilombos. O nomeado, Sebastião Rodrigues Braga, tendo combatido índios hostis do médio Paraguaçu, levara à presença do governador-geral as orelhas dos mortos, “para justificar melhor esta operação”.[179]

Não obstante a superioridade militar, as expedições luso-brasileiras enfrentavam inúmeras dificuldades em campanha. Numa carta aos oficiais da câmara da cidade da Bahia, o governador-geral arrola, em 1657, as agruras por que vinham passando as entradas repressivas enviadas ao sertão: falta de mantimentos, cansaço dos expedicionários, desconhecimento da campanha, distância entre a cidade da Bahia e o campo de batalha e inexistência de

[176] “Regimento que levou o Capitão Bartolomeu Aires, que foi por cabo de quatro companhias fazer guerra ao gentio do sertão”, 31/01/1658. *DH*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 64-75, 1928.
[177] “Carta para o capitão Pedro Vás de Barros”. *DH*, Rio de Janeiro, v. VI, p. 135-137, 1928. Como se sabe, Pedro Vás de Barros recusou o convite para liderar a expedição paulista, tendo a tarefa sido passada a Estevão Ribeiro Baião Parente e Braz Rodrigues Arzão.
[178] “Patente de Capitão a Manoel Homem de Almeida”, 11/03/1677. *AAPEB*, Bahia, v. XXIV, p. 133-135, 1936.
[179] “Patente do posto de capitão-mor da conquista concedida a Sebastião Rodrigues Braga”, 173?. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 355, fls. 305-306v.

fortificações em que os soldados pudessem se proteger e descansar da jornada.[180] Com isso, o gentio atacado cobrava novo ânimo e contra-atacava, muitas vezes com sucesso.

A reação indígena nessas guerras envolveu diversos tipos de tática. O enfrentamento das tropas luso-brasileiras em assaltos súbitos, realizados por pequenos grupos de guerreiros velozes e aguerridos, parece ter sido o mais comum. Um papel anônimo, de 1691, estudado por Pedro Puntoni, é, a esse respeito, emblemático.[181] Segundo o autor do documento, os *tapuias* lutavam nus e descalços, eram ligeiros como o vento e empregavam somente arcos e flechas. Os soldados, por seu turno, eram obrigados a varar arvoredos fechados, embaraçados com espadas, mosquetes, espingardas e mochilas. O sustento que cada soldado podia carregar não dava para mais do que quatro ou seis dias, ao passo que os bárbaros podiam se valer de frutas silvestres, aves, raízes e mesmo "imundícies" como cactos e cobras. Os índios atacavam as povoações de noite, incendiando casas e igrejas, matando gente e roubando o que pudessem levar, inclusive gado. O autor anônimo lamentava que o gentio combatesse "fora do [modo] da arte militar". Uma sugestiva expressão, enfatizada por Puntoni, resume o argumento do autor do documento: o relativo insucesso nas guerras contra os *tapuias* vinha se dando não pela falta de valor e disposição de cabos e soldados, mas "pela eleição do meio só". Aqui se aponta, num texto seiscentista, uma das características mais significativas das guerras no sertão nordeste: a resistência que o próprio meio oferecia ao avanço luso-brasileiro. O semiárido, como estrutura de longa duração, determinaria durante séculos os modos e ritmos da conquista territorial desse espaço. Na pena de Euclides da Cunha, a terra se tornaria, já no início do século XX, um dos personagens centrais da trama de Canudos, em que forças militares nacionais enfrentaram um "exército" composto por descendentes caboclos dos *tapuias* dos séculos anteriores. Mais uma vez, o meio jogaria um papel decisivo no confronto entre as forças da conquista e os rústicos grupos humanos que aprenderam a viver e lutar no semiárido.

As táticas de ataque e de fuga de grupos indígenas do interior da América portuguesa são esmiuçadas num outro documento, redigido em 1781 pelo governador da capitania de Goiás,

[180] "Carta para os oficiais da câmara desta cidade acerca das casas-fortes que se intentam por razão do gentio bárbaro", 13/09/1657. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVI, p. 139-142, 1949.
[181] Sobre os tapuias que os paulistas aprisionaram na guerra e mandaram vender aos moradores do Porto do Mar, e sobre as razões que há para se fazer a guerra aos ditos tapuias (1691), Ajuda, 54 XIII 16, fl. 162. Apud Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 198-199.

Luís da Cunha Menezes.[182] Trata-se de uma carta particular do governador ao seu irmão, que o pesquisador goiano Paulo Bertran, que editou e publicou o documento, sugere seja Tristão da Cunha, que se encontrava na Europa e nos anos seguintes ocuparia o governo de Goiás. Os índios tratados na carta são, de acordo com Bertran, os caiapó e carajá, habitantes dos sertões goianos. Ainda que fora dos marcos temporais e do espaço estudado neste trabalho, considero que esse documento pode ser utilizado analogicamente para a compreensão de práticas indígenas que devem ter sido comuns às distintas áreas interiores da América portuguesa. Com efeito, veremos que muitos dos hábitos de guerra referidos no texto são similares aos dos índios do sertão nordeste, o que seria uma consequência da circulação de pessoas, objetos e informações entre os povos indígenas do interior do continente, antes e depois da conquista luso-brasileira.

Segundo o governador, as nações indígenas dos sertões de Goiás eram dominadas por um espírito belicoso que tornava a guerra um evento corriqueiro na sua existência. À semelhança de algumas potências europeias, essas nações faziam a guerra umas às outras ajustando entre si aldeias de um mesmo grupo. Raramente se arriscavam a enfrentar diretamente a superioridade das armas europeias, preferindo assaltos de surpresa contra as unidades de povoamento luso-brasileiro. Sujeitavam-se a andar dias metidos pelos troncos das árvores e de rastros pelo chão, sustentando-se da terra que comiam, enquanto aguardavam o momento propício para atacar. Quando esse se apresentava, as investidas eram tão rápidas que em poucos minutos tudo por terra ficava morto.

A retirada era feita em tal ordem que, sempre de acordo com o autor da carta, poderia fazer inveja aos melhores táticos dos países mais civilizados e guerreiros. Essa tática indígena consistia em dissimular o número de combatentes, fazendo com que todo o grupo caminhasse em fila, pondo cada índio o pé no mesmo lugar em que tinham posto os que o antecederam, de forma que o rastro de centenas de homens ficasse parecendo o de um só. Para maior segurança, o último da fila seguia de costas, desfazendo com as mãos os rastros que ficaram na terra. Quando passavam por algum terreno aquático ou pantanoso, marchavam sobre os calcanhares, evitando deixar marcas visíveis de toda a forma do pé. De légua em légua desfaziam a fila e marchavam todos em debandada, provocando confusão nos perseguidores

---

[182] [Carta particular do governador Luís da Cunha Meneses a seu irmão], [março de 1781]. Apud Bertran, Paulo (org., ed.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. p. 21-29.

que seguiam as pegadas. Se encontravam algum rio, cruzavam-no a nado, seguindo sempre o rumo contrário do que realmente lhes interessava, para disfarçar a direção seguida a partir da outra margem.

Quando em guerra, esses grupos indígenas deixavam velhos, mulheres e crianças em sítios determinados, na margem de algum rio, onde houvesse frutas e se pudesse pescar. Nas mudanças de localização das aldeias a gente incapacitada para a luta seguia sempre na frente dos combatentes, cabendo a esses repelir os atacantes pela retaguarda.

Para o governador, esse sistema de guerra e retirada podia ser intitulado "tática muito sublime, pelo grande conhecimento que eles têm de quando, e em que circunstâncias se devem aplicar as diferentes ordens de marchas". Note-se que, diferentemente dos demais documentos históricos, nesse texto as táticas indígenas não parecem estranhas ao autor, sendo, pelo contrário, equiparadas, em termos da sua eficácia e qualidade, às melhores táticas de guerra europeias. A fina capacidade de observação e de descrição do governador levou-o a registrar o que deve ter sido um dos recursos táticos mais importantes no lado indígena da guerra: o disfarce. A habilidade em se ocultar, em dissimular números de combatentes e trilhas seguidas e em confundir o inimigo, exercitada por grupos que tinham uma profunda relação de intimidade com o meio, pode ter sido uma das armas mais eficazes nas guerras defensivas movidas por índios do interior contra invasores luso-brasileiros.

A perícia indígena em preparar a fuga foi decisiva sob vários aspectos. Grupos tupinambá habitantes do sertão baiano confeccionavam arcos e flechas cujo uso era, possivelmente por causa do desenho dessas armas, inacessível a outros povos. Assim, se obrigados a deixá-la para trás, a valiosa flecharia desses índios se tornaria inútil para os seus perseguidores.[183]

Curiosos estratagemas podiam ser empregados mesmo por grupos indígenas aparentemente já submetidos. Durante uma entrada de repressão a índios hostis do sertão baiano, realizada em 1658 e comandada pelo paulista Domingos Barbosa Calheiros, os paiaiases, supostamente aliados dos atacantes, infligiram um vexaminoso embuste aos luso-brasileiros.[184] Os paiaiases

---

[183] [Carta régia], 27/04/1723. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 40-41.

[184] "Assento tomado na relação da Bahia sobre a guerra aos índios selvagens, extraído do livro 4º. de ordens régias ao governador e capitão-general do Brasil, no ano de 1694 a 1695", 04/03/1669. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 6, p. 391-398, 1865. Ou [Assento], 04/03/1669. In: Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1925. v. 2. p. 30-33.

haviam se comprometido a guiar a tropa até as aldeias *tapuias* que, segundo eles, eram a morada dos índios inimigos que se queria combater. A promessa inicial era de que em cinco dias os luso-brasileiros chegariam às aldeias inimigas, mas passaram-se mais de 60 dias e isso não ocorreu. A tropa foi levada por serras inúteis e montanhas ásperas e era sempre aconselhada pelos paiaiases a não atirar para matar caça ou cortar pau para tirar mel, de modo a evitar que fossem descobertos pelos *tapuias* inimigos. Esses inimigos nunca foram vistos, pois na realidade os ardilosos paiaiases eram o único grupo indígena da região. Durante essas andanças os soldados foram morrendo de fome e cansaço ou abandonando a entrada, cujo resultado final foi, conclui o relato, se encontrar "consumida e acabada com as doenças, misérias e trabalhos da jornada". Esse caso nos ajuda a relativizar o papel desempenhado pelas alianças indígenas com invasores luso-brasileiros nas áreas conflagradas do sertão baiano.[185]

A entrada mal-sucedida do paulista Barbosa Calheiros seguira-se a outra expedição fracassada, organizada com forças baianas e comandada pelo sargento-mor Pedro Gomes. Nessa empreitada, realizada no início do mesmo ano de 1658, os índios inimigos haviam empregado um eficiente recurso ofensivo, que consistia em envenenar com peçonha a água que beberia o grupo indígena supostamente aliado dos luso-brasileiros.[186] Pelo menos um "capitão" índio morreu vitimado pelo veneno.

A fuga para um sertão mais deserto e impenetrável, como define um documento coevo, pode ter sido um recurso extremo encontrado por grupos indígenas que tentavam escapar ao extermínio ou à escravização. As frentes de conquista luso-brasileira pressionavam esses grupos a buscar áreas inóspitas, remotas ou de difícil acesso, tais como topos de serras, áreas secas e com poucas fontes de alimentos e matas fechadas. Ao mesmo tempo em que representava uma solução para os *tapuias* ameaçados, a fuga para esses "sertões mais interiores" redefinia as territorialidades luso-brasileiras e indígenas no sertão nordeste. Muitos dos grupos indígenas do interior descritos por cronistas como Gabriel Soares de Sousa ou encontrados pelas frentes de conquista haviam chegado a áreas remotas do sertão já no período colonial. Essa constatação corrobora uma das vertentes de pesquisa da história

---

[185] John Hemming relata um caso bastante semelhante, ocorrido em 1597 com uma expedição comandada por Martim de Sá, da qual participou o explorador inglês Anthony Knivet. Hemming, John. *Red gold* : the conquest of the brazilian indians. London: Macmillan, 1978. p. 248.

[186] "Regimento que levou o Capitão-mor Domingos Barbosa Calheiros na jornada do sertão", 05/09/1658. *DH*, Rio de Janeiro, v. V, p. 321-327, 1928.

indígena contemporânea, no sentido de desfazer a ideia de que o interior da América portuguesa seria habitado por povos "autóctones" e intocados pelo colonizador antes da conquista definitiva. Mesmo antes dela o contato, realizado por diversos meios e com efeitos em ambos os lados – o indígena e o luso-brasileiro –, já se estabelecera.

A disseminação, pelo contágio, de doenças letais para populações que não tinham entrado em contato com os agentes etiológicos comuns na Europa tem sido enfatizada como o principal fator de depopulação indígena na América. Tratar-se-ia, assim, de uma espécie de prática involuntária de conquista, ainda que se deva lembrar que, um século depois do período que nos interessa, táticas deliberadas de contágio tenham sido aplicadas pelos conquistadores.[187] Manuela Carneiro da Cunha arrola as doenças trazidas com a invasão europeia da América: varíola, sarampo, coqueluche, catapora, tifo, difteria, gripe, peste bulbônica e possivelmente a malária. Uma análise importante desenvolvida pela autora reinterpreta o problema das doenças, situando o fato de que não advinham somente do isolamento biológico da população aborígine, como tradicionalmente se colocou, mas também de fatores ecológicos, sociais e políticos. Para Cunha, "os microorganismos não incidiram num vácuo social e político, e sim num mundo socialmente ordenado".[188]

A política de concentração da população americana em aldeamentos missionários foi uma das causas mais graves da disseminação de doenças transmissíveis entre os índios. Na caracterização precisa de Cunha, a reprodução dos índios mantidos nos aldeamentos foi antes predatória do que biológica, pois eram recrutados para integrar as tropas de descimentos forçados de novos contingentes indígenas do interior. Mantinham-se, assim, continuamente abastecidos de índios os aldeamentos, ainda que as populações americanas morressem às centenas nessas unidades de ocupação euro-brasileira.

Na conquista do sertão nordeste as informações sobre a ocorrência de doenças e epidemias entre a população indígena, provocadas pelo contágio europeu – ou, nesse caso, já luso-brasileiro –, são raras. É possível conjeturar que, em comparação com os povos tupi da costa,

---

[187] Isso se deu na conquista militar do médio Jequitinhonha, em meados do século XIX. Segundo Teófilo Otoni, houve casos de doação de roupas de pessoas sabidamente infectadas por doenças transmissíveis para grupos indígenas, com o fito de matá-los pelo contágio. Otoni, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002. No período que nos interessa não há registros dessa prática nefasta, inclusive porque a relação entre a doença e os objetos contaminados provavelmente não era ainda conhecida.

[188] Cunha, Manuela Carneiro da. Introdução. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 9-24. p. 13.

a menor densidade e concentração populacional, o contato menos estreito com os luso-brasileiros e o menor número de aldeamentos missionários tenham interferido para atenuar o papel das epidemias na depopulação indígena. Mas ainda assim ocorreram males como o que dizimou metade dos 1.500 índios aprisionados, no início da década de 70 do Seiscentos, pelas tropas de Estevão Ribeiro Baião Parente no médio Paraguaçu. Em 1º. de fevereiro de 1673, segundo documentos coligidos por Taunay, o paulista entrava na cidade da Bahia com 750 presas indígenas.[189] A outra metade morrera no caminho, vitimados por "uma quase peste".

3.2 Adaptação resistente?

A grande maioria dos historiadores que iniciaram o levantamento das fontes primárias das guerras contra os índios do sertão nordeste alinhava-se à premissa de que estava em curso a vitória da civilização sobre a barbárie. Na primeira metade do século XX era comum a ideia de que a expansão geográfica, com a consequente delimitação do contorno definitivo do Brasil, justificara, no período colonial, o extermínio das hordas *tapuias* que infestavam os espaços conquistados. Em torno dessa matriz ideológica reuniram-se praticamente todos os historiadores do sertanismo. Mesmo a polêmica sobre a precedência paulista, baiana ou reinol na conquista dos sertões centrais e setentrionais, de que tanto se ocuparam esses pesquisadores pioneiros, apagava-se diante do discurso uniforme de que o extermínio indígena fora uma necessidade inelutável da expansão luso-brasileira.

É a esse respeito sintomático que um espírito lúcido e crítico como o de Capistrano de Abreu tenha aderido à voga geral, ao afirmar que na Bahia e ao norte do rio São Francisco teriam os paulistas prestado "melhores serviços" do que nos ataques contra os índios das missões jesuíticas meridionais. Estabeleceu assim Capistrano uma distinção implícita entre o papel despovoador e depredador – termos do autor – das bandeiras paulistas no Brasil meridional e os "melhores serviços" que as tropas vicentinas teriam prestado no sertão baiano. No Brasil meridional teriam praticado os paulistas tais horrores que o autor se permitia perguntar se a atual posse brasileira sobre as terras devastadas compensaria essas ações. No sertão baiano, por outro lado, os paulistas teriam deixado o papel de despovoadores e passado a

---

[189] Bibl. Nac. Cód. 36, ff. 100 v. Apud Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1929. v. V, p. 34-35.

conquistadores, isto é, responsáveis pela formação de estabelecimentos fixos.[190] Um papel mais positivo, sem dúvida, é a conclusão inevitável a que levam as reflexões do historiador. A impressão final do leitor é de que se ataques contra índios guarani missioneiros eram altamente censuráveis, a campanha contra índios *tapuias* livres foi justificada pela expansão da frente colonizadora. E, mais uma vez, mesmo com Capistrano, voltamos à chave interpretativa da vitória da civilização contra a barbárie.

Esse constructo ideológico sofreu abalos a partir do meado do século e caiu definitivamente por terra com um dos ícones da história dos índios do Brasil: a obra *Red gold*, de John Hemming, publicada pela primeira vez em 1978. O autor inaugurou a história indígena no Brasil ou, nos seus próprios termos, buscou construir "uma história dos índios brasileiros ou da conquista colonial do Brasil em termos dos seus povos nativos". A trajetória indígena era percebida como uma tragédia, cabendo aos historiadores explicá-la como o processo que reduzira as sociedades ameríndias a uma patética minoria na franja de uma bem-sucedida sociedade europeia.[191] Hemming partia, portanto, de dois pressupostos: o de que as relações entre ameríndios e europeus foram inevitavelmente trágicas, isto é, violentas; e o de que a história dos índios, a partir da conquista, levara inexoravelmente à sua condição atual de patética minoria.

Essa perspectiva se aplicava bastante bem à análise da história dos povos *tapuias* que nos interessam neste trabalho. Forçadas a ceder os seus lares e campos de caça para prover pastagens para o gado, essas populações tinham protagonizado, em razão da resistência que ofereceram à invasão, um dos mais importantes estágios na conquista dos índios brasileiros. Ainda assim, continuava Hemming, foram as trágicas campanhas contra os *tapuias* as guerras menos registradas nos documentos históricos, tendo restado somente papéis oficiais relativos às expedições militares e nenhuma crônica ou relato que refletissem algum interesse na etnologia das tribos destruídas. Disso resultara uma história desigual e desarticulada, que, não obstante, era muito importante para ser omitida.[192]

Uma reorientação muito interessante tem marcado os estudos contemporâneos de história indígena. Relativizando as conclusões da matriz Hemming, os estudiosos têm destacado que a

---

[190] Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 110-114. Aqui, evidentemente, o autor utiliza o termo "conquistadores" no sentido de colonos.
[191] Hemming, John. *Red gold* : the conquest of the brazilian indians. London: Macmillan, 1978. p. XIV-XV.
[192] Ibidem, p. 346-347.

reconstituição da história dos índios no período colonial brasileiro não passa somente pela verificação do extermínio, da escravização e do inelutável apagamento das diferenças, mas também pela constatação de que os povos indígenas foram sujeitos da própria história e, enquanto tais, desenvolveram estratégias políticas conscientes e moldaram o próprio futuro diante dos desafios e das condições do contato e da dominação.[193] Conceitos como o de *agência*, que enfatiza a ação consciente (e não passiva) dos índios em resposta à nova ordem, e de *adaptação resistente*, relacionado às "significativas adaptações coloniais que igualmente ancoravam a ação histórica das populações nativas",[194] têm sido forjados como ferramentas de análise privilegiadas dessa nova história indígena. Na crítica de John Monteiro,

> apesar de fundamentada em algumas verdades, a crônica da destruição e do despovoamento já não é mais aceitável para explicar a trajetória dos povos indígenas nestas terras. O que se omite com tal abordagem são as múltiplas experiências de elaboração e reformulação de identidades que se apresentaram como respostas criativas às pesadas situações historicamente novas de contato, contágio e subordinação.[195]

Nessa nova perspectiva a "Guerra dos Bárbaros" pode ser reconsiderada. Debatendo a obra de Pedro Puntoni, que de certa forma se inspirou na matriz Hemming, Cristina Pompa propôs que os episódios bélicos reunidos sob a denominação tenham significado muito mais do que guerras de extermínio para permitir o avanço da frente pecuária. Segundo a autora,

> os documentos de várias origens relativos aos diferentes episódios refletem um quadro complexo de contínuas rearticulações de relações econômicas e de poder (sem que as primeiras determinem necessariamente as segundas), de avanços e recuos da "Região colonial" no sertão, em que os "Tapuia" não exerceram apenas o papel de vítimas mudas ou de protagonistas de uma cega quanto inútil "resistência", mas souberam também (ou pelo menos tentaram) se inserir nas contingências históricas em função de seus interesses de sobrevivência física e cultural.[196]

Esquematizando esse debate, teríamos o seguinte quadro de oposições:

---

[193] Monteiro, J. M. O desafio da história indígena no Brasil. In: Silva, A. L.; Grupione, L. D. (Orgs.). *A temática indígena na escola, novos subsídios para professores de 1º. e 2º. graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 221-236. Apud Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 21.

[194] Monteiro, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 475-498. p. 497 e 498.

[195] Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. p. 78. Disponível em http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf. Acesso em: 28 abr 2008.

[196] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 217-218.

Quadro 3 – A “Guerra dos Bárbaros” em duas perspectivas historiográficas recentes

Pedro Puntoni (2002)	Cristina Pompa (2003)
Guerras de extermínio	Contínuas rearticulações das relações econômicas e de poder
Limpeza do território para o avanço da frente pecuária	Avanços e recuos da região colonial no sertão
Resistência indígena inútil	Inserção ativa dos *tapuias*

Fonte: Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 217-218.

Onde Puntoni vê guerras de extermínio, que resultaram em situações nocivas e não integradoras, ou seja, confrontos aos quais poderíamos chamar, do ponto de vista do campo indígena, *guerras totais*, a autora percebe ligações mais nuançadas, que contemplariam uma contínua rearticulação das relações econômicas e de poder. Se para o primeiro é indispensável demonstrar que a razão última dos conflitos foi a limpeza do território para o avanço das fazendas de gado e que, poderíamos completar a partir do autor, a conquista foi um processo de aquisição territorial contínua e definitiva, para Pompa é importante não perder de vista que a dinâmica da transformação do sertão em uma nova região colonial foi marcada por avanços e recuos. Por fim, a resistência indígena em Puntoni, tanto obstinada quanto inútil, converte-se, na releitura da autora, em uma inserção ativa dos *tapuias* no que poderíamos denominar a (re)construção do seu destino.

A atenção ao detalhe, contudo, não deve nos fazer perder de vista o todo. A reconstrução da complexa tessitura das relações entre *tapuias* e luso-brasileiros no sertão nordeste não exclui a análise dos contextos e das razões gerais da conquista desse espaço. Ainda que relações econômicas possam ter passado, no plano microscópico dos múltiplos casos de contato entre *tapuias* e luso-brasileiros, por contínuas rearticulações, elas sempre estiveram presas aos objetivos gerais e primordiais das frentes de conquista: terras e índios. Na realidade – e há aqui um aspecto em que me distancio de Puntoni, que pensa somente na conquista territorial – esses dois objetivos sempre se interpenetraram na conquista do sertão nordeste. Como vimos

no capítulo anterior, mercenários paulistas podiam se engajar na guerra com os olhos voltados para o butim que lhes caberia em presas indígenas, mas, por razões diversas, desistir dele a meio caminho e desviar-se para a posse das terras conquistadas.

Mas, para voltar ao ponto que aqui interessa, também as rearticulações das relações de poder, pensadas por Pompa, não podem esmaecer o fato de que a máquina de guerra luso-brasileira foi suficientemente forte para vencer as populações indígenas na maioria das vezes em que os dois lados se confrontaram. Em situações extremas como as que estamos tratando, o termo *poder* se refere mais à capacidade tecnológica e bélica de submeter o outro e menos às particularidades e nuances que marcaram aqueles casos, estatisticamente menos numerosos, em que grupos *tapuias* não foram simplesmente mortos ou aprisionados para serem levados para a cidade da Bahia ou São Paulo. Sugestivamente, a própria autora se previne contra uma possível distorção do que chama "a dinâmica do encontro", ao ressalvar que "é também óbvio que a noção e o próprio termo 'encontro', se usados sem as devidas cautelas, acabam por apresentar uma imagem falsa de 'equilíbrio' cultural, que esconde as reais relações de força e as situações objetivas de opressão e até de genocídio".[197] A respeito dessa crucial questão terminológica, devo ressaltar que o termo *encontro* ocorre na documentação sobre a conquista exatamente no sentido de choque, e não de aproximação pacífica, como é mais comum hoje. Alternativamente é utilizado também o vocábulo *recontro*, por isso incorporado pelos historiadores da primeira metade do século XX. Ambos, a acepção original de *encontro* e o termo *recontro* descrevem melhor as relações entre *tapuias* e luso-brasileiros no sertão nordeste do que a conotação suavizada de que se revestiu o primeiro termo na contemporaneidade. Diga-se, contudo, em favor da abordagem de Pompa, que a autora tem como objeto não a guerra, mas as situações menos traumáticas geradas pelo contato cultural e simbólico entre evangelizadores europeus e populações tupinambá e *tapuias*. Nesse contexto, do qual o extermínio e a escravização estavam excluídos – ainda que se possa sempre perguntar até que ponto a tutela missionária sobre índios aldeados não embutia uma forma camuflada de escravidão –, pode-se falar em encontro. As dificuldades da abordagem começam, todavia, quando os mesmos instrumentos de análise são transpostos para os muitos casos, sem dúvida mais frequentes do que a missionação, em que a única relação possível entre os invasores luso-brasileiros e as populações indígenas foi a guerra aberta ou a

[197] Ibidem, p. 29.

subjugação camuflada como aliança. Nesse contexto bélico, parece-me que a interpretação de Pedro Puntoni é a mais adequada.

Marcos Galindo Lima intensificou a utilização da perspectiva da adaptação resistente no estudo da expansão colonial nos espaços *tapuias*. O foco do autor, na linha da nova história indígena, foram as estratégias de alianças e perdas negociadas de que se utilizaram essas populações para lidar com a interiorização do processo colonial, no qual os *tapuias* teriam assumido o papel de "parceiros históricos". Duas questões guiaram o trabalho do autor:

> A primeira delas inquiria sobre como – a partir da segunda metade do século XVII, nos sertões do São Francisco, domínio tradicional de povos tapuia hostis aos brancos – a pecuária logra em poucas décadas instalar e consolidar as fazendas de gado pioneiras, num processo aparentemente negociado com os nativos e sem notícia de grandes guerras tais quais as ocorridas durante a fundação dos assentamentos do litoral e do recôncavo baiano? Quando se acata a hipótese desta relativa paz processual, a segunda questão emerge: se não houve nestes sertões guerras, massacres e escravização na escala da havida nos trabalhos de conquista e consolidação das bases do litoral, e se tampouco houve migração massiva de brancos para o sertão que justificasse uma miscigenação e apagamento radical dos índios, o que então aconteceu com a população nativa da região?[198]

Essas hipóteses são altamente discutíveis. A minha primeira proposta seria inverter as premissas de Lima e assumir, a partir da vasta documentação histórica disponível, que os diversos espaços do sertão baiano, e entre eles a região escolhida pelo autor, foram territorializados somente depois de guerras, massacres e escravização. Não houve paz processual na conquista e ocupação territorial desses espaços. A "parceria" indígena, quando e onde ocorreu, pressupôs uma relação, implícita ou declarada, de poder e hierarquia entre conquistadores e conquistados. Nessa questão central, sem dúvida estão com a razão tanto a historiografia acrítica da primeira metade do século XX, que, a despeito da inclinação conservadora, reuniu fontes históricas importantes para a história do extermínio e da escravização indígena no sertão nordeste, quanto John Hemming, para quem a conquista colonial do Brasil foi sempre brutal, quanto ainda, para nos atermos a um estudioso contemporâneo do tema, Pedro Puntoni, para quem o contexto deletério de aculturação e miscigenação a que se submeteram alguns grupos indígenas representou a única alternativa possível ao extermínio.[199]

---

[198] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 15.
[199] Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 46.

A “parceria”, quando e onde houve, foi assimétrica, em detrimento do indígena, e minoritária, quando não residual, em comparação com a trágica e quase rotineira sucessão de massacres de homens e escravização de mulheres e crianças. Na realidade, o termo “parceria”, já corrente no vocabulário comercial do Antigo Regime, mas de todo ausente da documentação consultada para este trabalho, é, a meu ver, inadequado para a abordagem das hierárquicas e desiguais relações de ocasional aliança militar entre conquistadores luso-brasileiros e grupos *tapuias*.[200]

As questões propostas por Lima parecem gravitar em torno de um único problema: o da inexistência, no sertão, de guerras entre luso-brasileiros e índios na escala das que ocorreram na conquista da faixa litorânea. Essa questão, colocada na perspectiva indígena, também preocupou Cristina Pompa, que se refere à “falta de manifestações evidentes de ‘resistência’ à assimilação, como os grandes movimentos tupinambá, por exemplo”.[201] A explicação me parece relativamente simples. Como vimos no primeiro capítulo deste trabalho, o interior da América portuguesa era habitado por povos ameríndios majoritariamente não sedentários, caracterizados pela heterogeneidade, diversidade linguística, migrações sazonais e populações menos densas e concentradas do que na faixa costeira. A vida em pequenos grupos que migravam ciclicamente parece ter sido uma condição estrutural dessas populações, condição essa para a qual o meio semiárido era determinante. As concentrações populacionais mais expressivas, que podiam incluir povos túpicos semissedentários ou mesmo sedentários, devem ter ocorrido nas áreas mais úmidas, tais como as margens dos rios, as ilhas fluviais e os brejos. Se em geral as populações eram menos numerosas, mais dispersas e mais móveis, porque esperar a ocorrência de grandes guerras no interior? A escala da guerra movida pelo invasor era determinada pela escala demográfica do próprio inimigo. Resulta dessa razão trivial o fato de que as maiores guerras entre luso-brasileiros e *tapuias* tenham envolvido grupos indígenas da ordem de centenas de pessoas, e não mais. A notícia que temos da ordem de grandeza dessa população indígena mobilizada pela guerra nos chega invariavelmente pelos poucos relatos dos vitoriosos em que é citado o número de índios abatidos ou escravizados.

---

[200] Para uma visão equilibrada do problema das alianças, ainda que expressa de forma um pouco tímida, *vide* Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 87 et seq.

[201] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 339.

Não teria sido, portanto, uma suposta “paz processual” a razão da inexistência de grandes guerras contra os *tapuias* do interior. Como temos visto ao longo deste capítulo, as guerras de extermínio, de expulsão e de preação – para relembrar a tipologia de Luiz Mott – foram comuns no sertão nordeste e atingiram duramente a população indígena, que reagiu na medida das suas possibilidades. Há, a meu ver, uma contradição insuperável naquelas posições histórico-antropológicas que por um lado pretendem trazer à luz o ser *tapuia* e por outro supõem que ele se colocou perante a expansão luso-brasileira como parceiro do processo colonial, negociando pacificamente a cessão dos seus espaços. A guerra, pelo contrário, foi implacável, de um e de outro lado. Como relata um sugestivo documento colonial, que não é o único a fazê-lo, esses bárbaros eram soberbos e valentes de tal sorte que só com a morte se entregavam, e ainda depois de mortos os sobreviventes os levavam, para que não se soubesse o prejuízo que tiveram.[202]

Essas considerações não implicam em desconsiderar o significativo aporte conceitual, analítico e empírico trazido pela nova história indígena. Mas a adoção dessa perspectiva deve ser feita considerando-se as especificidades de cada situação histórica.[203] As sociedades indígenas do sertão nordeste eram em sua maioria não sedentárias, aplicadas à caça, pesca e coleta e, portanto, destituídas de modos de organização ou atividades econômicas preexistentes que pudessem ser aproveitados pelos europeus. Falavam idiomas heterogêneos e estruturalmente diferentes do tupi falado na costa, onde a língua geral de paulistas e missionários funcionava como mecanismo de intercâmbio cultural entre euro-brasileiros e ameríndios. A mobilidade, a baixa concentração demográfica e a hostilidade ao contato fomentaram um padrão de resistência que em alguns casos se tornou insuportável para os invasores e levou ao esvaziamento da conquista.

---

[202] “Sobre o encontro que teve o capitão-mor Antonio Veloso com o gentio bárbaro”, 24/03/1727. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 377-377v.

[203] O mesmo notou Hal Langfur a respeito das relações entre colonos, tropas militares e povos indígenas nos sertões do leste mineiro, a partir da segunda metade do século XVIII. Comenta o autor: “A ênfase na interação cultural deve ser aplicada cautelosamente e apropriadamente de acordo com as peculiaridades da zona geográfica e do momento histórico em questão. Ela deve ser suficientemente flexível para dar sentido ao desprezo, coerção e impulsos letais, evidentes em qualquer lugar onde os europeus se impuseram aos povos indígenas ao longo da fronteira colonial. Assim, se termos como *negociação* e *mediação* forem usados para clarificar os eventos no espaço não conquistado do Sertão Leste, eles devem englobar o fato de que o conflito armado representou uma moeda principal nas trocas interétnicas”. Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil’s eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006. p. 260-261. “The emphasis on cultural interaction must be applied cautiously and appropriately in accordance with the peculiarities of the geographic zone and historical moment in question. It must be flexible enough to make sense of the contempt, coercion, and lethal impulses evident wherever Europeans intruded on indigenous peoples along the colonial frontier. Thus, if terms like *negotiation* and *mediation* are to be used to clarify events in the unconquered space of the Eastern Sertão, they must encompass the fact that armed conflict represented a principal currency of interethnic exchange”.

A categoria histórica da adaptação resistente, construída por uma historiografia que progressivamente se distancia dos modelos calcados na clássica distinção entre dominadores e dominados, não se aplica indiscriminadamente a quaisquer relações entre euro-brasileiros e ameríndios documentalmente encontradas na América portuguesa. As soluções engendradas pela conquista e ocupação luso-brasileira dos sertões, nas quais as formas de contato com os povos nativos e as estratégias de resistência indígena tiveram um papel central, eram determinadas por múltiplos fatores, que variavam em cada caso. Condições mesológicas, perfis socioculturais das populações contatadas, capacidade bélica de luso-brasileiros e índios e objetivos econômicos perseguidos estavam entre os principais elementos históricos determinantes dessas variações. Ainda assim, padrões podem ser encontrados. Na conquista dos sertões o extermínio e a escravização foram, sem dúvida, mais frequentes, impactantes e, portanto, historicamente relevantes do que a adaptação resistente. Nas fronteiras do sertão baiano colidiram, mais do que se encontraram, grupos invasores luso-brasileiros e populações *tapuias* habitantes do semiárido.

4 HOMENS FRONTEIROS

4.1 Considerações preliminares

A história convencional do sertanismo e da conquista do interior é repleta de antropônimos. Sucedem-se, ao longo dos extensos levantamentos historiográficos da primeira metade do século XX, os nomes de pessoas, na sua quase totalidade homens, responsáveis, segundo a perspectiva daquela historiografia, pelo esforço heróico de desbravamento dos sertões. Ao terminar a leitura de uma dessas obras, como, por exemplo, um dos volumes que formam a *História geral das bandeiras paulistas*, de Afonso Taunay, o pesquisador se queda intrigado com as séries intermináveis de homens em ação a que foi apresentado. Não são somente paulistas, como habitualmente se pensa. Autores como Pedro Calmon, Salomão de Vasconcelos e Urbino Viana reagiram valentemente à corrente pró-paulista, hegemônica nessa historiografia, propondo heróis de outras origens que não as vilas de São Paulo. Daí os debates infindáveis sobre o problema que, em outra oportunidade, denominei, parafraseando um desses autores, da "precedência nas entradas".[204]

Se afastarmos o esforço heróico, evidentemente falso como explicação da ação histórica, assoma a ausência de respostas que nos permitam compreender os interesses, os objetivos e os contextos grupais e individuais que engendraram as ações de conquista. Conhecemos as razões gerais – apresamento para a escravização, conquista territorial, busca de minerais preciosos –, mas pouco sabemos das motivações individuais e das pequenas decisões que pautaram cada evento da conquista. Na realidade, a perspectiva do herói sertanista ocultou-nos as diferentes opções e a trajetória errática que parecem marcar as ações desses homens, deixando, assim, de revelar detalhes que teriam sido decisivos na compreensão das individualidades que comandaram o processo da conquista.

Esse é o desafio do presente capítulo. Sem dúvida um desafio, porque, como já frisaram outros, os sertanistas luso-brasileiros eram lacônicos e pouco dados a relatos escritos das suas ações. A acreditarmos nos documentos coevos, alguns deles nem mesmo sabiam falar português, como dizia de Domingos Jorge Velho o bispo de Pernambuco. Se o bispo estava certo, teria sido outro o escriba dos requerimentos em que o paulista, durante a Guerra dos

---

[204] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

Palmares, justificava perante a Corte o direito a terras e índios; essa prática de ditar a outrem cartas e requerimentos não era, aliás, incomum no período. Em São Paulo, de onde saiu a grande maioria desses sertanistas, a reduzida quantidade de livros e a carência de papel, registrada pela extensa pesquisa realizada por Alcântara Machado nos inventários paulistas, comprova que de fato na capitania se lia e escrevia muito pouco.[205] É possível presumir que o baixo grau de letramento, a rusticidade e a forte influência indígena da sociedade paulista tenham fomentado a formação de uma cultura da oralidade, sobre a qual sabemos pouco. A transmissão oral de conhecimentos, informações e impressões pode ter sido decisiva na articulação cultural de populações como a vicentina.

Mas não residiriam somente no baixo letramento e na cultura da oralidade as explicações para o escasso número de relatos sertanistas. Uma terceira razão seria o propósito dos indivíduos e grupos que se movimentavam pelos sertões de ocultarem de outros grupos sertanistas, das autoridades coloniais e da própria Coroa os resultados de expedições exploratórias. A localização de jazidas minerais e de grupos indígenas propícios à escravização não podia ser revelada a terceiros. Nesse contexto, elaborar ou rascunhar um esboço cartográfico ou relato de reconhecimento podia constituir um risco para os exploradores pioneiros desses espaços. Os exemplos de ocultação ou dissimulação de informações são vários, estando entre os mais lembrados os casos do baiano Belchior Dias Moreia, que morreu por volta de 1622 sem revelar o segredo que ficaria conhecido como das “minas de prata”,[206] e do paulista Manuel da Borba Gato, que somente mostrou a localização das jazidas auríferas do rio das Velhas depois de obter a promessa do perdão régio por meio do governador da capitania do Rio de Janeiro.[207] Para ser mais exato, Belchior Dias Moreia teria chegado a elaborar um roteiro, que todavia nunca foi encontrado, sendo presumível a sua ocultação do conhecimento público por

---

[205] Machado, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972. p. 89-95.

[206] Segundo Basílio de Magalhães, “o não ter querido o neto de Caramuru [Belchior Dias Moreia] revelar as riquezas do sertão sanfranciscano, riquezas de ouro e de prata, sobretudo desta última, que ele dissera haver tanta ‘como ferro em Bilbao’, foi o que deu origem à lenda célebre das *minas de prata*, que atravessou todo o resto da nossa evolução colonial”. Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 52.

[207] Como sugere o relato do paulista Bento Fernandes Furtado, inserido no Códice Costa Matoso, Borba Gato teria negociado, por volta de 1700, a informação sobre a localização das minas em troca do perdão pelo envolvimento no assassinato de Dom Rodrigo Castelo Branco, ocorrido 16 anos antes. Furtado, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1, p. 166-193.

familiares ou pessoas que tenham se apropriado do papel.[208] Já por volta de 1725 o sertanista baiano Pedro Barbosa Leal procurava sem sucesso esse lendário documento entre as coisas de Moreia.[209]

Sem dúvida há exceções, como o relatório de Miguel Pereira da Costa, as notícias dadas aos "padres matemáticos" por sertanistas e militares, os relatos de reconhecimento de Joaquim Quaresma Delgado e as próprias cartas de Pedro Barbosa Leal, todos eles elaborados entre as décadas de 20 e 30 do século XVIII, num período em que avançava o mapeamento geográfico e o reconhecimento territorial dos sertões. Mas o que liga esses relatos escritos, exatamente em razão do crescente interesse metropolitano na geografia dos sertões, é o fato de que se originaram de expressas demandas oficiais, muitas vezes colocadas no contexto de iniciativas organizadas pelas próprias autoridades coloniais, a mando da Coroa. Relatos espontaneamente elaborados por sertanistas são raros. Dispomos, portanto, de poucas fontes em que as trajetórias individuais dos sertanistas são esmiuçadas e as suas ações justificadas.

Um segundo problema na abordagem proposta neste capítulo consiste em enfocar grupos ou indivíduos. Sem dúvida os paulistas constituíam um grupo social à parte, cujas características peculiares de formação histórica levaram a uma participação destacada no processo da conquista do sertão baiano. Mas pode-se dizer o mesmo dos baianos ou dos reinóis? Suponho que não, ainda que a historiografia regionalista baiana tenha tentado fazê-lo, do que ainda hoje se podem ouvir ecos, todavia já temperados por uma perspectiva historiográfica mais crítica. Diferentemente dos paulistas, os baianos não parecem ter assumido um perfil sociocultural típico na América portuguesa, que os distinguisse claramente de pessoas oriundas de outras regiões da colônia. Certamente nisso influiu o fato de o Recôncavo Baiano

---

[208] Segundo Basílio de Magalhães e Carvalho Franco, um bisneto de Belchior Dias Moreia, o coronel Belchior da Fonseca Saraiva Dias Moreia, apelidado o Moribeca, fez entradas ao sertão em busca de prata, durante o governo de Afonso Furtado (1671-1675). Afirmava o descendente possuir o roteiro do famoso sertanista, mas acabou por envolver o governo-geral numa burla, tendo juntado minério com amostras de prata pertencentes ao espólio do seu bisavô e apresentado o conjunto como amostra de um novo achado. A falsa amostra foi enviada para Lisboa, mas, talvez felizmente para os interesses metalistas metropolitanos, a embarcação naufragou antes de chegar à Europa. Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 56. Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 256-257. Casos como esse mostram que dissimulação, disputa e embuste eram ingredientes frequentes na movimentação em busca de minerais preciosos na América portuguesa.

[209] Cf. "Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreia – de 22 de novembro de 1725", 22/11/1725. *DI*, São Paulo, v. XVI, p. 59-98, 1895. Versão manuscrita (original?) em [Carta], 12/11/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 62-70v e 194-199.

ser parte da área econômica central e sediar a cabeça das possessões lusitanas na América. A singularidade de São Paulo, por seu turno, nada teve a ver com o heroísmo bandeirante inventado pela historiografia regionalista paulista, mas, como já propuseram e desenvolveram Alcântara Machado e Sérgio Buarque de Holanda, com um conjunto de restrições geográficas, demográficas e econômicas que marcaram a história colonial da capitania.

Mas, para voltar ao problema, mesmo a participação paulista na conquista, quando investigada do ponto de vista dos homens que a protagonizaram, parece, em alguns casos, se desprender do caráter exclusivamente grupal que se poderia esperar da ação de indivíduos saídos de uma população aparentemente coesa. Se, como veremos, em alguns casos sertanistas paulistas se empenharam em manter um certo padrão de união grupal em determinadas ações de conquista, em outros agiram em ajustamento e associação com pessoas oriundas de outras regiões do Império português. Assim, se nem mesmo os paulistas podem ser tratados, para efeitos da análise da conquista do sertão baiano, como um grupo uniforme e inteiramente autárquico, podemos descartar a escala grupal na abordagem do tema deste capítulo. Parece mais adequado, sempre de acordo com o que sugere a documentação coletada, supor que a conquista se deu a partir de interesses e objetivos definidos individualmente pelos protagonistas das ações, que se associaram ou entraram em conflito a partir de uma perspectiva estritamente individual do processo. O que implica se desfazer do recorte regional preferido pela historiografia da primeira metade do século XX, sem que, não obstante, sejam esquecidas as origens e procedências geográficas e familiares que afetaram a trajetória dos sertanistas estudados.

Esses sertanistas, paulistas, baianos ou reinóis, parecem ter tido um traço comum, não exatamente ligado à região de que procediam. Eram todos indivíduos com alguma proeminência regional ou colonial, quer seja já anterior à sua participação na conquista, quer seja adquirida no próprio contexto da expansão territorial que ajudaram a consolidar. Proprietários rurais, chefes militares, vaqueiros ou mascates enriquecidos, antigos cabos-de-guerra de empresas de apresamento indígena estão entre as principais posições sociais ocupadas pelos líderes da conquista luso-brasileira do sertão baiano. A grande maioria deles, em algum momento, anterior ou posterior à sua participação na conquista, assumiu uma condição que podemos identificar como de *potentados*. A conquista territorial de vastas extensões de terra, valorizadas economicamente como estabelecimentos criatórios, e a captura de contingentes indígenas para a escravização conferiram a muitos desses indivíduos um

quantum de poder que os situou como homens proeminentes no meio do qual saíram. Na grande maioria dos casos o poder desses potentados se circunscreveu ao plano regional. Isso não impediu, contudo, que as regiões de exercício do poder variassem significativamente ao longo da atuação individual de muitos dos potentados regionais, o que nos dará a oportunidade para introduzir uma das discussões propostas neste capítulo. Em alguns poucos casos, por outro lado, a esfera de distribuição do poder desbordou o âmbito regional, propiciando o surgimento de potentados coloniais, como tais reconhecidos pelas autoridades coloniais e metropolitanas e pelo próprio rei.

Muitos dos indivíduos aqui estudados foram biografados pelos autores da primeira metade do século XX. Minuciosas sinopses do que se sabe sobre cada um deles foram elaboradas e publicadas por Francisco de Assis Carvalho Franco, cuja obra referencial foi lançada no âmbito das comemorações do quarto centenário da fundação da cidade de São Paulo (1954).[210] Ainda que o contexto pudesse anunciar mais um trabalho exclusivamente pró-paulista, o autor teve o mérito de fugir à estrita abordagem regional, contemplando indivíduos de outras regiões da América portuguesa e do Reino.

O objetivo deste capítulo não é, por conseguinte, reproduzir pesquisas já realizadas e publicadas, mas apontar e discutir elementos singulares da movimentação dos indivíduos estudados nos espaços sertanejos. Concomitantemente, buscarei conectar as suas biografias, iluminando as situações em que as suas trajetórias individuais se entrelaçam. Na última parte do capítulo, munido desses dados individuais, encetarei uma discussão teórica, propondo uma categoria histórica para a compreensão da atuação dos sertanistas na América portuguesa.

4.2 Indivíduos

A vida do baiano Antonio Guedes de Brito, filho do português Antonio de Brito Correia, fornece-nos um elo interessante entre a guerra holandesa e a conquista do sertão; entre a primeira metade do Seiscentos, quando a costa nordeste do Brasil é palco da disputa territorial entre duas potências europeias, e a segunda metade do século, quando, expulso o invasor flamengo, os olhares se voltam para o interior da colônia. O pai do sertanista tivera intensa atuação na luta contra os holandeses na Bahia, nos anos 20 e 30, tendo participado da defesa

[210] Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

de Salvador contra o sítio imposto pelo Conde de Nassau em 1638. Guedes de Brito parece ter herdado a inclinação militar do pai, pois já em 1647 vamos encontrá-lo nos combates contra um novo cerco holandês da cidade, desta vez comandado pelo alemão Sigismund von Schoppe.[211] Teria então o baiano 20 anos de idade, se o ano confirmado do seu batizado, 1627, for também o ano do seu nascimento.[212] Nos anos seguintes a sua contribuição para a guerra contra os holandeses se daria na forma de donativos, fintas e empréstimos para o socorro a Pernambuco e o sustento da companhia de infantaria da praça de Salvador. Pelos seus currais de gado, no sertão baiano, passavam e se abasteciam as tropas luso-brasileiras que seguiriam para as capitanias do norte a lutar contra a ocupação flamenga.

Definitivamente expulsos os holandeses, Guedes de Brito se volta para o sertão, onde terá participação importante no abastecimento das tropas enviadas para a repressão ao gentio bárbaro que ameaçava os moradores do Recôncavo e das vilas vizinhas. Proprietário rural de grandes cabedais, o baiano contribuirá com carne, farinha, carros, cavalos, escravos, criados e dinheiro. Segundo a documentação coeva, Guedes de Brito estava sempre entre aqueles proprietários a que, por sua riqueza, tocava a maior parte da contribuição para a guerra.

Em 1671 o sertanista é nomeado para o posto de mestre-de-campo do terço da praça de Salvador. Dois anos depois é-lhe concedida a mercê de uma pensão de 40 mil réis em bens da Ordem de Cristo.[213] Em 1676 recebe a mercê do hábito da Ordem de Cristo.[214] Na mesma época alcança a mais alta posição na hierarquia política colonial, quando, em razão da morte do governador-geral e por ser então o juiz ordinário mais velho, passa a integrar a junta provisória de governo do Estado do Brasil.[215]

---

[211] As informações sobre a participação de Antonio de Brito Correia e Antonio Guedes de Brito na guerra holandesa e do segundo nas guerras do sertão foram baseadas em (1) "Registro da patente de capitão de infantaria provido na pessoa de Antonio Guedes de Brito", 25/02/1667. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXII, p. 400-404, 1933; (2) "Registro da patente do cargo de sargento-mor do terço do mestre-de-campo Álvaro d'Azevedo provido pelo governo no Capitão Antonio Guedes de Brito", 10/10/1667. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXIII, p. 82-85, 1933; (3) "Carta patente do posto de Mestre de Campo que vagou pela licença que se concedeu a Luiz Freire de Souza, provido na pessoa do Sargento-mor Antonio Guedes de Brito", 31/01/1671. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 331, fls. 169v-170v. Publ. em *DH*, Rio de Janeiro, v. XXIV, p. 99-103, 1934.

[212] O ano do batismo é informado por Jaboatão. Costa, Afonso. Genealogia baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão, adaptado e desenvolvido por. *RIGHB*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 81, 1947.

[213] "Por resolução de S.A. de 27 de Abril de 673 em consulta do Conselho Ultramarino de 13 do mesmo mês e ano", 04/05/1673. ANTT. Portarias do Reino, Livro 7, fls. 31-31v.

[214] [Carta de mercê], 09/05/1676. ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 54, fls. 15.

[215] Pita, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 183.

No mesmo ano de 1676, atendendo a demanda do desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio, designado pela Coroa para investigar o estado em que se encontravam as sesmarias no Brasil, Antonio Guedes de Brito emite uma declaração das terras por ele possuídas.[216] Enumera fazendas de gado ao longo dos rios Real, Itapicuru e Itapicuru-mirim e no lugar chamado Tocós. Cita uma extensa sesmaria entre os rios Itapicuru, São Francisco e Paraguaçu, um engenho e canavial na Mata de São João e uma fazenda de cana em Maré.

As áreas de atuação do potentado iam, portanto, da costa baiana ao coração do sertão da capitania. As terras que possuía no sertão eram tipicamente de fronteira. Segundo a declaração de Guedes de Brito, fora ele o primeiro povoador dos Tocós, onde abrira estradas e fizera pazes com índios cariocas, orizes, sapóias e carapaus. Esses índios aliados foram utilizados pelo sertanista como barreira contra os ataques dos índios rebeldes às “fronteiras do Inhambupe e Natuba”. As fazendas de gado de Guedes de Brito nesse lugar dos Tocós funcionaram como apoio às primeiras tropas luso-brasileiras expedidas contra o gentio do sertão; o declarante cita nominalmente as entradas de Garpar Rodrigues (Adorno), Tomé Dias Laços, Manuel da Costa Monteiro, Luís Alves, Antonio de Matos, Manuel Fernandes e do padre Rafael Cardoso. Guedes de Brito afirma ainda ter sido o responsável pela instalação dos primeiros núcleos de povoamento da região que, quando emite a declaração, já se tornara a Jacobina. Para isso organizara o descimento de grande número de aldeias de paiaiases, com gasto de resgates, e abrira estrada da costa até esse espaço. O sertanista alega ter tido grande prejuízo com as mais de 500 cabeças de gado que foram mortas e comidas por esses índios, sem que por isso tenha rompido o compadrio com eles.[217]

Na sua declaração o potentado refere-se ainda à extensa sesmaria que recebeu em 1663, juntamente com Bernardo Vieira Ravasco, entre a nascente do rio Itapicuru, o São Francisco e a nascente do Paraguaçu. Segundo o declarante, essa concessão teria provocado dúvidas entre os sesmeiros e o capitão-mor Garcia de Ávila sobre os limites das propriedades territoriais de cada uma das partes. Para dirimi-las, uma estrada foi aberta entre a nascença do Itapicuru e o

---

[216] Publ. em A. C. As terras de Guedes de Brito. *RIGHB*. Bahia, ano XXIII, vol. 11, n. 42, p. 69-74, 1916. Republ. em Costa, Afonso. Guedes de Brito, o povoador (História de Jacobina). *AAPEB*. Bahia, v. XXXII, p. 318-331, 1952. p. 324-326.

[217] Em carta de 1656, o padre Simão de Vasconcelos informa de uma entrada missionária de descimento de índios realizada no ano anterior, que chegara aos montes da “Jacuabinas”. Esses montes se estendiam ao norte por 40 léguas e eram povoados por 80 aldeias tapuias. Trata-se, possivelmente, dos paiaiases que Guedes de Brito afirmava ter descido da Jacobina. Archivum societatis Iesu Romanum. Epistolae Brasiliensis, 1550-1660, 3(1), 300. Apud Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V, p. 271.

São Francisco, na qual se gastaram três anos e sete meses e se consumiram 50 cavalos comboieiros e 35 escravos negros de propriedade de Guedes de Brito. Além de balizar a demarcação das propriedades, essa ação do potentado objetivava encontrar terras onde Guedes de Brito pudesse instalar pelo menos 50 currais, carente que estava de pastagens para o seu gado, do qual estimava ter perdido oito mil reses durante a seca que grassara na década de 60. Além disso, o sertanista assegurava ter perdido outras 30 mil cabeças em razão da inexistência de pastagens ao longo do caminho que abrira e da usurpação de terras de sua propriedade por outros ocupadores. Tentara tomar posse da sesmaria com o estabelecimento de um curral, mas esse fora atacado por bárbaros anaios e galachos, que mataram o vaqueiro responsável por essa unidade pioneira e roubaram as farinhas com as quais Guedes de Brito pretendia iniciar a povoação da região.

Com esse arrazoado, o potentado baiano tentava sem dúvida justificar a ausência de ocupação efetiva da gigantesca área que recebera em 1663. Oito anos depois de emitir a declaração estudada, em 1684, Guedes de Brito receberia outra sesmaria de dimensões continentais, que tampouco foi efetivamente ocupada. Como veremos no capítulo 6, na segunda parte deste trabalho, outras razões, como o interesse meramente nominal nas terras, para fins de arrendamento, “especulação” ou como forma de prestígio social, podem ser propostas para explicar a inocupação dessa classe de sesmarias continentais. Do ponto de vista do presente capítulo, é importante destacar o fato de que a atuação territorial de potentados como Guedes de Brito incluía tanto a ocupação e exploração efetiva de terras quanto a sua posse apenas virtual. Essa constatação nos leva a tratar com cuidado as concessões de sesmarias como índice do papel povoador desses homens, precaução que não é tomada pela historiografia convencional.

Habitualmente essa mesma historiografia colocava baianos e paulistas em pólos opostos na conquista do sertão. Ou melhor, quase sempre as ondas de povoamento luso-brasileiro eram tratadas como fluxos regionais exclusivos e independentes. Dificilmente esses fluxos se encontram na leitura da conquista desenvolvida pelos historiadores da primeira metade do século XX. A documentação histórica, todavia, reluta em corroborar essa perspectiva. Mostra-nos, ao contrário, que é possível que sertanistas oriundos de diferentes regiões da América portuguesa e do Reino tenham entrado em contato e se associado com alguma frequência no sertão baiano.

Um manuscrito de 1724, cuja péssima caligrafia foi felizmente decifrada nos textos de Angelo Carrara, sugere, por exemplo, que paulistas tenham agido a mando de Antonio Guedes de Brito na expulsão de índios bravos dos sertões do São Francisco e do rio das Velhas.[218] Esse fato teria se dado por volta de 1700 e envolvera os paulistas Matias Cardoso de Almeida e Marcelino Coelho. É provável que esse segundo personagem seja o mesmo Marcelino Coelho Bitencourt que Capistrano de Abreu afirma ter entrado em contenda, juntamente com outros paulistas, com Guedes de Brito entre 1690 e 1691, a propósito do apossamento de terras no alto rio das Contas.[219] Se esses fatos realmente se deram da maneira narrada, em uma década a relação conflituosa entre o potentado baiano e os paulistas se atenuara, passando os dois lados a agir em associação.

Certamente a escolha de Matias Cardoso para reprimir índios no São Francisco partiu da antiga relação que o paulista mantinha com o trecho médio do rio. Como vimos no capítulo 2, um dos vetores da conquista luso-brasileira do sertão baiano foi representado pela ação autônoma de sertanistas de São Paulo ao longo do médio superior São Francisco, formado pelo segmento do rio entre a foz do rio das Velhas e a foz do Carinhanha.

A liderança de Matias Cardoso nesse processo é enfatizada num documento localizado para o presente trabalho, que, portanto, não foi utilizado no meu estudo anterior sobre o movimento de conquista dessa região.[220] Trata-se do processo de habilitação do paulista Domingos do Prado de Oliveira para exercer a familiatura do Santo Ofício, que tramitou entre 1713 e 1718 no Tribunal do Santo Ofício.[221] O habilitando tinha, em 1713, 30 anos de idade e vivia de suas fazendas de gado no arraial de Matias Cardoso, que constituiu o enclave luso-brasileiro mais importante do médio superior São Francisco. Declara ter deixado São Paulo ainda menino,

---

[218] ""Sumário de Informação". Autos de inquirição de testemunhos feitos pelo corregedor Luis de Sousa Valdes, da Comarca do Rio das Velhas, sobre Isabel Maria Guedes de Brito, filha do mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito, descobridor dos sertões da Bahia, rio de São Francisco e rio das Velhas", 11/08/1724. AHU. Documentos Manuscritos Avulsos da Capitania de Minas Gerais, Caixa 5, doc. 47. Passagens transcritas e documento analisado em Carrara, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 574-596, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 06 mar. 2009 e em Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 183-184.

[219] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963, p. 257-310. p. 282.

[220] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

[221] "Informações de limpeza de sangue e geração de Domingos do Prado de Oliveira que vive de suas fazendas natural da Vila de S. Paulo Bispado do Rio de Janeiro e morador no Arraial do Sertão da Bahia", 29/01/1713. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Domingos. Maço 22, doc. 435.

com os pais, Manoel Francisco e Catarina do Prado, e dois irmãos. A informação que nos interessa de perto é que, continua o habilitando, foi o mestre-de-campo dos paulistas Matias Cardoso, seu tio por parte materna, depois de ter se estabelecido no arraial, o responsável por retornar à vila de São Paulo e de lá trazer, por volta de 1688, a família de Domingos do Prado. Este recebeu do tio terras e gados, com o que se iniciou como criador no arraial, declarando ter, na época do processo, grandes cabedais. Catarina do Prado, mãe do habilitando, é dada na declaração como pessoa caridosa, que vinha socorrendo e abrigando, entre os viajantes que cruzavam o arraial a caminho das minas do ouro, ou delas vindos, aqueles que eram das Ilhas (dos Açores). Tratava-os a mulher por seus paisanos, dizendo que seu pai fora natural da Ilha Terceira.[222]

O tema principal desse processo tem interesse evidente, por se tratar de um dos mais célebres sertanistas da segunda geração de paulistas que ocuparam o sertão do São Francisco, tendo sido, inclusive, um dos cabeças dos chamados *motins do sertão*, em 1736. Para os objetivos específicos deste trabalho, interessa sobretudo confirmar a hipótese de que o seu tio, Matias Cardoso, o conquistador da região, foi também o responsável por arregimentar novos imigrantes paulistas para aqueles sertões, o que teria feito pelo menos a partir de 1688. Confirma ainda a situação estratégica do arraial, descrito no documento como "uma garganta por onde passam todos os que vão e vêm das minas do ouro".

Essa evidência documental coaduna-se com outros documentos coevos. O primeiro deles, discutido no meu estudo anterior, comprova que em 1688 Matias Cardoso já tinha instalado uma povoação nessa zona sertaneja.[223] Dois anos mais tarde, o governador-geral informava ao governador de Pernambuco que a participação do paulista na guerra contra os bárbaros do Rio Grande e do Ceará era episódica, residindo o maior interesse do sertanista em ampliar o povoamento daquela região são-franciscana:

> Nem pareça que ficarão sendo perpétuos em uma guerra, cujo fim pende do arbítrio livre do seu Governador; porque é seu intento [de Matias Cardoso] consumá-la, e extinguir os Bárbaros, quanto antes ser possa, assim pelo interesse da guerra, e da glória (maior na diferença de tudo o que até hoje tem operado as armas de Sua Majestade reduzidas aos Arraiais em que se acha) como por haver trazido sua casa

[222] De fato, Matias Cardoso de Almeida, pai de Catarina do Prado e do sertanista Matias Cardoso de Almeida, é dado por Pedro Taques como natural da Ilha Terceira e falecido no sertão em 1656. Leme, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica.* [1784]. 5. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. v. II, p. 43.

[223] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. p. 67-68.

> com muitas famílias para o Rio de São Francisco donde pretende fundar uma Vila, e tem já bastante povoado.[224]

Esse comentário do governador-geral suscita algumas questões. A intenção do sertanista vicentino de afazendar-se e deixar uma vida itinerante de aventuras é mais uma demonstração de que paulistas podem ter buscado a sedentarização com mais persistência do que reconheceu a historiografia convencional do sertanismo. A atuação mercenária em guerras contra índios do nordeste da colônia seria uma forma de arrebanhar plantéis escravos, como butim de guerra e paga de serviços prestados, para futura utilização no verdadeiro objetivo desses homens: os estabelecimentos rurais. Pressionados pela escassez de terras em São Paulo, com o consequente aumento do preço dos terrenos rurais, homens como Matias Cardoso de Almeida desviaram-se para os distantes sertões do São Francisco, onde se estabeleceram como criadores de gado. A participação na “Guerra dos Bárbaros” pode ter sido apenas um interregno nesse movimento.

Matias Cardoso realizou o seu intento. Em 1697 há alusões, numa outra carta oficial, ao acoitamento, pelo sertanista, de índios fugidos de São Paulo nas suas terras da Bahia.[225] Essa é a conclusão de Taunay, que estudou o documento e comenta que “assim, a uma distância imensa de sua vila natal, o célebre calção de couro exercia tamanha influência sobre os índios de seus patrícios que eles atravessavam os sertões enormes para ir viver em suas fazendas!”.[226] Numa análise menos apaixonada, podemos constatar que Matias Cardoso, já estabelecido no médio superior São Francisco no final do Seiscentos, utilizava em suas fazendas de gado a mão de obra de índios fugidos das lavouras paulistas. O povoamento vicentino é sintetizado num documento, escrito por volta de 1705, já citado, no qual se informa que nesses primeiros anos do século XVIII mais de cem famílias paulistas, algumas delas possuidoras de expressivos cabedais, viveriam nas margens do (médio) São Francisco.[227]

Essa série de documentos desfaz um mito histórico: o de que os paulistas tivessem se instalado no médio superior São Francisco somente depois que o terço comandado por Matias Cardoso de Almeida deixou o teatro das operações contra os *tapuias* do Rio Grande e Ceará, que estão entre os confrontos mais drásticos da “Guerra dos Bárbaros”. Essa versão dos

---

[224] [Carta do governador-geral para o governador de Pernambuco], 09/03/1690. In: Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1946. v. 8, p. 55-58.
[225] [Carta do governador-geral ao governador do Rio de Janeiro], 19/10/1697. In: Taunay, op. cit., p. 145-149.
[226] Taunay, op. cit., p. 149.
[227] Informação sobre as Minas do Brasil [1705?]. *ABN*, Rio de Janeiro, v. LVII, p. 172, 1935.

acontecimentos parece ter sido criada por Pedro Taques, de onde teria migrado para as interpretações correntes da historiografia da primeira metade do século XX. A sequência real dos eventos parece ter sido outra: Matias Cardoso, no curso de entradas apresadoras, conhece o espaço do médio superior São Francisco e lá se instala, em data indeterminada; o sertanista passa a convidar familiares e amigos de São Paulo para também se mudarem para a região, tendo um desses movimentos migratórios ocorrido em 1688; o paulista é convidado para atuar na "Guerra dos Bárbaros", deslocando-se por terra para o Rio Grande e o Ceará e lá permanecendo entre 1690 e 1694; Matias Cardoso e parte dos seus comandados retornam ao sertão do São Francisco, em 1694; fluxos de ocupação luso-brasileira, majoritariamente paulistas e em parte organizados por Matias Cardoso, se dão, entre a última década do Seiscentos e as primeiras do Setecentos, ao longo dos principais rios da região.

De um ponto de vista menos factual e mais analítico, pode-se concluir que a migração de famílias de ocupadores paulistas pioneiros para o médio São Francisco, uma típica região de fronteira do sertão baiano, demonstra que a expansão paulista não foi somente itinerante, aventureira e predatória, mas também criadora de relações permanentes com os espaços sertanejos. A referência a contextos familiares, no âmbito dos quais teriam se dado esses movimentos povoadores, é um elemento histórico comum aos documentos analisados. A existência de famílias de imigrantes vicentinos instaladas em prósperas propriedades rurais no distante sertão do São Francisco mostra que a ação paulista pode ter se aproximado mais do padrão de *colonos pioneiros* do que tem suposto a historiografia. A velha clivagem proposta por Viana Moog, entre bandeirantes itinerantes e predatórios na América portuguesa e colonos pioneiros na América inglesa, necessitaria ser repensada à luz dessa documentação.

O processo de habilitação de Domingos do Prado de Oliveira mostra ainda que redes de sociabilidade podem ter sido mais comuns nas rústicas paragens do sertão baiano do que habitualmente se supõe. O apoio dado pela mãe do habilitando, sendo ambos paulistas, aos viajantes que passavam pelo arraial de Matias Cardoso é tanto mais interessante quanto se baseava em referências identitárias pré-paulistas, ou seja, anteriores à formação do ramo vicentino da família. Remontavam às origens do português Matias Cardoso de Almeida e à sua mudança para o Brasil, por meio da qual se iniciara a saga dessa família paulista.

Colonos pioneiros paulistas foram mobilizados em diversas situações para o apoio à expansão da ocupação luso-brasileira do sertão baiano. Matias Cardoso, pela histórica relação que

mantinha com os espaços sertanejos, foi um dos mais solicitados pelas autoridades coloniais. Além do combate a índios rebelados e da fiscalização dos caminhos, recebeu também tarefas mais corriqueiras. Numa dessas ocasiões, em 1697, o paulista recebeu a ordem de mandar fazer oito canoas grandes e conduzi-las à fábrica de salitre, administrada pelo coronel baiano Pedro Barbosa Leal.[228] As embarcações seriam levadas rio abaixo; isto é, provavelmente seriam construídas no arraial de Matias Cardoso e transportadas até a região de extração do mineral, nas proximidades da barra do rio Salitre.

Pedro Barbosa Leal havia sido nomeado administrador dessa fábrica de salitre no mesmo ano de 1697, quando o empreendimento foi instalado.[229] As terras minerais localizavam-se no coração do sertão baiano e certamente pesou na nomeação de Leal para esse cargo a experiência que acumulara no sertanismo e, principalmente, o fato de ter sido o descobridor das jazidas. No ano anterior o baiano liderara uma expedição de busca de minas de prata nos sertões de Sergipe e da Bahia, na qual percorrera "mais de 539 léguas de sertões demasiadamente ásperos, despovoados, e inabitáveis, padecendo muitas fomes e sedes". Levara 12 brancos e 60 índios, tendo arcado pessoalmente com o jornal desses homens, e 14 escravos de sua propriedade. Vinte e oito cavalos seus morreram durante a jornada. Mesmo tendo adoecido gravemente, Leal manteve as buscas, do que resultou gastar nessa diligência nove meses e 18 dias. Acabou não encontrando as ambicionadas minas de prata, mas logrou chegar a reservas de salitre, que despertaram o interesse do governo-geral. Tão logo a expedição retornou à cidade da Bahia, resolveu Dom João de Lencastro organizar nova jornada às jazidas do mineral, da qual participou pessoalmente. Foi sempre assistido por Leal, que, assim que chegaram às terras minerais, aplicou-se diretamente nas pesquisas, percorrendo a região, fazendo experiências e retirando amostras de salitre dos terrenos. Em razão dessa intensa atividade, em 17 de setembro de 1697 o sertanista é nomeado administrador da fábrica de salitre, com o ordenado de 150 mil réis por ano. Uma das ações de Leal nessa função será a de abrir um caminho melhor entre as jazidas, a fábrica e a vila de Cachoeira, trabalho elogiado por Dom João de Lencastro.[230]

Entre os sertanistas estudados, é Pedro Barbosa Leal aquele que mais se aproxima do perfil de um servidor da Coroa, agindo sempre por iniciativa e delegação do governo-geral. Quando

---

[228] "Carta para o mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida mandar fazer oito canoas grandes e conduzi-las ao lugar da fábrica de salitre", 18/09/1697. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149.
[229] [Carta de mercê], 26/08/1703. ANTT. Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 15, fls. 314-314v.
[230] [Carta do governador-geral ao rei], 18/07/1697. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 499-500.

designado para a administração da fábrica de salitre, já era coronel de ordenança na cidade da Bahia havia três anos.[231] Antes disso, ocupara o posto de capitão de ordenança desde 1692.[232] Em 1696 recebe o hábito da Ordem de Cristo.[233] Em 1703 Sua Majestade lhe concede a mercê de fidalgo de sua casa, com 16.600 réis de moradia por mês e um alqueire de cevada por dia.[234]

A carreira militar pode ter sido inspirada na vida do pai, também Pedro Barbosa Leal, que fora soldado, alferes e capitão de uma companhia de ordenança em Cachoeira. Natural de Viana, o pai se destacara nesses postos militares no Brasil pela defesa de Cachoeira contra os ataques do gentio bárbaro fronteiro. Em razão disso, recebera, em 1672, o hábito da Ordem de Santiago, com 20 mil réis de pensão.[235]

O perfil de um funcionário fiel e dedicado não impediu, todavia, que o sertanista baiano ambicionasse posições de poder que estavam fora do que esperavam dele as autoridades coloniais. Em ano indeterminado, por volta de 1703, Pedro Barbosa Leal requer à Corte que lhe conceda 50 léguas de terras no rio Parnaíba (Piauí).[236] O suplicante já era proprietário de 20 léguas na mesma área, tendo ocupado as terras com currais de gado e escravos. O governador-geral, no seu parecer sobre o requerimento, louva os serviços que Leal vinha prestando à Corte, mas alerta o rei que Garcia de Ávila Pereira também tinha interesse no senhorio das terras pedidas. Mas a dificuldade maior apareceria por volta de 1719. Em carta desse ano, o rei informa ao governador-geral que Pedro Barbosa Leal, morador na Bahia, vinha indevidamente se intitulando donatário da capitania da Parnaíba, o que mostra que ampliara a sua esfera de poder no Piauí.[237]

---

[231] "Patente de coronel provida em Pedro Barbosa Leal", 11/08/1694. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 333.
[232] "Patente de Capitão da Ordenança provido em Pedro Barbosa Leal", 01/04/1692. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 334.
[233] [Carta de mercê], 10/02/1696. ANTT. Chancelaria da Ordem de Cristo, livro 60, fls. 91v-92.
[234] [Carta de mercê], 26/08/1703. Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 15, fls. 314-314v. Moradia: ordenado que se dá aos que estão assentados por fidalgos nos livros del Rey. Bluteau, Raphael. *Vocabulario portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico… Coimbra, 1712-1728. p. 573. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: 18 dez 2008.
[235] [Portaria], 14/12/1672. ANTT. Portarias do Reino, Livro 7, fls. 10-10v.
[236] (1) "Sobre o requerimento de Pedro Barbosa Leal, em que pede o senhorio da capitania que intenta fazer", 07/09/1703. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 9, fls. 125; (2) "Resposta", 02/03/1704. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 9, fls. 125-125v.
[237] "Carta sobre Pedro Barbosa Leal", 01/09/1719. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 52.

A área de atuação do coronel baiano não parece, no entanto, ter se limitado ao interior da Bahia e ao Piauí. Em 1691 a ele foi concedida sesmaria no lugar denominado Jacaré-Mery (Jacaremirim), entre os rios Sergipe e Japaratuba Grande, em Sergipe del Rei.[238] Em 1707 recebera, com seis outros peticionários, sesmarias entre os rios Doce e Tocambira (Itacambira).[239] Na petição originária desse segundo ato os suplicantes alegam terem descoberto e povoado em muitas partes as ditas terras. Não encontrei elementos documentais que permitam acompanhar os desdobramentos dessa concessão de sesmaria, que Carvalho Franco afirma ter originado um novo teatro de ação de Leal, no qual se distinguiria como pesquisador de riquezas minerais e guerreador do gentio bárbaro.[240]

Em 1719 o sertanista é cogitado, pelo governador-geral, para comandar a guerra ao gentio bárbaro que ameaçava os moradores da vila de Cairu, assaltando fazendas e matando escravos, assunto que fora objeto de uma ordem do rei.[241] Disponho de apenas um documento a respeito dessa questão, do qual se pode vagamente inferir que Leal não estava disposto a assumir a função. Parece que o baiano estava em preparativos para uma viagem a Portugal, na qual utilizaria uma nau de sua propriedade, que se engajaria na frota que deixaria Pernambuco rumo ao Reino.[242] Ciente da intenção demissória do baiano, o governador-geral o insta a permanecer no seu posto, afirmando que Leal, "se não é paulista, é um dos que sabem melhor de nosso Brasil", é "um dos coronéis que melhor têm servido a Sua Majestade" e é "capacitadíssimo"; mas não deixa de lembrá-lo que, se pretende mesmo fazê-lo, poderá conseguir a sua baixa em Portugal, porque El Rei sabe muito bem que tem no Brasil pessoas que poderiam substituí-lo. Ademais, sempre segundo o governador-geral, Sua Majestade não declarara, na ordem enviada para o Brasil, se preferia para o posto um paulista ou um oficial militar.

[238] "Registo de um Alvará de doação e sesmaria de quatro léguas de terra em quadro concedidas ao Capitão Pedro Barbosa Leal", 21/08/1691. AN. Códice 427, vol. 02, fls. 7-8.
[239] "Registro do Alvará por que se concedeu de sesmaria em nome de Sua Majestade que Deus guarde ao Coronel Pedro Barbosa Leal para ele e seus descendentes uma légua de terra de largo e três de comprido na parte que pede em sua petição", 03/02/1707. AN. Códice 427, vol. 02, fls. 195-196v.
[240] Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 201.
[241] "Carta para o Coronel Pedro Barbosa Leal", 16/09/1719. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXIII, p. 216-218, 1946.
[242] Jaboatão informa que Pedro Barbosa Leal vivia no interior (da Bahia), mas possuía "embarcação para o comércio com Angola", o que curiosamente aproximaria a ação sertanista do comércio atlântico. Costa, Afonso. Genealogia baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão, adaptado e desenvolvido por. *RIGHB*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 185, 1947.

Esse documento é duplamente interessante, tanto pela curiosa alternativa entre paulistas e oficiais militares, mostrando que de fato os sertanistas de São Paulo se colocavam como uma espécie de força militar independente e não alinhada, mas mobilizável para a defesa interna da colonização portuguesa; quanto por atestar que a ameaça indígena perdurava na Bahia, inclusive contra núcleos litorâneos, a despeito da guerra intermitente que vinha sendo mantida contra grupos indígenas hostis pelo menos desde a década de 70 do século anterior. Nos termos estritos da correspondência do governo-geral, essa ameaça já se restringira, na segunda década do século XVIII, a ataques episódicos contra unidades econômicas e escravos, mas, ainda assim, a reação indígena se conservava forte o suficiente para preocupar as autoridades coloniais e a própria Corte.

Na década seguinte Pedro Barbosa Leal será o principal responsável, por delegação do governo-geral, pela elevação a vila dos dois núcleos mineradores da Bahia: a Jacobina (1722) e Rio das Contas (1725).[243] Entre as atribuições de Leal incluía-se a regulação da extração aurífera, o que envolvia o levantamento do número de mineradores em atividade nas duas regiões e a nomeação de guarda-mor, tesoureiro e escrivão em cada uma delas. Um dos trabalhos mais importantes do sertanista nessa época foi a abertura de um caminho entre as duas vilas, que se tornaria regularmente frequentado, tendo sido percorrido pelo explorador Joaquim Quaresma Delgado no início da década de 30.[244] Uma referência documental indica que a abertura dessa nova via durou três anos. Em carta do governador-geral ao rei, de 1727, o conde de Sabugosa informa que suspendera a execução da ordem régia para o estabelecimento de casas de fundição nas duas vilas. Acrescenta o governador que para essa resolução ouvira o Coronel Pedro Barbosa Leal, "não só pela prática que tem maior parte deste sertão, mas por haver calculado pelo decurso de três anos o continente da Jacobina e Rio das Contas, e pelo papel que fez sobre este particular em resposta à minha carta [...]".[245]

Como os seus antecessores, o conde de Sabugosa parece ter visto em Pedro Barbosa Leal um sertanista de larga experiência, em quem podia confiar para os assuntos relacionados ao

---

[243] (1) "Termo de criação e ereção da Vila de Santo Antonio da Jacobina", 24/06/1722. BNRJ. Divisão de Manuscritos, I – 31,30,44; (2) [Carta régia], 09/02/1725. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 20, doc. 107. Uma informação curiosa: umas das justificativas para a localização da nova vila da Jacobina, constante do primeiro documento, era a "vizinhança da Estrada Real, por onde descem todas as boiadas e comércio da capitania do Piauí, e Rio de São Francisco".

[244] [Consulta do Conselho Ultramarino], 18/05/1725. *DH*, Rio de Janeiro, v. XC, p. 69-70, 1950.

[245] "Sobre os motivos que teve para suspender a execução da ordem acerca do estabelecimento das casas de fundição na Jacobina e Rio das Contas", 23/08/1727. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 21, doc. 82.

interior da Bahia. Em 1725, possivelmente atendendo a uma demanda do governador, Leal escreve uma longa carta a ele, na qual reporta as expedições de busca de minerais preciosos que já haviam percorrido o sertão da Bahia.[246] Valendo-se de informações orais colhidas durante os seus trabalhos no sertão, Leal recua a sua exposição aos tempos da expedição malograda de Gabriel Soares de Sousa (1591). Investiga também um antigo copiador de cartas do explorador Belchior Dias Moreia, que, como vimos, morrera sem revelar o resultado das suas pesquisas minerais no interior da Bahia. Menciona ainda, baseando-se na tradição oral, a informação de que "um paulista fulano de Cubas chegara ao Paramirim aonde descobrira um grande haver voltando para S. Paulo a convocar vários parentes e amigos". A segunda expedição organizada por Cubas, continua Leal, malograra, pois a tropa não chegara ao Paramirim. O sertanista parece desconhecer a época em se deu essa expedição do paulista Cubas, mas não há dúvida de que se trata da entrada organizada por Brás Cubas entre 1560 e 1561, que partiu de Santos e teria chegado pelo vale do São Francisco até a barra do afluente Paramirim.[247] Consta ainda, entre as muitas notícias incluídas nesse manuscrito de 19 laudas, a importante informação de que o nome "Jacobina" se referia, na realidade, a dois lugares diferentes. Segundo Leal, índios velhos lhe haviam declarado que a Jacobina em que o sertanista atuava não era o mesmo lugar que tinha esse nome na tradição oral indígena, localizado a 30 léguas da vila.

Essa carta não está assinada, mas, como vimos, é inegavelmente de autoria de Pedro Barbosa Leal. Da mesma forma um segundo documento, em 11 laudas, de assinatura ilegível, igualmente de 1725, em que o autor nos dá diversas evidências de se tratar também do sertanista baiano.[248] A mais forte dessas evidências é a de que, segundo o autor, foi ele o responsável, por ordem do governo-geral, pelo estabelecimento das Minas do Rio das Contas e da Vila de Nossa Senhora do Livramento. Nessa carta, escrita quatro meses antes do primeiro documento analisado, Leal aborda elementos históricos e geográficos da ocupação da área central do sertão baiano e traça uma divisão territorial dessas regiões que me será

[246] "Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreia – de 22 de novembro de 1725", 22/11/1725. *DI*, São Paulo, v. XVI, p. 59-98, 1895. Versão manuscrita (original?) em [Carta], 12/11/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 62-70v. Alguns termos duvidosos da publicação dos *DI* foram modificados a partir da versão manuscrita. Há uma ligeira divergência no dia de emissão da carta, possivelmente devida a um erro de transcrição no periódico.

[247] Estudei os documentos históricos e as análises historiográficas sobre essa entrada no trabalho de Mestrado. Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

[248] [Carta], 11/07/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 194-199. Cópia manuscrita em BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 4.

especialmente útil na discussão do léxico e das representações espaciais da ocupação luso-brasileira, a ser realizada no capítulo 11.

As cartas de Leal, que na realidade constituem relatos históricos da exploração do sertão baiano, são peças incomuns na documentação sobre o sertanismo e a formação territorial da América portuguesa. Como comentei anteriormente, raros são os relatos da exploração, conquista e ocupação luso-brasileira dos sertões, e mais escassas ainda são as notícias da lavra dos próprios homens que se envolveram nessas ações. Com o objetivo primordial de descobrir minerais preciosos, Pedro Barbosa Leal acabou por realizar pesquisas documentais e de campo, bem como coletas de informações orais, que o colocam, do ponto de vista dos relatos produzidos, como uma espécie de proto-historiador das entradas de exploração do sertão baiano.

Vimos anteriormente que a segunda das duas expedições de pesquisa de reservas de salitre, organizadas por Pedro Barbosa Leal nos anos de 1696 e 1697, contou com a participação direta de Dom João de Lencastro. Dessa empresa, talvez em razão da presença da autoridade máxima da colônia, tomaram parte também o procurador da Coroa, um capitão-engenheiro, um médico e o fidalgo Antonio de Brito de Castro de Sampaio.[249] Como guia e apontador dessa jornada ia o reinol Domingos Afonso Sertão, que, como foi tratado nos capítulos anteriores, se notabilizara pela conquista do Piauí na década de 70.

Sertão era natural de um lugar no concelho de Mafra, o que explica ter sido também conhecido como Domingos Afonso Mafrense. Segundo informação constante num processo de 1780, nasceu em 1638.[250] Faleceu solteiro em 1711, deixando os seus bens para a Companhia de Jesus. Um dado curioso é que o testamenteiro e administrador dos seus bens foi João Antonio Andreoni, na época reitor do Colégio da Companhia de Jesus na Bahia.

Entre os indivíduos estudados, Domingos Afonso Sertão está, juntamente com Antonio Guedes de Brito e Manuel Nunes Viana, entre aqueles sertanistas que podemos tipificar como potentados coloniais. Segundo declaração do testamenteiro, o português falecera deixando 20 mil cruzados em dinheiro, 60 mil em títulos de dívidas, 20 mil em mercadorias, 5.600 em

---

[249] Mirales, José. História militar do Brasil desde o ano de 1549, em que teve princípio a fundação da Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos até o de 1762. *ABN*, v. XXII, p. 4-238, 1900. p. 158.

[250] [Processo], 1780. ANTT. Feitos Findos, Juízo da Índia e Minas, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 213, n. 11.

ouro e prata e “muitos currais com escravos, grande casa na cidade e outras menores”.[251] A genérica menção de Antonil aos currais do testador pode ser detalhada a partir da consulta a outros documentos. O sertanista deixara 43 fazendas de gado, sendo 33 no Piauí, seis na cidade da Bahia e quatro nas margens do São Francisco.[252] Em 1717 um jesuíta que fora ao Piauí com a missão de continuar o levantamento e a posse dos bens legados por Sertão para a Companhia estimava que as propriedades do português na região valessem um total de 230 mil cruzados, mas é digno de nota que considerou somente 24 das 33 fazendas piauienses citadas nas outras fontes.[253] Para Basílio de Magalhães, a fortuna obtida pelo potentado chegou a ser uma das maiores do Brasil na época.[254]

Um aspecto importante, no entanto, distingue Sertão de Guedes de Brito. O reinol começou a vida no Piauí sem grandes recursos financeiros, trabalhando como vaqueiro de uma proprietária identificada como Maria Reimoa, ou Raimoa.[255] É possível que, depois das guerras de conquista que liderou na região, tenha resolvido lá se estabelecer como trabalhador agregado a algum núcleo criatório pioneiro. Podemos ainda supor que o acesso ao sistema de *quarta*, por meio do qual os vaqueiros podiam juntar recursos para se estabelecerem como criadores, tenha possibilitado a Sertão ascender à condição de proprietário. Depois de um período indeterminado, a relação entre ele e Maria Reimoa parece ter se invertido, pois no seu testamento consta a informação de que a mesma lhe tomara de arrendamento três sítios no Piauí.[256]

---

[251] Carta ao P. Geral, em latim, do P. João Antonio Andreoni, da Baía, 26 de junho de 1711. Archivum societatis Iesu Romanum. Epistolae Brasiliensis, 1696-1737, 4, 163-164. Apud Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V, p. 143-144.

[252] (1) “Relação das fazendas da administração da capela que instituiu o Domingos Afonso Sertão conforme declaração do Padre Francisco de Sampaio”, [posterior a 1753]. BNRJ. Divisão de Manuscritos, II – 33,17,21; (2) “Testamento do Capitão Domingos Afonso Sertão”, 12/05/1711. ANTT. Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 213, n. 11, fls. 25-48v [cópia do documento incluída em processo]. Publ. em Pereira d’Alencastre (José Martins). Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *RIGHB*, Rio de Janeiro, t. XX, p. 140-150, 1857.

[253] “Notícias do Piauí”, [entre 1730 e 1759]. ANTT. Papéis do Brasil, Avulsos, 5, n. 3.

[254] Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 348.

[255] [Carta do ouvidor da comarca do Piauí ao rei], 02/05/1754. ANTT. Ministério do Reino, maço 312, caixa 417. Nesse documento consta a seguinte informação: “Veio para este sertão Domingos Afonso Certão a ser vaqueiro de uma Maria Raimoa primeiro móvel da Casa que hoje chamam Gracia [*sic*] de Ávila, ou casa da Torre”. Não cheguei a identificar a que se refere o termo “móvel”, que constituiria uma chave para entendermos a relação entre Maria Raimoa e a Casa da Torre.

[256] “Testamento do Capitão Domingos Afonso Sertão”, 12/05/1711. ANTT. Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 213, n. 11, fls. 25-48v [cópia do documento incluída em processo]. Publ. em Pereira d’Alencastre (José Martins). Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *RIGHB*, Rio de Janeiro, t. XX, p. 140-150, 1857. A obscura personagem de Maria Reimoa aparece ainda no mapa do padre Jacobo Cocleo, no qual consta, na margem esquerda do São Francisco, entre quatro fazendas

Esse indício documental de que Domingos Afonso Sertão tenha, nos primórdios da ocupação luso-brasileira do Piauí, atuado nesse novo território como simples vaqueiro sugeriria relativizar a noção, comum na historiografia sobre o tema, de que o reinol tenha sido desde sempre uma espécie de pró-homem da região. Com efeito, são frequentes interpretações como a de Carvalho Franco, para quem, logo após o "devassamento" dos sertões do Piauí e do Ceará, Sertão tenha partido para a fundação de fazendas de gado, estabelecidas em sesmarias a ele concedidas ao longo dos rios desse espaço.[257] Se foi inicialmente vaqueiro, é plausível supor que outras pessoas tivessem se instalado na mesma época no Piauí, o que nos levaria a reconsiderar o pioneirismo do português na região. E nos colocaria diante de um homem que, já com 36 anos, ainda era obrigado a se empregar numa unidade criatória, para a partir daí iniciar a construção do patrimônio que o tornaria famoso nos anos seguintes.

Na década de 90, de toda forma, Sertão já granjeara cabedais que o colocavam entre as pessoas mais abonadas da Bahia. Em razão dessa posição proeminente, em 1691, ainda que contra a sua vontade, foi nomeado para exercer o ofício de tesoureiro-geral do Brasil. Em carta ao rei, o governador-geral noticia esse ato, relatando a dificuldade que tivera para encontrar alguém que ocupasse o cargo, tendo em vista a incômoda exigência de que o tesoureiro-geral fosse prestar contas pessoalmente no Reino. Escolhera por fim Sertão, que o aceitara com a condição de que essa exigência fosse excluída.[258]

---

de gado identificadas como "Domingos Afonso", uma propriedade identificada como "Raimoa". Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo. AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798.

[257] Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 362.

[258] [Carta do governador-geral ao rei], 13/07/1692. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 7, fls. 195-195v. Na mesma altura um outro sertanista se envolvia com um ofício semelhante. Por volta de 1691 Domingos Escorcio, que Carvalho Franco dá como paulista, pedia a Sua Majestade que o provesse no ofício de tesoureiro do Senado da Câmara da cidade da Bahia, alegando "ter servido [n]os cargos mais autorizados da República". (1) [Carta do governador-geral ao rei], 03/07/1692. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 7, fls. 196v-197; (2) Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 141. Mas, diferentemente do ofício de tesoureiro-geral do Estado, o cargo de tesoureiro do Senado da Câmara da cidade da Bahia era remunerado, razão pela qual despertava a ambição de homens influentes. O ordenado, segundo informa o governador-geral no documento citado, era de 200 mil réis (mensais). Escorcio recebera sesmarias no sertão em 1681, 1682 e 1690 e atuara no povoamento do rio Pirangi, no Ceará, em época documentalmente indeterminada. (1) [Carta de sesmaria], 22/01/1681. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 178-179v; (2) [Carta de sesmaria], 10/10/1681. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 199v-201; (3) "Registo de alvará de doação e confirmação de sesmaria que o Mestre de Campo General Roque da Costa Barreto mandou passar ao Ajudante Manoel Nogueira e a vinte e quatro pessoas mais de cinco léguas de terra de comprido e quatro de largo a cada uma", 12/02/1682. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 209v-211v; (4) "Registo de uma sesmaria concedida a Domingos Escorcio um dos vinte nomeados", 02/03/1690. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 307-309; (5) [Carta de sesmaria], 13/02/1727. Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 151, 1931. Nesse último documento, de

A relação do governo-geral e da Corte com potentados sertanistas como Domingos Afonso Sertão parece ter variado ao sabor das circunstâncias, não seguindo um padrão uniforme ao longo da cambiante vida desses homens. Em 1699, oito anos depois de Sertão ter ocupado o relevante cargo de tesoureiro-geral do Estado, o rei mandava que o governador-geral tomasse providências em relação a denúncias que haviam chegado à Corte contra ele. Segundo esses denunciantes, não identificados no documento, o potentado, por ser pessoa poderosa pelas muitas terras que tinha na capitania da Bahia, vinha praticando "ações escandalosas e delitos sem que pelas justiças seja castigado".[259] É bastante possível que se trate da agressão referida no capítulo anterior, quando Sertão mandara derrubar construções erguidas no núcleo urbano pioneiro do Piauí.

Talvez o caso mais exemplar dessa relação cambiante dos potentados com as autoridades coloniais e a Corte seja o do também português Manuel Nunes Viana. A vida desse homem já foi abordada por vários historiadores, mas, para os objetivos do presente trabalho, interessa destacar elementos documentais que permitam realçar a trajetória individual do poderoso reinol no contexto do sertanismo e da formação territorial.[260]

O exame da documentação referente a Manuel Nunes Viana suscita uma primeira constatação. Talvez como nenhum outro dos sertanistas estudados, o reinol multiplicou a sua ação na América portuguesa, aparecendo em diversos contextos históricos, em distintas regiões do território colonial, ao longo do primeiro quartel do século XVIII. Boxer reconheceu o fato de que a multiplicidade, e por vezes a discrepância, de dados documentais sobre esse indivíduo dificultam a abordagem da sua trajetória histórica:

> As provas em relação a Manuel Nunes Viana são tão conflituosas que maiores e mais extensas pesquisas se fazem necessárias antes que se possa fazer uma avaliação satisfatória de sua vida e influência, embora seja óbvio ter sido ele uma das figuras maiores da Bahia e de Minas Gerais durante a sua existência.[261]

---

concessão de sesmaria para uma abadessa, faz-se referência a Domingos Escorcio ter sido o povoador das terras do rio Pirangi.

[259] [Carta régia], 19/01/1699. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 6, fls. 534-534v.

[260] Sobre Manuel Nunes Viana, *vide* Romeiro, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas* : ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

[261] Boxer, Charles R. *A idade de ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 400.

Em outra passagem da mesma obra, o historiador inglês afirma ter sido Viana "um dos construtores do Brasil do século XVIII",[262] o que certamente faz jus à importância da sua atuação nas minas e nos sertões num período crucial da história da América portuguesa.

Manuel Nunes Viana era natural de Viana do Minho, tendo chegado ao Brasil no final do século XVII. Pedro Calmon supõe que tenha inicialmente atuado como mascate no sertão do São Francisco, vindo da cidade da Bahia e rumando para o sul pelo vale do rio, como outros aventureiros atraídos pelas minas.[263] Há notícia de que, em razão do seu desempenho numa luta com espada na cidade da Bahia, tenha sido beneficiado com cartas de favor do governador, que lhe valeram para as incursões pelo sertão.[264] Nos primeiros anos do Setecentos já o encontramos como capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial, que seria o arraial de Matias Cardoso, na confluência do Verde Grande com o São Francisco, em pleno sertão baiano.[265] Essa primeira evidência, de 1703, seria, até o momento, a primeira referência documental encontrada à atuação sertanista de Manuel Nunes Viana. Mas é o próprio reinol que afirma, em petição de 1722, ser morador nos sertões do São Francisco "há melhor de 32 anos", informação que, se verdadeira, nos permitiria concluir que se instalara nesse espaço por volta de 1690.[266] Ainda que não tenha encontrado prova documental da relação entre Viana e Matias Cardoso de Almeida, não tenho dúvida de que ela existiu. Evidências documentais referenciadas e discutidas no capítulo seguinte mostram que pelo menos entre 1701 e 1703 o paulista estava baseado no arraial por ele fundado, coincidindo o último ano com a atuação do português como capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial (de Matias Cardoso).

A atuação de Viana nesse posto incluiu ações repressivas associadas à proibição régia de comunicação entre os sertões da Bahia e as minas de São Paulo. Em 1704 Domingos do Prado (de Oliveira), sobrinho de Matias Cardoso, então também estabelecido no arraial, é orientado a fornecer algum gentio de guerra para seis chefes da região, com o objetivo de se fazer as

---

[262] Ibidem, p. 211.
[263] Calmon, Pedro. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963. v. III, p. 977.
[264] Anônimo. [Notícia de Manuel Nunes Viana]. Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. I, p. 294-295.
[265] "Patente de Capitão-mor da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial, concedida a Manuel Nunes Viana", 04/01/1703. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 336. A identificação entre o "Arraial" citado nesse documento e o arraial de Matias Cardoso partiu de elementos documentais discutidos no capítulo 7.
[266] "Cópia de uma petição de Manuel Nunes Viana", [1722]. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 21, doc. 1856.

tomadias de escravos, cavalos, gado, fazendas secas e gêneros comestíveis, em cumprimento à ordem régia.[267] Os homens citados no documento são os capitães-mores Manuel da Rocha, Manuel Nunes Viana, Atanásio de Cerqueira Brandão, o sargento-mor Domingos Lopes Guimarães e os capitães Manuel Francisco de Oliveira e Manuel João de Carvalho. Esse documento é também mais uma evidência de que, no espaço ambíguo do sertão, paulistas como Domingos do Prado de Oliveira e reinóis como Manuel Nunes Viana e Atanásio de Cerqueira Brandão podiam agir em mútua consonância.

Pelo menos três áreas sertanejas podem ser documentalmente associadas a Manuel Nunes Viana: o médio Paraguaçu, o baixo Carinhanha e o baixo rio Grande, esses últimos afluentes pela margem esquerda do médio São Francisco. No primeiro espaço o sertanista era proprietário das fazendas de gado Palma e Pau-a-Pique.[268] Na região são-franciscana do baixo Carinhanha é referida uma fazenda de sua propriedade, denominada Escuro.[269] Nesse mesmo espaço é cartograficamente registrada outra fazenda do potentado, denominada Tabua, bem como uma edificação identificada como "Castelo de Manuel Nunes Viana".[270] A terceira área é formada pelo médio São Francisco e o seu afluente rio Grande, onde, segundo uma carta de mercê passada em 1727, Manuel Nunes Viana atuou valorosamente, entre 1703 e 1724, na

[267] "Carta de Dom Rodrigo da Costa para Domingos do Prado", 16/01/1704. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149.

[268] (1) Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da Vila do Rio das Contas, entrando nos Crioulos, que é aonde principia a estrada p.ª a B.ª até o porto de S. P.º da Moritiba no rio da Cachr.ª", [173-]. Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 123-127, 1929. p. 125; (2) "Jornada que fez Luís da Cunha Meneses da Cidade de Bahia para a Vila de Cachoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goiás aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778". In: Bertran, Paulo (org., ed.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. p. 71-75. p. 72. Note-se que essa segunda fonte é aproximadamente 40 anos posterior à data presumida da morte de Manuel Nunes Viana, mas continua a associar a fazenda de Pau-a-Pique ao seu nome.

[269] Bizarras circunstâncias são comumente associadas à lendária figura de Manuel Nunes Viana. Accioli afirma ter visto serem tirados de uma lagoa, nessa antiga fazenda do Escuro, ossos de pessoas que nela eram jogadas a mando de Viana e comidas por piranhas. Perplexo com a trajetória do reinol, o historiador recorre à psicologia: "entre muitos atos horrorosos de sua vida, contam-se dele não poucas ações generosas, que fazem singular contraste com a espécie de *monomania humana* de que era dotado". Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1919-40. v. 2, p. 151.

[270] Não encontrei outras indicações documentais que permitam alguma inferência sobre esse "castelo" sertanejo, implantado na região são-franciscana ainda hoje remota do município mineiro de Manga. Certamente se tratava de algum tipo de estrutura fortificada, possivelmente mais sólida do que uma casa-forte de madeira. [Parte do rio São Francisco, com seu afluente, o rio Verde, ao norte da Capitania de Minas Gerais], [17--]. BNRJ. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia, ARC.030,03,020. Para um estudo histórico dessa fonte cartográfica, *vide* Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

repressão a grupos indígenas hostis e a criminosos que atacavam os comboios que iam e vinham das minas.[271]

A atuação de Viana na guerra ao gentio bárbaro é pouco enfatizada pelos historiadores, que habitualmente concentram a atenção na participação do reinol nos eventos da Guerra dos Emboabas e nos chamados motins do sertão. Em ano indeterminado, entre 1714 e 1716, Manuel Nunes Viana é nomeado, pelo governador-geral, mestre-de-campo e comandante da guerra ao gentio (do Estado do Brasil).[272] A documentação leva a supor que as duas áreas mais preocupantes nesse período, quanto às ameaças indígenas, fossem o médio São Francisco e o Piauí. Em 1717 o paulista José Pinto dos Reis é nomeado capitão de uma companhia de infantaria para a guerra ao gentio do Piauí, sob as ordens do mestre-de-campo Viana.[273] Por volta do mesmo ano o mestre-de-campo liderou uma marcha repressiva à barra do rio Grande, mas parece que essa ação foi dificultada pela falta de apoio das missões religiosas e dos moradores da região.[274] Em 1719 o governador-geral cobrava de Viana o "efeito produtivo" da sua nomeação para o comando da guerra ao gentio, tendo em vista as queixas que chegavam ao governo das ameaças indígenas no rio São Francisco, que se prolongavam até a vila litorânea do Cairu.[275] É possível, portanto, que os termos laudatórios da referida carta de mercê de 1727 possam ser relativizados, pois a documentação examinada parece indicar que o mestre-de-campo não chegou a ter uma atuação de grande relevo na repressão ao gentio bárbaro.

No mesmo período do final da década de 10, Manuel Nunes Viana envolvia-se nos levantes de Catas Altas, Caeté, Santa Bárbara, Morro Vermelho, Barra do Rio das Velhas e Papagaio

---

[271] [Carta de mercê da alcaidaria-mor da vila de Maragogipe a Manuel Nunes Viana], 24/05/1727. ANTT. Chancelaria D. João V, Livro 70, fls. 383v-384.

[272] [Patente], [entre 1714 e 1716]. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 338. A faixa de anos prováveis dessa patente foi inferida a partir do cotejo de referências documentais com o período de governo do Marquês de Angeja.

[273] (1) "Patente do posto de Capitão de uma companhia de Infantaria que se há de formar no sertão do Piauí para a Guerra dos Bárbaros provido na pessoa de José Pinto dos Reis", 18/11/1717. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 339; (2) "Carta que se escreveu ao Mestre-de-campo Manuel Nunes Viana, a qual levou o Capitão que vai para a guerra dos bárbaros José Pinto dos Reis", 22/11/1717. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLIII, p. 80, 1939.

[274] "Carta que se escreveu ao Mestre de Campo Manuel Nunes Viana sobre a marcha que fez à barra do Rio Grande do Sul, e do que dispôs em ordem a embaraçar os insultos do gentio bárbaro", 26/07/1717. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLIII, p. 65-66, 1939.

[275] "Carta para Manuel Nunes Viana", 06/02/1719. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLIII, p. 197-199, 1939.

(1718-1719).[276] Enquanto nas regiões setentrionais da América portuguesa o reinol se portava como bom vassalo, exercendo funções militares na guerra ao gentio bárbaro, no centro-sul confrontava as autoridades coloniais, participando de revoltas contra representantes da Coroa em núcleos mineradores e pecuários. A documentação desse período mostra cabalmente o que Carla Anastasia denominou *paradoxal relacionamento* entre as autoridades e o potentado português.[277] Enquanto governadores como o Marquês de Angeja defendiam e laureavam o reinol, chegando a propor para ele o foro de fidalgo ou o hábito de uma das ordens militares, no Conselho Ultramarino Viana enfrentava forte oposição. Acusavam-no de muitos crimes, entre eles o de ter sido o principal cabeça dos motins e alterações havidos nas minas.[278]

Uma das dificuldades alegadas pelas autoridades contrárias a Viana para a averiguação das suas culpas era o respeito que conservava no sertão, o que impossibilitava encontrar testemunhas que depusessem contra ele. Na cidade da Bahia, ainda que houvesse queixosos, temia-se que o poder e os cabedais do acusado pudessem corromper o processo judicial.[279] Teria nascido da primeira dificuldade a obrigação, imposta a Viana, de residir na cidade da Bahia, abstendo-se de ir ao sertão, salvo por tempo limitado e com licença dos governadores, até que se apurassem as acusações que pesavam sobre ele.[280]

Para a averiguação das suas culpas era necessário, no entanto, prendê-lo, o que não parece ter sido tarefa fácil. Em 1723 o governador-geral admite, em carta ao rei, não lhe ser possível prender esse réu, em razão dos "muitos negros, índios, carijós e mamalucos, que tinha de sua guarda, e eu sem coação para rebater em uma grande distância esta ousadia".[281] Em razão disso, resolvera passar a incumbência a Januário Cardoso e a Domingos do Prado (de Oliveira), paulistas chefes de arraiais e pouco afetos ao reinol.[282] É possível que tenha sido

---

[276] Cotta, Francis Albert. *No rastro dos Dragões*: Políticas da Ordem e o Universo Militar nas Minas Setecentistas. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 228.

[277] Anastasia, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII. Belo Horizonte, C/Arte, 1998. p. 228.

[278] "Consulta do Conselho Ultramarino", 02/03/1716. *DH*, Rio de Janeiro, v. XCVI, p. 216-217, 1952.

[279] "Sobre Manuel Nunes Viana", 26/03/1724. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 102-103.

[280] "Consulta do Conselho Ultramarino", 01/01/1725. *DH*, Rio de Janeiro, v. XC, p. 60-65, 1950.

[281] [Carta do governador-geral ao rei], 02/11/1723. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 61-62.

[282] Os termos do documento sugerem vagamente que Januário Cardoso e Domingos do Prado chefiassem arraiais diferentes no sertão do São Francisco. Januário Cardoso estava estabelecido, sem dúvida, no arraial fundado por seu pai na barra do rio Verde Grande. Não encontrei elementos documentais que permitissem localizar o arraial em que residiria Domingos do Prado. A delegação aos dois paulistas da incumbência de prender Viana, incluindo edital sobre o acusado, que seria divulgado nos arraiais e distritos sertanejos, consta de carta do

Pedro Leolino Mariz quem acabou por efetuar a prisão, o que Carvalho Franco situa ter ocorrido em 1724. Uma vez na cidade da Bahia, Manuel Nunes Viana consegue autorização para ir ao Reino explicar-se e acaba por retornar de Portugal aquinhoado com honrarias e mercês.[283]

4.3 Os homens fronteiros e a circulação colonial

Diversos outros sertanistas poderiam ser abordados. No período considerado neste estudo, centenas de homens se movimentaram pelos espaços interiores do centro e do norte da América portuguesa, guerreando e preando grupos indígenas, buscando riquezas minerais, estabelecendo fazendas de gado e arraiais; formando aos poucos, enfim, um território luso-brasileiro descontínuo e vazado, no qual os enclaves pioneiros subsistiam duramente em meio aos espaços de povoamento *tapuia*. O *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*, de Carvalho Franco, traz centenas de resumos biográficos de sertanistas, e muitos deles foram indivíduos que atuaram na conquista e ocupação do sertão nordeste.

Mas o levantamento realizado na seção anterior já nos permite avançar rumo a uma discussão histórica e teórica dos modos de atuação desses homens. A primeira e mais evidente constatação é de que os liames que conectavam as trajetórias de vida de paulistas, baianos e reinóis eram mais numerosos do que pensou a historiografia convencional do sertanismo. Talvez não seja excessivo pensarmos, pelo menos no caso dos sertanistas mais destacados, numa rede de relações pessoais e militares que se distribuiu por diversas das áreas sertanejas conquistadas ou em disputa ao indígena, aproximando indivíduos oriundos de diferentes regiões da colônia e do Reino e de distintas origens sociais. Essa rede implicou muitas vezes na associação entre pessoas saídas de grupos sociais que estavam em conflito em outras regiões da América portuguesa. Enquanto paulistas e não paulistas se confrontavam nas minas de São Paulo, durante a chamada Guerra dos Emboabas, nos sertões se dava a aproximação entre esses grupos, ou pelo menos entre indivíduos deles oriundos. Terras, índios e minérios como o salitre podiam funcionar como objetivos comuns e fatores de associação entre esses homens.

---

governador-geral, escrita em 1722. "Carta que se escreveu a Januário Cardoso, Domingos do Prado e justiças do Rio de São Francisco com um edital sobre Manuel Nunes Viana", 03/03/1722. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLIV, p. 232, 1939.

[283] Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 430-431.

Mas essa rede contemplava também o conflito, como vimos no caso da delegação aos paulistas Januário Cardoso e Domingos do Prado da tarefa de prender o reinol Manuel Nunes Viana, seu desafeto. Na realidade, o que se pode demonstrar de forma definitiva é que sertanistas paulistas, baianos e reinóis se encontraram nos sertões, em associação ou em conflito, mais do que levam a crer os extensos levantamentos realizados pelos historiadores da primeira metade do século XX. A historiografia de base regionalista, enfocando exclusivamente um ou outro grupo social da colônia, perdeu uma das características mais interessantes da ação luso-brasileira nos sertões, que foi esse estreitamento de relações entre sertanistas oriundos de São Paulo, da Bahia e do Reino.

Com a Coroa e as autoridades coloniais esses homens mantinham um paradoxal relacionamento, da qual a figura de Manuel Nunes Viana é a mais típica, mas não a única. Para Carla Anastasia, tratava-se da tentativa da Coroa de preservar a acomodação política do sistema, o que é uma boa explicação do ponto de vista da história política. Nos espaços dos quais estou tratando, contudo, as dificuldades de penetração do poder régio começavam antes das relações políticas. O desconhecimento ou conhecimento parcial dos espaços sertanejos obrigava a Coroa a se escorar na ação privada de potentados regionais ou coloniais, que muitas vezes eram a única representação do Estado português nessas áreas. Uma representação ambígua e oscilante, sem dúvida. Dificilmente podemos ver em homens como Matias Cardoso de Almeida ou Manuel Nunes Viana a posição de representantes do poder régio nos sertões, mas em muitas situações eles eram o único braço do governo-geral nesses espaços remotos e anômicos.

A economia da mercê, que Fernanda Olival destrinchou do ponto de vista do Reino, tinha, também na colônia, um papel preponderante nessas relações. Hábitos das ordens militares e outras honrarias figuravam como uma espécie de legitimação social, reconhecimento real e ascensão simbólica de homens que, como dizia de si mesmo o sertanista Pedro Leolino Mariz, podiam se considerar “apenas” escuros e rudes camponeses.[284] Para além do Estado português, havia a Igreja. Dois dos sertanistas estudados – Pedro Barbosa Leal e Domingos do

[284] [Parecer], 28/08/1734. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 18.

Prado – pediram o título de familiar do Santo Ofício, o que gerou a tramitação de longos processos de habilitação em Lisboa e na Bahia.[285]

Afastar-se do enfoque regionalista nos ajuda, ainda, a compreender a multiplicidade de frentes de conquista em que atuaram esses homens. Ao longo da vida de um mesmo indivíduo, como o baiano Pedro Barbosa Leal, podemos encontrar empreitadas as mais diversas, todas elas relacionadas à conquista do sertão: guerra contra índios, abertura de caminhos, ocupação territorial, formação de arraiais, pesquisa e exploração de minérios. Se a natureza das atividades era diversificada, não o eram menos as regiões de atuação. Manuel Nunes Viana movimentou-se entre os vales de rios sertanejos como o São Francisco, o Grande e o Paraguaçu e deixou a sua marca também nas minas e nas regiões vizinhas, como o rio das Velhas. Domingos Afonso Sertão começou como simples vaqueiro, mas enriqueceu a partir das bases de expansão que estabeleceu no Piauí, no São Francisco e na cidade da Bahia.

Essas trajetórias individuais sugerem a ideia de uma *circulação colonial* dos homens fronteiros, caracterizada pela movimentação entre distintos espaços e funções no processo da conquista dos sertões. Essa circulação parece ter tido um conteúdo de aleatoriedade, no sentido de que ocorria ao sabor de circunstâncias pessoais, militares e econômicas, cuja consequência eram frequentes e imprevistas mudanças de rumo na vida desses sertanistas. Mas certamente o cálculo racional não estava excluído das decisões que levavam a essas mudanças de rumo. Fixar-se em um território já conquistado ou engajar-se em uma nova frente de conquista eram alternativas determinadas, em última análise, pelo cálculo das possibilidades oferecidas pelos distintos espaços sertanejos.

Sem dúvida o poder econômico e a ascensão social estavam entre os fatores determinantes dessas decisões. Mas atitudes menos interessadas podem também ser encontradas nos

---

[285] (1) "Inquisição feita neste Convento do Carmo da Bahia de Pedro Barbosa Leal", 08/06/1690. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Habilitações, Pedro, maço 10, doc. 256, fls. 27-34v; (2) "Informações de limpeza de sangue e geração de Pedro Barbosa Leal, morador na cidade da Bahia de Todos os Santos, e de Mariana de Espinosa, mulher do mesmo", 28/02/1692. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Habilitações, Pedro, maço 10, doc. 256; (3) "Informações de limpeza de sangue e geração de Domingos do Prado de Oliveira que vive de suas fazendas natural da Vila de S. Paulo Bispado do Rio de Janeiro e morador no Arraial do Sertão da Bahia", 29/01/1713. ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Domingos. Maço 22, doc. 435. Não cheguei a documentos que informassem se os peticionários receberam o título. É de se presumir que sim. Contra Pedro Barbosa Leal havia apenas um empecilho: o de que a sua avó materna tinha, em grau muito remoto, alguma casta de gentio do Brasil. Contra Domingos do Prado, dois testemunhos que afirmavam que o pleiteante era solteiro, mas tinha dois filhos, crioulos e cristãos, havidos de uma cabocla ou carijó. É possível que fossem dificuldades contornáveis, mesmo porque também para a emissão de títulos de familiar do Santo Ofício devem ter funcionado os mecanismos de negociação estudados por Fernanda Olival para os hábitos das ordens militares.

interstícios de uma documentação majoritariamente voltada para os grandes móveis militares e econômicos da conquista. Valores mais subjetivos, como a caridade, podem ter estimulado a ação de pessoas como a paulista Catarina do Prado, que se habituou a atuar no sertão do São Francisco como protetora dos viajantes conterrâneos do seu pai; ou como o reinol Atanásio de Siqueira Brandão, que pretendia instalar nesse mesmo espaço um hospital para agasalho dos viandantes.[286] Esse homem, por sinal, proprietário de fazendas na barra do Carinhanha, no lado pernambucano do médio São Francisco, seria acusado, anos mais tarde, de se utilizar indevidamente do título de mestre-de-campo regente das conquistas.[287]

A circulação colonial dos homens fronteiros possibilitou a consolidação do poder desses indivíduos como potentados regionais ou coloniais. A maioria enriqueceu diversificando as atividades na conquista dos sertões, atuando como criadores de gado, mineradores, apresadores de índios ou ocupantes de funções públicas, com remuneração pecuniária ou retribuição simbólica na forma de mercês e honrarias. Muitos se tornaram ricos e distintos, como a eles se refere uma sucinta carta do governador-geral à Corte, de 1734, em que o autor noticia a morte recente de alguns dos sertanistas aqui estudados:

> Proximamente morreu o Coronel Garcia de Ávila Pereira, de uma apoplexia estando nesta Cidade, donde havia vindo a dependências que nesta tinha: também faleceu o Coronel Pedro Barbosa Leal no seu engenho do Recôncavo, de doença que durou alguns dias, mas não lhe deu lugar para disposição alguma: no sertão faleceu o mestre-de-campo Atanásio de Siqueira Brandão, o mestre-de-campo Januário Cardoso, Estevão Raposo, e o Coronel Salvador Cardoso de Oliveira, bem conhecidos por ricos, e pela distinção com que serviam a Vossa Majestade por cuja razão me pareceu fazer-lhe presente esta notícia.[288]

À medida que nos aproximamos do meado do Setecentos, a distinção individual cede lugar à ação paulatinamente mais firme do Estado português no controle dos sertões. Cada vez menos dependente dos poderes privados de indivíduos que sempre guardaram um paradoxal relacionamento com a Coroa, o Estado, já na segunda metade do século, poderá se

---

[286] "Sesmaria que se passou ao Capitão-mor Atanásio de Siqueira de uma légua de terra na capitania do Rio S. Francisco, freguesia do Rio Grande do Sul", 30/06/1707. Brasil. Secretaria da Educação Superior. *Documentação histórica pernambucana* : sesmarias. Recife: [s.n.], 1954. p. 151-152. Hospital: lugar público em que se agasalham e se sustentam pobres. Cf. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 65.

[287] (1) "Petição que fez o Capitão-mor Atanásio de Cerqueira Brandão", [c. 1723]. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 461; (2) "Carta que se escreveu a Atanásio de Siqueira Brandão", 15/03/1723. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLV, p. 60, 1939; (3) "Petição que fez ao Exmo. Vice-Rei o Capitão-mor Atanásio de Cerqueira Brandão", [c. 1723]. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 461.

[288] [Carta do governador-geral ao rei], 30/06/1734. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 48, doc. 4264.

desvencilhar desses incômodos vassalos e assumir diretamente a coordenação da conquista e ocupação dos sertões.

PARTE II   MODOS E RITMOS DE OCUPAÇÃO

5 O CAMINHO

5.1 Considerações preliminares

Na primeira parte deste estudo foi focada a conquista do sertão baiano do ponto de vista da dinâmica do processo e dos grupos sociais que dele participaram. O objetivo foi traçar a conquista como um conjunto de ações que podem ser rastreadas na documentação e narradas na perspectiva dos homens que as empreenderam.

Nesta segunda parte do trabalho voltarei o olhar para o objeto de um ângulo distinto. Serão buscados os elementos materiais que estruturaram a ocupação do espaço; que produziram, na sequência imediata da conquista, a territorialização desse espaço, tornando-o uma apropriação luso-brasileira. Estamos, portanto, do ponto de vista cronológico, um passo adiante, pois se trata de espaços já conquistados ao indígena e incorporados à esfera de domínio de grupos luso-brasileiros. Mas, e isso é muito importante, vimos que essa apropriação em muitos casos não é definitiva e pode ser revertida. Do ponto de vista da análise histórica, deixamos o campo dinâmico das motivações, decisões e ações humanas para abordar a ocupação luso-brasileira do ponto de vista da sua estruturação nos espaços tomados aos *tapuias*. Cada um dos cinco elementos estruturantes será caracterizado historicamente e abordado na sua materialidade e na sua relação com os territórios luso-brasileiros que contribuiu para formar. O recurso à quantificação possibilitará mapear a distribuição desses elementos ao longo do tempo e nos distintos espaços de análise, de modo a identificar variações, tendências, continuidades, descontinuidades e rupturas que permitam construir quadros explicativos dos fenômenos estudados. O núcleo do argumento é relativamente simples: a conquista dos sertões só se efetivou quando e onde implantou determinadas estruturas materiais de ocupação, que garantiram a apropriação territorial e o controle das populações indígenas remanescentes. Uma condição que, devo sempre remarcar, pode ser temporária: a proposta da abordagem quantitativa aqui tentada será o de identificar tanto o progresso da implantação desses elementos estruturantes quanto o seu retrocesso.

5.2 O caminho e a sua abertura

Se alguma ordem cronológica de implantação pode ser estabelecida entre os cinco elementos estruturantes da ocupação, seguramente as vias de circulação estarão na primeira posição. A

razão é quase trivial: foram o caminho e o seu correlato, a via fluvial, que possibilitaram a chegada, aos espaços remotos do sertão nordeste, de caçadores de índios, exploradores, missionários, ocupadores pioneiros e agentes do governo. É por isso que o caminho e a via fluvial são os primeiros elementos de estruturação da ocupação luso-brasileira dos novos espaços conquistados.

A documentação é escassa a esse respeito, mas não resta dúvida que os caminhos da ocupação ganharam alguma complexidade, seja na sua abertura, seja na sua utilização, em relação à trilha bandeirante, por sua vez uma decalcagem da vereda de pé posto indígena. A passagem de maior número de pessoas; o transporte de armas, munições, ferramentas e materiais de construção; o transporte de víveres, sementes e das primeiras reses; tudo isso exigiu a abertura de caminhos mais largos, que cortassem áreas com provimento mínimo de água e de alguma caça e que fossem topograficamente adequados a uma circulação mais volumosa e mais frequente. O cavalo, que, como mostrou Sérgio Buarque de Holanda, foi praticamente desconhecido na expansão bandeirante,[289] passa paulatinamente a ser incorporado por esses novos contingentes. Terá sido utilizado mais como animal de carga do que de montaria, como mostra a documentação, na qual o cavalo aparece nos comboios de cargas ao longo dos caminhos e mesmo, ainda que certamente em escala muito mais reduzida do que na América espanhola, nos combates contra índios. Nesse último caso não encontrei elementos documentais que permitissem averiguar se se tratava do transporte de armas, munição e víveres para a guerra ou se, como foi comum nas colônias espanholas, era o animal utilizado diretamente nos embates contra os índios. De toda forma, cavalos são reportados como parte integrante de exércitos armados contra índios e holandeses na América portuguesa.

Menos comum deve ter sido o transporte de pessoas a cavalo no caso das expedições cujo objetivo primordial não era a guerra – ainda que, deve ser lembrado, qualquer entrada ao sertão no período da conquista envolvesse potencialmente enfrentamento com os índios. O custo de uma montaria destinada exclusivamente para uma pessoa era alto, as distâncias eram longas, os pastos escasseavam em vários trechos da jornada. Mas não foi o homem a cavalo de todo ausente da paisagem da exploração e ocupação dos sertões. Durante a expedição de pesquisa de jazidas de prata nos sertões de Sergipe e da Bahia, comandada por Pedro Barbosa Leal em 1696, viajaram a cavalo os oficiais responsáveis pela averiguação. Posteriormente

[289] Holanda, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986. p. 168.

Leal alegou ter tido grande prejuízo com a morte de todos os 28 animais levados para esse fim.[290]

Se a abertura da trilha bandeirante era uma ação quase espontânea, adaptada ao objetivo da jornada, às suas condições e, principalmente, às características dos terrenos percorridos, ao ponto de Sérgio Buarque de Holanda supor a aparência de uma exploração nova e de um novo trabalho de engenharia a cada viagem,[291] com os caminhos da ocupação o ritmo e as técnicas foram outros. Em outra oportunidade abordei as instruções passadas, em 1657, ao responsável pela abertura de uma estrada entre Cachoeira, no Recôncavo Baiano, e a serra do Orobó, localizada entre o médio Paraguaçu e o rio Jacuípe.[292] Cabe aqui uma abordagem mais detalhada desse documento, buscando identificar tanto as técnicas de abertura da estrada quanto os aspectos relevantes da administração da obra.

As instruções do governador-geral foram passadas diretamente ao sargento-mor Pedro Gomes, responsável pela execução da empreitada, que nas décadas seguintes se destacaria em vários serviços prestados à Coroa. Tratava-se de abrir caminho que permitisse a edificação de casas-fortes defensivas contra as ameaças indígenas às freguesias de Paraguaçu, Jaguaripe e Cachoeira.[293] O caminho permitiria a passagem de "carros" (carros de boi), possibilitando a construção de uma primeira casa-forte na serra do Orobó, a partir da qual seriam atacadas as aldeias indígenas de onde partiam as ameaças.

A execução da obra dependeria tanto do trabalho braçal direto quanto da proteção armada durante a sua realização. Para esse segundo fim o sargento-mor escolheria infantes do terço por ele comandado na cidade da Bahia. Em dois dias, a partir da emissão do documento,

---

[290] [Carta de mercê], 26/08/1703. ANTT, Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 15, fls. 314-314v.

[291] Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 33.

[292] A serra do Orobó está no extremo norte da circunscrição do atual município baiano de Rui Barbosa. Cf. Bahia. Governo do Estado. *Bacias hidrográficas da Bahia*. Salvador : Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2004. Pedro Puntoni amplia a abrangência do topônimo para serras localizadas nessa mesma região, nos atuais municípios de Itaberaba, Ipirá e Serra Preta, para o que não encontrei justificativas documentais. Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 98. Certamente não se sustenta a localização mencionada em documento publicado por Cristina Pompa, de "um monte distante duas léguas da [cidade da] Bahia". Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 272. A serra do Orobó estaria, em linha reta, a aproximadamente 35 léguas a oeste da cidade da Bahia.

[293] "Regimento que levou o Sargento-mor Pedro Gomes, para abrir a estrada desde a Cachoeira té o Orobó", 8/10/1657. *DH*, Rio de Janeiro, v. V, p. 270-271, 1928.

deveria o responsável chegar a Cachoeira com a tropa de soldados, armas, munições e ferramentas.

A mão de obra efetiva, por seu turno, seria provida principalmente por moradores das freguesias selecionadas para contribuírem para a empreitada – possivelmente as próprias freguesias que se queria proteger. O capitão de cada uma dessas freguesias seria responsável por compor previamente uma lista de moradores, na qual constaria o número de escravos negros que cada um deveria ceder. Os escravos seriam recolhidos e levados para Cachoeira pelos sargentos das companhias das ordenanças envolvidas, devendo todos os cativos portarem espingardas, de forma a auxiliarem nos confrontos com os índios, se necessário. Prisão e contribuição em dobro penalizariam os moradores que se omitissem.

O contingente de escravos negros seria distribuído em grupos de dez, cada um deles comandado por um dos sargentos. A seguir, os grupos seriam divididos em duas esquadras, cada uma delas comandada por um dos ajudantes trazidos pelo sargento-mor. Dessa forma, cada esquadra liderada por um ajudante incluiria grupos compostos por sargentos, feitores e escravos negros. Esse sistema visava assegurar um controle eficaz sobre os escravos, mantendo-os no trabalho, garantindo a sua ração diária, acudindo aos que adoecessem e prevenindo as fugas. O contingente deslocado incluía ainda cativos indígenas.

“Pessoas práticas e inteligentes” que o sargento-mor entendesse pudessem ser úteis comporiam a tropa; entre elas, o regimento cita nominalmente o capitão-mor Gaspar Rodrigues Adorno, que pelo menos desde 1640 vinha se destacando em guerras contra os índios.

Sertanistas destacados, juntamente com índios aliados de maior experiência, contribuiriam na escolha do trajeto da estrada. Examinar-se-iam primeiro as trilhas indígenas já existentes, mas seria verificada também a possibilidade de abertura de vias mais curtas, que abreviassem a viagem. Deveriam ser buscados preferencialmente terrenos com provimento de água e pastos para os bovinos. Uma exigência é destacada: o novo caminho deveria ter em todo o percurso as condições necessárias para o tráfego de carros, “que é o fim para que se manda abrir a dita estrada”. Nos campos dilatados, em que os viandantes pudessem se perder por não encontrarem o caminho na paisagem homogênea, deveriam ser colocadas balizas de madeira “incorrupível”, espaçadas de modo que se enxergasse de umas às outras.

A celeridade na execução da empreitada é uma condição igualmente destacada. Concomitantemente com a abertura do caminho, deveria o responsável organizar a construção da casa-forte, de modo que as duas obras fossem concluídas sem dilação. Para isso, deveria o sargento-mor avaliar a conveniência de já ir picando o caminho, de modo a possibilitar que seguisse adiante do corpo de trabalhadores, levando os infantes, soldados da ordenança, índios e gastadores.[294] Chegando antes ao lugar de construção da futura casa-forte, já poderia dar início aos trabalhos.

Uma reserva de mantimentos permaneceria em Cachoeira, entregue a pessoa de confiança, que se encarregaria, mediante requisição do sargento-mor, de liberá-los à medida que fossem solicitados. Notícias periódicas do andamento do trabalho e dos incidentes porventura ocorridos deveriam ser enviadas ao governador-geral.

No final do regimento, o governador-geral ressalta ter designado para compor a expedição o capitão-engenheiro do Estado do Brasil, Pedro Garcim, a quem caberia delinear a casa-forte e ajudar na solução de problemas que se colocassem na abertura do caminho. A participação de um engenheiro militar na execução da obra reforça o planejamento e o caráter técnico que envolviam uma empreitada como essa, distanciando-a do padrão espontâneo que marcou a abertura das trilhas bandeirantes.

A alimentação dos trabalhadores escravos e dos soldados parece ter se constituído um problema desde o começo da empreitada. Apenas oito dias depois da emissão do regimento, já iniciados os trabalhos, o sargento-mor Pedro Gomes é autorizado a requisitar reses nas fazendas de gado locais, tendo em vista a falta de baleia e de bacalhau na cidade da Bahia, que pudessem ser remetidos para a obra. Os donos das reses seriam posteriormente reembolsados dessa contribuição compulsória.[295]

A abertura da via entre Cachoeira e a serra do Orobó contou ainda com a participação de militares e índios oriundos de São Vicente, cuja manutenção estaria a cargo da fazenda real

---

[294] Gastador: aquele que, no exército e nos assédios, trabalha com enxada em alhanar caminhos, abrir trincheiras, fazer fossos e outras obras militares. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 36-37.

[295] “Portaria que se passou ao Sargento-maior Pedro Gomes para tomar o gado necessário para o sustento da gente do sertão”, 16/10/1657. *DH*, Rio de Janeiro, v. V, p. 274-275, 1928.

daquela capitania.[296] Em janeiro de 1658 a estrada já estava aberta e a casa-forte construída, conforme atesta um documento emitido nesse mês.[297] O caminho, no entanto, não se manteria. Treze anos depois os paulistas comandados por Estevão Ribeiro Baião Parente, em novas entradas repressivas ao gentio bárbaro da região, vão encontrá-lo cheio de mato, o que dificultava a sua utilização. Nas quatro expedições paulistas então realizadas um dos recursos para a orientação e circulação era seguir o cascalho remexido pela passagem das tropas antecedentes.[298]

No caso estudado a abertura do caminho inseria-se no contexto das ações repressivas contra grupos indígenas hostis e por isso envolveu uma verdadeira operação militar, com deslocamento de tropas de infantaria, inclusive de outra capitania, arregimentação de índios aliados e rígida organização da massa de trabalhadores escravos e feitores utilizados na obra. No caso estudado a seguir, como veremos, temos uma situação diferente.

Em 22 de abril de 1695 chega à cidade da Bahia, vindo da cidade de São Luís do Maranhão, o sargento-mor Francisco dos Santos. O militar trazia uma carta do governador-geral do estado do Maranhão, Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho, para o governador-geral do estado do Brasil, Dom João de Lancastro. O fato foi entusiasticamente comemorado pelo governador-geral do Brasil. Até então a comunicação por terra entre os dois estados revelara-se praticamente impossível, principalmente em razão dos povos indígenas que habitavam as regiões intermédias, mas também pelas dificuldades naturais que se colocavam numa rota de centenas de léguas. Para Lancastro, a iniciativa do governador-geral do Maranhão abria a possibilidade de se estabelecer uma rota comercial entre os dois estados.[299]

Resolve então Lancastro devolver o feito, enviando um grupo de militares para o Maranhão, com cartas a serem entregues ao governador-geral daquele estado. É escolhido um capitão paulista, André Lopes, e seis soldados vaqueanos (conhecedores de caminhos). O líder da

---

[296] "Alvará que se passou para se dar cumprimento na capitania de São Vicente à ordem que se lhe tinha enviado sobre os mantimentos que se hão de dar à gente que se mandou vir para a entrada do sertão", 13/10/1657. *DH*, Rio de Janeiro, v. V, p. 272-274, 1928.

[297] "Regimento que levou o Capitão Bartolomeu Aires, que foi por cabo de quatro companhias fazer guerra ao gentio do sertão", 31/01/1658. *DH*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 64-75, 1928.

[298] Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 120 e 143. A informação sobre o cascalho pode ser inferida da menção de Sierra às "tapurucas", isto é, tapururucas (piçarra ou cascalho).

[299] "Carta escrita ao governador do Maranhão Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho", 22/04/1695. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXXVIII, p. 350-353, 1937.

jornada deveria observar detalhadamente a rota, averiguando se se poderia fazê-la mais breve e registrando num roteiro os rios, montes, campos, serras, paragens e distâncias em léguas e dias de jornada.[300]

Para tanto, Lopes recebeu 100 mil réis em dinheiro como paga antecipada pelo trabalho, e mais 48 mil e 900 réis para comprar as coisas necessárias à jornada. Os seis soldados que o acompanhariam receberam fardas novas e armas, constituídas por 12 carabinas com pederneiras e sete catanas (facas). Além disso, cada um deles obteve a paga em dinheiro da farinha que seria consumida durante as viagens de ida e de volta. Esse último documento nos permite conhecer a duração da viagem, num só sentido: cinco meses. Quando chegasse ao São Francisco, o grupo poderia requisitar 25 índios nos aldeamentos jesuítas e capuchinhos das margens do rio, sendo esses homens armados com clavinas, arcos e setas.[301]

O grupo de Lopes incluía o sargento-mor Francisco Santos, responsável pelo primeiro feito e já restabelecido da viagem. Santos também recebera 100 mil réis como recompensa.[302]

Alguns dias depois da partida de André Lopes, o governador-geral despacha novo grupo, liderado pelo capitão Manuel Gonçalves Ferreira, descrito como homem hábil em guiar-se

---

[300] "Ordem que se passou ao Capitão André Lopes que vai em companhia do Sargento-mor Francisco dos Santos para o estado do Maranhão pelo novo caminho que se descobriu", 15/06/1695. APB, Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 39v-40v. Na realidade, André Lopes assumiu a empreitada em substituição ao primeiro indicado, Manuel da Mota Coutinho, que ficara impossibilitado de participar por ter sido preso por dívidas na cidade da Bahia. Lopes foi indicado pelo sargento-mor Manoel Álvares de Moraes Navarro ao governador-geral. As condições acordadas com Coutinho foram mantidas com o novo líder, tendo se encarregado Moraes Navarro de reaver o que se entregara ao primeiro, repassando-o para Lopes. [Portaria de substituição de Manuel da Mota Coutinho por André Lopes], 15.06.1695. APB, Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 39-39v.

[301] (1) "Portaria para o provedor-mor dar 100 mil réis ao Capitão Manoel da Mota Coutinho que vai ... Maranhão", 31/05/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 36v-37; (2) "Portaria para o Senado da Câmara mandar dar aos seis soldados que vão ao Maranhão o socorro e farinha reduzida a dinheiro", 03/06/1695. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVI, p. 255-256, 1949; (3) "Portaria para o provedor-mor mandar dar farda a seis soldados que vão para o Maranhão", 03/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 38; (4) "Portaria para o provedor-mor dar ao capitão Manoel da Mota Coutinho 48$900 rs para comprar as coisas contidas em uma memória", 03/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 37v; (5) "Portaria para o provedor-mor mandar ao capitão Manoel da Mota Coutinho doze carabinas e sete catanas", 08/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 38v-39; (6) "Ordem que se passou ao Capitão André Lopes que vai em companhia do Sargento-mor Francisco dos Santos para o estado do Maranhão pelo novo caminho que se descobriu", 15/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 39v-40v; (7) "Ordem para os religiosos da Companhia de Jesus e ... capuchinhos missionários das aldeias do rio de São Francisco entregarem vinte e cinco índios ao Capitão André Lopes que vai com o Sargento maior Francisco dos Santos por terra para o Estado do Maranhão", 08/??/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460.

[302] "Portaria para o provedor-mor mandar dar cem mil réis em dinheiro ao sargento-mor Francisco dos Santos que veio do Maranhão", 04/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 38.

pelo sol, sendo por isso incumbido de registrar o rumo tomado pelo caminho e identificar os limites entre os dois estados.[303]

O grupo contaria com o apoio de índios *tapuias*, que o acompanhariam entre a Jacobina e o São Francisco, e, chegando ao rio, receberia dos capitães de infantaria da ordenança de uma e de outra banda mais índios, cavalos e mantimentos.

É bastante possível que as expectativas dos dois governadores-gerais não tenham se tornado realidade. Segundo José Antonio Caldas, que escreve em 1760, o comércio entre o Maranhão e a cidade da Bahia era então "nenhum". Informações sobre o Maranhão continuavam a chegar à Bahia apenas pelos navios que vinham da Europa.[304] Em meados do século XVIII, portanto, mantinha-se inalterada a secular dificuldade de comunicação, por terra ou por mar, entre a costa norte-sul e a costa leste-oeste. Essa situação fora descrita em 1609, em passagem que se tornaria emblemática tanto da incomunicação entre as duas costas quanto, num plano mais geral, da desunidade territorial da América portuguesa: para Luís Figueira, o autor do comentário, era mais fácil ir ao Reino ou às ilhas e voltar "de que é vir de Maranhão [à costa norte-sul] em direitura isto da vinda por mar, que por terra é impossível falando-se moralmente".[305]

Os dois casos analisados são úteis para a compreensão do caminho como elemento estruturante da ocupação exatamente em razão das marcantes diferenças entre ambos. No caso do caminho para o Maranhão estamos diante de um pequeno grupo de homens, cuja ação mais se assemelha a uma aventura do que a uma empreitada planejada e tecnicamente organizada. Aliás, deve-se notar que os documentos estudados levam a crer que não se tratasse de uma via

---

303 (1) "Ordem que ... o capitão Manuel Gonçalves Ferreira para se lhe dar todo o favor e ajuda que lhe for necessário para conseguir a viagem para o Estado do Maranhão, aonde o mando por terra", 23/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 41-41v; (2) [Carta régia], 17/11/1695. AN. Códice 538, volume 2, coleção E1, n. 6. Anos mais tarde Manuel Gonçalves Ferreira seria considerado o descobridor do caminho entre a Bahia e o Maranhão, recebendo por isso a mercê de um ofício. (1) "Ordem para que se acomode Manoel Gonçalves", 26/02/1698. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 5, doc. 42; (2) [Carta régia], 10/11/1698. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 5, doc. 73.

304 Caldas, José Antonio. *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* [1759]. Ed. fac-similar. [Salvador] : Tip. Beneditina, 1951. p. 236. Tb. publ. em Caldas, José A. Notícia geral de toda essa capitania da Bahia [1759]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. XXIX, p. 3-444, 1857.

305 Figueira, Luiz. Relação da missão do Maranhão (26 de março de 1608) (1609?). In: Leite, Serafim. *Luiz Figueira, a sua vida heróica e a sua obra literária*. Lisboa, Agência Geral de Colônias, 1940. p. 105-52. Apud Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 47. Luís Figueira escrevia com a autoridade de quem tinha tentado abrir a rota por terra e fracassara. Cf. Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 71.

com trajeto definido e balizado, como no caso do “caminho de carro” para a serra do Orobó, mas de uma rota possível de comunicação entre os dois estados. Essa rota percorria uma distância que, pelas rodovias atuais, é de 1.600 quilômetros. Cruzava espaços de escasso ou nenhum povoamento luso-brasileiro, habitados por povos indígenas desconhecidos do colonizador, num meio que repelia o avanço. Cinco meses eram gastos no percurso. O primeiro explorador, Francisco dos Santos, chegara à Bahia, nos termos do governador-geral do Brasil, “muito desbaratado pela grande distância do caminho”.[306]

O objetivo das jornadas entre o Maranhão e a Bahia, em 1695, era o de estabelecer por terra a relação comercial entre os dois estados. Não se trata, portanto, de um *caminho de ocupação* no sentido estrito em que estou utilizando a expressão. No caso do caminho entre Cachoeira e a serra do Orobó, estamos, por outro lado, diante de uma via pela qual se realiza o despovoamento indígena e o repovoamento luso-brasileiro de espaços sertanejos, garantindo a aquisição territorial dessas zonas de fronteira e catalisando a ocupação luso-brasileira das áreas atravessadas.

Deve-se notar, ainda, que quatro décadas pouco ou nada significaram nas técnicas e nos recursos disponíveis para a abertura de caminhos. O apelo às populações indígenas aliadas, a orientação pelo sol e pelos elementos naturais dos terrenos cortados, o enfrentamento direto do meio, a duração das jornadas determinada pelos ritmos e recursos da natureza caracterizam tanto o caminho para a serra do Orobó de 1657 quanto o caminho para o Maranhão de 1695. Pode-se dizer que a escala das distâncias a serem vencidas num meio que resiste ao avanço mantém-se a mesma.

5.3 Caminhos do sertão baiano

No Mapa 2 foram representados os principais caminhos que percorriam o sertão baiano no período estudado. Certamente há outras vias, mas seriam essas as mais importantes, por terem representado os elementos de ligação entre o Recôncavo Baiano e o interior e entre as diversas regiões sertanejas que compõem esse espaço. A representação é esquemática: foram indicados somente os lugares mais relevantes cortados por cada via, ligados por linhas retas,

[306] “Portaria para o provedor-mor mandar dar cem mil réis em dinheiro ao sargento-mor Francisco dos Santos que veio do Maranhão”, 04/06/1695. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 460, fls. 38.

sem a preocupação, habitual nos estudos voltados especificamente para os caminhos, de plotar minuciosamente cada trecho e lugar dos trajetos.

MAPA 2 – CAMINHOS PRINCIPAIS DO SERTÃO BAIANO – 1640-1750
Rio
Caminho
Rota fluvial
Povoação
Jeremoabo
Paragem
1702
Ano da mais antiga referência documental
Canindé
Piancó
Gurguéia
Piauí
Pajeú
Piauí
Pambu
Rodelas
São Francisco
1697
Sobrado
Juazeiro
Sertão de Rodelas
Cachoeira de Paulo Afonso
Parnaguá
Sento Sé
Xingó
Pilão Arcado
Pancurui
Vaza-Barris
Jacuricí
Massacará
Salitre
1702
Jacaré
Jeremoabo
Itabaiana
Barra do Rio Grande do Sul
Queimadas
Real
Preto
Itapicuru
Lagarto
1702
Jacobina
1692
Canabrava
Verde
1702
Jacuípe
Morro do Chapéu
Serrinha
Itapicuru de Cima
Grande
Orobó
do Peixe
São João de Água Fria
Inhambupe
Bom Jardim
Capivari
Paratigi
1657
1698
Brejo
1725
Paramirim
Cachoeira
Urubu
1702
Jenipapo
Paraguaçu
Santo Antonio da Conquista
Cidade da Bahia
Corrente
1731-1732
Bom Jesus (1731-1732)
Sincorá
Una
Lapa do Bom Jesus
Mato Grosso
Jequiriçá
1709
Rio das Contas
Povoação do Rio das Rãs
das Rãs
das Contas
Carinhanha
Japoré
Verde Pequeno
1702
Arraial de Matias Cardoso
Maravilha
Povoações novas começando do rio Verde Pequeno até o rio Verde Grande
Povoações do Rio Pardo
Brejo do Salgado
1702
Pardo
1732
1731-1732
Urucuia
São Romão
Verde Grande
Gorutuba
Vacaria
Jequitinhonha
Porto Seguro
Povoação onde o Araçuaí faz barra no Jequitinhonha
Tocambira
Água Suja
Sucuriú
Barra do Rio das Velhas
Santa Cruz da Chapada
Paracatu
Capivari
1731-1732
Fanado
Arraial de São Pedro
Araçuaí
1702
das Velhas
Doce
1702
Minas do ouro

O número indicado em cada via corresponde ao ano da referência documental mais antiga encontrada sobre ela. Essa me parece a estratégia de abordagem historiográfica mais conveniente para acompanhar a dinâmica de abertura das vias no espaço considerado, uma vez que, diferentemente dos outros elementos estruturantes da ocupação (a sesmaria, o posto militar, a povoação e a missão), o caminho, na maioria dos casos, não possui uma data definida de instalação. Um itinerário de centenas de quilômetros ao longo da paisagem sertaneja leva anos ou décadas para se estabelecer e se consolidar e, portanto, para muitas dessas vias não há como precisar um momento específico de abertura – ou, ainda que conheçamos o ano do início da instalação, não há como identificar, a partir dessa informação, o momento em que a rota passou a ser efetivamente utilizada e se tornou relevante como caminho de ocupação. Sem dúvida há exceções a essa imprecisão, como o caminho entre Cachoeira e a serra do Orobó, que, como vimos anteriormente, sabemos ter sido aberto no final de 1657 e já estar frequentado no início do ano seguinte.

Por volta de 1698 é mencionado o caminho que levava da cidade da Bahia ao São Francisco, passando pelas freguesias de Itapicuru, Lagarto, Itabaiana e Jeremoabo. Ele é sucintamente descrito pelo autor anônimo da "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco".[307] Segundo o autor, seria esse um dos três caminhos mais comuns entre a cidade da Bahia e os dilatadíssimos sertões. Sabemos tratar-se de uma das rotas mais antigas rumo ao interior baiano, já reportada, como lembra Capistrano de Abreu, por Martinho de Nantes, que mais de uma vez a utilizou entre 1672 e 1683.[308] De fato, o missionário capuchinho atuou nas missões de Canabrava, entre os rios Itapicuru e Real, e de Uracapá, próxima da ilha são-franciscana da Assunção, acima do trecho encachoeirado de Paulo

[307] "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco", s.d. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários", 18/12/1698. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 21-22, 1909. Partindo de referências cronológicas sobre as missões religiosas, Vittorino Regni supõe que essa "Informação..." tenha sido escrita por volta de 1694-1696. Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a historia da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 210. Maria Fátima de Melo Toledo supõe que o autor anônimo do documento seja "o bispo D. João Franco de Oliveira, que, pouco antes de 1700, passou em visita, pela primeira vez, as paróquias do São Francisco". Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 47.

[308] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 257-310. p. 273.

Afonso.[309] Não há, contudo, informações seguras sobre a existência de um caminho frequentado nos tempos de Martinho de Nantes; daí ter preferido apoiar-me na descrição do autor da “Informação...”.

Esse deve ter sido o primeiro itinerário de comunicação entre o Recôncavo Baiano e o rio São Francisco. Na sua primeira metade, o caminho corria relativamente próximo da faixa costeira. Encontrava o São Francisco já no seu trecho inferior, o que permitia descer o rio e retornar à Bahia por mar. Além disso, passava por várias missões religiosas, indicadas pelo autor da “Informação...”: as jesuíticas Nossa Senhora do Socorro, Canabrava, Saco dos Morcegos, Natuba e Manguinho e as franciscanas Santo Antonio e Santíssima Trindade.

A “Informação...” parece ter sido escrita como subsídio para a emissão, pelo Conselho Ultramarino, de consulta sobre o estado das missões da Bahia.[310] No texto da consulta os conselheiros fazem uma curiosa correção das informações prestadas pelo autor anônimo, afirmando que seriam sete, e não três, os caminhos principais que entravam no rio São Francisco a partir do Recôncavo Baiano. Esses caminhos, segundo os conselheiros, seriam denominados Jacaré, Jeremoabo, Vaza-Barris, Jacobina, Morro do Chapéu, Rumo e Peruaçu. Os caminhos do Jeremoabo e do Vaza-Barris devem corresponder à mesma rota (ou a rotas próximas) descrita pelo autor da “Informação...”. Para os caminhos Jacaré e Rumo não encontrei aproximações razoáveis; um dos afluentes do São Francisco, pela margem direita, é o rio Jacaré, mas apenas essa identidade de nomes não basta para sugerir alguma inferência.

A menção aos caminhos do Peruaçu, Jacobina e Morro do Chapéu, por outro lado, coincide com um conjunto de informações fornecidas, apenas quatro anos depois, por Domingos Afonso Sertão.[311] Trata-se de uma carta do sertanista para o governador-geral, de 1702,

[309] Martinho de Nantes, padre. *Relação de uma missão no Rio São Francisco* : relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. [1706]. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
[310] “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários”, 18/12/1698. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 21-22, 1909.
[311] [Carta de Domingos Afonso Sertão para o governador-geral], 15/01/1702. ACC, Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 399-400 e 395-396 (cópia). Publ. em Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 401-402. O manuscrito constante do Arquivo da Casa de Cadaval não está assinado. Na década de 50 do século XX, as historiadoras portuguesas Virgínia Rau e Maria Fernanda Gomes da Silva produziram um vasto e detalhado catálogo sobre os manuscritos daquele arquivo relativos ao Brasil, no qual atribuíram a autoria do documento ao sertanista. Suponho que as pesquisadoras tenham tido acesso a alguma informação objetiva sobre essa autoria, talvez à própria assinatura, possivelmente em folha próxima ao documento em questão, que depois se perdeu. Tendo em vista a qualidade e

atendendo a solicitação de Dom João de Lencastro para que o informasse dos caminhos, povoações e distâncias que havia da cidade da Bahia até a última povoação para a parte do norte, caminhando para o Maranhão pelo sertão. Sertão ampliou o pedido original, abordando na sua carta os principais caminhos que percorriam o interior da capitania da Bahia e o conectavam às regiões vizinhas. O texto, apesar de sucinto, é um dos mais valiosos para o tema estudado, tanto por se tratar, como vimos na primeira parte deste trabalho, de um dos sertanistas mais experientes da América portuguesa, como por estarmos diante de um dos primeiros documentos sobre a situação geral dos caminhos baianos num momento histórico especial, quando avançava o povoamento luso-brasileiro do interior da capitania e de áreas vizinhas como as minas do ouro e o Piauí.

No início da carta, visando atender à demanda específica colocada pelo governador-geral, Sertão aborda o caminho entre a Bahia e o Maranhão. Segundo o autor, uma estrada coimbrã[312] partia da cidade da Bahia, passava pela Jacobina[313] e daí atingia o rio São Francisco, na altura da barra do "riacho" Pancaruí.[314] O sertanista estimava que esse percurso tivesse 130 léguas.[315] Seguia-se então pela margem direita do São Francisco acima por 20 léguas, chegando a uma estrada, também coimbrã, que se iniciava na outra margem e dava acesso aos primeiros núcleos de povoamento luso-brasileiro do Piauí, localizados, sempre segundo o autor, nos rios Canindé, Piauí e Parnaíba. Entre o rio São Francisco e os primeiros currais de gado do Piauí o autor estimava uma distância de 40 léguas.

---

a fidedignidade do catálogo, que vem sendo utilizado pela historiografia desde a sua elaboração, assumo, neste trabalho, que a atribuição da carta a Domingos Afonso Sertão é indubitável. Rau, Virgínia Roberts; Silva, Maria Fernanda Gomes. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: Universidade, 1954. v. 2, p. 34.

[312] Coimbrã (no sentido metafórico): caminho real, direito, e trilhado sem atalhos nem rodeios. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 365.

[313] Quando escreve Sertão a ligação entre a cidade da Bahia e a Jacobina já estava consolidada há pelo menos dez anos, sendo uma estrada de carro, batida e provida com povoações de apoio em cada jornada. "Carta para Mendo de Fojos Pereira Secretário de Estado sobre o descobrimento do salitre", 13/07/1692. BA. 51-V-42, fls. 18v-19.

[314] Trata-se, segundo o atlas de Halfeld, de um curso fluvial entre Juazeiro e o lugar de Manisova (Maniçoba), na margem direita do rio São Francisco. Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco :* desde a Cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. 2. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. Edição fac-similada. p. 21. Suponho que possa se tratar do riacho Poço Comprido, cuja foz localiza-se na margem direita do São Francisco, a aproximadamente 40 quilômetros a nordeste de Juazeiro. O rio Pancaruí, com variações de grafia, é citado em cartas patentes concedidas no sertão baiano.

[315] Para efeitos comparativos, a distância atual, por rodovia, entre Salvador e Juazeiro é de 500 quilômetros, que correspondem a cerca de 75 léguas portuguesas antigas. A estrada direta de Domingos Afonso Sertão correspondia, portanto, a quase o dobro da distância pelas rodovias atuais.

A ligação entre o São Francisco e o Piauí é documentada em outra fonte, escrita cinco anos antes da carta de Domingos Afonso Sertão. Segundo o padre Miguel do Couto Carvalho, autor da "Descrição do sertão do Piauí",[316] seriam dois os caminhos entre os novos núcleos de povoamento do Piauí e o rio: o primeiro iniciava-se nas cabeceiras do rio Piauí e desembocava na fazenda Sobrado, localizada nas margens do São Francisco, 10 léguas acima de Sento Sé; o segundo fora aberto das cabeceiras do rio Canindé para sair numa corredeira do São Francisco chamada cachoeira de Domingos Afonso. Miguel do Couto informa ainda que cada uma das vias teria 40 léguas de extensão, percorrendo "matos desertos, em que se não acha água no tempo da seca".

As referências, em ambos os caminhos, a Domingos Afonso Sertão são notáveis. A fazenda Sobrado, estabelecida na margem esquerda do rio, era de propriedade do sertanista; segundo Accioli, teria sido dali que ele partiu para a conquista do Piauí.[317] A segunda referência é óbvia, ainda que não tenha localizado a cachoeira de Domingos Afonso nesse trecho do São Francisco.

Dos núcleos pioneiros do Piauí seguia-se para os núcleos de povoamento do interior do Maranhão e daí até São Luís do Maranhão. Cem léguas eram cumpridas nesses últimos trechos, que faziam a comunicação entre o Piauí e o Maranhão, mas, ressalta Sertão, era "tudo despovoado pelo muito gentio bravo que por ali há".

Nesse ponto da carta Domingos Afonso Sertão introduz informações que interessa destacar. Segundo ele, do Piauí havia caminhos para o Ceará, Rio Grande, Paraíba e Pernambuco, todos eles passíveis de trânsito de carros e cavalos, podendo os comboios abastecer-se de gado e farinha nas fazendas locais. A exceção era exatamente o trecho "despovoado" entre o Piauí e o Maranhão. Essa informação do autor incide exatamente sobre o trecho mais problemático da comunicação entre o Maranhão e a Bahia e confirma a avaliação algo intuitiva de Capistrano de Abreu, que suponho não conhecesse esse documento quando escreveu que

> o trecho mais difícil a vencer [no itinerário entre o Maranhão e a Bahia] ficava no Maranhão propriamente dito: nos rios Piauí e Canindé, nas ribeiras do Ceará, a uma

[316] Couto, Padre Miguel do. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco", 02/03/1697. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v, p. 370-389.
[317] Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1919-40. v. 2, p. 132.

> e outra margem do São Francisco já abundavam fazendas de gado e deviam existir numerosas vias de comunicação.[318]

Um quadro completamente diferente, no entanto, é apresentado pelo padre Miguel do Couto. Haveria um caminho seguido (contínuo), estimado em 90 léguas, entre o Piauí e o Maranhão. Por essa via já teria se iniciado, em 1697, quando escreve esse autor, tráfego comercial entre as duas regiões, trocando-se redes, panos de algodão e cuias do Maranhão por vacas do Piauí. A comitiva de uma autoridade que viajava pelo caminho em janeiro do mesmo ano topara com *tapuias* bravos, chamados aroatizes e goanares, com os quais conseguira ajustar as pazes. A expectativa do padre era de que essa paz perdurasse, mantendo-se o caminho sem impedimento, com evidente vantagem para o comércio.

Outra divergência do mesmo tipo, desta vez com os sinais trocados, destaca-se entre as duas fontes. Como vimos anteriormente, Domingos Afonso Sertão inclui os caminhos do Piauí ao Pernambuco entre as vias povoadas e facilitadas pela existência de numerosas fazendas de gado e de produção de farinha. Para Miguel do Couto Carvalho, por outro lado, os núcleos de povoamento luso-brasileiro do Piauí confinavam pelo leste com os "sertões desertos que correm para Pernambuco, pelos quais não se tem descoberto caminho nem se vadeiam, em razão dos muitos gentios bravos que neles habitam".[319]

O padre Miguel do Couto estava bem seguro das informações que prestava. Havia percorrido o sertão do Piauí durante mais de seis meses, por ordem do bispo de Pernambuco.[320] Figurava, em 1697, entre os fundadores da paróquia de Nossa Senhora da Vitória, o primeiro núcleo urbano do Piauí, aparecendo a sua assinatura em primeiro lugar nos documentos legais a respeito.[321] A sua longa descrição do sertão do Piauí inclui relações de fazendas e moradores

---

[318] Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 130. Capistrano nunca deixou o Brasil e a documentação arquivada fora do país à qual teve acesso lhe era comunicada da Europa por amigos pesquisadores. Os estudiosos da obra do historiador não mencionam o Arquivo da Casa de Cadaval.

[319] Couto, Padre Miguel do. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco", 02/03/1697. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v, p. 370-389. p. 371.

[320] AHU, Caixa 9, PA-Pe. Apud Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 196. Sobre o padre Miguel do Couto Carvalho, *vide* várias referências biográficas no bem documentado estudo de Marcos Galindo Lima. As circunstâncias que motivaram a jornada de Miguel do Couto são narradas em Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1946. v. 8, p. 268-270.

[321] (1) Termo da eleição que fizeram os moradores do sertão do Piauí; do lugar, para se fazer a Igreja de Nossa Senhora da Vitória; (2) Termo da obrigação dos moradores; (3) Termo da benção da nova capela e posse que se deu ao Reverendo Cura. In: Ennes. op. cit., p. 364-369.

estabelecidos nas ribeiras da região, bem como notícias gerais sobre a história e a geografia do novo território e uma relação de povos indígenas hostis que o habitavam. Pela minudência e precisão das informações, o texto de Miguel do Couto tem sido invariavelmente utilizado pelos estudiosos da história colonial do Piauí.

Estamos, portanto, num impasse entre duas fontes de igual relevância, escritas com um intervalo curto entre elas, ambas produzidas por homens experientes das regiões que descrevem. É possível afirmar, com razoável segurança, que Domingos Afonso Sertão estava certo quanto à incomunicação entre a Bahia e o Maranhão – ou melhor, entre o Piauí e o Maranhão. Como vimos, essa condição é mencionada por diversas fontes, antes e depois do momento em que escreve o sertanista, tendo sido objeto da ação, aparentemente sem sucesso, dos governadores-gerais do Brasil e do Maranhão. As evidências documentais indicam, portanto, que não se realizaram as expectativas do padre Miguel do Couto com relação ao caminho entre o Piauí e o Maranhão, não tendo, provavelmente, prosperado a atividade comercial que o autor indica em 1697.

Quanto ao caminho entre o Piauí e Pernambuco, também controverso, considero não termos elementos documentais para assumir uma posição a respeito. O autor anônimo do "Roteiro do Maranhão a Goiás pela capitania do Piauí",[322] que Capistrano de Abreu presume ter sido escrito na década de 70 do século XVIII,[323] elenca cinco estradas que partem do Piauí, mas deve-se atentar para o fato de que estava preocupado com a comunicação entre a capitania e a Bahia, por via do rio São Francisco. É possível que o autor tenha deixado de mencionar alguma rota para o Pernambuco, por não lhe interessar na ocasião. De toda forma, trata-se de uma fonte seis ou sete décadas posterior ao momento com o qual estamos lidando. Numa fonte contemporânea do relato de Miguel do Couto, representada por um requerimento de Domingos Jorge Velho, encontramos que o caminho entre o Piauí e o Pernambuco era "tão agreste, seco e estéril, que só quem o andou poderá entender o que ele é".[324] Note-se, no

---

[322] Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900.
[323] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 257-310. p. 284.
[324] "Requerimento que aos pés de V. Mag.de humildemente prostrado faz em seu nome, e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria são paulista de que é mestre-de-campo Domingos Jorge Velho, que atualmente serve a V. Mag.de na guerra dos Palmares, contra os negros rebelados nas capitanias de Pernambuco", s.d. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1o. v., p. 317-344. p. 318.

entanto, que, mesmo os autores que defendem o pioneirismo do paulista na conquista e ocupação do Piauí reconhecem o parcialismo da narrativa de Jorge Velho, construída com o objetivo de engrandecer os seus feitos aos olhos das autoridades coloniais e assim aceder às condições favoráveis que entendia lhe caberem por justiça.

Pode-se, ainda, especular sobre a possibilidade de um itinerário para o Pernambuco, a partir do Piauí, ter sido definido entre 1697, quando escreve Miguel do Couto, e 1702, quando escreve Domingos Afonso Sertão. Os núcleos de povoamento luso-brasileiro do Piauí cresciam significativamente nesse período, podendo ter demandado o estabelecimento de alguma comunicação com o Pernambuco. Mas deve-se lembrar, como ressaltei anteriormente, que um caminho novo nesses sertões levava anos ou décadas para se consolidar e de fato uma situação de impenetrabilidade como a descrita pelo padre não teria sido revertida nesse curto período de cinco anos.

Voltemos à região central da Bahia para acompanhar a descrição de Domingos Afonso Sertão de uma outra grande rota. Trata-se do caminho que ligava a cidade da Bahia a Jacobina e daí ao Morro do Chapéu, para sair no São Francisco, na altura da barra do rio Paramirim. Desse ponto a rota seguia pelo São Francisco acima, possivelmente por um caminho marginal ao rio, até a barra do rio das Velhas, de onde, viajando paralelamente ao curso desse último rio, chegava-se às minas do ouro. Sertão calcula 340 léguas para a distância total desse percurso. Informa ainda o autor que o longo trecho paralelo ao São Francisco (100 léguas) era todo povoado de currais de gado de uma e de outra banda. Mas o trecho paralelo ao rio das Velhas (também de 100 léguas) era despovoado.[325]

Um conjunto de três outros documentos, emitidos entre 1700 e 1701, permite-nos conhecer as circunstâncias históricas da abertura da extensa ligação da Bahia com a região das minas do ouro, que a partir de 1720 se tornaria a capitania das Minas Gerais. Em 7 de janeiro de 1700 o governador-geral dá conta ao rei de que, tendo recentemente se descoberto ouro nas

[325] Essa expressa referência documental ao despovoamento (luso-brasileiro) do rio das Velhas corroboraria a hipótese de Afonso Taunay, que combateu veementemente a tese de historiadores como Salomão de Vasconcelos, segundo a qual, quando os paulistas chegaram aos vales dos rios das Velhas e Paraopeba, em busca de ouro, já lá estariam instalados criadores de gado vindos do norte. Um dos principais argumentos de Taunay são as crises de abastecimento nas minas, de 1698 e 1700, que não teriam ocorrido se nos espaços vizinhos, como o rio das Velhas, já existissem zonas pecuárias. Uma retrospectiva desse debate historiográfico, no contexto da disputa regionalista da primeira metade do século XX, pode ser encontrada em Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

cabeceiras dos sertões da capitania do Espírito Santo, confinantes com os sertões de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia, resolvera despachar duas expedições para abrir caminho entre a costa e os novos focos auríferos.[326] Uma das entradas seria comandada pelo paulista João de Góis e Araújo, filho de um dos principais moradores da vila de São Paulo, Pedro Taques de Almeida.[327] João de Góis partiria da cidade da Bahia, onde estava então, com 30 voluntários, buscando as serranias onde estavam as nascentes dos rios Pardo, Doce, das Velhas e Verde (Grande). O governador-geral tinha obtido informações de que essas nascentes distariam aproximadamente 25 léguas das minas onde os paulistas se encontravam cavando ouro.[328]

A segunda entrada partiria da vila de São Jorge dos Ilhéus e seria comandada pelo baiano Pedro Gomes da Franca, neto do mestre-de-campo Pedro Gomes e capitão de infantaria de um dos terços da cidade da Bahia. Ele seguiria, com mais de cem voluntários, pelo rio Patipe acima, que distaria cerca de 80 léguas das nascentes dos quatro rios.[329] As duas expedições deveriam se reunir nas cabeceiras dos quatro rios (Pardo, Doce, das Velhas e Verde Grande), onde buscariam minerais preciosos e a partir de onde definiriam um caminho novo e mais breve para a cidade da Bahia.

A entrada de João de Góis seguramente levou mais de um ano, pois em 5 de março de 1701 o governador-geral menciona a sua chegada, poucos dias antes, das minas do ouro.[330] Trata-se de uma carta de João de Lencastro para o próprio explorador, na qual pede informações sobre as fontes de abastecimento de mantimentos e de gado de que podiam se valer as novas regiões mineradoras. Deveria ainda João de Góis informar qual seria o caminho mais cômodo e fácil

---

[326] [Carta de Dom João de Lencastro para o rei], 07/01/1700. BA, 51-IX-33, fls. 471-471v. Note-se que o governador-geral se refere às novas minas, que se tornariam as Minas Gerais, a partir do referencial da capitania costeira do Espírito Santo. Essa referência mostra a perspectiva da autoridade que está no litoral e situa as minas a partir desse ponto de vista.

[327] Pedro Taques de Almeida foi capitão-mor da capitania de São Vicente de 1684 a 1687. O linhagista Pedro Taques não cita João de Góis de Araújo entre os filhos do capitão-mor. Informa, contudo, que ele teve vários filhos que, por terem falecido solteiros, não foram mencionados pelos pais nos seus testamentos. Como se sabe, os testamentos e inventários paulistas constituíam uma das fontes principais da pesquisa empreendida pelo autor. Leme, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica.* [1784]. 5. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. v. I, p. 146-151.

[328] É evidente a desinformação geográfica de João de Lencastro sobre esses espaços recentemente incorporados à esfera de ação luso-brasileira.

[329] Patipe é o nome tomado pelo rio Pardo na zona costeira, no trecho próximo da sua foz, que está no atual município baiano de Canavieiras. Há aqui uma discrepância, pois Ilhéus, de onde partiu a segunda entrada, está ao norte de Canavieiras e não é banhada pelo rio Patipe ou Pardo.

[330] [Carta de Dom João de Lencastro para João de Góis de Araújo], 05/03/1701. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 482. Publ. em Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 393.

para o transporte de suprimentos para as minas – o de São Paulo e Rio de Janeiro ou o dos currais da Bahia.

No dia seguinte João de Góis responde ao governador-geral e nos fornece as informações mais importantes desse conjunto de documentos.[331] Preliminarmente, o explorador contextualiza as circunstâncias que envolveram a abertura do caminho entre as minas e a Bahia.[332] Fora ele escolhido, em 1700, pelos mineradores que trabalhavam nas novas jazidas, para levar ao governador-geral requerimento no sentido de que se abrisse essa nova via, pois o caminho então existente, a partir de São Paulo e do Rio de Janeiro, não atendia à demanda de abastecimento da região mineradora. João de Góis fizera a viagem por terra e apresentara o requerimento a Dom João de Lencastro na cidade da Bahia, o que explica a sua escolha para chefiar uma das expedições ordenadas pelo governador-geral.

João de Góis informa que a cidade do Rio de Janeiro e as vilas (paulistas) do sul tinham pouco gado, que mal bastava para os engenhos e as lavouras das vizinhanças. Nas áreas do sul, segundo o explorador, não havia a largueza de campos e pastos característica do rio São Francisco, por serem terrenos montanhosos e ásperos. O gado criado nessas regiões não era, portanto, suficiente para abastecer as minas. E, mesmo se o fosse, teria que atravessar serras fragosas, ásperas e empinadas, que mal permitiam a passagem de um homem a cavalo ou a pé, e vadear os rios Paraíba, Grande e das Mortes, que somente podiam ser cruzados em canoas, embarcações que não comportavam a condução de gados. Tornava-se, assim, imprescindível haver uma comunicação por terra entre as minas, os currais do São Francisco e a Bahia.

O resultado da expedição liderada por João de Góis fora exatamente a abertura desse novo caminho. Quando chegara ao seu termo, já na região das minas, o explorador fora entusiasticamente recebido pelos mineradores, que imediatamente se animaram a ir buscar nos currais do São Francisco o gado de que necessitavam. Um genro e dois cunhados de Manuel da Borba Gato, que assistia nas minas, seguiram com João de Góis em parte da sua

---

[331] [Carta de João de Góis e Araújo para Dom João de Lencastro], 06/03/1701. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 482-483. Publ. em Antonil, op. cit., p. 393-395.

[332] João de Góis cita nominalmente os núcleos mineradores de Itaberaba, Tocambira e Caeté. O primeiro é, sem dúvida, o núcleo que mais tarde se tornaria a cidade minera de Itaverava, ao sul de Ouro Preto (não confundir com a atual cidade baiana de Itaberaba). O terceiro é a atual cidade mineira de mesmo nome, vizinha de Sabará. O segundo núcleo deixa alguma dúvida. Comumente a historiografia especializada tem transcrito o topônimo Tocambira como Itacambira, núcleo aurífero localizado na região do médio Jequitinhonha, centenas de quilômetros ao norte das primeiras jazidas encontradas, que eram o objetivo das expedições organizadas por Dom João de Lencastro.

viagem de volta à Bahia. Uma vez chegados ao arraial de Matias Cardoso, lá se abasteceram do que precisavam e retornaram às minas. Para o explorador, essa era a prova cabal da importância do caminho que abrira: se as regiões sulinas pudessem abastecer de gado as minas, por que se resolveriam os mineradores a irem buscá-lo no São Francisco, por um caminho que para eles ainda estava inculto?

Esse conjunto de documentos é importante não só quanto ao tema dos caminhos. Além de mostrarem que a ligação viária da Bahia com as minas do ouro é posterior aos primeiros achamentos do metal, desfazem a ideia de que o rio das Velhas já estivesse ocupado por fazendas de gado na primeira fase da extração aurífera. A documentação mostra, pelo contrário, como vimos, que era necessário buscar gado nos currais da Bahia ou, como indica mais precisamente a carta de João de Góis e Araújo, no rio São Francisco. O mesmo afirma Artur de Sá e Meneses, governador da capitania do Rio de Janeiro, em carta a Dom João de Lencastro, de 30 de novembro de 1701, escrita durante a estada do primeiro nas minas.[333] A carta é emitida da povoação do Rio das Velhas, futura Vila Real de Sabará, nas margens do alto-médio rio das Velhas. Escrevendo nesse lugar, que era então o núcleo luso-brasileiro mais importante do vale do rio, Meneses informa da falta de mantimentos nas minas e da necessidade de se mandar buscar gado nos currais da Bahia e de Pernambuco. Como informará Domingos Afonso Sertão apenas um mês e meio depois, na carta que vimos acompanhando e é uma das chaves para a compreensão das ligações viárias do sertão baiano, o rio São Francisco estava, no período, ocupado por fazendas de gado nas duas bandas, mas o rio das Velhas não era ainda povoado (por luso-brasileiros).

A documentação relativa à entrada de João de Góis e Araújo é ainda importante por revelar que a abertura do chamado "caminho dos currais e Bahia", a extensa via que ligava o Recôncavo Baiano, o São Francisco, o rio das Velhas e as minas, foi obra de um minerador paulista, agindo por ordem de Dom João de Lencastro.[334]

---

[333] "Cópia da carta que Artur de Sá e Meneses, governador do Rio de Janeiro, escreveo ao S.r Dom João de Lancastro, governador e capitam geral deste Estado do Brasil", 30/11/1700. In: Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 355-356.

[334] Sobre a abertura do caminho, *vide* ainda carta de Dom João de Lencastro ao rei, em que o governador-geral refere-se à importância de se criarem duas vilas, uma na barra do rio das Velhas e a outra na barra do rio Verde Grande, por serem os únicos lugares abundantes de mantimentos naqueles sertões. Esses lugares já estariam, segundo o autor da carta, ligados às minas e à cidade da Bahia pelo caminho que ele mandara descobrir. "Cópia do papel que o S.r Dom Joam de Lancastro fez sobre a recadaçam dos quintos do ouro das minas que descobrirão neste Brazil, na era de 1701", 12/01/1701. Arq. Casa Cadaval – Cód. 1087, ff. 488-490. Apud Antonil, op. cit., p. 397-400.

Uma outra fonte de interesse para o tema é a "Informação sobre as minas do Brasil", escrita por volta de 1705, na qual o autor anônimo mencionou genericamente as ligações viárias entre as minas do ouro e os sertões do norte, São Paulo e o Rio de Janeiro.[335]

Também Antonil, cuja quarta parte da obra, segundo Andrée Mansuy Diniz Silva, teria sido escrita entre 1707 e 1709,[336] confirma a existência, no início do século XVIII, de uma extensa rota paralela ao rio São Francisco e ao rio das Velhas, conectando o sertão da Bahia às minas do ouro.[337] Tanto o jesuíta quanto o autor anônimo da "Informação sobre as minas do Brasil" apontam o arraial de Matias Cardoso, na foz do rio Verde Grande, como o ponto a partir do qual inicia-se o trecho são-franciscano do caminho. Como vimos, para Domingos Afonso Sertão o caminho encontra o rio na foz do Paramirim, bem mais ao norte do que o arraial.

Sertão é o primeiro, entre as fontes consultadas, a mencionar a existência de uma extensa alternativa à ligação, pela Jacobina, entre a cidade da Bahia e as minas do ouro. Essa segunda rota perseguia o curso do rio Paraguaçu e encontrava o São Francisco na altura da barra do rio das Velhas, tornando o itinerário total muito mais breve. Ressalta o autor que o caminho, embora bem mais curto, era "despovoado".[338]

Suponho que essa rota fosse a mesma a que Antonil se refere como "caminho novo e mais breve", aberto por João Gonçalves do Prado.[339] Pelo menos cinco longos trechos a compunham: ao longo do rio Paraguaçu; da região das nascentes do Paraguaçu e alto rio das

---

[335] "Informação sobre as minas do Brasil", [c.1705]. *ABN*, Rio de Janeiro, v. LVII, p. 172-186, 1935.

[336] Silva, Andrée Mansuy Diniz. Introdução. In: Antonil, op. cit., p. 47.

[337] Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 269-273.

[338] Pela primeira opção, gastavam-se 12 dias para percorrer apenas a distância entre a cidade da Bahia e a Jacobina. "Carta escrita da cidade da Bahia com notícias de Pernambuco a respeito do tiro que deram no Governador Sebastião de Castro e Caldas; da sua fugida para a Bahia; dos desacatos do Povo, e como se portou o Bispo etc.: da descoberta de minas na Bahia e a desordem da gente de São Francisco contra o seu Vigário e das medidas tomadas: escrita na Bahia a 6 de Novembro de 1710", 06/11/1710. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 7,3,1, n. 2. Pelo caminho novo, que, como discuto a seguir, suponho fosse o mesmo que Antonil refere como de João Gonçalves do Prado, estimo, a partir dos dados do jesuíta, que se gastassem 23 dias no trajeto total. Antonil, loc. cit.

[339] Devo registrar, não obstante, que na sua referência a essa via "que de novo [recentemente] se abriu", Sertão não menciona o rio Verde Grande, eixo fluvial decisivo para a nova rota. E a sua referência às proximidades da barra do rio das Velhas como o lugar de encontro do caminho com o São Francisco não está exatamente correta: o campo da Garça ficava a aproximadamente 150 quilômetros, em linha reta, da foz do rio das Velhas. Ainda que com essas ressalvas, não tenho dúvida de que Sertão se refere ao caminho de João Gonçalves do Prado, descrito por Antonil sete anos depois. É muito pouco provável que houvesse uma terceira rota, além do antigo caminho pelo São Francisco e do novo caminho de João Gonçalves do Prado, a percorrer esses sertões nos primeiros anos do Setecentos.

Contas até a nascente do Verde Pequeno; ao longo do Verde Pequeno e Verde Grande; das proximidades da nascente do Verde Grande até o ponto que Antonil denomina “campo da Garça” (Morro da Garça, MG); desse ponto, pelo rio das Velhas, até as minas do ouro. A sucinta referência de Domingos Afonso Sertão ao despovoamento não permite inferir a que trecho do caminho o sertanista se referia.

5.4 Vias fluviais

Na última parte da sua carta, Domingos Afonso Sertão aborda um elemento que nos interessa de perto: a relação de complementaridade que tinham com os caminhos terrestres as rotas fluviais de circulação. Informa o autor que “todas” as pessoas que viajavam das minas até a cidade da Bahia faziam-no por via fluvial até certa altura do São Francisco, seguindo por terra a partir daí. Canoas eram utilizadas para descer o rio das Velhas até a sua foz e daí continuar São Francisco abaixo. O caminho por terra até a cidade da Bahia, como vimos, podia ser tomado em pelo menos três pontos nessa primeira década do Setecentos: no arraial de Matias Cardoso, na barra do Paramirim ou na barra do Pancaruí.

No sentido inverso, da Bahia para as minas, não se podia viajar pelos dois rios, em razão das fortes correntezas. Utilizavam-se então, segundo Domingos Afonso Sertão, os caminhos terrestres paralelos ao curso dos rios, que serviam, inclusive, para o transporte de gado do São Francisco para as minas.

Também na “Informação sobre as minas do Brasil” encontramos referência às viagens de canoa pelo São Francisco, conforme resumi em outra oportunidade:

> Segundo o autor da “Informação sobre as minas do Brasil”, os paulistas, antes mesmo dos primeiros achamentos de ouro, já andavam pela futura área mineradora, a cortar árvores e a fabricar canoas. Para isso aproveitavam a riqueza em madeira da mata atlântica que cobria boa parte da região e fornecia a matéria-prima para a fabricação das embarcações, nas quais desciam o rio das Velhas e o médio São Francisco até a cachoeira de Paulo Afonso. Chegados os navegantes a esta barreira natural, as canoas eram negociadas pelo dobro do valor de sua confecção nas minas, pois se tornavam valiosas na região de caatinga, pobre em árvores que pudessem ser usadas no seu fabrico. Além do lucrativo negócio, aproveitavam-se os paulistas da suavidade, brevidade e baixo custo da viagem pelo rio. O trecho entre o rio das Velhas e a cachoeira de Paulo Afonso podia ser coberto em apenas quinze dias, sem a necessidade de gastos com a compra de cavalos, cujo preço era alto nas minas.[340]

[340] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. p. 163-164.

Ou seja, para o autor do manuscrito os navegantes paulistas desciam ainda mais o São Francisco, percorrendo-o até a cachoeira de Paulo Afonso. Não é demais ressaltar a extensão percorrida de canoa por esses viajantes, que, como uma prática habitual, navegavam por todo o rio das Velhas e a partir daí pelo rio São Francisco até a cachoeira – uma jornada fluvial que, dois séculos depois, Richard Burton realizaria como uma aventura.[341] Computando-se a extensão conhecida do rio das Velhas e utilizando-se o atlas de Halfeld para o cálculo do trecho percorrido ao longo do São Francisco, temos um total de 2.900 quilômetros percorridos nessa viagem fluvial.

A "Informação..." é um texto abrangente, provavelmente escrito pelo ocupante de um cargo de relevo na América portuguesa, que utiliza as informações de que dispõe para argumentar em favor de pontos de vista pessoais sobre a administração e a economia da colônia. Outros documentos possibilitam uma aproximação maior dos saberes e das técnicas desenvolvidos na ocupação dos sertões e na circulação sertanista pelos rios.

Na dissertação de Mestrado estudei um mapa sertanista, que deve ter sido elaborado na primeira metade do século XVIII, em que é representado o percurso fluvial, de canoa, entre a cidade de São Paulo e a vila de Pitangui.[342] Uma tábua de distâncias e notas informativas ajudam a compreender como se dava o contato, por via aquática, entre os dois lugares, que envolvia a circulação por seis rios e a travessia a pé de um varadouro, na qual as canoas eram transportadas nas costas. Essa rota fluvial entre São Paulo e o alto São Francisco é confirmada pelo mapa do padre Jacobo Cocleo, da última década do século XVII, onde se lê a seguinte nota histórica, neste caso alusiva ao trajeto entre a vila de São Paulo e o rio Indaiá: "caminho do capitão João Freire Farto fez aqui canoas, com que desceu ao Rio de São Francisco".[343]

---

[341] Burton, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

[342] "Cours de la rivire de S. Franc.º et la navitation que fait de S.t Paul jusquax Mines de Pitangui", [17--]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia. ARC.030,01,012. Essa carta geográfica é certamente posterior a 1715, pois já se refere à "vila de Pitangui", categoria a que foi elevada a povoação naquele ano. Para um estudo dessa fonte, *vide* Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. p. 133-135.

[343] "Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo", [s.d.] AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798. Segundo Carvalho Franco, João Freire Farto, entre outras ações, foi um dos paulistas que acompanharam Matias Cardoso de Almeida na campanha contra os índios do nordeste da colônia. Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 147-148.

Dois documentos mais antigos, ambos da terceira década do século XVII, ainda não explorados sob esse ponto de vista, descrevem extensas rotas fluviais entre a vila de São Paulo e os sertões do norte. O primeiro é a reconstituição de uma viagem de milhares de quilômetros entre São Paulo e o interior do Pará e do Maranhão, realizada entre 1613 e 1614, passando pelos rios Paraná, Tocantins e Araguaia.[344] O objetivo era "correr mundo e como à caça do gentio". Segundo Carvalho Franco, a expedição era comandada por André Fernandes, destacado sertanista de São Paulo. Pero Domingues, cuja informação oral gerou o relato redigido pelo jesuíta Antonio de Araújo, teria sido o escrivão da bandeira.[345]

Serafim Leite sintetiza em poucas linhas a importância desse relato como registro da mais extensa incursão paulista rumo aos sertões do norte. Para o historiador jesuíta o documento

> tem este singular valor, porque é o primeiro a descrever a comunicação interna de S. Paulo ao Pará, e porque esta entrada significa, sob o aspecto geográfico, o maior arranque paulista, na cronologia bandeirante, para a penetração, via norte, do hinterland brasileiro. Só muitos anos mais tarde será ultrapassada.[346]

Para os propósitos deste trabalho, interessa especialmente a última parte do relato, na qual o redator, Antonio de Araújo, insere comentários pessoais de estímulo à missionação jesuítica entre os índios do Maranhão. O trabalho religioso seria facilitado por se realizar em regiões

---

[344] "Informação da entrada que se pode fazer da vila de S. Paulo ao Grande Pará, que é o verdadeiro Maranhão, chamado também Rio das Amazonas, cuja barra está na costa do mar de Pernambuco contra as Antilhas 340 léguas, e da Bahia do Salvador 440. Dada por Pero Domingues um dos trinta portugueses que da dita vila o foram descobrir no ano de 1613. Conformam com ele os mais companheiros que hoje vivem", [1623]. In: Leite, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 103-111. Esse documento e o seguinte me foram sugeridos pela leitura da tese de doutoramento de Marcos Galindo Lima, que os utilizou em outro contexto. Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 67 et seq. Cabem duas ressalvas à suposição do autor de que o primeiro relato seria o "mais remoto registro do afamado 'caminho do Maranhão'". O caminho do Maranhão era uma rota buscada, como discuti acima, entre a costa norte-sul e a costa leste-oeste; ou, mais precisamente, tratava-se de encontrar um caminho que ligasse núcleos importantes da primeira costa, em especial a cidade da Bahia, a São Luís do Maranhão. Não me parece que um trajeto partido de São Paulo em direção aos sertões do norte possa ser associado a esse caminho. A suposição enfrenta também dificuldades cronológicas: Capistrano de Abreu relata pormenorizadamente tentativas de abrir a rota para o Maranhão, duas delas anteriores à expedição narrada no importante documento revelado por Serafim Leite. Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 71 et seq. Os documentos transcritos por Serafim Leite foram também estudados por Carvalho Franco e por Jaime Cortesão, ambos na década de 50 do século passado. Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil:* séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 150-152. Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. t. I, p. 392-393.

[345] Carvalho Franco, *op. cit.*, p. 150. As informações de Carvalho Franco são sempre referenciais, mas a dúvida é inevitável: se Pero Domingues fora o escrivão da bandeira, porque deixara a outro a tarefa de escrever o relato?

[346] Leite, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 101.

largamente servidas por rios, o que evitaria as sedes frequentes que atormentavam os missionários que incursionavam pelos sertões; proveria de caça, mel, peixe e farinha (feita de palmeiras) os expedicionários; possibilitaria o transporte de grande quantidade de farinha de mandioca em canoas, poupando os índios do imenso trabalho de levá-las nas costas e possibilitando estender as jornadas diárias; evitaria as doenças provocadas pelo trabalho e caminhadas contínuas, bem como os ataques *tapuias* e picadas de cobras; evitaria a fuga, provocada pelo cansaço das longas caminhadas e pela falta de alimentos, de índios que os missionários tivessem convencido a acompanhá-los; estimularia o engajamento dos missionários, pela facilidade de navegação e de manutenção durante as incursões. O último argumento do religioso é de ordem circunstancial: em São Paulo habitavam alguns índios que, tendo participado da expedição de 1613, poderiam atuar como guias em futuras incursões às mesmas regiões. Prova disso tudo é que cinquenta moradores da vila já tinham manifestado a disposição de irem com as suas famílias a povoar as margens do rio Pará.

A cuidadosa argumentação do jesuíta nos coloca diante de uma verdadeira leitura fluvial da conquista religiosa dos índios do interior da América portuguesa. Os elementos hídricos tornam-se o sustentáculo material do trabalho missioneiro e do avanço da conquista espiritual dos sertões. A circulação pelos rios, na leitura do redator do relato, de alguma forma retira o viajante do meio desconhecido e ameaçador dos sertões, poupando-o dos perigos e das carências que caracterizam as viagens por terra. Num jogo de oposições, os cursos fluviais são apresentados como espaços de abundância e de segurança, contrapondo-se à escassez e às ameaças do meio terrestre. Aqui, portanto, a rota fluvial e o caminho não estão, como em outros documentos, em relação de complementaridade, mas de oposição. A possibilidade da viagem pelos rios "facilita" o trabalho a ser realizado, tornando-o uma "recreação" para o corpo e para o espírito – de fato, *facilidade* é um dos termos que dá a chave para a compreensão da estrutura argumentativa dessa última parte do texto e, em suma, da principal finalidade com que foi elaborado o relato. É notável, ainda, o olhar empático do redator jesuíta para o feito dos "aventureiros" paulistas. Lembremo-nos de que estamos a apenas dezessete anos da expulsão dos jesuítas da capitania de São Vicente (1640) e que a polêmica entre jesuítas e colonos a propósito da legitimidade da escravidão indígena se arrastava pelo menos desde Gabriel Soares de Sousa. Poderia surpreender, portanto, que um jesuíta descreva com simpatia uma expedição que ele mesmo caracteriza como de caça ao índio. É que, tendo aberto uma rota "fácil" para que o missionário jesuíta atinja o coração dos impenetráveis sertões do norte, de alguma forma o paulista caçador de índios se redimiu aos olhos de Deus.

O segundo documento revelado por Serafim Leite descreve uma outra expedição, realizada, segundo Jaime Cortesão, por volta de 1625.[347] É traçada a rota fluvial entre a vila de São Paulo e o rio São Francisco, passando pelos afluentes do Paranaíba, denominados Anhembi, Iguaçu (Grande) e Aguapeí. O itinerário atinge os portos dos amoipiras, que estão a 15 dias de jornada pelo São Francisco abaixo, a partir da barra do rio Paracatu, ou seja, no espaço central do sertão baiano. A redação do relato é também do jesuíta Antonio de Araújo, a partir das informações orais de Pero Domingues, que participara da viagem.

Para os fins deste estudo, o documento é importante por demonstrar que a comunicação entre a vila de São Paulo e o rio São Francisco já era realizada e estava documentada na terceira década do século XVII. Exploradores paulistas já teriam atingido o rio bem abaixo da embocadura do Paracatu, na altura, segundo os cálculos de Marcos Galindo, da atual cidade de Bom Jesus da Lapa.[348] Trata-se, ainda, de um dos mais antigos registros das rotas fluviais de circulação do interior da América portuguesa. O argumento desse segundo relato é o mesmo do primeiro: pelos rios, de canoa, se viaja melhor do que por terra, a pé. Antonio de Araújo acrescenta, para comprová-lo, a informação de que, partindo da (cidade da) Bahia, pelos caminhos terrestres, missionários jesuítas haviam gastado mais de quatro meses na jornada até as aldeias amoipiras, padecendo fome e sede. "O que foi ocasião de que à volta se lhes tornassem para suas terras muitas das almas que consigo traziam", acrescenta, mostrando que o objetivo da entrada, de fazer o descimento de índios para aldeamentos litorâneos, em parte não se realizara. Mas agora, conhecida a rota fluvial descrita, os missionários poderiam chegar aos amoipiras com "facilidade" – o termo reaparece – em pouco menos de dois meses, viajando a seis léguas por dia.

Estamos, portanto, diante de dois relatos que podem ser pinçados de um período anterior ao limite temporal da pesquisa para corroborar as informações prestadas, quase oito décadas depois, por Domingos Afonso Sertão e pelo autor da "Informação sobre as minas do Brasil". Longos trajetos eram cumpridos por exploradores em canoas pelos rios do centro e do norte da América portuguesa pelo menos desde a terceira década do século XVII. Nos tempos de

---

[347] (1) "Relação dada pelo mesmo [Pero Domingues] sobre a viagem que de São Paulo fez ao rio de S. Francisco, chamado também Pará", [terceira década do século XVII]. In: Leite, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 113-116; (2) Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. t. I, p. 392.

[348] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 69.

Sertão e do autor da “Informação...”, as rotas pelo São Francisco e pelo rio das Velhas já eram suficientemente conhecidas para que comportassem viagens “regulares” a partir das minas do ouro. Já tinham deixado de ser exclusivamente rotas de exploração e de descimento de índios – ainda que essas atividades persistissem –, para se tornarem também vias fluviais entre duas regiões coloniais importantes – o Recôncavo Baiano e a as minas do ouro.

Até aqui a carta de Domingos Afonso Sertão nos serviu como guia para recuperarmos a situação dos caminhos sertanejos nos primeiros anos do século XVIII, tal como foi descrita por um dos sertanistas mais atuantes da América portuguesa. A maior parte dos principais caminhos, como se vê no Mapa 2, já estava aberta quando escreveu Sertão e foi por ele registrada. Outras vias foram abertas e documentadas depois disso.

A primeira delas é a estrada aberta por Pedro Barbosa Leal por volta de 1724, entre a Jacobina e a nova vila do Rio das Contas.[349] O sertanista fora o responsável pelas medidas administrativas de criação da vila, tendo escolhido o magistrado e organizado a cobrança e arrecadação dos quintos do ouro. O caminho foi criado no mesmo contexto de valorização de Rio das Contas e, segundo Felisbello Freire, tornou direta a comunicação dos núcleos pecuários de Sergipe e Piauí com as Minas Gerais.[350]

Com certeza Freire pensava na conexão viária estabelecida, ao sul, entre Rio das Contas e os núcleos mineradores de Tocambira (Itacambira) e do vale do Araçuaí (Minas Novas). Ou seja, o caminho aberto por Leal colocou em contato a antiga região da Jacobina, ocupada por luso-brasileiros bem antes das primeiras descobertas do ouro baiano, e as novas áreas de extração aurífera de Rio das Contas e dos demais núcleos citados.

Os caminhos que conectavam a Jacobina, Rio das Contas, Tocambira e Minas Novas foram percorridos e registrados pelo explorador Joaquim Quaresma Delgado, designado pelo governador-geral para fazer o reconhecimento territorial das novas regiões auríferas e da sua conexão com a cidade da Bahia. Delgado viajou entre 1731 e 1732 e elaborou minuciosos

[349] Em janeiro de 1725 o governador-geral dá conta ao rei da abertura do novo caminho. [Carta de Vasco Fernandes Cezar de Menezes ao rei], 19/01/1725. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 133.
[350] Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil* [1906]. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. p. 157.

roteiros dos territórios que percorreu.[351] Por meio do seu relato podemos saber que esses caminhos estavam abertos e povoados por criadores de gado na quarta década do século XVIII. E podemos acrescentar ao mapa outras vias de conexão do sertão baiano, tais como a que ligava Minas Novas ao São Francisco, correndo ao longo do Verde Grande, e a que ligava o São Francisco à região do Rio das Contas, pelo vale do Paramirim.

O estudo comparativo desses documentos mostra que a comunicação do Recôncavo Baiano com as minas foi sendo modificada, tornando-se progressivamente mais meridional, à medida que se ampliavam as descobertas de ouro. O caminho mais antigo, possivelmente anterior à mineração, deve ter sido pela Jacobina e Morro do Chapéu, atingindo o rio São Francisco na barra do Paramirim; em seguida passou a seguir pelo rio Paraguaçu, cortando a região do arraial de Mato Grosso (futura vila do Rio das Contas) e encontrando o São Francisco na barra do Verde Grande; o caminho de João Gonçalves do Prado encurtou o trajeto, evitando o São Francisco e atingindo diretamente o rio das Velhas; e, finalmente, a ligação por Tocambira permitiu chegar às Minas Novas e daí, rumo ao sul, ao Serro do Frio e à Vila Real do Sabará.[352]

Nessa sequência de modificações foi decisiva a opção pelo vale do Paraguaçu, deixando-se a longa volta por Jacobina e Morro do Chapéu. Mas, ainda que bem mais curta, a rota ao longo do rio apresentava problemas. Em 1720 o mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa foi comissionado pelo governo-geral para fazer o reconhecimento territorial da rota

---

[351] Os roteiros de Delgado foram publicados originalmente em três fontes da primeira metade do século XX: (1) Freire, op. cit.; (2) Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, 1929; e (3) Vianna, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935. Recentemente foram republicados e tratados geograficamente por Erivaldo Fagundes Neves e Antonieta Miguel em trabalho de reconstituição dos caminhos do sertão baiano. Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão*: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Editora Arcádia, 2007. Na dissertação de Mestrado utilizei dois dos roteiros como fonte para o estudo da região intermédia entre o médio superior São Francisco e o Verde Grande. Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. Estudei o conjunto dos roteiros de um ponto de vista teórico, abordando-os como *relatos de reconhecimento*, em Santos, Márcio Roberto Alves dos. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, p. 689-706, jul/dez 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000200021>. Acesso em: 27 set. 2009. *Vide* ainda uma resenha crítica da interpretação histórica proposta por Neves e Miguel em Santos, Márcio. [Resenha de] Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. *Politeia*: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 263-272, 2007. Disponível em: <http://www.uesb.br/politeia/v7/resenha1.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2009.

[352] Em 1735 os comboios gastavam entre 22 e 24 dias para percorrer a distância entre Minas Novas e a cidade da Bahia, por esse último caminho. [Carta de Pedro Leolino Maris para Martinho de Mendonça de Pina e Proença], 05/04/1735. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 22.

entre Cachoeira e as minas do rio das Contas.[353] O seu relatório constitui peça valiosa para se conhecer as condições do caminho ao longo do Paraguaçu.[354] Uma das dificuldades mencionadas por Pereira da Costa é a travessia entre o Boqueirão (atual município de Santa Terezinha/BA) e a vila de João Amaro. Segundo o autor, esse trecho era conhecido como travessia em razão da falta de água e de pastos para os cavalos, da inexistência de moradores e da esterilidade do terreno. Os viajantes pernoitavam em rancharias (choupanas), sendo a distância de uma à outra a medida de cada jornada. Diferentemente de outros cursos fluviais, o rio Paraguaçu não era navegável, nem mesmo em canoas, por causa das muitas cachoeiras e penedos do seu curso.[355]

As informações do engenheiro confirmam a caracterização de Capistrano de Abreu:

> Não seria excessivo chamar impermeável ao Paraguaçu, impermeável na marinha, impermeável no álveo, impermeável nas margens, salvo o oásis de Cachoeira. Só próximo às origens pôde utilizar-se e sua utilidade consistiu em dar passagem para outras bacias, para o rio das Contas, para o São Francisco.[356]

---

[353] "Instrução do que há de observar o Mestre-de-campo Engenheiro desta praça Miguel Pereira da Costa que por ordem deste governo-geral vai aos distritos das minas de ouro do rio das Contas a executar tudo o que nela se lhe encarrega", 13/04/1720. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXVIII, p. 306-308, 1945. Erivaldo Neves e Antonieta Miguel fizeram uma rápida reconstituição da vida e das atividades de Miguel Pereira da Costa até 1724, quando pediu adiantamento de soldos para tratamento de saúde em Lisboa. Os autores afirmam não se dispor de notícias do engenheiro depois que foi para Portugal. Neves; Miguel, op. cit., p. 27. Talvez interesse acrescentar alguns outros elementos biográficos. O requerimento só recebeu parecer (favorável) do Conselho Ultramarino em 1728. No ano seguinte há notícia certa de que Pereira da Costa se encontrava na Corte. Parece que o engenheiro retornou ao Brasil e tentou novamente viajar para Portugal, pois em 1733 o governador-geral informa ao rei que ele "continua com tal excesso que se acha louco e furioso, e por essa razão incapaz para embarcar para esse Reino". Um decreto de serviços de 1730 informa que Pereira da Costa teria adquirido a grave doença da qual padecia durante a jornada para Rio das Contas, de dez anos antes. O mesmo documento alude ainda à mercê por ele recebida, em retribuição pelos seus serviços nessa viagem, de um Hábito de Cristo com tença efetiva de uma graça e carta de agradecimento firmada pela real mão. Por fim, um parecer do Conselho Ultramarino, sobre requerimento de outra pessoa, permite depreender que a morte do engenheiro tenha ocorrido no Brasil antes de 27 de março de 1736. (1) [Consulta do Conselho Ultramarino], 17/04/1728. *DH*, Rio de Janeiro, v. XC. p. 152-153, 1950; (2) [Carta do governador-geral ao rei], 30/08/1729. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 25, doc. 28a; (3) [Carta do governador-geral ao rei], 17/11/1733. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 46, doc 4130; (4) [Decreto de serviços], 17/04/1730. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 49, doc. 4355; (5) [Parecer do Conselho Ultramarino], [ant. 27.03.1736]. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 55, doc. 4731.

[354] Pereira da Costa, Miguel. "Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes Cezar, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas", 15/02/1721. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 33-52. Além do relatório, Pereira da Costa elaborou também uma planta de Rio das Contas, que é mencionada em pelo menos dois documentos e deve ter se perdido depois disso. (1) "Jornada do rio das Contas", 21/10/1721. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 13, doc. 195a; (2) [Decreto de serviços], 17/04/1730. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 49, doc 4355.

[355] O rio Paraguaçu nasce na serra do Sincorá e deságua na baía de Todos os Santos. Neves e Miguel informam que, da sua extensão total, de 664 quilômetros, apenas 33, da Cachoeira à foz, são navegáveis. Essa condição natural propiciou o crescimento da vila de Cachoeira no período colonial. Neves; Miguel, op. cit., p. 52.

[356] Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963. p. 257-310. p. 281.

5.5 Os caminhos e a política metropolitana

A existência de um conjunto expressivo de caminhos, identificados e caracterizados nas páginas anteriores, poderia levar a crer que a Coroa e os administradores coloniais estivessem interessados na criação de uma rede de vias de circulação no sertão baiano, com as consequências diretas de fortalecimento do povoamento e do comércio interno. A análise de algumas medidas tomadas em relação aos caminhos nos mostrará, todavia, que nem sempre foi assim.

Inicialmente, é importante enfatizar que em vários casos a abertura dos caminhos não estava ligada a uma iniciativa governamental. Na afirmação precisa de Ceres Rodrigues Mello, "quem abria os caminhos podia ser um paulista de terço pago, atrás do indígena e da sobrevivência, ou um criador de gado com necessidade de conduzir sua boiada, ou, ainda, alguém em caráter oficial, obedecendo a um regimento".[357] Qual seria a proporção de vias abertas em caráter oficial no conjunto dos caminhos baianos? Não sabemos. Algumas rotas começaram como trilhas de sertanistas, mineradores e criadores para mais tarde se tornarem caminhos oficialmente reconhecidos como tal, com exclusividade de utilização, contratação de exploração e aplicação de tributos. Outros, pelo contrário, foram abertos por iniciativa de governo para, depois de cumprido o seu objetivo inicial, em geral ligado à ação militar, declinarem como rotas de circulação. Esse parece ter sido o caso, estudado anteriormente, da estrada entre Cachoeira e a serra do Orobó, aberta em 1657 no contexto da repressão a *tapuias* hostis.

Se agentes diversos se envolviam na abertura das rotas de circulação, também diversa era a política governamental para os caminhos consolidados. Poderíamos dizer que as medidas voltadas para as vias terrestres de circulação – já que as vias fluviais, até onde sei, não passavam por iniciativas de regulação oficial – variaram, com situações intermediárias, entre os extremos da construção planejada e da interdição. O exemplo mais lembrado da segunda situação é o caminho da cidade da Bahia para as minas do ouro. Em 1701, como medida para se evitar a circulação do metal sem o pagamento dos tributos legais – o chamado descaminho

---

[357] Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 59.

do ouro –, a Coroa proíbe totalmente a comunicação, pelos sertões, entre a Bahia e as minas de São Paulo, vedando o trânsito de gado, mantimentos e mesmo pessoas.[358] Em 1702 o Regimento das Minas libera a via baiana apenas para o gado.[359] Assim, concomitantemente com a iniciativa de Dom João de Lencastro de organizar a abertura de um caminho entre a Bahia e as minas, a Coroa impedia a comunicação entre as duas regiões por terra.[360]

Desde Charles Boxer a historiografia vem apontando a insensatez e a impraticabilidade dessas medidas proibitivas. A carne que chegava pela "estrada do São Francisco", como o historiador inglês denomina a via baiana, era necessária nas minas ao ponto de os funcionários paulistas encarregados da confiscação dos rebanhos passarem, na realidade, a cooperar com os fazendeiros na tarefa de trazê-los. Além do gado, prossegue Boxer,

> escravos, sal, farinha, ferramentas e outras coisas necessárias à vida ficavam mais baratas se importadas da Bahia, em vez de São Paulo e do Rio de Janeiro, não só por ser mais fácil a viagem pela estrada do rio, como por produzirem as capitanias do sul o escassamente necessário à sua própria subsistência.[361]

Para o autor da "Informação sobre as minas do Brasil", seriam quatro os principais motivos que tornariam impraticável a vedação do caminho do São Francisco para as minas. Em resumo, a circulação de gado, escravos e demais mercadorias era do interesse mútuo dos moradores das minas e dos moradores dos sertões do rio. Essas pessoas eram, de ordinário, vaqueiros ou paulistas acostumados a se meterem pelos matos com a sua escopeta, entrando e saindo de onde quisessem, ou, se fossem ricos, a afrontar diretamente as leis divinas e humanas. Por fim, qualquer viajante encontraria ao longo do rio fácil provimento de alimentos, bem como de cavalos para o transporte e de casas para se abrigar.[362]

---

[358] "Carta sobre se não comunicar a capitania da Bahia pelo sertões com as minas de S. Paulo", 07/02/1701. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Ordens régias, livro 6, doc. 114. Proibição semelhante foi imposta, na mesma data, sobre a comunicação, pelos sertões, entre Pernambuco e as minas. "Não devem consentir que esta capitania se comunique pelos sertões com as minas de São Paulo", 07/02/1701. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 43, fls. 163.

[359] "Regimento das minas do ouro", 19/04/1702. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXX, p. 329-344. Apud Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 54.

[360] Na realidade, a proibição régia, de 07/02/1701, é anterior à informação prestada por José de Góis a João de Lencastro sobre a abertura do novo caminho, de 06/03/1701. Certamente a carta régia não era ainda conhecida no Brasil nessa segunda data.

[361] Boxer, Charles R. *A idade de ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. p. 68.

[362] "Informação sobre as minas do Brasil", [c.1705]. *ABN*, Rio de Janeiro, v. LVII, p. 172-186, 1935. p. 178-180.

A conivência ou a omissão dos proprietários que habitavam o sertão do São Francisco era decisiva na infringência da proibição. O paulista Matias Cardoso de Almeida, que nos primeiros anos do século XVIII habitava o arraial por ele estabelecido na barra do rio Verde Grande, recebeu, entre 1701 e 1703, várias cartas dos governadores-gerais do período, instando-o a que colaborasse na fiscalização do caminho. O arraial, por onde era mais frequente a comunicação com as minas, era estratégico. Na última carta encontrada, o remetente deixa clara a suspeita de que Matias Cardoso não estivesse fazendo cumprir a ordem régia na sua área de influência: "muito encarrego a V. M. o efeito deste negócio; porque obrando V. M. o contrário, o hei de sentir muito, estrando-lhe [estranhando-lhe] faltar a dar execução às minhas ordens...".[363]

Os entraves para o cumprimento das determinações régias e os alertas em contrário de pessoas como o autor anônimo da "Informação sobre as minas do Brasil", documento que suponho tenha chegado ao Conselho Ultramarino ou às autoridades coloniais, não demoveram a Coroa. Em 1733 tenta-se uma medida geral e terminante, proibindo-se a abertura de caminhos ou picadas para quaisquer das minas já reveladas ou que viessem a ser descobertas.[364]

A partir da década de 30 do Setecentos as proibições passam a atingir a nova região aurífera de Goiás. Entre 1732 e 1734 são expedidas pelo menos cinco normas legais com o objetivo de vedar ou proibir em parte a comunicação entre os currais da Bahia e as minas dos goiases. Uma delas incide diretamente sobre o caminho aberto pelo paulista Estevão Raposo Bocarro, que ligava o São Francisco a Goiás pelo vale do rio Urucuia (*vide* Mapa 2).[365] Em 1733 o conde de Sarzedas, governador da capitania de São Paulo, dá conta a Sua Majestade do bando que lançara, determinando que não houvesse mais de um caminho da cidade da Bahia para as minas dos goiases. Motivara o governador a chegada ao arraial de Meia Ponte de um comboio de gado e algumas fazendas secas dos currais da Bahia, por um caminho aberto recentemente

[363] "Carta de Dom Rodrigo da Costa para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida", 07/05/1703. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 149, s.f. As demais cartas são: (1) "Carta de Dom João de Lencastro para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida", 15/02/17--. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 149, s.f.; (2) "Carta de Dom João de Lencastro para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida", 04/05/1701. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 149, s.f.; (3) "Carta de Dom Rodrigo da Costa para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida", 27/12/1702. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 149, s.f.
[364] [Lei], 27/10/1733. AHU, Bahia, Avulsos, caixa 48, doc. 4301.
[365] [Proibição de comunicação entre os currais da Bahia e as minas dos goiases], 28/11/1732. APESP. C00230, Pasta 9. Publ. em *DA*, São Paulo, v. V, p. 160-161, 1954.

para as minas dos goiases. Segundo o conde, a partir de então podiam-se esperar novas carregações, razão pela qual apressara-se em regular a circulação.[366]

Não só a prevenção contra o descaminho do ouro levava às restrições impostas sobre os caminhos. Mello sintetiza com clareza a questão: "a proibição de comunicação entre o litoral e os sertões do Brasil, ou entre os sertões, não foi sincrônica para todos eles, nem foi observada pelos mesmos motivos".[367] A autora aborda discussões ocorridas no Conselho Ultramarino, em 1711 e 1718, sobre a proposta de liberação do caminho do Recôncavo para a Jacobina. O temor de uma invasão de potência europeia, sabedora da riqueza em ouro que recentemente se encontrara na região, mobilizava a posição contrária à liberação. A decisão do rei é curiosa: além do exame das fortificações marítimas mais próximas a Jacobina, se deveriam avaliar os caminhos que levavam à região, para que se pudesse escolher <u>o mais difícil</u>, de forma a evitar uma possível invasão.[368]

A dificultação do acesso pelo litoral às minas do interior transparece também na correspondência trocada, no final da década de 20 do Setecentos, entre a Corte e o governo-geral sobre os novos distritos auríferos das Minas Novas. Tendo recebido ordem régia para que se fizessem mapas desses sertões, com detalhamento de distâncias a partir da marinha, o governador-geral responde ao rei que pudesse estar certo de que era muito dilatada a distância entre o território minerador recém formado e a costa do mar, para onde proibira toda a comunicação, não consentindo que se abrisse para ela caminho algum.[369] A demanda régia de reconhecimento territorial resultaria nas viagens de Joaquim Quaresma Delgado, que podem, a partir desses documentos, ser compreendidas sob outra perspectiva. Certamente não se tratava, como entenderam Erivaldo Fagundes Neves e Antonieta Miguel e já discuti em outra

---

[366] [Carta do conde de Sarzedas ao rei], [12/10/1732]. Referida em [Consulta do Conselho Ultramarino], 31/08/1733. IHGB. Volume ARQ. 1.2.2, v. 31, p. 123-128v. As proibições incidentes sobre a região aurífera goiana recaíam também sobre a comunicação de Goiás com as Minas Gerais, incluídas num bando de 1733. "Registro de um bando que se mandou lançar nas minas dos Goiases sobre serem confiscadas as pessoas que comprarem fazendas vindas dos Currais da Bahia", 05/10/1733. *DIHCSP*, São Paulo, v. XXII, p. 59-61, 1896. Entre Goiás e o Maranhão e Grão-Pará estava igualmente proibida a comunicação. "Registro de um bando para que nenhuma pessoa possa ir pelo caminho de serra, ou do rio, para a cidade do Maranhão", 22/07/1739. *DIHCSP*, São Paulo, v. XXII, p. 132-133, 1896.

[367] Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 55.

[368] [Consulta do Conselho Ultramarino], 24/01/1718. *DH*, v. XCVII, p. 101-7. Apud Mello, *op. cit.*, p. 58.

[369] (1) [Carta régia], 21/05/1729. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 25, doc. 28; (2) [Carta do governador-geral ao rei], 30/08/1729. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 25, doc. 28a.

oportunidade, da pesquisa de minerais preciosos.[370] Mas tampouco tinha a expedição o objetivo de conhecer as condições de transporte do ouro até a costa, como afirmei antes de conhecer esses dois decisivos documentos.[371] O que sugerem as cartas oficiais é que se buscava registrar a existência de rotas terrestres entre as Minas Novas e a costa para coibir a comunicação, e não para fomentá-la. Quão mais dilatada a distância da marinha ao novo território minerador, tanto melhor para os interesses da Coroa.[372]

Os caminhos sertanejos enfrentavam, assim, um paradoxo. Eram muitas vezes abertos por sertanistas autônomos, a partir de antigas trilhas bandeirantes ou picadas indígenas, com o objetivo de prear índios, de atingir jazidas minerais remotas ou de fazer escoar o gado bovino para os mercados consumidores. Nesse contexto, escolher o caminho mais rápido e mais cômodo era prioritário. Mas a intervenção régia podia inverter as coisas, interditando total ou parcialmente vias importantes ou aumentando deliberadamente as distâncias a serem percorridas, de modo a evitar o contrabando e driblar o risco de uma ação estrangeira hostil no interior do continente. Ou, pelo contrário, podia a Coroa, por meio das autoridades coloniais, fomentar ou mesmo organizar a abertura e a ampliação de vias estratégicas para os seus interesses metalistas, como se fez, a partir dos últimos anos do Seiscentos, para a circulação entre o Rio de Janeiro e as minas. O espaço cortado pelos caminhos se torna, assim, não somente um meio a ser vencido, mas um espaço geopolítico, no qual se concentram expectativas e temores de uma metrópole mergulhada no jogo de poder europeu.

---

[370] (1) Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão*: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. Editora Arcádia, 2007; (2) Santos, Márcio. [Resenha de] Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. *Politeia*: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 263-272, 2007.

[371] Santos, op. cit., p. 271.

[372] Estudando contradições semelhantes, nesse caso ligadas à ocupação dos sertões do leste das Minas Gerais, entre 1750 e 1830, Hal Langfur propôs uma explicação baseada na divergência entre a orientação de Lisboa e as medidas concretas aplicadas pelos governadores da capitania. Enquanto a Coroa mantinha, ao longo da segunda metade do Setecentos, a taxativa proibição de assentamento luso-brasileiro nesses espaços, as autoridades locais se viam colocadas entre "o impulso de restringir as viagens pelo sertão e o desejo de promover a sua exploração na esperança de descobrir novas reservas minerais". Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006. p. 74. "In the inland mining district, governors did not entirely abandon the prohibitions on eastward frontier expansion. Rather, they perennially found themselves caught between the impulse to restrict travel through the sertão and the desire to promote its exploration in hopes of discovering new mineral reserves".

6 A SESMARIA

6.1 Considerações preliminares

A ocupação luso-brasileira dos espaços conquistados aos índios do interior da Bahia tem na distribuição e posse das novas terras um dos seus elementos estruturantes. Com efeito, é a terra, como valor material e simbólico, que confirma e dá sentido à apropriação violenta do espaço. A ligação entre a guerra e o solo é uma referência remota para o ibérico: para Costa Porto, autor de um consistente estudo sobre as sesmarias no Brasil, "a distribuição dos solos possivelmente teve origem na fase de lutas contra o sarraceno, quando, expulso o inimigo, se distribuíam, entre os cristãos, as terras desocupadas e sem dono".[373] Se o caminho permite o trânsito de armas, homens livres e escravos, gado, minerais preciosos e mercadorias, a terra consolida a apropriação luso-brasileira dos sertões, permitindo o assentamento dos seus novos ocupadores.

Teixeira da Silva assim resume a relação entre a conquista, a distribuição de sesmarias e a expansão pecuária:

> A definitiva expulsão do gado para os *sertões* em fins do século XVII e, ao mesmo tempo, a abertura da fronteira (através da intensificação das guerras de extermínio e/ou escravização das populações indígenas), permitiram [a] formação, por parte dos colonizadores, de uma vastíssima rede de propriedades: as fazendas de gado. As bases do novo *rush* fundiário, com seu ápice nos anos entre 1670/80-90, são as mesmas que moldaram a estrutura fundiária da *plantation* açucareira: as sesmarias. Tratava-se da doação de vastas extensões de terras recém-conquistadas ou por conquistar, principalmente em remuneração ao serviço militar prestado contra os índios[,] concedidas com limites e extensão incertos. Repetia-se a preocupação já constatada na ocupação do Recôncavo da Bahia ou nos Sertões Cariocas, de promover a rápida apropriação dos recursos naturais. Dessa forma, eram os *second comers*, ou seja, todos aqueles que teriam chegado após o período de lutas e conquistas, forçados a um regime de dependência em relação aos sesmeiros, caso almejassem se estabelecer como produtores rurais.[374]

A carta de concessão de sesmaria constitui o ato legal de legitimação da posse condicionada da terra. Em alguns casos, contudo, esse documento nunca é emitido. A posse da terra se baseia no que Acciolli de Cerqueira e Silva chamou, tratando da ocupação do termo da vila da Barra, de "posse *primi occupantis*". Segundo o autor, as terras da vila, cuja circunscrição

---

[373] Porto, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1979 ou 1980]. p. 31.

[374] Teixeira da Silva, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos, sociedade e agricultura*, 8, p. 119-156, abril de 1997. p. 1 (versão eletrônica).

incluía, em 1826, quando escreve, 92 léguas ao longo da margem esquerda do rio São Francisco, nunca tinham tido títulos de posse. Os primeiros ocupadores haviam se apoderado da porção de terras que quiseram para estabelecer fazendas de gado; a partir disso, a posse foi sendo transmitida para outros por venda, doação ou herança.[375] Da mesma forma, em 1745 o ouvidor-geral da comarca da Bahia da parte do sul, sediada em Rio das Contas, informava à Coroa que encontrara naqueles sertões fazendas de gado estabelecidas em terras das quais os criadores não tinham título de sesmaria.[376] Casos como esses, difíceis de se rastrear na documentação, não devem ter sido raros.

Na maioria dos casos, todavia, conquistadas total ou parcialmente as terras pretendidas e implantada alguma base de ocupação, o ocupador dá o primeiro passo para a legitimação, que é o requerimento de sesmaria. A petição devia incluir o nome do requerente, lugar de residência e localização, extensão e limites das terras pedidas. O processo era informado pelo provedor da Fazenda Real, pela câmara da vila em cujo termo estavam as terras e pelo procurador da Coroa. Finalizada a tramitação da petição, a carta de sesmaria era assinada pelo governador-geral ou pelo governador da capitania. A concessão incluía as seguintes exigências: pagamento do foro e do dízimo sobre a produção; aproveitamento, com prazo determinado, das terras concedidas; registro da carta de sesmaria; confirmação da concessão pelo rei; e medição e demarcação das terras.[377]

Tanto o rito processual quanto as exigências legais eram frequentemente desobedecidos ou obedecidos apenas em parte. Para o caso de Minas Gerais no século XVIII, Angelo Carrara afirma que em menos de 4% do total de concessões se cumpriu a exigência de confirmação, quesito que por isso considera ser o que “menor atenção obteve da parte dos concessionários”.[378]

---

[375] Cerqueira e Silva, Ignácio Acciolli de. Dados e informações estatísticas sobre a Vila da Barra em 1826. *RAPM*, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, 4, p. 701-719, 1904.
[376] [Carta do ouvidor-geral da comarca da Bahia da parte do sul ao rei], 12/11/1745. AHU. Bahia, Avulsos, Caixa 84, doc. 6869.
[377] Algumas dessas exigências, como a de pagamento de foro e de confirmação régia, foram introduzidas somente no final do século XVII. Sínteses úteis da legislação sobre as sesmarias e dos ritos processuais podem ser encontradas em dois textos referenciais: (1) Portugal e Castro, D. Fernando José de. Marquês de Aguiar (atribuído a). Fragmentos de uma memória sobre as sesmarias da Bahia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. XII, p. 1, 1841; (2) Porto, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1979 ou 1980].
[378] Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 58 e 152.

Tendo em vista essas circunstâncias históricas e, principalmente, os objetivos deste trabalho, optei, no tratamento da questão, por evitar uma abordagem informada pela legislação e pelos ritos formais do processo. Interessam-nos aqui as cartas de concessão de sesmarias enquanto indicadores dos modos e ritmos com que se processou a ocupação luso-brasileira do espaço estudado. O cumprimento das exigências legais e dos procedimentos processuais não é, nesse contexto, tão importante quanto saber que, e porque, determinada área foi objeto de concessões num certo período; e em que medida a análise desse movimento pode nos ajudar a compreender a formação territorial do sertão da Bahia. Uma suposição lastreia esse ângulo de análise: se uma determinada porção do espaço sertanejo foi concedida como sesmaria a um peticionário, isso nos indica que a região já foi explorada e conquistada por luso-brasileiros, o que permitiu a implantação de uma unidade estruturante da ocupação. É nesse sentido, de frente pioneira na formação territorial, que as sesmarias serão tratadas. Lidaremos, não obstante, com notáveis exceções a esse princípio geral, que serão identificadas e analisadas.

6.2 As sesmarias continentais

No Mapa 3 foi plotado um conjunto de 127 sesmarias concedidas entre 1640 e 1750 em áreas que, de acordo com a delimitação espacial desta pesquisa, estavam incluídas no interior da Bahia.

MAPA 3 – DISTRIBUIÇÃO DE SESMARIAS NO INTERIOR DA BAHIA – 1640-1750
Sesmaria com delimitação pontual
Sesmaria com dois extremos de delimitação
Sesmaria com três extremos de delimitação
Sesmaria com quatro extremos de delimitação
Número de identificação dos extremos de uma mesma sesmaria
Período de concessão de sesmaria
1650 - 1659
1660 - 1669
1670 - 1679
1680 - 1689
1690 - 1699
1700 - 1709
1710 - 1719
1720 - 1729
1730 - 1739
1740 - 1750
Rio
Povoação
Rodelas
Paragem
Pambu
São Francisco
Juazeiro
Sento Sé
Pilão Arcado
Serra da Jacobina
Cachoeira de Paulo Afonso
Vaza-Barris
Jeremoabo
Itabaiana
Real
Itapicuru
Jacobina
Jacuípe
Itapicuru de Cima
Inhambupe
Serrinha
Inhambupe de Cima
São João de Água Fria
Jacaré
Verde
Salitre
Pacaruí
Jacuricí
Barra do Rio Grande do Sul
Grande
Bom Jardim
Paramirim
Brejo
Urubu
Corrente
Capivari
Orobó
do Peixe
Paratigi
Jenipapo
Cachoeira
Santo Antonio da Conquista
Boqueirão
Cidade da Bahia
Paraguaçu
Sincorá
Una
Maracás
Jequiriçá
Mato Grosso
Rio das Contas
das Contas
Caetité
Verde Pequeno
Japoré
Arraial de Matias Cardoso
Gorutuba
São João da Conquista
Pardo
Verde Grande
Vacaria
Porto Seguro
Jequitinhonha
Água Suja
Tocambira
Sucuriú
Barra do Rio das Velhas
Santa Cruz da Chapada
Capivari
Fanado
Araçuaí
Arraial do Bom Sucesso
das Velhas
Doce

Essas concessões correspondem a registros oriundos, na sua maior parte, de duas coleções documentais: os dois volumes manuscritos do códice 427 do Arquivo Nacional, que abrangem registros de datas e demarcações de sesmarias da Provedoria da Fazenda da Bahia entre 1671 e 1714; e as sinopses das concessões de sesmarias registradas nos livros existentes no Arquivo da Tesouraria da Fazenda da Bahia, que abrangem documentos de 1534 a 1828, publicadas pelo Arquivo Nacional a partir do códice manuscrito 155.[379] Certamente essas coleções não exaurem todas as concessões emitidas para o interior da Bahia no período de 110 anos que estou considerando. Acredito, não obstante, a partir da sua descrição arquivística, que se trata de conjuntos bastante representativos da totalidade das concessões no espaço e período abrangidos pela pesquisa. A propósito, desde já devo sublinhar o número relativamente baixo de concessões encontradas, que corresponderiam a uma média de 1,2 sesmaria concedida por ano no interior baiano entre 1640 e 1750.[380] A ocupação luso-brasileira rarefeita, o povoamento disperso mencionado por Cláudia Damasceno Fonseca para o sertão do São Francisco,[381] constitui, sem dúvida, a explicação mais importante e plausível para esse fato. A ela está associada a dimensão das terras concedidas, comparativamente maior do que, por exemplo, no Recôncavo Baiano ou nas Minas Gerais. Essas duas tendências – povoamento luso-brasileiro rarefeito e áreas de concessão maiores –, evidentemente entrelaçadas, explicariam o baixo número de registros documentais encontrados nessa etapa da pesquisa.[382]

A análise quantitativa proposta esbarra, de imediato, numa tendência importante. Especialmente, mas não só, na primeira década na qual se registraram concessões (1650-1659), foram encontradas sesmarias de dimensões continentais, cuja ordem de grandeza está, em alguns casos, na escala da própria capitania da Bahia.[383] Pelo menos cinco desses casos

---

[379] (1) AN. Códice 427, vol. 1, 1671-1690; (2) AN. Códice 427, vol. 2, 1690-1714; (3) Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, 1931.

[380] Carlos Magno Guimarães e Liana Maria Reis encontraram, para as Minas Gerais, 1247 cartas de sesmarias emitidas até 1750. Cf. Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 32.

[381] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIXe siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 60.

[382] Ou seja, estou pressupondo que a explicação para o baixo número de registros é histórica e não documental. Além das duas coleções citadas, não foram encontrados outros conjuntos documentais consolidados de concessão de sesmarias no espaço e período pesquisados. Registre-se que foram utilizadas, além desses dois conjuntos, também outras fontes, nas quais foram encontrados registros esparsos de concessão de sesmarias.

[383] Aproveito aqui a expressão *sesmarias continentais* utilizada por Kantor, Iris. *Esquecidos e renascidos* : historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo : Hucitec; Salvador, BA : Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004. p. 158.

merecem referência expressa. Em 1654 o padre Antonio Pereira, ligado à Casa da Torre, recebe terras limitadas pela barra do rio Salitre, por um trecho de mais de 20 léguas ao longo do São Francisco e pelas nascentes dos rios Real e Itapicuru.[384] Aproximações numéricas grosseiras, em razão da imprecisão das medidas antigas e das dificuldades de plotagem exata dos limites considerados na concessão, nos dão as extensões, em linha reta, da área concedida: 260 quilômetros entre a foz do Salitre e a nascente do Real; 230 quilômetros entre a nascente do Real e a nascente do Itapicuru; 200 quilômetros entre a nascente do Itapicuru e o ponto definido na concessão como 20 léguas São Francisco acima, a partir da barra do Salitre; e, finalmente, 132 quilômetros ao longo do São Francisco. Estou desprezando a extensão referida como da barra do rio Salitre, São Francisco abaixo, até encontrar com a sesmaria do capitão-mor Baltasar de Queiroz, de vez que não conhecemos a localização desse último ponto. As medidas aproximadas correspondem a um quadrilátero de cerca de 33 mil quilômetros quadrados de superfície, ou pouco menos de 6% da área do atual estado da Bahia.

Um ano depois dessa concessão, Bernardo Vieira Ravasco recebe sesmaria entre a serra da Jacobina e o rio São Francisco.[385] Os demais limites estabelecidos na carta de sesmaria não são claros, mas basta-nos saber que entre a serra e o rio citados há, em linha reta, em torno de 280 quilômetros de distância.

Em 1657 o capitão Garcia de Ávila, o mesmo padre Antonio Pereira, Catarina Fogaça, Francisco Dias Ávila e Bernardo Pereira recebem sesmarias nas mesmas regiões.[386] A referência inicial é a sesmaria concedida a Antonio Pereira três anos antes. A descrição dos limites não possibilita a plotagem, como foi feito no primeiro caso, mas deve-se ressaltar que pelo menos dois pontos citados no documento são conhecidos: o limite sul da primeira sesmaria do padre (20 léguas São Francisco acima, a partir da foz do Salitre, o que calculo esteja na altura da futura povoação de Sento Sé) e a nascente do rio Real. Esses dois pontos estão a pelo menos 370 quilômetros de distância; uma linha imaginária traçada entre eles cortaria toda a porção nordeste do atual estado da Bahia.

---

[384] Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 16, 1931. Essa sesmaria foi representada no Mapa 3 com quatro quartos de círculo com o número 1.
[385] Ibidem, p. 13. *Vide* dois semi-círculos com o número 2 no mapa.
[386] Ibidem, p. 16.

Seis anos depois, uma sesmaria possivelmente ainda maior é concedida para Antonio Guedes de Brito e Bernardo Vieira Ravasco.[387] Cálculos aproximativos semelhantes aos do primeiro caso nos dão uma ideia das extensões: 270 quilômetros da nascente do Itapicuru ao São Francisco (supondo-se manter a mesma latitude, o que evidentemente o documento não informa); 200 quilômetros ao longo do São Francisco, mais ou menos da altura da ilha do Gado Bravo (atual município de Xique-Xique) à localidade contemporânea de Boa Vista do Lagamar (atual município de Ibotirama); 230 quilômetros entre essa última localidade e a nascente do Paraguaçu; e 200 quilômetros da nascente do Paraguaçu à nascente do Itapicuru. A superfície aproximada é de 37.500 quilômetros quadrados, ou quase 7% do atual estado da Bahia. É importante destacar que nessa concessão as terras ainda não estavam ocupadas pelos suplicantes. Segundo a petição, eles tiveram notícia de que no "mais interior do sertão" haveria terras que poderiam ser aproveitadas para a criação de gado e plantio de roças; a concessão seria útil também por servir como bloqueio contra possíveis ataques *tapuias* a terras já povoadas. Voltarei a esse ponto adiante.

O último e mais complexo caso é o de uma sesmaria concedida a Antonio Guedes de Brito em 1684. Trata-se, graças a Antonil, da sesmaria mais conhecida entre esse conjunto de sesmarias continentais do qual estamos tratando. De imediato se apresenta um problema documental: não foi encontrado, até hoje, o ato oficial de concessão dessas terras, o que, como veremos, abre campo para controvérsias na historiografia. Conhecemos a delimitação pelo resumo que é feito numa representação encaminhada à Coroa pela filha do sesmeiro, Isabel Maria Guedes de Brito, em algum momento entre 1719 e 1720:

> [...] e da outra que lhe concedeu o Sesmeiro o Capitão-mor Brás da Rocha Cardoso no ano de 1684 em confirmação e extensão da que antecedentemente tinha das cabeceiras da sua data do Rio de São Francisco de toda a terra que havia por este rio acima até o Rio Vainhu e sua nascença com águas vertentes de uma e outra banda e da nascença do dito Rio Vainhu, até a do Rio Paraguaçu toda a terra que entre estas nascenças houvesse pelo rumo que direitamente lhe tocasse como melhor consta do traslado da mesma Sesmaria folha 9 et seguintes e pela justificação que fez o mesmo Antonio Guedes de Brito no ano de 1684 com as testemunhas que discorrem de folha 14 verso até folha 24 e declaram o compreendido nas mesmas sesmarias de que estava de posse [...][388]

[387] "Registro de uma provisão por que o Conde de Óbidos Vice-Rei deste Estado dá de sesmaria aos capitães Antonio Guedes e Bernardo Vieira Ravasco as terras que principiam na nascença do Tapicuru até o Rio de São Francisco", 20/08/1663. *DH*, Rio de Janeiro, v. XXI, p. 185-187, 1933. *Vide* quatro quartos de círculo com o número 9 no mapa.

[388] [Representação de Isabel Maria Guedes de Brito ao rei], [entre 1719 e 1720]. AHU. Minas Gerais, Avulsos, caixa 2, doc. 62. Publ. parcialmente em Costa Filho, Miguel. As terras dos Guedes de Brito nas Minas Gerais. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 112-148, 1958. Note-se que o termo *sesmeiro* é utilizado no documento no sentido de autoridade que realiza a concessão. Esclarece o autor dos "Fragmentos de uma memória sobre as

Foi provavelmente essa concessão a fonte de Antonil na famosa passagem em que informa que os herdeiros do mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito possuíam 160 léguas de terra entre o Morro do Chapéu e a nascente do rio das Velhas.[389] A historiografia sobre o tema tem invariavelmente repetido esse trecho da obra do jesuíta, na maioria das vezes para atestar a existência de vastos domínios senhoriais, de propriedade de uma só linhagem de proprietários, a Casa da Ponte, entre o centro-norte de Minas Gerais e o centro-sul da Bahia. O pesquisador Simeão Ribeiro Pires chegou mesmo à conclusão, em 1979, que a área concedida seria ainda maior do que se pensava, pois o "rio Vainhu", citado na representação, seria o rio Pará, e não o rio das Velhas, como se supunha até então.[390]

Um ponto de vista completamente diverso é colocado, no entanto, num artigo publicado em 1958. O autor, Miguel Costa Filho, parte de vários elementos documentais para colocar a possibilidade de que as terras doadas a Guedes de Brito em 1684 não abrangessem nenhuma área do atual território mineiro. Sumarizo em seguida os principais argumentos levantados pelo autor: o responsável pela concessão foi o capitão-mor da capitania de Sergipe del Rei, que não tinha jurisdição sobre áreas no extremo sul do sertão baiano, que hoje estão no centro-norte de Minas Gerais; o tombamento dos bens imóveis da Casa da Ponte, realizado em 1819, refere-se exclusivamente a terras situadas no termo da vila de Santo Antonio do Urubu, não incluindo, portanto, nenhuma região de Minas Gerais; desconhece-se qualquer rio de nome Vainhu na Bahia, em Minas Gerais ou em Sergipe; três documentos, de 1700, 1701 e 1702, escritos, respectivamente, pelo governador do Rio de Janeiro e por dois sertanistas, mostram que o rio das Velhas não estava, nesse início do século XVIII, ocupado por fazendas de gado, não tendo se registrado, portanto, povoamento anterior por Guedes de Brito ou arrendatários seus;[391] no início da representação de Isabel Guedes de Brito o nome do

---

sesmarias da Bahia" que sesmeiros, pela legislação lusitana, são aqueles magistrados rústicos a quem compete identificar terras não cultivadas e as darem como sesmarias a pessoas que as aproveitem. No Brasil, porém, continua o autor, "entendemos por sesmeiros àqueles a quem estas [terras] se concedem". Portugal e Castro, D. Fernando José de. Marquês de Aguiar (atribuído a). Fragmentos de uma memória sobre as sesmarias da Bahia. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. XII, p. 308, 1841. Costa Porto localiza em 1612 a primeira utilização, em um documento oficial, do termo nesse segundo sentido. Porto, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1979 ou 1980]. p. 68. O primeiro sentido, todavia, como vemos no caso da representação de Isabel Guedes de Brito, perdurou ainda por longo tempo.

[389] Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 294-295.

[390] Pires, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, Minas Gráfica e Editora, 1979. p. 52-53.

[391] Os dois primeiros documentos a que alude Costa Filho são, segundo as suas referências, os seguintes: (1) [Carta de Artur de Sá e Menezes, governador do Rio de Janeiro, a D. João de Lencastre, governador-geral do Brasil], 30/11/1700. In: Rau, Virgínia Roberts; Silva, Maria Fernanda Gomes. *Os manuscritos do arquivo da*

conhecido rio das Velhas está escrito claramente, mas nas passagens seguintes a referência é curiosamente modificada para o enigmático rio Vainhu, o que seria um subterfúgio da peticionária para fazer comprovar a posse sobre as terras marginais ao primeiro rio; não há menção a caminhos abertos por Antonio Guedes de Brito entre a Bahia e as minas do ouro no mapa do padre Jacobo Cocleo, que deve ser de 1700 ou pouco depois; o decisivo e obscuro rio Vainhu da concessão de 1684 é apresentado com pelo menos três outras grafias diferentes, sendo Vainhum ou Vainhão para Capistrano de Abreu e Vaynhem para Teodoro Sampaio.

A possibilidade colocada por Costa Filho é de que esse topônimo se referisse, na desconhecida concessão original, a um rio do norte da Bahia, nas proximidades de Sergipe e das primeiras sesmarias de Antonio Guedes de Brito. Estaria assim explicado o fato de a concessão ter sido feita pelo capitão-mor de Sergipe. Com isso, o autor desvia a imensa área concedida ao baiano, em 1684, do centro de Minas Gerais para o norte da Bahia. E confirma a base principal do seu argumento: o vale do rio das Velhas nunca foi apossado por Antonio Guedes de Brito e a sua ocupação, especialmente nos trechos auríferos, se deveu aos paulistas, que o conquistaram a partir das vilas vicentinas.

A engenhosa hipótese, nos termos estritamente documentais colocados por Costa Filho, é inverificável. Como salienta o próprio autor, os anexos a que se refere a representação, constituídos por traslado da concessão de 1684, justificação de Antonio Guedes de Brito, com testemunhas, depoimentos de moradores do rio das Velhas, foreiros de Isabel Guedes de Brito, memorial da peticionária e bando do governador, não existem no processo atualmente custodiado pelo Arquivo Histórico Ultramarino e tampouco foram encontrados nos arquivos de Lisboa, Rio de Janeiro, Bahia, Minas Gerais e Sergipe.[392]

Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil. Coimbra: Universidade, 1954. v. 2, verbete n. 23. Apud Costa Filho, Miguel. As terras dos Guedes de Brito nas Minas Gerais. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 112-148, 1958. p. 142; (2) Exposição cit., B. N., S. Mss., II – 34, 5, 37. O terceiro documento remete para nota de rodapé inexistente no artigo de Costa Filho. Os três documentos são de autoria, respectivamente, de Artur de Sá e Meneses, João de Góis e Araújo e Domingos Afonso Sertão. Foram analisados no capítulo 5 deste estudo e correspondem às referências inseridas, respectivamente, nas notas de rodapé 333, 331 e 311.

[392] Note-se, todavia, que o Arquivo Histórico Ultramarino abriga os autos de inquirição de testemunhas ouvidas em 1724 sobre a mesma questão. Os testemunhos são favoráveis à herdeira e, mais, afirmam que o rio das Velhas fora realmente descoberto por Antonio Guedes de Brito, ou a seu mando. ""Sumário de Informação". Autos de inquirição feitos pelo corregedor Luís de Sousa Valdes, da Comarca do Rio das Velhas, sobre Isabel Maria Guedes de Brito, filha do mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito, descobridor dos sertões da Bahia, rio de São Francisco e rio das Velhas". 08/11/1724. AHU. Minas Gerais, Avulsos, caixa 5, doc. 47. No mesmo ano de 1724, por outro lado, o governador das Minas Gerais declara a Sua Majestade ter ouvido de pessoas práticas no sertão que os descobridores de Guedes de Brito se instalaram temporariamente apenas na barra do rio das Velhas, não tendo chegado a outros trechos do rio. "Requerimento de Isabel Maria Guedes de Brito, viúva do coronel Antonio da Silva Pimentel, solicitando a confirmação das sesmarias das cabeceiras do rio São Francisco

Pelo menos três objeções podem ser colocadas à hipótese de Costa Filho. Na delimitação da sesmaria de 1684, conforme foi reproduzida na representação de Isabel Guedes de Brito, há a menção expressa a "toda a terra que havia por este rio acima até o Rio Vainhu", que se começaria a marcar a partir "das cabeceiras da sua data do Rio de São Francisco". Ou seja, seguir-se-ia rio São Francisco acima a partir do limite da sesmaria concedida em 1663. Esse limite estaria, segundo as plotagens aproximativas que fiz acima, nas proximidades da atual localidade de Boa Vista do Lagamar, no município baiano de Ibotirama. O rio Vainhu estaria, portanto, em algum lugar ao sul desse ponto, seguindo a montante o curso do São Francisco. O advérbio grifado torna, portanto, geograficamente implausível que a sesmaria de 1684 estivesse na região do baixo São Francisco, em território sergipano.[393]

Um outro óbice é o fato de que a referência à sesmaria de 1684 como uma área que se estendia do centro da Bahia ao vale do rio das Velhas é anterior à representação de Isabel Guedes de Brito. Ela data, como vimos, pelo menos do período em que Antonil redigiu a sua obra, aproximadamente dez anos anterior à petição. É perfeitamente possível, no entanto, que uma interpretação forjada pela herdeira de Guedes de Brito já fosse corrente na Bahia antes da apresentação formal da sua petição à Corte. E tivesse sido encampada por Antonil na sua obra.

A terceira objeção é bastante curiosa e nos remete à localização do rio Vainhu, que é o ponto central de dúvida em toda a questão. A identificação do topônimo com o rio Pará, ainda mais ao sul do que o rio das Velhas, foi proposta por Simeão Ribeiro Pires a partir da sinopse de um documento de 1720, incluída no sumário de um dos códices do Arquivo Público

---

e rio das Velhas, que herdou de seu pai, Antonio Guedes [de] Brito", 08/08/1724. AHU. Minas Gerais, Avulsos, caixa 5, doc. 41. Note-se, ainda, que uma das testemunhas do primeiro processo, favoráveis aos Guedes de Brito, afirma que um dos descobridores mandados pelo baiano fora o paulista Matias Cardoso de Almeida. Esse testemunho foi analisado por Carrara e utilizado no capítulo 4 deste estudo. Carrara, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 574-596, dez. 2007.

[393] Em caráter meramente especulativo, note-se que, se o advérbio tivesse sido invertido na trasladação do original para a representação de Isabel Guedes de Brito, toda a questão também se inverteria, aproximando-se da hipótese de Costa Filho. Se se tratasse das terras a partir do limite da sesmaria de 1663, rio abaixo, a área concedida estaria realmente no norte da Bahia. Acrescento essa possibilidade ao argumento do autor porque está na linha da sua interpretação dos fatos, de que poderia ter havido manipulação de informações na representação da herdeira, para forçar a posse sobre as terras do rio das Velhas. É evidente, contudo, que, inexistindo prova documental em contrário, deve-se tomar a transcrição constante da representação como verdadeira.

Mineiro.[394] O documento em questão é uma carta do conde de Assumar, então governador da capitania das Minas Gerais, para o ouvidor-geral do Rio das Velhas. Entre outros assuntos, o conde trata da questão que nos interessa, o que é assim sumarizado na sinopse:

> Refere-se aos documentos de D. João Mascarenhas sobre a sua doação que, segundo ele, vai além de Pitangui, sendo preciso verificar onde fica o rio Vaiynhum, que, deságua no s. Francisco, porque, como este rio na sua nascente se chama Pará, pretende D. João Mascarenhas ir a sua doação até além de Pitangui. A propósito, refere-se à igualdade de nomes de muitos rios e localidades, como acontece com o Vaynhum. Essa averiguação só poderá ser feita por informações de paulistas bons conhecedores dos sertões.

Se o Vainhu e o Pará eram o mesmo rio, a hipótese de Costa Filho – que Pires não menciona – cai por terra. O limite meridional da sesmaria de 1684 estaria ainda mais ao sul do que supunha Antonil, e com ele toda a historiografia, aumentando a área mineira recoberta pela concessão.

Curiosamente, Pires não tece nenhum comentário a respeito da segunda parte da sinopse, na qual é mencionada a "igualdade" de nomes de muitos e rios e localidades, entre eles o Vainhu. Uma consulta ao original, o que o autor parece não ter feito, nos revela o que está por trás desse curto trecho da sinopse:

> Como há muito tempo que tinha avisado a D. João Mascarenhas para mandar os documentos da sua doação para se executar a ordem de S. Mg.^{de} agora me mandou uma máquina de justificações e documentos que logo remetera a V.M. que todo o ponto da questão rola sobre averiguar aonde fica o Rio Vaynhum que deságua no Rio de S. Francisco, e como este rio na sua nascença lhe chamam Rio Pará, pretende D. João Mascarenhas que a sua doação passe além de Pitangui, mas como neste país há muitas terras e muitos rios do mesmo nome poderá ser isto alguma equivocação porque nesta comarca há um rio a que chamam dos Peixes, outro no Rio das Mortes, e outro no Serro do Frio, e assim mesmo em todas estas comarcas há arraiais que chamam das Congonhas. § A mim me dizem que há um Rio Vaynhum que deságua no Pará e tem a sua nascença inclinada para a Comarca do Rio das Mortes, e supõe-se que junto a este Rio tem fazenda um paulista chamado Batista Maciel: dizem-me também que há outro Rio Vaynhum que deságua no Rio de S. Francisco e que tem o seu curso da Capitania de Pernambuco: outro me dizem que há que nasce no Serro do Frio, e deságua junto às Jaboticavas § Esta matéria só poder ser bem averiguada tomando-se o depoimento de Paulistas Sertanejos que são os únicos que podem resolver esta questão [...][395]

[394] "Sumário do códice n. 11 (antigo n. 10) da seção colonial, referente aos anos de 1717-1721". *RAPM*, Belo Horizonte, ano XXIV, v. II, p. 624-625, 1933.
[395] [Carta do governador da capitania das Minas Gerais para o ouvidor-geral do Rio das Velhas], 06/01/1720. APM. Seção Colonial, Códice 11, fls. 187v-188v.

Se havia tantos rios com o mesmo nome de Vaynhum, porque não supor, como fez Costa Filho, que um deles estivesse no norte da Bahia e tivesse sido utilizado como limite para a sesmaria de 1684? Note-se que o governador refere-se explicitamente a um rio Vaynhum que deságua no São Francisco e tem o seu curso na capitania de Pernambuco. Ou seja, mais uma vez, somos levados, de forma indireta, para os sertões do centro-norte, longe do rio das Velhas. A sesmaria de Guedes de Brito poderia estar aí, como pensou Costa Filho, e não, como vem repetindo a historiografia, no coração das Minas Gerais.[396]

De toda forma, se a hipótese de Costa Filho estiver correta, estaríamos diante de uma situação duplamente insólita. Uma obscura concessão de sesmaria no norte da Bahia, realizada em 1684, teria sido fraudulentamente apresentada, em 1719, pela herdeira do concessionário, como confirmação de terras no rio das Velhas. O que nos leva aos principais problemas colocados pelas sesmarias continentais: a incerteza quanto aos limites das terras concedidas e a ausência da sua efetiva ocupação.

Em 1675 o desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio encaminha à Coroa um relatório e parecer, escrito em forma de carta oficial ao rei, dando conta dos resultados de diligência de que fora encarregado, a respeito da situação das sesmarias concedidas na capitania da Bahia.[397] Segundo Sampaio, no Recôncavo Baiano imperara, desde os primeiros anos da colonização, uma situação de equilíbrio na repartição das terras. Cada morador teve sempre exatamente a terra que foi necessária para as suas lavouras e fábricas (engenhos), sem que se registrassem áreas supérfluas. No sertão, por outro lado, se procedera sempre com demasia e desigualdade na repartição das terras; as sesmarias foram concedidas não com limitação de braças ou léguas, como se fez no Recôncavo, mas a partir de confrontações e termos muito extensos, de serras e rios, "de sorte que houve pessoa que pediu e impetrou sesmaria que compreende mais terra que uma Província inteira de Portugal". Para isso contribuíra tanto a desatenção dos sesmeiros[398] nas concessões quanto a cobiça dos moradores. Foram, assim, concedidas terras que não se descobrira ainda, das quais não se sabia, portanto, o comprimento ou a largura. Esse procedimento, que vinha de longa data, provocara a situação

---

[396] Registre-se que essa carta de 1720 está ligada ainda mais diretamente ao problema que vimos abordando, pois o citado D. João Mascarenhas era genro de Isabel Maria Guedes de Brito. É o que informa Costa Filho, que, contudo, não menciona esse documento. Cf. Costa Filho, Miguel. As terras dos Guedes de Brito nas Minas Gerais. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 136, 1958.

[397] "Papel de Sebastião Cardoso de Sampaio sobre os moradores e terras da capitania da Bahia", [1675]. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 23, doc. 2737-2738.

[398] Note-se que aqui o termo é mais uma vez utilizado na sua primeira acepção, de autoridade responsável por efetuar a concessão.

presente, na qual a maior parte das sesmarias concedidas na capitania se encontravam no domínio de apenas 10 ou 12 moradores. O parecer do desembargador é taxativo: as sesmarias concedidas no sertão, manifestamente injustas, seriam nulas. As razões legais e concretas que arrola para essa nulidade são muito interessantes para a discussão aqui proposta: quase todas as terras da capitania se encontravam na posse desses 10 ou 12 homens, que assim exerciam o arbítrio sobre o sertão, dificultando o seu povoamento pelos vassalos que o quisessem penetrar; esses grandes concessionários tinham feito muito pouco para conseguirem as concessões, tendo alcançado-as apenas por terem sido os primeiros a requerê-las; essas terras se encontravam desocupadas e sem cultivo algum, notando-se que em alguns casos serviam mais à negociação do que à lavoura; as terras que esses concessionários detinham na Bahia tinham sido reunidas por sucessivas concessões dos governadores da capitania, não tendo os beneficiários declarado, nos requerimentos originários, as sesmarias que já possuíam nas capitanias de Pernambuco e de Sergipe del-Rei; as terras tinham sido requeridas com a justificativa de servirem de pastos para o gado, sendo que as ordenações régias determinavam que as pastagens eram de uso comum e não podiam, portanto, ser apropriadas por particular; a existência de sesmarias desocupadas, de 80 e até de 100 léguas (quadradas), bloqueava o avanço de povoadores que, ainda que tivessem cabedais, fábrica e indústria para a lavoura, não se animariam a buscar terras além desses espaços intactos e bravios. Por essas razões, o desembargador entendia que deveriam ser recolhidas todas as cartas de sesmaria que passassem de quatro léguas (quadradas) de terra, avaliando-se os cabedais, fábricas e real interesse de novos pretendentes. Nessa nova distribuição teriam preferência aqueles que primeiro se dedicaram à penetração do sertão, abrindo caminhos, repelindo o gentio bravo, resistindo às suas invasões e hostilidades e, por fim, contribuindo para a sua pacificação. As concessões seriam reavaliadas a cada período de 50 ou 60 anos, de modo a que se garantisse a ocupação e utilização econômica das terras.

É desnecessário comentar que se as sugestões contidas nesse lúcido e avançado diagnóstico social de Sebastião Cardoso de Sampaio tivessem sido aplicadas, teríamos tido a primeira experiência de redistribuição equitativa de terras no Brasil, séculos antes que a reforma agrária se tornasse plataforma de luta política.[399]

---

[399] Maria Fátima de Melo Toledo interpretou diferentemente esse parecer. Para a autora, "apesar da ênfase com que apresentou a concentração de terras nas mãos de poucos homens, e de demonstrar que neste fato residia o baixo povoamento e cultura do interior da capitania, a sugestão do desembargador Sebastião Cardoso Sampaio de distribuir novamente as terras, se observada, teria resultados semelhantes aos que ele criticou, com veemência, no seu memorial". Toledo apresenta três razões para essa interpretação, que podem ser

Ao parecer do desembargador seguia-se uma relação das pessoas que possuíam grandes sesmarias, na qual são citados Gaspar Dias Adorno, o Sargento-mor Pedro Borges Pacheco, o Capitão Sebastião Barbosa de Almeida, o Capitão Manuel de Almeida, Agostinho Pereira Bacelar, o Capitão Francisco Barbosa Leal, o Coronel Francisco Gil de Araújo, o Sargento-mor Lourenço de Brito de Figueiredo, o Capitão Garcia de Ávila, Dona Lourença Dória e seu filho, o Mestre-de-campo Pedro Gomes, o Mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito e João Peixoto Viegas.[400] Um dado importante é que essa lista foi elaborada também a partir de declarações dadas pelos próprios concessionários.

Dispomos, ainda, de duas cartas régias, uma de 1726 e a outra de 1753, em que são identificados os grandes sesmeiros do Piauí, interior da Bahia e de Pernambuco.[401] No primeiro documento são citados a Casa da Torre, Antonio Guedes de Brito, Domingos Afonso Sertão, Pedro Barbosa Leal, Antonio da Rocha Pita e os religiosos de São Bento. Na carta régia de 1753 são citados os três primeiros proprietários da relação anterior e, ainda, Francisco Barbosa Leão [Leal], Bernardo Pereira Gago, Francisco de Souza Fagundes e Bernardo Vieira Ravasco. De acordo com esse segundo documento, esses sesmeiros tinham recebido no passado um "excessivo número de léguas de terra de sesmaria, que nulamente possuem, por se não cumprir o fim para que se concederam e foram dadas naqueles distritos". Oito décadas depois do parecer de Sampaio, os efeitos das concessões de áreas continentais continuavam a se fazer sentir; muitos dos primeiros concessionários, citados no documento, já

---

esquematicamente resumidas nos seguintes pontos: (1) o critério para a redistribuição das terras continuava a ser o do cabedal de cada interessado; (2) o desembargador abria um precedente para que a situação permanecesse a mesma, ao sugerir que, na redistribuição, fossem consideradas a antiguidade na penetração do sertão e o dispêndio realizado com a ocupação; (3) a solução para o problema do povoamento do sertão seria postergada pelo prazo de 50 ou 60 anos. Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 156-157. Considero discutíveis as ressalvas levantadas pela autora e proponho uma interpretação inversa, que mantém a radicalidade do parecer de Sampaio. O critério dos cabedais dos interessados para o acesso às terras redistribuídas é incontornável numa sociedade colonial de Antigo Regime. Quanto à segunda ressalva, suponho que o desembargador pensasse exatamente nos primeiros povoadores, cujos trabalhos na conquista das terras tinham sido esquecidos nas concessões legais das sesmarias aos potentados. A esses pioneiros deveriam reverter as terras, retirando-as dos sesmeiros poderosos que nada haviam feito para a sua ocupação. E, por fim, a reavaliação periódica das sesmarias redistribuídas, longe de significar uma postergação do problema, garantia um mecanismo objetivo de evitar a perpetuação na posse, inclusive por herança, de concessionários que não tivessem tornado produtivas as terras.

[400] "Memória das pessoas que possuem grandes sesmarias nas capitanias deste Estado, conforme as suas declarações, e informação que se tomou", [1675]. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 23, doc. 2740.

[401] (1) [Carta régia], 07/02/1726. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, v. 20, doc. 29; (2) [Carta régia], 20/10/1753. AN. Códice 539, v. 2, coleção I74, n. 2.

tinham morrido, mas o seu patrimônio fundiário se mantinha nas mãos de herdeiros e sucessores.

Contemporaneamente, Teixeira da Silva coloca em outra perspectiva o problema das sesmarias continentais.[402] Para o autor, a real unidade do sistema de terras a ser considerada pela análise histórica não é a sesmaria continental, mas as diversas áreas menores em que ela foi dividida, seja para exploração direta pelo sesmeiro, seja para arrendamento a terceiros. Sítios, currais e fazendas, no interior da sesmaria continental, individualmente explorados pelo concessionário da sesmaria ou por foreiros, constituiriam o núcleo do sistema. Pequenos plantadores e vaqueiros, atuando na condição de rendeiros de grandes sesmeiros absenteístas, seriam os verdadeiros responsáveis pelo trabalho de desbravamento e valorização das terras. O autor cita o caso das terras de Antonio Guedes de Brito no sertão baiano, que, no tombo de terras feito em 1819, apresentaram 110 sítios pagadores de renda e 64 sob exploração direta. Essa linha de análise, segundo Teixeira da Silva, possibilita rever a paisagem rural sertaneja normalmente descrita pela historiografia, tornando-a menos homogênea e mais diversificada.

Ademais, continua o autor, a "ânsia" de sesmeiros e desbravadores por terras se explicaria pela escassez de recursos naturais fundamentais para a pecuária bovina, e não, como afirma a historiografia, pela busca de prestígio social. A presença de fontes de água – rios, lagoas perenes, poços ou cacimbas – e de sal – *lambedouros* – qualificavam as terras e permitiam o estabelecimento de uma unidade de exploração. As sesmarias continentais eram buscadas como forma de se apropriar de recursos naturais raros. Estes, e não as terras em si, podiam constituir o real objetivo das concessões.

Explicação semelhante já fora proposta por Luís Mott, para quem as fazendas com áreas dilatadas se explicariam pela rusticidade do nível técnico dominante na pecuária e pela rarefação das pastagens nos períodos estivais. Essas condições "forçavam os proprietários a desejarem e necessitarem grandes extensões fundiárias".[403]

Do ponto de vista da formação territorial, que constitui a perspectiva deste estudo, interessa distinguir entre dois tipos de sesmaria de hiperdimensões. O primeiro, majoritariamente

---

[402] Teixeira da Silva, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos, sociedade e agricultura*, 8, p. 119-156, abril de 1997.
[403] Mott, Luís. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p. 52.

concentrado nas décadas de 50 e 60 do Seiscentos, constituiu aquele caso extremo, em que tanto a autoridade dadora quanto o próprio sesmeiro desconheciam o interior da enorme área que se estava concedendo. Os limites da área, na maioria das vezes claramente especificados, tinham como referência elementos naturais ou balizavam-se por terras concedidas anteriormente. Em ambos os casos, trata-se de pontos conhecidos e, pelo menos na escala macroscópica dessa classe de sesmarias, indubitáveis. Ultrapassados esses pontos, contudo, estava-se no *sertão incógnito*, expressão utilizada em outros contextos para designar os espaços interiores desconhecidos. Ou seja, o objeto mesmo da concessão, constituído pelas terras interiores às divisas estabelecidas, era espaço não apossado por luso-brasileiros; nem pelo destinatário da concessão e nem, dada a antiguidade do ato, por ocupadores que pudessem tê-lo antecedido. Esses casos de posse virtual de áreas imensas e desconhecidas, que o desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio comparou a províncias de Portugal e neste estudo comparei ao atual território baiano, são inúteis, enquanto tais, como índices de apropriação territorial e abertura de novas frentes de povoamento.

Essas conclusões, se corretas, fragilizam as abordagens historiográficas ancoradas exclusivamente na consagrada referência de Antonil à divisão territorial do dilatado sertão da Bahia entre apenas duas linhagens da cidade de Salvador, a Casa da Torre e os herdeiros de Antonio Guedes de Brito.[404] Conhecemos as ações pontuais de conquista e ocupação do interior nordeste empreendidas pelos Ávila e por Guedes de Brito. Essas ações, envidadas diretamente pelos chefes das duas linhagens ou por seus prepostos, incidiram sobre diversas áreas dos sertões baiano, piauiense e mineiro. Outros espaços desses mesmos sertões, todavia, mesmo que por título de propriedade pertencentes a esses potentados, eram na realidade terras indígenas totalmente desconhecidas dos sesmeiros ou zonas de fronteira precariamente ocupadas por pequenos ocupadores. A afirmação generalizante de Antonil não deve ser tomada *tout court*, sob pena de reeditarmos, no estudo da formação territorial, um gênero de historiografia oficialista que enxergava apenas a expansão histórica dos potentados coloniais e das poderosas famílias das quais se originaram.[405]

---

[404] Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 293-295.

[405] Essa historiografia não está tão distante no tempo. Moniz Bandeira, numa obra discutível sob vários aspectos, considera a ação da Casa da Torre no nordeste da colônia como "missão". Para o autor, "a Casa da Torre, dentro de tais circunstâncias, tornou-se um potentado econômico, político e militar, e configurou, ao longo do século XVII, a principal força na colonização do Nordeste". Bandeira, Moniz. *O feudo*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 21 e 201.

Diferentemente de Teixeira da Silva, não tenho dúvida de que na concessão das sesmarias continentais imperou a busca de prestígio social pela posse de superfícies incomensuráveis, do que constitui um sinal o fato de que tanto potentados sertanistas, como Antonio Guedes de Brito, quanto altos funcionários sem ligação direta com os sertões, como Bernardo Vieira Ravasco, tenham sido aquinhoados com essas áreas. As terras assim concedidas só viriam a conhecer efetiva ocupação luso-brasileira depois do processo da conquista, levado a cabo a partir da década de 70 por indivíduos e grupos sociais que não tinham necessariamente vínculo com o grande sesmeiro.

Povoadas as terras por esses ocupadores, as coisas se tornavam diferentes. Em 1745 a câmara da vila da Mocha, o primeiro núcleo urbano do Piauí, se dirige ao rei reclamando contra os danos provocados pela concessão, pelos governadores de Pernambuco, de grande quantidade de terras a três ou quatro moradores da cidade da Bahia.[406] Esses sesmeiros cultivaram algumas das terras, mas deixaram a maior parte devoluta, sem consentirem que pessoa alguma as povoasse, salvo quem, à sua custa e com risco de sua vida, as descobrisse e defendesse contra o gentio bárbaro. Esses povoadores eram depois obrigados a pagar 10 mil réis de renda por cada sítio estabelecido no interior das grandes sesmarias. À medida que era efetivamente ocupado, portanto, o interior da sesmaria continental saía da virtualidade e se tornava fonte de conflitos entre os reais ocupadores e o sesmeiro.

Um documento de 1775 historia, do ponto de vista dos ocupadores, a situação fundiária da região da Jacobina. Trata-se de uma representação da câmara da vila contra os herdeiros de Antonio Guedes de Brito, que, segundo o documento, recebera há cerca de 150 anos sesmarias no sertão da Jacobina.[407] Aproveitara somente 12 ou 15 fazendas na margem do rio São Francisco, tendo deixado inculto o restante do terreno, de modo que, passados tantos anos, havia ainda espaços de 15, 16, 20 e mais léguas sem aproveitamento. Com a descoberta do ouro na Jacobina e o consequente estabelecimento das minas, os novos “colonos” foram frequentemente atacados pelo gentio, tendo sido necessário que a câmara da vila custeasse expedições repressoras, gerando despesas para todos. Nesse período, as sesmarias de Guedes de Brito já tinham sido concedidas há 60 ou 70 anos e estavam ainda povoadas de gentio, o

---

[406] In: Porto, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1979 ou 1980]. p. 72.

[407] [Representação], 03/02/1775. *AAPEB*, Bahia [Salvador], v. XXIV, p. 69-74, 1933. Não há dúvida de que se trata da sesmaria continental concedida a Guedes de Brito em 1663, que incluía o espaço desconhecido onde mais tarde cresceria a Jacobina.

que mostrava que o sesmeiro não cumprira as exigências da Lei das Sesmarias. Foram os "povos" que, acorrendo para a extração do ouro, espalharam-se pela região e nela estabeleceram roças, engenhos e fazendas. Os sesmeiros, moradores na cidade da Bahia, passaram então a alegar que as terras eram suas e, valendo-se de pessoas poderosas, ministros e governadores, conseguiram colocar sob arrendamento ou vender parte delas.

Em alguns casos a alegação dos ocupadores era de que as terras em litígio tinham sido simplesmente usurpadas por pessoas poderosas. Em ano indeterminado, por volta de 1719, os moradores dos sertões do rio São Francisco e de outros sertões enviam ao rei petição em que protestam contra a usurpação de terras pela Casa da Torre.[408] Isso vinha ocorrendo tanto entre o Recôncavo Baiano e o rio São Francisco, pela estrada que ia para a vila do Penedo, quanto por todos os sertões do Piauí e Maranhão. Os peticionários, que alegavam terem sido os descobridores e povoadores dessas terras, acusavam Garcia de Ávila Pereira de os constranger violentamente a aceitar o seu arrendamento, pagando-lhe tributos e fintas. Para conseguir esse intento, a Casa da Torre se utilizava de homens régulos e insolentes, que intimidavam os ocupadores. Um desses casos ocorrera com o capitão-mor Miguel Pinheiro, que descobrira terras em 1694, recebera carta de sesmaria no ano seguinte, passada pelo governador de Pernambuco, e, não obstante ter a posse legal, fora obrigado a deixar as terras, por temor do absoluto poder da Casa da Torre.[409] Com procedimentos como esse, a Casa conseguira se assenhorear despoticamente de mais de duas mil e tantas léguas de terra, nas quais colocara gado. Pessoas poderosas vinham garantindo os seus interesses junto à Corte, desviando os vários requerimentos feitos contra ela, de forma que não chegassem à presença de Sua Majestade. Nesse caso não há nenhum menção a cartas de sesmaria, que provavelmente nunca tinham sido passadas.

O segundo tipo de grande sesmaria seria representado por aqueles casos em que as extensões são significativas, mas menores do que as hiperdimensões das sesmarias estudadas acima. Duas outras diferenças de capital importância residem em que o interior da área é razoavelmente conhecido e o sesmeiro guarda uma relação direta com a região da concessão. É o próprio concessionário que se encarrega, quando é esse o seu objetivo, de dividir e aforar

[408] [Petição], c. 1719. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 14, doc. 60.

[409] Carta de sesmaria fora realmente passada, em 1695, a nove pessoas, entre elas Miguel Pinheiro de Carvalho, pelo governador de Pernambuco. A descrição das terras pedidas é típica de uma zona de fronteira: "terras devolutas os alongazes distante do Piauí que são donde se acabam as terras povoadas". Brasil. Secretaria da Educação Superior. *Documentação histórica pernambucana* : sesmarias. Recife: [s.n.], 1954. p. 37-39. O etnônimo *alongazes* é utilizado em alguns documentos também como nome de uma região do Piauí.

as terras, que estão virgens de ocupação luso-brasileira até o aforamento. Como os domínios são mais ou menos conhecidos, não há aquela situação inicial de posse virtual apontada para o primeiro tipo.

O caso mais representativo é o da concessão, em 1687, de área de 200 léguas quadradas (20 léguas de comprimento por 10 léguas de largura), entre os rios Paraguaçu e das Contas.[410] O concessionário é Manuel de Araújo de Aragão, sertanista baiano que exercia então o posto de coronel dos distritos de algumas das freguesias do Recôncavo e havia obtido no mesmo ano licença para edificar uma vila nas terras conquistadas aos maracá.[411] Note-se, portanto, que, ainda que seja uma área de grandes proporções, já se trata de sesmaria com divisas geometricamente definidas e área explicitada, sendo o sesmeiro pessoa de atuação na região da concessão.[412] O parecer do provedor-mor da Real Fazenda, contrário à concessão em razão da extensão das terras pedidas, não é acatado pelo governador-geral, que concede a área. Uma afirmação sugestiva é inserida no ato: "visto [...] a notícia que há da grande possibilidade que tem o dito Coronel Manuel de Araújo, para as despovoar, e me conformo com ela [...]". Mesmo ciente da possibilidade de "despovoamento" – isto é, arrendamento ou venda –, o governador-geral manda passar a carta de sesmaria.

Não parece ter havido, nesse caso, outro fator de tensão na apropriação da área que a sua conquista parcial aos índios maracá, realizada na década anterior. É plausível supor que a emissão da carta de sesmaria a Manuel de Araújo de Aragão tenha sido o primeiro movimento de ocupação luso-brasileira das terras concedidas, não tendo a região passado por aquele processo de assentamento de pequenos ocupadores sem o conhecimento direto do concessionário, característico do primeiro tipo. Em casos como esse a concessão da sesmaria é um indicador razoavelmente seguro de apropriação territorial e potencial abertura de novas frentes de povoamento.

[410] As divisas são definidas a partir das terras dos filhos de Afonso Furtado e de Manoel de Almeida. "Registo do Alvará porque o Marquês das Minas teve por bem conceder e dar em nome de sua Majestade ao Coronel Manuel de Araújo de Aragão vinte léguas de terra de comprido e dez de largo", 30/01/1687. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 286-287v.

[411] Para o posto militar ocupado por Araújo de Aragão, cf. [Patente de confirmação], 07/12/1686. ANTT. Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 1, n. 294. Para a licença de edificação de vila, cf. [Provisão], 19/05/1687. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre Manuel de Araújo de Aragão que pede licença para fundar vila à sua custa, povoada com 50 casas [sic], tendo ele carta de donatário", 17/11/1687. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 28, doc. 3441-3442.

[412] Quatro anos antes, o mesmo sertanista e sete filhos receberam a concessão de 25 léguas quadradas nas terras conquistadas aos maracá. "Registo de um alvará de doação e sesmaria de cinco léguas de terra em quadra, que se concedeu a Manuel de Araújo de Aragão e a seus sete filhos", 20/08/1683. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 230-231.

6.3 A distribuição de sesmarias entre 1670 e 1750

Nas décadas de 70 e 80 a grande concentração de concessões de sesmarias se dá entre os rios das Contas, Jequiriçá e Paraguaçu, seguindo, em alguns casos, ao longo dos afluentes norte e sul desse último (Capivari, Paratigi, Una e Sincorá). Trata-se de terras conquistadas aos maracá nos primeiros anos da década de 70, que foram garantidas aos participantes da jornada comandada por Estevão Ribeiro Baião Parente.[413] Muitos dos peticionários alegam serviços prestados na guerra; um deles é o capitão Manuel de Hinojosa, aquinhoado com duas das primeiras concessões, a primeira entre o Boqueirão do Guairuru e o rio Paraguaçu e a segunda nas proximidades da nascente do Jequiriçá.[414] Por estarem entre as mais antigas, as sesmarias de Hinojosa são tomadas como referência de delimitação de várias das concessões seguintes. Outra concessão feita logo após o término da guerra é para os religiosos do Convento de Nossa Senhora do Carmo, justificada por ter um membro da instituição atuado como capelão dos índios conquistados.[415]

Uma das concessões do período mostra que a atividade transitória de abastecimento das tropas durante a guerra pode ter fomentado a ocupação permanente de terras nessa região. Dois criadores de gado, um de Cachoeira e o outro do Aporá, alegam serviços prestados de suprimento de farinha, escravos e cavalos para os combatentes para justificarem o pedido de uma sesmaria no rio Paratigi. O objetivo é "povoar [as terras] com os gados que têm na Cachoeira e Aporá".[416] Pode ter nascido de iniciativas como essa a ocupação pecuária da região.

A tendência à concessão de sesmarias continentais, em terras pouco ou nada conhecidas, sem definição da área concedida e com delimitações muito amplas, que, como vimos, marcou em parte as duas décadas anteriores, parece sofrer franca atenuação nesse período de 1670 a

[413] A ordem passada ao governador da conquista garantia, entre outras recompensas, a repartição das terras conquistadas entre os participantes da jornada. "Ordem que levou o Governador da conquista dos Bárbaros Estevão Ribeiro Baião Parente", 12/08/1671. *DH*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 208-209, 1928.

[414] "Registo de um alvará de doação e sesmaria de uma légua de terra de comprido e meia de largo dada ao capitão Manoel de Hinojoza", 02/06/1673. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 23v-24v.

[415] "Registo de um alvará de sesmaria de quatro léguas de terra em quadro concedida ao Reverendo Padre Prior Frei Antonio da Piedade, e mais Religiosos do Convento de Nossa Senhora do Carmo", 10/10/1673. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 32v-33v.

[416] "Registo de uma sesmaria de três léguas de terra em quadra concedida a João Gomes Pereira e Manoel Soares Barreto a quem se passarão suas sesmarias de um teor que apresentarão e se segue", 25/11/1673. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 58v-59.

1689. Como se pode ver na Tab. 1, na década 70-79 o maior número de concessões é de áreas de três léguas quadradas. Nessa década apenas 12% das concessões não trazem a estipulação da área concedida. Na década seguinte as áreas concedidas crescem significativamente, passando o maior número de sesmarias a ter 10 ou 15 léguas quadradas, cifras que, contudo, estão muito longe das hiperdimensões das terras concedidas no período anterior. O percentual de concessões sem definição de área é o mesmo da década antecedente (12%).

Tabela 1 – Áreas de sesmarias distribuídas no interior da Bahia – 1640-1750

Área (léguas quadradas)	**Período**											**Total**
	1640-1649	1650-1659	1660-1669	1670-1679	1680-1689	1690-1699	1700-1709	1710-1719	1720-1729	1730-1739	1740-1750	
Sem definição de área e sem medida linear		3	1									**4**
Sem definição de área e com medida linear parcial		5		3	5							**13**
0,5				1								**1**
1							1					**1**
1,5				1								**1**
2,25											2	**2**
3				4			6		1	6	8	**25**
3,5				1								**1**
4				3	1	4						**8**
6,25				3								**3**
9				2								**2**
10					12	1						**13**
12,25				2								**2**
15				1	12							**13**
16				3		20						**23**
20					10							**10**
25				1	1							**2**
40						1						**1**
48				1								**1**
200					1							**1**
Total	**0**	**8**	**1**	**26**	**42**	**26**	**7**	**0**	**1**	**6**	**10**	**127**

Fonte: 1. AN. Códice 427, vol. 1, 1671-1690. 2. AN. Códice 427, vol. 2, 1690-1714. 3. Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *Publicações do Archivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. XXVII, 1931. 4. Fontes primárias diversas, referenciadas ao longo do texto.

Não obstante essas mudanças, ainda em 1687 há a concessão de área de 200 léguas quadradas, entre os rios Paraguaçu e das Contas, para Manuel de Araújo de Aragão, já tratada e contextualizada anteriormente.

A expressiva redução da área média concedida, com a definição espontânea de eixos fluviais que conduziram a expansão luso-brasileira nos antigos espaços maracá, fez com que as duas décadas estivessem entre os três decênios de maior número de concessões em todo o período pesquisado. Certamente essa posição foi também alimentada pelo aumento significativo do número de peticionários, a maioria oriundos das tropas de guerra contra os maracá ou relacionados à guerra de alguma outra maneira.

São também desse período duas concessões de sesmarias num outro espaço, a barra do rio das Velhas, feitas aos sertanistas Domingos Afonso Sertão e seu irmão Julião Afonso Serra em 1674. Cada um deles recebeu 3,5 léguas em quadra (12,25 léguas quadradas), contadas a partir da barra do rio, de uma e da outra banda.[417] Angelo Carrara estudou esses documentos e chegou à seguinte conclusão:

> No ano de 1674 dois movimentos originaram-se simultaneamente no Piauí e em São Paulo, e se encontraram em Minas no vale do rio das Velhas: nesse mesmo ano em que a bandeira de Fernão Dias deixou Piratininga, os dois maiores proprietários de terras e de gado do Piauí, recebiam cartas de vastas sesmarias com limites imprecisos próximas a Pirapora.[418]

Mais adiante na sua obra, o autor identifica os dois proprietários: seriam "Julião Afonso Serra e seu irmão Manuel Afonso Sertão".[419] Um equívoco de transcrição do texto de Felisbello Freire, que Carrara utilizou para acessar esses documentos, levou-o a confundir o nome do segundo proprietário, que é, na realidade, Domingos Afonso Sertão.[420] Esse equívoco, à

---

[417] "Registo de uma sesmaria e data de terra que se deu a Julião Afonso Serra de três léguas e meia em quadra no Rio das Velhas", 11/01/1674. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 69-71v. Publ. parcialmente em Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 56-57, 1931. Sinopse em AN. Códice 155, fls. 117.

[418] Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 116. Essa conclusão consta também de Carrara, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, dez. 2007. p. 2.

[419] Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 167.

[420] Em Freire o nome do sesmeiro está corretamente grafado. Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 52.

primeira vista mínimo, impede o leitor, no entanto, de saber que os documentos estudados se referem ao conhecido sertanista reinol.

As duas cartas de sesmaria são a única base em que se sustenta Carrara para afirmar a existência, em 1674, de um movimento a partir do Piauí em direção à futura Minas Gerais. Algumas objeções podem ser colocadas a essa conclusão. Apenas duas concessões de sesmarias não chegam a configurar, a meu ver, um "movimento". Para isso seria necessária a existência de outras concessões semelhantes, para a mesma região e no mesmo período, em que se pudessem identificar tendências de deslocamento, do Piauí para as Minas Gerais, de um número minimamente significativo de povoadores. É muito mais plausível pensar que se tratasse de mais uma ação errática do potentado português e do seu irmão, cuja ação, como no caso de outros sertanistas poderosos na colônia, dificilmente pode ser associada a uma base fixa – no caso, o Piauí –, à qual esses homens estivessem vinculados. Essa linha de explicação é reforçada pelo fato de que, como aponta o próprio Carrara, os peticionários não estavam seguros da desocupação das terras pedidas. Cabe também ressalvar que não se tratava de "vastas sesmarias com limites imprecisos", como afirma o autor, mas de áreas compatíveis com as extensões médias do período e, nesse caso específico, com limites bem definidos a partir da foz do rio das Velhas. De fato, inclino-me a pensar que duas áreas de 12,25 léguas quadradas cada uma (dois quadrados de 23 quilômetros de lado) são uma pequena superfície de terra nas margens de um rio de 760 quilômetros de extensão, que, até onde sabemos, não estava ainda territorialmente ocupado por luso-brasileiros na década de 70 do Seiscentos. A propósito, cabe enfatizar que as sesmarias foram concedidas na foz do rio, ao passo que a bandeira de Fernão Dias – esta, sim, parte de um movimento fartamente documentado – circulou por espaços próximos da atual Sabará (MG), cerca de 600 quilômetros a montante. A conjetura de Carrara enfrenta ainda problemas cronológicos. A concessão das sesmarias no rio das Velhas é de janeiro e fevereiro de 1674, quando nem mesmo tinham sido passadas as patentes para Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Sertão para o combate a índios do São Francisco, que se desdobrariam na conquista do Piauí pelo segundo.[421] O espaço do Piauí não era ainda luso-brasileiro e, portanto, não abrigava proprietários de terras e gado que

[421] As patentes são de julho do mesmo ano. (1) "Patente de capitão-mor da entrada que Vossa Senhora manda fazer às aldeias dos guarguaes, provida em o capitão Francisco Dias de Ávila", 05/07/1674. *ABN*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 363, 1877-1878; (2) "Patente do posto de capitão de infantaria da ordenança da gente que consigo leva o o capitão-mor Francisco Dias de Ávila, às entradas que vai fazer às aldeias dos guarguas, provido em Domingos Afonso Sertão", 09/07/1674. *ABN*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 363, 1877-1878.

pudessem ter participado de um suposto movimento povoador em direção ao futuro território das Minas Gerais.[422]

Na década de 90 as concessões deixam o espaço central do interior baiano, deslocando-se para as suas bordas. Entre as 26 concessões localizadas no período, 20 são referentes a um único movimento, por meio do qual um grupo de peticionários, liderado pelo paulista Matias Cardoso de Almeida, recebeu, em 1690, terras a partir das nascentes dos rios Pardo e Doce.[423] Esse conjunto de concessões, que tem sido citado pela historiografia especializada sem uma análise mais detida, merece alguns comentários. Uma primeira abordagem poderia nos surpreender, já que a nascente do rio Doce está próxima das regiões auríferas pioneiras do Ouro Preto e do Ribeirão do Carmo – ou seja, o coração das Minas Gerais estaria reconhecido e distribuído entre um grupo luso-brasileiro, com acentuada participação paulista, já na década de 90 do Seiscentos. Por outro lado, a abrangência da concessão é quase desnorteante: a nascente do rio Doce, no sudeste do atual estado de Minas Gerais, está a cerca de 600 quilômetros da nascente do rio Pardo, na divisa desse estado com a Bahia. Trata-se de duas regiões distintas sob todos os aspectos. Note-se ainda que, diferentemente das sesmarias continentais das primeiras décadas analisadas, nesse caso estamos diante de uma espécie de dupla concessão, em que são doadas as terras de um e de outro rio, sem referência ao espaço intermédio entre eles.

Um caminho viável para a abordagem desse problema seria a justificativa do pedido, abaixo transcrita:

---

[422] As primeiras sesmarias no Piauí, que deram origem à ocupação luso-brasileira desse espaço, foram concedidas somente em 1676. Costa, F. A. Pereira da. *Cronologia histórica do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974. p. 46. Note-se, ainda, sem que evidentemente esse seja um argumento definitivo, que a relação entre os dois sertanistas e o rio das Velhas desaparece da documentação depois da concessão de 1674. Nem mesmo o extenso testamento de Domingos Afonso Sertão inclui menção a essa região. [Testamento de Domingos Afonso Sertão], [22/05/1711]. In: [Processo], [1780]. ANTT, Feitos findos, Juízo da Índia e Mina, Justificações Ultramarinas, Brasil, maço 213, n. 11, fls. 25-48v (cópia manuscrita). Publ. em Pereira d'Alencastre, José Martins. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *RIHGB*, Rio de Janeiro, t. XX, p. 140-150, 1857.

[423] Cada um dos 20 peticionários recebeu quatro léguas em quadra, isto é, 16 léguas quadradas. Os concessionários são: Tenente-Geral Matias Cardoso de Almeida, Capitão Domingos Soares de Albuquerque, Mateus Furtado, João Cardoso de Almeida, José de Albuquerque, Matias de Albuquerque, Padre Vigário Antonio Filgueira, Domingos de Figueiredo Calheiros, Manoel de Aguiar da Corte, Pedro de Andrade Pereira, Francisco Teixeira Cabral, Francisco Martins Pereira, Custódio Barbosa Vilas Boas, Francisco de Lima Pinto, Capitão Manoel Soares Pereira, Sargento-mor Domingos Pires de Carvalho, Domingos Escorcio, João de Almeida, Salvador Cardoso e Matias Rodrigues. "Registo de uma sesmaria concedida a Domingos Escorcio um dos vinte nomeados", 02/03/1690. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 307 et seq. Publ. parcialmente em Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 51; e em Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 89, 1931.

> [...] eles suplicantes têm seus gados vacuns e cavalares e não têm terras onde os acomodar e a eles lhes tem vindo a notícia que no Rio Pardo e Rio Doce, sertão desta Capitania, há terras e pastos que até o presente se não ocuparam, nem pessoa alguma os descobriu, nem povoou, estão devolutas, e eles suplicantes as querem ir descobrir e povoar [...]

A passagem demonstra que, como em outros casos, os peticionários não só não haviam ocupado, como tampouco conheciam a região da concessão. O tom vago da referência à notícia que tiveram é determinante nessa conclusão. Nas petições os suplicantes sempre declaram a relação que têm com a região na qual estão as terras pretendidas, uma forma evidente de corroborar o pedido. Se nesse caso os peticionários informam que as terras pedidas não foram ainda descobertas, ocupadas ou povoadas, e que querem fazê-lo, cessando aí a sua justificação, só se pode concluir que nunca tinham posto os pés na região da concessão.

Ao provedor-mor da Fazenda Real, que informou o processo, não escapou uma segunda possibilidade: a de que a concessão de uma área tão grande (320 léguas quadradas) ao grupo de peticionários escondesse a real intenção de fazer das terras domínio de apenas um ou dois deles, que as utilizariam para fins de negócio e não de produção. Esses homens, sem ter aproveitado de maneira alguma as terras, passariam a arrendá-las ou vendê-las para aqueles que tivessem real necessidade delas, para a criação de gado e a lavoura. A exigência legal de aproveitamento das terras pelos concessionários seria facilmente contornada pela introdução de algumas poucas cabeças de gado, mascarando a real situação de ociosidade das áreas concedidas. Para evitar essa possibilidade, frequente nos casos de áreas muito grandes, o provedor-mor recomendou que se dessem a cada um dos suplicantes somente as léguas de terra que pudesse aproveitar, ficando impedida a sua alienação ou transferência de domínio. Esse parecer não deve ter influído significativamente na decisão final, na qual foi atendido plenamente o pedido original dos suplicantes, de quatro léguas quadradas para cada um, ao longo dos dois rios. Encampou-se, não obstante, a recomendação de vedação da transferência de domínio.

A duplicidade da concessão é talvez o ponto mais obscuro do documento. Os suplicantes pediram, e lhes foram concedidas nesses termos, terras demarcadas a partir das “nascenças dos ditos rios, até onde se inteirarem das ditas léguas, tudo na forma costumada, ficando os rios em meio da dita sesmaria”. Essa demarcação nos levaria a uma hipótese ainda mais

inusitada: a de que para os peticionários e as autoridades os rios Pardo e Doce estivessem próximos o bastante para que fossem utilizados conjuntamente como referência para as sesmarias. Com efeito, essa forma de referenciar terras concedidas numa região intermédia entre dois rios relativamente próximos foi utilizada em outros casos.[424] Se essa hipótese estiver correta, estaria cabalmente provado o total desconhecimento dos peticionários em relação às regiões da concessão. O que teria ocorrido mesmo com Matias Cardoso de Almeida, um dos paulistas que mais conhecia os sertões da América portuguesa.

Casos como esse põem à prova a hipótese em que me baseio, já explicitada, de que a concessão da sesmaria é um indicador da exploração e conquista das terras pedidas por grupos luso-brasileiros. Mas a hipótese resiste, pois na grande maioria dos casos a petição demonstra pleno ou parcial conhecimento dos suplicantes da região onde querem se instalar. As exceções, como bem apontou o provedor-mor autor da informação resumida acima, se davam exatamente naquelas situações em que os peticionários buscavam se antecipar a quaisquer outros pretendentes, garantindo para si a posse apenas legal de terras que sequer conheciam, de modo a poder lucrar futuramente com o seu aforamento ou venda.

Na primeira década do século XVIII há um refluxo significativo no número de concessões. Se elas chegaram a ser de 42 entre 1680 e 1689, passarão, a partir de 1700, a ser de apenas um dígito até a penúltima década considerada. A Tab. 1 expressa essa tendência, permitindo concluir que o alto número de concessões por década, característico do terço final do Seiscentos, deixara definitivamente de ser uma realidade a partir da virada do século. É plausível supor, ainda que não disponha de elementos documentais objetivos a respeito, que nessa nova tendência tenham influído decisivamente as normas reguladoras emitidas pela Coroa na segunda metade da década de 90. Essa nova legislação visava principalmente regular as áreas concedidas e impor o aproveitamento efetivo das terras. Em 1695 a Coroa decreta a perda das sesmarias de mais de quatro léguas quadradas que não tenham sido aproveitadas; em 1697 limita as áreas a serem concedidas a três léguas quadradas; e em 1699

[424] Um exemplo é a concessão, em 1681, de terras entre o rio Paraguaçu e o das Contas. “Registo de uma sesmaria do Sargento-mor Francisco Ramos o Cônego Domingos Vieira de Lima, Manoel de Oliveira Porto, e o vigário de Jacobina Antonio Filgueiras, dez léguas de terra a cada um”, 10/09/1681. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 195v-196v. A propósito um dos concessionários dessa sesmaria de 1681 é identificado como “o Vigário da Jacobina Antonio Filgueira”, podendo se tratar do mesmo “Padre Vigário Antonio Filgueira” que consta como um dos sesmeiros da concessão que estamos estudando. Outro exemplo, também entre o Paraguaçu e o das Contas, é a sesmaria de 1687, concedida a Manuel de Araújo de Aragão, anteriormente estudada.

estabelece um prêmio para o denunciante de sesmarias inaproveitadas.[425] Como de costume quanto à regulação legal das relações nos sertões, é difícil verificar até que ponto essas normas foram efetivamente cumpridas na realidade concreta. Deve-se observar, contudo, que, pelo menos no universo considerado para este trabalho, a partir de 1700 as concessões nunca mais ultrapassarão a área individual de três léguas quadradas. Esses dados sugerem que as sesmarias de hiperdimensões são coisa do passado a partir de então.

Ainda nessa decisiva primeira década do Setecentos, cabem ser lembrados alguns casos particulares de interesse para o tema. Em 1707 um grupo de cinco irmãos paulistas recebe sesmarias no vale do rio Verde Grande, em terras vazias de ocupação luso-brasileira. Essa ação pioneira dará início à formação de uma franja pecuária ao longo do rio, definindo uma nova fronteira no sertão baiano. Tratei do assunto com mais vagar em outra oportunidade.[426]

Também de 1707 é uma concessão que reflete o primeiro movimento de ocupação da região onde mais tarde se instalará o povoado de Brejo Grande, ou Brejo de São Caetano, núcleo original da atual cidade de Manga (MG), na margem esquerda do rio São Francisco. O peticionário é o capitão-mor Atanásio de Siqueira Brandão, que alega ter descoberto "umas terras em um baixo a que chamam Japoré, quatro léguas distantes do Rio de São Francisco para dentro".[427] Quando fez o pedido, Brandão já instalara um engenho nas terras. Pretendia continuar com as benfeitorias necessárias a esse engenho, bem como construir no lugar uma hospedagem para abrigo dos viajantes que atravessavam aqueles sertões. A justificativa do peticionário parece sincera: nesse remoto sertão, do qual seria o primeiro ocupador luso-brasileiro, pediu, e obteve, apenas uma légua quadrada de terra.

Em pelo menos dois casos encontrados nesse período as sesmarias funcionam como espécies de bases luso-brasileiras contra núcleos de escravos negros fugidos – os chamados *mocambos*. Em 1690 são concedidas terras a seis peticionários, que justificam o pedido alegando a necessidade de terras para criação de gado e lavoura, bem como para impedir a formação de

[425] (1) [Carta régia], 27/12/1695. AN. Códice 538, v. 2, Ordens régias, n. 7; (2) [Carta régia], 07/12/1697. AN. Códice 538, v. 2, Ordens régias, n. 5; (3) [Carta régia], 20/01/1699. AN. Códice 538, v. 2, Ordens régias, n. 4.

[426] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. Um dos sesmeiros é Antonio Gonçalves Figueira, companheiro de Matias Cardoso de Almeida na guerra contra índios do Rio Grande e Ceará e na conquista do sertão do São Francisco, que não se confunde com o Vigário Antonio Filgueira, citado anteriormente.

[427] "Sesmaria que se passou ao Capitão-mor Atanásio de Siqueira de uma légua de terra na capitania do Rio S. Francisco, freguesia do Rio Grande do Sul". Brasil. Secretaria da Educação Superior. *Documentação histórica pernambucana* : sesmarias. Recife: [s.n.], 1954. p. 151-152.

"mocambos alevantados". As terras estão entre Itabaiana, Jeremoabo e o baixo São Francisco.[428] A influência de Palmares, nucleado ao norte dessa área e não mencionado no documento, é evidente. Nos termos da concessão, "a terra fará pião em qualquer dos dois mocambos, onde diz o capitão-do-mato Antonio Fernandes, amarrou 30 e tantas pessoas um no outro, dando agora de presente à gente do Geru" (Tomar do Geru, SE).

Em 1703, três peticionários justificam o requerimento de sesmaria nas cabeceiras do rio Inhambupe alegando existirem ali

> terras que são de matos e capazes de se situarem currais por terem várias campinas, várzeas e lagoas, [onde] até o presente assistem vários negros fugidos e levantados, situadas com grandiosos mocambos, dos quais fazem os danos que são notórios.[429]

Nas duas décadas seguintes (10 e 20) a tendência de queda nas concessões se acentua drasticamente, registrando-se somente uma sesmaria em todo esse período de 20 anos. Na década de 30 há uma pequena recuperação, tendo-se encontrado seis concessões para o decênio. Quatro delas são referentes a terras no vale do rio Pardo, que parece passar no período por um influxo de povoamento luso-brasileiro. O rio continua a ser uma fronteira, destacando-se nas cartas de sesmaria as referências ao gentio bárbaro vizinho das terras concedidas. Numa delas o peticionário afirma estar sempre de armas na mão em defesa das suas fábricas (fazendas de gado).[430]

Esse conjunto de quatro cartas de sesmaria no rio Pardo, emitidas entre 1731 e 1734, é ainda útil por confirmar a hipótese de que o conjunto de concessões de 1690, estudado anteriormente, não correspondeu a uma efetiva ocupação das terras. As cartas de sesmaria da década de 30 se destinam ao trecho superior do rio Pardo, na altura da barra do rio Maravilha.[431] Se as sesmarias de 1690 tivessem sido efetivamente apossadas e demarcadas, cortariam exatamente as margens do Pardo nesse trecho, distribuindo-se rio abaixo. É digno de nota que um dos peticionários da década de 30, Simão Álvares Santos, afirma já estar "em

---

[428] "Registro de alvará de doação e sesmaria de quatro léguas de terra concedidas em nome de S.M. a Manoel Roiz Castro", 15/11/1690. AN. Códice 427, vol. 2, fls. 48-50v.

[429] "Registro de alvará de sesmaria que em nome de S.M. que Deus guarde se concede a Domingos Lucas para ele e seus descendentes uma légua de terra de largo e três de comprido", 03/12/1703. AN. Códice 427, vol. 2, fls. 191-193.

[430] Essa carta é de 1731. [Alvará de concessão de sesmaria], 09/10/1731. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 41, doc. 3717. Publ. parcialmente em *AAPEB*, Bahia [Salvador], v. XXIV, p. 32-33, 1933.

[431] Já se tinha formado então, nas imediações do rio Maravilha, o sítio de São João da Conquista (atual São João do Paraíso, MG), utilizado como referência de demarcação em duas das cartas.

pacífica posse, sem contenda de viva pessoa" (afora o gentio bárbaro que menciona), das terras que "descobriu" por volta de 1729. Nenhuma referência é feita aos concessionários de 1690, liderados por Matias Cardoso de Almeida.

Na última década estudada as concessões tendem a se voltar para áreas sertanejas próximas da faixa costeira. Das 10 sesmarias distribuídas entre 1740 e 1750, quatro localizam-se entre Itabaiana, Jeremoabo e o baixo São Francisco e quatro na região da vila de Itapicuru de Cima. Trata-se de regiões descritas em documentos do período como secas, estéreis e de baixo povoamento. Mais de um século de ocupação luso-brasileira do interior baiano impulsionara o crescimento de prósperas franjas pecuárias ao longo dos principais eixos fluviais. Terras foram distribuídas e utilizadas como base produtiva, fonte de renda ou objeto de negócio. No final do período pesquisado, em meados do século XVIII, a ocupação luso-brasileira volta-se para áreas mais pobres, que, de certa forma, permaneceram à margem do crescimento econômico propiciado pelas fazendas de gado mais produtivas.

6.4 A fazenda de gado pioneira

Em *Minas e currais*, Angelo Carrara aborda casos de fazendas de gado estabelecidas nos sertões, analisados a partir de escrituras de compra e venda e de inventários custodiados por arquivos municipais.[432] A documentação localizada e estudada pelo historiador é rica e abrange vários dos espaços sertanejos dos quais vimos tratando: o sertão do rio Verde e limites da serra de Itacambira, o sertão do Jequitaí, a barra do rio das Velhas, o vale do Paracatu, a freguesia de Santo Antonio da Manga e São Caetano do Japoré, o termo da vila do Rio das Contas, Caetité, a freguesia de Santo Antonio do Urubu e a atual Porteirinha, no norte de Minas Gerais.

A enumeração dos bens incluídos em escrituras e inventários possibilita caracterizar essas fazendas como unidades criatórias consolidadas e estáveis. A impressão geral é de uma base econômica segura e pujante: escravos, plantações, gado de corte, de carga e de tração, ferramentas. Nenhuma arma, branca ou de fogo. Tudo indica que se trata de espaços econômicos consolidados, nos quais a ocupação luso-brasileira já desenhou um perfil de prósperas fazendas de gado, que repletavam os vales dos rios sertanejos. Essa paisagem rural,

---

[432] Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 199-204.

já traçada, em linhas gerais, por Antonil, na sua descrição da pecuária sertaneja, torna-se ainda mais vívida a partir de documentos que esmiúçam o interior de uma fazenda de gado.

Significativamente diferente é o perfil das fazendas de gado pioneiras, instaladas nas zonas de fronteira da ocupação luso-brasileira. A maior parte desses casos não deixou rastros na documentação, dada a situação de instabilidade a que estavam submetidos os currais estabelecidos como enclaves luso-brasileiros nos espaços *tapuias*. Mas podemos flagrar algumas das características dessas unidades por meio das descrições deixadas por pessoas que as conheceram de perto. O foco é sempre a formação territorial e o papel que nela desempenharam essas unidades de ocupação pioneiras. Por isso, evitaremos uma abordagem econômica *stricto sensu*, ainda que, evidentemente, não estejam excluídas considerações voltadas para esses estabelecimentos enquanto unidades de produção.

É de Oliveira Viana a expressão *latifúndios fronteantes com o deserto*, por meio da qual caracterizou essas fazendas de gado pioneiras.[433] A expressão tem forte carga imagética, mas deve ser relativizada. As evidências documentais indicam, como vimos acima, que nem sempre eram latifúndios as propriedades territoriais distribuídas nos sertões. Tampouco subsiste a ideia de um deserto, se considerarmos que, além dos limites dos últimos currais, e por vezes entre eles, circulavam os grupos *tapuias* que povoavam o sertão nordeste. Aqui Oliveira Viana ecoa, conscientemente ou não, a noção colonial de que espaços não conquistados pela civilização ibero-americana eram parte do "deserto", imagem etnocêntrica que desfigura o povoamento indígena dessas áreas.

Ainda assim, a ideia da propriedade territorial criatória como última fronteira da ocupação luso-brasileira mantém a sua força e pode ser aproveitada. Para o autor, o curral de gado, que requeria baixo capital inicial, atuava como a vanguarda da expansão agrícola, precedendo a fazenda e o engenho. Seria, assim, o agente precípuo do desbravamento da terra nas zonas setentrionais da colônia, pelas quais se espalharam o gado bovino, cavalar, ovino, caprino, suíno e mesmo os galináceos. Nos "*borders* pastoris do período colonial" forma-se, na atividade criatória, um novo tipo humano, constituído pelos criadores mestiços. São eles que resistem ao primeiro ímpeto dos assaltos indígenas, atuando como "quebra-mar, que protege, contra a irrupção do gentio, o trabalho pacífico dos engenhos e das lavouras da costa".

[433] Vianna, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. p. 63-71.

A carga ideológica é evidente, mas o núcleo da ideia subsiste: o curral de gado como parte da frente pioneira de ocupação e enclave luso-brasileiro nos espaços *tapuias*. O que acrescenta um conteúdo militar às unidades de fronteira: "do norte ao sul, as fundações agrícolas e pastoris se fazem com a espada na mão".[434] Contemporaneamente, Marcos Galindo Lima disse o mesmo com outras palavras, ao sublinhar a condição de *entrincheiramento* e de *vulnerabilidade* dos assentamentos pioneiros nos sertões setentrionais.[435]

Tornou-se já clássica a passagem do "Roteiro do Maranhão a Goiás pela Capitania do Piauí", na qual o autor anônimo afirma que uma dessas fazendas pioneiras podia ser estabelecida apenas a partir de uma casa coberta de palha e alguns currais, onde se introduzia o gado, cuidado por 10 ou 12 escravos.[436] Interessa-me sobretudo destacar o fato de que na década de 70 do século XVIII, período provável da elaboração do estudo, essa condição de *rusticidade* da atividade criatória perdurava nas zonas de fronteira do sertão do Piauí. Enquanto em outras áreas sertanejas já consolidadas, como mostram os documentos levantados por Carrara, as fazendas abrigavam rebanhos de centenas ou mesmo mais de um milhar de reses, nas fronteiras do Piauí a criação de gado era ainda uma atividade pioneira, vulnerável e rústica. A condição de fronteira que estamos paulatinamente reconstituindo, ao longo deste estudo, é descontínua tanto no espaço quanto no tempo.

O autor do "Roteiro..." ressalta ainda o que chamei, em outra oportunidade, *relação de continuidade* da fazenda de gado pioneira com o meio em que se instala.[437] A conclusão do autor é clara: como as regiões mais aptas para a criação de gado são abertas e de campinas, não há que deitar abaixo a mata grossa e romper as terras à força do braço, como se faz necessário nos engenhos, roças das minas e cultivos agrícolas. Muito pouco é mudado na superfície natural da terra ocupada pelas pastagens. Contemporaneamente, Teixeira da Silva destacou a ação determinante das condições ecológicas na constituição dos traços fundadores da paisagem sertaneja.[438]

---

[434] Ibidem, p. 82.
[435] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 105.
[436] Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900. p. 88.
[437] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. p. 97.
[438] Teixeira da Silva, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos, sociedade e agricultura*, 8, p. 119-156, abril de 1997. p. 13.

Um documento dos últimos anos do século XVII nos informa a composição humana básica de uma fazenda de gado no sertão da Bahia e de Pernambuco.[439] A relação inclui o dono ou um feitor; outras pessoas brancas, que ajudavam no cuidado da fazenda; oficiais de artes mecânicas; e escravos para a guarda e o serviço do estabelecimento. Na mesma altura, o padre Miguel do Couto Carvalho nos transmite uma imagem mais completa da paisagem rural sertaneja nos primeiros tempos da ocupação luso-brasileira do Piauí. As fazendas de gado situavam-se nas margens dos riachos ou dos poços formados pelo recuo das águas das enchentes, distanciando-se umas das outras cerca de duas léguas. Havia então 129 fazendas de gado no sertão do Piauí, nas quais moravam 441 pessoas, entre brancos, negros, índios, mulatos e mestiços. Em cada uma dessas fazendas vivia comumente um branco e um negro, havendo alguns casos em que esse número era maior. Esses moradores eram arrendatários das fazendas e viviam basicamente de carne bovina, laticínios e algum mel. A carne era comida assada, porque não havia panelas onde se pudesse cozinhá-la. A água para o consumo humano era retirada de poços e lagoas, sendo por isso sempre turva e salitrosa. Os ares eram muito grossos e pouco sadios. A vestimenta básica dos moradores, que ao autor pareciam semelhantes a *tapuias*, era de couro.

Mais de meio século depois, uma paisagem ainda mais rústica será descrita pelo pároco da freguesia de São João Batista do Jeremoabo do Sertão de Cima.[440] Num continente de aproximadamente 70 léguas no sentido leste-oeste e 30 léguas no sentido norte-sul – ou seja, pouco mais de 72 mil quilômetros quadrados, supondo-se uma superfície elíptica, que correspondem a cerca de 13% da área do atual estado da Bahia –, distribuíam-se apenas 152 fazendas ou sítios, separados uns dos outros por uma, duas, três e até 12 léguas. Nesses estabelecimentos não se achavam mais do que o curraleiro, com um, dois ou mais escravos, de modo que na grande maioria das unidades havia menos de 20 pessoas. Apenas 12 fazendas eram habitadas pelos proprietários das reses nelas criadas e somente uma fazenda era habitada pelo proprietário da terra. Todas as demais unidades eram ocupadas por foreiros da Casa da Torre. Essas pessoas viviam em choupanas, quase todas cobertas de palha, sendo apenas

[439] "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco", s.d. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários", 18/12/1698. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 21-22, 1909.
[440] "Relação da Freguesia de São João Batista do Jerimuabo do Sertão de Cima, do Arcebispado da Bahia, pelo Padre Januário José de Sousa Pereira, Pároco encomendado da mesma freguesia", 29/12/1756. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2717.

quatro de teto de telha. Muitas das fazendas eram de todo secas, sem rios, fontes ou olhos d'água, o que obrigava os moradores a abrirem covas ou poços na terra, que se enchiam com as chuvas. Essa água era utilizada para consumo humano e do gado; quando se extinguia, a gente se retirava para onde havia algum olho d'água. Outras fazendas se situavam nas margens dos poucos rios da região: o Jeremoabo, o Vaza-Barris e o Massacará. O maior deles, o Vaza-Barris, tinha pouco volume, não sendo por isso navegável. Era cruzado a vau durante pelo menos nove meses do ano; no período restante, das cheias, tinha uma arrebatada e violenta corrente.

O crime grassava na freguesia de Jeremoabo, continua o pároco. Os viajantes que eram obrigados a cruzá-la, vindos principalmente do sertão de Pernambuco e do Piauí, faziam-no com temor, como se tivessem que atravessar uma terra de inimigos ou de gentio bravo. Os roubos de reses e de cavalos eram frequentes, principalmente quando os viajantes pernoitavam na povoação de Jeremoabo. A insolência dos criminosos chegava ao ponto de ameaçarem a igreja e os sucessivos párocos designados para a freguesia. O primeiro deles abandonara a região com um mês no cargo; o segundo só saía de casa cercado por escravos armados; o terceiro, quarto e quinto tinham sido violentamente expulsos da freguesia. O sexto, que era o próprio autor da relação, vinha sofrendo há oito anos as agressões dos insolentes moradores.

Os casos descritos ajudam a estabelecer uma distinção fundamental para este estudo, entre os territórios luso-brasileiros consolidados e os territórios luso-brasileiros de fronteira. Nesses últimos a vulnerabilidade física do curral de gado fazia da criação uma atividade de risco, garantida de armas na mão. A propriedade territorial luso-brasileira de fronteira distanciava-se, assim, da situação de estabilidade que animava a atividade criatória em outras regiões sertanejas, funcionando como posto avançado da ocupação luso-brasileira nos espaços *tapuias* do nordeste da colônia.

O caso de Jeremoabo coloca ainda outra questão. A região não esteve entre as mais disputadas aos *tapuias* e por isso não foi alvo, no período estudado, de ações militares como as que marcaram a conquista de outras zonas de fronteira do interior baiano. Não foi disputada por potentados e não chegou a conhecer a formação de enclaves territoriais luso-brasileiros expressivos. A fronteira em Jeremoabo parece ter sido de outra natureza. Uma *fronteira social*, assolada pela pobreza e pelo banditismo, que se constitui a partir dos débeis núcleos de

ocupação luso-brasileira do período colonial e atravessa os séculos para chegar ao final do Oitocentos como uma região conflagrada. Será na antiga freguesia de Jeremoabo, a apenas 90 quilômetros da povoação pioneira da região, que se instalará nessa época o núcleo rebelde de Canudos, palco da guerra assistida e narrada por Euclides da Cunha.

7 A POVOAÇÃO

7.1 Considerações preliminares

O terceiro elemento estruturante da ocupação luso-brasileira com o qual lidaremos é a povoação. Na paisagem eminentemente rural dos territórios sertanejos estudados, as povoações são uma primeira forma de concentração de população em lugares distintos dos espaços de produção pecuária, agrícola e extrativista característicos da economia sertaneja. Elas constituem as nucleações pioneiras que, de uma forma ainda muito rudimentar, contêm alguns dos elementos que normalmente caracterizam os espaços urbanos coloniais.

As vendas, onde se pratica o comércio a miúdo; os pousos e ranchos, onde se abrigam os viandantes; e as pequenas oficinas, onde se fazem e se consertam artefatos de couro, ferro, pedra e madeira, estão entre as mais antigas atividades encontradas nessas povoações pioneiras. As nucleações maiores recebem também rudimentos de algumas funções administrativas, sediando julgados, abrigando registros e tornando-se, nas palavras de Damasceno Fonseca, "lócus de vida social e religiosa" e "postos avançados para novos descobrimentos e conquistas".[441] Uma relação dinâmica se estabelece com os caminhos, que passam a ter nas povoações bases de apoio logístico, de suprimento de víveres e de referência de orientação durante as longas jornadas. No sentido oposto, as vias terrestres alimentam a expansão das povoações, que assim passam a se instalar prioritariamente nas suas margens. As ralas funções mercantis, administrativas e de serviços fazem da povoação sertaneja um dos elementos materiais de estruturação dos novos territórios luso-brasileiros nos sertões.

Utilizo aqui o adjetivo "urbano" associado a essas nucleações revestindo-o de todas as cautelas. A historiografia contemporânea tem insistido em que a mera existência de uma concentração populacional mais adensada não a promove imediatamente à condição de espaço urbano. Segundo o historiador Alexandre Mendes Cunha, a vida urbana, "com seus "encontros potenciais, com sua diversidade e novidade" é verificada essencialmente por "determinadas sobreposições de processos coletivos que adensam população de forma regular

[441] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 20.

e continuada, dinamizando aí múltiplas interações”.[442] “Mais do que o tamanho da nucleação, que é critério sem dúvida relativo (ainda que de grande importância), é o dado da continuidade e regularidade da vida urbana por todo o tempo que se constitui em referência crucial para a especificidade do urbano e seus desdobramentos”, conclui o autor.

Tratando de espaços urbanos incontestes, as vilas setecentistas das Minas Gerais, Damasceno Fonseca escreve:

> Notemos, ainda, que esta ligação íntima entre as povoações e as terras do entorno pode ser percebida em diversas escalas; tal aspecto é, aliás, bastante presente nas descrições e na iconografia dos viajantes estrangeiros. Mesmo quando nos deslocamos para o interior do rossio – o espaço mais restrito da administração camarária – o “urbano” e o “rural” se mesclam e se confundem continuamente. Na nobre cidade episcopal de Mariana, os sobrados e casas térreas se intercalavam com hortas e pomares, e os porcos passeavam pelas ruas calçadas; estas prolongavam-se em caminhos de terra, beirando as chácaras repletas de bananais, e chegavam mesmo a desaparecer quando atravessavam as lavras dos morros; um quarto de légua adiante, elas afloravam de novo nos arrabaldes. As vilas da colônia não eram muradas e, nas Minas, os limites do “urbano” eram fluidos e moventes. Mesmo as colunas de madeira ou de pedra, plantadas pelas câmaras nos quatro cantos do rossio, não passavam de marcos da sua autoridade, de fronteiras jurídicas e fiscais.[443]

É ocioso comentar que, se assim era nas vilas mineradoras, nos sertões a fluidez dos limites entre o “urbano” e o “rural” se fazia ainda mais marcante. A rigor, não se poderia aplicar o qualificativo “urbano” a povoações de centenas ou mesmo dezenas de moradores, que dependiam, para a sua subsistência, da atividade econômica desenvolvida nas unidades de produção rural. Nos sertões, mais do que fluírem entre si, o “rural” invade e determina o “urbano” de todas as formas. Algum princípio de diferenciação é, não obstante, necessário, para que deixemos o espaço estrito das fazendas de gado e, pelas estradas poeirentas ou lamacentas, penetremos nas primeiras povoações do sertão baiano.

7.2 Santo Antonio da Conquista

Uma das povoações mais expressivas da condição de posto “urbano” avançado da conquista e ocupação luso-brasileira é a de Santo Antonio da Conquista, também conhecida como vila de João Amaro. Ela enfeixou um conjunto de elementos históricos que a fazem única entre os

---

[442] Cunha, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 57-70, jan./jun. 2009. p. 61.

[443] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^e^ siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 491.

lugares estudados e a tornam um caso altamente representativo do tema tratado neste trabalho. Nas páginas seguintes empreenderei uma reconstituição da trajetória dessa povoação desde o mais remoto vestígio que dela restou. O objetivo é que a miniaturização da abordagem nos ajude a compreender, num movimento pendular, as linhas históricas gerais dos processos e eventos com os quais venho trabalhando.

O registro mais antigo de algum tipo de ocupação luso-brasileira do lugar onde foi estabelecida a vila de Santo Antonio da Conquista nos é informado por Pedro Barbosa Leal. Em carta escrita em 1725, o sertanista baiano afirma ter sido Gabriel Soares de Sousa o responsável, durante a sua expedição de 1591, pela construção de uma casa-forte no lugar.[444] Essa casa-forte teria sido reconhecida pelos conquistadores de Estevão Ribeiro Baião (Parente) e existiria ainda quando escreve Barbosa Leal. O sertanista recolheu essas informações diretamente de pessoas que participaram da conquista da região e ainda viviam quando lá esteve, bem como de terceiros, que tiveram notícia dos eventos narrados. Não há como, portanto, assegurar que a casa-forte que o sertanista registra existir, em 1725, defronte da vila de João Amaro, foi realmente implantada ali por Gabriel Soares de Sousa.

A fundação da vila de Santo Antonio da Conquista, ou Santo Antonio da Conquista dos Maracases, ou ainda de João Amaro, está diretamente ligada à guerra contra os povos indígenas que ocupavam a região intermédia entre os rios Paraguaçu e das Contas. Os primeiros passos para o estabelecimento da nova povoação se dão no contexto favorável das expedições lideradas por Estevão Ribeiro Baião Parente entre 1672 e 1674, quando, segundo Juan Lopes Sierra, pouco mais de dois milhares de prisioneiros maracá chegaram à cidade da Bahia.[445]

Dois editais passados pelo governador-geral permitem reconstituir os primórdios da povoação.[446] O primeiro, de 16 de setembro de 1673, é enviado às vilas da capitania de São Vicente; o segundo, de 17 de outubro do mesmo ano, é tornado público na cidade da Bahia e

---

[444] "Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreia – de 22 de novembro de 1725", 22/11/1725. *DI*, São Paulo, v. XVI, p. 59-98, 1895. p. 95. Versão manuscrita (original?) em [Carta], 12/11/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 62-70v.

[445] Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 157.

[446] (1) [Edital], 16/09/1673. ANTT. Papéis do Brasil, códice 11, fls. 93-93v; (2) [Edital], 17/10/1673. AN. Códice 538, volume 2, coleção G5, n. 5.

nas vilas do Recôncavo. Os dois documentos têm, em essência, os mesmos termos, razão pela qual acompanharemos principalmente o primeiro, ressaltando as informações adicionais providas pelo segundo.

O governador-geral argumenta que, com o fim da guerra, tendo-se destruído as aldeias dos índios e aprisionado suas várias nações, necessitava-se agora garantir as terras conquistadas. Era indispensável dar condições para a ocupação efetiva da região por criadores de gado e plantadores; para isso, resolveu determinar que Estevão Ribeiro Baião Parente, o governador da conquista, seguisse com a gente branca e o gentio que o acompanhava para um lugar previamente escolhido, onde fundaria uma vila.[447] A eleição do lugar partira do próprio governador-geral, tendo em vista o clima ameno; a proximidade do rio Paraguaçu, abundante de peixe; os matos, com muita caça; e, principalmente, a fertilidade dos terrenos, propícios para pastagens e lavouras.[448] Considerando a carência de terras na capitania de São Vicente, particularmente na vila de São Paulo, o governador-geral resolvera estimular a vinda de paulistas para a nova povoação, dando-lhes condições favoráveis, que especifica no edital: concessão de sítios para currais e terras para lavouras, sem pagamento de tributo algum por 20 anos, destinando-se o dobro da área para os povoadores casados; custeio individual de fardagem e de ferramentas; provimento da matalotagem necessária para a viagem a partir de São Paulo; custeio do frete das embarcações utilizadas na jornada; e ajuda de 10 mil réis, e mais igual quantia para as mulheres, para o apresto da mudança para o novo sítio.[449]

Logo após o primeiro edital, deve ter havido uma nova ordem do governador-geral, no sentido de que se formassem duas e não somente uma povoação. A ordem original não foi encontrada, mas essa orientação é referida em dois documentos de 22 de setembro, ambos voltados para a

[447] No segundo edital o gentio que integraria a população da nova povoação é claramente especificado como os "índios que ficaram dos que em sua companhia [do governador da conquista] vieram de S. Paulo". Ou seja, parte do contingente de combatentes indígenas levados de São Paulo para a guerra contra os *tapuias* do sertão baiano foi devolvida ao lugar de origem. Outra parte foi mantida por Estevão Ribeiro Baião Parente e com ele seguiu para o lugar da povoação a ser criada.
[448] No segundo edital o lugar escolhido é pormenorizado como "um sítio junto à aldeia onde viveram os cochos".
[449] No segundo edital algumas categorias específicas de pessoas são ressaltadas. Os "soldados paulistas" (isto é, os combatentes paulistas que, terminada a guerra, resolveram continuar com Estevão Baião Parente) receberiam dois sítios para currais, se solteiros, ou quatro, se casados. Há também uma distinção implícita entre povoadores paulistas e não-paulistas, recebendo esses últimos um, e não dois, sítio por pessoa. Os soldados que se habilitassem teriam baixa de suas funções militares. Os homiziados que tivessem obtido perdão da parte ofendida e cujo crime não tivesse sido grave poderiam igualmente se habilitar para a ocupação das terras. O mesmo para os oficiais de artes mecânicas, que receberiam o dobro do que se prometia aos moradores comuns.

regulação da distribuição de sesmarias nas duas povoações.[450] Objetivando preservar o espaço urbano, o governador-geral determinava que cada povoação tivesse oito léguas de extensão de cada lado (isto é, em cada sentido da estrada paralela ao rio), não se permitindo a concessão de sesmarias entre esses limites. No mesmo dia, ordenava aos capitães e soldados que tivessem índios em seu poder que os entregassem ao governador da conquista.[451] A constante preocupação do governador-geral com o contingente indígena que se deveria levar para o lugar da nova povoação permite supor que os primeiros currais e lavouras da região ocupada se valessem do trabalho escravo indígena. O que não impediria uma clara distinção entre os índios mansos que acompanhavam as tropas da conquista, trazidos tanto da cidade da Bahia como de São Paulo, e os índios hostis que habitavam a região onde seria instalada a povoação.[452] Se os primeiros deveriam ser transferidos como escravos para essa região, os segundos seriam submetidos, desalojados e enviados para a cidade da Bahia. É o que mostra carta régia de 1674, na qual o rei se reporta a informação recebida do governador-geral, de que Estevão Ribeiro Baião Parente chegara à cidade da Bahia com 550 índios, escravizados no lugar onde se fez a povoação.[453] Enquanto os índios levados pelos paulistas tornavam-se a mão de obra principal nos currais e lavouras do novo território, os habitantes indígenas capturados na guerra eram removidos da região logo após o fim do conflito.

A distinção entre esses dois grupos representa mais do que um detalhe no processo de construção do novo território. Há aqui uma nítida diferença de tratamento dos grupos indígenas já desculturados no Recôncavo Baiano e em São Paulo, que participariam, em condição evidentemente subalterna, da territorialização luso-brasileira, e das populações *tapuias* recém submetidas na região, que nela não poderiam permanecer, certamente em razão da ameaça que continuariam a representar. De um ângulo diferente, essa é mais uma

---

[450] (1) [Ordem do governador-geral], 22/09/1673. AN. Códice 538, volume 2, coleção G5, n. 5; (2) "Portaria que se passou ao Secretário de Estado sobre declarar nas sesmarias que se passarem neste Governo não prejudiquem as terras que se determinou terem as povoações que de novo se fizessem", 22/09/1673. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 176-177, 1929.

[451] "Portaria para se entregarem ao Governador da Conquista os índios para a povoação", 22/09/1673. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, 1929. p. 170-171.

[452] Juan Lopes Sierra informa que o contingente de índios mansos levados da cidade da Bahia para essa guerra incluía grupos de propriedade de João Peixoto Viegas, do mestre-de-campo Antonio Guedes de Brito e do capitão-mor Brás Rodrigues Adorno, bem como paiaiás das vilas de baixo (Cairu e Ilhéus) e de aldeamentos de Cachoeira. Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 101. O cronista não menciona índios levados de São Paulo, mas sabemos, por meio dos documentos históricos aqui estudados, que esses também estavam incluídos nas tropas indígenas da conquista. Parte deles era de propriedade do próprio Estevão Ribeiro Baião Parente. Entre outros, especialmente "Portaria para se entregarem ao Governador da Conquista os índios para a povoação", 22/09/1673. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, 1929. p. 170-171, 1929.

[453] "Carta de Sua Alteza sobre ficar principiada a povoação encomendando-se o acrescentamento dela", 20/11/1674. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 5, fls. 294v-295.

comprovação da hipótese de que no sertão nordeste as guerras de conquista e o processo ocupador envolveram uma participação menos significativa dos povos indígenas que habitavam esse espaço. Suspeito, ainda, que alguns dos casos de adaptação resistente e de alianças indígenas na abertura de frentes de povoamento, estudados pela historiografia contemporânea, se refiram a grupos indígenas transferidos de outras regiões para os novos territórios sertanejos. A ser assim, alguns dos processos adaptativos indígenas à nova ordem colonial teriam sido protagonizados por grupos já desculturados, trazidos de regiões coloniais consolidadas, e não pelas populações hostis conquistadas nos sertões. Isso sem dúvida reposicionaria o problema da adaptação resistente e das alianças.

A destinação dos *tapuias* capturados no sertão suscita uma segunda questão. Os documentos oficiais do período mostram que eram dois os destinos do plantel indígena escravizado: a capitania de São Vicente, em caráter prioritário, e a própria cidade da Bahia. Baseando-se exclusivamente no relato de Juan Lopes Sierra, Stuart Schwartz comentou que "os paulistas preferiram mandar esses índios a São Paulo a vendê-los na Bahia. Essa situação indica a pequena demanda das fazendas do Nordeste por escravos indígenas".[454] A informação de Sierra de que os paulistas mandaram os gentios capturados para São Vicente não é inteiramente verdadeira, pois parte deles permaneceu na Bahia, tendo sido vendidos ou dados a pessoas do lugar.[455] Ainda assim a conclusão geral de Schwartz se mantém, pois de fato São Paulo recebeu a maior parte dos índios, representada, sempre segundo a documentação oficial, por cerca de 800 indivíduos.[456] Olhando as coisas do ponto de vista de São Paulo, caberia acrescentar que essa documentação traz um significativo aporte à principal tese defendida por John Manuel Monteiro em *Negros da terra*, pois mostra que era mais interessante custear o frete de embarcações para levar pelo oceano as presas de guerra até São Vicente do que

[454] Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 298, nota 51.
[455] [Bando sobre alistamento de índios], 11/02/1673. AN. Códice 538, volume 2, coleção I2, n. 2.
[456] (1) [Ordem sobre pagamento de frete], 11/02/1673. AN. Códice 538, volume 2, coleção I2, n. 2; (2) [Acréscimo a ordem sobre pagamento de frete], 12/02/1673. AN. Códice 538, volume 2, coleção I2, n. 2. Note-se que as datas desses documentos, bem como do que foi referenciado na nota anterior, divergem das informações cronológicas fornecidas por Juan Lopes Sierra e sistematizadas no ANEXO A deste trabalho. Em fevereiro de 1673 estava-se, segundo Sierra, no intervalo entre a segunda e a terceira expedição de Baião Parente. Da segunda entrada, que retornara em agosto de 1672, não tinham resultado mais que 600 índios. Como explicar, então, que 800 escravos índios capturados nessas guerras fossem enviados para São Paulo sete meses depois? Presumo que algumas das datas informadas por Sierra possam estar erradas. O cronista escreveu três anos depois desse período, a partir de informações orais colhidas na Bahia. Se essa ressalva estiver correta, poderíamos ir além e conjeturar que a terceira expedição tenha retornado antes de fevereiro de 1673, e não em setembro do mesmo ano, como informa Sierra. Tendo trazido 1.074 índios, 800 deles foram enviados para São Paulo e o restante vendido ou dado na Bahia. O que, por fim, nos permite adicionalmente avaliar a proporção de índios levados para cada um dos dois destinos, que seria de 2,9 indivíduos destinados a São Paulo para cada indivíduo mantido na Bahia.

negociá-las na Bahia. A demanda por escravos índios nas lavouras paulistas era, em conclusão, significativamente mais alta do que nos engenhos e canaviais do nordeste da colônia.

Do ponto de vista das populações indígenas, o processo implicava claramente a sua desterritorialização. Remover os grupos indígenas hostis do sertão baiano para a capitania de São Vicente significava cortar o contato dessas populações nativas com os espaços que tradicionalmente ocupavam. Esses espaços eram então repovoados com índios aculturados trazidos da cidade da Bahia ou das vilas paulistas, garantindo-se assim que o novo território fosse formado por contingentes indígenas sem ligação anterior com ele.

Em 2 de outubro de 1673 Manuel de Hinojosa é nomeado capitão de toda a gente branca da vila e povoação de Santo Antonio da Conquista.[457] Note-se, ainda, que a partir desse documento já se volta a mencionar apenas uma povoação, a de Santo Antonio da Conquista, permitindo inferir que a decisão de fundar duas povoações tinha sido revertida.

Em 3 de outubro é emitido um documento muito interessante para os fins deste trabalho. O governador-geral manda que o provedor-mor da Fazenda Real providencie um conjunto de "coisas" pedidas por Estevão Baião Parente para a fundação da nova vila.[458] A requisição entregue pelo governador da conquista inclui pessoal, ferramentas e suprimentos:

> Memória das coisas que são necessárias para a fundação da nova vila e povoação de Santo Antonio da Conquista
>
> Uma imagem de Santo Antonio, e um frontal, e toalha para ele
> Gente que de presente há ..... // Brancos ..... 12 ..... Índios 32
> Índios que são necessários 30
> Foices 18
> Machados 60
> Enxadas 36
> Cavadores 10
> Duas barras de três palmos, uma de quatro 3
> Enxós 2
> Verrumas duas grandes e duas pequenas 4
> Cadeados uma dúzia com suas argolas 12
> Facões uma dúzia 12
> Martelos dois 2

[457] [Sinopse de patente], 02/10/1673. *ABN*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 362, 1877-1878. Essa patente é confirmada em 1677. [Traslado de patente de confirmação], 29/09/1677. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre Manuel de Araújo de Aragão que pede licença para fundar vila à sua custa, povoada com 50 casas [sic], tendo ele carta de donatário", 17/11/1687. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 28, doc. 3441-3442.
[458] [Carta do governador-geral], 03/10/1763. AN. Códice 538, volume 2, coleção G5, n. 5.

> Um serralheiro com sua tenda
> Ferro e aço ..... // Libras ..... // 10 ..... Arrobas 2
>
> Para plantas
>
> Alqueires de milho escolhido 12
> Arroz com casca um alqueire 1
> Feijão branco e preto seis alqueires 6
> Capelão com ordenado de vigário, e obrigação de ensinar
> Capitão
> Juiz
> Escrivão
> Espingardas 24
> Munição oito arrobas 8
> Pólvora três arrobas 3
> Cem alqueires de farinha 100
> Sal quatro alqueires 4
> Anzóis pragueiros [*sic*] e meios pragueiros [*sic*] 500
> Cartas de alfinetes de ferro para anzóis uma dúzia 12
> Facas duzentas 200
> Pentes 100

Uma segunda lista, contendo o que o governador-geral chama "miudezas", é também expedida. Segue a sua transcrição:

> Memória das coisas que faltam para levar o governador da conquista Estevão Ribeiro Baião Parente para a fundação da nova vila Santo Antonio da Conquista
>
> Um ferro para fazer hóstias
> Dois estojos de lancetas
> Para os doentes o que parecer ao físico-mor levar-se da botica
> Duas arrobas de farinha de trigo
> Uma dúzia de bocetas de marmelada
> Seis botijas de azeite
> Uma lâmpada de latão
> Uns castiçais de latão
> Duas linternas [lanternas?] de folha-de-flandres
> Uma esteira do Reino para o pé do altar
> Galhetas
> Uma frasqueira de vinho
> Uma frasqueira de vinagre para os doentes
> Mais três alqueires de sal dos que vão na outra memória
> Duas arrobas de açúcar para os doentes
> Cinquenta tesouras
> Uma dúzia de maços de atacas de cadarço
> Um pano de agulhas para cozer
> Um maço de linhas brancas e pardas
> Uma resma de papel

Essas listas permitem observar mais de perto a formação da nova povoação. O povoamento se iniciaria com 12 "brancos" e 32 índios já disponíveis, prevendo-se que fossem necessários mais 30 indígenas. Esse primeiro dado corrobora a minha hipótese de que, pelo menos nessa fase inicial, somente escravos índios fossem utilizados nos currais e lavouras dessa região

sertaneja. E mostra a forte dependência do trabalho compulsório, demandando-se, nessa região rústica e de ocupação luso-brasileira rudimentar, uma média de cinco escravos para cada povoador.

A primeira forma de administração seria conduzida por um juiz, um capitão e um escrivão. Um capelão se encarregaria do ensino. Uma pequena oficina de serralheiro atenderia à demanda de reparos em fechaduras e cadeados.

Ferramentas seriam utilizadas na construção de currais e habitações simples e na lavoura. Ferro e aço serviriam à confecção de objetos simples de metal.[459] Roças seriam plantadas a partir da carga de milho, arroz e feijão levada para o novo lugar. É presumível que nessa fase inicial, antes das primeiras colheitas, a base da alimentação fosse de farinha, peixe e sal. Vinte e quatro espingardas, que correspondiam a duas armas para cada povoador, com munição e pólvora, foram também previstas. Os objetos religiosos, que ocupam o primeiro lugar na lista, permitem visualizar o altar da tosca capela que se construiria no lugar.

Na segunda memória, como avisa o próprio governador-geral, listaram-se objetos de menor importância, de uso exclusivamente doméstico. Pensou-se nos doentes: lancetas, vinagre, o precioso açúcar e o que mais ao físico-mor parecesse necessário. A alimentação básica foi reforçada com a previsão de farinha de trigo, marmelada, azeite e um acréscimo na carga de sal. Algumas roupas seriam provavelmente confeccionadas no próprio lugar, para o que foram incluídas agulhas, linhas e tesouras. Pode-se pensar também em rústicos calçados em couro, para os quais seriam necessários os cadarços incluídos na relação. O interior da futura capela foi melhorado: castiçais, uma lâmpada, lanternas, esteira para o altar, galhetas, uma frasqueira de vinho e um ferro (forma) para fazer hóstias. E, por fim, algum papel.

As listas elaboradas pelo governador da conquista e pelo governador-geral abrangiam, como se vê, tudo o que se imaginava necessário para a implantação da nova povoação, desde a sua administração e principais estruturas edificadas até pequenos objetos de uso doméstico e pessoal. Ademais, antes da emissão das memórias, o governo-geral já se encarregara, como vimos anteriormente, da escolha do lugar da nova povoação, da delimitação da sua superfície e do fomento do seu povoamento. A instalação de Santo Antonio da Conquista parece nada

---

[459] O aço, que comumente associamos à moderna siderurgia, já era artesanalmente preparado. Cf. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 102.

espontânea, tendo envolvido um certo "planejamento" da sua estrutura e funções urbanas, por meio do qual foram providos os elementos humanos e materiais que se considerava indispensáveis à nova nucleação sertaneja. Esse caso se soma aos que foram levantados e discutidos pela historiografia, apontando todos eles para a necessária relativização da célebre tese de Sérgio Buarque de Holanda sobre o contraste entre a ordenação das cidades hispano-americanas e a liberdade das cidades luso-americanas.[460] Santo Antonio da Conquista é tanto mais expressiva de um certo espírito ordenador, que teria, segundo a revisão da tese clássica, marcado também as instalações urbanas portuguesas, quanto se tratava de uma nucleação fundada numa área sertaneja recém conquistada aos *tapuias*, e não na secular faixa de ocupação litorânea. O planejamento inicial não impedirá, todavia, que a povoação regrida em seu desenvolvimento histórico, o que parece ter se dado, como veremos no momento adequado, já entrado o século XVIII.

No dia 20 de outubro o governador-geral manda que se fardem os soldados que acompanhariam Baião Parente no povoamento da nova vila.[461] Atendia assim à representação desses homens, que alegaram ter voltado da jornada dos maracás "mui desbaratados de vestido e roupas". Em 5 de novembro o governador-geral ordena que o governador da conquista não impeça o retorno de índios que foram recrutados para o transporte de mantimentos até o lugar de implantação da povoação.[462] Nove dias depois Estevão Ribeiro Baião Parente é nomeado capitão-mor da vila de Santo Antonio da Conquista, que se ia fundar.[463] No dia 15 de novembro Afonso Furtado designa um barbeiro para seguir junto com o governador da conquista para o lugar da povoação. Esse oficial passaria a atender os moradores, devendo se conceder a ele sítios de terra para currais. O ofício de barbeiro deveria ser ensinado a dois ou três índios.[464]

---

[460] Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. RJ: Livraria José Olympio Editora, 1978. p. 61-100. Para uma síntese da revisão da tese de Holanda, *vide* Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita.

[461] "Portaria para o Provedor-mor mandar fardar os soldados que vão para a nova povoação", 20/10/1673. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII. p. 178, 1929.

[462] "Portaria que se passou ao Governador da Conquista Estevão Ribeiro Baião Parente", 05/11/1673. *op. cit.*, p. 184.

[463] "Provisão do cargo de capitão-mor da vila que se vai fundar, Santo Antonio da Conquista, provida em Estevão Ribeiro Baião Parente", 14/11/1673. *ABN*, Rio de Janeiro, v. IV, p. 362, 1877-1878.

[464] "Portaria que se passou a Manoel Pessoa Barbeiro que vai para a nova povoação", 15/11/1673. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 184-185, 1929.

Será somente em 14 de novembro de 1673 que se passará regimento ao governador da conquista para a fundação da nova vila, ao passo que, como temos visto, os preparativos se iniciaram pelo menos dois meses antes. O ato é emitido entre a terceira e a quarta entrada contra os maracá, comandadas por Baião Parente, incluindo tanto instruções e recomendações novas quanto uma espécie de consolidação dos editais, bandos e ordens anteriores.[465]

Por meio desse documento Estevão Ribeiro Baião Parente era instruído a erguer a povoação no lugar antes habitado pelos cochos, um dos povos conquistados. A partir dessa base, instalada em paragem de bom clima e boas terras, nas vizinhanças do rio Paraguaçu, o paulista deveria facilitar a cultura e o descobrimento de campos (para pastagens), bem como garantir a barreira contra o avanço de populações indígenas mais remotas, que de outra forma poderiam vir a ocupar os lugares recém conquistados. Estariam, assim, protegidos os moradores do Recôncavo e dos núcleos costeiros de Boipeba, Cairu e Camamu.

As tropas de ocupação seriam acompanhadas por contingentes indígenas reunidos nos Campos da Cachoeira, sendo parte deles paiaiá oriundos do aldeamento (jesuíta) de Santo André.[466]

O governador-geral recomenda particular atenção para com as roças de mandioca e de legumes a serem plantadas na povoação, que são "a coisa que é mais importante", dada a dificuldade de se mandar socorro à paragem conquistada. Plantadas essas primeiras roças, deveria ser iniciado o cultivo de tabaco e algodão, bem como realizadas experiências com o plantio de trigo e outras sementes.

Assim que chegasse ao lugar escolhido para a instalação da povoação, o governador da conquista deveria situar a praça e levantar pelourinho e igreja com altar, no qual seria

---

[465] "Cópia do Regimento que levou o Governador da Conquista Estevão Ribeiro Baião Parente quando foi para a povoação da Vila Nova S. Antonio da Conquista", 14/11/1673. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre Manuel de Araújo de Aragão que pede licença para fundar vila à sua custa, povoada com 50 casas [sic], tendo ele carta de donatário", 17/11/1687. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 28, doc. 3441-3442. Baseando-se quase exclusivamente nesse documento, Maria Fátima de Melo Toledo estudou o caso de Santo Antonio da Conquista do ponto de vista da fundação de povoados e vilas. Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 228-236.

[466] A conclusão sobre a ordem religiosa que administrava o aldeamento de Santo André, não mencionada no documento, partiu do cruzamento de informações providas por José Antonio Caldas e Luís dos Santos Vilhena. Caldas, José Antonio. *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. fac-similada. [Salvador] : Tip. Beneditina, 1951. p. 61-63. Vilhena, Luís Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. v. II, p. 544.

colocada a imagem de Santo Antonio levada pelos povoadores. A primeira missa seria celebrada e logo preparada a catequização dos índios pelo capelão que acompanhava a expedição. À nova vila o governador-geral dá o nome de Santo Antonio da Conquista, que, como vimos, já vinha sendo utilizado nos atos anteriores sobre a povoação.

Caso sucedesse algum ataque por parte de gentio bárbaro que descesse do "sertão interior", seriam recrutáveis para a defesa da povoação todos os moradores dos currais e fazendas de uma e de outra banda do rio Paraguaçu, até as aldeias dos maracás e Campos Gerais.

É presumível que esse regimento tenha encerrado a longa série de atos oficiais voltados para a instalação de Santo Antonio da Conquista. Em dezembro do mesmo ano de 1673, aproximadamente um mês após a emissão do documento, Estevão Ribeiro Baião Parente dá início à quarta e última expedição contra os maracá.

Em 18 de maio de 1674 o governador da conquista – ou governador da gente de São Paulo, como é agora conhecido Estevão Ribeiro Baião Parente – recebe a incumbência de mudar de lugar a povoação.[467] O documento, publicado na série *Documentos históricos*, está mutilado, mas a leitura do que restou permite depreender que se buscavam melhores condições de pesca e de caça. Não sabemos se essa decisão, emitida em forma de portaria, foi efetivamente cumprida. Note-se, ainda, que as passagens iniciais do ato permitem depreender que Baião Parente não residia na povoação.[468] Teria deixado no seu comando o capitão Manuel de Hinojosa, citado na portaria.

No dia seguinte Estevão Ribeiro Baião Parente recebia mercês pelos serviços prestados na conquista. Uma delas era de que a paragem que por sua iniciativa se povoasse nos sertões, tendo no mínimo 80 moradores e igreja, seria elevada à categoria de vila, recebendo o sertanista a sua donataria.[469]

---

[467] "Portaria que se passou ao Governador da gente de São Paulo para poder mudar a povoação que tem feito no sertão para outro sítio sendo mais conveniente e acomodado", 18/05/1675. *DH*, Rio de Janeiro, v. VIII, p. 218, 1929.

[468] No início da portaria há a menção a Baião Parente ter deixado principiada a povoação. Carvalho Franco afirma que Baião Parente permaneceu na Bahia pelo menos até 1677, tendo se envolvido em ações militares contra índios do sertão baiano e, também, na repressão aos quilombolas de Palmares. Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953. p. 283.

[469] "Por resolução de S.A. de 12 de Abril e.g. de maio de 674, em consultas do Conselho Ultramarino de 16 de outubro de 673; e 4 de maio do mesmo ano", 19/05/1674. ANTT. Portarias do Reino, Livro 7, fls. 92-92v.

Não está suficientemente clara a importância material ou simbólica da donataria de uma vila. A documentação consultada é omissa a respeito. Há menções gerais a honras e preeminências concedidas a donatários e seus descendentes, mas os documentos não especificam que honrarias seriam essas. Uma vaga pista é dada num documento citado por Fernanda Olival, que a historiadora informa ser do terceiro quartel do século XVII, talvez do reinado de D. João IV.[470] O texto discrimina, em caráter geral, diversas benesses e, como observa Olival, refere-as pela importância decrescente que tinham. Entre comendas, hábitos de ordens militares, tenças, lugares em mosteiros e conventos e outras honrarias e ofícios, as "vilas com suas jurisdições alcaidarias-mores" aparecem em primeiro lugar. Pode-se supor que, se o ofício de alcaide-mor de uma vila estava no topo de uma lista de benesses, mais importante ainda seria a sua donataria, que de fato aparece na documentação como um ato fundador. O donatário torna-se, como nas sociedades medievais, senhor da vila e da sua jurisdição. Por isso essa honraria, com recompensas materiais e simbólicas que não conhecemos, era disputada entre homens proeminentes da colônia, o que, veremos adiante, ocorreu também no caso de Santo Antonio da Conquista.

Uma segunda dúvida diz respeito à categoria de vila a que teria sido elevada a povoação de Santo Antonio da Conquista. Como vimos, o edital de 16 de setembro de 1673 mandava que se fundasse vila no lugar escolhido pelo governador da conquista. A partir de então a povoação é frequentemente identificada como "vila", quer seja como vila que se vai fundar, entre 1673 e 1675, quer seja como vila já estabelecida, nos anos seguintes. Não obstante, não encontrei atos oficiais de instalação da vila, que são comuns e conhecidos nos vários outros casos de criação de vilas na América portuguesa. Santo Antonio da Conquista não é citada no levantamento realizado por Nestor Goulart Reis Filho em 1968, que abrangeu as vilas criadas no Brasil até 1720.[471] Tampouco é incluída por José Antonio Caldas, que escreve em 1760, no seu "resumo das cidades e vilas que pertencem a este governo da Bahia".[472]

---

[470] ANTT. Miscelânea de Nossa Senhora da Graça de Lisboa, tomo 7D, cx. 1, p. 299. Apud Olival, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno*. Lisboa: Estar Editora, 2001. p. 114. Consultada diretamente a respeito, Fernanda Olival não forneceu informações adicionais a respeito da questão.

[471] Reis Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil* (1500/1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1968. p. 84-88. As fontes do autor foram Gandavo, Gabriel Soares de Sousa, Frei Vicente do Salvador, Aires de Casal, Aroldo de Azevedo e o "Livro Grosso do Maranhão". Note-se, no entanto, que Aires de Casal registra João Amaro como uma das vilas da comarca da Bahia, que integrava a "província" da Bahia em 1817. A mesma divergência ocorre com a Vilanova de Santo Antonio, cujo primeiro ato oficial de criação é de 1674, quando se concedeu ao fidalgo Antonio de Brito (de) Castro a mercê da donataria da vila que fundasse nas terras que tinha no rio São Francisco. [Carta de mercê], 12.02.1674. ANTT. Registro Geral de Mercês, Dom Afonso VI, Livro 19, fls. 103v. A vila, que

Um indício documental, todavia, mostra que a vila foi efetivamente criada e existiu como tal por algum período. Em 1759 o rei encaminha aos "oficiais da Câmara da Vila de Santo Antonio de João Amaro" uma cópia do Regimento das Ordenanças.[473] O mesmo ato deve ter sido passado a todas as demais vilas da colônia, pois o objetivo era dar a conhecer efetivamente o que mandava o regimento nos provimentos de oficiais das ordenanças, que, segundo a carta régia, vinham ocorrendo sem observância das ordens reais. O assunto principal do documento, fora do período estudado, não nos interessa diretamente, mas por meio dele temos um registro oficial de que Santo Antonio de João Amaro, como então já era conhecida a povoação, estava entre as vilas da América portuguesa em 1759.

Em 16 de junho de 1674, oito meses depois da primeira remessa, uma outra carga de feijão, milho e arroz é enviada para Santo Antonio da Conquista.[474] Em 13 de maio de 1675 o governador-geral emite um ato determinando que se concedesse a Estevão Baião Parente uma nova carga de ferramentas e suprimentos.[475] Nessa terceira remessa foram despachados pólvora, munição, sal do Reino, papel, machados, facões, anzóis, aço, alfinetes, facas, tesouras, limas de ferro, vinho para as missas, farinha do reino para a confecção de hóstias, uma peneira, azeite doce, vinagre, cera do Reino, biscoitos, marmelada, aguardente do Reino, linhas, alvaiade, pentes e agulhas. Atenção especial foi dada aos produtos de botica: purgas (laxantes), verdete, pedra-ume, enxofre, tincal, unguento e pó de Joanes. Nota-se aqui um certo refinamento nas necessidades da população, que passam a incluir artigos como biscoitos e aguardente do Reino e, em especial, substâncias para a cura de males do corpo, cuja demanda foi significativamente diversificada.

Não sabemos até que ponto o afastamento de Baião Parente influiu na intrincada disputa administrativa e judicial em torno da donataria da vila, que se iniciou no final dos anos 80 e se

---

atualmente é a cidade sergipana de Neópolis, é também registrada por Aires de Casal, mas tampouco foi incluída no levantamento de Reis Filho. Casal, Manuel Aires de. *Corografia luso-brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 236, 240 e 249-250. Para um detalhamento das circunstâncias que envolveram a fundação da Vilanova de Santo Antonio, *vide* Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 224-226.

[472] Caldas, José Antonio. *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* [1759]. Ed. fac-similar. [Salvador] : Tip. Beneditina, 1951. p. 219-222.

[473] [Carta régia], 27/04/1759. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 96, doc. 27.

[474] [Ordem do governador-geral], 16/06/1674. AN. Códice 538, volume 2, coleção G5, n. 5.

[475] [Ordem do governador-geral], 13/05/1675. AN. Códice 538, volume 2, coleção G5, n. 5.

prolongou até 1697, envolvendo homens poderosos no período. O primeiro documento referente à questão, localizado na pesquisa, é de 1687. Trata-se de uma provisão do governador-geral do Estado do Brasil concedendo ao baiano Manuel de Araújo de Aragão, coronel de um dos regimentos da cidade da Bahia, licença para fazer e continuar a edificação da vila de Santo Antonio da Conquista, no lugar que para ela havia sido designado pelo então governador-geral Afonso Furtado de Mendonça, no regimento passado a Estevão Ribeiro Baião Parente.[476] Na petição originária desse ato, Araújo de Aragão alegara que, com o falecimento de Mendonça e de Parente, a edificação da vila não prosseguira, ficando toda aquela terra ociosa.

No ano seguinte é emitido um alvará régio concedendo a Manuel de Araújo de Aragão a donataria da vila, desde que a fundasse à sua custa e a povoasse com 50 casais portugueses.[477] O coronel teria cinco anos para efetivar a fundação da vila, devendo, nos anos seguintes a esse período, instalar mais cinco casais por ano na povoação, de modo que em 10 anos ela perfizesse 100 casais. Essa mercê é confirmada em 1690, a pedido do interessado, por ocasião da mudança do ocupante do cargo de governador-geral.[478]

A argumentação de Araújo de Aragão para conseguir condicionalmente a donataria de Santo Antonio da Conquista sugere que a povoação tenha passado por uma regressão a partir da morte de Estevão Ribeiro Baião Parente, ocorrida em 1679.[479] Num movimento ousado, Manuel de Araújo de Aragão se apossara dos direitos inicialmente garantidos ao paulista. É o que mostra uma das passagens do alvará, na qual se escreve que o baiano pedira que se lhe concedesse a licença para a fundação da vila "com o regimento que o governador-geral que fora do dito Estado Afonso Furtado de Mendonça havia dado ao dito Estevão Ribeiro Baião, e de ser Senhor e Donatário da mesma Vila com as honras e preeminências [...]".

---

[476] [Provisão], 19/05/1687. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre Manuel de Araújo de Aragão que pede licença para fundar vila à sua custa, povoada com 50 casas [sic], tendo ele carta de donatário", 17/11/1687. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 28, doc. 3441-3442.
[477] [Alvará], 10/04/1688. ANTT. Registro Geral de Mercês, D. Pedro II, livro 4, fls. 182. Publ. em *DH*, Rio de Janeiro, v. XXIX, p. 288-291, 1935.
[478] "Carta régia confirmando o alvará que deu permissão a Manoel de Araújo Aragão para fundar a Vila de Santo Antonio da Conquista", 08/01/1690. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, v. 1, doc. 55. Ou AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI-3ª-I-1-6, fl. 47. Publ. em *AAPEB*, Bahia [Salvador], v. XXIV, p. 12-13, 1933.
[479] O ano da morte do paulista é informado por Stuart Schwartz em sinopse biográfica, elaborada a partir de fontes documentais e bibliográficas. Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 304.

Araújo de Aragão prossegue na movimentação em torno da vila. Em 1690 requer e recebe sesmaria entre a pedra da Boa Vista e as terras da vila, com extensão linear de oito ou 10 léguas ao longo do rio Paraguaçu.[480] Trata-se de uma área estéril, por isso mesmo conhecida, como informa Miguel Pereira da Costa, como *travessia*.[481] O interesse do coronel baiano nessas terras só podia estar ligado à posição estratégica que as mesmas ocupavam em relação a Santo Antonio da Conquista.

Em 1693 a Coroa emite uma provisão respondendo a petição de força que o potentado português João Peixoto Viegas movera contra Araújo de Aragão a respeito das terras da vila.[482] Viegas alegara que as terras da vila lhe tinham sido concedidas em sesmaria e que não as tinha povoado por causa do gentio, mas agora queria fazê-lo. Como não disponho da petição original, não sabemos exatamente a que concessão de sesmaria se referia o português. Deve-se observar que João Peixoto Viegas recebera, quarenta anos antes, "as terras e campos das Itapororocas, Jacuípe e Água Fria".[483] E, ainda, que Jaboatão informa que o mesmo era "grande fazendeiro e dono de terras que iam das atuais Feira de Santana a Jacobina".[484] Os lugares citados nessas fontes encontram-se a nordeste e ao norte de Santo Antonio da Conquista. De toda forma, a Coroa não atende à petição de Viegas e, mais uma vez, confirma o direito de Araújo de Aragão às terras da vila, mandando que se guardasse inteiramente o alvará de 1688.

Um ano depois da contenda bem-sucedida com João Peixoto Viegas, o coronel baiano enfrenta outro adversário poderoso. Trata-se do paulista João Amaro Maciel Parente, filho de

[480] "Registo de uma sesmaria concedida ao Coronel Manuel de Araújo de Aragão", 06/03/1690. AN. Códice 427, vol. 1, fls. 306-307.
[481] Pereira da Costa, Miguel. "Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes Cezar, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas", 15/02/1721. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 33-52. p. 35.
[482] "Provisão de Sua Majestade concedida ao Coronel Manuel de Araújo de Aragão, para que o Procurador da Coroa assista ... que deu João Peixoto Viegas contra os povoadores da Vila de S. Antonio da Conquista", 09/02/1693. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 334, fls. 257v-268. Segundo Bluteau, "dar força de alguém é queixar-se à justiça de alguma violência, v.g., de meter-se alguém de posse sem as fórmulas de direito, ou fazer alguma obra em fazenda alheia contra a vontade do proprietário". Cf. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 169.
[483] Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 13, 1931.
[484] Jaboatão, Frei Antonio de S. Maria. Genealogia Baiana ou o Catálogo Genealógico, adaptado e desenvolvido por Afonso Costa. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. 191, p. 151, 1947.

Estevão Ribeiro Baião Parente, que reivindicava o cumprimento dos termos da mercê concedida a seu pai em 1674.[485]

João Amaro, que acompanhara o pai na conquista realizada nos anos 70, fora aquinhoado com mercê de 40 mil réis de pensão, ficando-lhe também, por direito de sucessão, como filho único, as mercês concedidas a seu pai. Entre essas mercês estava a donataria da vila de Santo Antonio da Conquista. Na sua petição, esclarece o suplicante que já havia retornado a São Paulo quando o seu pai morreu. Depois disso, envolveu-se na guerra contra os *tapuias* do Ceará e do Rio Grande, onde atuara até os anos 90. Quando voltou à Bahia, encontrou o Coronel Manuel de Araújo de Aragão na posse de algumas das terras conquistadas por seu pai e por direito pertencentes ao suplicante. Dos termos, evidentemente parciais, da petição de João Amaro, se depreende que de fato o coronel baiano se aproveitara da ausência do pai e do filho para se apossar das terras de Santo Antonio da Conquista e conseguir da Coroa a donataria da vila.

Dois anos depois de iniciada a querela, o paulista consegue o seu intento. Em 1696 é emitido novo alvará régio, fazendo mercê a João Amaro Maciel Parente do título de donatário da vila que seu pai erigira na margem do rio Paraguaçu.[486] Os termos do documento indicam que fora decisivo o argumento do peticionário de que, "principiando seu pai povoação em uma das paragens, que tinha ganhado ao gentio vizinho ao rio de Paraguaçu, em que tinha feito igreja, e havendo dado princípio a algumas casas e currais os não acabara por falecer". Pesara também, evidentemente, o fato de a mercê concedida a Estevão Ribeiro Baião Parente ser anterior à de Manuel de Araújo de Aragão.[487]

Um ano depois João Amaro ainda alegava, não obstante, que a mercê da vila e das terras feita por Sua Majestade só se realizaria depois de contenda com "parte rica", achando-se o

---

[485] Citado em [Carta régia], 18/01/1694. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 6, fls. 217-218. Ou APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, v. 3, doc. 4. Para a mercê concedida a Estevão Ribeiro Baião Parente, cf. nota 469.

[486] "Alvará por que Sua Majestade faz mercê (além de outras) a João Amaro Maciel Parente do título de donatário da Vila que seu pai Estevão Baião Parente começou a erigir de novo", 31/01/1696. ANTT. Chancelaria de D. Pedro II, Livro 10, fls. 97-97v. Ou APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 334. Publ. em *DH*, Rio de Janeiro, v. LVII, p. 68-72, 1942.

[487] Essa segunda razão é enfatizada em [Carta régia], 17/01/1698. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 6, fls. 459v-460v.

suplicante já "muito pobre".[488] Essa alegação fora incluída em petição cujo objetivo era conseguir também o provimento no posto remunerado de governador da conquista e a administração dos índios. Acrescentaria ainda, em outra petição, que receava que Araújo de Aragão impedisse a execução da sentença, com força e violência, por ser homem turbulento e poderoso. Em março de 1697, atendendo aos reclamos de João Amaro, a Coroa expede duas cartas régias para o governador-geral, determinando a fiel execução da sentença favorável ao sertanista.[489]

A querela entre o baiano e o paulista quase tivera lances dramáticos. João Amaro fora ajudado por Hyerônimo Sodré Pereira, que contribuíra para a sua ida à Corte, onde o paulista apresentara a petição decisiva. Pereira era cunhado de Francisco de Araújo de Aragão, alcaide-mor da cidade da Bahia e irmão de Manuel de Araújo de Aragão. Os dois irmãos, sabedores da participação de Pereira ao lado do paulista, tramaram a sua morte por vingança. A situação parece ter sido apaziguada por carta régia de 1698, na qual o rei determinava que se fizesse tudo para conciliar os inimigos, tendo em vista as consequências que poderiam advir de um conflito entre vassalos "de tanta importância e dos principais desse Estado".[490]

Nos anos seguintes a vila de João Amaro se tornaria estratégica no controle do tráfego mercantil entre a Bahia e as minas do ouro. Em 1705 e 1706 tanto João Amaro quanto o capitão Pedro de Afonseca e Melo, também morador da vila, recebem cartas do governador-geral sobre as tomadias dos comboios ilegais que seguiam pela estrada da Bahia para as minas do ouro. Eram confiscados ouro em pó e em barra, escravos, pólvora, chumbo, espoletas, sal, açúcar e vários outros artigos.[491]

---

[488] [Carta régia], 08/02/1697. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 6, fls. 425-427. Publ. em Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1919-40. v. 2, p. 133-134.

[489] (1) [Carta régia], 09/03/1697. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, v. 4, doc. 104; (2) [Carta régia], 20/03/1697. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, v. 4, doc. 111.

[490] [Carta régia], 17/01/1698. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 6, fls. 459v-460v.

[491] (1) "Carta para o Capitão Pedro de Afonseca e Melo sobre as tomadias dos comboios", 21/03/1705. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLI, p. 21-22, 1938; (2) "Carta para o Capitão-mor João Amaro Maciel Parente sobre os comboios", 31/10/1705. Ibidem, p. 147; (3) "Carta para o Capitão-mor João Amaro Maciel Parente sobre as tomadias dos comboios, e ouro quintado, e por quintar", ??/02/1706. Ibidem, p. 157-159. Angelo Carrara estudou os processos resultantes dos confiscos de mercadorias transportadas pelo interior da Bahia e o norte de Minas Gerais. Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 124-132.

Segundo Rocha Pita, João Amaro, tencionando voltar para São Paulo, acaba por vender a vila e as terras para o próprio Manuel de Araújo de Aragão. O cronista não indica em que ano se deu essa transação.[492]

A longa disputa sobre a posse da vila mostra que, entre a última década do século XVII e os primeiros anos do seguinte, Santo Antonio da Conquista se tornara um núcleo urbano importante no sertão baiano. Sucedendo-se ao árido trecho de estrada conhecido como *travessia*, a vila representava um ponto seguro para os viajantes que circulavam pelo caminho ao longo do rio Paraguaçu a partir da cidade da Bahia. Era também um enclave luso-brasileiro numa região que, apesar da guerra de conquista mantida nos anos 70, era ainda frequentemente ameaçada por grupos indígenas hostis ao invasor. Daí ter se tornado, nos primeiros anos do Setecentos, como vimos, uma espécie de base de fiscalização da circulação mercantil entre a Bahia e as minas do ouro.

Não é esse, todavia, o quadro que encontraremos a partir da terceira década do século. Em 1721, é assim que o explorador Miguel Pereira da Costa descreve a povoação:

> Esta vila foi povoada no tempo dos primeiros possuidores, como o mostra o conservar ainda 20 e tantas casas de telhas com uma ermida de Santo Antonio; mas pelo pouco fruto que colhiam os seus moradores para passar a vida, pela quantidade de morcegos, que matavam o gado, e ainda hoje matam os cavalos; pelas sezões contínuas que ali se padecem, propriedade de todos os sítios vizinhos ao Paraguaçu; e pelos assaltos do gentio, que ali costumam dar; uns morreram e outros desertaram, tendo hoje um só morador velho, que desde aqueles primeiros anos ali vive; este com seis escravos que tem manda buscar farinha ao Boqueirão, e aguardente, e outros gêneros à Cachoeira, com que tem um modo de estalagem, em que vende por altos preços estas cousas aos que passam. Esta vila foi de João Amaro, Paulista, seu primeiro eretor e possuidor; deste passou por venda ao Coronel Manoel de Araújo e Aragão, por antonomásia o Bengala; e hoje é de seu neto do mesmo nome, e todas as terras da travessia, Maracás, e da outra parte do rio como também das que se seguem nesta derrota até os distritos do Rio das Contas.[493]

[492] Pita, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa.* [1730]. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 181. Pedro Taques faz referência à escritura de venda da vila em uma carta a Frei Gaspar da Madre de Deus. É possível que o linhagista tenha encontrado e estudado esse documento, que todavia não é referido em outros textos de sua autoria e não deve ter sido acessado por outros pesquisadores, permanecendo, portanto, desconhecido. Para a referência a essa carta, cf. Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1928. v. 4, p. 369.

[493] Pereira da Costa, Miguel. “Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes Cezar, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas”, 15/02/1721. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 33-52. p. 35.

O relatório de Pereira da Costa é bastante claro sobre os motivos do esvaziamento da vila: condições precárias de subsistência dos moradores, morcegos, doenças provocadas pelas águas malsãs do Paraguaçu e ameaças do gentio. Quatro anos mais tarde, atendendo a uma demanda régia, o governador-geral informa ao rei que na "Vila de Santo Antonio da Conquista dos Maracases" há somente alguns moradores e fazendas distantes umas das outras. O caminho entre a cidade da Bahia e a vila, cuja distância foi superestimada pelo governador em 60 léguas, é descrito como um "sertão quase deserto". Ainda assim, fazia-se necessário haver em Santo Antonio da Conquista o posto de capitão-mor, por se tratar da "entrada geral para as Minas".[494]

Em 1727, a mesma situação: a vila de João Amaro está deserta e nela os índios bravos mataram um escravo que ia para uma fazenda.[495] Os grupos indígenas que reagem à conquista passam claramente por um recrudescimento da sua força nesses anos, mostrando que a guerra dos anos 70 não os extinguira ou aprisionara de todo. O "gentio bárbaro" que "infestava" – termos recorrentes na documentação – os distritos da vila de Cairu, de Jequiriçá e da vila de João Amaro confrontava continuamente os moradores e os viajantes, assaltando fazendas e roubando comboios de mercadorias. Uma patente militar concedida em 1736 refere-se à "agrestidão da campanha" que o nomeado promoveu contra o inimigo nesses três distritos.[496]

Em 1778, já fora dos marcos temporais deste estudo, o relator da jornada do governador Luís da Cunha Menezes da cidade da Bahia à Vila Boa de Goiás assim descreve a Vila de João Amaro:

> Desta vila não resta mais que uma pequena ermida de Sto. Antonio na qual se diz missa uma vez no ano, quando vem o Pároco a desobrigação da Quaresma, e duas senzalas, que são umas habitações de madeira e barro formando uma espécie de tabique, ligadas estas com tiras de couro cru em lugar de pregos e cobertas de palha de tábua ou folhas de palmeira.[497]

---

[494] [Carta do governador-geral ao rei], 30/05/1725. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 19, doc. 101a. E tb. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 166-166v; ou AHU. Bahia, Avulsos, caixa 21, doc. 1942. Na última fonte a redação é ligeiramente diferente, mencionando-se a vila na "estrada" (e não "entrada") geral para as Minas".

[495] Esse fato provocou uma expedição punitiva comandada pelo capitão-mor Antonio Veloso da Silva. "Sobre o encontro que teve o capitão-mor Antonio Veloso com o gentio bárbaro", 24/03/1727. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 377-377v.

[496] "Patente do Posto de Capitão digo de Sargento Mor da conquista ... provido na ... Sebastião Roiz Braga", 12/01/1736. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 352, fls. 44. V. tb. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 355, fls. 305-306v.

[497] "Jornada que fez Luís da Cunha Menezes da Cidade da Bahia para a Vila de Caxoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goyaz aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778". In

***

Santo Antonio da Conquista é um caso precioso para a abordagem histórica. Simultaneamente exemplar e contra-exemplar das tendências históricas discutidas neste trabalho, a trajetória da povoação enfeixa contradições e paradoxos cuja análise ilumina traços essenciais da ocupação luso-brasileira do sertão baiano.

A primeira dessas características é a condição de *reversibilidade da ocupação luso-brasileira* da zona de fronteira nucleada na povoação. A vila, cuja instalação iniciou-se em 1673 e que conheceu alguma importância no final do século XVII, entra em claro retrocesso a partir da terceira década do Setecentos. Instabilidade dos assentamentos pioneiros, dissonância entre os potentados que atuam na região, retomada da reação indígena e mesmo condições naturais adversas fazem da povoação uma experiência mal-sucedida de povoamento luso-brasileiro e de ampliação da área de soberania portuguesa. Ao despovoamento indígena sucede uma situação temporária de repovoamento luso-brasileiro, que, no entanto, não se sustenta e acaba por dar em novo ciclo de despovoamento. O estrito controle governamental dos primeiros tempos, quando a ocupação foi indubitavelmente impulsionada pelo governo-geral, cede lugar a uma condição de indefinição do domínio territorial. A povoação regride e encolhe ao longo do Setecentos, chegando ao século seguinte como uma "pequena aldeia com casas de madeira e cobertas de feno".[498] Essa trajetória histórica descontínua, rastreável na documentação preservada, torna Santo Antonio da Conquista um caso emblemático da condição de reversibilidade que marca a ocupação luso-brasileira das áreas de fronteira do sertão baiano.

Sem dúvida estava nos horizontes do governo-geral a superação da solução de continuidade entre a costa e a região recém conquistada do médio Paraguaçu, fazendo da nova povoação a barreira final contra o avanço do gentio. Aquém dela, em direção ao litoral, ou, mais especificamente, aos núcleos litorâneos de Cairu, Camamu e Boipeba, se consolidaria o território contínuo. A documentação histórica revela que isso não foi possível. Além das dificuldades naturais do trecho conhecido como travessia, o gentio bárbaro continuaria a

---

Bertran, Paulo (org., ed.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. p. 71-75. p. 72.

[498] Casal, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação histórico-geográfica do Reino de Portugal [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 240.

acometer o espaço intermédio entre Santo Antonio da Conquista e a costa por pelo menos mais um século. Em meados do Setecentos ainda se emitiam patentes para postos militares na "bandeira da conquista do gentio bárbaro do Boqueirão", um desses sítios intermediários. Os assaltos indígenas já não eram então tão frequentes quanto em 1668, quando se criara esse corpo militar, mas o gentio não se extinguira totalmente, tendo parte dele se entranhado no sertão, de onde continuava a representar uma ameaça.[499] Persistia, em alguma medida, a descontinuidade entre o litoral e o médio Paraguaçu, tendo, portanto, a povoação de Santo Antonio da Conquista fracassado como barreira contra o gentio bárbaro e fomento à plena territorialização do espaço intermediário.

A base hidrográfica da ocupação, tendência histórica que será analisada no capítulo 10, revela peculiaridades no caso de Santo Antonio da Conquista. Normalmente entre as principais funções dos rios no processo de exploração, conquista e ocupação dos espaços sertanejos estavam a circulação fluvial e o abastecimento de água potável para a população humana. Não foi esse, como vimos, o caso do Paraguaçu, inavegável e de águas malsãs. Ainda assim a proximidade do rio foi decisiva na escolha do lugar da nova povoação, em razão do provimento de peixe, dos matos com caça abundante e da fertilidade dos terrenos ribeirinhos. Mesmo destituído de duas primordiais qualidades para o povoamento, o rio mantinha significativa importância no processo ocupador luso-brasileiro.

Mas é na sua intrínseca condição "urbana" que Santo Antonio da Conquista revela as contradições históricas mais expressivas. Como vimos, a povoação foi instalada a partir de um detalhado planejamento prévio do governo-geral, que contradita em tudo a noção convencional da espontaneidade na criação dos núcleos urbanos portugueses. Do ponto de vista estrito das ações de governo, o abandono posterior sugere mais a descontinuidade administrativa do governo-geral e uma certa pessoalização dos negócios públicos – pois a primeira justificativa para a desmobilização da povoação são as mortes de Afonso Furtado de

[499] (1) [Patente de capitão da bandeira da conquista do Boqueirão], 05/04/1758. In: "Requerimento de Francisco Sampaio de Queirós ao rei [D. José] solicitando confirmação da patente de capitão de Bandeira de Guerra da Conquista do Boqueirão, de que é capitão-mor Joaquim da Costa Cardoso", [ant. 04/02/1760]. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 143, doc. 11015; (2) [Patente de capitão da bandeira da conquista do Boqueirão], 28/09/1758. In: Carta do chanceler da Relação da Bahia, Tomás Robi de Barros Barreto, ao rei [D. José] em resposta à provisão sobre a confirmação de Frutuoso da Silva Henriques ao posto de capitão da Bandeira da Conquista do gentio bárbaro do Boqueirão", 18/11/1760. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 145, doc. 11132. Há outras nomeações para esse corpo militar na documentação do AHU, que se prolongam até 1805. O segundo conjunto de documentos é especialmente interessante. Inclui cópia da carta régia de 1668 que ordenou o início da guerra contra o gentio do médio Paraguaçu, em razão dos ataques às vilas de Cairu, Camamu e Boipeba. Cita ainda, já em 1760, a existência de um registro na região do Boqueirão, responsável pela repressão ao contrabando de ouro em pó.

Mendonça e Estevão Ribeiro Baião Parente – do que a ausência da administração colonial nos sertões. Pode-se perguntar, a partir dessas considerações, se o caso particular negaria uma das hipóteses deste trabalho, concernente à debilidade da ação metropolitana no espaço estudado. Estou seguro de que a resposta é não. Ainda que não seja o único caso característico de planejamento da urbanização, Santo Antonio da Conquista representa uma tendência francamente minoritária no contexto colonial dos sertões.[500] A tendência majoritária foi a da criação autônoma e espontânea de arraiais e povoações sertanejas, por ação de bandeirantes, criadores de gado, mineradores e potentados. Casos como o do arraial de Matias Cardoso, criado por paulistas autônomos no médio São Francisco, são mais numerosos do que estruturas urbanas planejadas como Santo Antonio da Conquista. O que, mais uma vez, denuncia a intrigante peculiaridade da trajetória histórica dessa povoação.

A determinação do governo-geral em implantar um enclave luso-brasileiro no médio Paraguaçu provocou uma curiosa inversão no ritmo histórico comumente seguido na ocupação das zonas pecuárias de fronteira, nas quais se instalavam inicialmente os rústicos currais e fazendas de gado, aos quais se seguiam, em posição secundária e determinada, as povoações "urbanas".[501] Por outro lado, se não anterior, a criação de Santo Antonio da Conquista é no mínimo concomitante com a concessão das primeiras sesmarias e a formação das unidades pecuárias pioneiras no médio Paraguaçu. Mais que uma questão meramente cronológica, a documentação histórica sugere que se pretendia que a povoação funcionasse como núcleo urbano dinamizador da distribuição de terras e da ocupação econômica da região. Portanto, nesse novo e precário território colonial, por uma ação de governo, o urbano antecedeu o rural.

Esses traços artificiais e atípicos da formação de Santo Antonio da Conquista podem constituir, do ponto de vista lógico, a explicação última do fracasso da povoação. A intervenção ordenadora do governo-geral esbarrava em limitações estruturais, ditadas pelo desconhecimento geográfico, pelas distâncias e pela ameaça constante de recrudescimento dos ataques indígenas. Os núcleos urbanos que vingaram no sertão baiano consolidaram-se graças

[500] Hal Langfur estudou o caso do arraial de Cuieté, igualmente planejado pelas autoridades coloniais e igualmente fracassado como assentamento pioneiro nos sertões. Cuieté foi implantado pelo governo de Minas Gerais, em meados do século XVIII, nos sertões do leste da capitania. Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

[501] Para uma análise do caráter secundário e determinado das povoações urbanas em relação ao meio rural nas áreas pecuárias sertanejas, *vide* Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. cap. 3.

à capacidade dos moradores de se sobrepor às resistências do meio e às ameaças indígenas. Essa capacidade, por sua vez, longe de constituir um fator de ordem subjetiva, foi objetivamente determinada pela formação de franjas pecuárias que, conquanto sujeitas à instabilidade da fronteira, podiam garantir a existência dos arraiais e povoados. A Coroa e o governo-geral tiveram pouca influência nesse processo genético das povoações sertanejas. A regulação metropolitana chegava depois, e muitas vezes tardiamente, por meio da criação de mecanismos de controle jurídico-político, aplicados a entidades urbanas já existentes de fato. Quando se tentou fazer diferente, como no caso de Santo Antonio da Conquista, a realidade concreta impôs entraves que desfiguraram o projeto inicial e levaram à falência a povoação planejada.

7.3 A distribuição de povoações e distritos

A análise quantitativa, aplicada à distribuição de sesmarias e de postos militares, não é possível para o caso das povoações estabelecidas no interior baiano no período estudado. A razão é relativamente simples. Em territórios de base rural, a instalação de povoações com alguma feição urbana se processa lentamente, num ritmo que não faz compensadora uma análise estatística.

Contudo, o mapeamento espacial e temporal dessas povoações, bem como da população que habitava as unidades territoriais definidas na documentação, é factível e nos ajuda a compreender as tendências de formação de algum tipo de estrutura urbana no espaço estudado.

Como tenho feito com as demais unidades de ocupação, buscar as povoações pioneiras significa recuar até a primeira ocorrência documental do topônimo. Partindo dessa primeira ocorrência, o topônimo é então verificado nas fontes secundárias, cruzando-se informações históricas e geográficas para se chegar ao período de instalação da primeira forma de povoação com características próximas de uma aglomeração urbana. A Enciclopédia dos Municípios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, publicada entre 1957 e 1960, foi utilizada com cautela, em razão dos frequentes erros de datilografia de datas e da ausência de referência a fontes.

No mapeamento realizado preferiu-se sempre buscar o período de efetiva instalação de uma primeira forma de povoação. Evitou-se, assim, o critério estritamente administrativo, que partiria dos atos legais de criação de freguesias e vilas. Com efeito, mais do que saber em que ano foi legalmente criada determinada freguesia ou vila, interessa chegar aos períodos em que formas de povoação com características tendencialmente urbanas foram instaladas no espaço em objeto, o que, em geral, prescindiu de instrumentos legais ou de atos de governo. Houve sem dúvida exceções a esse princípio; de fato, no caso da povoação de Santo Antonio da Conquista, abordado anteriormente, as coisas não se deram assim. É importante remarcar, de toda forma, que estou trabalhando com marcos temporais que, na maioria dos casos, antecedem a criação de estruturas jurídico-políticas e administrativas de controle do espaço em objeto.

O termo genérico utilizado para a identificação dessas primeiras formas urbanas foi o de *povoação*. Ele é aqui utilizado na primeira acepção em que é encontrado no dicionário de Bluteau: "os moradores de um lugar, vila ou cidade, ou o mesmo lugar, vila ou cidade, como quando se diz grande ou pequena povoação"[502]. Na grande maioria das ocorrências do termo na documentação consultada, ele guardava esse sentido concreto de referência a um lugar com características tendencialmente urbanas, que pode ser identificado geograficamente e nomeado. Essa observação, que pode parecer óbvia para a maior parte dos casos, torna-se necessária na abordagem de ocorrências como "povoação do rio das Rãs", em que se coloca uma dúvida inicial: refere-se a um lugar urbano, a um lugar rural ou mesmo ao ato de povoar?[503] Nesses casos dúbios, a ocorrência não foi considerada no mapeamento da ocupação urbana. Nos demais termos que ocorrem na documentação – arraial, povoado, freguesia, vila – não houve, evidentemente, a mesma dúvida, de vez que a conotação urbana desses vocábulos é praticamente inerente ao seu significado lexical.

---

[502] Cf. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 662.

[503] As diferentes acepções do termo *povoação* podem levar a equívocos como o de Maria Fátima de Melo Toledo, que supôs a existência de "povoados" – isto é, lugares urbanos – na Lagoa de Pernaguá (Piauí), rio Preto, rio Grande e rio São Francisco, a partir de uma referência feita numa carta régia de 1698. Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. p. 219. O documento original, todavia, refere-se às "nossas povoações" no sentido genérico de territórios luso-brasileiros, que nessas áreas sertanejas tinham base rural, formada a partir das fazendas de gado. [Carta régia], 02/12/1698. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 33, doc. 4226-4227.

A discussão dessas dificuldades tem não somente o interesse intrínseco de clarear as decisões metodológicas tomadas ao longo do estudo, mas também o objetivo mais amplo de sublinhar as demandas específicas de uma pesquisa voltada para os momentos e lugares *pioneiros* da ocupação luso-brasileira dos sertões. Referências documentais oficiais a povoações sem nome, identificadas genericamente ao longo de um rio, são características das situações de fronteira temporal e espacial com as quais estou trabalhando.

A par do registro das povoações, foram também destacadas as referências à população que habitava as diversas circunscrições territoriais definidas pela documentação para o espaço em estudo. Essas circunscrições aparecem, nas fontes primárias recolhidas, em quatro tipos: freguesia, distrito, continente e povoação. As povoações e as circunscrições territoriais, com os limites, extensões e populações definidos pela documentação, foram representados no Mapa 4, que guiará a análise realizada neste passo do estudo.

MAPA 4 – DISTRIBUIÇÃO DE POVOAÇÕES NO INTERIOR DA BAHIA – 1640-1750
Década da mais antiga referência documental à povoação
1 1650 – 1659
2 1660 – 1669
3 1670 – 1679
4 1680 – 1689
5 1690 – 1699
6 1700 – 1709
7 1710 – 1719
8 1720 – 1729
9 1730 – 1739
10 1740 – 1750
Circunscrição territorial (freguesia, distrito, continente e povoação)
25 leg Extensão em léguas da circunscrição territorial
300 mor Número de moradores da circunscrição territorial
Rio
Lugar
Jeremoabo Paragem
São Francisco
30 leg, +50 mor (1735)
Pambu
Rodelas
25 leg, 200 mor (1737) 400 mor (1748)
Sobrado
Juazeiro
Santo Sé
Pilão Arcado
40 leg, 400 mor (1743) (distritos das margens do São Francisco)
Barra do Rio Grande do Sul
20 leg, 40 mor (1737)
Jacobina
Morro do Chapéu
50 leg, 200 mor (1735)
Bom Jardim
60 leg, 3000 mor (1722)
Brejo 2 leg, 58 mor (1734) 10 leg, 200 mor (1739)
Urubu
Santo Antonio da Conquista (Vila de João Amaro) +20 cas (1721)
Bom Jesus +60 cas (1731)
Mato Grosso 27 cas (1731)
Lapa do Bom Jesus 50 cas (1750)
Rio das Contas 20 cas (1731)
Caetité
50 leg, 500 mor (1734) 250 leg, 80 mor (1735)
Arraial de Matias Cardoso 25 leg, 160 mor (1736)
+400 mor (1739) (1743)
São Romão
Barra do Rio das Velhas
Porto Seguro
Cidade da Bahia
Cachoeira
São João de Água Fria
Inhambupe de Cima
Itapicuru de Cima
Serrinha
Lagarto
Jeremoabo
+25 leg, +300 mor (1733)
50 leg, 130 mor (1734)
Itabaiana
Gurguéia
Pajeú
Vaza-Barris
Jacurici
Pancaruí
Salitre
Jacaré
Verde
Paramirim
Preto
Grande
Corrente
Itapicuru
Real
Jacuípe
Inhambupe
do Peixe
Paratigi
Capivari
Paraguaçu
Sincorá
Una
Jequiriçá
das Rãs
das Contas
Carinhanha
Japoré
Verde Pequeno
Maravilha
Gorutuba
Pardo
Verde Grande
Vacaria
Jequitinhonha
Paracatu
Fanado
Capivari
Setúbal
Araçuaí
das Velhas
Doce

A primeira constatação é a do baixo número de povoações. Excetuadas as duas vilas mineradoras, no período de 110 anos com o qual estamos trabalhando, para o conjunto das áreas sertanejas da Bahia, registram-se apenas 21 núcleos populacionais com características tendencialmente urbanas. Em grande parte dos casos trata-se de pequenas concentrações populacionais, com apenas algumas centenas ou mesmo dezenas de moradores.[504] A povoação mais populosa registrada foi a do Brejo, localizada entre o baixo Paramirim e o médio São Francisco. Em 1739 uma patente militar a dá como um território de 10 léguas de extensão e 200 moradores. Deve-se registrar, contudo, que, cinco anos antes, a extensão anotada para a mesma povoação foi de duas léguas e a população de 58 moradores. Note-se, ainda, a grande extensão territorial definida na patente de 1739, para uma unidade de ocupação que constituía um núcleo "urbano" – lembremo-nos, a propósito, que um dos atos de criação da povoação de Santo Antonio da Conquista definia uma extensão total de 16 léguas para uma concentração igualmente urbana. O caso do Brejo é também interessante por se tratar de uma povoação que não aparece em outros contextos na documentação consultada; de fato, o núcleo é praticamente desconhecido como unidade de ocupação do sertão baiano. É possível que estejamos diante de mais um caso de regressão do desenvolvimento histórico de uma povoação que deve ter tido alguma importância por volta da década de 30 do século XVIII.

A segunda povoação em população é o arraial de Matias Cardoso, com 160 moradores, distribuídos, em 1736, por um território de 25 léguas de extensão. Estudei a povoação em outra oportunidade, ressaltando a importância logística que teve nas primeiras décadas do Setecentos, quando funcionou como um enclave luso-brasileiro de ocupação de uma região tomada a índios *tapuias* por antigos bandeirantes paulistas.[505]

Baseando-se em fontes documentais, a historiografia sempre localizou o arraial de Matias Cardoso nas proximidades da barra do rio Verde Grande, que desde 1721 faz a divisa entre a Bahia e as Minas Gerais. É fato unanimemente aceito que o arraial instalado por Matias Cardoso passou por duas mudanças de lugar. Segundo Basílio de Magalhães, Januário Cardoso, filho do sertanista, foi o responsável por transferir a povoação primeiramente para um lugar chamado Arraial do Meio e, posteriormente, para Morrinhos, que é hoje a sede do

[504] Essas povoações estão listadas no quadro constante do ANEXO B deste trabalho, no qual foram incluídos também núcleos populacionais das áreas vizinhas do interior da capitania da Bahia, como as Minas Gerais e o Piauí.

[505] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

município de Matias Cardoso.[506] Nesse último lugar foi edificada a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos, que se tornaria um dos ícones da ocupação paulista da região.[507] O arraial mais antigo teria desaparecido numa enchente. A historiografia sobre o tema tem localizado essa primeira povoação, estabelecida por Matias Cardoso, nas proximidades da barra do rio Verde Grande.

Recentemente, Ângelo Carrara pôs em dúvida essa localização, repercutindo hipótese que fora colocada em 1979 por Simeão Ribeiro Pires. Segundo esse último autor,

> Observamos apenas que o citado arraial de Matias Cardoso, não é o atual do mesmo nome, distrito de Manga.
>
> O arraial referido por Antonil se relaciona com um arraial de Morrinhos da Caatinga, que desapareceu com as enchentes.
>
> Na implantação de um sistema rodoviário, que somente agora se inicia com a Fundação Rural Mineira (Ruralminas), na Jaíba, foram encontrados vestígios de um arraial que julgamos ser o de Matias Cardoso.
>
> O atual distrito de Matias Cardoso, nada tem a ver com o arraial do grande sertanista.[508]

Pires refere-se às ruínas da capela de Mocambinho, na margem esquerda do rio Verde Grande, no atual município de Jaíba (MG).[509] Carrara aprimora a hipótese, opinando que de fato a igreja de Mocambinho seria a mesma do antigo arraial de Matias Cardoso, denominada Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso.[510] A primeira localização do arraial do sertanista, portanto, teria sido nesse lugar de Mocambinho, situado a cerca de 90 quilômetros da sede do atual município mineiro de Matias Cardoso. Posteriormente, em razão de uma enchente ocorrida por volta de 1712, teria sido transferido para os lugares seguintes, que não são objeto de controvérsia. Se a hipótese estiver correta, a igreja de Nossa Senhora da Conceição dos Morrinhos, na sede do atual município de Matias Cardoso, que já abrigou o túmulo de

---

[506] Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 235. Vários outros autores mencionam as duas mudanças de lugar do arraial originalmente estabelecido por Matias Cardoso. Para uma obra especificamente voltada para Minas Gerais, *vide* Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1995. p. 200.

[507] Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009.

[508] Pires, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, Minas Gráfica e Editora, 1979. p. 89. O distrito de Matias Cardoso citado pelo autor foi emancipado de Manga e é hoje município.

[509] Sobre a igreja de Mocambinho, *vide* Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – Iepha-MG. *Projeto de pesquisa Ruínas de Mocambinho.* Quarto Relatório. Belo Horizonte, dezembro de 1993. Mimeo.

[510] Carrara, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 574-596, dez. 2007. p. 10.

Januário Cardoso, não teria sido o primeiro templo católico erguido na região. Essa posição seria ocupada pela Igreja de Nossa Senhora do Bom Sucesso, hoje em ruínas em Mocambinho.

Dois documentos coletados para esta pesquisa fragilizam essa hipótese. Trata-se de cartas de autoria de Dom João de Lencastro, a primeira sem data, dirigida à Corte, e a segunda, de 1701, dirigida ao próprio Matias Cardoso de Almeida.[511] Em ambas a menção é explícita ao arraial de Matias Cardoso "na barra do rio Verde". Há uma remota possibilidade de que o primeiro arraial tenha sido transferido de lugar antes da elaboração dessas cartas. Mas nesse caso isso teria ocorrido antes da enchente de 1712, tomada por Carrara como explicação para a mudança. A propósito, se foi realmente a enchente o motivo da trasladação do primeiro arraial, não teria sentido levá-lo da margem de um rio menor (Verde Grande) para a margem do São Francisco, o maior rio da região. Mas faria sentido mudá-lo das proximidades do encontro do Verde Grande com o São Francisco, onde os efeitos das cheias teriam sido mais intensos, para um ponto menos exposto, na margem direita do segundo rio. O que reforça a localização correntemente colocada pela historiografia. Ademais, deve-se ressaltar que, até onde conheço, não há registros documentais de mudanças de lugar de povoações que as tenham levado para tão longe da localização original, como os 90 quilômetros em questão. A mudança de lugar de Rio das Contas levou a povoação para um ponto a 13 quilômetros do primeiro sítio.[512] São João del-Rei foi transferida, ao longo da primeira metade do século XVIII, para um novo lugar, situando-se ambos os sítios, o original e o novo, no perímetro urbano da cidade contemporânea.[513]

---

[511] (1) [Carta do governador-geral à Corte], [entre 05/03/1701 e 03/07/1702]. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 407-408 e 458-459. A atribuição de autoria dessa carta, sem assinatura, foi feita em Rau, Virgínia Roberts; Silva, Maria Fernanda Gomes. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: Universidade, 1954. v. 2, p. 320-323. O teor do documento indica que deve ter sido elaborado enquanto o autor era governador-geral e posteriormente à abertura do caminho entre a Bahia e as minas. A abertura desse caminho é mencionada por João de Lencastro em outra carta, datada de 05/03/1701, já estudada. Podemos, por isso, considerar que o documento em questão foi escrito entre essa data e 03/07/1702, quando terminou o governo de João de Lencastro; (2) "Carta de Dom João de Lencastro para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida", 04/05/1701. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149.

[512] Trata-se da distância entre as atuais cidades de Rio de Contas e de Livramento do Brumado, sendo esta última o sítio original.

[513] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 434-436. A autora trata nas páginas seguintes da mudança de lugar de outra povoação das Minas Gerais, a vila do Príncipe, que foi trasladada para um ponto a onze léguas do sítio original. Note-se, no entanto, que a nova localização foi escolhida não em função de interesses impessoais, como na maioria dos casos, mas pela mera circunstância de que uma amante do juiz local residia no segundo lugar.

Um ponto, todavia, permanece enigmático. A freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial, ou de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial de Matias Cardoso, aparece em nove documentos entre 1703 e 1736.[514] Suponho que as duas denominações se refiram à mesma freguesia, tendo em vista a semelhança das expressões e o fato de que, em duas das patentes da primeira ocorrência, o nome da freguesia é seguido da informação "sertão desta capitania" e em uma terceira, também da primeira ocorrência, da expressão "no sertão do rio de São Francisco". Cabe lembrar ainda que Felisbello Freire refere-se à criação, em 1730, do distrito militar de Nossa Senhora de Bom Sucesso do Arraial de Matias Cardoso.[515]

O nome dessa freguesia, indicando uma igreja cujo orago é Nossa Senhora do Bom Sucesso, não coincide com o orago da matriz do (terceiro) arraial de Matias Cardoso, que é Nossa Senhora da Conceição. Podemos conjeturar que, com a (segunda) mudança de lugar do arraial, tenha sido mudado também o orago da igreja, mas tenha se mantido a denominação original da freguesia na documentação oficial.

Uma terceira povoação a ser ressaltada é o arraial de Bom Jesus, localizado nas proximidades da nascente do rio das Contas, no caminho entre a vila do Rio das Contas e a vila da Jacobina. O arraial teria mais de 60 casas em 1731, quando foi visitado por Joaquim Quaresma Delgado. Oito léguas e meia ao sul ficava o arraial de Mato Grosso, com 27 casas no mesmo ano. Os dois arraiais faziam parte da região de influência das jazidas auríferas do rio das Contas, mas é de se ressaltar que em 1731 eram ambos mais populosos que a própria vila do Rio das Contas, que contava então com apenas 20 casas.[516]

---

[514] (1) APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livros 336, 339, 352 e 354; (2) AHU. Bahia, Avulsos, caixa 21, doc. 1893; caixa 35, doc. 3203; (3) ANTT. Registro Geral de Mercês, D. João V, livro 22, fls. 238; (4) ANTT. Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13609. Dos nove documentos referidos, oito são patentes militares.

[515] Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 187.

[516] Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota das Minas da Jacobina para as do Rio das Contas", [173-]. Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 503-510. O arraial do Bom Jesus é também representado, com uma igreja ou capela, no mapa do padre Jacobo Cocleo. Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo. AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798. Não disponho de dados para estimar, a partir da referência ao número de casas, qual seria a população dessas povoações. Cabe aqui uma breve discussão terminológica. Em alguns outros casos encontram-se referências similares, à quantidade de "casas" de um lugar, e não, como é mais comum, ao número de "moradores". O termo "fogo" parece ser posterior, pois não foi encontrado em nenhum dos documentos consultados. Devo registrar que, em 1756, em Jeremoabo, habitavam 252 pessoas em 32 casas, o que dá uma média de quase 8 pessoas por casa. "Relação da Freguesia de São João Batista do Jerimuabo do Sertão de Cima, do Arcebispado da Bahia, pelo Padre Januário José de Sousa Pereira, Pároco encomendado da mesma freguesia", 29/12/1756. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2717. Não considero, todavia, que esse dado possa ser aplicado indiscriminadamente às demais regiões sertanejas abordadas neste estudo, tendo em vista as diferenças geográficas e históricas entre elas. Mesmo o

Deixemos as povoações pontuais e passemos à análise das circunscrições territoriais de larga superfície. O termo genérico utilizado na documentação é *distrito*, por meio do qual são estabelecidos os limites de áreas de jurisdição de pessoas nomeadas para postos militares. Como em alguns casos esses atos de nomeação incluem a extensão e o número de habitantes do distrito, é possível utilizá-los como fontes para a análise das concentrações populacionais características do espaço estudado. A mais extensa e populosa circunscrição registrada, tratada na documentação como o *continente dos regimentos de infantaria da ordenança do sertão*, tinha como limites a Jacobina, o longo trecho do rio São Francisco até a barra do rio das Velhas, a Gorotuba e Rio das Contas (*vide* delimitação em rosa no Mapa 4).[517] Esse território era dado como de 60 léguas de extensão e habitado por três mil moradores em 1722.

Outra circunscrição territorial definida compunha-se dos distritos compreendidos entre a barra do rio Verde Grande e a costa marítima (ou, nos termos da documentação, a "pancada do mar").[518] Penso que essa imprecisa delimitação possa ser considerada como uma faixa que ia da foz do Verde Grande à costa, cortando o rio das Contas (*vide* delimitação em lilás no mapa). Em 1734 essa área tinha 50 léguas de extensão e 500 moradores. Um terceiro caso foi o dos "distritos das margens do São Francisco", sem delimitação mais detalhada, que tinham 40 léguas e 400 moradores em 1743. E, ainda, devo ressaltar a freguesia do Jeremoabo, que chegou a ter 300 moradores em 1733, distribuídos em uma circunscrição de 25 léguas de extensão. Note-se, contudo, que no ano seguinte são mencionados apenas 130 moradores,

---

termo "moradores", aparentemente mais preciso, suscita dúvidas. Estudando as referências documentais disponíveis sobre o número de habitantes de Pernambuco no meado do Seiscentos, Evaldo Cabral de Mello presume que se possa equiparar a expressão "moradores" a "fogos" (domicílios), o que implicaria em multiplicar por 4 ou 5 o número de moradores documentalmente registrados para se chegar à população total da região. Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada* : guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998. p. 218. Se assim era para uma região que devia estar entre as mais densamente povoadas da América portuguesa, é razoável supor que para os espaços remotos do sertão a equiparação fosse ainda mais adequada. Ou seja, é pouco provável que um explorador ou uma autoridade colonial utilizassem o termo "moradores" para se referir à população total de um determinado espaço sertanejo; pode-se presumir que com esse vocábulo quisessem se referir apenas aos domicílios existentes, o que evidentemente alteraria as ordens de grandeza desses dados. Todavia, como essas considerações são apenas conjeturais, optei por tomar o termo ao pé da letra, na acepção literal e única em que é encontrado no dicionário de Raphael Bluteau, o que implica equiparar "moradores" a indivíduos e não a domicílios. Cf. Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. p. 102. p. 574.

[517] A delimitação dessa circunscrição territorial partiu da combinação de duas patentes militares. A primeira, de 1719, nomeia Pedro Leolino Mariz para coronel do regimento de infantaria da ordenança dos distritos especificados acima. A segunda, de 1722, trata a área de jurisdição do coronel Mariz como o *continente dos regimentos de infantaria da ordenança do sertão*. (1) "Patente do posto de Coronel do Regimento de Infantaria da Ordenança dos distritos da Jacobina provido em Pedro Leolino Maris", 23/12/1719. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 336; (2) [Patente], 11/10/1722. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 47, doc 4231.

[518] Oito patentes militares foram localizadas com essa delimitação. A mais antiga é de 04/03/1734. [Patente], 04/03/1734. AHU. Bahia, Avulsos, cx. 51, doc. 4477.

para uma circunscrição duas vezes maior, o que é mais um sinal de que as cifras mencionadas na documentação devem ser trabalhadas com cautela.[519]

Esses números revelam uma característica central do povoamento luso-brasileiro do espaço estudado: a rarefação da ocupação demográfica. A maior circunscrição territorial definida na documentação, acima referida, tinha em 1722 o mesmo número de moradores que a vila de São Paulo duas décadas e meia antes. Ou correspondia a um décimo dos habitantes de Salvador também em fins do século XVII.[520] Apenas três mil pessoas se distribuíam por um território que recobria toda a porção centro-oeste e sudoeste do interior baiano.

As maiores nucleações "urbanas" sertanejas, como vimos, chegaram a ter apenas duas centenas de moradores. Isso certamente se refletia na administração dos territórios. Fora das áreas mineradoras, apenas uma povoação conheceu a condição de vila no período e espaço estudados. Em 1745 o arraial de Santo Antonio do Urubu foi elevado a essa categoria pela Coroa, atendendo a parecer do ouvidor-geral da comarca da Bahia da parte do Sul, emitido no ano anterior.[521] O parecer é ilustrativo das tendências históricas que vimos estudando. Segundo o ouvidor, tanto o arraial do Urubu quanto o de Bom Jardim, ambos no termo da vila do Rio das Contas, eram bem povoados, especialmente por se situarem na estrada por onde circulavam boiadas, cavalos e outros gêneros para as Minas Gerais e os Goiases, antevendo-se um crescimento desse tráfego com a recente descoberta das minas de Santa Ana do Paracatu. Nessa estrada e no sertão eram frequentes os assassinatos e roubos, facilitados pela possibilidade de fuga dos criminosos para a outra banda do rio São Francisco, que, por ser jurisdição de Pernambuco, não era alcançada pela justiça da vila do Rio das Contas. Além disso, as pessoas que tinham causas a apresentar à justiça da vila eram obrigadas a enfrentar uma viagem de dez dias a partir de qualquer um dos dois arraiais, agravada pelas enchentes que embaraçavam as passagens dos rios na época das cheias. Chegados a Rio das Contas, podiam se alojar somente debaixo de uma tolda ou no mato. O lugar, sempre segundo o ouvidor, não tinha mais do que o nome (de vila), encontrando-se "despovoado", sem pastos e ilhado entre dois rios caudalosos, onde sucediam várias desgraças. Com isso, subiam a níveis

---

[519] (1) "Patente do posto de Coronel do Regimento de Infantaria da Ordenança do Sertão desta Capitania provido na pessoa do Sargento-mor Domingos Gonçalves Barreiros", 24/09/1733. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro/maço 352; (2) [Patente], 15/12/1734. AHU. Bahia, Avulsos, cx. 55, doc. 4767.

[520] Os dados de população de São Paulo e de Salvador foram baseados em estimativas de Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 194.

[521] (1) [Carta régia], 02/10/1745. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 14, fls. 259v-260. Publ. em *AAPEB*, Bahia, ano VII, vol. XI, p. 352-353, 1923; (2) Citado em [Consulta do Conselho Ultramarino], 13/11/1747. AHU. Bahia, Avulsos, cx. 92, doc. 7456.

exorbitantes os custos com diligências judiciais, que em muitos casos ultrapassavam o valor da própria causa. Eram frequentes os desmandos, as arbitrariedades e a apropriação ilegal de bens de órfãos por parte de juízes e escrivães. A causa de tudo isso eram os "dilatados longes, que afiançavam os desordenados procedimentos, na suposição de nunca serem sabidos, e também o não servirem nesta vila, os cargos da república as pessoas de melhor capacidade". Diante desses fatos, sugeria o ouvidor que se elevasse à condição de vila um dos dois arraiais, sendo o do Urubu o mais indicado, por ser a povoação mais antiga de toda a comarca (da Bahia da parte do sul) e a primeira freguesia de todo aquele sertão. Sugeria ainda que a vila do Rio das Contas fosse mudada de lugar, atendendo ao pleito da população local, o que também foi feito no ano de 1745.[522]

A rarefação populacional e as distâncias a vencer no contato entre as diversas partes do sertão baiano não eram condições somente das áreas não mineradoras. Mesmo a vila do Rio das Contas, sede de uma das duas regiões de extração aurífera da Bahia, contava, como vimos, apenas duas dezenas de casas em 1731, sete anos depois da sua elevação a vila. Em 1744, encontrava-se em situação ainda mais decadente. Segundo o parecer do ouvidor, a vila estava sujeita a inundações provocadas pelas lavras de ouro nos rios que desciam pelas serras vizinhas e fora estabelecida num sítio "péssimo e ardentíssimo", fora da área de comércio da população mineradora. Os preços eram muito altos, não havia casa de câmara e cadeia e as casas eram de capim ou palha.

Os principais eixos da incipiente "urbanização" de algumas áreas do sertão baiano estavam ao longo dos rios e, entre eles, especialmente o São Francisco. Das 21 povoações identificadas, 13 se encontravam nas margens do rio, sendo nove delas na margem direita, sob a jurisdição da capitania da Bahia. O caminho marginal ao rio e a via fluvial que ele mesmo representava, estudados no capítulo sobre os caminhos, dinamizaram a formação de arraiais e povoados, que se distribuíram de forma mais ou menos regular entre a barra do rio das Velhas e a faixa costeira. No longo trecho, de centenas de quilômetros, entre o encontro com o rio das Velhas e a cachoeira de Paulo Afonso, que define as áreas sertanejas do vale do São Francisco e dá inteligibilidade ao próprio sertão baiano, foram estabelecidos pequenos núcleos populacionais com alguma feição urbana. Nesse eixo formaram-se as povoações mais antigas do sertão da

---

[522] [Consulta do Conselho Ultramarino], 13/11/1747. AHU. Bahia, Avulsos, cx. 92, doc. 7456. Ou AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 14, fls. 260-261. Ou BN. Divisão de Manuscritos, II-33,26,39.

Bahia: Pambu, Rodelas, Barra do Rio Grande do Sul, Matias Cardoso. Também a maior parte das circunscrições territoriais em que há registro de extensão e população estavam ao longo do rio ou tinham-no como um dos marcos delimitadores.

Fora do São Francisco, a nucleação "urbana" concentrou-se nas áreas mineradoras e nas suas adjacências. Povoações que não estavam diretamente envolvidas com a extração mineral foram dinamizadas pelas minas de ouro, seja como núcleos de abastecimento da população mineradora, seja como lugares estrategicamente formados ao longo de caminhos. Essas funções dos núcleos urbanos, todavia, estão longe da expressão que tiveram, por comparação, nos caminhos que levavam às Minas Gerais. Na sua viagem entre Jacobina e Rio das Contas, em 1731 e 1732, Quaresma Delgado registrou apenas duas povoações: Bom Jesus e Mato Grosso, este último já na área de influência da vila do Rio das Contas. Entre Rio das Contas e Minas Novas, no mesmo período, mais uma vez, apenas duas povoações: Caetité e Tocambira.

Um terceiro conjunto de nucleações formou-se entre os vales dos rios que nascem no sertão e desembocam no oceano, ao norte da Baía de Todos os Santos: Inhambupe, Itapicuru, Real e Vaza-Barris. Esses territórios, apesar de estarem entre os de ocupação mais antiga do sertão baiano, não se expandiram ao longo do período estudado. Seis anos depois do marco temporal final deste trabalho, em 1756, o pároco que assistia na freguesia de São João Batista do Jeremoabo registra apenas três povoações nessa circunscrição: a própria Jeremoabo, Massacará e Saco dos Morcegos. Na primeira, onde estava a matriz, moravam 252 pessoas em 32 casas. Os brancos eram cinco, sendo o restante da população formado por pardos, mestiços, índios e negros escravos.[523]

No mesmo ano, registra o vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Nazareth do Itapicuru de Cima que essa povoação cresceu muito pouco desde a sua instalação, em razão da pobreza provocada pela esterilidade da terra.[524] Um ano depois, o vigário da Freguesia do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambupe de Cima informa que a circunscrição "não tem

---

[523] "Relação da Freguesia de São João Batista do Jerimuabo do Sertão de Cima, do Arcebispado da Bahia, pelo Padre Januário José de Sousa Pereira, Pároco encomendado da mesma freguesia", 29/12/1756. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2717.

[524] "Informação sobre a extensão, lugares, capelas, rios e pessoas de comunhão da Freguesia de Nossa Senhora do Nazareth do Itapicuru de Cima, pelo Vigário José de Góes Araújo e Vasconcelos", 02/06/1757. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2711.

povoações; porque não há multidão de povo junto em um só sítio, apenas uma família”.[525] Informação similar nos dá, no mesmo ano de 1757, o vigário da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, sobre a Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Sertão do Rio Real de Cima: “não há lugares nem povoações aldeadas que constem de muitas casas e vizinhos juntos, senão somente de fazendas ou sítios em que habitam os moradores por estes sertões”.[526]

A rarefação demográfica e a inexistência de núcleos expressivos de condensação da população foram, em última análise, determinadas pela base rural e pela descontinuidade da ocupação das áreas estudadas. Numa região caracterizada sobretudo por atividades econômicas ligadas ao campo, nenhuma delas conectada diretamente ao mercado internacional, sendo a pecuária bovina a mais importante, os poucos e pequenos núcleos populacionais de perfil tendencialmente urbano ocupavam posição secundária em relação às unidades rurais. A isso se somava a reversibilidade do desenvolvimento histórico de povoações como Santo Antonio da Conquista, cuja trajetória repetiu a tendência regressiva que marcou outras unidades territoriais de fronteira. O resultado foi um espaço dilatado pontilhado por pálidas nucleações populacionais, cujas funções mercantis, administrativas e de serviços mal chegavam a configurar estruturas urbanas no sentido estrito da expressão. Mesmo que com essas restrições, arraiais, povoados e vilas foram importantes no avanço luso-brasileiro e na ocupação, ainda que precária, das fronteiras internas do sertão baiano.

[525] “Relação da Freguesia do Divino Espírito Santo do Sertão do Inhambupe de Cima, pelo Vigário encomendado Joaquim de Santana”, 10/02/1757. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2714.

[526] “Relação da Freguesia de Nossa Senhora dos Campos do Sertão do Rio Real de cima da Capitania de Sergipe del Rei, termo da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, pelo Vigário André de Freitas Paiva”, 02/06/1757. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2716.

8 O POSTO MILITAR

8.1 Considerações preliminares

Neste passo do trabalho voltaremos o foco para as nomeações de pessoas para a ocupação de postos militares nos sertões. A hipótese, como no caso das demais unidades de ocupação, é que essas nomeações contribuíram para estruturar a instalação luso-brasileira nos novos territórios apossados no interior baiano. Cada nomeação significava a atribuição de uma quantidade limitada de poder a uma pessoa que, pelas mais variadas razões, parecia às autoridades interessante ter como uma força mobilizável nos territórios sertanejos. Suponho, ainda, que o fato de uma determinada circunscrição militar, administrativa ou urbana ter sido objeto do provimento de um posto militar qualquer é um índice de que essa área já era objeto de algum grau de controle luso-brasileiro, ou pelo menos estava no âmbito dos espaços conhecidos dos novos ocupadores. A nomeação para um posto militar, portanto, interessa aqui menos pelo seu significado intrínseco do que pelo que representa na formação territorial do interior baiano.

Ainda assim, interessa trazer algumas informações preliminares sobre a organização militar da América portuguesa e sobre a posição que nela ocupavam as tropas de ordenanças, às quais pertence o conjunto de nomeações estudado neste capítulo. Segundo o especialista Francis Albert Cotta, os corpos militares em ação na colônia distribuíam-se em tropas regulares, auxiliares, irregulares e outros tipos de corpo e serviço, como os pedestres e capitães-do-mato, que, ainda que não se encaixassem no modelo clássico, atuavam igualmente na manutenção da ordem.[527] Nas Minas Gerais setecentistas, as tropas regulares, de primeira linha, recebiam soldo, fardamento, armamento, farinha, azeite, cavalos e serviços de saúde. As tropas auxiliares, compostas por regimentos de cavalaria de nobreza, de cavalaria comum e de infantaria, formavam a segunda instância na estrutura militar. As ordenanças ou tropas irregulares eram a terceira instância. Cotta ressalta a expressão coeva *paisanos armados*, pela qual eram também conhecidos os integrantes desses últimos corpos militares. Segundo ele, essa expressão

[527] Cotta, Francis Albert. Organização militar. In: Romeiro, Adriana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003. p. 220-223. p. 218-220. O trabalho de Cotta é aqui utilizado como uma referência geral, pois o objeto da análise do autor são as Minas Gerais do século XVIII.

> teria carregado em si a essência do que seria a qualidade militar dos integrantes das ordenanças: um grupo de homens que não possuía instrução militar sistemática, mas que, de forma paradoxal, foi utilizado em missões de caráter militar e em atividades de controle interno.

A estrutura hierárquica dos oficiais dessas tropas limitava-se ao mestre-de-campo, ao capitão-mor, ao sargento-mor, ao capitão de distrito e ao alferes. A ocupação de um posto nas ordenanças não redundava, sempre segundo Cotta, em ganhos monetários, mas sim em prestígio, promoção social e posição de comando. "Os componentes das ordenanças permaneciam em atividades particulares e somente em caso de grave perturbação da ordem eram empenhados. Deveriam possuir, por conta própria, armas e equipamentos e, de forma semelhante às milícias, não recebiam soldo".[528] A compensação pelas atividades desempenhadas no posto militar era de fato simbólica: Stuart Schwartz sublinha o fato de que "para os senhores de engenho e fazendeiros em geral uma patente das ordenanças era considerada uma distinção social e, por vezes, um substituto do título nobiliárquico".[529]

Ainda que, pelas características expostas, as ordenanças formassem corpos irregulares na organização militar da América portuguesa, os seus integrantes podiam ser decisivos na manutenção da ordem política e administrativa da sociedade colonial. Schwartz acentua, talvez com certo excesso, o papel desses corpos militares no Brasil, afirmando que eles eram verdadeiramente as principais unidades de defesa, lutando na maioria das campanhas e desempenhando boa parte das atividades típicas da soldadesca.[530]

As características peculiares das ordenanças parecem ter se originado no regimento passado ao governador-geral Tomé de Souza em 1548. Por esse instrumento a atuação das tropas regulares era completada pelas linhas auxiliares, cuja composição era de responsabilidade dos moradores. Como ressalta Pedro Puntoni, pressupunha-se possível mobilizar o conjunto da população (masculina) das colônias, tendo um alvará de 1569 tornado obrigatória a posse de armas de fogo e armas brancas por todos os homens livres do Brasil. Em 1570 é emitido o "regimento geral das ordenanças", que instituía os corpos de ordenança formados pelo engajamento obrigatório de todos os moradores de um termo com idade entre 18 e 60 anos,

---

[528] Ibidem, p. 220.

[529] Schwartz, Stuart. Uma nota acerca da organização militar portuguesa e brasileira. In: Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.). *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 317-320. p. 320.

[530] Ibidem, p. 318-319.

com exceção dos eclesiásticos e dos fidalgos.[531] Sem dúvida essa imagem de uma sociedade mobilizável em toda a sua extensão e a qualquer tempo refletia a natureza bélica dos impérios do Antigo Regime. Do ponto de vista que interessa a este trabalho, a organização legal das ordenanças garantiu-lhes uma penetração e uma capilaridade que não foram igualadas por nenhum outro corpo militar na América portuguesa. Por outro lado, a abrangência do recrutamento, pelo menos em tese, e a dispersão espacial foram também o ponto fraco das tropas irregulares. Sem soldo, não aquarteladas, sem formação regular e mobilizadas esporadicamente, as tropas das ordenanças certamente estiveram longe da constância de atuação das tropas regulares.

Cabe, a esse respeito, sublinhar uma característica normalmente não abordada pelos estudiosos da organização militar colonial, mas que ganha interesse para o tema da formação territorial. A ausência de aquartelamento, isto é, a inexistência de estruturas físicas tais como quartéis e similares parece ter sido um traço comum a todos os regimentos de ordenança, independentemente da sua localização. Suponho que possamos associar os estabelecimentos militares exclusivamente às tropas regulares. Isso explica o fato de que nos espaços estudados neste trabalho, cuja ocupação militar era representada exclusivamente pelas ordenanças, não se registrem documentalmente quartéis ou estruturas físicas semelhantes.[532]

O quartel, que em outros espaços funcionou como aglutinador do povoamento luso-brasileiro, tendo sido mesmo a origem de povoados e vilas, esteve, portanto, ausente das áreas pecuárias do sertão baiano. A inexistência desses estabelecimentos contribuiu para enfraquecer a presença militar nos sertões e privou-os de unidades territoriais de garantia da conquista e estímulo à ocupação que foram importantes em outras áreas coloniais.[533]

---

[531] Puntoni, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: Castro, Celso, Izecksohn; Vitor; Kraay, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 43-66. p. 44.

[532] Estou excluindo dessa caracterização as casas-fortes, abordadas no capítulo 3, de vez que constituíam estruturas temporárias, bem como o único registro sertanejo encontrado na documentação pesquisada, por se referir mais à função fiscal do que à ocupação militar *stricto sensu*.

[533] Nas Minas Gerais, em razão da atividade mineradora, estabelecimentos militares espalharam-se pelo território, inclusive nas suas áreas sertanejas. A partir da década de 70 do século XVIII os cartógrafos, principalmente militares, passam a registrar os quartéis, registros, guardas e patrulhas existentes na capitania. Cf. Rocha, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. No século XIX vários quartéis do médio Jequitinhonha tornar-se-iam cidades. Para um estudo descritivo que inclui uma abordagem desse movimento, *vide* texto de minha autoria em Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente. *Jequitinhonha* : a riqueza de um vale. Belo Horizonte: Instituto Terrazul, 2006.

Na sua tese de doutoramento, Cotta fornece informações detalhadas sobre a composição dos corpos de ordenanças e as funções desempenhadas por seus membros.[534] As ordenanças eram formadas pelos moradores locais e designadas de acordo com os lugares onde estavam sediadas e com a *qualidade de gente* que os compunham. Em cada vila existiria um capitão-mor responsável por um conjunto de ordenanças de homens pardos, *pretos libertos* e brancos. À frente de cada ordenança estava um capitão, conhecido por *capitão comandante de distrito*, responsável direto pela execução das determinações dos capitães-generais, repassadas pelos capitães-mores.

O posto de capitão-mor era preenchido pelas *pessoas principais da terra*, investidas nessa função pela Coroa. Para José Murilo de Carvalho, citado por Cotta, o poder dos capitães-mores vinha do fato de serem grandes proprietários de terras, comerciantes e sesmeiros, "que simplesmente camuflavam com a capa do poder público o exercício de um domínio privado". Dividiam esse poder com as câmaras das cidades e vilas, controladas pelos homens bons.[535]

Nos sertões, onde o controle político-administrativo metropolitano era menor e poucos núcleos urbanos desfrutavam da condição de vila, o posto de capitão-mor se diversificava em denominações e áreas de atuação. Havia nomeações para capitães-mores de distritos, de freguesias, de povoações e, mais diretamente ligadas às guerras de apropriação e garantia de espaços, de entradas e de conquistas.

***

As patentes militares para postos em tropas de ordenanças foram pesquisadas em 30 livros de documentos, custodiados pelo Arquivo Público do Estado da Bahia, que correspondem a nomeações feitas entre 1648 e 1760.[536] Um desses livros constitui o chamado Índice Geral de Patentes, um manuscrito setecentista de 329 folhas no qual foram indexadas as patentes providas entre 1648 e 1787, constantes de 32 livros de registros desses atos, existentes na

---

[534] Cotta, Francis Albert. *No rastro dos Dragões*: Políticas da Ordem e o Universo Militar nas Minas Setecentistas. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. p. 186-189.

[535] Carvalho, José Murilo de. *Federalismo y centralización en el imperio brasileño*, p. 51-80. Apud Cotta, op. cit., p. 188.

[536] APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livros 330-343 e 345-359. Segundo informações da equipe do APB, o livro 344 nunca existiu. Note-se que a faixa temporal abrangida pela documentação levou a pesquisa, neste tópico específico das patentes militares, a excluir a década de 40 do século XVII do levantamento.

Secretaria de Estado da Bahia.[537] Esse índice foi de grande importância tanto para suprir o desaparecimento de dois livros de registros, quanto para preencher lacunas de informações detectadas nos livros disponíveis. No índice são fornecidos o nome do patenteado, o posto militar e o lugar de nomeação, sendo os registros organizados por período de governo. Outras fontes foram utilizadas, em caráter subsidiário, mas a grande maioria dos dados foi recolhida nos livros de patentes militares da Seção Colonial e Provincial do APB.

8.2 A distribuição de patentes entre 1650 e 1750

Para o período de 1650 a 1750, foram encontradas 239 patentes relevantes para o objeto deste trabalho. Esse conjunto de registros permitiu a análise da distribuição quantitativa e geográfica das nomeações para postos militares no interior baiano.

A coleta de dados norteou-se por critérios que devem ser explicitados. Buscou-se sempre, para uma dada região e posto militar, os atos de nomeação mais antigos, e somente esses foram considerados. Ou seja – e essa é uma informação fundamental a ser considerada –, não estamos lidando com o número total de patentes encontradas, mas com o número total de patentes *pioneiras* encontradas. Nos casos de nomeações sucessivas para uma mesma região e posto militar (que ocorrem, por exemplo, em situações de falecimento, mudança de residência ou promoção do ocupante anterior), somente foi considerado o ato mais antigo, que reflete, na linha da análise empírica adotada, o movimento pioneiro de controle militar do território. Isso explica o relativamente baixo número de patentes consideradas, correspondente a uma média de 2,4 nomeações por ano.

Por outro lado, patentes para postos diferentes numa mesma circunscrição militar foram consideradas uma a uma. A razão é que a quantidade de postos militares existentes é também um indicador da importância da região do ponto de vista das iniciativas de controle militar do território.

Em alguns casos, na ausência da patente original, foi utilizada a patente de confirmação, encontrada em fontes da Torre do Tombo (livros das chancelarias reais) e também do próprio APB. Sabe-se que em muitos casos podiam decorrer anos entre a nomeação original e a

---

[537] APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 626-15.

confirmação, o que poderia tornar o ano da segunda impreciso como índice do controle militar pioneiro do território. Ainda assim, optou-se por considerar o dado.

Não foram considerados, no levantamento quantitativo, os casos tipificados abaixo:

1) patentes para capitão e capitão-mor de aldeias de índios. Trata-se, supostamente, de aldeamentos indígenas controlados por ordens religiosas, cuja administração temporal era exercida por essas figuras;

2) patentes para postos militares em corpos temporários (exemplo: capitão de toda a gente que vai ao sertão). Trata-se de contingentes formados temporariamente para atender a demandas específicas, não configurando, por si só, controle militar permanente;

3) patentes em circunscrições militares definidas genericamente a partir de rios com trechos litorâneos (exemplo: "Rio Real"). Como nesses casos não havia como saber se se tratava do trecho sertanejo ou do trecho costeiro do rio, o dado não foi considerado. Note-se, todavia, que em alguns atos especificou-se direta ou indiretamente o trecho sertanejo ("Rio Real do Sertão", "Rio Real de Cima"), permitindo considerar o dado.

Similarmente ao procedimento adotado para a representação cartográfica das sesmarias, também na confecção dos mapas de distribuição de patentes foram considerados somente os limites das áreas de atuação definidas nos atos de nomeação. Deve-se notar que em alguns casos essas áreas são muito extensas, o que permite supor que não se referiam a um território luso-brasileiro plenamente ocupado (por exemplo, a nomeação para um posto militar a ser exercido em uma área que vai da Cachoeira à povoação de Rodelas). Nesses casos foram representados nos mapas somente os extremos da área de atuação definida.

De imediato, temos que lidar com uma importante tendência: a ausência de registros relevantes nas duas primeiras décadas em análise. Ainda que áreas específicas e limitadas do sertão baiano já fossem conhecidas, percorridas e disputadas aos *tapuias* nesse período, não houve nomeações para o exercício de postos militares nesse espaço no período de 1650 a 1669. Na década seguinte (1670-1679) as nomeações se iniciam num ritmo lento, tendo se registrado, nesse período, apenas três patentes. Essa tendência estatística confirma os dados providos pela reconstituição histórica da conquista do espaço em estudo, realizada na primeira

parte deste texto. A conquista luso-brasileira do sertão baiano somente ganha força a partir da década de 70, sendo um movimento ainda incerto até então. E, mesmo já na década de 80, o número de nomeações ainda é relativamente baixo, se o compararmos com as cifras mais expressivas da virada do século em diante.

O primeiro mapa de distribuição de patentes, correspondente ao período 1670-1689, incorpora parcialmente essa tendência e nos mostra ainda um outra: a ocupação militar é francamente dispersiva e rarefeita nesse primeiro período de 20 anos. As nomeações se distribuem da barra do rio das Velhas à cachoeira de Paulo Afonso, abrangendo áreas esparsas de cursos fluviais como o médio e baixo São Francisco, Paramirim, Verde Grande, das Velhas, médio Paraguaçu e Itapicuru. As nomeações desse período correspondem a apenas 11% do total de patentes consideradas.

MAPA 5 – DISTRIBUIÇÃO DE PATENTES NO INTERIOR DA BAHIA – 1670-1689
Patente concedida entre 1670 e 1679
Patente concedida entre 1680 e 1689
Patente com delimitação pontual
Patente com dois extremos de delimitação
Patente com três extremos de delimitação
Número de identificação dos extremos de uma mesma patente
Lugar
Curaçá Paragem
Rio
Pambu
Sertão de Rodelas
Giquiá
Juazeiro
Sento Sé
Pilão Arcado
Tapera de Paulo Afonso
Xingó
Massacará
Jacobina
Morro do Chapéu
Itapicuru de Cima
Serrinha
Inhambupe de Cima
Cachoeira
Santo Antonio da Conquista
Cidade da Bahia
Lapa do Bom Jesus
Bom Jesus
Mato Grosso
Rio das Contas
Caetité
Arraial de Matias Cardoso
Porto Seguro
Barra do Rio das Velhas
São Francisco
Gurguéia
Piauí
Pajeú
Vaza-Barris
Real
Itapicuru
Inhambupe
Jacuípe
Jacurici
Pancaruí
Salitre
Jacaré
Verde
Preto
Grande
Paramirim
Capivari
do Peixe
Paratigi
Paraguaçu
Sincora
Una
Jequiriçá
Corrente
das Rãs
das Contas
Carinhanha
Japoré
Verde Pequeno
Maravilha
Gorutuba
Pardo
Vacaria
Verde Grande
Jequitinhonha
Paracatu
Capivari
Fanado
Setúbal
Araçuaí
das Velhas
Doce

O São Francisco é o eixo evidente em torno do qual se faz o maior número de nomeações, o que confirma o fato de que, a par de ser uma baliza administrativa de divisão de capitanias, o rio define, principalmente, zonas de fronteira na ocupação militar do espaço sertanejo. É notável o fato de que a grande maioria das patentes desse período se distribua em torno do rio ou de seus afluentes, ou, ainda, tenha o rio como um dos extremos das áreas de atuação definidas pelas nomeações.

Outra tendência a ser discutida é a da abrangência das áreas de atuação definidas pelos atos de nomeação. Encontramos aqui uma situação semelhante à das sesmarias continentais: definição de áreas de atuação que vão, por exemplo, de Porto Seguro até além do rio São Francisco (símbolo 3 no Mapa 5); da Cachoeira até Rodelas (símbolo 6); de Giquiá, no baixo São Francisco, ao rio Grande (símbolo 11); ou do Xingó, também no baixo São Francisco, até o Sento Sé e a Jacobina (símbolo 9).

A hipótese desenvolvida para as sesmarias continentais se mantém para essas patentes militares. Emitidas nos períodos iniciais da ocupação luso-brasileira do sertão baiano, é altamente improvável que essas nomeações correspondessem a um domínio territorial efetivo sobre o interior das áreas de atuação definidas. A presença luso-brasileira limitava-se às bordas dessas áreas, especificadas nas cartas patentes, permanecendo os espaços intermédios desconhecidos ou pouco conhecidos e disputados às populações *tapuias*. Essa linha de análise contribui ainda para a explicação dos casos em que a nomeação se faz num sentido virtual, somente se efetivando pela ação futura do próprio nomeado. São casos que intrigam o pesquisador, tais como a nomeação de Matias Cardoso de Almeida para o posto de "governador e administrador de todas as aldeias de nações que reduzir e situar entre Porto Seguro, até além do rio de São Francisco".[538] Atos como esse, que ocorreram também em outros espaços de conquista luso-brasileira na América, desvelam as redes clientelares de que se valeu o Estado português na tentativa de ampliar a sua soberania nos sertões. A recompensa a um tempo simbólica – o exercício de um posto militar relevante na hierarquia das funções – e material – a garantia de que os contingentes indígenas capturados permaneceriam sob o controle do nomeado – assegura ao patenteado o esperado retorno da nomeação. Mas essa retribuição só se efetiva na medida da própria ação do nomeado, que faz

[538] "Patente de Governador e Administrador dos índios, provida em o Tenente General Mathias Cardoso de Almeida", 12/05/1684. *AMP*, São Paulo, t. 3º, 2ª. parte, p. 305-307, 1927.

com que o posto saia da virtualidade e ganhe sentido concreto. A situação é, de fato, bastante similar à das sesmarias continentais.

Uma situação oposta é a da patente para o exercício de postos militares em lugares específicos e pontuais, conquistados e incorporados à esfera de ação luso-brasileira pouco antes da nomeação. É o caso do enclave luso-brasileiro de Santo Antonio da Conquista, para o qual já se nomeia capitão em 1673.[539]

Algumas das patentes do subperíodo definem áreas de atuação (distritos) entre os rios das Velhas, Verde Grande e Verde Pequeno.[540] A referência a esses rios em anos tão recuados como 1680, 1683 e 1688 mostra que já eram então suficientemente conhecidos para servirem como limites de circunscrições militares. Sabemos, não obstante, por meio de Domingos Afonso Sertão, que as áreas marginais ao rio das Velhas não eram povoadas por luso-brasileiros pelo menos até 1702.[541] Sem dúvida o rio funcionava apenas como uma linha de delimitação de distritos militares.

Na década de 90 mantém-se o número relativamente baixo de nomeações, tendo-se registrado somente nove patentes emitidas no período. Mas na década seguinte inicia-se o movimento ascendente que marcará a curva de distribuição de patentes militares até a década de 30 do século XVIII. Essa tendência da década de 1700-1709 seguramente está relacionada à carta régia de 1699, que determinou que em cada freguesia formada nos sertões houvesse um juiz de vintena, um capitão-mor e cabos de milícia, escolhidos entre os homens mais poderosos da terra.[542] Trata-se de uma tentativa de ampliação do controle sobre os sertões, da qual não conhecemos outros efeitos além do aumento do número de postos militares nesses espaços. Algumas cartas patentes passadas a partir da emissão da carta régia referem-se a essa determinação, mostrando que teve repercussão ao longo da primeira metade do Setecentos.

---

[539] "Registro da carta patente de Sua Alteza porque deu mercê do posto de Capitão da Vila e Povoação de Santo Antonio [da Conquista] [a] Manoel de Inojoza", 29/09/1673. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 260.

[540] (1) "Patente de capitão de infantaria de ordenança investida em Francisco Roiz", ??/01/1680. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 332, fls. 94-94v; (2) "Patente de Capitão da ordenança provida em Antonio Vieira de Lima", 04/11/1683. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 334; (3) "Patente de Capitão do distrito do Rio Verde Grande até o Rio das Velhas provido em Miguel Monteiro de Sá", 31/05/1688. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 334. O segundo documento menciona a existência de "povoações novas", mas não especifica a localização desses núcleos recentes de povoamento luso-brasileiro, que poderiam estar no rio Paramirim ou, mais ao sul, entre os rios Verde Grande e Verde Pequeno.

[541] Cf. capítulo 5.

[542] [Carta régia], 20/01/1699. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 5, doc. 112.

Do ponto de vista geográfico, a distribuição das nomeações entre 1690 e 1709 parece perder parte do caráter dispersivo que teve no vicênio anterior. As patentes tendem a se concentrar ou ter como limites regiões específicas do espaço em estudo, como a Jacobina, o rio Paramirim, o rio Verde e o rio das Rãs (*vide* Mapa 6). O médio São Francisco e os seus afluentes regionais continuam a ser eixos orientadores das áreas de nomeação, o que não impede que também regiões não diretamente ligadas ao rio se destaquem no ritmo de distribuição de patentes.

MAPA 6 – DISTRIBUIÇÃO DE PATENTES NO INTERIOR DA BAHIA – 1690-1709
Patente concedida entre 1690 e 1699
Patente concedida entre 1700 e 1709
Patente com delimitação pontual
Patente com dois extremos de delimitação
Patente com três extremos de delimitação
Patente com quatro extremos de delimitação
Número de identificação dos extremos de uma mesma patente
Lugar
Curaçá Paragem
Rio
Sertão de Rodelas
São Francisco
Juazeiro
Sento Sé
Pilão Arcado
Tapera de Paulo Afonso
Massacará
Jeremoabo
Jacobina
Morro do Chapéu
Bom Jardim
Urubu
Lapa do Bom Jesus
Bom Jesus
Mato Grosso
Rio das Contas
Jenipapo
Cachoeira
Santo Antonio da Conquista
Cidade da Bahia
Arraial de Matias Cardoso
Porto Seguro
Gurguéia
Piauí
Pajeú
Vaza-Barris
Jacuricí
Pancaruí
Salitre
Jacaré
Verde
Preto
Grande
Itapicuru
Real
Inhambupe
Jacuípe
do Peixe
Paratigi
Capivari
Paraguaçu
Paramirim
Corrente
Sincora
Una
Jequiriçá
das Rãs
das Contas
Verde Pequeno
Japoré
Gorutuba
Maravilha
Pardo
Verde Grande
Vacaria
Jequitinhonha
Fanado
Araçuai
Setúbal
dasVelhas
Doce

A intensificação do povoamento luso-brasileiro ao longo do rio São Francisco levou à partição do distrito militar definido a partir dele, o que se fez em 1701.[543] A sugestão inicial partira de Antonio Vieira de Lima, que exercia na época o posto de coronel do regimento do distrito militar do Rio São Francisco.[544] O coronel alegara a dificuldade em dar execução às funções de que estava encarregado, tais como a cobrança do donativo, dado o aumento das povoações ao longo do rio. O requerimento fora originalmente dirigido a Dom João de Lencastro, que decidira consultar a Corte. O parecer favorável do Conselho Ultramarino é de 19 de janeiro de 1701.

A carta régia ordenando a divisão é de 31 de janeiro do mesmo ano, sendo referida em algumas patentes a partir de então. Por ela partia-se em dois o distrito do Rio São Francisco e sertões da Bahia, criando-se uma nova circunscrição militar, que compreenderia os distritos de Maçacará, Rio Verde Grande, Jeremoabo e Rio Verde até o Paramirim. Para coronel dessa circunscrição foi nomeado, três meses depois, Domingos Borges de Barros. À circunscrição mais antiga, comandada por Antonio Vieira de Lima, parecem ter ficado reservadas as demais áreas sertanejas.

É possível que o rio Paramirim fosse o pivô dessa mudança na administração militar do território, pois ele é um dos extremos de áreas de atuação definidas em pelo menos oito patentes do período. Uma dessas patentes, de 1705, dá algumas pistas da importância demográfica e logística do rio na região.[545] É citada a necessidade de se atender à segurança dos moradores dos distritos do Brejo, uma referência à povoação que crescera entre o Paramirim e o São Francisco, abordada no capítulo anterior deste estudo. O Paramirim é dado como o princípio da travessia do sertão da Bahia, uma alusão à rota citada por Domingos Afonso Sertão em 1702, que ligava o São Francisco à Jacobina. A partir da barra do Paramirim, São Francisco acima, atingia-se a Lapa (do Bom Jesus), itinerário igualmente citado no documento. Rio São Francisco abaixo chegava-se ao Jenipapo. A leste estava o rio das Contas. A nomeação recai sobre Manuel Dias da Costa, natural da vila de São Paulo, morador no distrito do Brejo, responsável pela conquista de tribos maracá, cacuriú, araxá e

---

[543] Mencionado em "Patente do posto de Coronel do Sertão que compreende os distritos do Maçacará [,] Rio Verde Grande, Jeremoabo, e Rio Verde, até o Paramirim provido em o Tenente Domingos Borges de Barros", 05/05/1701. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 336.

[544] Cf. "Consulta do Conselho Ultramarino ao rei D. Pedro II sobre a informação do governador-geral do Brasil João de Lencastre acerca da necessidade de criar o posto de coronel nas povoações do Rio São Francisco e na capitania de Sergipe d'El-Rei", 19/01/1701. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 3, doc. 308.

[545] "Patente do posto de Capitão-mor das Entradas dos distritos do Brejo, junto ao Paramirim, provido em Manuel Dias da Costa", 03/08/1705. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 337.

cabocolo nesses sertões. Essas antigas populações indígenas já se encontravam subjugadas e escravizadas pelo nomeado. O perigo, nos primeiros anos do século, eram os mocambos de negros fugidos que se formaram na região, o que constituiu a razão da emissão dessa interessante carta patente.

Com menor número de ocorrências, o rio Verde[546] também aparece como referência de delimitação de circunscrições militares, sendo citado em sete cartas patentes do período. Duas delas definem áreas de atuação que vão desse rio à Cachoeira, no Recôncavo Baiano, mostrando que se mantém a tendência ao gigantismo dos territórios militares, sem que necessariamente se controle o seu interior.

A partir da segunda década do século XVIII a curva de distribuição de patentes militares tende ao seu ponto máximo. O ritmo ascendente configurado no decênio anterior se consolida e a partir de 1710 temos os números mais altos de nomeação para postos militares no interior baiano. Entre 1710 e 1720 o percentual de nomeações é de 21% do total considerado; na década seguinte mantém-se praticamente o mesmo (20%). Constata-se aqui uma tendência particular de continuidade e ampliação do controle militar sobre as áreas sertanejas. Um número crescente de espaços são conquistados e ocupados por luso-brasileiros e passam a merecer a atenção das autoridades coloniais, que se esforçam por trazê-los para a esfera de soberania lusitana. De um ponto de vista estritamente legal, é plausível supor que essa necessidade de ampliação do controle se materialize no incremento da aplicação da ordem régia de 20 de janeiro de 1699, o que será verificado na próxima seção deste capítulo.

A partir de 1718 um outro instrumento legal passa a interferir decisivamente na distribuição de postos militares no sertão baiano. Trata-se da provisão que mandou que se alistasse toda a gente da cidade da Bahia e do seu Recôncavo capaz de tomar armas, e a distribuísse em companhias e regimentos.[547] Não relacionada diretamente à ocupação dos sertões, essa provisão foi, não obstante, utilizada como justificativa de nomeações em áreas sertanejas a partir do final da década de 20.

---

[546] Não confundir com o rio Verde Grande. A distinção entre os dois topônimos nem sempre é clara na documentação.
[547] [Cópia de carta régia], 20/07/1718. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 11, doc. 983.

Quanto à distribuição geográfica nesse vicênio de 1710-1729, observa-se, a partir do Mapa 7, algumas tendências importantes. Mantém-se a definição de áreas de atuação a partir do médio São Francisco e dos seus afluentes regionais, especialmente o Pancaruí, Verde, Paramirim e das Rãs. Esse último rio conhece um forte influxo de nomeações em relação ao período anterior, registrando-se onze cartas patentes que o incluem na área de atuação do nomeado. A segunda posição, nesse conjunto de afluentes do São Francisco, é ocupada pelo Pancaruí, com nove cartas patentes. Ocorre, ainda, um certo deslocamento de posições em relação ao vicênio antecedente, passando o rio Paramirim a responder por menor número de nomeações.

MAPA 7 – DISTRIBUIÇÃO DE PATENTES NO INTERIOR DA BAHIA – 1710-1729
Patente concedida entre 1710 e 1719
Patente concedida entre 1720 e 1729
Patente com delimitação pontual
Patente com dois extremos de delimitação
Patente com três extremos de delimitação
Patente com quatro extremos de delimitação
Patente com cinco extremos de delimitação
Patente com nove extremos de delimitação
Número de identificação dos extremos de uma mesma patente
Lugar
Curaçá Paragem
Rio
Piauí
São Francisco
Pambu
Curaçá
Sertão de Rodelas
Juazeiro
Sento Sé
Tapera de Paulo Afonso
Pajeú
Massacará
Jeremoabo
Tucano
Lagarto
Itapicuru de Cima
Serrinha
Jacobina
Morro do Chapéu
Rio Grande do Sul
Brejo
Urubu
João Amaro
Jenipapo
Cachoeira
Cidade da Bahia
Bom Jesus
Mato Grosso
Rio das Contas
Arraial de Matias Cardoso
Rio Pardo
São Romão
Santo Antonio da Manga
Barra do Rio das Velhas
Tocambira
Porto Seguro
Serro do Frio
Gurguéia
Preto
Grande
Corrente
Verde
Jacaré
Salitre
Pancaruí
Jacuricí
Vaza-Barris
Itapicuru
Real
Jacuípe
Inhambupe
do Peixe
Capivari
Paratigi
Paraguaçu
Sincorá
Una
Jequiriçá
Paramirim
das Contas
Verde Pequeno
Japoré
Gorutuba
Maravilha
Pardo
Verde Grande
Vacaria
Jequitinhonha
Capivari
Fanado
Setúbal
Araçuaí
das Velhas
Doce

Se o São Francisco ainda é um eixo importante na definição de áreas de atuação, a distribuição de patentes se torna menos concentrada no vale do rio, passando a incorporar outras áreas do interior baiano, que tinham participação minoritária nos períodos anteriores e assumem números mais significativos nesse vicênio. É o caso do rio das Contas, de Jeremoabo e do alto Itapicuru. Do mesmo modo, regiões "novas" do ponto de vista da nomeação para postos militares surgem com destaque no período: o distrito do Itapicuru de Cima, Pambu, Urubu (de Cima).

A distribuição de patentes atinge também as bordas meridionais do interior baiano. O rio Pardo, que não conhecera nenhuma nomeação até esse período, passa a figurar como limite de definição de áreas de atuação, aparecendo em pelo menos sete cartas patentes. As circunscrições definidas a partir do rio se estendem ao sul, chegando ao Jequitinhonha, Itacambira e mesmo, em um caso, ao Serro do Frio.

A área de atuação definida pela Jacobina e o médio São Francisco, em alguns casos cortando o Morro do Chapéu, mantém a posição de destaque que já tinha no período anterior. Numa das patentes do período há clara menção a um dos principais objetivos das nomeações para essa região: a repressão à extração de ouro, proibida pela Coroa.[548]

Lugares pontuais, como o arraial de Matias Cardoso e a vila de João Amaro, continuam a receber nomeações. A segunda povoação é referência em uma carta patente de 1718, cuja abrangência é definida a partir do Jenipapo, caminhando pela travessia entre esse sítio e a vila e buscando as cabeceiras do rio das Contas.[549] Tratava-se de fiscalizar a estrada que levava da faixa costeira às minas do rio das Contas, atravessando o vale do Paraguaçu.

Áreas de atuação descontínuas e muito extensas, reunindo regiões distintas do sertão baiano numa mesma nomeação, continuam a ser uma tendência significativa no período. Uma patente de 1719 nomeia coronel de infantaria para um espaço que vai do Massacará e Jeremoabo ao rio Verde Grande, abrangendo ainda, a oeste, a área entre o rio Verde e o

---

[548] "Patente do posto de Capitão-mor dos distritos da Jacobina, Morro dos Chapéus, Rio do Salitre, e Estrada dos Poções, até o Rio de São Francisco, do sertão desta Capitania provido em Francisco", 11/03/1716. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 338.

[549] "Estrada travessia e Vila de João Amaro provido em João de Siqueira de Magalhães", 19/02/1718. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 339, fls. 175v-177.

Paramirim.[550] Em ano indeterminado, entre 1728 e 1730, é emitida patente de tenente-coronel de infantaria com exercício do rio Capivari ao Piauí, cortando, portanto, toda a porção centro-noroeste do interior da Bahia.[551]

Na penúltima década analisada (1730-1739) mantém-se a tendência de alto número de nomeações. As patentes concedidas nesse período correspondem a 22% do universo das nomeações, percentual ligeiramente mais alto do que nas duas décadas anteriores (21% e 20%). Na década seguinte, contudo, o número de patentes cai significativamente, passando a corresponder a 13% do total. A curva de distribuição de patentes volta ao mesmo patamar da década de 1700-1709, mas tem agora uma inclinação descendente. Essas tendências são representadas no Graf. 1, discutido no capítulo 10 desta segunda parte do estudo.

Não há dúvida de que a maior razão desse declínio é a emissão da carta régia de 21 de abril de 1739, que mandou que se regulasse na capitania o número de oficiais de ordenança, de modo que em cada vila (ou povoação) não houvesse mais do que um capitão-mor, um sargento-mor, um ajudante e os capitães que se fizessem necessários, conforme o número de moradores.[552] Nas vilas (ou povoações) que não tivessem mais de cem moradores no seu distrito não haveria capitão-mor, governando-se por um capitão, um alferes, um sargento do número e outro supra, bem como os cabos-de-esquadra necessários. Seriam extintos todos os demais postos. O objetivo era cessar a desordem decorrente da multiplicidade de postos militares existentes nos estados do Brasil e Maranhão.

Um exercício interessante seria o cotejo entre essa ordem e a provisão de 1718, do ponto de vista dos efeitos produzidos na ocupação militar do interior da Bahia. Ambas foram originalmente emitidas em caráter geral e não guardavam relação direta com os sertões, o que não impediu que viessem a interferir no ritmo das nomeações para postos militares no sertão baiano. A provisão de 1718, como vimos, incrementou as nomeações, contribuindo decisivamente para a permanência do pico de emissão de patentes até o final da década de 30.

[550] "Patente do posto de Coronel de Infantaria da Ordenança dos distritos de Massacará, Rio Verde Grande, Geremoabo, provido em Domingos Pinto Pereira", 27/09/1719. *DH*, Rio de Janeiro, v. XLIII. p. 298-300, 1939.

[551] Essa nomeação, cuja patente original não foi encontrada, é referida no Índice Geral de Patentes. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 626-15.

[552] [Carta régia], 21/04/1739. ANTT. Ministério do Reino, maço 313, caixa 419. Ou ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 43, fls. 143-143v.

Os efeitos da ordem régia de 1739 foram opostos, contendo as nomeações e determinando o descenso da curva de distribuição de patentes a partir de 1740.

No último vicênio pesquisado o perfil da distribuição geográfica das nomeações não é significativamente diferente do anterior (*vide* Mapa 8). As patentes distribuem-se de maneira mais ou menos equilibrada pelas diversas áreas do interior baiano. O médio São Francisco e os seus afluentes continuam a polarizar uma vasta área de nomeações, mas diversas outras regiões interiores recebem nomeações para postos militares. O número total de patentes emitidas nesse período (83) é menor do que no vicênio anterior (99), em razão do comportamento declinante da década de 1740-1750. Há um claro efeito de descontinuidade no fenômeno estudado. Diversas áreas passam por decréscimos significativos no número de nomeações. É o caso dos rios das Contas, das Rãs, Verde e Pancaruí e das regiões de Pambu, Jeremoabo e Itapicuru de Cima. Áreas como o rio Pardo e o arraial de João Amaro mantêm-se estacionárias. O rio Pancaruí, que aparece em 13 cartas patentes entre 1722 e 1737, praticamente desaparecerá da documentação consultada a partir de 1740.

MAPA 8 – DISTRIBUIÇÃO DE PATENTES
NO INTERIOR DA BAHIA – 1730-1750
Patente concedida entre 1730 e 1739
Patente concedida entre 1740 e 1750
Patente com delimitação pontual
Patente com dois extremos de delimitação
Patente com três extremos de delimitação
Patente com quatro extremos de delimitação
Patente com cinco extremos de delimitação
Patente com seis extremos de delimitação
Número de identificação dos extremos de uma mesma patente
Lugar
Curaçá Paragem
Rio
São Francisco
Pambu
Curaçá
Sertão de Rodelas
Sobrado
Juazeiro
Sento Sé
Tapera de Paulo Afonso
Massacará
Jeremoabo
Jacobina
Morro do Chapéu
Itapicuru de Cima
Rio Grande do Sul
Brejo
Urubu
João Amaro
Jenipapo
Cachoeira
Jequiriçá
Cidade da Bahia
Lapa de Bom Jesus
Rio das Contas
Cairu
Arraial de Matias Cardoso
Brejo do Salgado
Rio Pardo
Tocambira
Porto Seguro
Barra do Rio das Velhas
Gurguéia
Pajeú
Vaza-Barris
Pancaruí
Salitre
Jacaré
Jacurici
Itapicuru
Real
Jacuípe
Inhambupe
Preto
Grande
Verde
Paramirim
Capivari
do Peixe
Paratigi
Corrente
Sincorá
Una
Paraguaçu
Jequiriçá
das Rãs
das Contas
Japoré
Verde Pequeno
Maravilha
Pardo
Verde Grande
Gorutuba
Vacaria
Jequitinhonha
Capivari
Fanado
Setúbal
Araçuaí
das Velhas
Doce

Há um incremento de nomeações em duas áreas, o que todavia não chega a reverter o quadro de descontinuidade apontado: o território formado pelos rios Verde Grande, Gorotuba e Verde Pequeno, de alguma forma nucleado no arraial de Matias Cardoso; e o arraial de Urubu (de Cima). Na primeira área destaca-se o vale do Gorotuba como uma área até então virgem de nomeações.

Entre 1730 e 1739 são emitidas sete cartas patentes com área de atuação definida como os distritos da capitania da Bahia compreendidos entre a barra do rio Verde (Grande) e a pancada do mar, isto é, a linha costeira. Em 1745 uma nomeação é feita com essa área de atuação, que corta de oeste a leste todo o espaço meridional do interior baiano. A delimitação de territórios militares muito extensos, que não configuram uma ocupação interior contínua, mantém-se, portanto, como tendência nas nomeações até o final do período estudado.

8.3 Razões de nomeação

O acervo de cartas patentes coletado para este trabalho pode ser enfocado ainda sob uma outra perspectiva: o das razões de nomeação para postos militares. Esse ângulo de abordagem nos permitirá esmiuçar as nomeações a partir da sua motivação original, que é explicitada nas cartas patentes, e articular essa informação à análise das tendências da ocupação luso-brasileira do espaço em estudo.

Entre os 239 registros documentais coletados, apenas 168 permitem acessar as razões de nomeação. O restante, correspondente a 30% desse universo documental, é formado por registros consolidados somente a partir do Índice Geral de Patentes, cujos documentos originais não foram localizados; ou, ainda, por cartas patentes de legibilidade bastante comprometida, em que a razão de nomeação não é visível. De toda forma, acredito que o conjunto de registros para os quais possuímos a razão de nomeação constitui um universo adequado para a análise que pretendo realizar.

A primeira distinção incide sobre o que chamarei *natureza da razão de nomeação*. As razões que denominei *substantivas* dizem respeito ao provimento de homens em postos militares com objetivo de estender o controle luso-brasileiro sobre as áreas de nomeação e garantir a segurança dos seus moradores. As razões *gerais* referem-se ao cumprimento de ordens e provisões régias, emitidas em caráter uniforme para aplicação generalizada no conjunto do

território colonial ou do território baiano. O terceiro grupo compreende as razões *circunstanciais*, ligadas a eventos episódicos, de caráter pessoal, que ocasionaram as nomeações. Na Tab. 2 o conjunto de 168 patentes militares é classificado por razão de nomeação e distribuído por decênios, entre 1670 e 1750. As diferentes razões foram agrupadas nos três tipos definidos. Em alguns casos uma única patente gerou dois registros na tabela. Isso ocorreu, nos casos, pouco frequentes, em que a justificativa da nomeação alude a duas ordens de razões (por exemplo, um único provimento é justificado tanto pelo falecimento do ocupante anterior quanto pela necessidade de repressão à formação de mocambos).

Tabela 2 – Razões de nomeação para postos militares no interior da Bahia – 1670-1750

Natureza da razão de nomeação	**Razão de nomeação**	**Período**								**Total**
		1670-1679	1680-1689	1690-1699	1700-1709	1710-1719	1720-1729	1730-1739	1740-1750	
Substantiva	Repressão à ameaça de escravos negros fugidos (inclusive à formação de mocambos)				9	5	2	3	2	**21**
	Repressão à criminalidade				3	2	1	3	1	**10**
	Divisão de regimentos para ampliação do controle militar		2		1	4				**7**
	Repressão à ameaça indígena		2			1	3			**6**
	Desalojamento de populações indígenas para a continuidade da descoberta de minas de ouro							2		**2**
	Impedimento de comunicação com as minas do ouro de São Paulo				1					**1**
									Total parcial	**47**
Geral	Carta régia de 20/01/1699[a]			4	1	6	6	15	1	**33**
	Provisão de 20/07/1718[b]						5	4		**9**
	Provisão de 23/03/1719[c]					1		1		**2**
	Carta régia de 21/04/1739[d]								2	**2**
									Total parcial	**46**
Circunstancial	Falecimento do ocupante anterior[e]		2	1	3	6	7	8	7	**34**
	Abandono do posto pelo ocupante anterior ou situação similar		1	2	4	4	1	3	1	**16**
	Promoção do ocupante anterior ou situação similar				3	3	4	3		**13**
	Vacância do posto ou situação similar		4		2	1		1	1	**9**
	Retribuição de serviços prestados na "Guerra dos Bárbaros"	1	1							**2**
	Término do período de nomeação do ocupante anterior						1			**1**
									Total parcial	**75**
	Total	**1**	**12**	**7**	**27**	**33**	**30**	**43**	**15**	**168**

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livros 330-343 e 345-359.

Notas: [a] Determinou que em cada freguesia formada nos sertões fosse nomeado um juiz de vintena, um capitão-mor e cabos de milícia. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 5, doc. 112. [b] Determinou que se alistasse toda a gente da Bahia e do seu Recôncavo capaz de tomar armas, e a distribuísse em companhias e regimentos. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 11, doc. 983. [c] Determinou que se desse baixa aos oficiais nomeados para os distritos do Recôncavo da Cidade da Bahia que não fossem residir neles. Citado em "Patente do posto de Coronel do Regimento de Infantaria da Ordenança dos distritos da Jacobina provido em Pedro Leolino Maris", 23/12/1719. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 336. [d] Determinou que se regulasse o número de oficiais de ordenança na capitania da Bahia, de modo que em cada vila (ou povoação) não houvesse mais do que um capitão-mor, um sargento-mor, um ajudante e os capitães necessários, conforme o número de moradores. ANTT. Ministério do Reino, maço 313, caixa 419. Ou ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 43, fls. 143-143v. [e] Nos casos de falecimento, ausência, promoção ou término do período de nomeação do ocupante anterior, o registro foi considerado somente quando não se encontrou a primeira patente.

A rigor, como foi colocado, os provimentos decorrentes de circunstâncias pessoais que envolveram o ocupante anterior – falecimento, abandono do posto, promoção ou término do período de nomeação – não deveriam ser considerados, pois não se referem a nomeações *pioneiras* nas áreas que abrangem. No entanto, como as primeiras nomeações não foram encontradas, optei por considerar os registros subsequentes no mapeamento espaço-temporal empreendido na seção anterior do capítulo. Neste passo do estudo, por outro lado, os registros decorrentes de razões circunstanciais, que constituem 45% do universo considerado, não nos interessam. Eles apontam mais para a rotina administrativa de provimento de postos vagos do que para a ocupação pioneira de regiões do espaço em estudo. Ainda assim, optei por representá-los na tabela, como forma de explicitar as opções metodológicas definidas ao longo do estudo.

O segundo grupo, constituído pelas patentes decorrentes de razões gerais, corresponde a 27% do universo considerado. Ele interessa à análise ora proposta na medida em que, ainda que não se vincule a dificuldades específicas dos núcleos luso-brasileiros das distintas regiões do interior baiano, mostra que determinações gerais da Coroa tiveram consequências diretas sobre a ocupação militar dos espaços sertanejos. Entre essas determinações, a carta régia de 1699 foi a de maior efeito sobre o fenômeno estudado. Entre esse ano e 1743 foram emitidas, para o interior baiano, 33 patentes militares justificadas por esse ato régio. A medida tinha um caráter de regulação da administração dos sertões e foi considerada nas nomeações feitas para as freguesias do interior da capitania da Bahia. Note-se que continuou a produzir efeitos significativos décadas depois da sua emissão, tendo atingido um pico como justificativa de nomeações no decênio de 1730-1739. A segunda posição como ato legal justificador de provimentos militares é ocupada pela provisão de 1718. Como foi notado anteriormente, ela se dirigia originalmente à cidade da Bahia e ao seu Recôncavo, o que não impediu que produzisse efeitos também nas regiões sertanejas. Dizia respeito diretamente à ocupação militar do território, determinando uma espécie de arregimentação geral de toda a gente capaz da Bahia. Não disponho de dados que permitam conhecer o contexto e as causas que envolveram a emissão desse ato, bem como as suas consequências gerais sobre a capitania da Bahia. Deve-se observar, não obstante, que os seus efeitos nas áreas sertanejas foram limitados, tendo-se emitido apenas nove patentes que o tinham como justificativa, todas elas concentradas entre 1720 e 1739. As duas outras determinações régias, de 1719 e de 1739, produziram efeitos pouco expressivos nas nomeações, tendo se registrado apenas dois provimentos justificados por cada uma delas. As razões são evidentes. A primeira incidia

expressamente sobre os distritos do Recôncavo da cidade da Bahia e a sua aplicação às áreas sertanejas foi possível somente em razão da interpretação heterodoxa que as ordens régias podiam receber na colônia. A segunda era naturalmente restritiva das nomeações.

O grupo de patentes justificadas por razões substantivas, correspondente a 28% do universo considerado, remete diretamente aos temas que nos interessam. Trata-se do provimento de postos militares em espaços de tensão entre, de um lado, os núcleos de ocupação luso-brasileira e, de outro, grupos de escravos negros fugidos e grupos indígenas. Ou, ainda, espaços em que a ação de criminosos desestabiliza ou ameaça a ocupação. Esses três casos – repressão à ameaça de grupos negros, de grupos indígenas e de criminosos – foram destacados do conjunto das razões substantivas e tratados geograficamente na Tab. 3.

Tabela 3 – Distribuição regional de patentes militares emitidas em razão de ameaça de escravos negros fugidos, de criminalidade ou de ameaça indígena no interior baiano - 1670-1750

Razão de nomeação	Região	Período								Total
		1670-1679	1680-1689	1690-1699	1700-1709	1710-1719	1720-1729	1730-1739	1740-1750	
Repressão à ameaça de escravos negros fugidos (inclusive à formação de mocambos)	Freguesia de S. Antonio dos Maracás, Povoação do Rio das Rãs				2					**2**
	Povoação do rio das Rãs						1			**1**
	Margens do rio São Francisco								1	**1**
	Sertões do Rio de São Francisco desde o Paramirim até a Itacandiba				1					**1**
	Sertões do Pancaruí até o Paramirim				3					**3**
	Sertão do Itapicuru de Cima/ Distritos da Vila do Itapicuru de Cima				1				1	**2**
	Distritos do Brejo, junto ao Paramirim				1					**1**
	Distritos da Jacobina e Caracoanha até o Rio de São Francisco				1					**1**
	Distritos da freguesia de São Pedro e da vila de Santo Antonio da Conquista dos Maracás					1				**1**
	Distritos da Cachoeira até a tapera de Paulo Afonso					1				**1**
	Distritos do Pancaruí até o Urubu, da freguesia de Santo Antonio da Jacobina					1				**1**
	Distritos da Jacobina, Morro dos Chapéus, Rio do Salitre e Estrada dos Poções, até o Rio de São Francisco					1				**1**
	Distritos do Urubu					1				**1**
	Distrito do Rio de São Francisco Barra do Rio Grande do Sul						1			**1**
	Distritos da barra do Paramirim até a Freguesia de Santo Antonio do Urubu							1		**1**
	Distritos da capitania da Bahia entre a barra do Rio Verde e a pancada do mar							1		**1**
	Distritos da Picada, da Freguesia de Santo Antonio da Jacobina							1		**1**
	Total parcial				**9**	**5**	**2**	**3**	**2**	**21**
Repressão à criminalidade	Barra do rio das Velhas					1				**1**
	Povoação dos rios das Rãs e das Contas				1					**1**
	Morro do Chapéu e rio Jacuípe				1					**1**
	Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Arraial de Matias Cardoso				1		1			**2**
	Distritos da Jacobina, Morro dos Chapéus, Rio do Salitre e Estrada dos Poções, até o Rio de São Francisco					1				**1**
	Distritos da barra do Pancaruí à barra do Paramirim							1		**1**
	Sertão dos rios Jequitinhonha, Pardo e Verde							1	1	**2**
	Distritos da capitania da Bahia entre a barra do Rio Verde e a pancada do mar							1		**1**
	Total parcial				**3**	**2**	**1**	**3**	**1**	**10**
Repressão à ameaça indígena	Capitania de Porto Seguro até o rio São Fancisco		1							**1**
	Rio Verde Pequeno até o rio Verde Grande		1							**1**
	Distritos da Freguesia de São Francisco da Barra do Rio Grande do Sul						1			**1**
	Vila de Santo Antonio da Conquista dos Maracases						1			**1**
	Sertão incógnito da Jacobina[a]							1		**1**
	Sertão do rio das Contas, rio Pardo e Lagoa Dourada[a]							1		**1**
	Total parcial		**2**				**2**	**2**		**6**
Total		**0**	**2**	**0**	**12**	**7**	**5**	**8**	**3**	**37**

Fonte: Arquivo Público do Estado da Bahia. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livros 330-343 e 345-359.

Nota: [a] Nesse caso tratava-se do desalojamento de populações indígenas para a continuidade da descoberta de minas de ouro.

Uma primeira constatação, a partir da análise dessa tabela, é de que o número de patentes emitidas para intensificar a repressão à ação de escravos negros fugidos, inclusive à formação de mocambos, é significativamente maior do que o de patentes justificadas pela repressão à criminalidade comum ou a ameaças indígenas. A distribuição temporal das patentes do primeiro caso concentra-se a partir de 1700, sendo especialmente mais frequente na década de 1700-1709, que reúne 45% do número de patentes justificadas por ameaças de escravos negros fugidos. Devemos nos lembrar que a curva geral de distribuição de patentes militares ascende significativamente a partir da virada do século, o que foi enfatizado anteriormente. Portanto, do ponto de vista estatístico, é esperado que o crescimento dos casos particulares, como o ora tratado, também se concentre nesse período. Do ponto de vista histórico, uma suposição é inevitável. Pode-se conjeturar que o desmantelamento de Palmares, em 1695, tenha levado, a par do morticínio efetuado pelos exércitos paulistas, também à fuga e dispersão de grupos quilombolas pelo interior baiano. O temor do surgimento de novos "Palmares" explicaria parcialmente o alto percentual de patentes desse caso na década de 1700-1709. A distribuição geográfica dos provimentos justificados pela repressão à ação de escravos negros fugidos mostra uma tendência importante, de concentração das nomeações no trecho são-franciscano que vai do rio das Rãs ao Pancaruí, passando pelo Urubu e pelo rio Paramirim. Esse trecho foi objeto de nada menos que 12 de um total de 21 provimentos desse caso.

A segunda razão de nomeação destacada, de repressão à criminalidade comum, foi responsável por 10 nomeações no período considerado, sendo que metade desse subconjunto destinou-se ao trecho são-franciscano entre o rio das Velhas e o Pancaruí.

A ameaça indígena, francamente minoritária como justificativa de nomeações no universo considerado, foi responsável por um total de seis patentes emitidas no período pesquisado. Desse conjunto, dois provimentos voltaram-se para regiões do médio São Francisco, localizadas no mesmo trecho destacado para as outras duas razões de nomeação.

Podemos, portanto, reunir esses dados e concluir que o longo trecho são-franciscano entre a foz do rio das Velhas e a foz do Pancaruí, que cortava lugares e regiões sertanejas importantes como o arraial de Matias Cardoso, o rio Verde Grande e o seu afluente Verde Pequeno, o rio das Rãs, o Urubu, o Brejo, o rio Paramirim e o rio Verde, era uma típica zona de fronteira na primeira metade do século XVIII. Do total de 37 patentes justificadas pelas razões de

nomeação destacadas neste passo da análise – repressão a escravos negros fugidos, a criminosos e a grupos indígenas –, 19 destinaram-se a esse conjunto de regiões, sendo apenas um desses registros anterior a 1700. Esse efeito parece ter sido mais intenso na primeira década do século e menos expressivo à medida que se aproximava o meado do Setecentos.

Os dados estatísticos corroboram a justificativa apresentada pelo Coronel Antonio Vieira de Lima para a sua sugestão de divisão do distrito militar do São Francisco em dois regimentos, que, como vimos, acabou por ser acatada pela Coroa em 1701. A intensificação da ocupação luso-brasileira dessa zona de fronteira gerara o inevitável efeito oposto: a ampliação das ameaças aos núcleos de povoamento pioneiros. Escravos fugidos, grupos indígenas hostis e criminosos comuns atuavam nas franjas do território colonial, aproveitando-se da debilidade do controle militar sobre essas regiões. Com efeito, essa parece ser uma característica comum às zonas de fronteira, pela qual o incremento da ocupação fomenta, paradoxalmente, o surgimento de focos de extraterritorialidade, que podem manter sob pressão os núcleos pioneiros por anos ou décadas. A instabilidade e a ameaça de reversão da ocupação parecem ser condições inelutáveis da fronteira.

Outro lugar a ser destacado, a partir do cruzamento dos dados da tabela com os demais registros históricos de que disponho, é a povoação de Santo Antonio da Conquista dos Maracás, objeto de nomeações em razão da ação de escravos negros fugidos na década de 1710-1719 e de índios hostis no decênio seguinte. Com efeito, é exatamente na década de 1720-1729 que as fontes históricas discutidas no capítulo sobre as povoações situam o recrudescimento das ameaças do gentio bárbaro na região.

A região de comunicação entre a Jacobina e o rio São Francisco, pelo Morro do Chapéu, foi também alvo da ação de escravos negros fugidos e de criminosos, o que se deu com certa intensidade nas duas primeiras décadas do século XVIII. Essa área, cortada por um dos caminhos de contato entre o Recôncavo Baiano e o rio São Francisco e definida a partir de uma das zonas mineradoras baianas, certamente foi um foco de formação de mocambos e de criminalidade.

9 A MISSÃO RELIGIOSA

9.1 A missão e a fronteira

A última estrutura de ocupação luso-brasileira do interior baiano a ser analisada neste estudo é a missão religiosa. Algumas peculiaridades dessa unidade estruturante da ocupação, em relação às quatro outras abordadas até este ponto do trabalho – o caminho, a sesmaria, a povoação e o posto militar –, podem ser preliminarmente desenvolvidas. Tal como a povoação, mas diferentemente das demais, a missão religiosa é uma unidade de instalação geograficamente pontual, que pode ser identificada e marcada com precisão no mapa geral da ocupação que está sendo paulatinamente construído. Estaremos, portanto, livres de inconsistências como os espaços virtuais de abrangência que caracterizam algumas das sesmarias e circunscrições militares, bem como das dificuldades de plotagem de unidades de ocupação como os caminhos. Se nesse aspecto a missão se aproxima da povoação, também ela um ponto no mapa geral, são, por outro lado, distintas quanto ao contexto de formação. Enquanto arraiais e povoados eram muitas vezes formados espontaneamente, ao sabor das circunstâncias da conquista e ocupação dos espaços sertanejos, a instalação dos estabelecimentos missioneiros foi coordenada pelas ordens religiosas que se envolveram na missionação nos sertões.

Durante a ocupação luso-brasileira do sertão baiano, em que as áreas conquistadas aos *tapuias* eram progressivamente garantidas pelas frentes pecuárias, a missão religiosa se colocou como elo decisivo entre a demanda por mão de obra nas unidades produtivas e os grupos indígenas que sobreviveram à conquista. A desculturação indígena era o reverso da medalha; e nesse processo os estabelecimentos missioneiros também jogaram um papel fundamental.

O Estado se fazia presente na política missioneira tanto por meio da abstrata legislação régia quanto das medidas concretas de autoridades que, como João de Lencastro, estavam sintonizadas com as demandas do processo colonial. Em 26 de julho de 1702, quando já deixara o governo-geral do Brasil, Lencastro escreve um longo parecer[553] sobre a carta régia de 12 de abril do mesmo ano, que continha 16 pontos normativos aprovados na Junta das

[553] "Cópia do papel com que o Sr. D. João de Lencastro responde aos 16 pontos, que contém a carta, que Sua Majestade, que Deus guarde, lhe escreveu este ano sobre as missões", 26/07/1702. ACC. Cód. 1038 (K VIII 1k), fls. 460-462v e 469-471v.

Missões do Reino, referentes à administração dos aldeamentos e das relações entre missionários, índios e colonos. Diferentemente da hesitação que marcava a política régia para os índios, o parecer de Lencastro é decididamente favorável à extensão da utilização da mão de obra dos índios aldeados nas unidades produtivas coloniais e à atenuação das medidas protetoras da população indígena. Lencastro comenta um a um os 16 pontos, sendo interessante destacar aqui as principais posições do ex-governador-geral, que, a propósito, apresenta-se como pessoa que alcançou larga experiência do Brasil e dos seus sertões, em razão do período de oito anos em que ocupou o governo. Para Lencastro, os missionários não poderiam ser tolhidos na utilização do trabalho indígena nas missões em que assistiam, pois careciam de escravos e tinham que se haver com as distâncias da cidade da Bahia aos sertões. A exigência de moderação nos castigos aplicados aos índios seria inadequada, pois era o temor desse castigo, aplicado pelos cabos de milícia baseados nas vizinhanças das missões, que mantinha controlada a população aldeada e ajudava a conter os frequentes levantes contra os missionários. Uma medida das mais importantes na proteção dos índios, pela qual se estabelecia que os particulares só poderiam levar índios dos aldeamentos para o trabalho nas suas propriedades mediante autorização do governador, devendo pagar-lhes o justo salário e devolvê-los às missões no prazo prefixado, é criticada por Lencastro: os índios eram essenciais na condução dos gados dos sertões para o litoral e o Recôncavo e não se devia dificultar a sua plena utilização nessa atividade; esse trabalho era interessante para eles mesmos, pois assim tinham com o que se vestir; a exigência da autorização dos governadores era prejudicial aos moradores, pois os obrigava a se deslocarem dos sertões até a cidade da Bahia ou Pernambuco para obtê-la; igualmente inadequada era a exigência de que os índios contratados fossem devolvidos pelo proprietário aos aldeamentos, também em razão das distâncias nos sertões. Observe-se, quanto a esse ponto decisivo, no entanto, que o autor do parecer apóia o pagamento de remuneração justa aos índios e sugere medidas que coibissem a eventual apropriação dessa paga pelos religiosos.

Um dos argumentos de Lencastro espelha diretamente o ponto de vista eurocêntrico com que era encarada a população indígena e o caráter civilizacional que se conferia aos aldeamentos. Para o autor do parecer, os índios seriam “gente preguiçosa”, cuja única atividade natural consistia na caça de bichos e coleta de frutas e raízes. Uma “persuasão incansável” era necessária para os “reduzir” a plantadores de roças, que servissem tanto para o seu sustento, quanto para o comércio com os brancos. Seria necessária, portanto, uma verdadeira “reforma” que os reduzisse a agricultores e os livrasse da natural “rustiquez” em que viviam,

distanciando-os dos matos e agrestidões em que comumente se engolfavam. Os "abusos, ritos e diabólicas coisas" praticadas pelos índios durante as caçadas eram particularmente deplorados por Lencastro, pois constituiriam formas de "renovação da sua gentilidade". Outro modo de vida expressamente combatido pelo autor eram as habitações coletivas, que deveriam ser substituídas por casas separadas, em que vivessem os casais com suas famílias. O melhor, conclui, seria separar os filhos pequenos dos seus pais e parentes.

A participação da missão no processo colonial, não deve, por outro lado, apagar o fato de que a relação entre missionários e proprietários rurais foi frequentemente marcada por sérias divergências acerca do tratamento a ser dispensado aos índios aldeados. A dissensão se agravava se o proprietário era um potentado detentor de muitas terras e influente junto à administração colonial. Marcos Galindo Lima abordou a disputa entre a Casa da Torre e os capuchinhos e jesuítas das missões do São Francisco, que tentavam defender os índios da perseguição movida por Francisco Dias de Ávila, por meio de denúncias encaminhadas às autoridades civis e eclesiásticas coloniais e ao Conselho Ultramarino.[554]

Nos sertões setentrionais disputas semelhantes podiam ganhar contornos extremados, chegando a envolver o conflito aberto entre religiosos, vaqueiros e integrantes de corpos militares. É o que testemunhou o missionário Antonio de Souza Leal, pertencente a ordem religiosa não identificada, em relato apresentado à Corte por volta de 1720.[555] Na realidade o longo texto de Leal é uma espécie de depoimento sobre as guerras, confrontos armados e agressões movidas por tropas militares luso-brasileiras e proprietários rurais contra os povos indígenas das capitanias do Piauí, Ceará e Rio Grande. O autor repassa detalhadamente os agravos sofridos pelos índios entre a última década do Seiscentos – quando, segundo ele, o Piauí ainda não estava povoado de gados e lá se estabeleceu por alguns anos uma tropa paulista de apresamento – e o ano em que escreve. Escrito num tom emocional e de firme engajamento na defesa dos índios, esse documento é o testemunho de um missionário que assistiu no sertão nordeste por mais de 17 anos. O impressionante relato de Leal mostra que nas áreas fronteiriças do sertão e mesmo nos núcleos litorâneos menores, longe dos centros de poder da América portuguesa, a vida dos missionários não era fácil. Eram comuns agressões e

---

[554] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 175 et. seq.
[555] [Relato de Antonio de Souza Leal], [c. 1720]. ACC. Cód. 1038 (K VII 26), fls. 65-69v.

vexações aos religiosos que se opunham às violências cometidas contra os índios por capitães-mores, soldados e moradores.

Um estado latente ou manifesto de tensão social envolveu, em muitos casos, a relação entre os grupos que atuaram na conquista e ocupação do sertão nordeste. Os religiosos das missões, por se situarem na instável confluência entre as demandas territoriais, militares e econômicas colocadas pela expansão colonial e o projeto de expansão da fé católica, viveram, talvez como nenhum outro grupo euro-americano, os dramas e impasses desse processo.

No passado historiadores como Charles Boxer propuseram explicações que praticamente retiravam as missões do processo colonial, postulando uma autonomia quase absoluta das unidades missioneiras em relação aos estados metropolitanos e à própria hierarquia católica.[556] Como defenderam autores contemporâneos, hoje sabemos que as missões religiosas estavam firmemente engatadas nos trilhos da expansão ibérica na América e tiveram participação decisiva no processo colonial. Isso não impede reconhecer, por outro lado, que a condição de instituição de fronteira, entendida não só no sentido territorial e geográfico, mas também como expressão histórica do frágil equilíbrio entre o avanço das frentes econômicas e o projeto de catequização, sem dúvida conferiu à missão religiosa uma certa dose de autonomia e um alto grau de complexidade, a que talvez não tenha chegado nenhuma outra unidade de ocupação.

9.2 As missões sertanejas

Numa obra voltada especificamente para o tema religioso, Charles Boxer considerou os missionários como "o esteio do domínio colonial" em muitas regiões de fronteira das colônias ibéricas.[557] E mesmo fora da periferia fronteiriça. Segundo o autor, em qualquer lugar do mundo colonial ibérico, antes da segunda metade do século XVIII, era o clero católico que, na ausência de guarnições militares substanciais, mantinha a lealdade da heterogênea população às coroas de Castela e Portugal.

[556] Boxer, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973. p. 85. Note-se que uma das fontes bibliográficas de Boxer, nessa linha de análise, é uma obra que fez sucesso a seu tempo e é hoje considerada ultrapassada, por representar uma leitura ideológica da história. C. Lugon. *La république communiste chrétienne des Guaranis*, 1610-1768 (Paris, 1949). Apud Boxer, op. cit., p. 85.

[557] Boxer, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica* (1440-1770). São Paulo: Edições 70, 1989. p. 95 et seq. A análise desenvolvida por Boxer nessa obra distancia-se da leitura da autonomia missioneira que faz em *Salvador de Sá*, destacada anteriormente.

Nas possessões portuguesas da América a atividade missioneira católica inicia-se em 1549, ano da chegada dos primeiros jesuítas ao Brasil. Desde o primeiro século da colonização lusitana a missionação vincula-se diretamente aos aldeamentos indígenas, definidos como "sítios de moradia de indivíduos de uma ou de várias tribos, compulsoriamente deslocados, misturados, assentados e enquadrados por autoridades do governo metropolitano".[558] Os índios aldeados eram forros e só podiam ser utilizados mediante salário, nos termos da lei. Cristina Pompa escreve que as aldeias – isto é, os aldeamentos – constituíram uma especificidade brasileira, afirmação que requereria um exame mais cuidadoso.[559]

É possível que a longevidade da presença jesuítica (1549 a 1759) tenha sido um dos fatores determinantes da preponderância da ordem no que Pompa denominou a "realização da empresa católica na terra de Santa Cruz". Acresce o fato, também apontado pela autora, de que a Companhia de Jesus já nasceu sob o espírito missionário e catequético, a ser propagado no bojo da ideia de cristianismo proposta pela Contra-reforma.[560] Para Manuela Carneiro da Cunha, o lapso de cem anos que vai de meados do século XVII a meados do século XVIII constituiu o "século de ouro" dos jesuítas na América portuguesa, quando a ordem logrou talhar na região um "enorme território missionário".[561] Parte desse território missionário era constituída pelas regiões de implantação missioneira do sertão baiano.

---

[558] J. J. Machado de Oliveira. Notícia racionada sobre as aldeias de índios da província de São Paulo. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, v. VIII, p. 204-54, 1846. Apud Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 119-120. Alencastro deplora, com bastante propriedade, o abandono contemporâneo da fundamental distinção entre as *aldeias*, *habitats* que os nativos escolhiam por si próprios, antes e depois da Descoberta, consoante os determinantes ecológicos e sociais de sua cultura, e os *aldeamentos*, conforme a definição acima.

[559] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 69. Pietro Regni também parece considerar os aldeamentos uma solução específica da América portuguesa. Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 123-124. Schwartz e Lockhart estudaram missões no norte do México onde populações indígenas eram concentradas sob o controle de uma das ordens religiosas em atividade na região (franciscanos e jesuítas). A planta de uma missão no Texas, construída por volta de 1749-1782, incluída na sugestiva seção "Fronteiras" da obra dos historiadores norte-americanos, mostra igreja, alojamento dos frades, quartel dos soldados, silo, oficina, poço e casas para os índios. A estrutura desses estabelecimentos mexicanos era certamente diferente dos seus congêneres brasileiros, sendo esses últimos menos aprimorados, mas as concentrações de índios no seu interior, sob o controle dos religiosos, tornam-nos bastante próximos dos aldeamentos da América portuguesa. Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 340-342.

[560] Pompa, op. cit., p. 57-58.

[561] Cunha, Manuela Carneiro da. Introdução. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 9-24. p. 16.

Os capuchinhos constituíram a segunda ordem em importância nas áreas sertanejas centrais e setentrionais da América portuguesa. Mas, tendo em vista a descontinuidade temporal da sua ação missionária junto aos índios, o seu papel foi bem mais reduzido do que o dos jesuítas, ainda que entre os capuchinhos sobrelevem figuras como Martinho de Nantes, de intensa atuação na missionação sertaneja.

Cristina Pompa vê uma clara relação entre as missões sertanejas e as missões costeiras. Para a autora,

> É impossível pensar na evangelização no sertão sem ter clara a noção do que foi a missão no litoral: aquela é fruto desta, de seus erros e de seus acertos. Sobretudo, a missão no litoral realizou-se a partir de um modelo que se criou durante as tentativas de evangelização dos Tupinambá, no século XVI, e que foi submetido à verificação e a ajustes nas aldeias sertanejas do século XVII.[562]

Se essa relação foi tão estreita como propõe a autora, é possível presumir que tenham sido profundos os ajustes por que passou o modelo missionário para a sua implantação no sertão. Elementos como as condições ecológicas e materiais, o perfil etnocultural das populações indígenas envolvidas e a relação com o colonato vizinho variaram significativamente das missões da costa para as do sertão. Sem dúvida as missões sertanejas enfrentaram dificuldades desconhecidas das suas congêneres costeiras, conclusão lógica para a qual, todavia, não encontrei elementos de verificação documental.

A documentação consultada tampouco responde a uma pergunta fundamental: a estrutura física das missões sertanejas. Podem-se presumir alguns dados úteis a partir da comparação e analogia com as missões costeiras, mas pouco sabemos diretamente da organização do espaço físico, da distribuição das edificações e das características das lavouras e áreas criatórias dos aldeamentos missionários sertanejos.[563]

Schwartz e Lockhart mostraram um interessante processo adaptativo das missões religiosas implantadas no México, que passaram por importantes modificações na sua estrutura física à medida que se deixava as áreas centrais e se avançava para o norte fronteiriço. A ampliação

---

[562] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 24

[563] Cristina Pompa, que utilizou uma documentação de primeira grandeza, tampouco encontrou referências a respeito dessa questão nas cartas missionárias do sertão. Essa lacuna é expressamente assumida pela autora. Pompa, *op. cit.*, p. 379.

do claustro, que passou a abrigar oficinas, depósitos e aprendizes de novos ofícios, e o encolhimento do pátio, gradualmente tornado desnecessário pela ausência de grandes contingentes indígenas que dele necessitassem, é talvez a mais significativa dessas transformações. No limite, o claustro passa a envolver toda a comunidade – igreja, convento, oficinas, casas de índios –, de forma a defendê-la do exterior hostil: "em alguns estabelecimentos do Texas, a área cercada tornou-se tão grande que o gado podia pastar dentro dela durante períodos prolongados de ataques apaches", concluem os autores.[564]

Como foi ressaltado, não temos informações documentais suficientes para verificar se processo adaptativo semelhante ocorreu também no interior da América portuguesa. É de todo razoável presumir que as missões religiosas sertanejas apresentassem características bastante peculiares, que as distinguiam fortemente das missões costeiras. A disponibilidade de mais terras, a maior vulnerabilidade aos ataques dos grupos indígenas hostis, a rusticidade e a lida com dificuldades materiais mais expressivas estariam entre as mais óbvias.

Sobre a disponibilidade de terras, é ilustrativo um alvará expedido pela Coroa em 1700, no qual se determinava que cada missão sertaneja teria uma légua de terra em quadra, compondo-se cada aldeamento de pelo menos cem casais ou, caso não chegasse a esse número a população aldeada, fossem as casas dos índios agrupadas, repartindo-se entre eles a referida légua quadrada.[565] Uma área que não era muito menor do que a superfície da maior parte das sesmarias concedidas entre 1640 e 1750 (3 léguas quadradas) (*vide* Tab. 1). Três anos depois esse alvará é aprimorado, confirmando-se a légua quadrada e estabelecendo-se espaço para a igreja e o adro, bem como terras para residência e passal do pároco e côngrua paga pela Fazenda Real.[566] Além da terra destinada ao aldeamento, para uso coletivo da missão religiosa, a legislação previa, portanto, a doação de terrenos cultiváveis para a pessoa do missionário.

---

[564] Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 341.

[565] [Alvará], 03/09/1700. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 454. Publ. em *AAPEB*, Bahia, v. XXIX, p. 69, 1946.

[566] [Lei], 04/06/1703. Abreu e Lima, José Inácio de. *Synopsis ou Deducção Chronologica dos factos mais notaveis da Historia do Brasil*. Rio, 1845. p. 161. Apud Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V, p. 307. Uma terceira norma legal, de 1710, objetivou coibir possíveis excessos na delimitação dos passais, proibindo que aos missionários dos aldeamentos e aos vigários das igrejas paroquiais se desse mais terra do que a necessária para a criação de três ou quatro cavalos e outras tantas vacas. [Carta régia], 12/11/1710. AN. Códice 539, v. 2, coleção I95, n. 16.

Quanto ao número de índios aldeados, podemos estabelecer comparações a partir de dados documentais publicados por Serafim Leite. Segundo a ânua de 1690-1691, cinco aldeamentos jesuítas fundados no sertão do São Francisco tinham, no total, 3.900 índios.[567] Em 1702, informa o provincial João Pereira à Junta das Missões, o maior aldeamento jesuíta do Brasil era constituído pela missão de Ibiapaba (litoral do Ceará), com uma população de mais de 4.000 índios.[568] Segundo o mesmo documento, quatro missões sertanejas entre os rios Itapicuru e Real compunham-se de um total de 2.500 índios. Ou seja, no mesmo período a população média aldeada numa missão são-franciscana (780 índios) era maior do que a população média de missões sertanejas mais próximas do litoral (625 índios) e cerca de 2,5 vezes menor do que no mais populoso aldeamento da América portuguesa. Esses dados mostram que as missões jesuíticas são-franciscanas, enquanto duraram, foram bem-sucedidas e que, num plano geral, a distância em relação ao litoral não era uma variável decisiva no êxito dos estabelecimentos missioneiros.

Um documento de 1673 permite-nos uma aproximação indireta da estrutura de uma missão sertaneja.[569] Trata-se de uma ordem emitida pelo governador-geral para o provedor-mor da Fazenda Real, mandando que se entregasse ao missionário capuchinho Anastácio de Audierne uma relação de materiais e ferramentas. O objetivo era atender a requerimento do religioso, no sentido de que o governo-geral o ajudasse na construção de uma igreja para a missionação entre índios das ribeiras do São Francisco. Cotejando esse documento com informações documentais providas por Pietro Regni e com a *Relação* de Martinho de Nantes, cheguei à conclusão de que se tratava da estruturação da missão da ilha de São Pedro, no baixo São Francisco (hoje pertencente ao município de Porto da Folha/SE). Os índios seriam os aramuru. Note-se que, intencionalmente ou não, o missionário francês parece ter exagerado na

---

[567] [Ânua de 1690-1691]. Apud Leite, *op. cit.*, p. 295.

[568] [Informação para a Junta das Missões de Lisboa], 05/07/1702. Archivum societatis Iesu Romanum. Brasilia 10 - Historia, 1700-1759, 23-26. Apud Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V, p. 569-573. Note-se, todavia, que a missão de Ibiapaba fora formada a partir da união de três aldeamentos menores, o que permitiria relativizar o dado da população total da unidade missioneira. Um outro documento do mesmo padre João Pereira, alguns dias anterior ao estudado, publicado parcialmente por Cristina Pompa, fornece algumas informações interessantes sobre a estrutura da missão de Ibiapaba. A missão possuía grande igreja, casa para os padres e cabanas para os índios. Um detalhe singular, indicador do porte da unidade, é que o aldeamento fora dividido em quatro partes, destinando-se capitães particulares para os índios de cada uma delas. João Pereira, Carta ao Padre Geral, 26 de junho de 1702. *Arquivum Historicum Societatis Iesu* (Roma), *Historia Brasiliensis* 1700-1756 (vol. 10), f. 27. Apud Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 328.

[569] [Ordem do governador-geral], 03/06/1673. AN. Códice 538, v. 2, coleção I3, n. 3. Publ. parcialmente (sem a relação de materiais e ferramentas) em Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 313.

profundidade do sertão em que atuava: segundo os termos da ordem, que, como era costumeiro, incluiu uma síntese do requerimento, as aldeias indígenas onde assistia Frei Anastácio entravam mais de cem léguas continente adentro. De acordo com o atlas de Henrique Halfeld, no entanto, a distância entre a ilha de São Pedro e a costa seria de apenas 33 léguas.[570] Essa discrepância não chega a colocar em dúvida a conclusão de que o documento se refere à missão da ilha de São Pedro. É decisivo o fato de que Anastácio de Audierne tenha iniciado os trabalhos de missionação nesse lugar em fins de 1671, tendo ali permanecido seis anos, até ser transferido para Pambu.[571] Em 1673, portanto, assistia na ilha, de onde requereu a ajuda do governo-geral para a construção da igreja local.

[570] Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco* : desde a Cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. 2.ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. Edição fac-similada. p. 48. É possível que um equívoco de transcrição de manuscrito tenha levado a um erro de localização dessa missão. Frederico Edelweiss, na tabela "Missões no curso inferior do Rio de São Francisco de 1670 a 1700", reproduzida por Regni e Pompa, localiza-a a 22 léguas do litoral, na légua 359 de Halfeld, na Vila de Traipu (Traipu/AL). Como menciona em nota à tabela, o autor baseou-se na transcrição, realizada por Eduardo de Castro e Almeida, da "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco", documento da década de 90 do Seiscentos, utilizado com alguma frequência pelos pesquisadores do tema. Note-se, no entanto, que Castro e Almeida omitiu na transcrição a seguinte frase do manuscrito original: "Adiante outra capela particular de Pedro de Araújo de Lima". Essa sentença, colocada entre a referência à capela curada da Vila Nova de Sebastião de Brito de Castro (Neópolis, SE) e a referência à missão dita de São Pedro em Porto da Folha, possibilita inserir um novo ponto na descrição documental e estimar, a partir da sua possível localização, 15 léguas rio acima, chegando, enfim, à missão de Anastácio de Audierne. Essa missão estava, portanto, pouco mais de 10 léguas a montante do que calculou Edelweiss, ou seja, na légua 349 de Halfeld, na ilha identificada pelo autor alemão como de São Pedro Dias. Essa correção de 10 léguas é decisiva na localização da missão na ilha de São Pedro, onde ainda existe a igreja construída pelos capuchinhos. Note-se, por fim, que Martinho de Nantes, que percorreu esse trajeto fluvial entre a foz do rio e a missão, confunde-se com as distâncias e menciona ora 20, ora 27 léguas. A distância correta, de acordo com a discussão que faço nesta nota, é de 33 léguas. (1) Edelweiss, Frederico. Tabela "Missões no curso inferior do Rio de São Francisco de 1670 a 1700". In: Edelweiss, Frederico. As missões dos quiriris e de outros tapuias no tempo de frei Martinho de Nantes. *Anais do 1º. Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1955. Apud Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 324 ou Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 305; (2) "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco", s.d. In: "Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários", 18/12/1698. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 21-22, 1909; (3) [Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco], s.d. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 3, doc. 344; (4) Martinho de Nantes, padre. *Relação de uma missão no Rio São Francisco* : relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 2 e 34.

[571] Para o ano de 1671, cf. Regni, op. cit., p. 146-149. Para os seis anos, cf. Martinho de Nantes, op. cit., p. 84.

Figura 1 – Imagens contemporâneas da igreja da ilha de São Pedro. Como ocorreu em outras igrejas do vale do São Francisco, é possível que a construção original tenha sido modificada. A estátua de um índio que se vê em primeiro plano na segunda imagem é recente.

Fonte: Fotos do autor (2001).

Para construir o templo foram pedidos machados, achas, escopros (ferramentas metálicas para lavrar pedras, madeiras etc.), enxós, plainas, junteiras (plainas pequenas), serra, fechaduras, pregos, cal e uma campainha (para chamar os índios). A ausência de tijolos na lista e os terrenos pouco pedregosos da região nos permitem presumir que a edificação fosse construída em pau-a-pique, aproveitando-se a madeira local para o gradeamento das paredes e a confecção de pilares, portas, janelas etc. Ainda que se trate de região tipicamente de caatinga, pobre em vegetação de grande porte, pode-se conjeturar que árvores maiores, utilizáveis na construção de edificações, fossem encontradas nas margens do rio e na própria ilha.

A lista de coisas entregues ao missionário incluiu também ferramentas e outros objetos destinados especificamente aos índios aldeados. Para o trabalho nas roças foram providos cavadores, enxadas, foices, machados e achas. Panos, roupas, facas e chapéus foram incluídos, para serem entregues aos principais dos índios e aos seus filhos. Uma grande carga de sal, além de farinha de trigo e vinho, esses dois últimos itens em quantidades pequenas

(possivelmente para as missas, sendo a farinha destinada à confecção de hóstias), foi enviada para a missão. A lista específica para os índios incluiu ainda rosários e coroas para as rezas.

Destaca-se na relação a canoa, citada em primeiro lugar, guarnecida com vela, corrente e cadeado. A embarcação deveria ter 38 palmos de comprido, quatro de boca e pelo menos três de fundo, dimensões que fazem pensar nas canoas monóxilas – isto é, feitas de lenho inteiriço – citadas por Sérgio Buarque de Holanda.[572] A canoa pedida sem dúvida destinava-se a viagens de missionação ao longo do rio.

Em cada uma das missões capuchinhas são-franciscanas havia, em geral, somente um missionário, que atuava sozinho na evangelização dos índios, na administração do aldeamento e também na assistência religiosa aos colonos das vizinhanças. Martinho de Nantes afirma ter permanecido cinco anos sozinho na missão de Uracapá (Aracapá), tendo como vizinho mais próximo um confrade que se estabelecera 22 léguas rio abaixo.[573] Ainda segundo o autor, o Frei Anastácio chegava a atuar num raio de doze a quinze léguas ao derredor da missão,[574] o que explica a necessidade de uma embarcação para o trânsito pelo rio. Dados coligidos por Regni dão conta de que no final do século XVII havia oito aldeamentos capuchinhos administrados por apenas cinco missionários no médio e baixo São Francisco.[575]

O isolamento podia levar a situações de risco para o missionário, com agressões e ameaças por parte da população indígena aldeada. Não era incomum que nesses casos o religioso recorresse a poderes que habitualmente desaprovava, como relata Bernardo de Nantes a respeito da drástica intervenção de Domingos Jorge Velho contra índios irapuás que ameaçavam a missão de Aracapá. De passagem pela missão e sabedor das suas dificuldades, o paulista colocou à disposição do missionário um destacamento. Os irapuás foram assaltados, presos e levados à presença de Jorge Velho, que ameaçou exterminá-los se não se submetessem à ação religiosa. Aterrorizados, os índios se submeteram e aceitaram as condições impostas por Frei Bernardo, que exigiu, como prova da sua decisão, que construíssem a igreja e a residência do missionário. O religioso dá um desfecho

---

[572] Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 145.
[573] Martinho de Nantes, padre. *Relação de uma missão no Rio São Francisco* : relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979. p. 50.
[574] Ibidem, p. 13.
[575] Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 245.

convenientemente feliz para o caso, afirmando que dentro em pouco os preconceitos dos índios se diluíram e "o medo se transformou em amor", mas é patente a dependência missionária da pressão militar paulista sobre os índios hostis à evangelização.[576]

Na virada do século o governo-geral chegou a cogitar a formação de um terço paulista voltado especificamente para a segurança das missões no sertão. A medida foi sugerida por Dom João de Lencastro à Coroa, mas posteriormente o governador-geral parece ter desistido da ideia. A justificativa para a desistência foi de que os sertões da Bahia já se encontravam livres de gentio bravo, afirmativa evidentemente hiperbólica, que não refletia as tensões, conflitos e guerras provocados pelo avanço da ocupação luso-brasileira das áreas indígenas.[577]

Os riscos que corriam os religiosos no sertão e as soluções possíveis para mitigá-los dependiam, em última análise, do perfil individual do missionário. Cristina Pompa reportou o caso extremo do jesuíta Jacob Roland (Jacobo Rolando para Serafim Leite), que propôs e vivenciou, nas palavras da autora, "algo totalmente novo na história da catequese no Brasil": a fixação nas aldeias *tapuias*. Documentos estudados por Pompa dão conta que esse missionário, frontalmente contrário à prática dos descimentos, chegou a estabelecer residência numa aldeia *tapuia* distante 130 léguas da cidade da Bahia.[578]

Igualmente radical foi a ação dos eremitas, que, por terem estabelecido novas unidades de ocupação territorial, que muitas vezes funcionavam como elementos de agregação de população, interessam mais de perto à análise da formação territorial. Caio Boschi considerou as capelas e recolhimentos fundados por esses homens, invariavelmente rústicos, carismáticos e populares, como "verdadeiros 'postos avançados de evangelização'".[579]

O sertão do São Francisco abrigou um eremita cuja trajetória individual se liga à formação do núcleo religioso da Lapa do Bom Jesus (Bom Jesus da Lapa/BA). Francisco de Mendonça

---

[576] O caso é resumido por Regni a partir do relato original de Bernardo de Nantes. Bernardo de Nantes. Relation de la Mission des Indiens Kariris du Brésil situés sur le grand fleuve de St. François du costé [sic] du sud à 7 degrés de la ligne équinoxiale, le 12 septembre 1702. Apud Regni, op. cit., p. 173-174.

[577] (1) "Carta a respeito de se enviarem bispos missionários e religiosos para a conversão dos índios", 19/02/1700. *AAPEB*, Bahia, v. XXIX, p. 69-70, 1946; (2) "Carta sobre a concessão de tropas que acompanhem os missionários ao recesso dos sertões", 19/02/1700. Ibidem, p. 73; (3) [Carta régia], 17/12/1700. APB. Ordens régias, livro 6, doc. 64.

[578] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 76 e 388-389.

[579] Boschi, Caio. Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil. In: Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti. *História da expansão portuguesa*. [Lisboa]: Temas e Debates, 1998-2000. v. 3. p. 294-318. p. 311.

Mar era português e chegou à Bahia pelo menos uma década e meia antes da virada do século. Não se conhecem com exatidão as circunstâncias que o levaram à vida monástica, mas sabe-se que, vagando como eremita pelo sertão baiano, chegou a um morro com uma grande lapa no sopé, na margem esquerda do rio São Francisco. Aí se instalou, já tendo adotado o nome pio de Francisco da Soledade, em 1691.[580] O interior da gruta passou a ser um local de oração e o lugar tornou-se conhecido como Lapa do Bom Jesus. Em 1717 Soledade pede que se dê à igreja por ele fundada a mesma porção de terra que se concedeu aos vigários e missionários dos sertões.[581] A justificativa era a necessidade de remediar as necessidades dos viajantes, romeiros, pobres e enfermos que continuamente afluíam ao lugar. A petição recebeu parecer favorável do governador-geral.[582] Pode-se conjeturar que essa concessão tenha sido efetivada pela Coroa, ainda que não se conheçam documentos que indiquem o resultado final do processo. De toda forma, segundo Rocha Pita, a abertura de um caminho entre as minas do sul e a Bahia (isto é, o Recôncavo Baiano), que passava junto à igreja, enriqueceu o templo e dinamizou o lugar. Antes disso, o Arcebispo da Bahia já havia erigido a lapa em capela e ordenado sacerdote a Francisco da SOLEDADE, encarregando-o do templo.[583] Dessas circunstâncias favoráveis originou-se a consolidação de mais um posto avançado de evangelização ao longo do São Francisco, nesse caso destituído do caráter institucional que marcava os estabelecimentos missioneiros implantados pelas ordens religiosas.

9.3 A distribuição de missões entre 1660 e 1750

Para Pietro Regni o movimento missionário no Brasil passou por quatro ciclos. O primeiro, entre a metade do século XVI e as primeiras décadas do seguinte, seria o das missões jesuítas litorâneas. O segundo iria do meado do Seiscentos ao meado do século seguinte, tendo se caracterizado sobretudo pela evangelização dos índios do rio São Francisco, realizada por jesuítas, capuchinhos franceses e, mais tarde, capuchinhos italianos.[584] Cristina Pompa situa

---

[580] [Carta régia], 18/12/1717. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 10, fls. 155v-156.
[581] Ibidem.
[582] [Carta do governardor-geral ao rei], 21/05/1718. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 10, fls. 155v-156.
[583] Pita, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976. p. 205-206.
[584] Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 111. As balizas cronológicas do segundo ciclo de Regni confirmam, do ponto de vista específico da missionação católica, os marcos temporais definidos para o presente estudo.

na década de 60 do século XVII o marco inicial das missões no sertão.[585] Marcos Galindo Lima propõe uma divisão cronológica interessante para o movimento missioneiro no sertão: para o autor, uma primeira fase se iniciaria logo após a saída dos holandeses, no início da segunda metade do século XVII, e se prolongaria até o colapso das missões capuchinhas francesas e o despejo das missões jesuítas no São Francisco, nos últimos anos do Seiscentos. A segunda fase se iniciaria nos primeiros anos do século seguinte, com a chegada dos capuchinhos italianos, franciscanos e carmelitas, que vêm assumir as missões são-franciscanas fundadas por capuchinhos franceses e jesuítas. Se a primeira fase foi marcada pela "oposição velada [de capuchinhos franceses e inacianos] aos interesses dos colonialistas e da Coroa portuguesa", a segunda será o momento de uma "ação muito mais dependente da política portuguesa, e controlada à rédea curta pela Casa da Torre".[586]

Essa divisão temporal nos possibilita reinserir o problema da autonomia/não autonomia das missões religiosas em relação à Coroa portuguesa e aos potentados coloniais, abordando-o, desta vez, no plano específico da missionação sertaneja, que é um dos focos deste estudo. Com efeito, o que está por trás das duas fases de Lima é o problema histórico da autonomia; veremos adiante que as razões do afastamento de jesuítas e capuchinhos franceses das missões sertanejas, não por coincidência ocorrido com apenas seis anos de diferença entre um e outro caso, estão diretamente ligadas à expansão colonial e à extensão do poder secular da Coroa sobre a atividade missionária no sertão.

Devo salientar, antes de entrarmos na discussão principal da seção, que estou mais interessado nas missões católicas enquanto *unidades pioneiras de ocupação territorial*, sempre com o pressuposto, comum a esta segunda parte do estudo, de que a ocupação luso-brasileira se estruturou a partir de cinco elementos básicos de apropriação e controle dos espaços conquistados aos *tapuias*. Interessam pouco, portanto, as transformações por que passaram essas unidades pioneiras nas décadas seguintes à sua instalação (extinção, desenvolvimento, destinação a outras ordens). O objetivo é flagrar os eixos geo-históricos que conduziram a instalação das primeiras missões no espaço estudado, para, a partir daí, identificar tendências históricas relevantes para a abordagem da formação territorial.

---

[585] Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003. p. 75.
[586] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 149-150.

Uma segunda observação preliminar a ser feita é de que na abordagem aqui proposta foram consideradas tão-somente as missões instaladas enquanto estabelecimentos físicos, pois a partir delas se estrutura uma determinada ocupação do espaço. Não foram mapeadas as chamadas *missões volantes*, que se referem exclusivamente a práticas temporárias de pregação e batismo, sem a implantação de bases fixas de missionação. Serafim Leite nos dá circunstanciada notícia dessas missões volantes, que foram contemporaneamente tratadas por Cristina Pompa.

No Quadro 4 foram identificadas e caracterizadas, a partir de fontes documentais e bibliográficas, as missões religiosas e os aldeamentos indígenas pioneiros no interior baiano, entre a década de 60 do século XVII e o meado do Setecentos. No Mapa 9 foram distribuídos espacialmente os dados da tabela. A ordenação cronológica dos dados tabulados revela tendências temporais que o mapa não mostra; os dois elementos gráficos serão, portanto, utilizados de forma associada.

Quadro 4 – Missões religiosas e aldeamentos indígenas pioneiros no interior baiano – 1660-1750

Missão ou aldeamento	Ordem religiosa original	Povo indígena aldeado	Ano de instalação ou da mais antiga referência documental	Localização geral	Localização pontual ou circunscrição administrativa atual
Massacará	Jesuíta	Quiriri [cariri], caimbé	1639?[a]	Norte do rio Itapicuru	Euclides da Cunha/BA
Natuba	Jesuíta	Quiriri [cariri]	1666	Rio Itapicuru	Nova Soure/BA
Geru	Jesuíta	Quiriri [cariri]	1666	Rio Real	Tomar do Geru/SE
Canabrava	Jesuíta	Quiriri [cariri]	1667	Entre os rios Itapicuru e Real	Ribeira do Pombal/BA
Jeremoabo	Jesuíta	Monguru	1669	Jeremoabo	
Itapicuru	Jesuíta	Boimé	1669	Rio Itapicuru	[Não localizada. O *IPACBA* associa a missão à povoação de Itapicuru de Cima]
Ilha de São Pedro	Capuchinha francesa	Aramuru	1671	Baixo São Francisco	Porto da Folha/SE
Rodelas	Capuchinha francesa	Rodela	1671-1672	São Francisco - Sertão de Rodelas	Ilha da Assunção (Ilha de Pambu, Abaré/BA)
Aracapá	Capuchinha francesa	Cariri	1672	São Francisco - Sertão de Rodelas	Ilha de Aracapá
Pambu	Capuchinha francesa	Cariri	1677	São Francisco - Sertão de Rodelas	Ilha da Assunção (Ilha de Pambu, Abaré/BA)
Ilha das Vacas	Capuchinha francesa		1679	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Cavalo	Capuchinha francesa	Cariri-obacatuara ou tuxá	1682	São Francisco - Sertão de Rodelas	Ilha do Cavalo (Ilha de São Félix)
Vargem	Capuchinha francesa	Brancaruru e procá	1683-1684	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Irapuá	Capuchinha francesa	Cariri	1687	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Axará	Jesuíta	Porcá	1687	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Itapicuru de Cima	Franciscana	Tupinambá	1689		Itapicuru de Cima
Zorobabé	Jesuíta	Caruru	1696	São Francisco - Sertão de Rodelas	Ilha de Zorobabé, em frente a Itacuruba/PE
Corumbambá	Jesuíta	Porcá	1696	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Curral dos Bois	Jesuíta		1698	Médio São Francisco	
Carurus	Jesuíta		1698	Médio São Francisco	
Porcá	Capuchinha francesa	Porcá	1698	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Saco dos Morcegos	Jesuíta	Quiriri [cariri]	1691	Entre os rios Itapicuru e Real	Mirandela, Banzaê/BA
Gualhaz	Franciscana	Gualá	1698	Médio São Francisco	
Aranhipó	Jesuíta	Porcá	1702	São Francisco - Sertão de Rodelas	
Bom Jesus da Jacobina	Franciscana	Quiriri [cariri], caimbé	1706	Jacobina	
Saí	Franciscana	Quiriri [cariri], caimbé	1706	Jacobina Velha	Senhor do Bonfim/BA
Juazeiro	Franciscana	Quiriri [cariri], caimbé	1706	Jacobina	
Rio das Contas	Capuchinha italiana		1741	Rio das Contas	

Fonte: (1) [Carta do Frei André de São João Batista ao rei], 20/09/1702. AHU, Bahia, Avulsos, caixa 3, doc. 334; (2) “Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco”, s.d. In: “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários”, 18/12/1698. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 21-22, 1909; (3) Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo. AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798; (4) Cod. Mss. do Inst. Hist. Gov. do Conde de Sabugosa 1735. Transcrito parcialmente em Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. p. 99-100; (5) Martinho de Nantes, padre. *Relação de uma missão no Rio São Francisco* : relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979; (6) Caldas, José Antonio. *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759*. Ed. fac-similada. [Salvador] : Tip. Beneditina, 1951. (7) Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco* : desde a Cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. 2.ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. Edição fac-similada; (8) Edelweiss, Frederico. As missões dos quiriris e de outros tapuias ao tempo de Frei Martinho de Nantes. *RIGHB*, [s.l.], n. 77, p. 373-377, 1952; (9) Edelweiss, Frederico. Tabela “Missões no curso inferior do Rio de São Francisco de 1670 a 1700”. In: Edelweiss, Frederico. As missões dos quiriris e de outros tapuias no tempo de frei Martinho de Nantes. *Anais do 1º. Congresso de História da Bahia*. Salvador: Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1955. Apud Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 324; (10) Missões e aldeamentos no sertão nordeste do Brasil no século XVII. In: Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 295-299; (11) Dantas, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto L.; Carvalho, Maria Rosário G. de. Aldeamentos missionários no nordeste : século XVIII. In: Dantas, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto L.; Carvalho, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 445-446; (12) Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V; (13) Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988; (14) Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e “Tapuia” no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003; (15) Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998; (16) Willeke, Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil* (1500-1975). Petrópolis: Vozes, 1974; (17) *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia (IPACBA)*. [Salvador]: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, [s.d.]. CD-ROM.

[a] Felisbello Freire menciona a fundação da Missão da S. S. Trindade, em Massacará, em 1639, mas não encontrei nenhuma outra referência documental ou bibliográfica a respeito desse recuado ano de instalação do aldeamento jesuítico. Freire, *op. cit.*, p. 98.

Ilha das Vacas
Aracapá
Irapuá
Cavalo
Pambu
Vargem
Corumbamba
Aranhipó
Axará
Rodelas
Zorobabé
Sertão de Rodelas
São Francisco
Juazeiro
Juazeiro
Sento Sé
Carurus
Curral dos Bois
Tapera de Paulo Afonso
Xingó
Ilha de São Pedro
Vaza-Barris
Jeremoabo
Massacará
Saco dos Morcegos
Canabrava
Natuba
Geru
Itapicuru de Cima
Itapicuru de Cima
Real
Itapicuru
Inhambupe
Jacuricí
Pancaruhy
Salitre
Jacaré
Verde
Saí
Jacobina Velha
Bom Jesus da Jacobina
Jacobina
Jacuípe
Morro do Chapéu
do Peixe
Capivari
Paratigi
Paramirim
Cachoeira
Jenipapo
Santo Antonio da Conquista
Cidade da Bahia
Paraguaçu
Sincorá
Una
Jequiriçá
Corrente
Lapa do Bom Jesus
Rio das Contas
Rio das Contas
das Rãs
de Contas
Caetité
MAPA 9 – DISTRIBUIÇÃO DE MISSÕES RELIGIOSAS NO INTERIOR DA BAHIA – 1660-1750
Unidade jesuítica
Unidade capuchinha francesa
Unidade franciscana
Unidade capuchinha italiana
Lugar
Xingó Paragem
Rio

O primeiro eixo espaço-temporal da missionação no espaço estudado é o da implantação de aldeamentos jesuítas no sertão mais próximo do Recôncavo Baiano, entre os rios Itapicuru, Real e Vaza-Barris, nos anos 60 do século XVII. Essas primeiras unidades sertanejas foram fundadas pelos jesuítas João de Barros e Jacob Roland em jornada de missionação realizada naquela década entre a cidade da Bahia e a Jacobina Velha. Serafim Leite destaca o papel que tiveram como provedoras de mão de obra indígena para o transporte de gado para a cidade da Bahia, a partir do São Francisco e do Piauí, e também como bases de apoio nas difíceis viagens terrestres entre o Recôncavo e o vale são-franciscano.[587] Em três dessas missões explodiriam os primeiros conflitos, no âmbito do sertão baiano, entre potentados coloniais e missionários: em 1669 Garcia de Ávila, senhor da Casa da Torre, manda destruir igrejas e residências dos padres em Itapicuru, Jeremoabo e Massacará.[588]

Três outras, no entanto, progrediriam nesse espaço e se tornariam, um século depois, com a extinção do projeto missionário, povoações civis: em 1758 Natuba recebe o nome de Vila de Soure; Canabrava, o de Vila Nova de Pombal; e Saco dos Morcegos, o de Mirandela. Canabrava fora a mais próspera missão nesse eixo, tendo chegado a contar com 900 índios aldeados em 1690. Anexa ao aldeamento os jesuítas mantinham fazendas de gado e de cultivos agrícolas. Saco dos Morcegos, por outro lado, encravada no sertão agreste ao norte do vale do Itapicuru, padecia de falta de água e de mantimentos. Em 1691 cogitou-se mudá-la para sítio mais conveniente, proposta que foi negada pela Junta das Missões.[589]

O segundo eixo foi representado pelas missões capuchinhas francesas implantadas no médio-baixo São Francisco. Nesse grupo a missão da ilha de São Pedro, fundada por Anastácio de Audierne em 1671, tratada anteriormente, foi uma das primeiras a serem estabelecidas. Na sequência os capuchinhos subiriam o rio, coincidindo o alinhamento geográfico das missões desse trecho, com algumas diferenças, com a ordem cronológica da sua implantação. O sertão de Rodelas chegou a abrigar pelo menos sete unidades capuchinhas, que se distribuíam pelas numerosas ilhas do médio inferior São Francisco. A trajetória dessas missões, cujo controle pelos religiosos franceses foi relativamente curto, se tornou emblemática da ação missionária no sertão do São Francisco, em grande parte devido ao vívido relato deixado por Martinho de Nantes.

---

[587] Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V, p. 292.
[588] Ibidem, p. 284.
[589] Ibidem, p. 290-291.

O afastamento dos capuchinhos franceses do Brasil foi exaustivamente tratado por Pietro Regni, que encara a questão na perspectiva apaixonada da glória e do sofrimento missionário. A razão imediata, representada pela recusa inicial dos religiosos em assinar o juramento de fidelidade à Coroa portuguesa, sem dúvida está inserida no contexto dos conflitos e alianças militares entre as potências europeias e do intrincado jogo diplomático resultante, no qual tiveram papéis decisivos França, Roma e Portugal. Em 1702, de toda forma, dá-se a saída dos religiosos franceses, depois de 60 anos de missionação na América portuguesa. Após uma curta experiência com os carmelitas descalços, as unidades religiosas deixadas pelos capuchinhos franceses foram entregues definitivamente aos capuchinhos italianos.

A solução final para a questão das missões capuchinhas mostra que se tratava muito menos de vetar a entrada de missionários estrangeiros na colônia, como têm sugerido alguns autores, do que, do ponto de vista da geopolítica internacional, de evitar nas possessões ultramarinas religiosos oriundos da poderosa nação francesa e, do ponto de vista interno, de garantir para a Coroa portuguesa um controle maior sobre a atividade missioneira, estrangeira ou não. A propósito da questão internacional, lembra Regni que havia menos desconfiança com relação aos capuchinhos italianos, em razão de pertencerem a "uma nação fraca, politicamente dividida e, portanto, insuspeita sob o ponto de vista de concorrência colonialista".[590] Na perspectiva interna com a qual estou trabalhando, as transformações históricas da missionação indicam que o cerne do problema estava na redução da autonomia das ordens religiosas na América portuguesa e, como mostrou Marcos Galindo Lima, no ingresso do projeto missionário numa fase de maior dependência da política portuguesa. Talvez não seja excessivo notar, já na passagem para o novo século, os primeiros sinais de uma tendência histórica que se consolidaria e se radicalizaria no meado do Setecentos, quando a contradição entre as ordens religiosas e o poder civil se torna insolúvel.

Nesse segundo eixo de distribuição das unidades missioneiras devem ser incluídas as missões jesuítas do médio São Francisco. Juntando dados de fontes primárias às conclusões de Serafim Leite, que dedicou um capítulo às missões jesuítas são-franciscanas, cheguei a um conjunto de seis aldeamentos, sendo quatro deles no sertão de Rodelas e dois na altura de Sento Sé. A localização dos quatro primeiros é incontroversa, pois consta de um documento

---

[590] Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a história da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988. p. 235.

em que a posição geográfica e as distâncias entre as missões são claramente especificadas.[591] Já a plotagem das missões de Curral dos Bois e Carurus (*vide* Mapa 9) baseou-se unicamente em inferências de Edelweiss, que utilizou a "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco" para supor a distância entre a foz do São Francisco e essas unidades sertanejas. Essa localização é na realidade incerta, tanto em razão da longa distância a ser considerada, à qual o autor anônimo do documento se refere vagamente como "perto de 100 léguas" a partir da Cachoeira (de Paulo Afonso), quanto devido à omissão detectada na transcrição do texto e discutida em nota anterior. Utilizando a mesma fonte, Serafim Leite conjeturou que as duas missões se localizassem mais ao sul, na região de Xique-Xique e Urubu (Paratinga/BA).[592] De toda forma, essas seriam, sempre segundo o autor anônimo do documento seiscentista, as últimas missões religiosas ao longo do São Francisco, no sentido da nascente do rio.

Em 1696 as missões jesuítas do sertão de Rodelas seriam duramente confrontadas pela Casa da Torre, então senhoreada por Leonor Pereira Marinho e Catarina Fogaça. Naquele ano, diante da tentativa dos missionários de demarcar as terras das missões, curraleiros e forças armadas pelo procurador da Casa despejam os religiosos dos aldeamentos de Zorobabé, Corumbambá e Axará. Segundo o relato dos jesuítas, foram eles despojados de tudo, inclusive bens pessoais, e obrigados a deixar a região e voltar para a cidade da Bahia, cumprindo uma jornada de 170 léguas, parte a cavalo e parte a pé.[593] A disputa territorial entre potentados coloniais e missionários se radicalizara. Acuados pela violência da expulsão, os jesuítas desistem das missões são-franciscanas. Nos termos do provincial da ordem no Brasil,

> se havemos de ter uma contínua desinquietação dos currais, bois, éguas e vaqueiros vizinhos, contra o costume das outras aldeias, que têm distritos desimpedidos; e se se hão de ver exemplos repetidos e impunidos; e se havemos de ser missionários da Casa da Torre, a seu mandado, e não missionários da companhia à ordem, e obediência unicamente de S. Majestade e de quem está em seu lugar, para bem dos índios; não nos convém voltar a estar em aldeias postas nas terras da casa da Torre; não faltando outras partes a que acudir [...].[594]

---

[591] [Carta do Frei André de São João Batista ao rei], 20/09/1702. AHU. Bahia, Avulsos, caixa 3, doc. 334. Note-se que algumas das missões incluídas nesse relevante documento e coincidentes com os dados de Serafim Leite não são citadas na "Informação sobre o estado das missões nos sertões da Bahia e de Pernambuco", o que recomenda certa cautela com essa segunda fonte.
[592] Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. v. V, p. 308-309.
[593] [Relação do Superior da Missão de Rodelas], 20/10/1696. Apud Leite, op. cit., p. 300-303.
[594] [Carta do provincial da Companhia de Jesus], 19/11/1696. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32, doc. 4089.

As missões são-franciscanas deixadas pelos jesuítas tiveram o mesmo destino que, seis anos mais tarde, teriam os aldeamentos capuchinhos franceses, sendo inicialmente destinadas aos carmelitas descalços e logo em seguida aos capuchinhos italianos.

Além dos dois eixos principais de distribuição das unidades missioneiras, ao longo dos quais, como vimos, se concentraram as ações capuchinhas francesas e jesuíticas, houve a implantação de missões franciscanas pioneiras na Jacobina, em Juazeiro e em Itapicuru de Cima. A maior parte dessas unidades foi estabelecida nos primeiros anos do século XVIII e não parece ter tido a expressão histórica das congêneres capuchinhas e jesuítas do rio São Francisco e do sertão ao norte do Recôncavo Baiano. Frei Venâncio Willeke, o historiador dos franciscanos, fornece informações relevantes sobre a trajetória das missões da Jacobina e de Juazeiro, mas reconhece haver poucos registros documentais sobre as demais unidades.[595] Deve-se acrescentar, ainda, que a ação franciscana cingiu-se, em muitos casos, a assumir o controle de missões sertanejas já implantadas e deixadas pelas duas primeiras ordens, o que, na linha do argumento deste estudo, não configura a implantação de unidades pioneiras de ocupação territorial das áreas de fronteira.

No meado do século XVIII o sistema dos aldeamentos missionários foi extinto, figurando a implantação do Diretório Geral dos Índios (1757), a expulsão dos jesuítas do Império Português (1759) e a supressão das missões capuchinhas do São Francisco (1761) como os eventos centrais do processo. O assunto foi tratado por Beatriz G. Dantas, José Augusto L. Sampaio e Maria Rosário G. de Carvalho, Cristina Pompa e Marcos Galindo Lima, tendo o último autor produzido uma densa discussão da transição do "governo das almas" para o "governo dos homens" no sertão de Rodelas. Um dos veios da análise de Lima centrou-se nas consequências, para as populações indígenas, do desmantelamento dos aldeamentos, que redundou na formação de bandos de índios evadidos e, principalmente, de agregados nas fazendas de gado.

Na perspectiva da formação territorial, a pesquisa do processo de implantação das missões pioneiras, realizada neste capítulo, iluminou o papel estruturador que esses estabelecimentos tiveram na ocupação do espaço estudado. Em alguns casos a missão católica era a única

---

[595] Willeke, Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil* (1500-1975). Petrópolis: Vozes, 1974. p. 79-115. A tabela de missões franciscanas elaborada por Willeke, que tem sido reproduzida em estudos contemporâneos do tema, deve ser utilizada com prudência. O pesquisador classificou como originalmente franciscanas missões que na realidade foram assumidas pela ordem apenas depois que foram deixadas por capuchinhos franceses e jesuítas.

representação da expansão europeia no interior da América portuguesa; em outros ela era vizinha de uma outra estrutura de ocupação, as fazendas de gado, com as quais mantinha uma relação por vezes conflitante. A desorganização dos tradicionais modos de vida indígenas, o disciplinamento de numerosos contingentes ameríndios e a contenção da resistência *tapuia* à invasão estão entre as principais contribuições das bases avançadas missionárias para a ocupação luso-brasileira do sertão baiano. De um ponto de vista mais concreto, as missões sertanejas representaram uma forma embrionária de administração do espaço sertanejo, preparando o terreno para a implantação de povoações civis; estimularam a expansão dos caminhos que ligavam o interior baiano à costa e ao Piauí; funcionaram como pontos de apoio para o trânsito de pessoas e mercadorias pelas ásperas vias terrestres; e reconfiguraram as áreas de domínio luso-brasileiro nos sertões, definindo novas fronteiras internas em espaços remotos como o sertão de Rodelas e o médio São Francisco.

10 OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO

10.1 Ritmos de ocupação

Nos capítulos anteriores foram examinados os modos, ritmos e tendências associados a cada uma das cinco estruturas de ocupação luso-brasileira do sertão baiano. A pergunta que se segue é se houve ou não convergência no ritmo de implantação das diferentes unidades de ocupação; ou, para dizê-lo de outra forma, como se comportam as tendências espaço-temporais de distribuição dessas unidades quando analisadas em conjunto. Passarei, portanto, neste passo do trabalho, à abordagem conjunta dos resultados obtidos para os tipos estruturadores definidos, cruzando os dados sobre a sua evolução temporal e distribuição espacial.

Iniciemos com as duas estruturas para as quais possuo dados em número suficiente para uma análise quantitativa: as sesmarias e os postos militares. No Graf. 1 foram traçadas as curvas que retratam o ritmo de distribuição dessas unidades ao longo do período considerado; nada mais se fez do que reproduzir em forma de gráfico os dados constantes das Tab. 1 e 2, convertidos em percentuais sobre o total de cada uma das variáveis, para efeito de comparação.
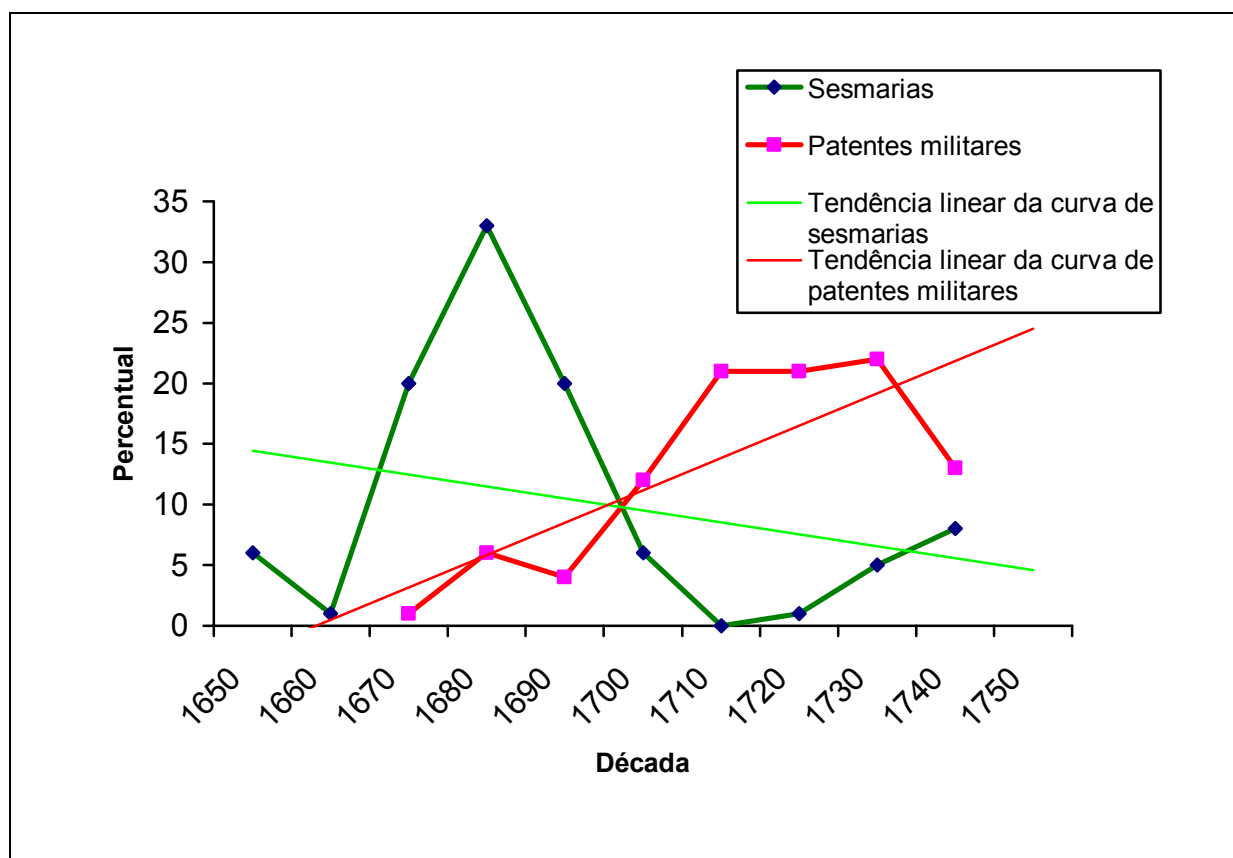
Gráfico 1 – Distribuição percentual de sesmarias e de patentes militares no sertão da Bahia – 1650-1750

Fonte: Dados quantitativos consolidados nos capítulos 6 e 8.

A conclusão é imediata: na maior parte do período comum considerado – 1670 a 1750 – as duas curvas apresentam forte divergência de comportamento. Essa tendência é mais pronunciada no subperíodo 1690-1710, quando, a um forte crescimento do número percentual de patentes militares, corresponde um forte decrescimento do número percentual de sesmarias. A mesma tendência divergente, no sentido inverso, com diferenças menos acentuadas, verifica-se entre 1740 e 1750, quando o número percentual de patentes diminui, enquanto o de sesmarias aumenta. A divergência de comportamento das curvas é mais evidente quando se examinam as respectivas retas de tendência linear, cuja inclinação é oposta.

Não obstante essa tendência geral, há subperíodos em que houve convergência entre as inclinações ascendente ou descendente das duas curvas. Ou seja, no mesmo intervalo de

tempo o número de sesmarias e o número de patentes têm o mesmo comportamento de aumento ou diminuição. Examinemos esses casos, constituídos pelos subperíodos 1670-1679 (crescimento), 1680-1689 (decrescimento) e 1730-1739 (crescimento), à luz da distribuição espacial de sesmarias e de patentes militares, retratada nos Mapas 3, 5 e 8.

No primeiro subperíodo (1670-1679) a distribuição de sesmarias concentrou-se majoritariamente no vale do Paraguaçu e na barra do rio das Velhas. Enquanto isso, o maior número de nomeações para postos militares se deu no vale do rio Real, no médio São Francisco e em Santo Antonio da Conquista. No subperíodo seguinte (1680-1689) o foco geográfico das sesmarias esteve entre os rios Paraguaçu e das Contas, enquanto o das patentes militares localizou-se no médio-baixo São Francisco, nos rios Verde Grande e Verde Pequeno e em lugares pontuais como Massacará, Itapicuru e Santo Antonio da Conquista. No último subperíodo (1730-1739) as sesmarias se concentraram nos vales dos rios Itapicuru, Inhambupe e Pardo e em lugares como Urubu, ao passo que os postos militares tiveram nomeações no médio-baixo São Francisco, nos rios Paramirim, Verde, Paraguaçu, Itapicuru, Verde Grande, Verde Pequeno e Gorotuba e em lugares como Urubu, Vila de João Amaro (antiga Santo Antonio da Conquista), Itapicuru, Jacobina, Jeremoabo e arraial de Matias Cardoso.

Afora alguns poucos lugares em comum, o que se nota, para um mesmo subperíodo, é a forte disparidade entre as áreas de concessão de sesmarias e as áreas de nomeação de postos militares. Ou seja, ainda que o comportamento crescente ou decrescente das duas curvas tenha coincidido nesses intervalos de tempo, as duas variáveis estiveram geograficamente desconectadas. A semelhança de comportamento das curvas não seria mais do que uma coincidência.

O que nos contam essas inferências estatísticas e geográficas? Na realidade, estamos diante de uma tendência de acentuada *descoordenação* na alocação das unidades correspondentes a cada uma dessas duas estruturas de ocupação. O governo-geral, o maior responsável pelas concessões de sesmarias e nomeações para postos militares no espaço estudado, agia a reboque das demandas territoriais e militares dos ocupadores do sertão. Concediam-se terras ao sabor de requerimentos pessoais e nomeavam-se agentes militares para atender a pleitos de moradores, sem que por trás dessas ações administrativas pulsasse um objetivo geral definido

como uma política de governo. Daí o descompasso temporal e geográfico entre as duas variáveis.

O mesmo exercício pode ser feito a propósito das três outras estruturas de ocupação definidas. Sabemos que a abertura de um caminho podia fomentar a criação de novas povoações sertanejas ou que a implantação de uma missão religiosa podia contribuir para o alargamento e a melhoria das vias terrestres de ocupação que cortavam a região missioneira. Mas esses eram efeitos provocados exclusivamente pela dinâmica histórica. As relações entre as estruturas de ocupação partiam muito mais delas mesmas, das forças mobilizadas em seu interior, do que de um agente externo como a Coroa e os seus representantes na colônia.

Em última análise, pode-se dizer que a expansão da fronteira no espaço estudado era, do ponto de vista da Coroa e das autoridades coloniais, quase aleatória. Mostra-se difícil encontrar um foco, um projeto ou uma política de colonização nas ações administrativas da Coroa e do governo-geral voltadas para o sertão baiano. A coordenação do processo não estava nas mãos desses atores, mas era antes a resultante histórica das ações levadas a cabo pelos indivíduos e grupos que promoveram a conquista e a ocupação do sertão baiano. Do ponto de vista desses agentes ocupadores, a expansão tinha a sua lógica; penso, contudo, não em uma lógica comum, mas em *lógicas particularizadas*, distintas entre si, associadas aos interesses, motivações, objetivos e estratégias civilizacionais colocadas pelos diferentes indivíduos e grupos envolvidos no processo.

Essas considerações de certa forma relativizam a ideia de *colonização*, se a ela associarmos um processo unidirecional e convergente de expansão contínua do território luso-brasileiro na América. No sertão baiano a territorialização luso-brasileira se fez, pelo contrário, em muitas e diferentes direções, determinadas pelas características peculiares e pelos eixos geo-históricos de cada área conquistada e ocupada. Foi divergente, na medida em que envolveu a ação particularizada de indivíduos e grupos que partiram de projetos civilizacionais distintos e por vezes conflitantes entre si. E teve como marca principal a descontinuidade espacial e temporal da ocupação, de forma que as unidades associadas a cada estrutura de ocupação se distribuíam desigualmente pelas áreas conquistadas, formando "ilhas" ou enclaves luso-brasileiros em antigos espaços *tapuias*. O território luso-brasileiro "vazado", descontínuo no tempo e no espaço, foi o resultado.

Do ponto de vista da Coroa, o preço pago pela descontinuidade foi a debilidade do controle sobre os sertões. Essa tendência tem sido atualmente abordada do ponto de vista político. Não obstante, a primeira grande dificuldade régia era de ordem geográfica. Na definição precisa de Ceres Rodrigues Mello, "a dúvida estava na proporção do desconhecimento geográfico".[596] É de fato flagrante, na documentação, o desconhecimento, pela Coroa, pelo governo-geral e pelos governos das capitanias, dos espaços interiores da América portuguesa que não estivessem diretamente ligados à mineração. Na década de 30 do Setecentos, quando já ia avançada a ocupação luso-brasileira de extensos territórios do sertão baiano, que em alguns casos remontava aos anos 70 do século anterior, a Coroa ainda identificava a necessidade de enviar a essas regiões uma expedição de reconhecimento territorial. Comandada pelo prático Joaquim Quaresma Delgado, essa entrada percorreria extensas áreas do sertão baiano, registrando elementos topográficos, hidrográficos e toponímicos, bem como a situação do povoamento, da exploração mineral e das comunicações com a costa. Características elementares dessas regiões, a grande maioria formada por eixos fluviais ladeados por fazendas de gado, eram totalmente desconhecidas das autoridades coloniais.

O desconhecimento geográfico explica, em grande medida, as sesmarias continentais. Como vimos, a doação de áreas enormes, difíceis de conceber do ponto de vista da apropriação efetiva das terras, só pode ser explicada, de um lado, pelo prestígio social do concessionário e, de outro, pelo fato de que a autoridade dadora provavelmente conhecia apenas os extremos desses espaços, citados na carta de sesmaria. O vasto interior dessas áreas sesmariais permanecia desconhecido e, mais, habitado por povos indígenas em geral hostis ao contato.

No caso das nomeações para postos militares, nota-se uma segunda tendência, correlata ao desconhecimento geográfico, representada pelo que hoje chamaríamos uma certa "miopia administrativa" na definição das áreas de atuação dos nomeados. É o caso, por exemplo, de uma patente confirmada em 1726 para o posto de coronel de ordenança, que englobava as freguesias do Rio Grande do Sul, de Nossa Senhora da Conceição de Rodelas e de Santo Antonio da Manga.[597] Trata-se de territórios são-franciscanos que distam entre si, em média, por via terrestre, 600 quilômetros. Pela via fluvial os pontos extremos da nomeação (Manga e Rodelas) estão, de acordo com as plotagens de Halfeld, a 220 léguas (1.400 quilômetros) de

[596] Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 56.
[597] [Patente de confirmação], 03/10/1726. ANTT. Chancelaria D. João V, livro 71, fls. 79v-80.

distância.[598] Como se pode entender essa nomeação do ponto de vista da administração militar do território? Onde estava baseado esse coronel para que pudesse supervisionar a ação militar ao longo de uma tão ampla área de atuação? São perguntas que só podem ser respondidas na linha do argumento que venho desenvolvendo aqui, na qual o desconhecimento geográfico e a não apropriação efetiva das terras interiores pela administração colonial levava à inevitável debilidade do controle luso-brasileiro sobre os territórios sertanejos.

Outras áreas de atuação militar são igualmente surpreendentes. Em 1734 foram emitidas pelo menos sete patentes militares para os distritos da capitania da Bahia compreendidos entre a barra do rio Verde (Grande) e a "pancada do mar".[599] A autoridade estava segura do primeiro limite, que em alguns casos foi especificado nos documentos como "donde se divide a capitania [da Bahia] das Minas Gerais". Mas o que se pode dizer da segunda delimitação? Essa expressão, que não se encontra nos dicionários de Raphael Bluteau e de Moraes Silva, mas ocorre nos dicionários modernos como um lusitanismo,[600] seguramente aludia à zona costeira. Não sabemos, todavia, a que lugar ou trecho da marinha se referia. O que se pode conjeturar, como foi representado no mapa de distribuição de patentes no período 1730-1750 (Mapa 8) (*vide* símbolos 3, 4, 5, 6, 13 e 14 na foz do Verde Grande e na linha costeira), é que a administração colonial estivesse preocupada com a porção meridional do sertão baiano, limitada pela região especialmente importante da foz do Verde Grande, onde estava o arraial de Matias Cardoso, e o trecho costeiro entre as barras dos rios das Contas e Pardo.

Sem dúvida essas considerações podem ser nuançadas. Sabemos, por exemplo, que havia um projeto, mencionado pelo governador-geral na correspondência com a Corte, cujo objetivo era

[598] Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco* : desde a Cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. 2.ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. Edição fac-similada.

[599] (1) [Patente], 04/03/1734. AHU. Bahia, Avulsos, cx. 51, doc. 4477; (2) "Patente do posto de Sargento-mor dos distritos que compreendem desde a Barra do Rio Verde, concedida a João Lopes da Silva", 15/03/1734. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 352; (3) "Patente do posto de Capitão-mor das Entradas dos distritos do Rio de São Francisco da parte desta Capitania, concedida a Domingos de Magalhães de Souza", 31/03/1734. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 352; (4) "Patente do posto de Sargento-mor dos distritos que se compreendem da barra do Rio Verde se divide esta Capitania da das Minas Gerais até a pancada do mar", 11/09/1734. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 352; (5) "Patente do posto de Coronel da ordenança concedida a Marcelino Soares Ferreira", 30/04/1735. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 354; (6) "Patente do posto de Sargento-mor de Infantaria da Ordenança, concedida a José Moreira", 02/05/1735. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 354; (7) [Patente], 08/02/1737. AHU. Bahia, Avulsos, cx. 66, doc. 5550.

[600] Pancada do mar. In: *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. [s.l.], Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2004. 1 CD-ROM. Pancada do mar. In: Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI. 1 CD-ROM. No Houaiss a expressão é dada como um regionalismo cearense. Certamente chegou ao Ceará, região de forte presença lusitana, trazida de Portugal no período colonial.

se avizinhar o rio das Contas e as Minas Novas, de maneira a tornar todo esse sertão tratável e desinfestado do gentio que nele havia.[601] Era, para isso, animador o fato de que já se tivessem estabelecido fazendas de gado e roças e descoberto ribeiros com ouro no continente do rio das Contas. É clara a intenção governamental de conquistar e ocupar o espaço sertanejo entre essa região fronteiriça e as Minas Novas, formando um único território de extração mineral, criação de gado e lavoura. Lida ao revés, todavia, essa mesma documentação nos revela a *ocupação lacunar* dos espaços sertanejos, situação que persistia ainda na quarta década do Setecentos, a menos de 20 anos do Tratado de Madrid. E não é demais lembrar que a conquista e ocupação luso-brasileira continuavam a ser realizadas por agentes privados, relativamente autônomos em relação às autoridades coloniais. A Fazenda Real, como enfatiza o governador-geral nas cartas à Corte, mantinha-se livre de despesas com a conquista do sertão do rio das Contas. Nos moldes patrimonialistas do Antigo Regime, os custos da territorialização desse espaço eram assumidos pelos ocupadores privados, posteriormente recompensados com sesmarias, cargos públicos, postos militares e honrarias. Certamente esse modelo retirava boa parte do controle metropolitano sobre o processo.

No seu notável estudo sobre a formação urbana das Minas Gerais, Cláudia Damasceno Fonseca encontrou tendências de descontinuidade espacial bastante próximas das que vêm sendo trabalhadas neste texto:

> Os limites das circunscrições de Minas Gerais não foram fixados no momento de sua criação, salvo raras exceções. Como vimos, em 1714, as fronteiras das três primeiras comarcas foram determinadas de modo mais ou menos preciso apenas em sua zona de interseção, que correspondia à parte mais conhecida e densamente povoada do território mineiro; os outros limites foram definidos à medida que os sertões que envolviam os primeiros núcleos de povoamento foram sendo explorados e ocupados. O mesmo ocorreu com os limites da maioria dos concelhos: estes eram, inicialmente, circunscrições "abertas", que poderíamos comparar a células geradas a partir de um núcleo (a sede), e cujo conteúdo e invólucro se constituíam progressivamente.[602]

Mais interessante, no entanto, do que utilizar a proximidade entre a análise da autora e o argumento deste trabalho é realçar as diferenças entre as dinâmicas históricas em Minas

---

[601] (1) "Carta sobre a conquista do Rio das Contas, foi pelo Conselho Ultramarino", 28/09/1731. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 27, doc. 127; (2) "Carta sobre a conquista do Rio das Contas", 20/01/1733. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 29, doc. 37.

[602] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 224.

Gerais e na Bahia, pois acredito que essa via nos possibilitará clarear algumas das questões que vêm sendo levantadas.

Uma primeira observação incide sobre a natureza dos limites tratados nos dois trabalhos. Fonseca se ocupa dos limites enquanto divisões político-administrativas entre instituições do poder civil e eclesiástico (comarcas, vilas, freguesias). Essa opção faz todo sentido num trabalho voltado para a gênese dos espaços urbanos numa região colonial densamente povoada, fortemente urbanizada e marcada pelo controle metropolitano. Ainda assim, a autora verifica, como se viu, a ocorrência de zonas de indefinição e de circunscrições abertas.

O que dizer, por outro lado, do sertão baiano? Nesse caso a ótica administrativa não é a melhor alternativa de abordagem, pois, como já foi tratado, décadas se passaram entre a conquista e ocupação desse espaço e a sua territorialização jurídico-política, isto é, a criação de instrumentos de regulação do território formado, tais como a elevação de povoações à categoria de vila. Essa é uma diferença importante, do ponto de vista da administração do território: enquanto nas Minas Gerais os primeiros núcleos mineradores são elevados a vilas no período inicial da rápida formação dessa nova região colonial, no sertão baiano as primeiras vilas (Jacobina e Rio das Contas) são pelo menos meio século posteriores à conquista do território e, não por coincidência, estão exatamente ligadas à emergência da atividade mineradora nessas paragens majoritariamente pecuárias.[603] Para os objetivos deste trabalho os limites são, antes de mais nada, divisões imaginárias e não oficializadas, tênues e moventes, entre territórios de ocupação luso-brasileira e espaços indígenas; considerados sob essa ótica, os limites são anteriores e, portanto, independentes das divisas político-administrativas que se originam da institucionalização do território. Esses limites por assim dizer primitivos do território têm natureza militar e não se confundem com as futuras divisas administrativas, ainda que, como sugere o trabalho de Fonseca, o lapso de tempo entre uns e outros possa ser relativamente curto no caso de regiões coloniais de rápida formação como as Minas Gerais.

Mas prossigamos rumo ao ponto que mais me interessa na reflexão da autora. A comparação metafórica das primeiras unidades político-administrativas mineiras com células dotadas de um núcleo originário e de um conteúdo e um invólucro que se formam progressivamente é

[603] Estou excetuando, para o desenvolvimento desse raciocínio, o caso obscuro da Vila de Santo Antonio da Conquista, tratado no capítulo sobre as povoações.

adequada ao estudo de uma região na qual a presença de centros urbanos difusores é uma das marcas principais. De fato, como escreveu Angelo Carrara, a fronteira na capitania das Minas Gerais avançou como as ondas provocadas pela queda de uma pedra num lago, movendo-se a partir dos núcleos mineradores originais.[604] Não é casual que as imagens sejam bastante semelhantes, pois estavam ambos os autores às voltas com a formação de uma região colonial caracterizada sobretudo pelo efeito irradiador desses núcleos originais, cuja forte presença, já nos primeiros tempos do novo território, determinou o ritmo da expansão que se seguiu.

No sertão baiano não encontramos núcleos difusores dessa grandeza. Povoamento rarefeito e baixo número de povoações tendencialmente urbanas, cujos números de população eram quase minúsculos, foram características demográficas desse espaço, investigadas quantitativamente no sétimo capítulo deste estudo. A imagem da célula com um núcleo difusor (a sede do termo da vila ou da comarca) e um invólucro que cresce a partir dele (os sertões do termo ou da comarca) não é, nesse caso, a melhor. Parece mais adequado pensar na dinâmica de territorialização do sertão baiano como um processo de formação descontínua e irregular de "ilhas" de ocupação luso-brasileira, nas quais essa peculiar forma de colonização medrou apesar dos espaços *tapuias* e do meio inóspito ao redor. Como estamos falando de ilhas, certamente a contiguidade não era uma característica externa desses miniterritórios luso-brasileiros. Pelo contrário, eles se formaram dispersos no vasto espaço que ia do médio-baixo São Francisco à faixa costeira e ao rio Pardo. No interior de cada miniterritório pode ser facilmente detectada uma tendência de contiguidade entre as unidades de ocupação, bastando para isso acompanhar a sequência de fazendas de gado ao longo dos rios, representadas nos mapas e relatos de reconhecimento do período. Mas, na escala com a qual estou trabalhando, um dos elementos mais significativos da colonização é a descontinuidade entre os miniterritórios ou ilhas de ocupação luso-brasileira no espaço estudado. Aos poucos os caminhos terrestres e as rotas fluviais encarregam-se de conectar essas ilhas entre si e com as regiões coloniais vizinhas (o Recôncavo Baiano e as Minas Gerais), mas é preciso tratar com cautela a questão das comunicações viárias nos sertões. Como vimos, abrir ou fechar um caminho eram opções quase igualmente concorrentes na hesitante política metropolitana para o interior da América portuguesa.

---

[604] Carrara, Angelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 159.

Essa linha de análise é bem mais antiga do que parece. Oliveira Viana, muito mais notado pelo racismo e pelo viés autoritário que pautaram a sua obra, deixou passagens de surpreendente lucidez sobre o que definiu como "esse conjunto incoerente e heteróclito de nódulos sociais, caracterizados pela sua *extrema dispersão*, pela crescente *complexidade da sua estrutura íntima*, pela *diferenciação das suas bases geográficas* e pela *diversidade das pressões externas*, a que estão submetidos".[605] Em outra passagem, utiliza o exemplo da independência paulista frente às autoridades coloniais para postular a existência de uma "verdadeira *dissolução do poder*", resultante da "ação dispersiva dos fatores geográficos".[606] O autor pensava no território colonial como um todo, mas não deixou de se referir aos "remotos e vagos 'borders' pastoris do período colonial", possivelmente ecoando uma das questões históricas do momento (1923), voltada para o modelo norteamericano da fronteira.[607] Essa abordagem aparentemente geográfica alimentava a razão política maior da sua obra, a sua quase obsessão: "assegurar ao poder central, no futuro, sobre as forças centrífugas do provincialismo e do localismo, o triunfo definitivo".[608] Esse ideário político ambicionava-se desse conta da dispersão e do centrifugismo, que o autor considerava marcas da sociedade colonial e eram, portanto, categorias sociológicas recorrentes nas suas análises históricas. As críticas à obra de Oliveira Viana focaram o ideário político autoritário e a análise sociológica subjacente, que eram os elementos centrais na sua produção, irrelevando essas passagens laterais. Relegaram-no, com certa justiça, aos infernos.[609] Hoje, passado o contexto de luta política em que esses embates teóricos se deram, vê-se que, debitado o projeto político autoritário e centralizador, a abordagem da colonização empreendida pelo autor pode ser, no final das contas, no mínimo considerada.

A dispersão da ocupação e a ausência de centros irradiadores – ou o centrifugismo de Oliveira Viana – extremaram no sertão baiano uma condição que já foi estudada em espaços muito menos dilatados. Tratando do caso de Portugal no século XVII, Antonio Manuel Hespanha

---

[605] Vianna, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. p. 199. Grifos do autor.
[606] Ibidem, p. 222. Grifos do autor.
[607] Ibidem, p. 67. Como outros autores da primeira metade do século XX, Oliveira Viana parece ter lido Frederick Jackson Turner sem declará-lo expressamente nos seus livros. Em uma das passagens da obra aqui utilizada, refere-se à "americanização das velhas instituições europeias" no Brasil colônia, solução a que teriam sido levados os administradores coloniais em face da "inadaptabilidade desse sistema político [absolutista europeu] à nova sociedade incoerente, instável, heterogênea". Ibidem, p. 246. O tema da americanização das instituições europeias, provocada pelo avanço da fronteira norteamericana, era, como se sabe, um dos mais caros a Turner.
[608] Ibidem, p. 321. Trata-se do parágrafo de encerramento de *Evolução do povo brasileiro*.
[609] Aproveito a irônica metáfora de Carvalho, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

supôs um efeito de miniaturização do espaço político, provocado pela autonomia e expressão político-territorial dos poderes locais, em detrimento dos poderes superiores, mesmo o do rei.[610] Essa tendência seria engendrada por três fatores principais, sendo os dois primeiros a própria estrutura de legitimação do poder, já de *per se* baseada em pequenas comunidades autônomas, e a patrimonialização das funções e cargos administrativos. Como estou aqui interessado menos nas relações político-institucionais e mais na formação territorial como construção do território sociopolítico, tomarei somente o último elemento discutido pelo autor, que está diretamente referido a essa abordagem. Para Hespanha, o terceiro fator da miniaturização das circunscrições políticas é constituído pelas técnicas de comunicação político-administrativa. "Baseadas na oralidade, elas exigem o contato pessoal, o que limita a amplitude da ação político-administrativa". Essa amplitude da ação administrativa é, por sua vez, determinada por um elemento da base territorial: as distâncias. Para o autor, "embora estes limites variem em função das técnicas de transporte e da acessibilidade dos centros administrativos, pode dizer-se que a circunscrição se torna demasiado grande quando o seu raio ultrapassa as 4 a 10 léguas". A doutrina, sempre segundo Hespanha, precisava em cinco léguas o raio das circunscrições administrativas, tomando para isso como padrão a *dieta*, isto é, a distância que podia ser percorrida (pela autoridade) em um dia.

É provável que tenha sido esse padrão seiscentista lusitano o que orientou a emissão, em 1698, da ordem régia em que se estabelecia que a região luso-brasileira do sertão de Rodelas deveria ter, de cinco em cinco léguas, um juiz ordinário.[611] A medida respondia a uma representação da Junta das Missões (da Bahia) sobre os crimes atrozes que sucediam na região e enfatizava, na sua justificação, as distâncias em que eram cometidos esses delitos, razão de permanecerem impunes. O governador-geral replicou à ordem régia alegando a dificuldade que teria para cumprir a determinação, uma vez que não havia no sertão de Rodelas homens que soubessem ler e escrever.[612] O rei reitera a ordem no final do mesmo ano, alegando que bastaria que os escrivães soubessem ler e que, se ainda assim persistisse a impossibilidade de provimento dos cargos, se tomaria a resolução mais conveniente.[613] Essa

---

[610] Hespanha, António Manuel. *As vésperas do Leviathan* : instituições e poder político : Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p. 90-92.

[611] [Carta régia], 16/02/1698. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 5, doc. 38. Publ. em *RIGHB*, Bahia, ano XXV, n. 44, p. 211-212, 1918.

[612] A resposta do governador-geral, que não encontrei, é resumida no documento citado a seguir.

[613] [Carta régia], 06/11/1698. *RIHGB*, Bahia, ano XXV, n. 44. p. 212, 1918. Marcos Galindo estudou, do ponto de vista das relações de poder na colônia, a primeira carta régia, de 16/02/1698, mas não refere esse segundo documento. Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. É

última carta, típica da comunicação emperrada que por vezes se dava entre a Coroa e as autoridades coloniais, possivelmente significou que nada se fez.

Mais expressivo do problema das distâncias, ainda que não referente ao sertão baiano, é um requerimento resumido numa consulta do Conselho Ultramarino, de 1733.[614] Nesse documento, de autoria do ouvidor da capitania da Paraíba do Norte, o autor menciona as dificuldades que encontrava para cumprir a ordem régia de fazer correições no sertão de Piranhas e Piancó. Nessa região, vizinha setentrional do sertão baiano, a última correição se dera em 1729. A distância a ser percorrida era de 130 léguas de sertões indômitos, com dificultosos caminhos, a maior parte habitados por gentio hostil. Em algumas partes havia trechos despovoados de até 30 léguas, nos quais a autoridade era obrigada a passar a noite nos campos, em barracas, sujeita ao risco de cobras, onças e porcos-do-mato e à bicharia que causava nos corpos grande detrimento. Algumas passagens da jornada eram dificultadas pelos rios caudalosos; outras pela falta de água potável, razão pela qual o ouvidor era obrigado a se prover dela para pelo menos oito dias. Os crimes atrozes exigiam, no entanto, correições mais frequentes, policiadas por soldados e assistidas por guias nos caminhos, o que não se poderia executar sem grandes gastos com bestas de aluguel e matalotagens. O fulcro do requerimento, já se vê, era pedir à Coroa que aumentasse a remuneração do ouvidor. Ainda que as dificuldades fossem naturalmente realçadas em razão dessa finalidade, o documento retrata em detalhe o problema das distâncias e das condições das jornadas das autoridades pelo sertão.

E, por fim, em 1741 é criado um regimento de ordenança no espaço que ficava entre os rios Jequitinhonha, Pardo e Verde (Grande), justificando-se a medida por se tratar de 20 léguas de sertão incógnito que se povoara com o estabelecimento das Minas Novas do Araçuaí.[615] Segundo o mestre-de-campo Pedro Leolino Mariz, intendente das Minas Novas, que propusera a medida, criminosos haviam buscado esse sertão para se verem distantes da justiça

---

possível que ele acrescentasse novos elementos à análise do autor, de vez que o não cumprimento da ordem régia é justificado, pelo menos no plano formal da correspondência entre o governo-geral e a Coroa, por uma razão menos política e mais social: o analfabetismo comum em Rodelas.

[614] [Consulta do Conselho Ultramarino], 24/11/1733. *DH*, Rio de Janeiro, v. C, p. 117-120, 1953.

[615] "Patente do posto de coronel do regimento de infantaria da ordenança do sertão que fica entre o rio Jequitinhonha, rio Pardo e rio Verde, concedida a Romão Gramacho Falcão", 06/03/1741. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 356. Dois anos depois essa patente é confirmada em Lisboa, notando-se que foram acrescentados à nova circunscrição militar os distritos da Tocambira (Itacambira) e da Gorotuba e que o posto militar provido foi modificado para o de capitão-mor. "Patente de confirmação do posto de Capitão-mor da povoação do sertão que compreende vários distritos concedida a Romão Gramacho Falcão", 06/09/1743. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 287, fls. 213-214.

e ali continuavam a matar e roubar. Note-se que a apenas nove anos do meado do Setecentos continuamos a encontrar em áreas sertanejas não muito remotas espaços "incógnitos", isto é, anômicos, que estavam fora do alcance da soberania lusitana.

Esses limites físicos do poder político não parecem ter sido exclusivos do extenso território colonial americano. Mesmo no centro do império, que constituía um território mais reduzido e em tese submetido a um controle político estrito, encontravam-se os espaços abertos, aos quais o poder do Estado chegava fracamente. Essa é uma das linhas de análise de Antonio Manuel Hespanha, que para desenvolvê-la construiu a categoria de *fluidez periférica*, por meio da qual explicou a relação entre o espaço físico, os limites das unidades administrativas e os instrumentos de poder político:

> A miniaturização é tal que, em certas épocas, as unidades político-espaciais não chegavam a encher todo o espaço físico. Nos limites dos territórios não se encontravam, então, linhas de fronteira (*limes*), mas a extensão vazia, política e juridicamente sem significação (o bosque, *Wald*). É esta fluidez periférica, este progressivo desaparecimento das marcas políticas do espaço à medida que se deixa a sua zona central de assentamento tradicional da comunidade e se entra nas zonas com as quais as relações culturais são fracas, que distingue a 'terra' do 'limes'. Na periferia, existiam espaços abertos, com um estatuto jurídico e político indefinido – em rigor, eles não pertenciam ao território, mas também não estavam fora dele, constituindo, de alguma forma, zonas de expansão política e legítima dum espaço político. Era aquilo a que a prática formular designava, entre nós, como "entradas" e "saídas", expressão corrente nas cartas régias de doação de terras. Isto, juntamente com a pulverização e miniaturização territoriais, a que nos referiremos, provocava uma indistinção e irregularidade das fronteiras, mesmo das fronteiras dos reinos.[616]

Essa é uma tendência verificada pelo autor na trajetória histórica do Portugal seiscentista. Na América a fluidez periférica ultrapassa o século XVII e, como vimos há pouco, permanece visível ao longo de pelo menos de toda a primeira metade do Setecentos. Isso permitiu que o fértil instrumental analítico concebido por Hespanha fosse aplicado por Cláudia Damasceno Fonseca ao caso das Minas Gerais. A autora estudou casos de fluidez político-administrativa nas partes periféricas dos territórios de jurisdição de comarcas, concelhos e julgados e observou ainda uma segunda característica em comum entre as circunscrições do Reino e as de Minas Gerais: a existência de áreas em que os limites de duas circunscrições se entremeavam ou se confundiam. Ou, para usar os termos de Hespanha, de áreas em que a fluidez periférica provocava a indistinção e irregularidade das fronteiras. Fonseca notou ainda,

---

[616] Hespanha, António Manuel. *As vésperas do Leviathan* : instituições e poder político : Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p. 91-92.

sempre para Minas Gerais, uma tendência que não é explicitada por Hespanha para Portugal: a instituição paralela e independente dos limites das circunscrições civis e eclesiásticas.

Como afirmei anteriormente, essas características de descontinuidade eram extremadas no sertão baiano. Hespanha estudou casos em que as marcas políticas do espaço eram fracas, mas ainda assim tratava-se, por suposto, de um espaço ocupado. A contradição se dava entre o poder central do Estado e as pequenas comunidades autônomas que habitavam essas áreas periféricas. Fonseca, por seu turno, abordou a fluidez dos limites político-administrativos, ou seja, aquelas partes periféricas em que era fraca e confusa a delimitação territorial das jurisdições políticas. Mas, mais uma vez, eram porções territoriais ocupadas, ainda que precariamente, por luso-brasileiros.

No sertão baiano a fluidez era característica da própria ocupação do espaço. Antes de se manifestar como dificuldade de implantação do poder político e da administração do território, a fluidez se apresentava como contradição inerente ao processo ocupador. O que estava em jogo não era ainda a debilidade político-administrativa das áreas periféricas do território, mas a debilidade do próprio apossamento luso-brasileiro do espaço. Na periferia das áreas ocupadas encontravam-se não a extensão vazia do bosque, mas as bordas do sertão incógnito, onde estavam, como relatava o ouvidor da Paraíba, o gentio sem persistência na paz, os animais selvagens, os bichos peçonhentos, os rios caudalosos, as travessias áridas. Na fronteira, administrativamente inexistente, mas concreta do ponto de vista da conquista e ocupação, situavam-se as zonas de indefinição entre os miniterritórios luso-brasileiros e os espaços *tapuias*. O *enclave*, quer seja uma missão religiosa, um arraial cercado, uma fazenda pioneira ou mesmo uma casa-forte, no interior da qual se agrupam os primitivos e precários elementos militares de conquista do espaço, terá nessas zonas uma função primordial. Os enclaves ou unidades territoriais pioneiras são as primeiras formas assumidas pela ocupação luso-brasileira do sertão incógnito.

10.2 A reversibilidade da ocupação

O risco maior desses enclaves era a retomada indígena, um dos sinais mais contundentes do que se pode denominar *reversibilidade da ocupação luso-brasileira* dos sertões. Entre as manifestações dessa tendência extrema figuram a reocupação indígena de espaços conquistados por luso-brasileiros; o abandono de frentes de ocupação; a ocultação de áreas

conquistadas, com a consequente frenagem do seu desenvolvimento histórico rumo à integração ao território colonial; os conflitos territoriais entre grupos ocupadores, que em alguns casos contribuíam para neutralizar a ação luso-brasileira nos novos espaços conquistados; e, por fim, a dificuldade da Coroa em impor a soberania lusitana sobre as áreas sertanejas. No limite, temos a desinstalação ou desterritorialização luso-brasileira dos espaços conquistados.

Luiz Mott não hesitou em afirmar que no Piauí o antagonismo entre colonizadores e índios chegou a ameaçar, em pleno século XVIII, a própria continuidade da colonização.[617] É de fato do Piauí que nos chegam as notícias mais evidentes da reversibilidade da ocupação luso-brasileira. A guerra movida pelos índios contra os enclaves luso-brasileiros constituiu seguramente a ameaça mais dura à precária territorialização desse espaço.

Como se viu no capítulo 2, a guerra no Piauí provocou, a partir de 1712, o despovoamento luso-brasileiro de mais de cem fazendas de gado, tendo se perdido para o gentio cem léguas do sertão, que já haviam sido povoadas com grossas fazendas. Propriedades territoriais haviam se tornado, por força da ação indígena, "meio bravas" ou "bravas de todo", expressões que retratam, do ponto de vista das unidades econômicas, a reversão da ocupação luso-brasileira. Os índios sublevados chegaram a ameaçar o São Francisco, invertendo a lógica e o sentido geográfico da conquista luso-brasileira do Piauí, que partira exatamente do vale do rio quatro décadas antes.

A Corte acusou o golpe. Seis anos depois do período mais intenso dos ataques, o rei escrevia ao governador de Pernambuco afirmando que a guerra punha em risco de perda as capitanias do Maranhão, Piauí e Ceará, sendo que no Piauí uma grande parte do país já fora tomada pelos índios.[618] Enfatizava o monarca a necessidade de se reconquistarem as cem léguas que se achavam "despovoadas", isto é, despovoadas de luso-brasileiros e repovoadas pelos índios.

A guerra arrefeceu na década de 20, mas as ameaças indígenas contra os ocupadores luso-brasileiros do Piauí continuariam ainda por longo tempo. Documentos oficiais da década de 50 dão conta de que nesse período os ataques partiam dos povos denominados guegue, acoroá

---

[617] Mott, Luís. *Piauí colonial* : população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985. p.131.
[618] [Carta régia para o governador de Pernambuco], 20/10/1718. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 3, fls. 107v-109v.

e timbira, contra os quais se ordenou, nos termos da correspondência entre a Corte e as autoridades coloniais, uma "guerra ofensiva".[619] Em 1759 ainda se discutia como custear essa ação militar.

No médio Paraguaçu, como se viu no capítulo 7, a vila de João Amaro encontrava-se esvaziada em 1721, sendo um dos motivos os assaltos do gentio. Quando Miguel Pereira da Costa por lá passou, naquele ano, a povoação tinha apenas um velho morador e seus seis escravos. Em 1727 essa situação persistia.[620] Reversão semelhante atingiu a povoação de Cabeça de Touro, que Joaquim Quaresma Delgado registra ter sido alvo de ataques indígenas em 1734, quando morreram três moradores e feriu-se um.[621] As ações indígenas provocaram, nos termos do explorador, o "despovoamento" do lugar. Esses registros documentais mostram que, ainda que essas povoações não tenham desaparecido de todo, o médio Paraguaçu mantinha-se como uma zona de extrema tensão, que continuamente ameaçava o povoamento luso-brasileiro, mais de meio século depois das primeiras guerras de conquista da década de 70 do Seiscentos.

A tendência à descontinuidade temporal e espacial parece ter sido um traço comum à ocupação luso-brasileira dos sertões americanos. E quase sempre a descontinuidade, que é geral, se faz acompanhar de casos específicos e extremos de reversibilidade da ocupação. Um requerimento sem data, escrito entre 1735 e 1740 por moradores das Terras Novas, zona de fronteira da comarca de Goiás, é representativo das duas tendências.[622] Ainda que fora do espaço estudado neste trabalho, é importante destacar e analisar esse documento, pois constitui um caso emblemático dos efeitos históricos que aqui estou analisando. Ademais, como veremos, a ocupação dessa região esteve diretamente ligada ao Piauí e ao sertão do São Francisco, que têm nos interessado de perto.

---

[619] (1) [Carta régia], 02/07/1756. ANTT. Ministério do Reino, maço 313, caixa 419; (2) [Consulta do Conselho Ultramarino], 29/05/1758. ANTT. Ministério do Reino, maço 313, caixa 419; (3) [Carta do governador do Pará], 13/02/1759. ANTT. Ministério do Reino, maço 313, caixa 419.

[620] Para as fontes documentais sobre a situação da vila de João Amaro, *vide* o capítulo 7 deste estudo.

[621] Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da Vila do Rio das Contas, entrando nos Crioulos, que é aonde principia a estrada p.ª a B.ª até o porto de S. P.º da Moritiba no rio da Cachr.ª.". Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 123-127, 1929. p. 126.

[622] [Cópia do requerimento dos moradores do sertão das Terras Novas ao governador da capitania de São Paulo], [entre 1735 e 22/09/1740]. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Volume especial, III, p. 326-327, 1957. V. tb. [Consulta do Conselho Ultramarino], 27/02/1742. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Volume especial, III, p. 326-328, 1957.

O requerimento dos moradores, dirigido inicialmente ao governador da capitania de São Paulo, foi provocado pela diligência, ordenada por essa autoridade, de implantação da capitação entre os habitadores das Terras Novas. Esses moradores, dedicados à criação de gado para o abastecimento das minas da Natividade, alegavam que o imposto deveria ser cobrado somente dos mineradores. O governador resolveu encaminhar a petição à Corte, onde tramitou no Conselho Ultramarino.

No requerimento os moradores historiam as sucessivas empreitadas de conquista e ocupação desse espaço, um recurso evidente de demonstração da sua ligação pioneira com a região. Com efeito, era comum que moradores dos sertões que recorriam às autoridades coloniais ou à Corte tentassem mostrar tanto que tinham sido os primeiros a ocupar esses espaços quanto que essa ação se dera com custo da sua fazenda e risco das suas vidas, ou seja, sem o apoio do Estado. Os pleitos dos ocupadores dos sertões eram quase sempre fundamentados nessa dupla condição de pioneirismo e autonomia.

Segundo os peticionários, em 1697 os moradores do sertão do rio Grande do Sul intentaram conquistar o espaço que se tornaria as Terras Novas. Foram todavia rechaçados pelos índios acroaçu, pelo que puderam estabelecer somente uma fazenda, de nome Sobrado.[623] Mas mesmo esse enclave não resistiu: após guerras e assaltos dos índios, os exploradores se retiraram, abandonando o gado. Alguns anos depois o coronel Garcia de Ávila Pereira mandou uma tropa de cerca de 400 homens armados, que conseguiram chegar até a fazenda Sobrado e reocupá-la. Em 1708, no entanto, também esses homens foram obrigados a deixar a região, tornando a deixar o gado no sertão que tinham conquistado. Parece que esse foi o derradeiro golpe nos conquistadores enviados pela Casa da Torre, que depois disso se voltaram para o comércio entre as minas de São Félix, Chapada e Natividade, os sertões pecuários do São Francisco e do Piauí e os centros litorâneos.

[623] Note-se que na publicação do documento na Revista do IHGB o etnônimo Acroaçu foi transcrito, entre parênteses, como "Acoruassú". Prefiro, não obstante, manter a forma original, pois outras correções semelhantes ao longo do texto estão claramente equivocadas. Felizmente os termos originais foram preservados, colocando-se as supostas correções entre parênteses, o que nos permite comparar as duas formas e optar pela original, dispensando a opção da publicação. Assim ocorre com o rio Paranatinga, corrigido para Parnatinguá, sendo definitivamente correta a primeira forma. E também com Rio Grande do Sul, que foi equivocadamente corrigido para Rio Grande de São Pedro do Sul. A análise do documento mostra que certamente não se trata de conquistadores vindos do segundo lugar, hoje o estado do Rio Grande do Sul, mas do rio Grande do Sul, afluente baiano do São Francisco. Quanto à fazenda Sobrado, não confundir com a fazenda de mesmo nome, de propriedade de Domingos Afonso Sertão, no médio São Francisco.

Os peticionários relatavam ter chegado do sertão de Parnaguá (extremo sul do Piauí) às Terras Novas em 1730. Um arraial cercado foi assentado no lugar chamado Palma, tendo ficado os exploradores em guerras contínuas com o gentio acroaçu durante dois anos. Desse arraial seguiram pelo rio das Palmas abaixo, assentando novo acampamento no lugar chamado Salgado. Daí saíram, em 1734, para explorar os sertões, o que fizeram com excessivo trabalho e risco de suas vidas, até chegarem ao rio Paranatinga, onde se estabeleceram com fazendas de gado. Deixaram então as famílias com defensores e continuaram a se internar pelos sertões, seguindo rio acima o curso do Paraná, expulsando os gentios que habitavam esse espaço e ocupando-o com fazendas de gado vacum e cavalar. Em 1735 os requerentes seguiram o rio Tocantins para o sul, descobriram as minas de São Félix e chegaram ao tombador[624] denominado Frei Reinaldo, de onde foram obrigados a retornar, por falta de mantimentos e cavalos. De novo formaram bandeiras que percorreram a parte norte do rio Tocantins até o arraial de São Luís, que povoaram com fazendas de gado. Diante dos muitos serviços prestados na conquista desses sertões, os suplicantes não aceitavam a cobrança do imposto da capitação, ameaçando abandonar a região e voltar para o sertão de Parnaguá, caso a medida não fosse revogada. Um dos pareceres emitidos sobre a questão é exemplar da zona de fronteira em que viviam esses homens: "a concluir, acha que esses povos, vivendo entre os índios, com armas nas mãos para se poderem conservar, devem inspirar a clemência real e ser-lhes concedida a isenção que pediam".[625]

O pesquisador goiano Paulo Bertran, que republicou e estudou esse documento, realça a sua importância como prova do contato entre o sertão pecuário da Bahia e os sertões de Goiás e do Tocantins:

> Eis aqui posto nas cartas dos moradores das Terras Novas, que impulsionados pelo rendoso comércio com as recém descobertas Minas Gerais, os fazendeiros do São Francisco, secundados pelos latifundiários da Casa da Torre dos Garcia d'Ávila, transpuseram a já conquistada Serra Geral, em uma profunda investida sobre o rio da Palma, em pleno vale do Tocantins.
>
> Se até essas paragens chegaram em tão recuada época, é lícito supor que tenha-se tresmalhado gado sobre os pastos naturais do Alto Paraná e da região do Distrito Federal, ou que tenham se perdido desde os vales do Urucuia e do rio Preto.[626]

---

[624] Tombador: morro em forma de tabuleiro, com escarpa quase vertical sobre o rio (regionalismo da região do São Francisco). Tombador. In: *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*. [s.l.], Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2004.

[625] [Cópia de ofício do superintendente-geral das minas de Goiás ao governador da capitania de São Paulo], 27/07/1740. *RIHGB*, Rio de Janeiro, Volume especial, III, p. 328, 1957.

[626] Bertran, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*: Ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000. p. 62.

Entre as cartas geográficas sertanistas abrigadas na Biblioteca Nacional há um esboço cartográfico setecentista em que é representada a ligação viária entre o rio Urucuia, afluente pela margem esquerda do médio São Francisco, e o rio Paranatinga.[627] Esse rio, localizado na porção oriental do que hoje é o estado do Mato Grosso, está ainda mais a oeste do que as regiões citadas por Bertran, pertencentes aos atuais estados de Tocantins e Goiás.[628] Ou seja, é possível supor, a partir desse esboço cartográfico, que a incursão dos criadores de gado são-franciscanos a oeste, rumo aos rios e campos que hoje formam os estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso, tenha sido ainda mais profunda do que supôs Paulo Bertran. A expansão luso-brasileira pelas Terras Novas, que se deu a partir tanto do São Francisco quanto do Piauí, não elide, todavia, as fortes tendências à descontinuidade e à reversibilidade da ocupação, das quais o documento analisado é um claro registro.

Num outro sertão, bem menos profundo do que as Terras Novas, encontraremos um caso exemplar do processo de reversão da ocupação luso-brasileira. No chamado *sertão do leste*, formado pelos espaços interiores localizados a leste das áreas mineradoras da capitania das Minas Gerais, instalou-se, a partir do meado do século XVIII, um processo de descolonização que chegou a colocar em xeque o próprio projeto colonial na região. Graças ao notável trabalho de pesquisa empreendido por Hal Langfur, cujo resultado mais importante é uma obra pouco conhecida no Brasil, hoje se sabe que esse espaço foi o palco, entre 1750 e 1830, de uma complexa dinâmica histórica. Ela incluiu, num primeiro momento, a deliberada contenção da colonização pela metrópole, para em seguida passar ao seu inverso, isto é, o incremento da colonização pela Coroa e as autoridades coloniais, que por sua vez encontrou pela frente o obstáculo representado pela resistência indígena. A retomada desse espaço por índios puri, pataxó, maxacali e aimoré ("botocudos") se revelaria tão efetiva que provocaria, nas palavras do historiador, um processo de "descolonização da terra". A passagem seguinte sintetiza o ponto de vista do autor:

> Nesse sentido, a resistência nativa não simplesmente desacelerou a transformação da região em zonas agrícolas colonizadas, em mercados regionais e num domínio imperial. As fontes apontam em vez disso para a inescapável conclusão de que muitos setores do sertão, que tinham sido transformados desse modo décadas antes, retornariam às mãos indígenas, pelo menos temporariamente. Para as autoridades

---

[627] [Mapa com três traçados diferentes : rios São Francisco, Paranatinga e Jequitinhonha], [17--]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Brasil. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia. ARC.030,03,009/011.

[628] As nascentes do rio Paranatinga localizam-se no município mato-grossense de mesmo nome.

> governamentais e também para os colonos, a habilidade dos índios em devastar significativas extensões do território há muito colonizado – revertendo o progresso do projeto colonial, atingindo os fundamentos básicos da identidade regional e colonial – era talvez a ameaça mais insistentemente angustiante entre todas. A retirada forçada de áreas cuja ocupação foi sempre legitimada pela concessão real, rompendo o consagrado contrato de privilégio territorial entre o monarca e o vassalo, representou uma perda especialmente grave e desorientadora. Ela forçou os colonos a reconhecer que os nativos, mais de 200 anos depois que exploradores cruzaram pela primeira vez essa porção da América portuguesa, ainda consideravam essas montanhas, florestas e vales fluviais como seus, uma pretensão tanto mais exasperante quanto essa terra se estendia pouco além da costa atlântica. Os índios expuseram, dessa forma, o caráter ilusório da fundamental presunção colonial de que esse território não colonizado era uma mera floresta virgem, que podia ser isolada ou aberta à vontade, disponível para aceitar as ordens do governador ou da Coroa.[629]

Para o sertão baiano as fontes consultadas não nos informam o que ocorria com as terras retomadas pelos índios. É possível que, após os saques das propriedades e o roubo do gado, essas áreas de desinstalação luso-brasileira entrassem numa fase de precário controle indígena, voltando os grupos ameríndios a circular pelo espaço reconquistado. Sabemos que algumas fazendas eram destruídas e mortos os seus ocupadores; outras parecem ter sido simplesmente esvaziadas, tornando-se com os anos de abandono meio bravas ou bravas de todo.

De toda forma, pode-se identificar uma sequência na lógica de ocupação humana desses espaços disputados:

Povoamento indígena → conquista luso-brasileira → despovoamento indígena → repovoamento luso-brasileiro → reconquista indígena → despovoamento luso-brasileiro → repovoamento indígena

***

[629] "In this sense, native resistance did not simply slow down the transformation of the region into settled agricultural zones, regional markets, and an imperial realm. The sources point instead to the inescapable conclusion that many sectors of the sertão thus transformed decades earlier fell back into Indian hands, at least temporarily. For government authorities and settlers alike, the ability of Indians to overrun significant expanses of long-settled territory – reversing the progress of the colonial project, striking at the basic underpinnings of both regional and colonial identity – was perhaps the most insistently harrowing threat of all. The forced retreat from areas whose occupation was often legitimized through royal concession, severing the consecrated land grant contract between monarch and vassal, represented a singularly grave and disorientating loss. It forced colonists to recognize that the natives, more than 200 years after explorers first crossed this portion of Portuguese America, still considered these mountains, forests, and river valleys their own, an assumption all the more galling because this land lay scarcely beyond the Atlantic seaboard. Indians thereby exposed as illusory the fundamental colonial assumption that this unsettled territory as merely virgin forest that could be cordoned off or cast open at will, available for the taking on the orders of the governor or Crown". Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006. p. 264-265. Tradução minha.

Até aqui tenho estudado os casos em que a reversibilidade da ocupação era provocada pelas relações de conflito entre ocupadores luso-brasileiros e grupos indígenas. A tendência histórica pode, no entanto, ser investigada sob uma ótica diferente. O caso da exploração de salitre na Bahia nos municiará de elementos de análise que permitirão iluminar esse segundo ponto de vista do problema.

As pesquisas de reservas de salitre no interior da América portuguesa eram antigas. Outros autores se ocuparam dessa questão, bastando-nos aqui indicar que o mineral, matéria-prima para o fabrico da pólvora, já era procurado e encontrado no Brasil pelo menos desde o início do século XVII. Em 1617 uma carta régia menciona reservas encontradas entre a Bahia e Sergipe nos tempos do governador Dom Francisco de Sousa.[630] Dez anos mais tarde o primeiro Francisco Dias de Ávila encaminhava uma petição na qual afirmava que lideraria uma expedição de descoberta de minas de salitre, ouro e prata.[631] Na década de 70, com a intensificação da movimentação luso-brasileira pelo sertão baiano, notícias da existência de reservas de salitre no vale do São Francisco chegam ao Conselho Ultramarino.[632] Na última década do século jazidas são encontradas na Jacobina (Velha), tendo sido reportadas em carta do governador-geral à Corte em 1692.[633] Câmara Coutinho menciona seis serras de salitre, das quais foram retiradas e testadas amostras do mineral, tendo depois disso enviado para Lisboa dois barris com a terra salitrosa.

Certamente esse primeiro registro concreto da existência do mineral no interior da Bahia incentivou as pesquisas levadas a cabo nos anos seguintes por Pedro Barbosa Leal. Como foi estudado no capítulo 4, o sertanista baiano foi responsável por uma grande expedição de busca de minas de prata, realizada em 1696, que incluiu a pesquisa de reservas de salitre, as quais acabaram por ser encontradas na barra de um dos afluentes baianos do São Francisco,

---

[630] [Portaria], 20/06/1617. *AMP*, São Paulo, t. 3º, 2ª. parte, p. 38-39, 1927. Uma detalhada retrospectiva da pesquisa e exploração do salitre entre 1612 e 1706 foi incluída por Moniz Bandeira no seu livro sobre a Casa da Torre. Bandeira, Moniz. *O feudo*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p. 213-221. Alerte-se, não obstante o trabalho de pesquisa do autor, que essa obra inclui dados cronológicos, toponímicos e antroponímicos equivocados.

[631] "Traslado de uma petição de Francisco Dias de Ávila com um despacho ao pé dela do Juiz Antonio Castanheira sobre as Minas que se vão descobrir", 05/01/1627. *AAPEB*, Bahia, ano VII, vol. XI, p. 445-446, 1923.

[632] (1) [Consulta do Conselho Ultramarino], 03/05/1677. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXXVIII, p. 127, 1950; (2) [Consulta do Conselho Ultramarino], 09/12/1679. *op. cit.*, p. 172-174.

[633] "Carta para Mendo de Fojos Pereira Secretário de Estado sobre o descobrimento do salitre", 13/07/1692. BA. 51-V-42, fls. 18v-19.

que se tornaria conhecido como rio Salitre. No ano seguinte uma fábrica de extração do mineral foi instalada na região das jazidas, tendo sido Leal nomeado o seu administrador.

Os problemas, todavia, não tardariam a aparecer. Já em 1698, com apenas um ano de instalação da fábrica, o administrador relatava ao governador-geral as primeiras dificuldades: a mina dos Abreus não dava o rendimento esperado e, principalmente, vinha enfrentando a rebeldia dos trabalhadores indígenas alocados no estabelecimento.[634] O baixo rendimento das jazidas se revelaria um entrave ao empreendimento. Em 1703 o governador-geral informava à Corte que Pedro Barbosa Leal, ao que parece já então residente na cidade da Bahia, partira para as minas de salitre a averiguar o estado em que se encontravam e as causas da diminuição da produção.[635] No mesmo ano o secretário de Estado pressionava o governo-geral, enfatizando a necessidade do salitre para a defesa do Reino e mandando por isso que Dom Rodrigo da Costa estabelecesse uma casa de pólvora.[636]

Uma espécie de relatório, sem data e assinatura, foi encaminhado ao rei sobre a fábrica de salitre instalada no sertão. Como concluiu Virginia Rau, esse documento, abrigado no Arquivo da Casa de Cadaval, é sem dúvida de autoria de Dom João de Lencastro, o que se pode facilmente inferir do texto.[637] Quanto à data de emissão, suponho, sempre com base nos termos do relatório, que tenha sido escrito enquanto Lencastro ainda estava no governo-geral, mas certamente depois da instalação da fábrica, ocorrida em 1697. Trata-se de um documento informativo e opinativo sobre a atividade de extração do mineral, que fornece elementos interessantes para a reconstituição que estou realizando neste passo do trabalho.

Uma primeira constatação é de que esse relatório em forma de carta foi escrito com a finalidade de justificar o parcial insucesso do empreendimento. Como Lencastro fora o principal fiador do potencial das reservas encontradas e do rendimento que a fábrica instalada poderia dar, cabia-lhe agora responder pela baixa produção do mineral. É esse o tom geral do documento. Por outro lado, é interessante que o autor não mencione as descobertas anteriores

---

[634] [Carta de Pedro Barbosa Leal ao governador-geral], 19/05/1698. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 492-493v.
[635] [Carta do governador-geral à Corte], 27/08/1703. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 7, doc. 124.
[636] "Carta do Secretário de Estado sobre a prevenção com que deve estar [?] pelo estado em que se acha o Reino, e pedindo informação de algumas coisas pertencentes à fábrica do salitre e sobre se remeterem parte das cem peças de artilharia que se pedem", 27/09/1703. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 7, doc. 188.
[637] [Carta do governador-geral ao rei], [entre 1697 e 03/07/1702]. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 505-507.

ao seu governo, patrocinadas por Câmara Coutinho, tratando-se como o primeiro a revelar as jazidas e iniciar o beneficiamento do mineral.

A fábrica contava então com 14 escravos negros e um número indeterminado de trabalhadores índios. Os primeiros eram responsáveis pela operação das duas caldeiras e das 20 tinas, nas quais a terra salitrosa era fervida para a separação do mineral. Aos índios cabia o carregamento da lenha para a alimentação das caldeiras e o transporte terrestre do salitre da Jacobina até o porto da Cachoeira, de onde seguia em embarcações para a cidade da Bahia. Cada fazenda de gado da região era obrigada a doar um cavalo para a condução do mineral, mas desse donativo estavam isentas as fazendas das caatingas, certamente unidades econômicas mais pobres.

Lencastro credita as dificuldades do empreendimento ao contexto de incerteza em que foi instalado. Segundo o governador-geral, as dúvidas da Coroa sobre o real valor das reservas encontradas, das quais ele não pactuava, haviam limitado os gastos com o empreendimento, dificultando o provimento de materiais necessários a uma fábrica instalada em partes tão remotas. Além disso, para responder às dúvidas que circulavam na Corte, tivera que por a unidade em funcionamento logo após a sua abertura, sem o necessário período inicial de preparação da terra. A produção, portanto, estivera sempre aquém do real potencial das reservas. Para resolver esses problemas Lencastro sugeria o aprimoramento do sistema de produção, instalando-se casas úmidas onde a terra salitrosa pudesse ser "cultivada" e aumentando-se o número de caldeiras em atividade. Além disso, o donativo das fazendas poderia ser trocado de cavalos para reses, de forma a melhorar o abastecimento alimentar dos trabalhadores negros e índios.

As considerações e sugestões de Lencastro não foram suficientes para salvar o empreendimento. Em 1706, já no governo de Luís César de Meneses, uma sucinta carta régia manda encerrar a fábrica, alegando os muitos anos de baixa produção e as grandes despesas realizadas.[638]

Três décadas depois as reservas de salitre do interior baiano voltam a chamar a atenção das autoridades coloniais. Mas, o que nos interessa de perto, o empreendimento montado nos

---

[638] "Carta [...] mais com a fábrica do salitre", ??/08/1706. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 7, doc. 398.

primeiros anos do Setecentos na barra do rio Salitre será apenas uma pálida lembrança na memória administrativa dos governos regionais e locais. Vejamos.

Os primeiros passos dessa segunda iniciativa parecem ter sido dados pelo provedor do registro e guarda-mor das minas do Rio das Contas, em 1755, por ordem do conselheiro intendente geral da Bahia. É de autoria do primeiro um longo relatório, em que reporta as novas pesquisas realizadas na antiga região de extração da barra do rio Salitre.[639] O guarda-mor sabia que estava percorrendo terras onde outrora existiram reservas do mineral e oficinas reais de beneficiamento, mas o seu conhecimento das experiências anteriores cessava aí. Mesmo a localização das antigas jazidas é precária. Não encontra as serras salitrosas, apesar de ter chegado à foz do Salitre e ao riacho Pacuí, que foram áreas de extração. Percorre esses terrenos e descreve com minudência as formações rochosas locais, mas não chega às ambicionadas reservas do mineral. Busca informações com moradores da região, mencionando inclusive um certo Vicente de Pina, ainda vivo, que teria sido o administrador e engenheiro trazido por Dom João de Lencastro em 1699. É possível que o guarda-mor tenha tentado se informar com ele, no que parece não ter tido sucesso, pois ressalta que esse homem já estava muito velho. Aprofundando as pesquisas, percorre as ruínas das antigas oficinas, de onde retira amostras de terra para posterior exame.

O relatório do guarda-mor mostra que havia, antes da sua viagem, a expectativa de se restabelecerem essas oficinas e retomar a produção do mineral. As evidências documentais revelam que os magros resultados das pesquisas por ele realizadas, bem como os vagos depoimentos colhidos oficialmente no termo da Vila da Jacobina, no ano seguinte, desfizeram essas expectativas.[640] Depois de percorrer a região, o guarda-mor a deixa e se dirige às serras denominadas dos Montes Altos (atual município de Palmas de Monte Alto, BA), onde já havia uma produção incipiente de salitre, que poderia ser dinamizada. Essa segunda região geraria um novo conjunto de ações da administração regional, envolvendo prospecções organizadas pelo mestre-de-campo das Minas Novas, Pedro Leolino Mariz, mas também essas iniciativas não produziram resultados satisfatórios.[641]

---

[639] "Cópia da carta do provedor do Registro e guarda-mor das minas do Rio das Contas para o Conselheiro Intendente geral da Bahia", 07/10/1755. ANTT. Ministério do Reino, maço 599, caixa 702, doc. n. 2.

[640] (1) "Cópia do sumário de testemunhas perguntadas sobre os interrogatórios juntos", 07/08/1756. ANTT. Ministério do Reino, maço 599, caixa 702, doc. n. 1; (2) "Cópia da carta do Ouvidor da Comarca da Jacobina para o Conselheiro Intendente Geral", 21/08/1756. ANTT. Ministério do Reino, maço 599, caixa 702, doc. n. 1.

[641] Para o tema do salitre em Montes Altos, *vide*, além do relatório do guarda-mor, citado e estudado: (1) "Cópia da carta do Provedor do Registro e Guarda-Mor das minas do Rio das Contas para o Conselheiro Intendente

Um efeito de descontinuidade temporal distancia o empreendimento no rio Salitre, iniciado no final do Seiscentos, das pesquisas realizadas na região no meado do século seguinte. A análise da documentação suscita a ideia de uma desconexão administrativa entre as duas ações, ao ponto de se poder perguntar se os administradores que organizaram a segunda iniciativa conheciam, como o conhecemos, a série de cartas e relatórios alusivos ao insucesso da fábrica instalada em 1697. É provável que não, pois foram buscar nas impressões de antigos moradores locais o que está claramente reportado em peças como o relatório sem data de Dom João de Lencastro. Um hiato temporal e administrativo separa as duas iniciativas.

A primeira experiência nos mostra, por seu turno, que a ocupação lacunar do sertão baiano podia levar à desmobilização de unidades econômicas e ao recuo das frentes de expansão e valorização dos espaços conquistados. E que as causas dessa descontinuidade podiam estar não somente na retomada indígena de terras invadidas, mas também nas resistências oferecidas pelo próprio meio. Mais uma vez vem à tona o problema das distâncias, desta feita colocado como a extensão linear a ser percorrida por carregadores índios entre as minas de salitre, a fábrica e o Recôncavo. Esses índios tinham que ser alimentados e vestidos. Abastecimento alimentar dos trabalhadores e provimento de materiais, fatores aos quais estavam diretamente vinculadas as condições e o custo do transporte do mineral, parecem ter forçado para baixo o rendimento, provocando o insucesso do empreendimento.

No caso da fábrica de salitre a reversibilidade da ocupação luso-brasileira se manifesta não tanto como recuo territorial, mas como desmobilização econômica. Não sabemos o que aconteceu com as terras ocupadas pelas oficinas logo após a cessação da atividade, mas cinquenta anos depois encontravam-se no local somente ruínas das antigas instalações e restos da terra escavada para a extração do mineral. Nada parece ter medrado novamente ali. Como

---

Geral da Bahia", 17/11/1755. ANTT. Ministério do Reino, maço 599, caixa 702, doc. n. 4; (2) "Cópia da carta do Conselheiro Intendente Geral para o Provedor do Registro e Guarda-Mor do Rio das Contas", 08/01/1756. ANTT. Ministério do Reino, maço 599, caixa 702, doc. n. 4; (3) "Cópia da carta do Provedor do Registro e Guarda-Mor das minas do Rio das Contas para o Conselheiro Intendente Geral da Bahia", 02/04/1756. ANTT. Ministério do Reino, maço 599, caixa 702, doc. n. 5; (4) Accioli, José de Sá Bittencourt. Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, 18/05/1799. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 137-145, com estudo crítico de Erivaldo Fagundes Neves (p. 127-136). *Vide* ainda Saldanha, Manoel Cardoso de; Caldas, José Antonio. "Planta chorographica da estrada, que principiando na Serra dos Montes Altos...", 16/09/1758. AHU. Planta n. 978. Baía, 553 – 1758 (cf. refs. de Neves; Miguel, *op. cit.*, p. 131). O APB possui uma cópia desse mapa, no qual é representado o caminho, ao longo do Paraguaçu, entre Montes Altos e a Vila da Cachoeira.

as fazendas de gado abandonadas em razão da ameaça indígena, essas áreas parecem ter se tornado bravas de todo. Cada unidade territorial ou econômica perdida para o gentio ou para o meio significava, naturalmente, um enclave a menos na tênue fronteira luso-brasileira nos sertões.

10.3 Base hidrográfica e franjas pecuárias

Um elemento comum às frentes luso-brasileiras foi notado pelos autores que investigaram a formação histórica do interior da América portuguesa: a ligação entre a ocupação e a rede hidrográfica. Felisbello Freire indicou que as linhas de povoamento do sertão baiano acompanharam, no século XVII, os vales dos rios.[642] Cláudia Damasceno Fonseca observou o vínculo entre a administração civil do território mineiro e as três grandes bacias hidrográficas que cortavam as Minas Gerais.[643] Marcos Galindo Lima destacou que nos sertões "a mancha de ocupação da pecuária estava condicionada às possibilidades da malha hidrográfica, e as fazendas situadas à margem dos rios e várzeas, ou ainda a pequena distância de logradouros eram abastecidas com água e possuíam pasto permanente".[644]

É de Jaime Cortesão, contudo, que nos chega uma inspiradora reflexão sobre o tema, incluída numa obra da década de 50 do século passado, pouco consultada e de grande valia para os estudos do sertanismo, da formação territorial e da cartografia histórica:

> Desta série de fatos podemos concluir que às zonas de enlaces fluviais, tal como anteriormente as definimos, corresponderam outras tantas zonas de enlace e, em certos casos, de fusão cultural. Os indígenas, para percorrer o território ou trocar produtos de culturas diferentes passavam, com muita frequência, das cabeceiras dum rio ou dum sistema fluvial às do outro. Para isso utilizavam as canoas de casca, facilmente transportáveis às costas ou inteiriças e escavadas em tronco de árvore, que transportavam também a dorso, ou faziam rolar em toros de madeira. Às canoas mais pesadas, segundo Gabriel Soares de Sousa, puxavam com o cipó-embé, extremamente resistente, para as varar em terra.

---

[642] Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998. p. 40.

[643] As três primeiras comarcas instaladas correspondiam a essas bacias, ligando-se a comarca de Ouro Preto à bacia do rio Doce; a do rio das Velhas à do São Francisco e a do Rio das Mortes à do rio Grande e Paraná. Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIXᵉ siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p.130.

[644] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p.116. Corrigi dois pequenos deslizes de digitação do original.

> A estas zonas de enlace fluvial, chamavam os portugueses os *varadouros*. Sobre essas grande encruzilhadas de caminhos terrestres e hidrográficos, se encontravam as tribos indígenas e se transmitiram elementos próprios ou importados, mitos e conhecimentos geográficos, criando do mesmo passo a noção dos circuitos fluviais, que insulavam e unificavam o território.[645]

Essa passagem pertence à primeira parte da obra, na qual o historiador português se estende sobre um tema hoje caro à antropologia histórica: as trocas materiais e culturais entre os povos ameríndios, resultantes do que o autor qualificava como "extrema mobilidade" dessas populações sobre o continente. Com a movimentação luso-brasileira pelo interior da América portuguesa, os varadouros citados por Cortesão tornaram-se também utilizados pelos sertanistas, especialmente paulistas, o que foi registrado em pelo menos um esboço cartográfico setecentista.[646]

As conclusões de Cortesão sobre essas áreas de contato terrestre e hidrográfico entre os indígenas podem ser inseridas numa abordagem mais ampla, referida à relação entre a ocupação humana do interior do continente e a rede hidrográfica que o percorre. O mérito do estudo do autor é apontar o fato de que essa ligação histórica entre povoamento e hidrografia, normalmente associada ao avanço luso-brasileiro, seria na realidade anterior à conquista e constituiria uma das características mais importantes da relação dos ameríndios com o espaço.

Para o espaço que nos interessa, já a partir de 7.000 anos antes do tempo presente encontravam-se assentamentos humanos ao longo do médio São Francisco, instalados em grutas pouco profundas e em terraços próximos do rio. Segundo a arqueóloga Gabriela Martin, essas populações

> formavam grupos pouco numerosos que viviam em bandos e se deslocavam, com grande mobilidade, percorrendo grandes extensões ao longo do rio sem afastar-se muito dele, pois era ali que encontravam seu alimento. Acampavam, temporariamente, perto do rio, onde preparavam seus instrumentos de pedra e de osso para caçar e pescar e se estabeleceram, também, nas margens de antigas lagoas, resíduos do vale arcaico.[647]

---

[645] Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. t. II, p. 35.

[646] "Cours de la rivire de S. Franc.º et la navitation que fait de S.ᵗ Paul jusquax Mines de Pitangui", [17--]. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional . Brasil. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia. ARC.030,01,012.

[647] Martin, Gabriela. O Homem do Vale do São Francisco. In: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. *O Rio São Francisco*: a Natureza e o Homem. Recife, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1998. s. p.

A esses primeiros ocupantes nômades sucederam-se os grupos de agricultores sedentários que habitaram o vale do São Francisco muito antes do período colonial. É possível pensar, portanto, a disseminação de unidades coloniais ao longo dos rios do sertão nordeste como mais uma das ondas de povoamento vinculado à hidrografia, que teria sido antecedida em muito pelos tupi-guarani e pelos primeiros grupos humanos que ocuparam os vales fluviais. Essa linha de análise atribui à rede hidrográfica um valor permanente no processo ocupador do espaço interior americano.

Os textos coloniais são pródigos na apresentação desse vínculo. O padre Miguel do Couto Carvalho inicia a sua minuciosa descrição do sertão do Piauí citando os quatro rios, 20 riachos, cinco riachinhos, dois olhos d'água e duas lagoas existentes na recém criada Freguesia de Nossa Senhora da Vitória.[648] Na beira desses elementos hidrográficos estavam distribuídas as primeiras fazendas de gado desse território pecuário. Como observou Marcos Galindo Lima, a malha hidrográfica da região é o elemento ordenador do texto do jesuíta.[649]

Antonil, não obstante, constitui o exemplo mais citado, tendo já se tornado clássicas as passagens em que refere os mais de 500 currais de gado estabelecidos ao longo de 17 rios do sertão da Bahia e do Piauí e os 800 currais instalados nas margens de 23 rios do sertão pernambucano.[650]

Até este ponto tenho realçado a descontinuidade como tendência basilar da ocupação, mas, como anotei anteriormente, na escala dos miniterritórios luso-brasileiros formados nas margens dos rios, riachos, ribeiros, lagoas e mesmo, nas áreas mais secas, em torno dos olhos d'água, algum grau de contiguidade pode ser detectado na distribuição das unidades de ocupação territorial. Ou, para dizê-lo de outra forma, no nível dos miniterritórios ribeirinhos encontraremos unidades territoriais contíguas e relativamente próximas, de modo que, nessa escala, pode-se falar em continuidade da ocupação luso-brasileira. Está claro, não obstante, que, deixando esse nível dos conjuntos territoriais dependentes de um elemento hidrográfico, a macrotendência histórica dos processos que temos estudado é a descontinuidade espacial e

[648] Couto, Padre Miguel do. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco", 02/03/1697. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v. p. 370-389.
[649] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 60.
[650] Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 287-292.

temporal da ocupação. Deixando-se as margens dos rios e congêneres, estamos de volta ao "sertão despovoado", "sertão incógnito", "sertão deserto" ou "interior do sertão", todas elas expressões coevas que designavam os dilatados espaços indígenas exteriores a essas franjas justafluviais de ocupação.

A abordagem das tendências de contiguidade e proximidade pode, por outro lado, fornecer conteúdos de análise valiosos para a compreensão da *base hidrográfica como elemento ordenador da ocupação*, relação que pretendo demonstrar a partir do estudo de alguns casos do interior baiano. Neste passo o desenvolvimento do argumento estará documentalmente amparado pelos relatos de reconhecimento de Joaquim Quaresma Delgado, já utilizados em outros contextos ao longo deste trabalho. Os roteiros de Delgado, resultantes de jornadas de exploração territorial empreendidas nos primeiros anos da década de 30 do Setecentos, permitem uma aproximação quantitativa quase microscópica dos miniterritórios ribeirinhos, fornecendo dois dados fundamentais para a análise a ser realizada: o número de unidades de ocupação numa das margens de um rio e as distâncias entre essas unidades sucessivas. A soma das distâncias fornece, obviamente, a extensão linear total ocupada pelo conjunto de unidades ao longo da margem. Por sua vez, a extensão linear total e o número de unidades permitem calcular a média de unidades territoriais de ocupação por légua para cada rio percorrido, que é o dado final que nos interessa.[651]

Outras observações metodológicas devem ainda ser registradas antes de iniciarmos a análise dos dados. Por unidades territoriais de ocupação, entendo todas as formas de assentamento luso-brasileiro encontradas por Delgado na sua rota paralela aos rios: fazendas de gado, sítios, engenhos, brejos, arraiais e vendas.[652] A rota paralela aos cursos fluviais é uma aproximação

---

[651] Note-se que esses cálculos só são possíveis porque Delgado mencionou cada unidade de ocupação encontrada ao longo do caminho paralelo ao rio. Miguel Pereira da Costa, em 1721, foi menos minucioso, tendo mencionado apenas os pontos inicial e final de cada percurso diário, sem registrar as unidades intermediárias. Pereira da Costa, Miguel. "Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes Cezar, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas", 15/02/1721. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 33-52.

[652] A inclusão dos brejos na relação de unidades de ocupação não deve surpreender. Tenho encontrado referências a "brejos" na documentação textual e cartográfica que sugerem tratar-se de propriedades territoriais e unidades econômicas, que teriam ganhado essa denominação em razão dos terrenos alagadiços em que estavam estabelecidas. É possível que se tratasse de propriedades onde eram plantadas culturas alagadas, como o arroz. *Vide*, como exemplo, do próprio Joaquim Quaresma Delgado, a menção ao "brejo do capitão-mor Manuel Afonso pegado à Serra, e chama[-se] o sítio da Tábua [...]".Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota das cabeceiras do Rio Verde até a sua barra, e daí ao Arraial dos Morrinhos, e dele correndo o rio de S. Francisco até a barra do Rio Paramirim, e da d.ª barra pelo d.º Paramirim, acima até a fazenda do Riacho de Sta. Apolonia, e

teórica, pois em alguns trechos da jornada o caminho seguido pelo explorador deixava a margem do rio e entrava caatinga adentro. Para os nossos fins, esses desvios são irrelevantes, pois, ainda que um pouco distantes do eixo fluvial ordenador da ocupação, os assentamentos continuam a ser resultantes dele. E, por fim, o que é muito importante, suponho que todas as quantidades de unidades de ocupação registradas a partir dos roteiros de Joaquim Quaresma Delgado possam ser multiplicadas por dois para se conhecer o grau de ocupação ao longo dos rios. A razão é que o explorador mencionou apenas as unidades encontradas numa das margens de cada rio, que era evidentemente aquela na qual viajava. É possível, se supusermos uma ocupação mais ou menos uniforme, pensar que na outra margem se encontravam aproximadamente as mesmas quantidades de unidades territoriais. Essa forte possibilidade não pode ser verificada a partir das fontes documentais disponíveis e, por conseguinte, não foi considerada nos cálculos estatísticos realizados a seguir.

A tabulação dos dados fornecidos pelo explorador, referentes ao número de unidades de ocupação existentes ao longo de cada curso fluvial percorrido e às distâncias entre elas resultou na seguinte tabela:

Tabela 4 – Distâncias médias entre unidades de ocupação em cursos fluviais do interior baiano – 173-

Curso fluvial	**Número de unidades de ocupação (A)**	**Extensão linear do conjunto de unidades de ocupação (léguas) (B)**	**Distância média entre unidades de ocupação (léguas) (B/A)**
São Francisco, entre a foz do Verde Grande e a do Paramirim	30	58,0	1,9
Verde Grande	21	51,0	2,4
Paraguaçu	27	75,5	2,8
Paramirim, entre a foz e a fazenda Santa Apolônia	10	30,0	3,0

Fontes: (1) Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota das cabeceiras do Rio Verde até a sua barra, e daí ao Arraial dos Morrinhos, e dele correndo o rio de S. Francisco até a barra do Rio Paramirim, e da d.ª barra pelo d.º

---

da d.ª fazenda correndo a pte. direita a Oeste a buscar a serra e por ela acima até o brejo das Carnaúbas, e deste a sair na estrada da B.ª na fazenda das Barrocas", [173-]. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 129-143, 1929. p. 130.

Paramirim, acima até a fazenda do Riacho de Sta. Apolonia, e da d.[a] fazenda correndo a pte. direita a Oeste a buscar a serra e por ela acima até o brejo das Carnaúbas, e deste a sair na estrada da B.[a] na fazenda das Barrocas", [173-]. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 129-143, 1929; (2) Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da Vila do Rio das Contas, entrando nos Crioulos, que é aonde principia a estrada p.[a] a B.[a] até o porto de S. P.[o] da Moritiba no rio da Cachr.[a].", [173-]. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 123-127, 1929.

Esses dados permitem alguma aproximação dos padrões de ocupação ao longo dos quatro cursos fluviais percorridos e registrados por Delgado. Num plano geral, é razoável concluir que a ocupação territorial se deu, nesses casos, a partir da tendência à formação de estabelecimentos de dimensões médias, em nada comparáveis às superfícies gigantescas encontradas em algumas doações de sesmarias e comumente associadas ao conjunto do nordeste da América portuguesa. Maior número de unidades de assentamento, com uma distância entre elas relativamente baixa – a média geral é de uma unidade a cada 2,5 léguas – parece ter sido uma tendência comum aos quatro cursos fluviais considerados.

Uma segunda constatação é que, ao contrário do que poderia esperar uma percepção imediata da expansão luso-brasileira, eixos fluviais mais distantes do litoral não são necessariamente os de ocupação mais rarefeita. Pelo contrário, o trecho são-franciscano percorrido pelo explorador revelou-se o de ocupação mais intensiva, registrando-se aí a média de uma unidade territorial a cada 1,9 légua, o que coloca esse segmento fluvial em primeiro lugar quanto à variável analisada. Por outro lado, o rio Paraguaçu, mais próximo da costa, linha de contato entre a região mineradora de Rio das Contas e o Recôncavo Baiano, apresentou ocupação menos intensiva, posicionando-se em terceiro lugar quanto à distância média entre as unidades (uma unidade a cada 2,8 léguas).

Esses resultados, obtidos por meio da quantificação dos relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado, podem ser cotejados com a análise da distribuição das unidades de ocupação, realizada nos capítulos anteriores com base em outras fontes. A expressiva distribuição de patentes militares ao longo do São Francisco e do Verde Grande, bem como a existência de três povoações sertanejas importantes – o arraial de Matias Cardoso, Urubu e Bom Jardim – de fato corroboram a intensidade da ocupação verificada a partir do cálculo das distâncias médias entre as unidades territoriais.

Uma significativa divergência, contudo, verifica-se entre os resultados obtidos a partir desse cálculo e a distribuição geográfica das concessões de sesmarias (*vide* Mapa 3). Com efeito, o trecho do São Francisco e o Verde Grande, que são os dois eixos de menor distância média

entre as unidades (isto é, de maior densidade de ocupação) receberam comparativamente poucas concessões, ao passo que o vale do Paraguaçu, de fraco comportamento quanto à distância média (isto é, de menor densidade de ocupação), aparece com destaque na distribuição das concessões de terras. Essa divergência é tanto mais surpreendente quanto é exatamente a concessão de sesmarias que, em tese, teria dado início à ocupação territorial.

A explicação pode estar, mais uma vez, na reversibilidade da ocupação verificada ao longo do Paraguaçu. É possível que as interrupções do eixo de ocupação em razão da ameaça indígena tenham sido mais numerosas e de maior efeito do que levam a crer as fontes documentais. Vimos anteriormente que tanto a Vila de João Amaro quanto o lugar conhecido como Cabeça de Touro representam casos de reversão da ocupação ao longo do Paraguaçu. Outros hiatos podem ter ocorrido. Essa possibilidade é reforçada pelo fato de que todas as concessões de sesmarias ao longo do Paraguaçu são do período mais antigo de ocupação do sertão baiano, concentrando-se nas décadas de 70 e 80 do Seiscentos. No meio século que transcorreu desde então até as viagens de Joaquim Quaresma Delgado, a reversão da ocupação pode ter sido forte o suficiente para enfraquecer o povoamento luso-brasileiro, provocando o resultado mais fraco verificado pelo método aplicado neste passo do trabalho.

A tendência oposta, como apontei, verifica-se no eixo são-franciscano entre a foz do Verde Grande e a do Paramirim e ao longo do próprio Verde Grande. Houve relativamente poucas concessões de sesmarias, mas o grau de povoamento luso-brasileiro calculado a partir dos roteiros de Delgado é mais alto do que no Paraguaçu. Tomemos especificamente, para fins de explicação desse aparente paradoxo, o caso do Verde Grande. As cinco concessões registradas concentraram-se na primeira década do Setecentos. O povoamento luso-brasileiro resultante deve ter evoluído, a partir de então, de forma mais contínua do que ocorreu ao longo do Paraguaçu, sem conhecer as interrupções (soluções de continuidade) que marcaram a trajetória da ocupação ao longo desse último. A análise cruzada das fontes confirma essa expectativa. As sesmarias do Verde Grande são na realidade oriundas de um único conjunto de concessões, por meio da qual foram aquinhoados, em 1707, cinco paulistas: Manuel Afonso de Siqueira, Antonio Gonçalves Figueira, o Capitão Pedro Nunes de Siqueira, Miguel Gonçalves Figueira e João Gonçalves Figueira.[653] Mais de duas décadas depois vamos encontrar, no roteiro de Delgado ao longo desse rio, os proprietários Manuel Afonso (de

[653] [Cartas de sesmaria], 18/04/1707. AN. Códice 427, vol. 02, fls. 198v-206v.

Siqueira) (duas fazendas e um brejo), João Gonçalves (Figueira) (duas fazendas) e Antonio Gonçalves (Figueira) (uma fazenda). A conclusão é imediata: menos (ou nada) atingido pela ameaça de retomada indígena, o povoamento luso-brasileiro intensificou-se ao longo do vale do Verde Grande, podendo alguns dos concessionários de 1707 prosperarem e chegarem à década de 30 como proprietários de fazendas e brejos ao longo desse eixo de ocupação. Tanto o Verde Grande quanto o trecho são-franciscano registrado por Delgado são, portanto, emblemáticos da densidade de povoamento luso-brasileiro e da tendência de contiguidade das unidades de ocupação no interior dos miniterritórios.

Os roteiros de Joaquim Quaresma Delgado fornecem ainda dados para o teste definitivo da hipótese da base hidrográfica como elemento ordenador da ocupação. Isso pode ser feito comparando-se as distâncias médias entre as unidades territoriais encontradas ao longo de cursos fluviais e ao longo de rotas não ribeirinhas, que também foram utilizadas pelo explorador. A aplicação desse método à rota não fluvial entre Jacobina e Rio das Contas resultou num eixo de 87,75 léguas lineares, ao longo do qual se distribuíam 24 unidades de ocupação, resultando numa distância média de 3,7 léguas entre essas unidades. Essa distância é maior do que para todos os cursos fluviais considerados. A leitura comparada desse roteiro por um caminho não ribeirinho já de *per se* induz a essa conclusão estatística: à medida que o explorador se afastava da Jacobina, as distâncias entre as unidades aumentavam, chegando a cifras não registradas em nenhuma das suas viagens paralelas aos rios. Ainda que se tratasse da rota de ligação entre os dois núcleos mineradores da Bahia, a ocupação era mais rala do que em quaisquer das rotas ribeirinhas percorridas por Delgado.

***

Esses miniterritórios ribeirinhos são mais do que os enclaves e menos do que as regiões coloniais. Estão entre as instáveis e pontuais bases representadas pelos primeiros e as superfícies de ocupação econômica consolidada características das segundas.

Se cada conjunto de núcleos territoriais instalados nas margens de um rio ganha, com a intensificação do povoamento, uma característica de contiguidade de ocupação, é possível tratá-lo como uma unidade geo-histórica. Ou seja, as fazendas de gado, povoações e outros núcleos de povoamento instalados nas margens de um rio teriam certas características comuns de ocupação territorial e de desenvolvimento histórico que possibilitariam tratar o conjunto

como uma unidade. De um ponto de vista mais concreto, é possível afirmar que cada um dos rios sertanejos tem uma história de ocupação luso-brasileira comum, alicerçada, entre outros elementos, no período em que se deu a ocupação, no grupo ou grupos que a realizaram, nas relações estabelecidas com o meio e com os indígenas locais e no padrão de assentamento fundiário seguido na instalação dos estabelecimentos rurais. A ocupação ao longo dos rios deu-se em levas distintas e distantes no tempo, mas cada conjunto de núcleos luso-brasileiros instalado nesses cursos fluviais parece ter guardado uma relativa uniformidade interna.

É possível que tenha se originado daí a denominação de "sertão", associada aos rios, frequentemente encontrada na documentação. "Sertão do rio de São Francisco", "sertão do rio Verde" ou "sertão do rio das Contas", entre diversas outras expressões similares, aludem, do ponto de vista da ocupação dessas áreas, à unidade geo-histórica representada por cada um dos miniterritórios ribeirinhos.[654] O sertão de um rio seria formado pelo próprio eixo fluvial, com as várias funções que o faziam decisivo na ocupação (provimento de água para homens e animais, abastecimento de peixes e crustáceos, fertilização de terrenos, navegação, orientação geográfica); as margens e terrenos laterais, aptos aos cultivos e à criação; as matas ribeirinhas, fontes de abastecimento de madeira e de caça; e os barreiros fluviais, reservas de sal para o gado. Nesses sertões ribeirinhos o ocupador euro-brasileiro instalou os primeiros enclaves: fazendas de gado, engenhos, sítios, missões religiosas, arraiais, registros, guardas, casas-fortes, quartéis, caminhos.

Uma útil ferramenta conceitual, desenvolvida pelos geógrafos, é a categoria de *franja pioneira*, aplicada por Guichonnet e Raffestin para a compreensão de casos recentes de expansão de frentes de colonização. Ainda que voltadas para a análise de casos contemporâneos, as reflexões dos autores são instrutivas para o objeto deste trabalho:

> Do ponto de vista estritamente geográfico, a franja pioneira, relativamente à civilização da qual é portador o grupo que a apreende, é uma zona virgem. Ou ainda, trata-se de um ângulo morto ao qual se atribuem capacidades potenciais que oferecem uma possibilidade de reequilibração. Contudo, as regiões pioneiras são raramente vazias de homens ao sentido absoluto do termo. A humanidade pode ser rara, muito dispersa, mas ausente quase nunca. De onde, naturalmente, os atritos com as etnias autóctones que frequentemente vivem em equilíbrio precário mas real com o meio. Esta confrontação determina conflitos que se traduzem na maioria dos

[654] A melhor aproximação contemporânea que encontrei para o termo "sertão", associado a um rio, é "vale". Com efeito, é provável que no passado se dissesse "sertão do São Francisco" como hoje se diz "vale do São Francisco". Observe-se que vale é uma categoria semântica pouco definida, que não se resume à calha do rio e nem tampouco se amplia para a sua bacia.

> casos num retrocesso demográfico dos indígenas. De outra parte, a franja pioneira é destruidora de paisagens com as quais os autóctones pudessem realizar uma simbiose. Mas simultaneamente, ainda que a regressão dos antigos gêneros de vida não esteja concluída, novas relações homem-espaço emergem. É a consequência da ação de grupos de imigrantes que desenvolvem organizações agrárias e urbanas, que permanecem por um longo tempo mais ou menos embrionárias, descontínuas e mais ou menos bem articuladas umas com as outras. A descontinuidade é certamente a característica mais impressionante da franja pioneira nos seus primórdios. Se esta última tiver êxito, ou se as suas dimensões forem suficientes, emerge uma regionalização original que pode acabar por modificar a organização geral de uma nação na medida em que a política desta última é influenciada.[655]

Pode-se definir as zonas criatórias dos elementos hidrográficos sertanejos como *franjas pecuárias*, formadas pelo estabelecimento de fazendas de gado bovino nas margens dos cursos fluviais e lagoas e nas imediações dos olhos d'água do sertão baiano. Vejamos até que ponto a caracterização das franjas pioneiras contemporâneas, desenvolvida por Guichonnet e Raffestin, se aplica a essas franjas pecuárias coloniais. Sem dúvida, do ponto de vista dos ocupadores luso-brasileiros, as margens dos rios sertanejos constituíam zonas virgens, cujo principal atrativo estava na possibilidade de abrigarem pastagens e áreas de plantio, nutridas pelas reservas hídricas. Para esses grupos essa capacidade potencial representava a possibilidade de ascenderem a cabedais e prestígio social aos quais normalmente não teriam acesso na sociedade litorânea ou na sociedade paulista. De alguma maneira o sistema se reequilibrava, emitindo para o interior aventureiros e pequenos empreendedores que não tinham espaço na faixa costeira, em São Paulo ou no Reino. As consequências desse processo migratório eram, do ponto de vista das populações ameríndias, o retrocesso demográfico e a desculturação. A "limpeza" humana das áreas ribeirinhas foi o preço pago para a instalação das franjas pioneiras. Os novos grupos ribeirinhos passam a desenvolver estruturas agrárias e urbanas, que por algum tempo existem em estado embrionário, caracterizando-se pela

---

[655] "Du point de vue strictement géographique, la frange pionnière, relativement à la civilisation dont est porteur le groupe qui s'en empare, est une zone vierge. Ou bien encore, il s'agit d'un angle mort auquel on attribue des aptitudes potentielles qui offrent une possibilité de rééquilibration. Cependant, les régions pionnières sont rarement vides d'hommes au sens absolu du terme. L'humanité peut y être rare, très dispersée, mais absent presque jamais. D'où, naturellement, des heurts avec les ethnies autochtones qui fréquemment vivent en équilibre précaire mais réel avec le milieu. Cette confrontation détermine des conflits qui se traduisent dans la plupart des cas par un recul démographique des indigènes. D'autre part, la frange pionnière est destructrice de paysages avec lesquels les autochtones avaient pu réaliser une symbiose. Mais simultanément, alors même que la régression des anciens genres de vie n'est pas achevée, de nouvelles relations homme-espace émergent. C'est la conséquence de l'action des groupes d'immigrants qui développent des aménagements agraires et urbains qui demeurent plus ou moins longtemps embryonnaires, discontinus et plus ou moins bien articulés les uns aux autres. La discontinuité est certainement le caractère le plus frappant de la frange pionnière à ses débuts. Si cette dernière réussit, ou si ses dimensions sont suffisantes, il s'en dégage une régionalisation originale qui peut finir par modifier l'organisation générale d'une nation dans la mesure où la politique de cette dernière en est influencée". Guichonnet, Paul; Raffestin, Claude. *Géographie des frontières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974. p. 67-68. Os autores identificam, entre outras, a cidade de São Paulo e a zona cafeeira paulista como típicos exemplos de franjas pioneiras latinoamericanas.

descontinuidade e baixa articulação entre si. São os enclaves luso-brasileiros no sertão, que paulatinamente ganham corpo, se ligam mutuamente e passam a formar linhas contínuas de ocupação territorial e econômica ao longo dos cursos fluviais.

As franjas pecuárias constituem-se, assim, a partir do repovoamento de espaços privilegiados do ponto de vista dos ocupadores luso-brasileiros, com o que se superam a instabilidade e a vulnerabilidade características dos enclaves. Por um longo tempo as franjas existirão como fronteiras internas do território luso-brasileiro; fronteiras não no sentido usual de limites exteriores de uma estrutura unitária e homogênea ou orlas de um sistema territorial constituído por um continente de ocupação plena e consolidada. A ideia a ser perseguida é de um sistema de apropriação territorial que é, em si mesmo, no seu centro, percorrido pela descontinuidade. Em algum momento, sem dúvida, a tendência à continuidade ultrapassa a tendência à descontinuidade – pois se trata, no plano lógico, de uma tensão estrutural entre ambas – e o território interior passa a ser um *continuum* demográfico e econômico, quase uma nova região colonial. Esse momento, todavia, é certamente posterior ao meado do Setecentos.

10.4 Ocupadores, moradores, colonos

Ao longo deste trabalho tenho utilizado os termos *ocupação* e *ocupador* como designações, respectivamente, do processo e do agente da instalação luso-brasileira nos sertões. A opção pelo verbo *ocupar* e seus derivados remonta a Capistrano de Abreu, que os utiliza 12 vezes ao longo dos *Capítulos de história colonial*, em detrimento de *colonizar* e seus derivados, que aparecem apenas seis vezes.[656]

A fina intuição de Capistrano expressava uma realidade histórica mais profunda do que pode sugerir a simples contagem de ocorrências de termos. Para os objetivos deste trabalho, a categoria histórica de *ocupação* é construída como processo decorrente de uma das formas de conquista, a conquista territorial, que abre caminho para a instalação das primeiras unidades territoriais luso-brasileiras nos espaços sertanejos. Salvo algumas exceções, ligadas principalmente à missionação religiosa ou a eventuais alianças entre conquistadores e grupos indígenas locais, a conquista territorial e a ocupação resultante se dão de maneira violenta ou,

[656] O cômputo foi feito a partir da versão eletrônica da obra. Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2009.

para dizê-lo de forma técnica, militar. Com efeito, a associação do verbo *ocupar* ao ato de submeter militarmente um território é frequente nos dicionários da língua portuguesa, pelo menos desde o de Raphael Bluteau (1712). Essa submissão militar, como vimos com os historiadores dos índios, coloca-se, do ponto de vista das populações indígenas, como uma invasão.

A par da conotação militar, uma outra acepção do verbo interessa de perto a este trabalho. Trata-se do primeiro sentido com que ele aparece nos dicionários, de preencher ou entrar em algum espaço. Essa acepção remete aos processos que vêm sendo aqui tratados, relacionados à ocupação colonial como dinâmica histórica de desapossamento das terras indígenas e reapossamento luso-brasileiro. A construção do território envolve o esvaziamento de espaços e o seu preenchimento por estruturas materiais de ocupação, entre as quais os caminhos, as sesmarias, as povoações, os postos militares e as missões religiosas constituem as principais. Apreendida por esse ângulo de análise, a ocupação relaciona-se diretamente à formação de fronteiras internas, não institucionalizadas no ordenamento jurídico-político, mas resultantes da prática concreta de territorialização dos espaços conquistados. O processo ocupador instala-se como relação dinâmica de conflito entre os novos territórios e os espaços circundantes, permanecendo nesses últimos a reação indígena e as condições desfavoráveis do meio como resistências à consolidação da ocupação luso-brasileira. Essas resistências produzem os condicionamentos primordiais da ocupação, que só se livra deles e se efetiva, como ressaltam Guichonnet e Raffestin, se as organizações pioneiras conseguem libertar-se do estado embrionário, do qual a descontinuidade é uma marca, e articular-se como áreas economicamente valorizadas.

A categoria de ocupação é, portanto, extremamente útil como ferramenta de abordagem teórica da trajetória histórica dos espaços e territórios sertanejos. O termo, por outro lado, aparece raramente na documentação consultada para este trabalho. Um dos seus usos mais expressivos ocorre num documento seiscentista, já estudado em outro contexto, no qual o autor refere-se ao número de gente que seria necessário para ocupar o mui largo espaço do sertão.[657] Note-se que aqui o vocábulo é utilizado no seu sentido original de preenchimento de

[657] Cruz, Manoel Fernandes da. “Arbítrio em benefício comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça, em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro, ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte, e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores, para levantarem seus engenhos e os fabricarem sem dispêndio da fazenda Real. Ao qual precede uma breve notícia das propriedades,

espaço. Um século depois uma autoridade colonial, preocupada com a falta de justiça nos sertões, defende a proteção dos direitos dos *primi ocupantis*, expressão que nos transporta diretamente aos *primeiros ocupadores do sertão* de Capistrano.[658] Na expressão latina o uso é político: invoca-se o direito tradicional dos povos à terra que conquistaram e ocuparam.

Essa é a leitura teórica do processo. Mas, pode-se perguntar, como ele foi apreendido pelas próprias pessoas que construíram esses novos territórios e garantiram as suas fronteiras?

A auto-representação dos primeiros ocupadores utilizou termos e cunhou sentidos por meio dos quais eles se designavam e se distinguiam das demais pessoas que atuavam nos sertões. No léxico dos ocupadores a recorrente autodesignação de *morador* é aquela que mais aproxima esses homens da materialidade do território construído, considerado como lugar de moradia e trabalho. Ainda que o termo seja utilizado majoritariamente no sentido trivial de *habitante* ou *habitador* – vocábulos também muito comuns –, ocorre também em situações específicas nas quais é necessário reafirmar a relação íntima com a terra conquistada e possuída e se distinguir de outros grupos. Não é casual que esse significado mais profundo se dê nas zonas de fronteira. Nesses novos territórios é crucial se distinguir tanto dos primeiros ocupadores indígenas, que estão muito próximos e são ameaça constante, o que se verifica na expressão "moradores confinantes com o gentio bárbaro", quanto dos grandes e ausentes proprietários de terras, aos quais se deu indevidamente largas sesmarias, condição que é resumida pela contundente expressão "intrusos sesmeiros". Essas expressões ocorrem em duas petições dos moradores do Piauí encaminhadas, respectivamente, na década de 50 e de 40 do século XVIII.[659] No segundo caso estabelece-se a oposição entre os "moradores da capitania", isto é, as pessoas que, à sua custa e com risco das suas vidas, descobriram as terras e as defenderam contra o gentio bárbaro, e os "intrusos sesmeiros", que são três ou quatro moradores poderosos da cidade da Bahia, que, tendo recebido as mesmas terras por meio de

---

cômodos e das cópia de açúcar do estado do Brasil, em ordem ao conhecimento de sua importância e aceitação do arbítrio", 20/08/1650. ACC. Cód. 1091 (K VIII 1b), fls. 1-5v.

[658] (1) [Carta], 20/02/1744.AHU. Bahia, Avulsos, cx. 92, doc. 7456; (2) Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*: 1500-1800. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998. p. 134.

[659] (1) [Carta], 08/06/1754. ANTT. Ministério do Reino, maço 312, caixa 417; (2) [Petição], 1745. In: Porto, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1979 ou 1980]. p. 72. O conteúdo desse segundo documento, acessado somente através da sua publicação parcial por Costa Porto, é muito semelhante ao de um papel que teria chegado à Corte por volta de 1699, reportado numa carta régia desse ano. O papel, de acordo com os termos da carta régia, versava sobre os danos espirituais e temporais que experimentava o Brasil pelo não povoamento dos sertões, em virtude de suas terras terem sido dadas a apenas duas ou três pessoas particulares. Não tenho dúvida de que o redator da petição de 1745 conhecia o papel de 1699. [Carta régia], 20/01/1699. AN. Códice 539, v. 2, coleção I74, n. 4.

injustas doações efetuadas pelos governadores, deixaram a maior parte devoluta, dificultando o seu povoamento.

Nos dois exemplos é clara a relação do termo *morador* com o espaço conquistado e ocupado. No primeiro caso essa relação se estabelece pela delimitação de um espaço de ocupação, além do qual está o elemento estranho. No segundo o que se salienta é a oposição entre o pertencimento a um espaço e a intrusão de pessoas poderosas, que nele entram indevidamente.

O termo ocorre ainda, com frequência, nas indicações de população, o que coloca a dúvida, já discutida e não resolvida, se esse uso se refere ao número de fogos ou ao número de pessoas que habitam uma determinada circunscrição territorial. Em alguns casos é utilizada a curiosa expressão "moradores estáveis" para informar a população de uma circunscrição territorial. A necessidade de sublinhar uma relação estável e contínua do ocupador com o lugar é típica da instabilidade das zonas fronteiriças. É provável que sejam esses moradores estáveis os responsáveis pela formação dos primeiros traços materiais, culturais e simbólicos que constituirão as futuras populações sertanejas.

O termo *colono* não é frequente, mas aparece em alguns documentos. É utilizado tanto no sentido original de povoador de uma terra estranha quanto, em menor número, para designar os arrendatários de terras de um grande sesmeiro ("colonos do Coronel Garcia de Ávila Pereira"). A propósito do primeiro sentido, o termo congênere *povoador* é também ocorrente. Os dois vocábulos, especialmente o primeiro, sugerem uma apreciação positiva da ocupação luso-brasileira dos sertões. Tanto o ato de colonizar como o de povoar podem significar, numa perspectiva naturalizadora e acrítica da ocupação, ações agregadoras de enriquecimento da terra e valorização dos espaços interiores da América portuguesa. Tomados nesse sentido, os dois termos mascaram a violência do processo de despovoamento indígena e ocupação militar luso-brasileira do sertão nordeste.

Mas a crítica à perspectiva naturalizadora não deve, por outro lado, esvaziar de todo o termo *colono*, cuja utilização nos documentos históricos é no mínimo sugestiva. Os usos coevos mais frequentes do vocábulo aproximam-no de *morador*, considerado como relação de pertencimento a determinado lugar. Em ambos os vocábulos trata-se de uma relação identitária entre o conjunto dos colonos ou moradores de um lugar e o espaço que ocuparam à sua custa e com risco das suas vidas. O grupo ganha coesão simbólica à medida que se

reconhece como os primeiros ocupadores do espaço sertanejo, os construtores do território de fronteira. Uma história comum de sacrifício na conquista e ocupação dessas terras, na qual foi necessário debelar a reação indígena e vencer as resistências do meio, fornece o amálgama para esse sentimento de identidade. Por isso esses colonos ou moradores reclamam com tanta veemência, ao longo de décadas, da afronta aos seus direitos primordiais sobre a terra por poderosos que nada fizeram para conquistá-la. O que está em jogo é o direito arcaico dos povos, baseado na memória da conquista realizada pelos primeiros ocupadores.

11 AS REPRESENTAÇÕES ESPACIAIS DA OCUPAÇÃO

11.1 O sertão

Uma multiplicidade de autores vem abordando, pelo menos desde a última década do século XIX, o *sertão* como espaço geográfico, social e cultural diferenciado no interior do Brasil. Um dos primeiros parece ter sido Teodoro Sampaio, em um artigo publicado em 1899-1900,[660] seguindo-se dezenas de historiadores, cientistas sociais e ensaístas, que consolidaram a profusa produção bibliográfica sobre o sertanismo característica da primeira metade do século XX.[661] O tema perde força no período em que a produção nas ciências humanas se prendeu à perspectiva materialista. Mas ressurge com vigor a partir da década de 80, sendo desde então objeto de estudos na geografia, história, sociologia e antropologia.[662] É talvez desnecessário lembrar ainda que, além da pesquisa científica, o sertão vem sendo retratado na literatura, ensaística e artes, nele se ambientando três clássicos universais da produção literária brasileira.[663]

Uma das primeiras dificuldades da abordagem histórica do tema é se distinguir da carga de sentidos culturais e simbólicos que o sertão ganhou nas obras literárias e artísticas, a partir de onde foi de certa forma apropriado pelo imaginário social. O historiador, ao abordar os espaços sertanejos como objeto de estudo, certamente não está lidando com o sertão simbólico e filosófico, na realidade um não lugar, de Guimarães Rosa, e tampouco com o sertão como metáfora social de Euclides da Cunha e Graciliano Ramos.

---

[660] Sampaio, Teodoro. O sertão antes da conquista (século XVII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. V, p. 79-94, 1899-1900 [1901].

[661] Podem ser citados Afonso de E. Taunay, Alfredo Ellis Júnior, Alípio Goulart, Barbosa Lima Sobrinho, Basílio de Magalhães, Caio Prado Júnior, Capistrano de Abreu, Cassiano Ricardo, Charles Boxer, Diogo de Vasconcelos, Donald Pierson, Ernesto Ennes, Estevão Pinto, Felisbello Freire, Francisco A. Pereira da Costa, Francisco Borges de Barros, Francisco de Assis Carvalho Franco, Francisco Lobo Leite Pereira, J. F. de Almeida Prado, Jaime Cortesão, José de Alcântara Machado, Mário Neme, Miguel Costa Filho, Myriam Ellis, Oliveira Vianna, Orville Derby, Pandiá Calógeras, Pedro Calmon, Salomão de Vasconcelos, Sérgio Buarque de Holanda, Simplicio Mendes, Theophilo Feu de Carvalho, Urbino Vianna e Vianna Moog. Relações como essa implicam sempre o risco da omissão de autor relevante.

[662] Podem ser citados Adriana Romeiro, Ângelo Alves Carrara, Antonio Carlos Robert Moraes, Antonio Gilberto Costa, Beatriz G. Dantas, Bernardo Novais da Mata-Machado, Carla Anastasia, Célia Nonata da Silva, Ceres Rodrigues Mello, Cláudia Damasceno Fonseca, Cristina Pompa, Erivaldo Fagundes Neves, Francisco Carlos Teixeira da Costa, Gabriela Martin, Hal Langfur, Janaína Amado, João Batista de Almeida Costa, John Hemming, John Manuel Monteiro, José Augusto L. Sampaio, Kalina Vanderlei Paiva da Silva, Laura de Mello e Souza, Lúcia Lippi Oliveira, Luciano Figueiredo, Luís Mott, Mafalda P. Zemella, Manuela Carneiro da Cunha, Márcio Santos, Marcos Galindo Lima, Maria Elisa Noronha de Sá Mäder, Maria Fátima de Melo Toledo, Maria Hilda B. Paraíso, Maria Rosário G. de Carvalho, Mônica Duarte Dantas, Moniz Bandeira, Nísia Trindade Lima, Paulo Bertran, Pedro Puntoni, Richard Morse, Silvia Hunold Lara e W. D. Hohenthal Júnior.

[663] Refiro-me, obviamente, a *Os sertões*, *Grande sertão: veredas* e *Vidas Secas*.

Essa distinção em relação ao imaginário social e às representações contemporâneas é ainda mais necessária porque, como explicou Janaína Amado, enquanto em Portugal o império se decompunha e o termo sertão perdia os seus antigos sentidos de classificação e hierarquização dos espaços, voltando a guardar apenas o significado original de interior, no Brasil o processo inverso ocorria. Durante o século XIX,

> os brasileiros não apenas absorveram todos os significados construídos pelos portugueses a respeito de "sertão", antes e durante a colonização, como, a partir da Independência, em especial a partir do último quartel do século XIX, acrescentaram-lhe outros, transformando "sertão" numa categoria essencial para o entendimento de "nação".[664]

É necessário ainda demarcar a abordagem histórica em relação aos demais campos das ciências humanas, especialmente da sociologia. Alguns autores têm abordado o sertão de um ponto de vista que, para utilizar uma das expressões preferidas de Fernando Novais, é o da ciência social retrospectiva, mas não o da história. No âmbito dessas leituras faz todo sentido pesquisar os conteúdos passados associados à ideia de sertão a partir de perguntas e categorias de análise formuladas e forjadas pelo pensamento social contemporâneo.

Ainda que se distinga desses outros campos de produção intelectual, não resta dúvida de que o tratamento histórico do tema interage, de formas e em graus diferenciados, com as obras neles ambientadas e com os conteúdos neles veiculados. Em certa medida a pesquisa histórica do sertão colonial inspira-se também nas imagens e sentidos do sertão produzidos fora da história, e não só nas ciências sociais, mas inclusive na literatura e nas artes. Ainda que essa comunicação de sentidos exista de forma latente, o objetivo não é abordá-la. Esse é certamente o maior desafio do tema.

A abordagem privilegiada nesta seção partirá da documentação histórica para reconstruir os múltiplos sentidos e significados atribuídos ao sertão pelas pessoas que viveram no período estudado. A estratégia metodológica escolhida foi dissecar as centenas de ocorrências do termo e seus derivados em diferentes campos de expressão de sentido, de forma a explicitar as peculiaridades dos diversos significados conferidos ao sertão nos documentos consultados. Naturalmente outros métodos são possíveis. Ceres Rodrigues Mello rastreou o termo na

---

[664] Amado, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995. p. 150.

documentação colonial e optou por uma abordagem semântica exaustiva, reproduzindo e comentando cada uma das expressões em que a palavra foi utilizada.[665] Acredito, não obstante, que uma análise calcada nos distintos sentidos históricos atribuídos ao termo e seus derivados atenda melhor aos objetivos deste estudo.

A primeira distinção a ser estabelecida é sobre quem fala, ou melhor, escreve sobre o sertão. A lista inclui a Corte, o governador-geral, os governadores de capitanias, autoridades regionais ou locais (civis ou eclesiásticas), funcionários, grandes sesmeiros, sertanistas, membros locais do clero, missionários, ocupadores pioneiros, moradores, exploradores e cartógrafos. Os autores ou emissores desses documentos produzem-nos com as finalidades de ordenar medidas ou diligências; encaminhar atos administrativos; prestar informações (à Corte, ao governo-geral, aos governos das capitanias, a autoridades eclesiásticas e superiores de ordens religiosas); sugerir políticas de governo, medidas ou atos; pedir mercês; requerer atos administrativos; relatar exploração de reconhecimento territorial; e registrar os seus resultados em mapa. Os sentidos atribuídos ao sertão ou aos sertões serão determinados pelo lugar social do autor do documento e pela finalidade com que foi produzido.

O sentido originário é o de uma rudimentar percepção do sertão como *espaço natural*. Realçam-se características naturais dos espaços sertanejos, no mais das vezes ligadas ao clima e ao solo. Duas leituras diferentes são encontráveis. Para uns os sertões são ásperos, agrestes, estéreis, secos. Em alguns casos a vegetação de caatinga é mencionada, qualificando de uma maneira mais objetiva esse sertão sempre adjetivado. Diretamente associada ao termo sertão ou não, a caatinga foi relevante como caracterização do espaço natural, tendo sido utilizada até mesmo na delimitação de circunscrições militares e na identificação de topônimos em concessões de sesmarias.[666]

---

[665] Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

[666] Para a primeira ocorrência, *vide* "Patente do posto de capitão-mor dos distritos das caatingas, concedida a Leonardo Gomes", 28/08/1739. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 356. Para a segunda, *vide* [Carta de sesmaria], 12/10/1743. Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *PAN*, Rio de Janeiro, v. XXVII, p. 168, 1931 e *AAPEB*, Bahia, v. XXIV, p. 34-35, 1933. Por meio desse segundo ato Pedro Leolino Mariz, superintendente das Minas Novas do Araçuaí, recebia terras entre o rio das Contas e o São Mateus. Uma das referências de localização era a "caatinga de São Domingos".

Segundo o pároco da freguesia de São João Batista do Jeremoabo do Sertão de Cima, da nascente do rio Vaza-Barris para oeste cruzava-se os campos do Enhamaraman, um sertão deserto que dividia a freguesia do Jeremoabo com a de Santo Antonio do Pambu.[667] Essa zona seca e despovoada, de cerca de 20 léguas, tinha que ser percorrida para se chegar às primeiras fazendas do Pambu, no rio de São Francisco. Para o norte, atravessando-se o mesmo sertão deserto, chegava-se às primeiras fazendas da freguesia do Urubu de Baixo (Porto da Folha/AL), também no São Francisco. Para o leste, confinava a freguesia do Jeremoabo com a freguesia da vila do Itapicuru de Cima, igualmente árida. Para o sul, limitava-se com a do Tucano e com a da Jacobina Velha, mediando entre o Jeremoabo e esta última um dilatado sertão deserto, de mais de 30 léguas despovoadas. A secura e o consequente despovoamento atravessam a cada passo a descrição do pároco.

Para outros o sertão é espaço natural abundante de terras férteis, que escondem as almejadas jazidas de minerais preciosos. Restaria somente esvaziá-lo dos habitantes indígenas para incorporá-lo à sociedade colonial. Mas a percepção mais comum é a dos sertões ásperos e estéreis, que perpassa leituras como a do pároco do Jeremoabo ou mesmo do sertanista Matias Cardoso de Almeida, sendo deste último, a propósito, a referência à "aspereza e esterilidade dos sertões".[668] Essa percepção é tanto mais enfática quanto mais próximo do sertão está o autor do documento. Nos dois casos citados trata-se de pessoas com relação muito estreita com os espaços retratados; no primeiro quem escreve é o pároco de uma freguesia sertaneja; no segundo é um paulista de longa atuação no sertão nordeste da colônia. Essas constatações poderiam nos levar a concluir que a associação entre o sertão e o semiárido já seria corrente no período colonial. Com efeito, é provável que essa ideia, gravada indelevelmente no imaginário social brasileiro, tenha nascido de documentos como esses, mas deve-se observar que eles descrevem um entre muitos sertões coloniais e veiculam uma entre muitas leituras possíveis dos espaços sertanejos.

A percepção do sertão como *espaço geográfico* é recorrente na documentação consultada. Em vários textos oficiais o termo é utilizado para identificar o interior da capitania da Bahia, o

---

[667] "Relação da Freguesia de São João Batista do Jerimuabo do Sertão de Cima, do Arcebispado da Bahia, pelo Padre Januário José de Sousa Pereira, Pároco encomendado da mesma freguesia", 29/12/1756. AHU. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida, caixa 15, doc. 2717.
[668] "Resposta do Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida à carta acima", 11/??/1699. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149.

que ocorre em expressões como "sertão da Bahia" e mesmo "sertão da cidade da Bahia".[669] A associação de sertão à hinterlândia baiana já é encontrada no regimento de Tomé de Sousa, de 1548, no qual se manda descobrir o que for possível "pelo sertão adentro da terra da Bahia".[670]

A dilatação é o atributo mais notado desse sertão geográfico. Em 1650 um senhor de engenho pernambucano afirmava que o sertão corria para o ocidente por uma extensão comparável à da linha litorânea, chegando até as terras da costa do mar Pacífico.[671] Vinte e seis anos depois um desembargador fazia uma descrição semelhante, escrevendo que o sertão corria para o ocidente desde o Recôncavo até confinar com a demarcação do Peru e Nova Espanha. E em 1721 o rei autorizava as entradas que resultariam na revelação das minas de Goiás baseando-se tão-somente na suposição que os futuros descobridores tinham de haver nos sertões da América jazidas de ouro e prata.[672] A única e sugestiva restrição colocada era a de que não entrassem nas terras de Castela.

Ceres Mello afirma que após 1650 "os sertões começaram a merecer melhor e mais preciso tratamento geográfico. A expressão perde, em vários registros, o sentido vago com que era usada inicialmente".[673] Essa constatação é de fato válida para muitos dos registros documentais posteriores ao meado do Seiscentos, mas, como vimos, o termo sertão continua, ainda no século XVIII, a ser utilizado num sentido cuja única aproximação possível é a de interior da América. As evidências documentais sugerem, pelo menos no plano da correspondência oficial, que Goiás foi conquistado apenas a partir dessa vaga referência. Não há dúvida de que os futuros descobridores, saídos da vila paulista de Santana da Parnaíba, sabiam mais sobre o espaço a ser percorrido e explorado. Mas o que me interessa neste passo é destacar que o termo sertão continua a hiperbolicamente significar, em alguns documentos,

---

[669] Note-se que essa segunda expressão identifica o interior da capitania não a partir da costa ou do Recôncavo, mas de Salvador, o que é uma maneira indireta de destacar a importância da cidade.
[670] [Regimento de Tomé de Souza], 17/12/1548. Passagem transcrita em Vianna, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 20-22.
[671] Cruz, Manoel Fernandes da. "Arbítrio em benefício comum que inculca o modo conveniente para se haver o resgate desta praça, em caso que o holandês a largue por preço de dinheiro, ou bem se possa sustentar a guerra, quando pelas armas se liberte, e se socorra com um grosso empréstimo aos moradores, para levantarem seus engenhos e os fabricarem sem dispêndio da fazenda Real. Ao qual precede uma breve notícia das propriedades, cômodos e das cópia de açúcar do estado do Brasil, em ordem ao conhecimento de sua importância e aceitação do arbítrio", 20/08/1650. ACC. Cód. 1091 (K VIII 1b), fls. 1-5v.
[672] "Registro de uma provisão real passada a Bartolomeu Bueno da Silva e outros", 14/02/1721. APESP. C00230, Pasta 10.
[673] Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985. p. 24-25.

todo o interior do continente. O que podia representar, no caso de Goiás, uma estratégia de ocultar à Coroa pormenores geográficos de espaços promissores ou, o que dá no mesmo, de garantir a posse paulista sobre qualquer terra mineral que viesse a ser descoberta a ocidente. Uma intenção superlativa semelhante pode ser a explicação do texto do proprietário pernambucano, cuja finalidade era propor à Coroa um esquema comercial a ser administrado por ele mesmo. Interessava, para isso, dilatar ao máximo os sertões e assim encarecer a importância do Brasil para o Império Português. O espaço geográfico torna-se, portanto, também um espaço político.

O terceiro sentido digno de nota é o sertão como *espaço administrativo*. O termo aparece em patentes militares como elemento de delimitação de circunscrições e áreas de atuação, apresentando nesses documentos sentidos geograficamente bem definidos, sem a latitude e vaguidão característica das ocorrências analisadas anteriormente. Trata-se, ainda que as circunscrições militares sejam descontínuas e irregularmente ocupadas, de precisar os referenciais geográficos que expressam a lógica da administração militar do território.

O sertão como *espaço político* é também um dos sentidos conferidos ao termo na documentação colonial. Esse campo de significação é bastante claro na análise dos textos produzidos em situações de confronto político ou militar entre as autoridades e os potentados coloniais. Um dos acordos pactuados com Manuel Nunes Viana para o perdão dos seus crimes estabelecia que o reinol teria que morar na Bahia e não ir ao sertão, salvo por breve tempo e com licença dos governadores.[674] O sertão aparece, assim, como o espaço da anomia e da ausência de controle governamental, onde o poderoso acusado poderia restabelecer as suas redes de poder.

Para debelar a anomia desse espaço político e instaurar a soberania lusitana diversas medidas são propostas: a formação de novas povoações que agregassem os moradores espalhados pelos sertões; a elevação de arraiais à categoria de vila; a ampliação de cargos judiciários como o de juiz; a realização periódica de correições pelos corregedores e ouvidores das comarcas sertanejas.

---

[674] [Carta régia], 09/02/1725. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 172-172v. E tb. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 26, s/n.

O último campo de sentido a ser analisado é o do sertão como *espaço econômico*. As suas terras eram tratadas frequentemente como propícias para a lavoura e a criação de gado, saindo, por exemplo, da largueza de campos e pastos dos sertões do São Francisco a maior parte do gado consumido nas minas e no Recôncavo. Nas décadas de 20 e 30 do Setecentos eram depositadas grandes esperanças na conquista do sertão entre as minas do Rio das Contas e as Minas Novas, o que permitiria a emergência de uma única e extensa região produtora de ouro, gado e alimentos. Por isso, na avaliação exagerada do governador-geral, os paulistas consideravam esse sertão como "a jóia mais preciosa do Brasil".[675]

Mas é de Antonil que nos chegou a avaliação mais direta e objetiva da capacidade econômica dos sertões. O jesuíta dividiu o interior do nordeste da América portuguesa em dois vastos sertões, o baiano e o pernambucano, e estendeu-se, em passagens que estão entre as mais citadas da sua obra, sobre a pujante ocupação econômica desses espaços pela criação de gado. Largueza de campos (para as pastagens) e água sempre manante de rios ou lagoas eram, na leitura do autor, os atributos que tinham fomentado nesses sertões a pecuária bovina.[676]

Os cinco sentidos com que o termo sertão é encontrado nas fontes primárias não aparecem em forma pura, mas entrelaçados nas impressões e avaliações elaboradas nos textos coloniais. De toda forma, como se viu, é possível identificar e tratar, para cada ocorrência do vocábulo e seus derivados, o principal sentido expresso pelo autor do documento, a conotação que organiza a sua exposição e argumentação. Esse método de interpretação me parece o mais adequado para compreender a multiplicidade aparentemente desnorteadora de vezes em que o termo é utilizado na documentação consultada.

Uma outra chave de interpretação é também interessante. Ela parte não da identificação dos campos de expressão de sentido, mas da análise dos pares de opostos nos quais o termo sertão é igualmente encontrado nos documentos coloniais. Esses pares de opostos foram notados por Angelo Carrara, que escreveu a respeito que "à orientação geográfica que seu significado original encerrava, seguiram-se outras, de escopo demográfico e econômico. Mas continuou a

---

[675] [Carta do governador-geral ao rei], 15/03/1728. AUC. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía, VI, 3ª. I, 1, 11, fls. 434-436.

[676] Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 287-292.

guardar a comparação: costas, engenhos, vilas, minas continuaram a se opor aos sertões".[677] De fato, é bastante comum, nos textos coloniais, o emprego do termo sertão em oposição a esses elementos geográficos, demográficos e econômicos de organização do território. E podem-se acrescentar pelo menos quatro outros pares, também encontráveis na documentação: sertão e marinha, sertão e portos do mar, Sertão e Recôncavo, sertão e povoação dos currais. Vejamos como essas representações por oposição são construídas na leitura dos produtores dos documentos coloniais.

A costa, com seus portos, é a área terrestre de contato com a marinha, que possibilita o comércio com outros continentes, enquanto o sertão é espaço interior pouco conhecido, remoto e de difícil acesso, que só se faz por terra ou seguindo o curso irregular de rios encachoeirados. Mas a oposição entre costa e sertão é muito anterior ao processo de ocupação do interior. Já se encontra na carta de Pero Vaz de Caminha, na qual o escrivão registra a extensão presumida da linha costeira, para em seguida afirmar que pelo sertão a terra seria muito grande, pois, vista do mar, permitia enxergar apenas o arvoredo. O sertão seria, assim, do ponto de vista de quem estava no mar, tudo o que existia atrás da linha costeira, ou seja, todo o continente. À medida que a ocupação luso-brasileira avança, o sertão recua e encolhe, mas, como vimos, representações geográficas de uma extensa costa longitudinal e de um profundo sertão latitudinal perdurarão até o século XVII.

A oposição entre os engenhos e o sertão ou entre as minas e o sertão transmite uma representação de outra ordem. Engenhos e minas são as unidades econômicas responsáveis pela produção de artigos preciosos para a economia-mundo europeia; definem territórios econômicos superexplorados, diretamente conectados ao mercado externo, com produção em larga escala e sujeita às flutuações do comércio internacional. O sertão, por seu turno, é espaço de atividades ligadas à subsistência ou ao mercado interno, de pequena escala e abrangência regional ou local. O contato com o mercado externo inexiste: as mais desenvolvidas áreas pecuárias sertanejas remetem o seu gado para outras regiões da própria colônia, em especial o Recôncavo açucareiro e as minas de São Paulo. Essa é uma representação de caráter essencialmente econômico.

---

[677] Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 45.

Uma espécie de mescla entre a representação geográfica e a representação econômica é detectável na oposição entre Recôncavo e Sertão. Uma interessante descrição introdutória da Bahia, escrita em 1675, dividia a capitania em duas partes, operando uma espécie de regionalização do seu território.[678] A primeira parte começava imediata à cidade (da Bahia) e se estendia por um espaço de 20 léguas de circuito e 10 ou 12 léguas de largura (diâmetro). Era o chamado Recôncavo, ocupado por 130 engenhos de açúcar, muitos canaviais, algumas roças de farinha e matos. A segunda parte era o que se denominava Sertão, que continha as terras para o oeste e interior do estado do Brasil, desde o Recôncavo até confinar com a demarcação do Peru e Nova Espanha. Nesse largo espaço alguns moradores tinham estabelecido fazendas de gado, em distância (da costa) proporcional aos seus cabedais e indústria. A oposição entre as duas áreas geoeconômicas foi também empregada em atos administrativos, como uma patente militar, de 1739, para o posto de capitão-mor dos assaltos e entradas dos mocambos dos distritos do Recôncavo e Sertão da capitania da Bahia.[679]

Nas vilas articulam-se os espaços de vida urbana, a centralidade administrativa, o controle metropolitano e o contato com a Europa. O sertão, por outro lado, é formado por espaços de vida rural, descentrados, com débil controle régio e quase nenhum contato com o continente europeu. As vilas florescem como lugares de adensamento populacional e administração do território, enquanto no sertão se mantêm o povoamento disperso e a anomia. Essa quarta oposição veicula uma representação de natureza político-administrativa.

Vemos que, na realidade, as duas chaves de interpretação se interpenetram. Como as demais ocorrências do vocábulo, também os pares de opostos encontram lugar na classificação por campos de expressão de sentido (natural, geográfico, administrativo, político e econômico), mas essas oposições, tais como as adjetivações estudadas por Ceres Mello, aprimoram a representação dos espaços sertanejos, tornando mais claro o jogo de significados atribuídos ao termo. Antonio Carlos Robert Moraes nos dá uma explicação definitiva para essa definição por oposição:

---

[678] [Carta do desembargador Sebastião Cardoso de Sampaio], [1675]. In: “Consulta do Conselho Ultramarino sobre o que escreve o desembargador sindicante Sebastião Cardoso de Sampaio, que estava na Bahia, do excesso com que se tem dado terras de sesmaria a várias pessoas”, 22/07/1676. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 23, doc. 2737-2738.

[679] “Patente do posto de capitão-mor dos assaltos e entradas dos mocambos dos distritos do Recôncavo e Sertão desta Capitania, concedida a Luciano da Cruz Ferreira”, 13/02/1739. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 356.

> A relação entre sertão e colonização emerge como evidente numa outra característica comum presente nas imagens construídas: a designação sertaneja para ser formulada necessita de um contraponto que lhe forneça sentido por diferenciação. Isto é, o sertão só pode ser definido por oposição a uma situação geográfica que apareça como sua antípoda. Trata-se, portanto, da construção de uma identidade espacial por contraposição a uma situação díspar que, pela ausência, a qualifica. Para existir o sertão é necessária a existência de lugares que não sejam englobados nessa denominação, que apresentem condições que exprimam o oposto do qualificado por tal noção. Daí ela sempre se apresentar numa formulação dualista, como parte de uma realidade vista como cindida e dual, na qual a condição sertaneja ocupa a posição negativa ou subordinada. [...]
>
> Em suma, o sertão para ser identificado demanda o levantamento de seu oposto: o não-sertão, visto como o lugar que possui as características de positividade ali inexistentes. Vale salientar que é sempre a partir dessa posição oposta que o sertão é qualificado enquanto tal. Isto é, o lugar a partir do qual se qualifica uma localidade como um sertão está sempre localizado no campo contraposto.[680]

A localização e delimitação do sertão, a sua valoração positiva ou negativa, as expectativas e projetos civilizacionais sobre ele colocados, a relação de intimidade ou de distanciamento que com ele se mantém são determinadas, em última análise, pelo lugar social do autor ou emissor do documento colonial e pela finalidade com que este foi produzido. Os campos de expressão de sentido, os próprios sentidos expressos e as representações por oposição serão distintos se se trata, por exemplo, de uma ordem régia para a regulação de relações fundiárias nos sertões, de uma petição de mercê de um sertanista, na qual se julgue necessário demonstrar o vínculo do autor com o espaço sertanejo, ou de um ato administrativo objetivo, em que o vocábulo entre como elemento de composição de lugares e circunscrições. Mas sempre se parte, como ensina Moraes, do não sertão, quase sempre um lugar de positividade ao qual se opõem as carências do sertão. Mesmo um ato administrativo simples e aparentemente objetivo, como uma concessão de sesmaria ou uma nomeação para posto militar, embute uma expectativa de regulação e de ordenação do sertão, que é colocada do ponto de vista do não sertão, isto é, da vila ou cidade de onde se emite o documento.

Esse lugar do não sertão, que é, na maioria dos casos, também o lugar de onde se escreve, determinará a escala de representação do sertão. Ele pode ser o continente inteiro, se é observado de uma nau ancorada longe da praia, ou o vale de um pequeno curso fluvial, se se está na povoação interior mais próxima. Não se trata tão-somente das dimensões e distâncias físicas, ainda que elas sejam também relevantes como condicionamento da escala, mas, mais uma vez, do ponto de vista social em que se coloca o autor do documento e da finalidade da

[680] Moraes, Antonio Carlos Robert . O Sertão: um outro geográfico. *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 13/14, p. 360-369, 2002. p. 363.

produção do texto. A Coroa quase sempre se refere aos sertões na escala do estado do Brasil ou das capitanias, o que é uma condição simultaneamente geográfica e política, determinada tanto pela escala com que se percebia o espaço brasileiro do outro lado do oceano quanto pela necessidade de regulação política do território colonial. No outro extremo, moradores e sertanistas podiam representar os sertões na escala de espaços de dimensões muito menores, tais como margens de rios, de ribeiras ou mesmo de riachos. Essa era a proporção apropriada para as pessoas que estavam diretamente ligadas à conquista e ocupação das terras interiores. Mas, como vimos no caso das incursões paulistas pelo futuro território goiano, esses espaços podiam se dilatar e ganhar as dimensões da América, se os interesses sertanistas assim o exigiam.

Uma terceira chave de interpretação pode ser utilizada. Em um dos documentos coletados para este trabalho o termo sertão é parte de uma complexa estrutura de representação de espaços coloniais, da qual ele é um entre outros elementos. Os campos de significação se misturam e o jogo de oposições se torna mais sofisticado do que os pares de opostos estudados.

Trata-se de uma longa carta, com assinatura ilegível, mas que, pela evidência referida no capítulo 4, seguramente pode ser atribuída a Pedro Barbosa Leal.[681] O sertanista elabora uma reconstituição das entradas pelo sertão da Bahia, entremeada com ricas descrições geográficas, o que confere ao texto alto valor como fonte para os estudos do sertanismo e da formação territorial. As passagens que aqui me interessam são as seguintes:

> Todo o continente que vai da Bahia até o Rio doce pela costa do mar se acha povoada [*sic*] com as vilas do Cairu, vila do Boipeba, vila do Camamu, vila de São Jorge dos Ilhéus, e que são da Capitania do Almirante de Portugal pela tenção que fez o Sr. Rei D. João o 3º. de 50 léguas por costa, a Jorge de Figueiredo Correa que chegam ao Rio Grande em cuja barra há pouca povoação entre o porto de Santa Cruz, e a vila de Porto Seguro que também se deu em Capitania naquele tempo e depois tornou à Coroa; na barra do Rio de São Matheus que se segue logo há dois outros moradores que ali se foram refugiar, por não serem presos, por seus delitos, na barra do Rio das Caravelas estão alguns moradores a quem se deram algumas sesmarias pelo Governador-geral da Bahia, e não se estende para o sertão pelos assaltar o gentio cotidianamente. Naquela povoação que tem principiado naquela barra na do Rio doce não há povoação alguma todas estas povoações se não estendem para o sertão mais do que duas até três léguas, assim por que a pobreza de seus habitadores lhe [*sic*] não permite mais extensão de lavouras, como por estarem

[681] [Carta], 11/07/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 194-199. Ou [Carta], 11/07/1725. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 4. O manuscrito mais recente arquivado na BNRJ é uma cópia da primeira fonte, que não sei se seria o original. O copista da BNRJ modificou vários termos, facilitando a leitura do texto. Preferi, todavia, manter os termos duvidosos da versão da Torre do Tombo, assinalando-os com *sic*.

> todas as matas de que se compõem o país dos seus sertões evitadas [*sic*] de várias nações de gentio branco [*sic*] pela parte do sertão se acha o mesmo continente povoado com as minas do Rio das Contas, minas da Tocambira, Serro do frio, e minas gerais ao redor das quais, e por entre elas se acham povoados muitos currais de gado.
>
> Entre as repetidas [*sic*] minas, e povoações do sertão da costa do mar medeiam todas as terras de caatingas de campo e de matas despovoadas e incultas sem povoação alguma de portugueses, e somente habitadas de muitas e várias nações de gentio bárbaro que as senhoreiam sem que até agora fossem conquistadas domesticadas, nem aldeadas.

A descrição de Leal estabelece uma divisão entre três grandes espaços de ocupação humana na capitania da Bahia. O primeiro era formado pelo continente entre a cidade da Bahia e o rio Doce, ao longo da costa. Esse trecho litorâneo se achava povoado por vilas, estabelecidas entre as barras dos rios que cruzam a região,[682] mas o sertanista se preocupa em caracterizar a baixa ocupação na faixa costeira, provocada tanto pela presença do gentio nas vizinhanças quanto pela pobreza dos habitadores. O povoamento luso-brasileiro da costa, assim, não avançava mais do que duas ou três léguas. O segundo espaço era o continente povoado com as minas, notando-se que o autor representa como um só conjunto territorial as regiões mineradoras do Rio das Contas, Itacambira, Serro Frio e Minas Gerais. No circuito dessas regiões se distribuíam muitos currais de gado. As terras intermédias entre a faixa costeira e as minas constituíam o terceiro espaço definido, caracterizado por campos de caatinga e matas habitadas por inúmeras nações de gentio bárbaro.

Diferentemente dos casos estudados anteriormente, nos quais o termo sertão podia em geral ser associado a um único campo de significação ou entrava numa composição binária relativamente simples, nesse documento a representação se refina. Aparece inclusive um "país dos sertões" das povoações da costa e um "sertão da costa do mar", supostamente referências às matas contíguas à estreita faixa de ocupação costeira. Isto é, a zona litorânea teria os seus próprios sertões, formados por essas matas próximas, e inteiramente distintos do sertão interior, onde estavam as minas. O termo é usado ainda num terceiro sentido: o de indicar o rumo interior que o povoamento (não) seguia.

---

[682] Note-se que o rio Grande referido na passagem é o Jequitinhonha. A denominação era aplicada ao primeiro na faixa costeira; por muito tempo se desconheceu que o rio Grande litorâneo era o mesmo curso fluvial que nascia na comarca do Serro Frio, nas Minas Gerais.

11.2 A fronteira

Deixei deliberadamente de abordar na seção anterior o interessante par de opostos povoação dos currais e sertão. Ele consta de um único documento no acervo reunido para este trabalho, constituído por uma carta do mestre-de-campo Matias Cardoso de Almeida, de 1699, em que atende a pedido de informação do governador-geral. Em 9 de janeiro do mesmo ano Dom João de Lencastro, envolvido com a campanha contra o gentio bárbaro do Rio Grande, consultara o paulista sobre as aldeias das quais se poderiam retirar combatentes índios para o socorro ao terço do mestre-de-campo Manoel Álvares de Moraes Navarro, que então assistia naquela região.[683] O tema principal dessa troca de correspondência não tem, portanto, interesse direto para os objetivos deste trabalho. A passagem da carta-resposta de Matias Cardoso que me interessa é a seguinte:

> O que posso informar a vós é que sendo chamado da capitania de São Paulo, no ano de 689, para ir à conquista dos pinhancós, por ordem que para isso me remeteu o Ilustríssimo ... Arcebispo D. Frei Manuel da Ressureição, que então servia de governador e capitão-general deste Estado, me ordenou que das aldeias do rio de São Francisco levasse em minha companhia ... índios, para com eles aumentar a guerra da dita campanha, e com efeito se alistando os ditos índios, e comigo foram em confiança até *o rio das Piranhas, donde termina a povoação dos currais, e donde principia a aspereza e esterilidades dos sertões*, te [até] ... à campanha do Açu, e do dito rio das Piranhas, ... jornada de dois dias de marcha de *despovoado*, me achei só sem que comigo ficasse um só índio dos 700 que havia deixado [ou levado] das aldeias; Por cuja razão me parece avisar a Vossa Senhoria, que não é conveniente que das ditas aldeias do Rio de São Francisco se tirem índios para este socorro, *porque em lhes faltando a povoação dos currais em que tiram seguros o sustento, e entrando ao despovoado em que lhe fica duvidoso se voltarão infalivelmente* [??] todos ... ... em que não ... ... respeito [??] do ... Mestre de Campo, que então exercia, nem o temor de Gente Branca, que comigo levava, que os podiam seguir. E sendo assim, melhor e mais facilmente o farão em companhia de outros quaisquer cabos; que é certo que serão de menos conta, ... das despesas.[684]

Os trechos em itálico indicam uma divisão intuitiva, obviamente não institucional, desse espaço em duas áreas distintas: a povoação dos currais, que seria constituída pelo médio-baixo São Francisco, e os sertões ásperos e estéreis que se iniciariam ao norte. O rio Piranhas seria a linha imaginária de separação das duas áreas; a partir dele começariam as zonas

---

[683] "Carta para o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida, sobre uma informação que lhe pediu, estando de assistência nesta cidade", 09/01/1699. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149.

[684] "Resposta do Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida à carta acima", 11/??/1699. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, livro 149. Grifos meus. Os dois documentos, que estão anexos no livro do APB, complementam a minuciosa retrospectiva elaborada por Pedro Puntoni da campanha de Matias Cardoso de Almeida na "Guerra dos Bárbaros". Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002. p. 145-157.

despovoadas que haviam provocado a dispersão do contingente indígena que Matias Cardoso levava consigo.

Estamos, assim, diante de um *outro sertão*, distinto das franjas pecuárias ribeirinhas que, como vimos, recebiam quase sempre a denominação de sertão, mas que nesse documento são identificadas como povoação dos currais. Nesse outro sertão não havia sinal algum de ocupação luso-brasileira, mas tão-somente o *despovoado*, adjetivo que, nos termos intensos da carta de Matias Cardoso, ganha o *status* de definição de um espaço onde até mesmo grupos indígenas do São Francisco temiam entrar. Se para as autoridades coloniais o conjunto dessas áreas interiores formaria o sertão, na escala microscópica do sertanista haveria uma separação entre a povoação dos currais e o espaço despovoado que estava além dela. Note-se que aqui o termo sertão é tomado no seu sentido original, como um espaço natural estéril, que rejeita o homem.

A noção de *fronteira*, que não aparece explicitamente nesse documento, fornece a chave para a compreensão dessa divisão imaginária entre os territórios luso-brasileiros e os espaços além (ou em torno) deles. Na realidade, a caracterização de espaços de ausência completa de povoamento, luso-brasileiro ou indígena, destacada na carta de Matias Cardoso, constitui uma exceção. O que aparece recorrentemente na documentação é a divisão entre o território luso-brasileiro e o espaço *tapuia* vizinho, ou mui vizinho, como sugestivamente localiza o povoador pioneiro de uma área do baixo São Francisco:

> Diz o capitão e sargento-mor Jerônimo Serrão de Paiva, que ele tem uns currais de gado no distrito do Rio de São Francisco, Capitania de Vossa Senhoria da Barra de Opanema até a Jacioba, os quais pôs e povoou de novo [recentemente] com muito custo da sua fazenda e risco por lhe ficar o Gentio mui vizinho, sendo o primeiro povoador que junto dele sitiou vinte e cinco léguas pelo rio acima, aonde até então não havia que[m] houvesse posto gado, e foi ocasião de outros muitos se porem mais abaixo por ele suplicante lhes ficar com os seus currais sempre na *fronteira* do dito Gentio [...][685]

A petição de concessão de sesmaria é clara em separar o território luso-brasileiro pioneiro, ocupado por fazendas de gado, e o espaço indígena contíguo. Vinte e cinco léguas rio acima, a

[685] "Registo de uma petição que Maria Barbosa de Almeida fez ao Provedor-mor da Fazenda para lhe mandar registar a petição e sesmaria, que apresentou, concedida ao Sargento-mor Jerônimo Serrão de Paiva pelo Donatário de Pernambuco Duarte de Albuquerque Coelho, de que lhe tinha feito doação, que abaixo se segue", 08/10/1672. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 106-107v. Grifo meu.

partir do primeiro ponto de instalação do peticionário, ficaria a fronteira do gentio. Aí passaria, na representação espacial desse primeiro povoador, a linha imaginária de separação.

Essa ideia da fronteira como linha separadora percorre a documentação sobre a conquista e ocupação do sertão baiano. A ela se associam as representações de *limite* e de *última povoação*. Em 1672 o português Pedro Barbosa Leal, pai do sertanista baiano homônimo, recebia mercê por, entre outras razões, ter se destacado como capitão de uma companhia de ordenança no "limite da Cachoeira fronteira do gentio brabo".[686] Cachoeira, que nas décadas seguintes se destacaria como lugar de tráfego comercial e contato entre o Recôncavo e o interior da capitania, era então o posto avançado da ocupação luso-brasileira do rio Paraguaçu. Além de Cachoeira, iniciava-se o espaço do inimigo.

Nove anos mais tarde uma outra fronteira interna era localizada na mesma região, desta vez no rio Jequiriçá, junto à primeira aldeia dos índios maracás. Esse, segundo duas cartas de sesmaria de 1683, era então o "lugar fronteiro aos bárbaros", que até o presente vinham infestando o Recôncavo Baiano.[687] O gentio estava, como de costume, perigosamente "vizinho".

A representação de *última povoação* é correlata e também frequentemente utilizada. Na descrição que Domingos Afonso Sertão fez dos caminhos que percorriam o sertão baiano, de 1702, consta a informação de que, depois dos currais de gado das povoações recém instaladas no sertão do Piauí, denominadas Calindé, Piauí e Pernaíba, havia ainda uma "última povoação", 30 léguas adiante, rumo ao Maranhão.[688] Passado esse último núcleo de povoamento luso-brasileiro no Piauí, iniciavam-se 70 léguas de "caminho despovoado" pelo muito gentio bravo que por ali havia, até chegar à cidade do Maranhão (São Luís).

A expressão pode ser utilizada também numa escala menor, isto é, para espaços mais dilatados. Os conselheiros que elaboraram a consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia, de 1698, afirmam que do cabo de Santo Augusto

---

[686] [Portaria], 14/12/1672. ANTT. Portarias do Reino, Livro 7, fls. 10-10v.

[687] (1) "Registo de uma sesmaria de Pedro Garcia Pimentel de dez léguas de terra no Rio Jiquiriçá", 15/01/1683. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 218v-220; (2) "Registo de uma sesmaria do Alcaide-mor desta Cidade Francisco Teles de Menezes, de dez léguas de terra, no Rio Jiquiriçá na Aldeia dos Maracás", 15/01/1683. AN. Códice 427, vol. 01, fls. 220-221v.

[688] [Carta de Domingos Afonso Sertão], 15/01/1702. ACC. Cód. 1087 (K VIII 1k), fls. 399-400 e 395-396 (cópia). Publ. em Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 401-402.

(Agostinho?), buscando o interior do sertão do nascente para o poente, até chegar às últimas povoações do rio Grande do Sul, estavam descobertas e povoadas mais de 600 léguas.[689] Para os autores da consulta, além dos Palmares, onde estavam os negros, e das ribeiras da Serra do Araripe, habitadas por gentios, tudo o mais se achava povoado com homens brancos e católicos, que viviam de duas em duas e de três em três léguas. A última afirmativa é evidentemente desmedida, o que, mais uma vez, recomenda cautela na utilização desse documento. O que nos interessa neste passo, não obstante, é destacar que a representação espacial de última povoação podia ser utilizada para indicar os limites de ocupação também de espaços tão latos quanto o conjunto do sertão nordeste.

Outra forma de aplicar a expressão era para se referir aos pontos extremos de ocupação ao longo de um rio. Em 1717 Manuel de Araújo de Aragão é nomeado "coronel do regimento de infantaria da ordenança que compreende os distritos da Jacobina e do Paramirim para cima até o Rio de São Francisco acima até a última povoação sertã da capitania da Bahia". A delimitação não é muito clara, mas pode-se inferir que um dos extremos da área de atuação definida era o último núcleo baiano meridional, rio São Francisco acima, isto é, em direção às Minas Gerais. Nesse documento há um aprimoramento da referência geográfica, que foi acrescida do qualificativo "sertã", que pode assim ser acrescentado à lista de derivados do termo sertão.[690]

Outras ocorrências da expressão são particularmente úteis na reconstituição histórica da gênese de povoações pontuais e de zonas de povoamento. Em 1737 Pedro Leolino Mariz, superintendente das Minas Novas do Araçuaí, informava às autoridades coloniais que da última povoação desse descoberto (Minas Novas), que é onde o rio Araçuaí faz barra no Jequitinhonha, seriam menos de três dias de jornada ao novo descobrimento, presumivelmente uma área mineral recém revelada entre esse ponto e o rio Pardo, ao norte. Essa informação, combinada com uma doação de sesmaria de 1728, citada por Urbino Vianna, permite situar

[689] "Consulta do Conselho Ultramarino sobre o estado das missões do sertão da Bahia e informando acerca dos remédios apresentados para evitar os danos provenientes da falta de párocos e missionários", 18/12/1698. *ABN*, Rio de Janeiro, v. XXXI, p. 21-22, 1909. Deve-se observar que o "rio Grande do Sul", a que se referem os conselheiros, é o afluente baiano da margem esquerda do São Francisco, assim chamado na época para diferenciá-lo do rio Grande do Norte. A expressão ocorre em outros documentos coloniais.
[690] Outros termos derivados encontráveis na documentação são "sertanejo", "sertanista" e "sertanejar".

mais precisamente no tempo o pioneiro movimento povoador da região sediada na atual cidade de Araçuaí (MG), corrigindo-se versões transmitidas pela história local.[691]

As três expressões – fronteira, limite e última povoação – podem se referir não somente ao espaço ocupado, mas também à trajetória temporal da ocupação. Além de ser o ponto extremo de ocupação de uma zona de povoamento, a sua última povoação, ou o seu lugar fronteiro, a fronteira pode ser também o núcleo mais recentemente ocupado numa sequência temporal. Na escala dos miniterritórios, nos quais por hipótese a ocupação se dá, na maior parte dos casos, por contiguidade, essa seria uma das duas alternativas históricas de formação das zonas fronteiriças: as povoações espacialmente mais extremas são também as menos antigas da zona de povoamento. O processo ocupador parte de um ponto inicial e se difunde por contiguidade a partir dele, aumentando a distância entre esse enclave original e os núcleos sucessivamente formados conforme a ocupação avança. O diagrama abaixo representa simbolicamente essa forma regular de expansão da fronteira.
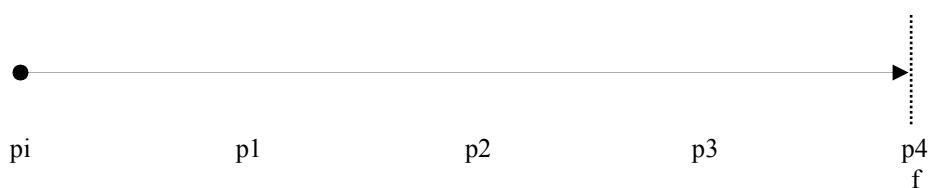
Figura 2 - Diagrama da sucessão de unidades territoriais na expansão linear regular, em que do ponto inicial (pi) partem unidades que dele se distanciam conforme a ocupação avança. A linha tracejada simboliza a fronteira (f) do miniterritório formado.

A expansão linear regular da fronteira se deu no avanço ocupador que levou à formação sucessiva das povoações do Tejuco (1713), São Pedro (1727), Santa Cruz da Chapada (1734) e Água Suja (1734), no continente mineral do alto Jequitinhonha e do Araçuaí. A última povoação dessa zona de povoamento, que em 1737 Pedro Leolino Mariz informava haver sido instalada na barra do Araçuaí, seria o ponto extremo e menos antigo da linha de expansão da

[691] Refiro-me especificamente à versão de Leopoldo Pereira, que conheço por meio do resumo feito por João Valdir Alves de Souza. Para Pereira o primeiro núcleo de povoamento do município de Araçuaí seria Bom Jesus da Barra do Pontal, fundado na primeira metade do século XIX. Pereira, Leopoldo. *O município de Araçuaí*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969. Apud Souza, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e praticas culturais* : a mediação religiosa no processo de produção / reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro. 2000. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000. p. 44-45. Para a sesmaria de 1728, cf. Vianna, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 145-146.

fronteira. Note-se como a linha de ocupação cresce e se distancia do ponto inicial em consonância com o avanço cronológico do processo.

O diagrama seguinte representa simbolicamente a forma linear irregular de expansão da fronteira. O que ocorre nesses casos é que, subsequentemente à instalação do ponto inicial de ocupação, segue-se um ponto não contíguo e distante do primeiro enclave, o que define uma espécie de fronteira virtual do futuro território. À medida que o processo ocupador ocorre, os espaços “vazios” entre o ponto inicial e o segundo ponto são preenchidos, conferindo conteúdo real à fronteira e garantindo a contiguidade das unidades de ocupação.
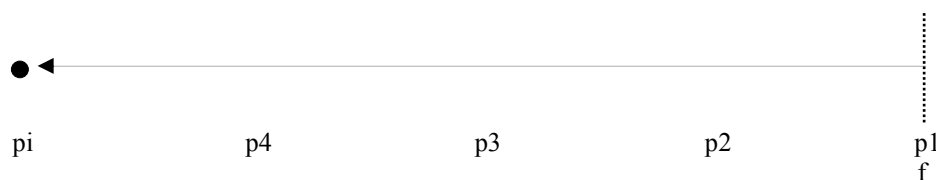
Figura 3 – Diagrama da sucessão de unidades territoriais na expansão linear irregular, em que ao ponto inicial (pi) se segue um ponto distante (p1). As unidades de ocupação partem desse segundo ponto em direção ao primeiro. A fronteira (f) é realizada em p1 depois de instalada a última unidade territorial (p4).

Um exemplo documental claro desse segundo caso é a concessão de sesmaria ao capitão Jerônimo Serrão de Paiva, citada anteriormente nesta seção (*vide* p. 361). Segundo se infere da declaração do concessionário, ele partiu de um ponto inicial, de onde subiu 25 léguas rio acima. Sitiou-se nesse segundo ponto, na vizinhança do espaço indígena. Garantidos por essa ação pioneira, novos ocupadores foram sucessivamente preenchendo o espaço entre os dois pontos, concretizando a fronteira de ocupação e formando o miniterritório. O exemplo é tanto mais interessante quanto essas novas unidades foram instaladas rio abaixo, no sentido oposto ao da fronteira, em direção ao ponto inicial de onde partiu o primeiro ocupador. Sem dúvida essa segunda forma de expansão linear foi muito menos frequente do que a primeira.

A distinção entre as formas regulares e irregulares reside, em última análise, no jogo entre a formação da fronteira e a contiguidade das unidades de ocupação. No primeiro caso a fronteira é sucessivamente redefinida pela progressiva instalação de unidades contíguas a partir do ponto inicial. A fronteira se afasta conforme a ocupação avança. Nas formas irregulares a fronteira é a princípio virtualmente definida num segundo ponto longe e sem

contiguidade com o ponto inicial de ocupação. A realização da fronteira nesse segundo ponto somente se dá à medida que se instalam as unidades intermediárias.

A caracterização da linearidade da expansão, regular ou irregular, é uma consequência do argumento histórico que venho desenvolvendo, ligado à ocupação predominantemente ribeirinha ou de base hidrográfica. As representações geométricas do processo nos permitem situar de uma outra perspectiva a distinção histórica entre a expansão da fronteira na Bahia e em Minas Gerais, que foi discutida no capítulo anterior. Como vimos naquele passo, a principal característica diferenciadora das duas dinâmicas é a de que na Bahia a expansão não se deu a partir de centros difusores ou irradiadores, na forma proposta por Cláudia Damasceno Fonseca (modelo da célula com núcleo, conteúdo e invólucro) e Angelo Carrara (modelo da pedra e das ondas no lago). Na representação aqui aplicada, ela se deu de forma linear, seguindo os eixos fluviais da ocupação. Esse modelo da linearidade nos possibilita verificar a inexistência de pontos centrais ou núcleos irradiadores, de vez que estamos tratando de linhas, e não de superfícies. Sem dúvida há sempre um ponto inicial, um enclave pioneiro, que de certa forma garante o processo na sua origem. Mas as unidades subsequentes não dependem necessariamente dele, instalando-se por contiguidade, de forma regular ou irregular, ao longo do eixo.

A ideia da vizinhança do gentio bárbaro e as suas variações – barreira do gentio, sertão que confina com o gentio bárbaro, fronteira dos bárbaros, terras fronteiras dos índios – mostra o conteúdo bélico de que se revestia a fronteira para sertanistas, ocupadores e autoridades coloniais. A zona fronteiriça era espaço de fricção contínua com os índios, condição que foi muito bem descrita por Oliveira Vianna:

> Durante o período colonial, a conquista da terra apresenta, por isso, um caráter essencialmente guerreiro. Cada latifúndio desbravado, cada sesmaria "povoada", cada curral erguido, cada engenho "fabricado" tem, como preâmbulo necessário, uma árdua empresa militar. Do norte ao sul, as fundações agrícolas e pastoris se fazem com a espada na mão: "Não se pode tratar da fabrica ali – diz um cronista do século II, frei Leonardo Oros – senão com a foice nesta mão e a espada na outra".
>
> O processo seguido geralmente na conquista é o "povoamento" preliminar, isto é, o desbravamento da terra, a repulsão dos índios, a eliminação das feras, o amanho dos campos, a formação dos rebanhos. Depois, alegando estes serviços, é que requer o "povoador" a concessão da sesmaria.[692]

---

[692] Vianna, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2a. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933. p. 82.

Para o autor, portanto, a empresa militar de conquista antecede e se distingue da ocupação territorial posterior. É necessário antes enfrentar o meio hostil, dele desalojando os seus ocupadores, para que então se passe à fundação de unidades territoriais estáveis. A concessão da sesmaria, comumente associada aos primórdios da colonização, é na realidade um segundo momento da conquista, que já aponta para a institucionalização do processo.

Está claro que o termo *militar* é empregado, tanto na passagem de Oliveira Viana como no meu próprio texto, no seu sentido lato, relacionado às coisas da guerra. O conteúdo militar da fronteira não se relacionava necessariamente a tropas oficiais, pois podia envolver corpos mercenários paulistas, curraleiros, indígenas aliados e outros grupos. Na verdade, sabemos que esses contingentes não oficiais foram mais comuns no sertão nordeste do que as tropas do governo.

Uma representação extrema, apontada por Marcos Galindo Lima, é a da expressão "gentio vizinho do Estado (do Brasil)", constante do regimento passado ao futuro governador-geral Roque da Costa Barreto em 1677.[693] Como notou com argúcia o autor, "registros como este demonstram a consciência da existência de uma circunscrição livre do poder colonial português nos sertões interiores".[694]

A vulnerabilidade militar da fronteira é ressaltada, como em nenhum outro documento consultado, numa carta escrita em 1688 pelo governador-geral ao mestre-de-campo de Pernambuco, a propósito da guerra do Açu, um dos eventos militares da "Guerra dos Bárbaros".[695] A posição das tropas luso-brasileiras na guerra era periclitante. Haviam perdido mais de 400 dos 600 homens brancos, achando-se o contingente comandado por Antonio de Albuquerque somente com o capelão, um trombeta e o próprio comandante. Se as tropas restantes fossem retiradas do Açu, continua o governador, perder-se-ia para o inimigo a "fronteira principal dos bárbaros" e com isso a própria guerra. A expressão é carregada de sentido. Mostra que se representava uma linha imaginária principal de divisão do espaço em disputa, cuja perda significaria a vitória dos bárbaros. A esse limite maior possivelmente se

---

[693] "Registo do regimento do S.A. Real, que trouxe Roque da Costa Barreto do conselho de S.A., mestre de campo, general do estado do Brasil, a cujo cargo está o governo dele", 03/08/1677. *RIHGB*, Rio de Janeiro, v. V, p. 288-318, 1863 (2ª. ed.). p. 296.
[694] Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004. p. 14.
[695] "Carta para o Mestre-de-campo de Pernambuco Zenobio Axiaoli de Vasconcelos", 14/10/1688. *DH*, Rio de Janeiro, v. X, p. 319-321, 1929.

somavam fronteiras secundárias, definidoras de espaços laterais de conflito. A fronteira territorial é, antes de tudo, fronteira militar. Essa condição é remarcada num documento de 1715, em que se emprega a expressão “fazer fronteira aos bárbaros”, com um significado próximo do que hoje seria “enfrentar” ou “defrontar”.[696] A expressão, inexistente nos dicionários da época e tampouco nos modernos, pode ter sido uma adaptação luso-brasileira do uso militar do termo fronteira em Portugal.

11.3 A geometrização da representação espacial da ocupação

O léxico das representações espaciais da ocupação é numeroso. Para as Minas Gerais setecentistas Cláudia Damasceno Fonseca listou e analisou os termos sertão, descoberto, campanha, conquista, paragem, sítio, lugar, arraial, país, continente e distrito.[697] Para o tratamento do objeto deste estudo, foram destacados dois termos centrais – sertão e fronteira – e os seus correlatos, estudados nas seções anteriores. Neste passo do trabalho pretendo recuperar outros termos e expressões, menos centrais do que os já abordados, mas que conduzem a uma tendência que denominarei geometrização da representação espacial da ocupação. A análise dessa tendência me parece muito importante para a compreensão das representações coevas da territorialização luso-brasileira dos sertões.

A primeira aproximação é a do termo *paragem*, que trouxe do campo da náutica para os espaços sertanejos o sentido de lugar que se pode alcançar, no qual se pode estabelecer temporariamente. Esse é um dos vagos significados com que é empregado na documentação sobre a ocupação dos sertões. Quase sempre alude a lugares ou espaços desconhecidos do autor do documento, posições hipoteticamente encontráveis ao longo de uma jornada pelos sertões, nas quais se pode parar e reabastecer. No regimento passado para o almoxarife e o escrivão da segunda entrada de Estevão Ribeiro Baião Parente contra o gentio bravo do médio Paraguaçu, de 1672, a primeira providência a ser tomada em relação à guarda dos mantimentos e munições era a construção de uma casa (casa-forte) em paragem conveniente.[698]

---

[696] “Carta que se remeteu a Atanásio de Cerqueira Brandão”, 18/09/1715. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXX, p. 258-260, 1945.

[697] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^{e} siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita.

[698] “Registro do regimento que hão de guardar o almoxarife e escrivão da conquista do sertão”, 22/04/1672. *DH*, Rio de Janeiro, v. LXXIX, p. 144-148, 1948.

Mas paragem podia significar também o lugar onde se pudesse deitar bases menos temporárias. O mesmo Baião Parente recebia, em 1674, a mercê da donataria da vila que se erguesse na paragem que por sua indústria se povoasse nos sertões conquistados ao gentio. Note-se o caráter condicional do ato e a indefinição geográfica e territorial da paragem referida. O uso do termo nos permite indiretamente acessar um aspecto fundamental da ocupação luso-brasileira do interior da América portuguesa: o de que a diferença entre uma base de apoio temporária e um núcleo de assentamento permanente era bem menor do que se poderia presumir. Em qualquer um dos dois casos, tratava-se de escolher a paragem conveniente e lançar as primeiras bases da ocupação.

O desenvolvimento do processo ocupador definia um conjunto de terras limitadas por fronteiras tais como rios ou povoações. A esse conjunto se dava por vezes o nome de *continente*, entendendo-se por esse termo tudo o que se continha no interior de um espaço de ocupação. Cláudia Damasceno Fonseca estudou ocorrências documentais do vocábulo, chegando a conclusões diferentes das que sugerem as fontes consultadas para este trabalho. Segundo a autora, o termo podia designar ora locais pouco conhecidos e explorados, tendo por isso um sentido bastante vago, ora divisões administrativas, civis ou eclesiásticas.[699] Nos documentos sobre o sertão baiano o termo é revestido de um sentido positivo de definição de um espaço cheio, aparecendo por isso muitas vezes associado aos seus limites externos. Assim ocorre em referências tais como se faz ao continente entre os rios das Contas e Pardo, assim expressamente entendidas as "terras de entre ambos os rios"; ou ao "continente da Jacobina e Rio das Contas", isto é, as terras compreendidas entre esses dois pontos; ou ainda a "todo o continente que vai da Bahia ao Rio Doce pela costa do mar".[700] Algumas vezes a ideia de um espaço contido por limites cede lugar à representação de um continente a partir de um ponto central, ou núcleo original, a partir de onde se expande a ocupação. É esse o caso da menção documental às "Minas do Rio das Contas, e de todos os descobrimentos, que havia,

---

[699] Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIXe siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations) École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita, p. 65-66.

[700] (1) "Forma do regimento que o Coronel Pedro Leolino Maris, a cujo cargo está a incumbência da conquista, e guerra, que Sua Majestade que Deus guarde mandou fazer ao gentio bravo, que insulta os sertões povoados, e impede o povoar as excelentes terras que habita, dá ao Cabo da dita conquista, e guerra, o qual observará a dita forma do regimento, enquanto o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei deste Estado não mandar o contrário", [1727]. BN. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 6; (2) "Sobre os motivos que teve para suspender a execução da ordem acerca do estabelecimento das casas de fundição na Jacobina e Rio das Contas", 23/08/1727. APB. Seção do Arquivo Colonial e Provincial, Cartas régias, livro 21, doc. 82; (3) [Carta], 11/07/1725. ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 194-199. Cópia manuscrita em BNRJ. Coleção 15,2,35, n. 4.

ou houvessem de haver no seu continente, e todas as suas anexas". O continente das Minas do Rio das Contas era virtualmente definido como as próprias minas, que constituíam o ponto central, e tudo o que viesse a se distribuir a partir delas.[701]

A ideia implícita de um espaço cheio, transmitida por esses documentos, não deve nos enganar. Sem dúvida se referia a uma abstração espacial construída com o propósito de preencher o espaço de ocupação, ou seja, de ocupá-lo por inteiro. Na realidade concreta persistia o território descontínuo.

Num documento de 1727, já utilizado em outros contextos ao longo deste estudo, traça-se uma espécie de roteiro do processo de definição de um continente. Trata-se do regimento passado para o cabo-mor que se encarregaria da conquista das terras ocupadas pelo gentio bravo entre os rios das Contas e São Mateus. Um dos dispositivos do regimento é o seguinte:

> Antes de tudo terá um roteiro em que fará assento de todas as jornadas, que fizer, e dos sítios, que for descobrindo, capazes de se fazer neles fazendas de gados, deixando cada um deles já demarcado com a largueza, e logradouros, que lhe forem necessários para as criações, conforme for a qualidade de seus pastos, e assento do seu *continente*, e para que não haja confusão no conhecimento de cada um, as demarcará nas suas extremas, pondo em cada um uma marca de fogo, com o seu número, a qual marca se porá em algumas árvores grossas, e de todas as suas demarcações fará menção no dito roteiro, com toda a individuação, e no meio de cada um deixará levantada uma cruz, sinalando-a com o seu nome, no mesmo roteiro fará assento.[702]

O continente é representado, portanto, como um espaço conquistado que deve ser inventariado nos seus recursos naturais, demarcado e registrado em roteiros próprios (relatos de reconhecimento territorial). Esses processos de controle do espaço são parte integrante da sua construção social, preparando a futura partição em sesmarias e a ocupação econômica por fazendas de gado. Nessa linha de interpretação, o termo continente alude ao espaço potencialmente preenchido, isto é, ao conjunto das qualidades desse espaço que o tornam apto à ocupação social. Trata-se, como se menciona em outro documento, da construção de um

---

[701] "Auto da assembleia e conferência que fizeram as pessoas de distinção, e o mais do povo sobre o serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, bem comum e jurisdição do Superintendente Geral o Coronel Pedro Leolino Maris", 17/12/1738. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 15.

[702] "Forma do regimento que o Coronel Pedro Leolino Maris, a cujo cargo está a incumbência da conquista, e guerra, que Sua Majestade que Deus guarde mandou fazer ao gentio bravo, que insulta os sertões povoados, e impede o povoar as excelentes terras que habita, dá ao Cabo da dita conquista, e guerra, o qual observará a dita forma do regimento, enquanto o Excelentíssimo Senhor Vice-Rei deste Estado não mandar o contrário", [1727]. BN. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 6. Grifo meu.

"novo continente".[703] Se essa análise fizer sentido, a ideia de continente se aproximaria da categoria de *território*, tal como a concebemos hoje, isto é, como espaço ocupado e socialmente construído, ou como "espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder".[704] O continente dos textos coloniais seria a forma geométrica do que entendemos contemporaneamente como território. O termo território, por seu turno, é pouco frequente na documentação consultada, na qual aparece invariavelmente na acepção primitiva de jurisdição de uma vila, freguesia ou juizado.

Uma outra forma de representação do espaço ocupado é a do *circuito*. Se o vocábulo continente representa geometricamente o interior desse espaço ocupado, por circuito entendia-se o seu contorno, ou seja, a linha imaginária que limitava a superfície de ocupação. Entre as notas incluídas numa carta geográfica sertanista, de 1722, consta a informação de que o distrito do Piauí tinha 400 léguas de circuito.[705] O autor do mapa parece se referir à superfície geral por onde se distribuíam as zonas de povoamento piauienses, circundada por uma linha imaginária de 400 léguas de comprimento.

Similar à ideia de circuito é a noção espacial de *circunferência e centro*, tomada enquanto uma superfície circular de ocupação, que se define a partir de um centro difusor. Num dos documentos consultados é realizada uma sugestiva mescla de formas de representação, envolvendo essa expressão. Segundo os termos de uma carta oficial de 1734, escrita por Pedro Leolino Mariz, por toda a "circunferência e centro" do "continente mineral" das Minas Novas se achavam pintas (amostras de jazidas de ouro).[706]

Na sua famosa descrição do sertão do Piauí, de 1697, o padre Miguel do Couto Carvalho aplica uma representação semelhante. A nova igreja de Nossa Senhora da Vitória (Oeiras, PI) era o centro de uma superfície circular de povoamento de 120 léguas de diâmetro. A

---

[703] "Auto da assembleia e conferência que fizeram as pessoas de distinção, e o mais do povo sobre o serviço de Sua Majestade, que Deus guarde, bem comum e jurisdição do Superintendente Geral o Coronel Pedro Leolino Maris", 17/12/1738. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35, n. 15.
[704] Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 143-144.
[705] [Região compreendida entre o rio Amazonas e São Paulo], [1722]. BNRJ. Setor de Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia, ARC.030,02,014.
[706] [Carta], 17/06/1734. BNRJ. Divisão de Manuscritos, 15,2,35.

povoação era “redonda” de tal forma que as mais remotas fazendas ficavam em igual distância do centro da freguesia.[707]

A tendência à *geometrização da representação espacial da ocupação* é característica dos casos documentais discutidos. Ideias como limite, continente, circuito, circunferência e centro, todas elas relacionadas ao léxico da geometria, são utilizadas nas fontes como representações geométricas aplicadas a um espaço a ser controlado. O sentido do discurso é o de projetar sobre um espaço sabidamente descontínuo e de ocupação lacunar uma imagem de preenchimento, isto é, de povoamento ininterrupto. Como vimos no capítulo 5, o padre Miguel do Couto Carvalho conhecia muito bem o sertão que descrevia. Seguramente não ignorava que o espaço povoado que representava como um círculo perfeito, de 120 léguas de diâmetro, com centro em Nossa Senhora da Vitória, era na realidade um conjunto de terras em que se enxameavam numerosos grupos indígenas, a grande maioria em guerra defensiva contra os ocupadores luso-brasileiros. No final da sua descrição, o autor teve o cuidado de listar 36 povos indígenas que se mantinham em guerra com os moradores da nova freguesia, advertindo-nos, ainda, que havia no seu circuito muitas outras nações de que não se sabia o nome. Por isso a ideia oposta da circunferência perfeitamente povoada destaca-se no seu texto com tanta ênfase.

Essa projeção de continentes plenamente povoados, de circunferências de povoamento cheio, de extensos circuitos em torno de largos distritos, revela a expectativa de um estado ideal de ocupação e conota a representação espacial do sentido de instrumento de poder sobre o novo território. Para o geógrafo Claude Raffestin,

> o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção, a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder. Produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle portanto, mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento. Qualquer projeto no espaço que é expresso por uma representação revela a imagem desejada de um território, de um local de relações.[708]

---

[707] Couto, Padre Miguel do. “Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco”, 02.03.1697. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v. p. 370-389. p. 372-373. Como em outros documentos, o termo povoação é empregado aqui no sentido de espaço povoado, ou, de acordo com a segunda acepção prevista por Bluteau para o vocábulo, de “colônia”. Bluteau, Raphael. *Vocabulario portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico… Coimbra, 1712-1728. p. 662.

[708] Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993. p. 144.

A geometrização do espaço, como notou Antonio Carlos Robert Moraes a respeito do termo sertão, é uma elaboração nada ingênua. Ela avança no rumo que paulatinamente tomavam a cartografia e as outras formas de representação espacial: o de se projetar sobre o espaço bruto como instrumentos de poder; de transformar o sertão conquistado num continente de ocupação plena, num território. Como ressalta Raffestin para a cartografia, também essa geometria espacial privilegiou uma sintaxe euclidiana mobilizadora dos elementos fundamentais da superfície ou plano, da linha ou reta e do ponto ou momento do plano.[709] Essa sintaxe geométrica atendia a um propósito. Ela antecedeu os instrumentos jurídico-políticos formais de controle, colocando-se como uma das primeiras forças modeladoras do poder político sobre o território.

11.4 A representação cartográfica

Pelo menos desde a última década do século XVII e até a assinatura do Tratado de Madrid (1750) uma significativa produção cartográfica marcou a representação espacial do interior da América portuguesa. A primeira baliza temporal baseia-se na notícia mais antiga de que disponho do mapa elaborado pelo jesuíta Jacobo Cocleo, no qual foram retratadas extensas áreas da hinterlândia do Brasil, entre elas o sertão nordeste.[710] Desse importante documento cartográfico restou uma cópia, feita na primeira metade do século XVIII.[711]

Nas décadas de 30 e 40 do Setecentos foram elaboradas as cartas geográficas dos chamados "padres matemáticos", responsáveis pela confecção de pelo menos 37 mapas de diversos espaços brasileiros. Os jesuítas Diogo Soares, português, e Domingos Capacci, italiano, realizaram o primeiro levantamento sistemático do território colonial, dando início no Brasil

[709] Ibidem, p. 145.
[710] Essa primeira menção ao mapa é feita em "Notícia certa da extensão da ilha do Rio de S. Francisco e qualidade das terras que se sinalaram na ordem do governador a cada uma das três aldeias de Achará, Rodela e Zarabadê, enviada pelo padre Agostinho Correia, que lá assiste por missionário da companhia de Jesus, ao padre provincial Alexandre de Gusmão, e confirmada pelo padre Antonio Barbosa, que lá esteve dois anos e reconhecida pelo padre Jacobo Cocleo, no seu mapa geográfico, por informações seguras que teve, contra o que afirmaram os procuradores das donas da terra, queixando-se com S. Mag.[de]", 16/06/1696. AHU. Bahia, Luiza da Fonseca, caixa 32 doc. 4095. Como se vê, o próprio título do documento permite inferir que o mapa do padre Cocleo já se encontrava concluído ou próximo de estar concluído naquela data. As assinaturas de Jacobo Cocleo e de João Antonio Andreoni constam do final do texto.
[711] "Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo", [s.d.] AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798. Nessa cópia, que atualmente é a fonte de que dispomos para o acesso ao mapa de Jacobo Cocleo, foram acrescentadas diversas informações que seguramente não constavam do original. Note-se que os três aldeamentos citados pelo padre Agostinho Correa na sua notícia (cf. nota anterior) realmente constam do mapa, com ligeiras diferenças de grafia.

ao que Cortesão denominou "cartografia científica e de Estado".[712] Os seus mapas abrangeram regiões como o Rio de Janeiro, o rio da Prata e a colônia do Sacramento, as Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina e a costa sul da América portuguesa.

Do mesmo período são as chamadas cartas geográficas sertanistas, que consistem num conjunto de mapas, esboços cartográficos e borrões, a quase totalidade de autoria desconhecida, certamente desenhados ou rascunhados por homens cuja atividade guardava estreita relação com os sertões da América portuguesa – bandeirantes, militares, mineradores. A maioria delas teria sido desenhada nas primeiras décadas do século XVIII. Supõe-se que essas cartas geográficas, de conteúdo bastante diversificado quanto à qualidade do desenho, escala de representação, elementos gráficos e espaços abrangidos, tenham sido uma das principais bases para o trabalho dos padres matemáticos. Vinte exemplares, abrigados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, foram catalogados por Jaime Cortesão na década de 50 do século passado.[713]

Poucas das fontes cartográficas constantes dos dois acervos têm interesse para o objeto deste trabalho. As regiões mais setentrionais representadas nos mapas dos padres matemáticos foram os vales dos rios Jequitinhonha, Araçuaí e das Velhas, o que corresponderia a uma pequena parte meridional do espaço aqui estudado. Quanto às cartas sertanistas, ainda que a maioria delas abranjam espaços interiores da América portuguesa, poucas incluem informações relevantes na escala de abordagem geográfica com a qual estou trabalhando. Aquelas que o fazem representam núcleos de ocupação do vale do Paraguaçu, mas também nesse caso não trazem elementos novos que não possam ser acessados por meio das fontes textuais. As informações inseridas nessas últimas cartas, desenhadas em escala topográfica, são úteis mais como confirmação da existência e localização de povoações e de caminhos, tendo sido por isso utilizadas em passagens específicas dos capítulos anteriores.

---

[712] Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. t. II, p. 201.

[713] Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. t. II. p. 221-227. Para uma análise das cartas sertanistas, *vide* Santos, Márcio Roberto Alves dos. Cartas geográficas sertanistas. In: IV Simpósio Internacional de Estudos sobre América Colonial – CASO, 2008, Belo Horizonte. [*Anais eletrônicos*]. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. 1 CD-ROM. Para um estudo de regiões sertanejas com base, entre outras fontes, nas cartas geográficas sertanistas, *vide* Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. O espaço estudado nesse último trabalho limitou-se à parte sul do sertão nordeste, formada pelas regiões atualmente mineiras do Verde Grande e médio superior São Francisco.

Devo ressalvar dessa avaliação, no entanto, o notável mapa do padre Jacobo Cocleo, ou melhor, a cópia que dele restou. Nesse caso há diversos registros hidrográficos, toponímicos e viários que são extremamente úteis para o mapeamento, em escala topográfica, da ocupação territorial do sertão nordeste. As informações providas por esse mapa, que constitui hoje uma das mais importantes fontes cartográficas para os estudos do sertanismo e da formação territorial, foram utilizadas em vários capítulos do presente texto.[714]

Na Fig. 4 foi reproduzida uma das partes da carta, correspondente a uma área de aproximadamente 2,5% da sua superfície total.[715] Nessa parte é representada a cidade de São Salvador, o Recôncavo Baiano, o rio Jequiriçá, o médio e baixo Paraguaçu, o rio Itapicuru e as regiões intermédias entre ambos. Do ponto de vista deste estudo, destacam-se o caminho entre o Recôncavo e Rio das Contas, cujo traçado podemos acompanhar até Pau-a-pique, passando por um lugar denominado Santo Antonio, provavelmente Santo Antonio da Conquista. Ao sul desse lugar, nas proximidades da Serra Preta, nota-se uma referência aos maracá. Ao longo do rio Itapicuru, no topo da figura, foram representadas várias fazendas de gado e povoações, destacando-se “Tapicuru” (Itapicuru de Cima) na margem norte, do qual está próximo o lugar denominado “Tocano” (Tucano). É representado um caminho não ribeirinho entre os vales do Paraguaçu e do Itapicuru, que passava por Papagaio. No topo da figura destaca-se ainda a referência à missão de Santa Teresa (de Canabrava).

---

[714] Para uma descrição e análise global desse mapa, *vide* Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. p. 106-111.

[715] Deve-se notar, para fins da visualização das partes aqui reproduzidas, que aparentemente Cocleo desenhou o mapa em posição horizontal, de modo que o eixo sul-norte corre, em relação ao observador, da esquerda para a direita, e não, como é mais comum, de baixo para cima. Em razão dessa opção, os topônimos e notas históricas aparecem deslocados em 90 graus em relação ao desenho. Suponho que essa metodologia de trabalho tenha sido adotada pelo autor em razão do significativo tamanho da carta (224 cm por 120 cm), que por isso deve ter sido estendida horizontalmente sobre uma mesa ou similar.

Figura 4 – Parte do mapa do padre Cocleo, abrangendo a cidade de São Salvador, o Recôncavo Baiano e algumas das áreas centrais do interior da Bahia.
Fonte: “Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo”. AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798

Na Fig. 5 foi reproduzida outra parte do mapa de Jacobo Cocleo, na qual são representadas áreas a oeste do médio São Francisco, que aparece no canto direito da imagem. No centro é destacado o rio Grande e o seu afluente Preto, pela margem norte. No canto esquerdo há uma representação equivocada de um rio que o autor denominou "Itapicuru Grande", possivelmente um trecho do rio Tocantins confundido com o Itapicuru maranhense. A leste do vale desse rio foi desenhada o que seria a Serra Geral. No canto superior direito há uma referência a um rio denominado "Pilão Arcado", afluente pela margem esquerda do São Francisco, hoje parcialmente submerso pela represa de Sobradinho. Nas vizinhanças da Serra Geral há uma nota histórica: "Na Pederneira deram os Tapuias, e mataram 10 pessoas em Junho de 1704". Outra referência a grupos indígenas se destaca no centro da imagem: "Os Acuruazes". No topo da figura é representada a "Lagoa das Pérolas", em posição compatível com o sul do Piauí, possivelmente uma referência a um dos mitos de riquezas minerais que circulavam pela América portuguesa no período colonial.

Figura 5 – Parte do mapa do padre Cocleo, abrangendo áreas a oeste do médio São Francisco. No centro da figura é representado o rio Grande baiano, afluente pela margem esquerda do São Francisco.
Fonte: "Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo". AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798

No canto esquerdo da imagem vê-se a representação de um trecho de caminho mais ou menos paralelo ao rio que o autor denominou "Itapicuru Grande", que, como vimos, suponho seja nesse espaço o rio Tocantins. A visualização integral da carta permite acompanhar o traçado completo desse extenso caminho, desde uma fazenda de gado próxima a Nossa Senhora da Vitória, no Piauí, até um entroncamento de caminhos nas Minas Gerais, onde, sempre segundo o mapa, recebia o nome de "Caminho Novo de Gado". Se Jacobo Cocleo estiver certo, essa longa via percorreria espaços hoje pertencentes ao sul do Piauí, Tocantins, Goiás, noroeste de Minas Gerais e, por fim, centro desta última capitania, fazendo a ligação pecuária entre os sertões e as minas. O registro desse caminho, até onde sei feito somente no mapa do jesuíta, justificaria pesquisas específicas sobre a existência de comunicação direta e "externa" – isto é, fora das rotas normalmente estudadas, pelo sertão central da Bahia – entre o Piauí e as Minas Gerais.[716]

Algumas conclusões podem ser extraídas da análise histórica do mapa de Jacobo Cocleo e são verificáveis nas pequenas partes dele que aqui foram reproduzidas. O documento demonstra, do ponto de vista da representação cartográfica, o papel dos rios como eixos de ordenação da ocupação dos espaços sertanejos, ou o que tenho denominado base hidrográfica da ocupação dos sertões. Ao longo da rede de rios principais e afluentes que se pode visualizar nas imagens distribuem-se fazendas de gado e povoações, ao passo que permanecem "vazios" ou pouco ocupados os espaços não ribeirinhos. A notável exceção do caminho não ribeirinho entre o Paraguaçu e o Itapicuru (*vide* Fig. 4), também parcialmente ocupado por fazendas de gado, confirma a regra, pois essa via foi desenhada em conexão com um rio menor, na nascente do qual parece se iniciar, e, ademais, sem dúvida mantinha dependência dos dois rios maiores, cujo espaço intermédio cruzava.

A presença indígena, em vários casos ameaçadora, é a segunda conclusão. Notas alusivas a povos indígenas e a atos de agressão contra luso-brasileiros, que por eles teriam sido perpetrados, são registradas em várias partes do mapa.[717] Enquanto as margens dos rios já

[716] A propósito, Angelo Carrara formulou a hipótese de que o extremo sul do Piauí, o oeste da Bahia e o noroeste de Minas Gerais formavam um só espaço econômico, cuja ocupação efetiva teria se iniciado em torno do eixo de gravidade da produção aurífera goiana. Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007. p. 142. Ainda que essa hipótese apresente vários aspectos históricos discutíveis, é inevitável a sua lembrança em face do caminho representado por Jacobo Cocleo.

[717] Para o espaço do sertão baiano, identifiquei no mapa os seguintes etnônimos indígenas: precatizes, aroazes, cupinhares, xicozes, arandis de corso, xerunozes, acuruazes, maracás, guigoes, guariuvacus, icozes, curacius, jandaizes, uuanosoes, rodelas. Além da nota histórica citada anteriormente, podem-se ler também as seguintes:

aparecem extensivamente ocupadas por franjas pecuárias luso-brasileiras, espaços menos interessantes como nascentes e sopés de serras continuam a ser redutos de ocupação indígena.

A profundidade do povoamento luso-brasileiro do interior da América portuguesa ultrapassa os limites convencionalmente definidos pela historiografia, tais como as regiões mineradoras ou o vale do São Francisco. De fato, se o mapa do padre Cocleo retratar a realidade da ocupação luso-brasileira entre os últimos anos do Seiscentos e os primeiros do século seguinte, a ocupação teria avançado até o Tocantins. Ao longo desse rio estariam instalados os enclaves luso-brasileiros mais distantes do litoral, podendo-se observá-los no mapa da Fig. 5, na qual eles aparecem como algumas poucas fazendas de gado dispersas pela margens do curso fluvial. Não é demais lembrar que em sinuosa conexão com o Tocantins estendia-se também o longo caminho anteriormente abordado.

O fato de o povoamento luso-brasileiro se aprofundar não implica que fosse também contínuo. O que o mapa igualmente sugere é que podia haver zonas de povoamento luso-brasileiro precário e instável, com enclaves ameaçados de retomada indígena, mesmo em áreas mais próximas do litoral. A "marcha para o oeste", uma espécie de avanço turneriano ininterrupto e sem solução de continuidade, foi mais uma das ilusões criadas pela historiografia que abordou a formação territorial como vitória da civilização contra a barbárie.

A preciosa carta de Jacobo Cocleo, como comentei, constitui uma exceção num contexto de escassez de registros cartográficos que aportem elementos novos às análises aqui desenvolvidas. Num plano geral, essa escassez está relacionada à pouca frequência de registros escritos elaborados pelos sertanistas, discutida no capítulo 4. Sabemos, além disso, que, no caso da cartografia, pode estar ligada à dificuldade de localização de fontes hoje desconhecidas. Mapas em escala topográfica foram desenhados no curso de atividades de exploração e reconhecimento territorial do sertão baiano, mas se encontram presentemente desaparecidos. Duas dessas cartas geográficas, se ainda existirem e forem localizadas, possivelmente nos serão muito úteis. As evidências documentais mostram que, além dos roteiros, Joaquim Quaresma Delgado elaborou também um mapa das várias regiões sertanejas

"Gentio derrotado e afugentado das ilhas de baixo an. 1683" (nascentes do rio Paracatu) e "Uns bárbaros deram aqui nos moradores deste R. an. 1701" (rio "Moni", aparentemente um subafluente do Itapicuru maranhense). Mantive na transcrição a grafia do original.

por ele percorridas no início da década de 30 do Setecentos.[718] Esse desenho formaria um só conjunto com os relatos de reconhecimento escritos pelo explorador, traduzindo em linguagem cartográfica as informações e dados textuais por ele providos ao longo dos relatos.

A segunda carta geográfica que sabemos ter existido é mencionada numa espécie de relatório, de autoria de Pedro Leolino Mariz, de 1728, já utilizado em outros contextos ao longo deste estudo, na qual o sertanista reporta os trabalhos de conquista do sertão dos rios Pardo, Verde e cabeceiras do São Mateus. É a seguinte a passagem em que o mapa hoje inacessível é mencionado:

> Domingos Dias remeteu um risco apontando a forma daqueles ribeiros e a sua distância, conferido este com um mapa que fez um sertanejo prático naquele sertão, e com muita inteligência não havendo diferença mandei reduzir tudo a um mapa em forma o qual remeto a V.M. e por ele se deixa ver com clareza a forma dos ribeiros, a pouca distância em que ficam uns dos outros, e o serem sem questão muito entrados no sertão desta capitania ainda depois da nova divisão que dela se fez por ordem de V.M. com a das Minas Gerais e assim asseguram todos os práticos, e inteligentes daquele sertão.

Mapas, esboços, borrões e riscos constituíam, em última análise, formas de representação voltadas para a apropriação mental dos espaços sertanejos, o que, por sua vez, abria caminho para a sua ocupação efetiva. Produzidas no contexto da conquista e ocupação dos sertões, essas fontes revelam tanto o conhecimento objetivo que gradualmente se acumulava do interior da América portuguesa quanto a projeção da territorialização luso-brasileira que se queria implantar nos espaços indígenas. A cartografia dos sertões, elaborada por homens práticos dos espaços interiores, se tornaria, no meado do século XVIII, um acervo de fundamental importância nas deliberações que levaram à assinatura do Tratado de Madrid e à consequente delimitação oficial do território lusitano na América.

[718] Além das remissões ao mapa encontradas nos próprios roteiros, referências à sua existência são feitas na correspondência oficial entre a Corte, o governador-geral e Pedro Leolino Mariz. Para a identificação e resumo desses documentos, *vide* Santos, Márcio Roberto Alves dos. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, p. 689-706, jul/dez 2008.

12 O PROBLEMA DA FRONTEIRA

Um dos usos que o termo fronteira tem entre os historiadores contemporâneos é metafórico. Ele alude a situações ou experiências, não necessariamente materiais, que envolvem processos de contato, intercâmbio e transformação recíproca entre culturas distintas. Nesse sentido figurado, a categoria de fronteira pode se referir, em tese, a quaisquer elementos de contato cultural ou simbólico, sendo menos importante, quando existe, a base física sobre a qual ocorrem essas experiências do que as trocas e transformações que elas expressam. Uma multiplicidade teoricamente inumerável de experiências culturais e simbólicas cabe nessa acepção, mas a palavra-chave, em todos os casos, pode ser identificada como *intercâmbio*. Trocas materiais e culturais, entrecruzamentos e fenômenos de transculturação são possibilitados por fronteiras móveis, flutuantes e permeáveis, que muitas vezes aludem mais ao compartilhamento de experiências do que ao conflito.[719]

Se for possível rastrear as razões dessa abertura de sentido, talvez elas residam mais em contextos ideológicos contemporâneos, em problemas e perguntas do presente, do que na revelação de situações passadas que fontes documentais inéditas tenham trazido à luz. De um ponto de vista geográfico, já em 1974 Guichonnet e Raffestin analisavam a “mudança de perspectiva de importância capital” representada pelo “desaparecimento progressivo da noção de linha-fronteira ‘separante’ em benefício da noção de zona-fronteira ‘unificante’”. A linha tornara-se, na perspectiva contemporânea, menos interessante do que a zona na qual se difundiam as variações, na qual se dava a ação sociogeográfica de dois sistemas políticos independentes. Tornara-se necessário, para as comunidades econômicas e políticas que então se formavam, “conhecer melhor as zonas de articulação dos estados-membros”. Os autores citam uma sugestiva passagem das atas, publicadas em 1970, de um colóquio europeu voltado para as regiões de fronteira modernas: “As regiões fronteiriças, depois de ter sido os postos avançados do protecionismo dos Estados, são no presente as primeiras a sofrerem os efeitos da integração econômica europeia”.[720] É possível que a fronteira colonial permeável das últimas produções historiográficas sobre o tema esteja relacionada a esses câmbios de sentido econômico e político por que passaram as fronteiras da atualidade a partir da década de 70.

---

[719] Para uma coletânea de estudos históricos sobre a fronteira nas Américas em que é patente esse enfoque, *vide* Gutiérrez, Horacio; Naxara, Marcia R. C.; e Lopes, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras*: paisagens, personagens, identidades. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D´Água, 2003.

[720] “Les régions frontalières, après avoir été les postes avances du protectionnisme des Etats, sont à présent les premières à subir les effets de l’intégration économique européenne”. Guichonnet, Paul e Raffestin, Claude. *Géographie des frontières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974. p. 6-7.

Do ponto de vista da história da historiografia brasileira, já se pode encontrar numa obra de 1957 a prefiguração da metáfora da fronteira permeável. Em *Caminhos e fronteiras* Sérgio Buarque de Holanda propôs que se pensasse a fronteira no Brasil como processo de formação de produtos mistos das culturas indígena e europeia, o que foi possibilitado pela atenuação dos contrastes entre os naturais da terra e os adventícios.[721] As condições peculiares da fronteira brasileira, associadas ao que hoje denominaríamos fronteira permeável ou de intercâmbio, seriam a base histórica da tese defendida em *Caminhos e fronteiras*: a de que o europeu fora suficientemente plástico para se adaptar aos condicionamentos do meio, incorporando para isso elementos materiais e culturais dos povos indígenas contatados, que por sua vez não foram refratários à recepção de hábitos e técnicas trazidos pelos adventícios. Essa condição favorável de circularidade cultural não foi, todavia, simétrica. No início da colonização preponderara a influência ameríndia sobre o adventício, sendo mínima a intrusão de elementos europeus entre os naturais da terra. À medida que a colonização avança, os artefatos e as técnicas europeias ganham relevo, reduzindo-se o papel dos elementos nativos. O resultado, já se vê, não é puramente europeu ou indígena, mas uma mescla de ambos, um terceiro elemento etnocultural: o americano. Esse esquema de influências variáveis no tempo reflete-se na própria arquitetura da obra: a primeira parte é dedicada aos recursos adaptativos desenvolvidos para as entradas sertanistas; na segunda já se transita para uma civilização agrária; na terceira são apresentados os primitivos artefatos e técnicas da primeira forma de indústria instalada, a têxtil. Se na primeira parte é decisivo o legado indígena, na última sobreleva o patrimônio europeu.

Suponho que não tenha sido casual a inclusão, no último parágrafo da obra, de uma discussão, aparentemente secundária, dos desenhos feitos pelas redeiras nas redes fabricadas em São Paulo e nas regiões de influência paulista. Esconde-se ali uma transição fundamental para se entender o argumento do texto. Segundo o autor, o traço retilíneo frequente nesses desenhos não deveria ser atribuído à influência indígena, mas antes a dificuldades relacionadas ao uso do tear vertical, um aparato europeu. Ora, o uso da rede fora exatamente destacado, ao longo do texto, como um dos hábitos nativos imediatamente adotados pelos europeus, sendo as redes por isso denominadas pelo autor “as verdadeiras camas da terra”.[722] Não obstante, no período em que o seu fabrico já passara às mãos de redeiras brasileiras, numa espécie de

---

[721] Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
[722] Ibidem, p. 171.

indústria doméstica, a influência indígena se atenuara. A rede seria, assim, um elemento da cultura material que permanece na fronteira entre o padrão indígena e o padrão europeu. Originalmente nativo, esse elemento se tornará progressivamente mais europeu à medida que avança a colonização.

A simbiose só fora possível na América portuguesa, alerta o autor, porque aqui se produziram condições de interação distintas do modelo clássico da fronteira, proposto por Frederick Jackson Turner como explicação para o avanço da colonização norte-americana. É possível que Holanda pensasse, o que não deixa explícito, nas condições menos simbióticas da conquista do interior da América inglesa pelos pioneiros, uma característica que já foi explicada, em comparação com o início da colonização brasileira, pelo caráter tardio da ocupação do oeste norte-americano, pela sua concentração num intervalo de tempo relativamente curto e pela tecnologia superior de que dispunham os colonizadores dos Estados Unidos.[723]

Um cotejo da dinâmica histórica norte-americana pode ser feito com o objeto do presente trabalho. A conquista do sertão baiano foi cronologicamente mais próxima do início da expansão pelo interior norte-americano do que do começo da instalação portuguesa na faixa litorânea brasileira. Tecnologicamente melhor equipados, os conquistadores do sertão baiano teriam podido dispensar, da mesma forma que os pioneiros da América do Norte o fariam mais tarde, boa parte das técnicas e artefatos indígenas que foram decisivas um século e meio antes, no início da colonização do Brasil. Esse seria mais um fator a reforçar a tendência a um menor intercâmbio entre conquistadores luso-brasileiros e povos indígenas no sertão baiano, uma das teses que venho defendendo neste estudo.

Quando *Caminhos e fronteiras* era publicado pela primeira vez, as teses de Turner já tinham sofrido um conjunto inicial de críticas, oriundas dos historiadores dedicados ao que se denominou *spanish borderlands*, isto é, as zonas fronteiriças de assentamento espanhol no norte da Nova Espanha. Esses autores buscavam, desde o trabalho de Herbert Bolton, na década de 20 do século XX, recuperar "as formas de expansão espanholas na América como

---

[723] Essa discussão é proposta por Robert Wegner num excelente estudo sobre a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Wegner, Robert. *A conquista do oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

símbolos do pioneirismo ibérico”,[724] preenchendo uma grave lacuna deixada por Turner, que pensara tão-somente na expansão da fronteira anglo-americana.

As críticas mais contundentes a Turner nos Estados Unidos, todavia, viriam algumas décadas mais tarde. Autores como Patricia N. Limerick acusaram a perspectiva nacionalista e racista implicada na teoria turneriana e advertiram para a impossibilidade de se localizar espacial e temporalmente o *Great West*, chegando por essas razões a defender a rejeição do termo fronteira.

Não é difícil, de fato, encontrar os flancos da explicação proposta por Turner na sua famosa conferência de 1893, apresentada no encontro anual da *American Historical Association*.[725] O que se destaca já de imediato é a linha assumidamente ideológica da análise, na qual a expansão rumo ao oeste norte-americano é vista como um avanço triunfal da civilização sobre o espaço selvagem (*wilderness*), sendo a fronteira resultante o elemento histórico responsável pela promoção dos valores a partir de então intrinsecamente ligados ao caráter do homem norte-americano: o individualismo, a liberdade, a democracia e a pequena propriedade. Numa linguagem laudatória e pouco científica, Turner defendeu a tese da fronteira como uma linha em avanço contínuo, o que permitiria a constante recriação do desenvolvimento histórico norte-americano. Cada movimento da fronteira rumo ao oeste significaria um renascimento dos valores nela incorporados, servindo a última fronteira ultrapassada como guia para o avanço seguinte, sempre garantido pela existência de terras livres a oeste. Cada fronteira encontrava na anterior o material para a sua constituição e era responsável, por sua vez, por novas contribuições para a formação do caráter norte-americano. O esforço de Turner, bem-sucedido junto à consciência social do país, foi o de construir a epopeia da conquista do oeste, a partir daquele que o autor considerava o seu principal personagem: a fronteira. Dessa

---

[724] A expressão é de Lopes, Maria Aparecida de S. Frederick Jackson Turner e o lugar da fronteira na América. In: Gutiérrez, Horacio; Naxara, Marcia R. C.; Lopes, Maria Aparecida de S. (Orgs.). *Fronteiras*: paisagens, personagens, identidades. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D´Água, 2003. p. 13-33. p. 25. Nesse parágrafo e no seguinte aproveito a síntese dessa autora.

[725] Turner, Frederick Jackson. The significance of the frontier in american history. In: Turner, Frederick Jackson. *The Frontier In American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921. Disponível em <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>. Acesso em 18 dez. 2004 [edição digital da edição de 1921]. Esse que é o mais importante texto de Turner foi traduzido para o português, entre outros títulos do autor, em Knauss, Paulo (org.). *Oeste americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed. UFF, 2004.

narrativa épica estavam excluídos os índios, os hispano-americanos e mesmo os negros, pois Turner considerava a escravidão um "incidente" na história norte-americana.[726]

De certa forma, Turner definiu o que se poderia denominar a *fronteira territorial* da colonização dos Estados Unidos. Os sucessivos avanços da linha da fronteira garantiram a gradual ocupação do território norte-americano, iniciando-se pela Baía de Massachusetts (final do século XVII e início do XVIII) e daí atingindo a costa leste (por volta de 1790), a margem sul dos Grandes Lagos e vale do Mississipi (em torno de 1820), os atuais estados de Nebraska, Kansas, Minnesota, Wisconsin, California, Oregon e Utah (meados do século XIX) e, finalmente, Michigan, Wisconsin, Minnesota, região das *Black Hills*, Colorado, Montana e Idaho (por volta de 1890).

Essa fronteira territorial diferia substancialmente da usual fronteira política, considerada como divisa institucional entre nações ou entre circunscrições político-administrativas. Enquanto se processava o avanço das fronteiras territoriais na América, na Europa se constituíam as fronteiras políticas, um complexo processo de mapeamento, negociação e construção de modelos que, para reportar um importante estudo contemporâneo, foi investigado por Daniel Nordman para o caso da França.[727] No final do século XVIII Gabriel Bonnot de Mably, citado por esse autor, assim distinguia as fronteiras europeias e as fronteiras americanas:

> Na Europa, todos os estados têm fronteiras e limites certos; na América, são vastos desertos, países sem jurisdições e sem limites, e cada potência olha os campos vagos que se lhe avizinham como seu império, e não lhes coloca nenhum limite. Os antigos tratados que os franceses e os ingleses fizeram sobre a América eram e deviam ser equívocos, obscuros e mesmo ininteligíveis [...][728]

---

[726] Turner, Frederick Jackson. *The Frontier In American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921. Disponível em <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>. Acesso em 18 dez. 2004 [edição digital da edição de 1921]. s.p.

[727] Nordman, Daniel. *Frontières de France* : de l'espace au territoire : XVI^{e} – XIX^{e} siècle. Paris : Éditions Gallimard, 1998.

[728] "En Europe, tous les états ont des frontières et des limites certaines; en Amérique, ce sont de vastes déserts, des pays sans juridictions et sans limites, et chaque puissance regarde les campagnes vagues qui l'avoisinent comme son empire, et n'y met aucune borne. Les anciens traités que les Français et les Anglais avoient faits au sujet de l'Amérique, étoient et devoient être equivoques, obscurs, et même inintelligibles [...]". *Collection complete des oeuvres de L'Abbé de Mably*. Tome Septiéme. Paris, 1794 à 1795. p. 229-230. Disponível em <http://books.google.com>. Acesso em: 27 set. 2009. Tradução minha. Essa passagem do autor setecentista me foi sugerida pela leitura do livro de Daniel Nordman e do artigo de Juan Garavaglia publicado na revista *Annales*, no qual ela é também utilizada. Garavaglia, Juan Carlos. Frontières des Amériques ibériques. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 1041-1048, septembre-octobre 2003. Note-se, não obstante, que Garavaglia utiliza o trecho para referendar uma análise voltada exclusivamente para as fronteiras políticas, diferente, portanto, da que persigo aqui.

Para Bonnot de Mably a fronteira tinha natureza necessariamente política, pois estava vinculada à soberania jurídica de um estado sobre um território, que o tinha como sua possessão a partir de tratados internacionais. Nos vastos desertos americanos não havia jurisdições formais; não havia, por conseguinte, fronteiras. Como os antigos tratados de limites sobre os espaços americanos eram ininteligíveis, isto é, partiam de referências geográficas inválidas do ponto de vista do direito, não se podia falar em fronteiras na América.

O que Turner define um século depois, para os mesmos desertos norte-americanos que Bonnot de Mably considerava – pois a passagem do autor setecentista se refere à América do Norte –, é uma fronteira surgida diretamente da dinâmica histórica de apropriação das terras interiores. Para o historiador a fronteira europeia era um limite fortificado que atravessava densas populações, ao passo que a fronteira norte-americana situava-se na orla próxima da "terra livre", isto é, na margem extrema de assentamento dos pioneiros. Se não me equivoco, trata-se da primeira vez em que se distinguem teoricamente, na língua inglesa, os termos *boundary*, correspondente aos limites ou divisas entre as potências europeias (fronteiras políticas), e *frontier*, relacionado aos extremos de uma área de colonização confinante com a "terra livre" nos espaços americanos (fronteiras territoriais). Segundo o autor, "no pensamento e discurso americano o termo 'fronteira' veio a significar a orla da colonização, em vez de, como na Europa, o limite político".[729]

No seu estudo de 1974 os geógrafos Guichonnet e Raffestin distanciam-se das críticas dos historiadores às teses de Turner para afirmar o valor, para a geografia, da categoria de *frontier*, que os autores preferem verter para o francês como *frange pionnière*. O termo *boundary*, por sua vez, seria vertido como *frontière*.[730] A distinção é crucial. Resumidamente, a primeira forma corresponde à zonalidade e ao que tenho denominado fronteira territorial, forma da fronteira anterior à regulação jurídico-política do território. A segunda veicula a ideia de uma delimitação precisa, isto é, um limite político, remetendo à linearidade das fronteiras convencionais entre territórios nacionais e circunscrições administrativas internas.

---

[729] "In American thought and speech the term 'frontier' has come to mean the edge of settlement, rather than, as in Europe, the political boundary". Turner, Frederick Jackson. *The Frontier In American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921. s.p. Disponível em <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>. Acesso em 18 dez. 2004 [edição digital da edição de 1921]. s.p.

[730] Guichonnet, Paul e Raffestin, Claude. *Géographie des frontiers*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974. p. 12.

A categoria tem, na realidade, uma dupla natureza, simultaneamente geográfica e histórica. Turner pensou uma fronteira territorial engendrada no curso da história, resultado dinâmico dos processos sociais que se davam na linha de contato entre a civilização e a *wilderness*. Os grandes equívocos do historiador tornaram, no entanto, indefensável o seu modelo de fronteira.

Em 2003 a revista *Annales* publicou um conjunto de cinco artigos históricos reunidos num dossiê intitulado “os espaços fronteiriços”. Versando sobre distintos espaços do mundo e elaborados por estudiosos de diferentes nacionalidades, esses estudos apresentam, não obstante, um ponto em comum: as fronteiras abordadas são típicas fronteiras territoriais ou fronteiras políticas, isto é, limites entre espaços e territórios definidos pela dinâmica histórica ou pela regulação jurídico-política. Ainda que contemplem também o uso metafórico do termo, os casos discutidos pelos autores envolvem fronteiras como elementos estruturantes de realidades territoriais e representações espaciais, sem aquele sentido talvez demasiadamente livre de que se revestem alguns usos contemporâneos da palavra.[731] Destacarei a seguir elementos de dois desses artigos que nos ajudam a pensar o problema da fronteira territorial para o espaço pesquisado neste estudo.

Murai Shosuke investigou as transformações por que passou a representação do espaço durante a Idade Média japonesa, situando dois momentos e duas estruturas de representação distintas nesse processo.[732] Originalmente o espaço japonês é representado por meio da imagem de círculos concêntricos que partem do corpo do imperador e se distribuem a partir desse centro em direção à periferia dos territórios controlados pelo Estado. A coesão ideológica desse sistema de representação é dada pela ideia de pureza/impureza. A pureza do centro é gradualmente perdida à medida que se avança rumo à periferia. Os limites do território são também as últimas margens da pureza, além das quais estão as terras estrangeiras, os espaços de impureza, habitados por demônios. A partir do século XIII esse

[731] Esse último comentário, que considero bastante apropriado, não é originalmente meu. Na introdução à sua obra, Daniel Nordman adverte: “Je n'ai pas jugé souhaitable, enfin, de gonfler le thème de la frontière de toutes les formes de contact et d'interpénétration que la littérature scientifique ou militante d'aujourd'hui a inscrites, peut-être trop librement, sous ce terme. Jusqu'au XIX^e^ siècle, en effet, ce que l'on entend par frontière est une réalité autrement précise”. Nordman, Daniel. *Frontières de France* : de l’espace au territoire : XVI^e^ – XIX^e^ siècle. Paris : Éditions Gallimard, 1998. p. 10. “Eu não julguei desejável, enfim, inflar o tema da fronteira de todas as formas de contato e de interpenetração que a literatura científica ou militante de hoje inscreveu, talvez muito livremente, sob o termo. Até o século XIX, com efeito, o que se entende por fronteira, pelo contrário, é uma realidade precisa”. Tradução minha.

[732] Shosuke, Murai. Espace regional et construction de l’État dans l’archipel japonais au Moyen Âge. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 981-1008, septembre-octobre 2003.

sistema de representação é erodido pela emergência de centros exteriores à figura do imperador, localizados nas margens do território e nas próprias terras estrangeiras. A estrutura de representação passa a comportar um centro dividido. Para os habitantes das regiões periféricas e fronteiriças as terras estrangeiras deixam de ser o espaço dos demônios; são também habitadas por seres humanos, ainda que diferentes. A antiga noção de "terra estrangeira" cede lugar à de fronteira ou território fronteiriço, um espaço que não pertence a nenhuma das duas províncias confinantes, ou melhor, pertence simultaneamente a ambas. Esse deslocamento da estrutura de representação está vinculado às transformações históricas que se dão a partir do século XIII, em especial a formação de espaços marítimos transfronteiros entre estados que controlam territórios continentais – a China, a Coreia e o próprio Japão. "A amplitude da circulação e das trocas no seio dessas zonas marítimas pôs um termo à visão temerosa e fantástica que dominou as representações dos japoneses no início dos tempos medievais", é a conclusão do autor.[733]

No caso estudado por Shosuke a representação da alteridade e estranhamento associada aos espaços além da fronteira é erodida por mudanças históricas que põem os japoneses em contato com outros pólos de poder que não somente a figura do imperador, o centro do sistema primitivo de representação. Uma condição, ainda que não destacada pelo autor, parece ter sido essencial para esse deslocamento de sentido: o relativo equilíbrio ou uma certa equivalência de forças entre os impérios que passaram a se encontrar nos espaços marítimos comuns. Essa condição propiciou a coexistência de pólos de poder regional e estimulou a circulação e as trocas através das suas zonas marítimas.

No caso da fronteira territorial entre luso-brasileiros e *tapuias* no sertão nordeste da América portuguesa, ou entre *pioneers* e índios no interior da América inglesa, esse equilíbrio não existiu. A correlação de forças, em ambos os casos, era evidentemente desfavorável para um dos lados. A fronteira, por conseguinte, se constrói a partir da ação europeia ou euro-americana de devastação das populações indígenas e apossamento das terras interiores, sem que do lado nativo emerjam forças militares suficientemente vigorosas para reequilibrar o sistema.

[733] "L'ampleur de la circulation et celle des échanges au sein de ces zones maritimes a mis un terme à la vision frileuse et fantastique qui dominait les représentations des Japonais au début des temps médiévaux". Shosuke, op. cit., p. 1008. Tradução minha.

No segundo artigo aqui utilizado, Nora Berend aborda as imagens por meio das quais a Hungria era apresentada, em meados do século XIII, como a fronteira mais importante da Cristandade. Situado no extremo leste da Europa – da qual, lembra a autora, o território da Cristandade era considerado sinônimo – a esse espaço fronteiriço, ameaçado pelas invasões mongóis, foi atribuído, em determinados contextos, o papel de fronteira a ser defendida pelo conjunto do mundo cristão. Nesses contextos ocorreu a invenção de identidades nacionais decisivas para a centralização monárquica do estado húngaro. A título de comparação, a autora analisa também representações semelhantes construídas na Polônia e na Península Ibérica.

O argumento central de Berend é de que as fronteiras reais e as fronteiras imaginárias da Cristandade não necessariamente coincidiam. "Conhecido e descrito habitualmente pelas cartas [entre os reis húngaros e o Papado], onde são recenseados os limites de propriedades, um modelo linear de fronteira se constitui mesmo que não existam ainda fronteiras fixas fortificadas".[734] Trata-se de uma estratégia discursiva dos reis dos países fronteiriços, que buscam garantir para os seus reinos uma posição central na geografia mental cristã, de forma a reforçar o próprio poder. Nessa operação os limites e os interesses particulares dos reinos europeus, no extremo leste, contra os mongóis (Hungria), e no extremo oeste, contra os muçulmanos (Península Ibérica), são alçados à condição de fronteiras da Cristandade e causa comum cristã. A realidade concreta, todavia, desmentia a representação, pois nos dois casos não se buscou, quando isso foi possível, implantar fronteiras fortificadas nesses limites supostamente cruciais para o destino da Cristandade.

O paradoxo das fronteiras reais e das fronteiras imaginárias na Hungria é assim descrito pela autora:

> Segundo Gyula Kristó, a fronteira oriental da Hungria, lugar de interação com o mundo nômade, constituiu-se muito mais lentamente do que a sua fronteira ocidental. Ainda que cartas já falassem sobre as fronteiras com a Polônia ou a Áustria, os confins orientais foram sempre descritos como zona "sem fronteiras". Mesmo o medo e o choque da invasão não foram suficientes para fornecer o impulso para criar uma fronteira linear fortificada. Quando, após a invasão mongol, o rei abandonou o monopólio da construção de fortificações, o resultado foi a ereção de

[734] "Connue et décrite habituellement par les chartes, où sont recensées les limites de propriétés, un modèle linéaire de la frontière s'est constitué alors même qu'il n'existait pas encore de frontières fixes fortifiées". Berend, Nora. Défense de la Chrétienté et naissance d'une identité : Hongrie, Pologne et péninsule ibérique au Moyen Âge. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 1009-1027, septembre-octobre 2003. p. 1010. Tradução minha.

> castelos-fortes sobre os domínios privados dos nobres e não o reforço das fronteiras. O conceito, portanto, existia na ausência de fronteiras estatais reais.[735]

A análise da autora adquire ainda maior importância quando se considera que a fronteira imaginária, ainda que não correspondesse a uma realidade verificada de fato, teve efeitos sobre a dinâmica real das relações entre os agentes históricos envolvidos. A representação, ainda que divorciada da realidade, era também uma força histórica.

Pode-se afirmar que no sertão baiano esse divórcio entre a realidade e a representação foi menos pronunciado do que nos casos analisados por Murai Shosuke e Nora Berend. Não é arriscado conjeturar que os interesses políticos envolvidos na ocupação do interior da América portuguesa tenham sido menos expressivos do que nos espaços abordados pelos dois autores. Afinal, trata-se, no caso brasileiro, de zonas de fronteira de uma área colonial continental já em si mesma por vezes considerada uma das fronteiras da Europa, muito diferente, portanto, dos impérios asiáticos em expansão ou dos reinos europeus às voltas com mongóis e muçulmanos.

Mas, como vimos, pelo menos a descrição do Piauí escrita pelo padre Miguel do Couto Carvalho e as cartas de Pedro Leolino Mariz veiculam imagens de ocupação plena de circunferências territoriais e continentes minerais que não encontravam eco na realidade concreta. Trata-se de textos extensos e elaborados, nos quais o jogo de interesses e a tensão entre realidade e representação são detectáveis pela análise histórica. No primeiro caso a construção da imagem é possivelmente uma consequência da posição social do autor. O padre Carvalho fora um dos fundadores do núcleo urbano pioneiro do Piauí, espaço que havia percorrido durante seis meses em viagem de reconhecimento determinada pelo bispo de Pernambuco. O texto da descrição é resultante dessa jornada. No caso de Pedro Leolino Mariz pode ser que o sertanista, de múltipla atuação em várias frentes de conquista e ocupação do sertão baiano, buscasse realçar, aos olhos da Coroa, a importância estratégica da região por

---

[735] "Selon Gyula Kristó, la frontière orientale de la Hongrie, lieu d'interaction avec le monde nomade, s'est constitutuée beaucoup plus lentement que sa frontière occidentale. Alors que des chartes parlaient déjà de frontières avec la Pologne ou l'Autriche, les confins orientaux étaient toujours décrits comme zone "sans frontières". Même la peur et le choc de l'invasion n'ont pas suffi à fournir l'impulsion pour créer une frontière linéaire fortifiée. Quand, après l'invasion mongole, le roi abandonna le monopole de la construction des fortifications, le résultat fut l'érection de châteaux forts sur les domaines privés des nobles et non le renforcement des frontières. Le concept existait donc en l'absence de frontières étatiques réelles". Ibidem, p. 1014. Tradução minha.

ele administrada. As estratégias discursivas desses homens fronteiros lembram, ainda que com menor intensidade, as representações forjadas pelos reis húngaros no século XIII.

Um último aspecto da discussão proposta por Berend deve nos ocupar. A autora distingue, como vimos na passagem citada, entre o conceito de fronteira – isto é, a representação mental da fronteira – e as fronteiras estatais reais – ou, em outros termos, as fronteiras políticas externas. Para o objeto do presente trabalho, sabemos, por outro lado, que a formação das fronteiras políticas (no nosso caso internas) foi antecedida por fronteiras de natureza territorial. De fato, o esforço aqui empreendido tem sido o de demonstrar que fronteiras não institucionais, desvinculadas do Estado, foram definidas pela instalação mais ou menos autônoma de unidades de ocupação no espaço estudado. Não tenho dúvida de que essas fronteiras foram tão "reais" quanto as futuras fronteiras político-administrativas. Elas estruturaram a ocupação com uma força talvez maior do que depois o fariam as fronteiras políticas, pois essas últimas, quando definidas pelo Estado, o são a partir de uma situação dada pela realidade concreta da apropriação dos espaços e construção dos territórios. Essa realidade concreta prévia é traduzida geograficamente pelas fronteiras territoriais. Elas representaram espacialmente a ocupação do sertão baiano por anos e décadas, antes que viessem as fronteiras políticas.

Christian Lamouroux destaca que o sucesso do trabalho de Daniel Nordman se explica por três elementos, sendo um deles a demonstração de que a fronteira é tanto uma construção do Estado quanto a tradução espacial de múltiplos compromissos entre ele e a sociedade local.[736] Em qualquer situação, portanto, o Estado está presente como protagonista do processo. O que se busca demonstrar aqui é que uma outra fronteira, anterior à ação do Estado, protagonizou a ocupação muito antes de se falar em vilas, comarcas e demais circunscrições administrativas. De certa forma, Bonnot de Mably não se equivocava ao mencionar os vastos campos sem jurisdições da América. Hoje sabemos, todavia, que as fronteiras e os limites da ocupação de espaços como o sertão baiano existiram antes das jurisdições político-administrativas; foram definidos pela lida cotidiana de homens fronteiros com os ocupadores indígenas e as resistências do meio. Essas primeiras formas de fronteira foram recortadas de modo descontínuo nos espaços conquistados, definindo os miniterritórios majoritariamente ribeirinhos e as representações mentais coevas.

---

[736] Lamouroux, Christian. Frontières de France, vues de Chine. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 1029-1039, septembre-octobre 2003. p. 1035.

As fronteiras territoriais não são um objeto de pesquisa frequente entre os historiadores brasileiros. Paira sobre a categoria o espectro do nacionalismo triunfalista de Frederick Jackson Turner e as suas pálidas tentativas de recriação no Brasil da primeira metade do século XX. Ademais, como pontua Hal Langfur, não tendo encontrado na história brasileira um dramático movimento para o oeste comparável à experiência da fronteira norte-americana, os historiadores brasileiros passaram simplesmente a negligenciar "os laboriosos, multidirecionais e etnicamente complexos padrões de incorporação territorial centrais para o povoamento da América portuguesa".[737] O historiador indicou alguns caminhos para a superação dessa lacuna, detendo-se especificamente na expansão da fronteira de colonização luso-brasileira nos sertões do leste da capitania das Minas Gerais, habitados por povos *tapuias* e invadidos por forças militares do governo no século XIX. Nesse espaço fronteiriço Langfur encontrou paradoxos similares aos que foram tratados neste trabalho, verificando que a colonização não levou ao pleno estabelecimento de uma sociedade sedentária luso-brasileira e tampouco à completa submissão dos povos indígenas. Segundo o autor, os avanços e reversões do processo de assentamento luso-brasileiro tornam inaplicáveis aos sertões do leste mineiro os modelos convencionais de análise da expansão da colonização. A incorporação desse espaço ao território colonial brasileiro não foi somente lenta, mas contemplou também a possibilidade da reversão do processo naquelas áreas onde os nativos tiveram maior poder de resistência. O que não significa que, tendo o processo colonizador fugido ao padrão convencional de um movimento contínuo e irreversível, a experiência histórica da fronteira não estivesse presente. "Quando os historiadores contornam essa história como inconclusiva, eles negam ao Brasil o lugar central que ele merece no campo dos estudos comparados da fronteira", conclui o autor.[738]

A abordagem das fronteiras territoriais internas da América portuguesa a partir das duas características que lhes são centrais – a descontinuidade e a reversibilidade – lastreia-se, no presente trabalho, num dado incontornável: o de que a fronteira como delimitação de domínios e áreas de atuação era uma realidade concreta para ocupadores luso-brasileiros e populações indígenas. Respeitadas as diferenças de percepção das territorialidades, já

---

[737] "They have overlooked the plodding, multidirectional, ethnically complex patterns of territorial incorporation central to the peopling of Portuguese America". Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006. p. 7. Tradução minha.
[738] "When historians skirted this history as inconclusive, they denied Brazil the central place it merits in the field of comparative frontier studies". Ibidem, p. 299. Tradução minha.

discutidas, tanto luso-brasileiros quanto *tapuias* vivenciavam uma experiência efetiva de fronteira territorial, na maioria dos casos marcada pela militarização. Obviamente não dispomos de fontes para o acesso direto à leitura indígena dessa experiência. A leitura luso-brasileira pode ser acessada por meio dos diversos documentos em que são representadas áreas de domínio e a separação entre elas. Essas representações, por sua vez, retornavam à realidade concreta alimentando a geografia mental dos sertões, isto é, consolidando um conjunto de elementos mentais que serviam à apropriação real e simbólica dos novos espaços interiores.

***

A segmentação, para fins da compreensão teórica, da instalação luso-brasileira no sertão baiano possibilita identificar e caracterizar quatro momentos. A *exploração* reúne as primeiras ações de investigação do espaço, que se deram por meio de entradas sertanistas ocorridas já a partir do século XVI. A *conquista* está relacionada às guerras pelo apossamento de terras, movidas contra os antigos ocupadores indígenas, e à implantação dos primeiros enclaves luso-brasileiros nos espaços conquistados. A *ocupação* se dá através do estabelecimento das unidades territoriais, entre as quais os arraiais, as fazendas de gado pioneiras e as missões religiosas estão entre as principais. A *territorialização*, por fim, diz respeito à efetiva fixação dos instrumentos jurídico-políticos e ideológicos de controle do espaço e, portanto, de definição da soberania portuguesa sobre as áreas ocupadas. Regiões coloniais e territórios consolidados emergem do complexo e diversificado processo de territorialização dos sertões.

Sem dúvida nem todos os espaços interiores de alguma forma atingidos por luso-brasileiros conheceram a sequência dos quatro momentos no ritmo regular com que é apresentada aqui. Diversos espaços foram tão-somente percorridos para fins de apresamento indígena ou de pesquisa mineral, sem que tenham sido conquistados e ocupados a partir dessas ações de exploração. As investidas luso-brasileiras limitavam-se, nesses casos, como já foi discutido, ao arrebanhamento de contingentes indígenas ou à prospecção de minérios preciosos. No primeiro caso a atividade já é por si mesma apenas circulatória, não envolvendo fixação nos espaços. No segundo caso, deve-se lembrar que, ainda que às expedições bem-sucedidas se sucedessem migrações para as terras minerais, muitas entradas de prospecção malograram, retornando à origem sem deixar rastros nos espaços transitados. Independentemente da consecução dos seus objetivos, todavia, essas expedições exploratórias coletaram e

transmitiram informações essenciais para futuras ações de fixação nos espaços, aspecto que foi abordado no primeiro capítulo deste estudo.

A conquista e a ocupação territorial, por sua vez, podiam sofrer as reversões investigadas ao longo deste trabalho. Nem todo espaço conquistado passava linearmente à ocupação; nem todo espaço ocupado, por seu turno, mantinha-se assim para transitar diretamente para a territorialização. Esta só vingava quando as unidades de ocupação deixavam o estado embrionário e chegavam a um grau de maturidade que permitisse a formação de conjuntos territoriais contínuos e coesos.

Ademais, o esquema teórico, mesmo quando integralmente verificado, conhece variações, nuances e particularidades que singularizam cada caso investigado. A sua aplicação às Minas Gerais mostraria que os momentos da ocupação e territorialização transcorrem em ritmo relativamente rápido, ao ponto de se confundirem em algumas zonas da região. Implantar os primeiros enclaves luso-brasileiros, representados por arraiais mineradores, em muitos casos oriundos de assentamentos temporários de apoio às expedições de exploração, estabelecer o controle militar, definir a forma de distribuição das datas e instalar as primeiras vilas foram ações transcorridas no curto intervalo entre a última década do século XVII e as duas primeiras do seguinte. No primeiro ano da terceira década já é criada a capitania, que, diferentemente da Bahia, não se põe como um território antigo, que lentamente avança rumo ao interior, mas, pelo contrário, como um novo território, que surge rapidamente a partir da atividade econômica. Por outro lado, nas Minas Gerais a ocupação não parece ter sido precedida de guerras contra os índios na escala das que se deram no sertão baiano, tendência que já foi atribuída ao esvaziamento populacional provocado pelas expedições paulistas de apresamento indígena que circularam pelo futuro território mineiro ao longo do século XVII. A frequência dessas expedições preadoras seiscentistas, facilitadas pela proximidade de São Paulo, explicaria o relativamente baixo povoamento indígena encontrado pelos primeiros ocupadores das Minas Gerais no final do século.

No sertão baiano a conquista e a ocupação foram duramente conseguidas e conheceram recuos, reversões, mudanças de rumo e descontinuidades que fragilizaram os enclaves e tornaram incerto o curso da instalação luso-brasileira. O território que emerge na primeira metade do Setecentos é ainda vazado por espaços indígenas, o que faz com que a superfície de ocupação luso-brasileira seja na realidade um conjunto de miniterritórios ribeirinhos

conectados por caminhos terrestres e rotas fluviais. Essas vias de circulação percorrem, para voltar à categoria proposta por Antonio Carlos Robert Moraes, largas zonas de extraterritorialidade.

Os quatro momentos da instalação luso-brasileira definem quatro diferentes fronteiras. A primeira delas, a *fronteira da exploração*, é possivelmente o ponto mais remoto a que se chegou e ao qual se pode retornar. Não se sabe exatamente aonde teria chegado, em 1591, a expedição malograda de Gabriel Soares de Sousa, mas, se Pedro Barbosa Leal estiver certo, ela instalou o primeiro enclave luso-brasileiro do vale do Paraguaçu – e, de certa forma, do conjunto do sertão baiano –, representado pela casa-forte erguida no lugar mais tarde ocupado pela vila de João Amaro.[739] Essa seria a fronteira da exploração, não sendo casual o fato de que o lugar, também conhecido como Santo Antonio da Conquista, se torne uma das bases luso-brasileiras no sertão baiano, seja disputado aos índios por décadas e figure com destaque na descrição geo-histórica elaborada por Leal em 1725.

A *fronteira da conquista* é definida e redefinida no próprio curso das operações militares contra os ocupadores indígenas. Aqui voltamos ao provável significado original do termo, alusivo aos postos militares avançados e às zonas em disputa com o inimigo. Os avanços e recuos dessas frentes de conquista dependiam de um complexo jogo de forças no qual podiam ser decisivas as antigas fronteiras indígenas em que se repartia o espaço almejado. Sobre essas fronteiras entre povos ameríndios sabemos muito pouco, mas é possível que, pelo menos nos primeiros movimentos de invasão dos espaços indígenas, elas referenciassem a mobilidade luso-brasileira. A dinâmica por meio da qual a fronteira militar avançava ou retrocedia, se consolidava ou se fragmentava era inicialmente determinada, entre outros fatores, pelos recortes espaciais que as relações entre os povos indígenas tinham definido antes da chegada dos luso-brasileiros.[740]

---

[739] "Carta do coronel Pedro Barbosa Leal ao Conde de Sabugosa, vice-rei do Estado do Brasil, sobre as várias incursões realizadas no sertão da Bahia em busca de minas metálicas, desde o pretenso descobrimento das de prata por Belchior Dias Moreia – de 22 de novembro de 1725", 22/11/1725. *DI*, São Paulo, v. XVI, p. 59-98, 1895. Versão manuscrita (original?) em ANTT. Manuscritos do Brasil, livro 7, fls. 62-70v.

[740] Weber e Rausch comentam, a propósito, a existência de fronteiras nativas americanas entre sociedades estatais como os incas e os astecas, que dominaram e colonizaram novas terras antes da chegada dos europeus. E também depois: populações ameríndias aliadas dos espanhóis definiram novas fronteiras por meio da sua participação na conquista e controle de outros povos nativos. Weber, David J. and Rausch, Jane M. Introduction. In: Weber, David J. and Rausch, Jane M. *Where cultures meet* : frontiers in Latin American history. Wilmington, Del. : SR Books, 1994. p. XIII-XLI. p. XXIII-XXIV. Sem dúvida essa precedência da fronteira indígena é mais acessível ao historiador no caso dos povos ameríndios que deixaram registros escritos da própria história, como as sociedades imperiais mencionadas pelos autores. Não temos, porém, razões para não acreditar, ainda que se

Em alguns casos a fronteira dos soldados se torna também a *fronteira da ocupação*, a última povoação, o limite da instalação luso-brasileira, além do qual está o gentio bárbaro. Mas para isso é necessário que os enclaves militares se tornem assentamentos permanentes e tenham êxito como franjas pioneiras. A fronteira, quer seja representada como um ponto, uma linha, uma faixa, uma zona ou uma superfície, é o extremo do miniterritório ocupado. Uma divisão geográfica e territorial que é também social, na medida em que separa, confronta ou justapõe diferentes sistemas sociais de apropriação do espaço. A fronteira é o lugar de contato entre territorialidades e durações sociais distintas.

Esse contato foi na maior parte dos casos violento, hierarquizador e predatório em relação às populações indígenas. É possível que recortes geográficos mais reduzidos – uma povoação, um pequeno conjunto de fazendas de gado –, com marcos temporais igualmente mais contraídos, revelem tendências à formação de fronteiras de intercâmbio mais visíveis do que nos processos históricos que venho analisando neste trabalho. Com efeito, trata-se sempre de um problema de escala temporal e espacial. É possível conjeturar que na escala microscópica tenham ocorrido aproximações, interfaces e contatos mais estreitos e por hipótese menos violentos do que na escala macroscópica do sertão baiano. Não ignoro que as alianças entre luso-brasileiros e grupos indígenas foram decisivas, em muitos casos, para possibilitar a penetração no espaço interior e o aprofundamento da ocupação.

Mas mesmo nesses casos algumas questões podem ser colocadas. O reconhecimento de que na escala microscópica a fronteira de intercâmbio foi possível não deve elidir a análise das tendências gerais do processo de ocupação luso-brasileira do sertão baiano. No plano macroscópico do sertão baiano, a documentação nos devolve uma fronteira de fricção e violência, mesmo que ela tenha se valido, em situações específicas, de acordos pontuais. Afinal, estabelecia-se uma aliança com um grupo indígena para debelar o próximo, seu vizinho. E vimos, por meio da documentação, o que, em muitos casos, significavam na realidade essas alianças – submissão forçada, ameaça militar explícita, coação por meio do aprisionamento de mulheres e crianças.

---

saiba pouco a respeito, que um processo similar de definição de fronteiras nativas a partir das territorialidades indígenas tenha marcado também as relações entre os povos que ocupavam o que viria a ser a América portuguesa.

A fronteira de fricção é recorrentemente confirmada pelas fontes. Ela se dá na expansão ao longo do rio Paraguaçu, no médio superior São Francisco, no sertão de Rodelas, no sertão meridional dos rios Pardo e das Contas, no Piauí e mesmo, como vimos, em espaços que não estavam no sertão baiano, mas que podem ter sido pioneiramente ocupados a partir dele, como as zonas fronteiriças dos rios Tocantins e Paranatinga.

À medida que a ocupação se consolida, os mecanismos de controle jurídico-político ganham importância como elementos garantidores da soberania sobre o território. Torna-se então decisivo administrá-lo, isto é, mapeá-lo, nomeá-lo e recortá-lo em diferentes circunscrições. A fronteira se torna um *limite político-administrativo*, que pode ou não coincidir com as antigas fronteiras territoriais. Será estabelecida a partir de negociações, acordos e tratados e definirá superfícies preenchidas, circunscrições territoriais cujas bordas se encontram. Essa última forma da fronteira demora a ganhar corpo em espaços de ocupação inconstante como o sertão baiano. Quando isso ocorre, já estarão distantes os tempos das guerras contra os *tapuias*, dos arraiais cercados e das primeiras fazendas de gado, estabelecidas de armas na mão em terras disputadas palmo a palmo com os índios.

CONCLUSÕES

Em meados do século XVIII, quando o Tratado de Madri era assinado com a Espanha, definindo as fronteiras políticas entre as possessões lusitanas e espanholas na América do Sul, a ocupação territorial do sertão baiano mantinha as tendências de descontinuidade e reversibilidade que foram as marcas da instalação luso-brasileira nesse espaço. Sem dúvida as fronteiras externas do território lusitano, garantidas juridicamente pelo tratado, estavam muito distantes do interior da Bahia, distendendo-se a oeste para abraçar o Mato Grosso e desenhando um contorno territorial próximo da configuração geográfica atual do Brasil. Estavam assim os portugueses garantidos contra os seus rivais no continente.

Mas nos espaços aqui estudados persistiam os inimigos internos e as resistências do meio a dificultar o pleno preenchimento da superfície de soberania portuguesa. A realidade concreta relutava em confirmar as abstrações espaciais que representavam continentes de ocupação contínua. A existência de zonas de extraterritorialidade se revelava em situações constrangedoras como as ameaças indígenas no Piauí, que, como vimos, ainda mobilizavam ações militares do governo colonial na década de 50; e o malogro, no mesmo período, da segunda tentativa de implantação de unidades extrativas de salitre no sertão da Bahia, que indicava o recuo de uma frente regional de exploração econômica. Outros espaços coloniais sertanejos padeciam dificuldades semelhantes. Nos sertões do leste, entre os vales do Jequitinhonha, Mucuri e Doce, a extraterritorialidade só seria resolvida no meado do século XIX, em novas ações de conquista nas quais as práticas militares luso-brasileiras pouco diferiam do que se vira no passado, incluindo, como nos conta Teófilo Otoni, a amputação de orelhas de índios mortos, consideradas despojo de guerra, e a escravização sexual de mulheres jovens.[741] Nessas ações tardias, já coordenadas pelo governo central, os conquistadores oitocentistas contavam com a entusiasmada aprovação de eruditos como Francisco Adolpho Varnhagen, para quem as bandeiras paulistas deveriam ser reeditadas como iniciativa de submissão dos grupos indígenas recalcitrantes.

A historiografia da primeira metade do século XX, por sua vez, leu a documentação que laboriosamente reuniu a partir dos acervos brasileiros e europeus como a revelação de um esforço integrador de formação do território contínuo. Persistentes historiadores distribuíram

[741] Otoni, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

as fontes documentais como peças de uma figura de quebra-cabeças cujo contorno já estava de antemão definido. Montada do oceano para o interior, essa figura ia paulatinamente revelando o seu desenho definitivo pela justaposição das peças que buscavam sempre os espaços mais a oeste. A inspiração turneriana, consciente ou não, curiosamente nunca indicada nos textos historiográficos, é uma evidência inegável nesses estudos pioneiros do sertanismo e da formação territorial. Como se viu, é possível que a matriz analítica do território contínuo tenha contaminado mesmo perspectivas historiográficas mais recentes.

A realidade histórica mostra o oposto. Os núcleos de extração aurífera das Minas Gerais há muito já eram territórios consolidados, com administração civil e eclesiástica, controle militar e soberania portuguesa, enquanto os sertões do leste, mais próximos do litoral, permaneciam, como escrevia Pedro Barbosa Leal, terras de caatingas de campo e de matas incultas, habitadas por várias nações de gentio bárbaro que as senhoreavam. Isso provocava, como nos indica a instrutiva representação espacial do sertanista baiano, um claro efeito de solução de continuidade entre a faixa litorânea, na altura das barras do Jequitinhonha, São Mateus e Doce, e as minas. O acesso ao território minerador era assim bloqueado justamente a partir de um dos trechos costeiros que lhe era mais próximo. Como vimos há pouco, foi esse espaço indígena, cuja impenetrabilidade Leal deplorava, uma das zonas de extraterritorialidade mais duradouras do centro-sul do Brasil, somente conquistada aos "botocudos" ao longo do Oitocentos. Por sua vez, a ocupação luso-brasileira chega a Goiás e ao Mato Grosso, onde consolidou territórios mineradores importantes, num período em que o interior da Bahia, menos profundo, ainda era palco de incessantes guerras de conquista e de reação indígena. Um desenho do Brasil no meado do século XVIII mostraria, portanto, que o sertão nordeste e o centro-sul, isto é, os espaços que iam do Piauí às Minas Gerais, eram vazados por extensas zonas extraterritoriais de ocupação indígena.

A análise comparativa demonstra que a distância do litoral e o sentido oeste da ocupação pesaram menos nas dessemelhanças de territorialização entre as minas de ouro e os sertões do que a base econômica implantada pelos ocupadores. Territórios mais profundos, isto é, mais interiores, podiam ser ocupados com maior efetividade do que regiões menos distantes do litoral. Ainda que as distâncias estivessem evidentemente entre as variáveis mais importantes da ocupação, a determinação última do processo era de natureza econômica. As áreas mineradoras demandaram continuidade e contiguidade de ocupação, unidades territoriais reduzidas e numerosas, rápida urbanização e implantação de aparatos de controle militar,

jurídico-político e fiscal. As zonas pecuárias sertanejas, por outro lado, caracterizaram-se pela descontinuidade e não contiguidade, unidades territoriais maiores e menos numerosas, base rural da ocupação e ausência ou debilidade dos mecanismos de controle. Onde o ouro foi encontrado, mesmo em espaços muito distantes da costa, como o Mato Grosso e Goiás, a territorialização foi rápida e eficaz. Nas demais áreas interiores, ocupadas pela criação de gado, extração de sal e cultivos agrícolas voltados para mercados locais e regionais ou para a subsistência, a formação territorial foi relativamente lenta e débil do ponto de vista da implantação da soberania portuguesa sobre o território.

A descontinuidade e a reversibilidade não se verificam de maneira cristalina e impecável na documentação. O documento histórico, quer seja uma ordem régia de regulação das relações no sertão; quer seja um esboço cartográfico sertanista; quer seja, enfim, uma simples concessão de sesmaria ou nomeação para posto militar, traz em si um elemento de positividade, de preenchimento de uma lacuna, de instauração de uma presença. Tomadas em si mesmas e avaliadas a partir do seu conteúdo manifesto, as fontes textuais e cartográficas que retratam a conquista e a ocupação representam tentativas de vencer a resistência do meio, de se sobrepor aos primeiros ocupadores indígenas, de atenuar a desordem e de superar a relativa anomia dos sertões. O que se buscou neste trabalho foi clarear as zonas de obscuridade e de lacuna da documentação, de modo a levá-la a exprimir a ocupação luso-brasileira dos sertões não como um avanço gradualmente positivado, mas como uma trajetória irregular, descontínua e, de certa forma, errática. A positividade da ocupação era negada a cada fazenda de gado abandonada, a cada povoação invadida pelo gentio, a cada missão religiosa desmobilizada, o que, nesse último caso, significativamente podia se dar também em razão da oposição movida por potentados e curraleiros locais.

Tal como a missão, o caminho nos revela que a descontinuidade e a reversibilidade não eram condições impostas tão-somente pela reação indígena ou pela resistência do meio. No seio dos próprios grupos euro-brasileiros em ação nos sertões nasciam divergências extremas que podiam imobilizar ou mesmo fazer recuar a ocupação. A Coroa, interditando caminhos, escolhendo os trajetos mais longos e difíceis para os territórios mineradores ou mesmo vedando a abertura de novas minas ou o funcionamento das existentes, tinha um papel decisivo na desmobilização da ocupação. A tendência a uma certa dispersão das ações, com o surgimento de interesses múltiplos entre os grupos ocupadores, que é aparentemente comum nos processos colonizadores de áreas continentais, parece ter se agudizado no sertão baiano. A

dimensão do espaço a ser ocupado, a ausência de uma base econômica de exportação que vinculasse diretamente a territorialização ao Antigo Sistema Colonial e a debilidade do controle metropolitano, condicionantes respectivamente geográfico, econômico e político, determinaram um processo ocupador lento e incerto. Essa incerteza, que nas Minas Gerais duraria apenas o curto período de duas décadas que decorre entre a revelação pública do ouro e a instalação das primeiras vilas, resultantes do alinhamento político e institucional subsequente à Guerra dos Emboabas, terá sido, nos sertões, a marca duradoura dos 110 anos que transcorrem entre as investidas iniciais de apossamento territorial e o Tratado de Madri.

Por outro lado, alguns dos casos estudados mostram que o governo-geral não se quedou inerte perante os espaços dilatados e remotos que começavam depois das últimas povoações de fronteira. Organizou expedições de conquista, incentivou novas frentes de povoamento e fomentou a formação de povoações sertanejas. O caso de Santo Antonio da Conquista é, a esse respeito, exemplar. Como vimos, a ação do governo-geral chegou ao detalhe no planejamento dessa nova nucleação, incluindo a definição de posição geográfica, superfície e equipamentos humanos e materiais para o desempenho das suas funções urbanas. Isso não impediu que, menos de meio século depois da sua instalação, a povoação já se encontrasse em situação francamente regressiva. O fomento do governo-geral e a precária ocupação luso-brasileira não foram suficientes para vencer os entraves ao desenvolvimento de Santo Antonio da Conquista, que chega à década de 20 do Setecentos ameaçada por índios, doenças e morcegos, situação retratada na desalentada descrição que dela faz o explorador Miguel Pereira da Costa.

Essa condição de reversibilidade da ocupação luso-brasileira não foi a única das contradições históricas que marcaram a trajetória da povoação. Associada a ela está a descontinuidade espacial da ocupação, situando-se entre o litoral e Santo Antonio da Conquista, 270 quilômetros sertão adentro, uma zona inóspita e constantemente ameaçada pela presença indígena. Ainda nas décadas de 50 e 60 do século XVIII a ocupação desse espaço se mostraria precária. Menos distante da costa do que outras áreas interiores, ele se mantinha, não obstante, refratário à plena territorialização luso-brasileira, provocando a interrupção do povoamento entre o Recôncavo Baiano – ou, mais especificamente, Cachoeira – e o médio Paraguaçu. A ocupação luso-brasileira certamente existiu, o que se pode acompanhar por meio da análise da distribuição de sesmarias, especialmente nas décadas de 70 e 80 do Seiscentos, quando as vitórias contra os maracá garantiram a liberação de grandes extensões de terras nessa região

intermédia. Mas não parece ter sido suficientemente forte para desmobilizar a ação indígena e vencer as resistências do meio. Implantado artificialmente pela ação ordenadora do governo-geral, o enclave luso-brasileiro de Santo Antonio da Conquista não foi capaz de se constituir como barreira ao avanço dos índios hostis e de consolidar o território contínuo entre a povoação e a costa.

Uma outra vertente do trabalho incidiu na análise dos conflitos e das estratégias de acomodação, ou mesmo de associação, entre os distintos grupos sociais e indivíduos envolvidos na ocupação euro-brasileira do espaço estudado. Os contatos, conflituosos ou amistosos, foram mais comuns do que nos ensinaram os primeiros historiadores da conquista, que gostavam de separar claramente os grupos e as suas áreas de ação e influência. Sertanistas de São Paulo, da Bahia e do Reino; potentados regionais e coloniais; militares; missionários europeus; criadores de gado e autoridades locais encontraram-se, defrontaram-se e se associaram no sertão baiano com muito mais frequência do que sugerem as perspectivas regionalistas de Afonso Taunay, Urbino Vianna, Salomão de Vasconcelos e outros. Também entre esses grupos euro-brasileiros verificou-se uma dinâmica de fronteira, desta feita uma fronteira que podia incluir tanto a delimitação de zonas de mando e de exclusividade territorial quanto a associação e a busca de interesses comuns.

Sujeita a esses grupos dominantes estava a *gente miúda*: curraleiros, pequenos proprietários de lavouras de subsistência, mestiços livres e pobres, escravos índios e escravos negros. Nas zonas de indefinição do sistema territorial, no limiar entre o território luso-brasileiro e os espaços "exteriores", colocavam-se os fora-da-lei: quilombolas, índios fugidos e luso-brasileiros perseguidos pela justiça régia. Do outro lado das fronteiras territoriais mantinham-se as dezenas e mesmo centenas de povos indígenas que os documentos coloniais reuniam sob a denominação de gentio bárbaro, que com esse nome passaram à primeira historiografia da conquista, no interior da qual conheceram também a rude variação terminológica de "barbaria". Hoje sabemos que esse epíteto ignominioso aludia, na realidade, a um diversificado conjunto de populações ameríndias semissedentárias e não sedentárias, que há séculos habitavam o semi-árido, onde definiram territorialidades condicionadas pelas soluções de adaptação ao meio, pelas guerras intertribais e pelos ritmos sazonais da oferta de alimentos.

A análise do léxico da conquista, no qual as representações de fronteira, limite e última povoação são frequentes, requereu o enfrentamento teórico do problema da fronteira. Mais do que qualquer outra evidência, a utilização coeva dessas representações espaciais, usadas como elementos de delimitação de territorialidades luso-brasileiras e indígenas, forneceu a garantia de que a fronteira foi um elemento histórico constitutivo da ocupação colonial dos sertões. E que, por conseguinte, a bibliografia estrangeira e brasileira sobre o tema deveria ser mobilizada, de modo a permitir a elucidação de articulações teóricas fundamentais para a compreensão dos fenômenos abordados. No capítulo 12 sublinhei alguns passos decisivos na trajetória historiográfica do conceito de fronteira, buscando em trabalhos históricos e geográficos elementos que nos permitissem compreender a fundamental distinção entre fronteira territorial, fronteira de intercâmbio e fronteira política e, a partir desta separação analítica, acessar as diferentes abordagens historiográficas que cada uma dessas categorias pode ensejar. Acredito que muitas perguntas sobre uma categoria tão estudada pela historiografia norteamericana quanto pouco utilizada pelos historiadores brasileiros poderiam ser respondidas distinguindo-se analiticamente essas três formas de fronteira e recuperando-se as transformações históricas que as engatam umas nas outras.

A fronteira inicialmente desune o espaço em territorialidades distintas e, no mais das vezes, antagônicas. A primeira forma de fronteira, referida ao espaço geográfico, estabelece separações por vezes inconciliáveis. E talvez se possa dizer que também a sua última forma seja disjuntiva, na medida em que implica a separação entre circunscrições político-administrativas com limites claros. O processo histórico determinará em que medida fronteiras territoriais serão dinamizadas como lugares de trocas materiais e culturais – isto é, até que ponto a disjuntiva fronteira territorial evoluirá para aproximar e reunir realidades sociais inicialmente opostas. A fronteira, na sua primeira forma um limite de domínio militar além do qual está o inimigo, pode progressivamente se alargar e ganhar outros sentidos, resultando em espaços de comércio, miscigenação e intercâmbio cultural e simbólico. O objetivo buscado neste trabalho foi realçar as primeiras formas territoriais das descontínuas e reversíveis fronteiras internas do sertão baiano. Para o que se mostrou necessário, em várias passagens do texto, ponderar as diferenças históricas que separam a ocupação luso-brasileira desses espaços sertanejos da ocupação luso-brasileira de outras áreas coloniais. Especificidades históricas e geográficas, discutidas ao longo do texto, produziram uma fronteira menos intercambiante e mais militarizada nos sertões estudados. O resultado decorrente dessa característica peculiar foi a verificação de menos processos adaptativos e

mais extermínio e escravização. A adaptação resistente, que adquire notável força explicativa na abordagem das relações entre luso-brasileiros e índios em outras partes da colônia ou em outras escalas de análise, se enfraquece quando confrontada com a sucessão de relatos dramáticos de ações exterminadoras no sertão nordeste.

O realce das territorialidades indígenas, que se buscou realizar na primeira parte do trabalho, ilumina simultaneamente os limites da categoria teórica de extraterritorialidade. Como o sertão, ela se define pela negação e supõe um ponto de vista privilegiado, a partir do qual é emitida: é extraterritorial aquilo que não está no interior do que previamente se qualificou como territorial. O extraterritório só tem sentido, portanto, na perspectiva de quem está no interior do território. Talvez seja mais apropriado falar em reação indígena ao avanço territorial luso-brasileiro, o que de certo modo repõe os índios como agentes históricos e realça o conflito não entre o território e o extraterritório, mas entre territorialidades distintas. Mas ainda assim estamos às voltas com uma categoria operacional que esconde parcialmente o fato de que, mesmo que as forças fossem notoriamente desiguais, houve diversas situações em que os *tapuias* contra-atacaram com tal intensidade que chegaram a ameaçar núcleos litorâneos estáveis, atingindo, em razão dessa guerra defensiva, regiões distantes dos seus espaços originais de vida. Os termos "reação" ou "resistência" não traduzem integralmente a complexidade dessas soluções indígenas.

A historiografia da primeira metade do século XX precisou realizar recusas históricas para consagrar a leitura da formação territorial como um processo concatenado de construção do território contínuo, conducente à vitória inexorável da civilização sobre a barbárie. Os povos do interior da América portuguesa foram isolados como bárbaros selvagens cuja remoção era uma condição necessária para o sucesso do empreendimento português de civilização dos trópicos. Essa opção ideológica pode ter sido um reflexo de questões que se punham no próprio momento em que os historiadores escreviam. Apenas dezoito anos separam a primeira publicação de *Expansão geográfica do Brasil colonial*, de Basílio de Magalhães, da vitória das tropas brasileiras contra os sertanejos de Canudos. A tensão entre a civilização litorânea e os bárbaros sertões era ainda uma realidade incontornável quando a historiografia brasileira iniciava a fecunda pesquisa das fontes históricas do processo de ocupação do interior. As explicações cuidadosamente lapidadas por esses historiadores para justificar a dizimação e o despovoamento indígena pelos conquistadores seiscentistas e setecentistas podem ser lidas como uma resposta indireta aos dilemas suscitados pela existência, na época em que esses

homens escreviam, de enclaves extraterritoriais indígenas e caboclos na hinterlândia brasileira.

Tudo, assim, se ajustava. O território contínuo, cuja fronteira de inspiração turneriana avançava inexoravelmente para o interior, era também o lugar da vitória do projeto civilizador brasileiro. Se as fronteiras externas tinham sido garantidas contra a Espanha pela habilidade diplomática dos negociadores portugueses, que todavia nada mais fizeram do que fazer valer a situação colocada de fato pelo avanço dos indômitos desbravadores dos sertões, por que se deter nas perturbadoras fronteiras internas criadas pela fricção entre luso-brasileiros e *tapuias*? Parecia melhor investir na consolidação territorial do interior, fazendo-a compacta e rígida, do que revelar as fissuras, irregularidades e sinuosidades do processo ocupador dos sertões.

Suprir essa lacuna historiográfica, abordando o espaço, ainda hoje sertanejo, composto pelo interior da Bahia, norte de Minas Gerais e sul do Piauí, foi o objetivo perseguido neste trabalho. Busquei revelar que os homens que fizeram a conquista – e os que a sofreram – eram conduzidos por objetivos que nada tinham a ver com a leitura posterior do processo, norteada pelas noções ideológicas do território contínuo e da civilização brasileira. A longa história da ocupação do semi-árido por populações ameríndias e luso-brasileiras tem como traço principal as constantes fricções provocadas pelas relações entre esses grupos humanos, que por sua vez se davam num meio que resistia à penetração.

REFERÊNCIAS

1 Fontes documentais

1.1 Documentos manuscritos

1.1.1 Arquivo da Casa de Cadaval

. Fundo Papéis Vários: códices 976 e 1087
. Fundo Diário do Governo de Portugal: códice 809
. Fundo Consultas, cartas, pareceres, avisos secretos, representações: códice 1038
. Fundo Escritos das Secretarias: códice 869m

1.1.2 Arquivo da Universidade de Coimbra

. Coleção Conde de Arcos, Governo da Baía: alvarás, cartas, ordens, provisões e regimentos reais; cartas aos governadores (séculos XVII e XVIII): 16 livros
. Coleção Conde de Arcos, Governo de Pernambuco: cartas, ordens e provisões régias; cartas dos governadores (1654-1749): 5 livros
. Coleção Conde de Arcos, Governo de Pernambuco: disposições dos governadores (1648-1746): 2 livros

1.1.3 Arquivo Histórico do Exército

Divisão de História – Mapoteca

. Mapa da maior parte da costa e sertão do Brazil : extraído do original do Padre Cocleo. AHE. Sobre as mapotecas 23 e 24.2798.

1.1.4 Arquivo Histórico Ultramarino (Projeto Resgate)

. Bahia, Avulsos: caixas 3, 16, 19, 20, 21, 32, 34, 35, 41, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 55, 66, 79, 84, 92, 96, 104, 152
. Bahia, Eduardo de Castro e Almeida: caixas 3, 15

. Bahia, Luísa da Fonseca: caixas 23, 28, 32, 33
. Minas Gerais, Avulsos: caixa 5

1.1.5 Arquivo Nacional

. Fundo Relação da Bahia: códices 537 (registro de ordens régias, provisões e alvarás), 538 (v. 1 e 2) (registro de cartas régias) e 539 (v. 2) (registro e índice de ordens régias existentes no arquivo da Junta da Fazenda da Bahia)
. Fundo Tesouraria da Fazenda da Província da Bahia: códices 155 (Sinopse das sesmarias registradas no arquivo da Tesouraria da Fazenda da Bahia) e 427 (v. 1 e 2) (Registro de datas e demarcações de sesmarias – Provedoria da Fazenda da Bahia)

1.1.6 Arquivo Nacional da Torre do Tombo

. Fundo Chancelaria D. João V: livros 70, 71
. Fundo Chancelaria de D. Pedro II: livro 10
. Fundo Chancelaria da Ordem de Cristo: livros 54, 60
. Fundo Feitos Findos, Juízo da Índia e Minas, Justificações Ultramarinas, Brasil: maço 213
. Fundo Manuscritos do Brasil: livros 7, 26, 43
. Fundo Ministério do Reino: maços 312, caixa 417; 313, caixa 419; 599, caixa 702
. Fundo Papéis do Brasil: Avulsos 5, códice 11
. Fundo Portarias do Reino: livro 7
. Fundo Registro Geral de Mercês, D. Pedro II: livros 4, 10, 15; Dom João V, livros 8, 22; Dom Afonso VI, livro 19
. Fundo Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações: Domingos, maço 22; Pedro, maço 10
. Fundo Tribunal do Santo Ofício, Inquisição de Lisboa, proc. 13609

1.1.7 Arquivo Público do Estado da Bahia

Seção do Arquivo Colonial e Provincial – Colônia

. Livros/maços 1 a 50: cartas régias originais (1648-1754)

. Livros/maços 147 a 153: registro de correspondência expedida a várias autoridades (1613 a 1748)
. Livro/maço 174: correspondência recebida de autoridades diversas (1741-1759)
. Livro/maço 201-62: correspondência recebida de autoridades diversas (1664-1672)
. Livro/maço 264: provisões e outros, registros (1625-1642)
. Livros/maços 267 a 289: provisões, registros (1670-1751)
. Livro/maço 272: provisões (1653-1724)
. Livro/maço 273: provisões, portarias, registros (1718-1721)
. Livro/maço 277: provisões, portarias, registros (1723-1725)
. Livro/maço 282: provisões, portarias, registros (1735-1737)
. Livro/maço 287: provisões, portarias, registros (1741-1747)
. Livros/maços 330 a 359: patentes, provisões, registros (1648-1760)
. Livro/maço 460: portarias (1693-1711)
. Livro/maço 461: portarias (1722-1724)
. Livros/maços 460 a 466: portarias, registros (1693-1761)
. Livro/maço 598: registros de sesmarias (1721-1791)
. Livro/maço 626-15: índice geral de 32 livros de registros de patentes (1648-1787)
. Cópias de mapas antigos

1.1.8 Arquivo Público do Estado de São Paulo

. Fundo Cartas-patentes, títulos de sesmarias, capitães-generais, pastas 9 e 10

1.1.9 Arquivo Público Mineiro

Seção Colonial

. Fundo Secretaria de Governo da Capitania: códice 11

1.1.10 Biblioteca da Ajuda

. Códices 51-V-42 e 51-IX-33

1.1.11 Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

Divisão de Manuscritos

. Coleção Bahia: cartas régias, ordens, ofícios, provisões, doações de sesmarias, etc. (1569-1890)

. Provisões e regimentos antigos (1654-1672)

. Ofícios e documentação diversa sobre fortalezas, quartéis e assuntos correlatos na capitania da Bahia (1696-1777)

. Ofícios, relatórios e outros documentos sobre as fortalezas da capitania da Bahia (1713-1797)

. Contratos, escrituras, cartas, provisões, alvarás e patentes relativas à Bahia (1716-1805)

. Documentos relativos às minas da Bahia (1725-1737)

. Carta régia sobre mudança de localização da Vila do Rio das Contas (1745)

. Carta escrita da cidade da Bahia... (1710)

. Termo de criação, ereção e demarcação da Vila de Santo Antonio da Jacobina (1722)

. Revelação das fazendas da administração da capela que instituiu Domingos Afonso Sertão (s.d.)

. Documentos Cartográficos da Divisão de Iconografia

1.1.12 Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

. Documentos manuscritos esparsos

1.2 Documentos impressos

[Carta particular do governador Luís da Cunha Meneses a seu irmão], [março de 1781]. Apud Bertran, Paulo (org., ed.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. p. 21-29.

“Informação da entrada que se pode fazer da vila de S. Paulo ao Grande Pará, que é o verdadeiro Maranhão, chamado também Rio das Amazonas, cuja barra está na costa do mar de Pernambuco contra as Antilhas 340 léguas, e da Bahia do Salvador 440. Dada por Pero Domingues um dos trinta portugueses que da dita vila o foram descobrir no ano de 1613.

Conformam com ele os mais companheiros que hoje vivem", [1623]. In: Leite, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 103-111.

"Jornada que fez Luís da Cunha Meneses da Cidade de Bahia para a Vila de Cachoeira no dia 29 de Agosto, e desta no dia 2 de Setembro para Vila Boa Capital de Goiás aonde chegou no dia 15 de outubro de 1778". In: Bertran, Paulo (org., ed.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996. p. 71-75.

"Relação dada pelo mesmo [Pero Domingues] sobre a viagem que de São Paulo fez ao rio de S. Francisco, chamado também Pará", [terceira década do século XVII]. In: Leite, Serafim. *Páginas de história do Brasil*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife: Companhia Editora Nacional, 1937. p. 113-116.

Anais da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, v. IV, 1877-1878; XXXI, 1909; LVII, 1935.

Anais do Arquivo Público do Estado da Bahia, Bahia [Salvador], v. XI, 1923; XXIV, 1933; XXIX, 1946; XXXII, 1952.

Anais do Museu Paulista, São Paulo, t. 3º., 1927.

Brasil. Secretaria da Educação Superior. *Documentação histórica pernambucana* : sesmarias. Recife: [s.n.], 1954.

Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da vacaria p.ª as minas novas a sair no arraial da Água Suja", [173-]. Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo, v. XLVIII, p. 145-146, 1929.

Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da Vila do Rio das Contas, entrando nos Crioulos, que é aonde principia a estrada p.ª a B.ª até o porto de S. P.º da Moritiba no rio da Cachr.ª", [173-]. Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734),

existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo, v. XLVIII, p. 123-127, 1929.

Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota das cabeceiras do Rio Verde até a sua barra, e daí ao Arraial dos Morrinhos, e dele correndo o rio de S. Francisco até a barra do Rio Paramirim, e da d.ª barra pelo d.º Paramirim, acima até a fazenda do Riacho de Sta. Apolonia, e da d.ª fazenda correndo a pte. direita a Oeste a buscar a serra e por ela acima até o brejo das Carnaúbas, e deste a sair na estrada da B.ª na fazenda das Barrocas", [173-]. Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo, v. XLVIII, p. 129-143, 1929.

Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota das Minas da Jacobina para as do Rio das Contas", [173-]. In: Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 515-522.

Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota do Rio das Contas p.ª as Minas novas do Arassuaí", [173-]. In: Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 522-532.

Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota feita da Cidade da Bahia para Minas da Jacobina, Rio das Contas, e Minas novas, e o mais viagens seguinte etc.", [173-]. In: Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 510-515.

Documentos. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v, p. 133-484.

Documentos históricos, Rio de Janeiro, v. IV, 1928; V, 1928; VI, 1928; VII, 1929; VIII, 1929; X, 1929; XVIII, 1930; XXI, 1933; XXII, 1933; XXIII, 1933; XXIV, 1934; XXIX, 1935; XXXVIII, 1937; XLI, 1938; XLIII, 1939; XLIV, 1939; XLV, 1939; LIII, 1941; LVII,

1942; LXVIII, 1945; LXX, 1945; LXXIII, 1946; LXXIX, 1948; LXXXVI, 1949; LXXXVIII, 1950; XC, 1950; XCVI, 1952; C, 1953.

Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo, São Paulo, v. XVI, 1895; XXII, 1896; XLVIII, 1929.

Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *Documentos Interessantes para a História e Costumes de São Paulo*, São Paulo, v. XLVIII, 1929.

Pereira da Costa, Miguel. "Relatório apresentado ao vice-rei Vasco Fernandes Cezar, pelo mestre-de-campo de engenheiros Miguel Pereira da Costa, quando voltou da comissão em que fora ao distrito das minas do Rio das Contas", 15/02/1721. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. p. 33-52.

Revista do Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, ano XXIV, v. II, 1933.

Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Salvador, ano XXV, n. 44, 1918.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 5, 1863 (2ª. ed.); 6, 1865; 11, 1916; 191, 1947; Volume especial, III, 1957.

Santa Maria, Frei Agostinho de. "Da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Soledade do Sertão nas Ribeiras do Rio de S. Francisco". In: [Santuário Mariano]. Apud Barbosa, Antônio. *Bom Jesus da Lapa*: antes de Monsenhor Turíbio, no tempo de Monsenhor Turíbio, depois de Monsenhor Turíbio. Rio de Janeiro: Jotanesi, 1995.

Synopsis das Sismarias Registradas nos Livros Existentes no Archivo da Thesouraria da Fazenda da Bahia. *Publicações do Arquivo Nacional*, Rio de Janeiro, v. XXVII, 1931.

2 Fontes bibliográficas

2.1 Relações, notícias, memórias e crônicas históricas

Accioli, José de Sá Bittencourt. Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, 18/05/1799. In: Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007.

Anônimo. [Notícia de Manuel Nunes Viana]. Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. I, p. 294-295.

Anônimo. Esboço Histórico do Município de Januária [entre 1900 e 1906]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, XI, pp. 373-397, 1906.

Anônimo. Memórias Históricas da Província de Minas Gerais [entre 1838 e 1851]. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, XIII, pp. 523-639, 1909.

Anônimo. Roteiro do Maranhão a Goiaz pela Capitania do Piauhi, [177-]. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. LXII, p. 60-161, 1900.

Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

Caldas, José Antonio. *Notícia geral de toda essa capitania da Bahia desde o seu descobrimento até o presente ano de 1759* [1759]. Ed. fac-similar. [Salvador] : Tip. Beneditina, 1951.

Casal, Manuel Aires de. *Corografia luso-brasileira ou Relação histórico-geográfica do Reino do Brasil [pelo] Pe. Manuel Aires de Casal*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

Cerqueira e Silva, Ignácio Acciolli de. Dados e informações estatísticas sobre a Vila da Barra em 1826. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, v. 9, n. 3, 4, p. 701-719, 1904.

Collection complete des oeuvres de L'Abbé de Mably. Tome Septiéme. Paris, 1794 à 1795. Disponível em <http://books.google.com>. Acesso em: 27 set. 2009.

Costa, Afonso. Genealogia baiana ou o Catálogo Genealógico de fr. Antônio de S. Maria Jaboatão, adaptado e desenvolvido por. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 191, 1947.

Costa, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí* [1909]. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1974.

Couto, Padre Miguel do. "Descrição do sertão do Piauí remetida ao Ilustríssimo e Reverendíssimo Senhor Frei Francisco de Lima Bispo de Pernambuco", 02.03.1697. In: Ennes, Ernesto. *As guerras nos Palmares* (subsídios para a sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. 1º. v, p. 370-389.

Furtado, Bento Fernandes. Notícias dos primeiros descobridores das primeiras minas do ouro pertencentes a estas Minas Gerais, pessoas mais assinaladas nestes empregos e dos mais memoráveis casos acontecidos desde os seus princípios. In: Códice Costa Matoso. *Coleção das notícias dos primeiros descobrimentos das minas na América que fez o doutor Caetano da Costa Matoso sendo ouvidor-geral das do Ouro Preto, de que tomou posse em fevereiro de 1749, & vários papéis.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1999. v. 1, p. 166-193.

Halfeld, Henrique Guilherme Fernando. *Atlas e relatório, concernente a exploração do Rio São Francisco :* desde a Cachoeira de Pirapora, até ao Oceano Atlântico. 2. ed. São Paulo: Empresa das Artes, 1994. Edição fac-similada.

Leme, Pedro Taques de Almeida. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica* [1784]. 5. ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980. 3 v.

Mirales, José. História militar do Brasil desde o ano de 1549, em que teve princípio a fundação da Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos até o de 1762. *Anais da Biblioteca Nacional*, v. XXII, p. 4-238, 1900.

Nantes, Martinho de, Pe. *Relação de uma missão no rio São Francisco* : Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris [1706]. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

Otoni, Teófilo. *Notícia sobre os selvagens do Mucuri*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

Pereira d'Alencastre, José Martins. Memória cronológica, histórica e corográfica da Província do Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, t. XX, p. 140-150, 1857.

Pita, Sebastião da Rocha. *História da América portuguesa*. Belo Horizonte, Ed. Itatiaia; São Paulo, Ed. da Universidade de São Paulo, 1976.

Portugal e Castro, D. Fernando José de. Marquês de Aguiar (atribuído a). Fragmentos de uma memória sobre as sesmarias da Bahia. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. XII, 1841.

Rocha, José Joaquim da. *Geografia histórica da Capitania de Minas Gerais. Descrição geográfica, topográfica, histórica e política da Capitania de Minas Gerais. Memória histórica da Capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995.

Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

Silva, Ignácio Accioli de Cerqueira e. *Memórias históricas e políticas da Provincia da Bahia*. Bahia : Imprensa Oficial do Estado, 1919-1940. 6 v. v. 2 (1925).

Sousa, Gabriel Soares de. *Tratado descritivo do Brasil em 1587* [1587]. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional; [Brasília]: INL, 1987.

Vianna, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typographia e Encadernação do "Diário da Bahia", 1893.

Vilhena, Luís Santos. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Itapuã, 1969. 3 v.

2.2 Livros, artigos e teses

Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial: 1500-1800*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

Abreu, Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Ministério da Cultura. Fundação Biblioteca Nacional. Departamento Nacional do Livro. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br>. Acesso em: 21 ago. 2009.

Abreu, J. Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. *Ensaios e estudos (crítica e história)*. [s.l.]: Sociedade Capistrano de Abreu, 1931. p. 127-141.

Abreu, João Capistrano de. Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. In: Abreu, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial, 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil*. 5. ed. [Brasília]: Editora Universidade de Brasília, 1963.

Abud, Katia Maria. *O sangue intimorato e as nobilíssimas tradições* (a construção de um símbolo paulista: o bandeirante). 1985. 242 f. Tese (Doutorado em História). Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

Alencastro, Luís Felipe de. *O trato dos viventes*: formação do Brasil no Atlântico Sul : Séculos XVI e XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Amado, Janaína. Região, sertão, nação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.

Anastasia, Carla Maria Junho. *Vassalos Rebeldes*: Violência Coletiva nas Minas na Primeira Metade do Século XVIII. Belo Horizonte, C/Arte, 1998.

Bandeira, Moniz. *O feudo*: a Casa da Torre de Garcia d'Ávila: da conquista dos sertões à independência do Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1995.

Berend, Nora. Défense de la Chrétienté et naissance d'une identité : Hongrie, Pologne et péninsule ibérique au Moyen Âge. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 1009-1027, septembre-octobre 2003.

Bertran, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*: Ecohistória do Distrito Federal: do indígena ao colonizador. Brasília: Verano, 2000.

Bertran, Paulo (org., ed.). *Notícia geral da Capitania de Goiás em 1783*. Goiânia: Universidade Católica de Goiás: Universidade Federal de Goiás; Brasília: Solo Editores, 1996.

Boschi, Caio. Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil. In: Bethencourt, Francisco; Chaudhuri, Kirti. *História da expansão portuguesa*. [Lisboa]: Temas e Debates, 1998-2000. v. 3. p. 294-318.

Boxer, C. R. *A Igreja e a expansão ibérica* (1440-1770). São Paulo: Edições 70, 1989.

Boxer, Charles R. *A idade de ouro do Brasil*: dores de crescimento de uma sociedade colonial. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

Boxer, Charles Ralph. *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola*, 1602-1686. São Paulo: Editora Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

Burton, Richard Francis. *Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

Calmon, Pedro. *A conquista* : história das bandeiras baianas. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1929.

Calmon, Pedro. *História do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1963. 7 v. v. III.

Carrara, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos sertões mineiros. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 23, n. 38, p. 574-596, dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acesso em: 06 mar. 2009.

Carrara, Ângelo Alves. *Minas e currais*: produção rural e mercado interno em Minas Gerais : 1674-1807. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2007.

Carvalho, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 82-99, 1991.

Carvalho Franco, Francisco de Assis. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*: séculos XVI - XVII - XVIII. Rio de Janeiro: Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo, 1953.

Cortesão, Jaime. *História do Brasil nos velhos mapas*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1965/1971. 2 t.

Costa Filho, Miguel. As terras dos Guedes de Brito nas Minas Gerais. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 241, p. 112-148, 1958.

Cotta, Francis Albert. *No rastro dos Dragões*: Políticas da Ordem e o Universo Militar nas Minas Setecentistas. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

Cotta, Francis Albert. Organização militar. In: Romeiro, Adriana. *Dicionário Histórico das Minas Gerais*. Belo Horizonte, Autêntica, 2003. p. 218-220.

Cunha, Alexandre Mendes. O urbano e o rural em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX. *Cadernos da Escola do Legislativo*. Belo Horizonte, v. 11, n. 16, p. 57-70, jan./jun. 2009.

Cunha, Manuela Carneiro da. Introdução. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 9-24.

Damasceno Fonseca, Cláudia. *Pouvoirs, villes et territoires*: genèse et représentations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Brésil) XVIII. - début du XIX^e^ siècle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et Civilisations). École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001. Versão brasileira inédita.

Dantas, Beatriz G.; Sampaio, José Augusto L.; Carvalho, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 431-456.

Edelweiss, Frederico. As missões dos quiriris e de outros tapuias ao tempo de Frei Martinho de Nantes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 77, p. 373-377, 1952.

Forbes, Jack D. Frontiers in american history and the role of the frontier historian. *Ethnohistory*, New York, v. 15, n. 2, p. 203-235, Spring, 1968.

Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil* [1906]. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo. Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, 1998.

Garavaglia, Juan Carlos. Frontières des Amériques ibériques. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 1041-1048, septembre-octobre 2003.

Guichonnet, Paul; Raffestin, Claude. *Géographie des frontières*. Paris: Presses Universitaires de France, 1974.

Gutiérrez, Horacio; Naxara, Marcia R. C.; e Lopes, Maria Aparecida de S. (orgs.). *Fronteiras*: paisagens, personagens, identidades. Franca: UNESP; São Paulo: Olho D´Água, 2003.

Hemming, John. *Red gold* : the conquest of the brazilian indians. London: Macmillan, 1978.

Hennessy, Alistair. *The frontier in Latin American History*. Albuquerque: University of New Mexico Press., 1978.

Hespanha, António Manuel. *As vésperas do Leviathan* : instituições e poder político : Portugal – séc. XVII. Coimbra: Almedina, 1994. p. 90-92.

Hohenthal Junior, W. D. The General Characteristics of Indian Cultures in the Rio São Francisco Valley. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, v. XII, p. 73-84, 1960.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Holanda, Sérgio Buarque de. *O Extremo Oeste*. São Paulo: Brasiliense: Secretaria de Estado da Cultura, 1986.

Holanda, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. RJ: Livraria José Olympio Editora, 1978.

Holanda, Sérgio Buarque de; Campos, Pedro Moacyr (Dir.). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Difel, 1976. t. I, 1º. v.

Instituto Terrazul de Cultura, Comunicação e Meio Ambiente. *Jequitinhonha* : a riqueza de um vale. Belo Horizonte: Instituto Terrazul, 2006.

Kantor, Iris. *Esquecidos e renascidos* : historiografia acadêmica luso-americana, 1724-1759. São Paulo : Hucitec; Salvador, BA : Centro de Estudos Baianos/UFBA, 2004.

Knauss, Paulo (org.). *Oeste americano – quatro ensaios de história dos Estados Unidos da América de Frederick Jackson Turner*. Niterói: Ed. UFF, 2004.

Lamouroux, Christian. Frontières de France, vues de Chine. *Annales* : Histoire, Sciences sociales. n. 5, p. 1029-1040, septembre-octobre 2003.

Langfur, Hal. *The forbidden lands* : colonial identity, frontier violence, and the persistence of Brazil's eastern Indians, 1750-1830. Stanford, California: Stanford University Press, 2006.

Lattimore, Owen. The frontier in history. In: Lattimore, Owen. *Studies in frontier history* : collected papers : 1928-1958. Paris: Mouton, 1962.

Leite, Serafim. *História da Companhia de Jesus no Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938-1950. 10 v. v. V.

Lima, Marcos Galindo. *O governo das almas* : a expansão colonial no país dos Tapuia : 1651-1798. Tese (Doutorado em Línguas e Cultura da América Latina) – Universidade de Leiden, Leiden, Bélgica, 2004.

Lima Sobrinho, Barbosa. Introdução. In: Nantes, Martinho de, Pe. *Relação de uma missão no rio São Francisco* : Relação sucinta e sincera da missão do padre Martinho de Nantes, pregador capuchinho, missionário apostólico no Brasil entre os índios chamados cariris. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979. p. XI-XXV.

Machado, José de Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. São Paulo: Martins; Brasília: INL, 1972.

Magalhães, Basílio de. *Expansão geographica do Brasil colonial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Martin, Gabriela. O Homem do Vale do São Francisco. In: Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf. *O Rio São Francisco*: a Natureza e o Homem. Recife, Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, 1998.

Mello, Ceres Rodrigues. *O sertão nordestino na longa duração (séculos XVI a XIX)*. 1985. 265 f. Tese (Mestrado em História do Brasil). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1985.

Mello, Evaldo Cabral de. *Olinda restaurada* : guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654. 2. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.

Mendes, M. Gandara. Domingos Afonso Mafrense : o aspecto social da penetração no Piauí. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. XLII, p. 249-256, 1943.

Monteiro, John Manuel. *Negros da terra*: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Monteiro, John Manuel. Os Guarani e a história do Brasil meridional: séculos XVI-XVII. In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 475-498.

Monteiro, John Manuel. *Tupis, Tapuias e historiadores* : estudos de história indígena e do indigenismo. Tese de livre docência. Departamento de Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001. Disponível em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/estudos/TupiTapuia.pdf>. Acesso em: 28 abr 2008.

Moraes, Antonio Carlos Robert. *Bases da formação territorial do Brasil*: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo : Hucitec, 2000.

Moraes, Antonio Carlos Robert . O Sertão: um outro geográfico. *Cadernos de Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, v. 13/14, p. 360-369, 2002.

Mott, Luís. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007.

Nordman, Daniel. *Frontières de France* : de l'espace au territoire : XVI[e] – XIX[e] siècle. Paris : Éditions Gallimard, 1998.

Olival, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno*. Lisboa: Estar Editora, 2001.

Perrone-Moisés, Beatriz. Índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: Cunha, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 115-132.

Pierson, Donald. *O homem no Vale do São Francisco*. Rio de Janeiro, Ministério do Interior. Superintendência do Vale do São Francisco, 1972. t. I.

Pires, Simeão Ribeiro. *Raízes de Minas*. Montes Claros, Minas Gráfica e Editora, 1979.

Pompa, Cristina. *Religião como tradução* : missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial. Bauru, SP : EDUSC, 2003.

Porto, Costa. *O sistema sesmarial no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, [1979 ou 1980].

Prado Júnior, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

Puntoni, Pedro. A arte da guerra no Brasil: tecnologia e estratégia militares na expansão da fronteira da América portuguesa (1550-1700). In: Castro, Celso, Izecksohn; Vitor; Kraay, Hendrik (Orgs.). *Nova história militar brasileira*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 43-66.

Puntoni, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros:* Povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2002.

Raffestin, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

Regni, Pietro Vittorino. *Os capuchinhos na Bahia*: uma contribuição para a historia da Igreja no Brasil. Salvador: Casa Provincial dos Capuchinhos, 1988.

Reis Filho, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil* (1500/1720). São Paulo: Livraria Pioneira Editora, Editora da Universidade de São Paulo, 1968.

Ribeiro, Darcy. *O povo brasileiro*: evolução e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

Romeiro, Adriana. *Paulistas e emboabas no coração das Minas* : ideias, práticas e imaginário político no século XVIII. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.

Sampaio, Teodoro. O sertão antes da conquista (século XVII). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. V, p. 79-94, 1899-1900 [1901].

Santos, Márcio. [Resenha de] Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão :* ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. *Politeia*: Hist. e Soc. Vitória da Conquista, v. 7, n. 1, p. 263-272, 2007. Disponível em <http://www.uesb.br/politeia/v7/resenha1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2009.

Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

Santos, Márcio Roberto Alves dos. Cartas geográficas sertanistas. In: IV Simpósio Internacional de Estudos sobre América Colonial – CASO, 2008, Belo Horizonte. [*Anais eletrônicos*]. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2008. 1 CD-ROM.

Santos, Márcio Roberto Alves dos. Os relatos de reconhecimento de Quaresma Delgado. *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 24, n. 40, p. 689-706, jul/dez 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752008000200021>. Acesso em: 27 set. 2009.

Schwartz, Stuart B. *Segredos Internos*: engenhos e escravos na sociedade colonial. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Schwartz, Stuart B. e Lockhart, James. *A América Latina na época colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

Shosuke, Murai. Espace regional et construction de l'État dans l'archipel japonais au Moyen Âge. *Annales : Histoire, Sciences sociales*. n. 5, p. 981-1008, septembre-octobre 2003.

Silva, Andrée Mansuy Diniz. Introdução. In: Antonil, André João. *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007. p. 25-64.

Souza, João Valdir Alves de. *Igreja, educação e praticas culturais* : a mediação religiosa no processo de produção / reprodução sociocultural na região do médio Jequitinhonha mineiro. 2000. 360 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2000.

Taunay, Affonso de E. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: H. L. Canton, 1924-1950. 11 v. v. I a VII.

Teixeira da Silva, Francisco Carlos. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. *Estudos, sociedade e agricultura*, 8, p. 119-156, abril de 1997.

Toledo, Maria Fátima de Melo. *Desolado sertão* : a colonização portuguesa do sertão da Bahia (1654-1702). Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

Turner, Frederick Jackson. The significance of the frontier in american history. In: Turner, Frederick Jackson. *The Frontier In American History*. New York: Henry Holt and Company, 1921. Disponível em <http://xroads.virginia.edu/~Hyper/TURNER/>. Acesso em 18 dez. 2004 [edição digital da edição de 1921].

Vianna, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933.

Vianna, Urbino. *Bandeiras e Sertanistas Bahianos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1935.

Viveiros de Castro, Eduardo. Histórias ameríndias (resenha de *História dos Índios no Brasil*, Manuela Carneiro da Cunha, org.). *Novos Estudos Cebrap*, 36, p. 22-33, 1993.

Weber, David J. and Rausch, Jane M. Introduction. In: Weber, David J. and Rausch, Jane M. *Where cultures meet* : frontiers in Latin American history. Wilmington, Del. : SR Books, 1994. p. XIII-XLI.

Wegner, Robert. *A conquista do oeste*: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

Willeke, Venâncio. *Missões franciscanas no Brasil* (1500-1975). Petrópolis: Vozes, 1974

2.3 Obras de referência

2.3.1 Textos

Bluteau, Raphael. *Vocabulario Portuguez & Latino*, aulico, anatomico, architectonico... Coimbra, 1712-1728. Disponível em <http://www.ieb.usp.br/online/>. Acesso em: 18 dez 2008.

Dicionário Aurélio Eletrônico Século XXI. 1 CD-ROM.

Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa. [s.l.], Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2004. 1 CD-ROM.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957-1960. v. 20-21.

Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia (IPACBA). [Salvador]: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, [s.d.]. 1 CD-ROM.

Moraes Silva, Antonio de. *Diccionario da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

Rau, Virgínia Roberts; Silva, Maria Fernanda Gomes. *Os manuscritos do arquivo da Casa de Cadaval respeitantes ao Brasil*. Coimbra: Universidade, 1954. 2 v.

Universidade de São Paulo. Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBi. *Diretrizes para apresentação de dissertações e teses da USP*: documento eletrônico e impresso. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2004.

2.3.2 Mapas

Bahia. Governo do Estado. *Bacias hidrográficas da Bahia*. Salvador : Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos, 2004.

Estado da Bahia: político, turístico, didático, regional, rodoviário. São Paulo, Editora Trieste, 2000. 1 mapa, color. Escala 1:200.000.

Estado de Minas Gerais: político, rodoviário e escolar. Osasco, Geograf Didática Ltda., 2007. 1 mapa, color. Escala 1:300.000.

Estado de Minas Gerais. Secretaria de Estado da Educação. Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia. Instituto de Geociências Aplicadas – IGA. Mapa de bacias hidrográficas. Belo Horizonte, 2002. 1 mapa, color. Escala 1:1.500.000.

Guia Rodoviário Quatro Rodas. São Paulo, Editora Abril, 2001.

Instituto Brasileiro de Geografia. Atlas Nacional do Brasil – Regional: Sudeste : Mapa físico. [s.l.]: Serviço de Atlas – DEGEO, 1970. 1 mapa, color. Escala 1:2.500.000.

Instituto Brasileiro de Geografia. Atlas Nacional do Brasil – Regional : Nordeste : Mapa físico. [s.l.]: Serviço de Atlas – DEGEO, 1972. 1 mapa, color. Escala 1:4.000.000.

ANEXO A – Entradas de Estevão Ribeiro Baião Parente no sertão baiano, segundo Juan Lopes Sierra[742]

Número de ordem	Período	Lugares percorridos	Resultados
1ª.	01/06/1671 a 1672	Aporá, Orobó, aldeia do gentio Tauaçu	Aprisionamento de sete índios
2ª.	Maio a agosto de 1672	Piranhas, Orobó, aldeia de Otinga [rio Utinga], rio São Francisco, aldeias de Jaca asui, Joiaicá, Capitua e Topins	Aprisionamento de 600 índios
3ª.	Início de maio ao final de setembro de 1673		Aprisionamento de 1.074 índios
4ª.	Final de dezembro de 1673 a 1674 (refere que a expedição durou "pouco menos de um ano")	Rio Quitose [Rio das Contas], espaço habitado pelos cochos	Aprisionamento de 400 índios

Fonte: Schwartz, Stuart e Pécora, Alcir (Orgs.) *As excelências do governador* : o panegírico fúnebre a d. Afonso Furtado, de Juan Lopes Sierra (Bahia, 1676). São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 93 passim.

[742] A elaboração deste Anexo visou sistematizar as informações fornecidas por Juan Lopes Sierra. Como foi discutido ao longo do trabalho, há algumas divergências entre as informações do autor, recolhidas na Bahia em 1676, e os dados providos pela documentação oficial do período da guerra.

ANEXO B – Povoações do sertão baiano – segunda metade do século XVII e primeira metade do século XVIII

Povoação	**Ano da mais antiga referência documental**	**Denominação posterior**	**Circunscrição administrativa ou lugar atual de referência de localização**
Água Suja	1734		Berilo, MG
Arraial de Matias Cardoso	1688	Morrinhos	Matias Cardoso, MG
Arraial do Bom Sucesso	1727	Arraial de São Pedro	Minas Novas, MG
Barra do Rio das Velhas		Guaicuí	Várzea da Palma, MG
Barra do Rio Grande do Sul	1724		Barra, BA
Bom Jardim	1744		Ibotirama, BA
Bom Jesus	1734		Piatã, BA
Brejo	1734	Bom Sucesso do Brejo	Entre o rio São Francisco e o curso inferior do rio Paramirim (Oliveira dos Brejinhos, BA?)
Cabrobó / Nossa Senhora da Vitória	1697	Vila da Mocha	Oeiras, PI
Caetité	1734	Vilanova do Príncipe	Caetité, BA
Inhambupe de Cima (Vila do Espírito Santo do)	1727		Inhambupe, BA
Itapicuru de Cima	1698	Vila do Itapicuru de Cima	Itapicuru, BA
Jacobina (Vila da)	1722		Jacobina, BA
Juazeiro	1706		Juazeiro, BA
Lapa do Bom Jesus	1722		Bom Jesus da Lapa, BA
Mato Grosso	1718		Rio de Contas, BA

Morro do Chapéu	1700		
Pambu (Freguesia de)	1671	Santo Antonio do Pambu	Curaçá, BA
Pilão Arcado	Fins do século XVII		Pilão Arcado, BA
Rio das Contas (Vila do)	1724		Livramento de Nossa Senhora, BA
Rodelas	1688	Freguesia de Nossa Senhora da Conceição dos Rodelas	Cabrobó, PE
Santa Cruz da Chapada	1734		Chapada do Norte, MG
Santo Antonio da Conquista (ou Santo Antonio da Conquista dos Maracases)	1673	Vila de João Amaro	Iaçu, BA
São João de Água Fria (Freguesia de)	1718		Água Fria, BA
São Romão	1719		São Romão, MG
Sento Sé	1719		Sento Sé, BA
Serrinha	1734		Serrinha, BA
Sucuriú	[entre 1740 e 1745]		Francisco Badaró, MG
Tocambira	1725		Itacambira, MG
Urubu	1714	Freguesia de Santo Antonio do Urubu de Cima (1718) Vila do Urubu (1745)	Paratinga, BA

Fonte: 1. Barbosa, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Editora Itatiaia, 1995. 2. Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da vacaria p.ª as minas novas a sair no arraial da Água Suja". Arquivo do Estado de São Paulo. Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 145-146, 1929. 3. Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota da Vila do Rio das Contas, entrando nos Crioulos, que é aonde principia a estrada p.ª a B.ª até o porto de S. P.º da Moritiba no rio da Cachr.ª". Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 123-127, 1929. 4. Delgado, Joaquim Quaresma. "Derrota das cabeceiras do Rio Verde até a sua barra, e daí ao Arraial dos Morrinhos, e dele correndo o rio de S. Francisco até a barra do Rio Paramirim, e da d.ª barra pelo d.º Paramirim, acima até a fazenda do Riacho de Sta. Apolonia, e da d.ª fazenda correndo a pte. direita a Oeste a buscar a serra e por ela acima até o brejo das Carnaúbas, e deste a sair na estrada da B.ª na fazenda das Barrocas". Documentos relativos à história da capitania de S. Vicente e do bandeirismo (1548-1734), existentes

no arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, coligidos, copiados e anotados, de ordem do Governo do Estado. *DI*, São Paulo, v. XLVIII, p. 129-143, 1929. 5. Delgado, Joaquim Quaresma. “Derrota das Minas da Jacobina para as do Rio das Contas”. Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 515-522. 6. Delgado, Joaquim Quaresma. “Derrota do Rio das Contas p.[a] as Minas novas do Arassuaí”. Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 522-532. 7. Delgado, Joaquim Quaresma. “Derrota feita da Cidade da Bahia para Minas da Jacobina, Rio das Contas, e Minas novas, e o mais viagens seguinte etc.”. Freire, Felisbello. *História territorial do Brasil*. Edição fac-similar. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 1998. p. 510-515. 8. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Enciclopédia dos municípios brasileiros*. Rio de Janeiro: [s.n.], 1957-1960. v. 20-21. 9. *Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia*. [Salvador]: Secretaria da Cultura e Turismo da Bahia, [s.d.]. CD-ROM. 10. Santa Maria, Frei Agostinho de. “Da milagrosa imagem de Nossa Senhora da Soledade do Sertão nas Ribeiras do Rio de S. Francisco”. In: [Santuário Mariano]. Apud Barbosa, Antônio. *Bom Jesus da Lapa*: antes de Monsenhor Turíbio, no tempo de Monsenhor Turíbio, depois de Monsenhor Turíbio. Rio de Janeiro: Jotanesi, 1995. p. 58-62. 11. Santos, Márcio. *Bandeirantes paulistas no sertão do São Francisco*: povoamento e expansão pecuária de 1688 a 1734. São Paulo: Edusp, 2009. 12. Vianna, Francisco Vicente. *Memória sobre o Estado da Bahia*. Bahia: Typographia e Encadernação do “Diário da Bahia”, 1893. 13. Neves, Erivaldo Fagundes; Miguel, Antonieta. *Caminhos do sertão* : ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia. [Salvador]: Editora Arcadia, 2007. 14. Fontes primárias diversas referenciadas ao longo do texto.